

ORGANIZAÇÃO

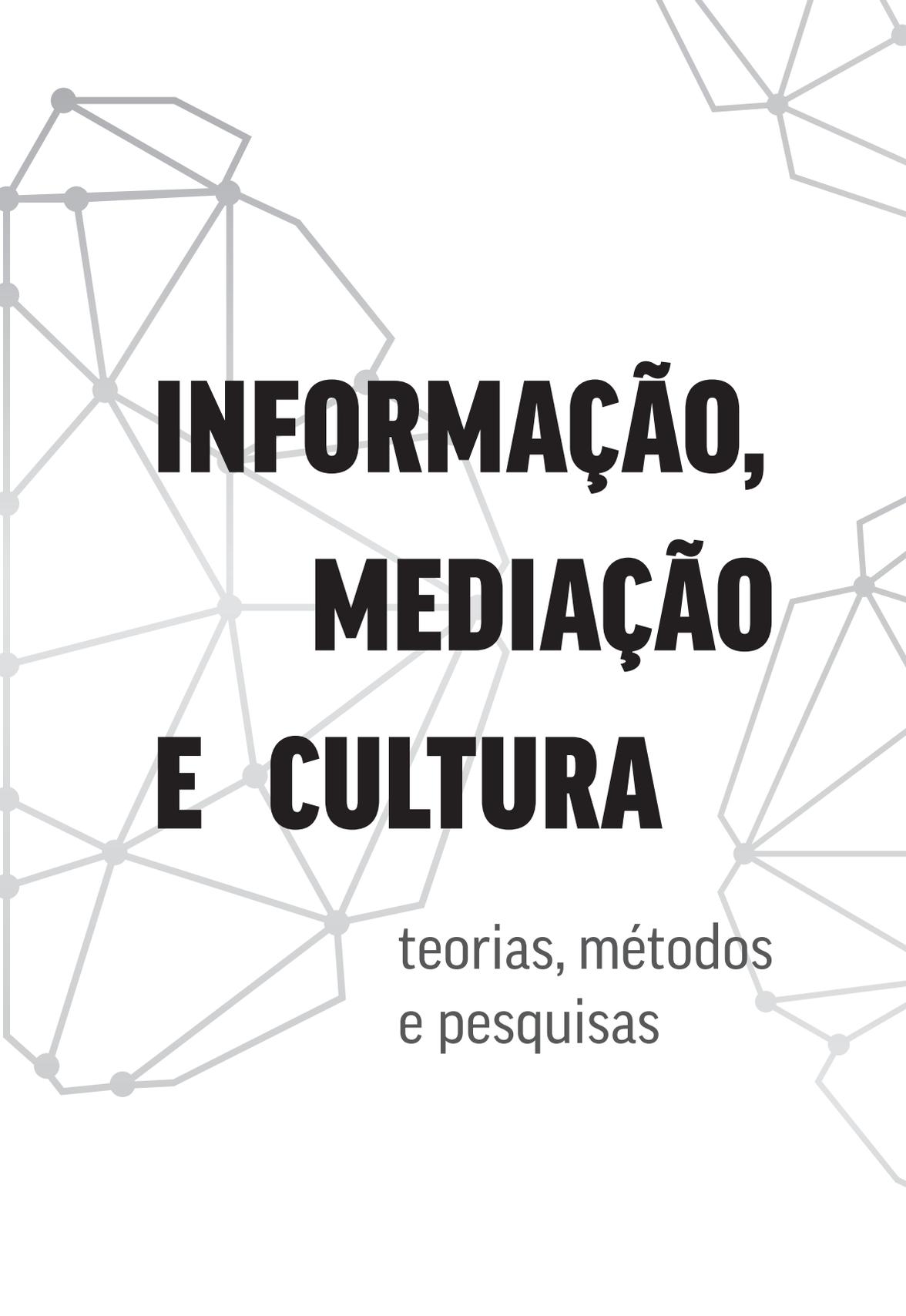
Fabício José Nascimento da Silveira

Maria Guiomar da Cunha Frota

Rodrigo Moreno Marques

INFORMAÇÃO, MEDIAÇÃO E CULTURA

teorias, métodos
e pesquisas



INFORMAÇÃO, MEDIAÇÃO E CULTURA

teorias, métodos
e pesquisas

ORGANIZAÇÃO

Fabício José Nascimento da Silveira

Maria Guiomar da Cunha Frota

Rodrigo Moreno Marques

INFORMAÇÃO, MEDIAÇÃO E CULTURA

teorias, métodos
e pesquisas



Copyright © 2022 by Editora Letramento

Copyright © 2022 dos(as) autores(as)

Diretor Editorial | Gustavo Abreu

Diretor Administrativo | Júnior Caudereto

Diretor Financeiro | Cláudio Macedo

Logística | Vinícius Santiago

Comunicação e Marketing | Giulia Staar

Assistente de Marketing | Carol Pires

Assistente Editorial | Matteos Moreno e Sarah Júlia Guerra

Designer Editorial | Gustavo Zeferino e Luís Otávio Ferreira

Todos os direitos reservados. Não é permitida a reprodução desta obra sem aprovação do Grupo Editorial Letramento.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

143	SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da; FROTA, Maria Guiomar da; MARQUES, Rodrigo Moreno (orgs). Informação, mediação e cultura: teorias, métodos e pesquisas. - Belo Horizonte, MG : Letramento : PPGCI 2022. 582 p. : 15,5cm x 22,5cm. ISBN: 978-65-5932-181-0
	1. Ciência da informação. 2. Informação. 3. Mediação. 4. Cultura. 5. Teorias. 6. Métodos. 7. Pesquisas. I. Nascimento, Adalson de Oliveira. II. Silva, Alberth Sant'Ana da Costa. III. Reis, Alcenir Soares dos. IV. Veiga, Ana Cecília Nascimento Rocha. V. Alves, Ana Paula Meneses. VI. Teruel, Aurora González. VII. Araújo, Carlos Alberto Ávila. VIII. Russo, Carolina. IX. Chagas, Cíntia Aparecida. X. Paula, Cláudio Paixão Anastácio de. XI. Tavares, Denis Pereira. XII. Taylor, Diana. XIII. Rocha, Eliane Cristina de Freitas. XIV. Silveira, Fabrício José Nascimento da. XV. Gomes, Henriette Ferreira. XVI. Parrela, Ivana Denise. XVII. Maria, João Marcos Veiga. XVIII. Campos, José Francisco Gueffi. XIX. Buffrem, Leilani Santiago. XX. Dumont, Lígia Maria Moreira. XXI. Paula, Lorena Tavares de. XXII. Garcia, Luiz Henrique Assis. XXIII. Moura, Maria Aparecida. XXIV. Frota, Maria Guiomar da Cunha. XXV. Nassif, Mônica Erichsen. XXVI. Fenoglio, Norma Catalina. XXVII. Venancio, Renato Pinto. XXVIII. Rodrigues, Rita Lages. XXIX. Marques, Rodrigo Moreno. XXX. Silva, Rubens Alves da. XXXI. Melo, Suellen Alves de. XXXII. Moura, Tereza Dantas. XXXIII. Aguiar, Títo Flávio Rodrigues de. XXXIV. Silva, Welder Antônio. XXXV. Título.
2022-861	CDD 020 CDU 02

Elaborado por Wagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Ciência da informação 020
2. Ciência da informação 02



Rua Magnólia, 1086 | Bairro Caiçara
Belo Horizonte, Minas Gerais | CEP 30770-020
Telefone 31 3327-5771

- 9 **APRESENTAÇÃO**
Fabício José Nascimento da Silveira
Maria Guiomar da Cunha Frota
Rodrigo Moreno Marques
- 23 **TEORIAS E MÉTODOS**
- 25 **PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:
TEORIAS, MÉTODOS E MODELOS**
Maria Guiomar da Cunha Frota
- 43 **REFLEXÕES SOBRE AS DIMENSÕES DA METODOLOGIA
DA PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E
OS ESTUDOS MÉTRICOS DA INFORMAÇÃO**
Leilah Santiago Bufrem
- 72 **PARADIGMA SOCIAL E INFORMAÇÃO
SOCIAL: UM REPENSAR ANALÍTICO**
Alcenir Soares dos Reis
Alberth Sant'Ana da Costa Silva
- 95 **FETICHISMO DA INFORMAÇÃO E DA CULTURA:
CONTRIBUIÇÕES À CRÍTICA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**
Rodrigo Moreno Marques
- 122 **PARA ALÉM DA FABULAÇÃO COLONIAL: RACISMO
EPISTÊMICO, CONFORTO ONTOLÓGICO E LUGARES DE FALA**
Maria Aparecida Moura
- 141 **DIVERSIDADE EPISTÊMICA: ENCONTRO
DE SABERES NO PPGCI**
Rubens Alves da Silva
- 166 **AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS
NO CONTEXTO DOS DOCUMENTOS DIGITAIS**
Cintia Aparecida Chagas

- 185 **REDE E SISTEMA DE ARQUIVOS: PROPRIEDADES, FINALIDADES E QUALIDADES DISTINTIVAS**
Welder Antônio Silva
- 211 **PRÁTICAS INFORMACIONAIS E EPISTEMOLOGIA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: PONTOS COMUNS E ESPECIFICIDADES DE DUAS TRAJETÓRIAS DE PESQUISA**
Carlos Alberto Ávila Araújo
- 236 **DECISORES COMO USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO: TRAJETÓRIA DE PESQUISA NO ÂMBITO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO**
Mônica Erichsen Nassif
- 252 **O LEITOR: TRAJETÓRIA DO CONCEITO E PERSPECTIVAS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**
Lígia Maria Moreira Dumont
- 274 **DA REPRESENTAÇÃO FIGURATIVA DE UMA IDEIA À BUSCA PELOS INSTRUMENTOS MENTAIS SUBJACENTES À SUA REPRESENTAÇÃO: UMA HEURÍSTICA DA INFORMAÇÃO ENTRE OS SÍMBOLOS, OS AFETOS, AS COGNIÇÕES E O IMAGINÁRIO**
Claudio Paixão Anastácio de Paula
- 303 **INTERLOCUÇÕES INTERNACIONAIS E PESQUISAS**
- 305 **PRESERVANDO O “AO VIVO”: RE-PERFORMANCE E PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL**
Diana Taylor
Traduzido por Rodrigo Moreno Marques

- 319 **ARCHIVOS Y DEMOCRACIA: EL ACCESO A LA INFORMACIÓN EN LA LEGISLACIÓN LATINOAMERICANA**
Norma Catalina Fenoglio
- 342 **PRINCIPALES COORDENADAS DEL ORIGEN, DESARROLLO Y CONSOLIDACIÓN DE LA INVESTIGACIÓN DEL USUARIO DE LA INFORMACIÓN**
Aurora González Teruel
- 364 **PESSOAS COMO FONTE DE INFORMAÇÃO: AUTORIDADE COGNITIVA NOS AMBIENTES DIGITAIS MIDIATIZADOS**
Lorena Tavares de Paula
- 382 **UM MUSEU, UM LABIRINTO E UMA GALERIA INFINITA: A BIBLIOTECA COMO ARTIFÍCIO LITERÁRIO**
Fabrício José Nascimento da Silveira
- 415 **CULTURA, GEOPOLÍTICA E PATRIMÔNIO CULTURAL: MEDIAÇÕES NA INSCRIÇÃO DO CONJUNTO MODERNO DA PAMPULHA NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO**
Luiz Henrique Assis Garcia
Rita Lages Rodrigues
Carolina Ruoso
Tito Flávio Rodrigues de Aguiar
Denis Pereira Tavares
João Marcos Veiga Maria
Tereza Dantas Moura
- 440 **REALIDADE AUMENTADA EM MUSEUS: POTENCIALIZANDO A ACESSIBILIDADE E OS CONTEÚDOS ALTERNATIVOS À RETÓRICA OFICIAL ATRAVÉS DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS**
Ana Cecília Nascimento Rocha Veiga

- 464 **A MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO PPGCI-UFMG: POR UMA GESTÃO DE DOCUMENTOS E DE ARQUIVO PERMANENTE**
Renato Pinto Venancio
Adalson de Oliveira Nascimento
- 485 **DOCUMENTOS ESSENCIAIS ÀS NOVAS PRÁTICAS DE DIFUSÃO ARQUIVÍSTICA: AÇÕES TRADICIONAIS, MUDANÇAS TRAZIDAS PELA INTERNET E DEMANDAS EM TEMPOS DE PANDEMIA**
Eliane Cristina de Freitas Rocha
Ivana Denise Parrela
Suellen Alves de Melo
- 505 **A TRAMA E A URDIDURA: ARQUIVO, INFORMAÇÃO, MEDIAÇÃO**
José Francisco Guelfi Campos
- 521 **COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO EM TRÊS ATOS: ÉTICA, SAÚDE E EMANCIPAÇÃO SOCIAL PERSPECTIVAS E REFLEXÕES**
Ana Paula Meneses Alves
- 556 **POSFÁCIO**
Henriette Ferreira Gomes
- 563 **SOBRE OS AUTORES**
- 575 **FIGURAS DO CAPÍTULO INTITULADO PRESERVANDO O “AO VIVO”: RE-PERFORMANCE E PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL**

A decorative graphic at the top of the page consists of a network of interconnected lines and nodes, resembling a web or a molecular structure, rendered in a light gray color.

APRESENTAÇÃO

Este livro, fruto de um trabalho colaborativo, visa apresentar a um público mais ampliado o trabalho de elaboração teórico-conceitual e as pesquisas mais recentes desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI/UFMG). Seu título *Informação, mediação e cultura: teorias, métodos e pesquisas* faz remissão direta à área de concentração do Programa, à qual norteia os projetos de pesquisa e ensino das três linhas que estruturam as ações do PPGCI/UFMG, a saber: *Memória social, patrimônio e produção do conhecimento; Políticas públicas e organização da informação e Usuários, gestão do conhecimento e práticas informacionais*.

A partir dessa conformação, as pesquisas atualmente desenvolvidas no PPGCI/UFMG, além de associarem explícita e transversalmente as contribuições das áreas de Arquivologia, de Biblioteconomia e da Museologia, em diálogo com perspectivas teóricas e metodológicas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, orientam-se, no plano teórico-metodológico, pelas múltiplas interlocuções estabelecidas entre os campos da *informação*, das *mediações* e da *cultura*. Em face disso, a *informação* é compreendida em sua dimensão propriamente humana, isto é, dotada de uma natureza simbólica e pragmática e marcada pela intervenção dos sujeitos na realidade histórica, política e social. De maneira correlata, a ideia de *mediações* postula que elas atuam como elementos de interlocução entre os atores sociais e os registros de conhecimento produzidos, estando, pois, corporificadas na vida social, traduzindo-se por meio das interações e dos confrontos simbólicos suscitados pela intermediação da linguagem e de outras práticas sociais. Assim sendo, a *cultura* se constitui como um aporte fundamental, dado ser a base para a construção do conhecimento, haja vista que nela se manifestam os aspectos históricos, políticos e so-

ciais, bem como as contradições e conflitos que perpassam a sociedade como um todo.

É, pois, das várias possibilidades de se pensar e tratar os pontos de contato entre *informação*, *mediação* e *cultura* que esta obra se ocupa. Um livro que é constituído por essa introdução, 23 capítulos e um posfácio redigido por Henriette Ferreira Gomes, professora Titular do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (ICI/UFBA). Em termos de organização, os capítulos foram agrupados em 2 partes, a primeira, denominada de “Teorias e métodos”, é composta por doze textos nos quais os autores refletem sobre as teorias, estruturas analíticas, conceitos e metodologias que subsidiam suas investigações. A segunda parte, “Interloquções internacionais e pesquisas”, reúne onze capítulos que sistematizam pesquisas relativas a temas e problemáticas contemporâneas no campo da Ciência da Informação, as quais foram realizadas por pesquisadores do PPGCI e também por colaboradores internacionais que mantêm parcerias e interloquções com o Programa. Dito isso e visando estimular leitores e leitoras a conhecerem esta instigante e multifacetada obra coletiva, apresentamos a seguir cada um dos capítulos que a compõem

No primeiro capítulo, cujo título é *Pesquisa em Ciência da Informação: teorias, métodos e modelos*, Maria Guiomar da Cunha Frota analisa como a articulação entre teorias e métodos tem sido realizada nas pesquisas em Ciência da Informação no Brasil. Na parte teórica do capítulo são abordados o delineamento do objeto da Ciência da Informação (CI) e a atualização das suas unidades de análise, as articulações entre teoria e método, estrutura analítica e modelos, métodos e técnicas de pesquisa. Na parte empírica são apresentadas e discutidas teses e dissertações em CI com o intuito de exemplificar formas criativas de operacionalização das referidas articulações que resultaram em trabalhos científicos relevantes para a área.

No segundo capítulo, *Reflexões sobre as dimensões da metodologia da pesquisa em Ciência da Informação e os estudos métricos da informação*, Leilah Santiago Bufrem, assídua colaboradora dos projetos desenvolvidos pelo PPGCI, descreve como as dimensões da pesquisa em Ciência da Informação se relacionam com os estudos métricos, reconhecendo as contribuições desses estudos para a análise e avaliação da produção científica. Para tanto, analisa os elementos envolvidos na dinâmica dessa relação, privilegiando a crítica e a autocrítica aos modos de realização de uma pesquisa. Argumenta, ainda, que os estudos métricos

ampliam seu valor à medida em que são interpretados adequadamente em seus aspectos relativos à qualidade e à quantidade, enquanto componentes da totalidade do conhecimento. Paralelamente, constata a possibilidade de relacionar as dimensões da pesquisa em Ciência da Informação com os estudos métricos e que as interpretações possíveis dependem, por sua vez, da modalidade analítica mais adequada ao contexto investigativo. Nesse movimento, considera, entretanto, que a caracterização de um domínio científico depende das visões distintas para a resolução dos diferentes problemas, assim como diferentes conceitos e compreensões sobre as correntes teóricas dentro de determinado grupo de pesquisadores. Em suas considerações, Leilah Santiago Bufrem conclui que os estudos métricos e a Ciência da Informação podem exercer um papel crucial para entender a estrutura intelectual dos campos científicos, transcendendo os aspectos meramente quantitativos em prol da análise e da avaliação das estruturas políticas e sócio-organizacionais do campo científico.

No capítulo seguinte, intitulado de *Paradigma social e informação social: um repensar analítico*, Alcenir Soares dos Reis e Alberth Sant'Ana da Costa Silva apresentam os elementos significativos do paradigma social da informação, indicando a necessidade de se refletir e analisar criticamente o uso desses conceitos no contexto da pesquisa em Ciência da Informação. O texto sistematiza, ainda, a importância dos profissionais da informação e da epistemologia social, tendo como base as formulações de Jesse Shera. Assim, busca demonstrar, por meio da interrelação entre o paradigma social e a informação social e sob a ótica de uma perspectiva dialética, a relevância de se captar o subjacente à realidade histórico-política, com vistas a revelar as contradições sociais. Nesse sentido, interrelação conceitual proposta se constitui como aporte importante em termos de crítica, contribuindo para os processos de mudança no contexto da realidade social.

O capítulo *Fetichismo da informação e da cultura: contribuições à crítica da Ciência da Informação*, escrito por Rodrigo Moreno Marques, é fruto de uma agenda de pesquisa que busca estabelecer interlocuções entre abordagens da Economia Política e do campo da Ciência da Informação. O capítulo tem como objetivo discutir dois princípios teórico-metodológicos de Karl Marx considerados imprescindíveis para a Ciência da Informação: as noções de *forma social* e de *fetichismo*. Por meio dessas chaves analíticas, busca-se retirar o véu que encobre as relações sociais ocultas nos frutos da criação humana e nos atos de pro-

duzi-las. Inicialmente, o autor confronta o argumento pós-modernista segundo o qual a concepção de mercadoria de Marx não daria conta do bem intangível ou bem imaterial. Posteriormente, toma emprestado o “paradoxo de Van Gogh” para abordar a diferença entre *valor* e *preço* dos bens informacionais e culturais, tendo como referência as categorias marxianas *renda* e *rentismo*. Nesse percurso, que destaca a necessidade de apreensão das formas sociais das atividades humanas e dos seus frutos, a noção de *fetichismo* de Marx mostra-se fundamental. Por fim, partindo dos elementos anteriormente apresentados, Rodrigo Moreno Marques tece críticas a uma ilusão muito popular na Ciência da Informação: a ideia de *sociedade da informação*, caracterizada por ele como idealista, determinista e fetichista.

Maria Aparecida Moura aborda em seu ensaio *Para além da fabulação colonial: racismo epistêmico, conforto ontológico e lugares de fala* os conceitos de racismo epistêmico, conforto ontológico e lugar de fala como elementos que conformam os dispositivos de poder e saber adotados nos processos de produção e circulação do conhecimento. Nesse capítulo a autora analisa a ambivalência do campo da Ciência da Informação que, por intermédio da naturalização técnica e tecnológica dos discursos e fabulações coloniais, promove, a seu ver, rupturas nos projetos de autodeterminação informativa dos sujeitos não hegemônicos e o apagamento dos saberes de trajetória.

A proposta do capítulo escrito por Rubens Alves da Silva, *Diversidade epistêmica: encontro de saberes no PPGCI*, é desenvolver uma reflexão sobre diversidade epistêmica no Programa Pós-graduação em Ciência da Informação da UFMG, objetivando-se apontar para as contribuições da articulação do paradigma da decolonialidade com as teorias da performance no estreitamento do diálogo com a abordagem da mediação informacional na perspectiva de um olhar científico-acadêmico. Nesse sentido, descreve a experiência do projeto de promoção da política acadêmica de “inclusão epistêmica” em processo recente de implementação nas universidades brasileiras e protagonizada pela UFMG com a aprovação do título de Doutor de Notório Saber outorgado na esfera acadêmica a mestres e mestras detentoras de importantes saberes tradicionais e populares. Conjugado a isso, discorre sobre estudos da questão racial no Brasil, dentro de uma perspectiva crítica e focada na problemática do racismo, com vistas a assinalar contribuições significativas e provocativas do pensamento sobre decolonialidade,

diversidade epistêmica e saberes tradicionais ao campo da Ciência da Informação.

A avaliação de documentos arquivísticos no contexto dos documentos digitais é o tema do capítulo *Avaliação de documentos arquivísticos no contexto dos documentos digitais*, concebido por Cíntia Aparecida Chagas. Nele a autora destaca que no contexto da produção massiva de documentos em formato digital, faz-se cada vez mais necessário avaliar para se decidir o que merece ser preservado permanentemente e o que pode ser eliminado em curto, médio ou longo prazo. Em face disso, assinala que as dificuldades e especificidades associadas à gestão e preservação de documentos digitais, no contexto de uma sociedade altamente conectada, com organizações cada vez mais horizontais e menos hierárquicas, levaram a novas reflexões e desenvolvimentos teóricos e metodológicos no campo da avaliação de documentos. Nesse sentido, são apresentadas e discutidas no capítulo algumas dessas propostas no âmbito da arquivística contemporânea, destacando-se as continuidades e modificações na avaliação de documentos contempladas por essas propostas. Ao fim desse percurso, Cíntia Aparecida Chagas conclui que, apesar de se apresentarem como rupturas, as construções teóricas da arquivística contemporânea são fortemente influenciadas por um pensamento arquivístico clássico e não representam uma mudança significativa pelo menos no âmbito da avaliação de documentos. Além disso, argumenta a autora, tais propostas não trazem respostas significativamente diferentes no que tange à avaliação de documentos digitais se comparadas ao modelo de avaliação produzido em meados do século XX pelo arquivista Theodore Schellenberg.

No sétimo capítulo, cujo título é *Rede e sistema de arquivos: propriedades, finalidades e qualidades distintivas*, Welder Antônio Silva explica que os modelos de rede e sistema têm sido utilizados, na Arquivologia, para definir e estruturar a gestão (gerenciamento) e a governança de um conjunto de serviços e instituições que executam funções arquivísticas. No entanto, ressalva o autor, observa-se no cenário brasileiro um movimento de uso amplo da expressão sistema de arquivo, sem o cuidado analítico que esse uso requer, o que indicaria, entre outros aspectos, uma certa confusão teórica e pragmática em relação ao conceito de rede. Partindo dessa observação, o capítulo apresenta as definições, as propriedades, as finalidades e as qualidades distintivas de redes e sistemas e suas aplicações no âmbito da Arquivologia, adotando como ponto de partida os conceitos de serviço arquivístico, instituição arqui-

vística, gestão arquivística (gerenciamento arquivístico) e governança arquivística.

O objetivo do capítulo escrito por Carlos Alberto Ávila Araújo, *Práticas informacionais e epistemologia da ciência da informação: pontos comuns e especificidades de duas trajetórias de pesquisa*, é apresentar duas trajetórias paralelas de pesquisas trilhadas pelo autor ao longo dos últimos quinze anos. A primeira se relaciona com o desenvolvimento do campo de pesquisa em práticas informacionais. Partindo dos estudos de usuários da informação, o autor evidencia como a perspectiva das práticas informacionais se desenha em uma abordagem teórica inovadora, conciliando as dimensões objetivas e subjetivas das relações das pessoas com a informação, em diálogo com a etnometodologia, o interacionismo simbólico e o pragmatismo, entre outras teorias. Tal proposta se consolidou com a criação de um grupo de pesquisa – o Estudos em Práticas Informacionais e Cultura (EPIC) –, parcerias internacionais – com Uruguai, Espanha, Argentina e Colômbia – e a orientação de pesquisas de mestrado e doutorado com diferentes objetos empíricos. A segunda trajetória de pesquisa descrita por Carlos Alberto Ávila Araújo está vinculada ao campo dos fundamentos da Ciência da Informação. Essa trajetória se iniciou com pesquisas sobre os principais autores do campo, centrando-se, em seguida, na identificação e caracterização das principais correntes teóricas que estruturam a área. A partir de demandas colocadas na própria Escola de Ciência da Informação da UFMG, foram estudadas dentro dessa vertente de pesquisa as relações da Ciência da Informação com os campos da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia – com ênfase nos impactos epistemológicos, para a Ciência da Informação, do diálogo com essas áreas. Nos últimos anos, ainda no contexto dessa vertente, os esforços do autor têm sido dirigidos para o estudo da infodemia ou do fenômeno da pós-verdade, bem como das possibilidades de atuação e intervenção nessas dinâmicas.

O capítulo de Mônica Erichsen Nassif, *Decisores como usuários da informação: trajetória de pesquisa no âmbito da gestão da informação e do conhecimento*, tem como objetivo descrever e analisar a trajetória das pesquisas em gestão da informação e do conhecimento no âmbito do PPGCI, as quais levaram à uma abordagem relacionada à cognição e comportamento de decisores em situações de uso e busca de informação para tomada de decisão organizacional. Essa trajetória de pesquisa, iniciada dentro dos parâmetros vigentes na então área de gestão

da informação buscou, ao longo do tempo, ampliar o olhar e analisar a atuação dos decisores, observados pela Ciência da Informação por meio das abordagens das ciências gerenciais e colocá-los no centro das discussões como usuários da informação. A partir dessa definição, decisores têm sido pesquisados sob a perspectiva cognitiva contemporânea, cujos estudos mostram a relação entre o indivíduo e o meio e as questões que determinam sua atuação nas várias situações que experiência. Além disso, esses estudos cognitivos mostram também, segundo a própria autora, o quanto emoções, crenças e padrões de comportamento individuais e coletivos determinam as decisões cotidianas. Assim, o capítulo aborda a trajetória das pesquisas desenvolvidas nesse contexto, partindo-se dos estudos cognitivos da teoria de Santiago, das abordagens da cognição situada e das abordagens que estudam as relações entre decisões e crenças amplamente estudadas pelas neurociências. Em suas considerações, Mônica Erichsen Nassif ressalta que ao longo de quase vinte anos, os resultados de suas pesquisas confirmaram as análises iniciais e trazem outras abordagens teóricas a respeito da cognição e do comportamento humano, referências importantes para os estudos relacionados aos decisores, como usuários da informação, no âmbito da gestão da informação e do conhecimento.

No capítulo seguinte, *O leitor: trajetória do conceito e perspectivas na Ciência da Informação*, Lígia Maria Moreira Dumont nos apresenta o conhecimento acumulado dos estudos que alicerçaram as pesquisas sobre introjeção e apropriação da informação pelo leitor por intermédio da leitura. A autora expõe as evidências empíricas e onde chegaram as proposições de tais pesquisas, que ainda têm um caminho a percorrer. Após perscrutar diferentes campos de conhecimento, como a História da literatura, Comunicação, Antropologia, Sociologia, Linguística, Semiologia, dentre outros, a autora indica que foi possível destacar os pontos de acesso presentes nos estudos da leitura que deram a base para as pesquisas sobre leitor e leitura na Ciência da Informação. Ao fazer isso, tornou-se possível observar que determinados fatores se repetiam e que, de alguma forma, seria possível construir uma interseção teórica com a Ciência da Informação. Tal pressuposto se consolidou em postulado e recentemente em modelo, ao eleger a existência de três fatores basilares da efetivação e introjeção – ou apropriação – de conhecimentos pelo leitor na leitura, os quais se interpenetram fortemente: o contexto, a motivação e o sentido que o leitor dá à leitura. Razão pela qual Lígia Maria Moreira Dumont destaca que a leitura tem

de ser plural, deve criar desequilíbrios no sujeito leitor, desestabilizar, subverter; em outras palavras, propiciar a reflexão.

Encerrando a primeira parte do livro, o capítulo de Cláudio Paixão Anastácio de Paula, *Da representação figurativa de uma ideia à busca pelos instrumentos mentais subjacentes à sua representação: uma heurística da informação entre os símbolos, os afetos, as cognições e o imaginário*, desenvolve uma reflexão de caráter heurístico e ensaístico para avaliar a evolução de uma sequência de seus estudos, desenvolvidos a partir e dentro do PPGCI/UFMG, que se iniciaram com a análise do processo de construção dos produtos cognitivos constituídos nas interações sociais e a significação das informações sob a mediação dos símbolos; em que se avaliaram empiricamente as relações entre a dimensão afetiva e a produção de sentido; estabeleceram as bases para a introdução das discussões sobre a ação do imaginário nas interações entre os sujeitos, as sociedades e a informação; além de apontar, a partir do diálogo com diversas abordagens sobre o tema – como a da memética (derivada do Darwinismo Universal), a biblipsicologia roubakiniana, o paradigma indiciário, e a Escola Esquemata da Ciência da Informação – para a proposição de que as pesquisas sobre a informação devam ser ampliadas por meio de estudos baseados em vários tipos de representações figurativas de uma ideia (entendidos como schéma) e, também, para incorporar estudos voltados para a compreensão dos instrumentos mentais de generalizações (entendidos como schème) subjacentes à representação da informação.

Abrindo a segunda parte do livro, Diana Taylor revisita, no capítulo intitulado *Preservando o “ao vivo”: re-performance e Patrimônio Cultural Imaterial*, a distinção anteriormente estabelecida por ela entre arquivo e performance. A autora analisa as fragilidades das tentativas de manter vivas as performances, que trazem o risco de canonizá-las e, conseqüentemente, contrariar um caráter essencial do repertório. Revisitando o emaranhado retórico que envolve a emergência do conceito de Patrimônio Cultural Intangível da UNESCO, a autora expõe as ramificações políticas e econômicas subjacentes à essa concepção institucional. Adicionalmente, reconhece o poder disruptivo das forças econômicas nos contextos em que as dimensões estéticas e culturais parecem prevalecer, transformando a performance em um produto. Diana Taylor expõe, com isso, os estratagemas de marketing das re-performances de Marina Abramović e da instalação *A artista está*

presente, realizada no MoMA, cujo resultado artístico se distancia da sua pretensão de autenticidade e presença.

Na sequência, Norma Catalina Fenoglio discute em seu capítulo, *Archivos y democracia: el acceso a la información en la legislación latinoamericana*, o direito de acesso à informação na legislação latino-americana. A autora destaca que esse direito está relacionado à liberdade de expressão, participação do cidadão nos assuntos públicos, transparência dos atos governamentais, prestação de contas, combate à corrupção, políticas de comunicação pública e existência de arquivos organizados. Seus antecedentes legais são encontrados no espírito filosófico do século XVIII, porém, conforme destaca Fenoglio, esse direito tornou-se efetivamente relevante a partir da aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Como direito, a autora ressalta que o acesso à informação é reconhecido nas Constituições de todos os países latino-americanos, em maior ou menor grau. Além disso, destaca que a maioria aprovou uma lei específica para regulamentar seu exercício. Valendo-se desse plano histórico-conceitual, o capítulo analisa sucintamente o conteúdo e as particularidades dessas leis e procura verificar o papel que os arquivos desempenham nessa legislação, sabendo que a existência de uma lei não é suficiente para garantir a disponibilidade dos documentos e o exercício desse direito pelo cidadão.

Aurora González Teruel nos apresenta em seu capítulo intitulado *Principales coordenadas del origen, desarrollo y consolidación de la investigación del usuario de la información* um resgate histórico dos estudos de usuários da informação desde os seus primórdios até a atualidade. Inicialmente, partindo da segunda metade do século XX, são descritos alguns estudos voltados para usuários científicos. A seguir, a autora discute os estudos da década de 1960, que passaram a abarcar outros grupos, como os cientistas sociais, os quais trouxeram novos aportes metodológicos. Na década de 1970, destaca-se a criação do Centre for Research on User Studies (CRUS), que se tornou uma referência para pesquisas na área. Nos anos 1980, foram descritas algumas das primeiras iniciativas destinadas a fornecer uma base teórica e metodológica aos estudos do usuário da informação. Por fim, da década de 1990 até a atualidade, diferentes denominações são levantadas pela autora como indicadores dos debates teóricos e metodológicos ocorridos no contexto dessa área de pesquisa. Todo esse desenvolvimento toma como referência vários trabalhos de Aurora González Teruel voltados

para analisar a pesquisa do usuário da informação por meio de uma perspectiva teórica, metodológica e histórica.

No capítulo seguinte, cujo título é *Pessoa como fonte de informação: autoridade cognitiva nos ambientes digitais mediados*, Lorena Tavares de Paula explora o conceito de ambientes digitais mediados observando como pessoas “comuns” podem possuir *status* de fonte de informação em face de sua autoridade cognitiva em redes online. Para tanto, a metodologia de Análise de Redes Sociais foi aplicada pela autora para investigar quais usuários do Twitter que possuíam audiência para serem considerados uma autoridade em determinado debate online. Nos resultados, Lorena Tavares de Paula percebeu que a atribuição de autoridade e credibilidade às informações nas redes sociais pode estar diretamente relacionada à formação intelectual do emissor da informação, ou ao conteúdo, oriundo de outras fontes e canais por ele disseminados.

O que é uma biblioteca e como podemos apreender a evolução histórica desse conceito? Essas são as principais indagações levantadas pelo capítulo *Um museu, um labirinto e uma galeria infinita: a biblioteca como artifício literário*, escrito por Fabrício José Nascimento da Silveira. Aproximando-se da literatura e de suas potencialidades representativas, o autor demarca que o saber literário está aberto a múltiplos caminhos cujas bifurcações acenam para a possibilidade de a literatura agir na história, o que lhe permite apresentar um panorama evolutivo da própria ideia de biblioteca tendo por guia três narrativas ficcionais: o livro *Memórias de Adriano*, da francesa Marguerite Yourcenar; a obra *O nome da rosa*, do escritor italiano Umberto Eco; e o conto *A biblioteca de Babel*, do argentino Jorge Juiz Borges. No entendimento de Fabrício José Nascimento da Silveira essas fabulações demonstram de forma clara que no momento em que a biblioteca se converte em artifício literário, certos elementos de sua historicidade são revelados e distendidos pelo trabalho de representação poética. Distensão que, por sua vez, nos ajuda a melhor compreender os paralelos e paradoxos, as proximidades e as contradições prático-simbólicas que demarcam sua constituição enquanto esfera de atuação e intervenção sociocultural.

O décimo oitavo capítulo, intitulado *Cultura, geopolítica e patrimônio cultural: mediações na inscrição do Conjunto Moderno da Pampulha na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO*, é uma produção coletiva do Grupo de Pesquisa ESTOPIM no qual os autores Luiz Henrique Garcia, Rita Lages Rodrigues, Carolina Ruosso, Tito Flávio Rodrigues

de Aguiar, Denis Pereira Tavares, João Marcos Veiga e Maria Tereza Dantas Moura propõem uma análise crítica dos dois dossiês apresentados em 2014 e 2017 à UNESCO para a inscrição do Conjunto Moderno da Pampulha (Belo Horizonte, Brasil) na Lista do Patrimônio Mundial. Em seu trabalho interpretativo, são incorporadas fontes adicionais que reúnem informações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), da UNESCO e do município de Belo Horizonte, além de material publicado pela imprensa local. Assim observado, a primeira parte do texto estabelece uma visão contemporânea da Lista de Patrimônios Mundiais e seus impactos nacionais e regionais, atenta às assimetrias e desencaixes entre o local e o global tal como podem ser percebidas nas concepções e práticas adotadas desde as candidaturas. De forma complementar, a segunda parte prioriza a análise dos dossiês, avaliando a versão inicial e esses ajustes progressivos da proposta ao parecer dos avaliadores externos indicados pela UNESCO, investigando em que medida esses ajustes terminam por desconsiderar outras historicidades e referências culturais do Conjunto Moderno ao recorrer à Paisagem Cultural como argumento principal. Ao fazer isso, o texto explicita as mediações que permeiam este processo para desvelar a geopolítica dentro da Política do Patrimônio Cultural Internacional, de forma a contribuir criticamente para sua efetiva democratização e aperfeiçoamento de seus instrumentos.

Ana Cecília Nascimento Rocha Veiga nos convida a refletir no capítulo *Realidade aumentada em museus: potencializando a acessibilidade e os conteúdos alternativos à retórica oficial através das tecnologias digitais* sobre experiências com realidade aumentada e museus ao redor do mundo, analisando suas contribuições no que se refere à acessibilidade e a outras questões sociais. Para defender que os aplicativos de realidade aumentada – *storytelling*, audioguias, gestão da informação na *web*, dentre outros – permitem dar voz aos excluídos, às minorias, bem como oferecem conteúdos alternativos à retórica oficial, a autora apresenta um estudo exploratório de inclusão com experiências de realidade aumentada e redes sociais implementadas em um dos mais importantes museus do país – o Museu de Arte de São Paulo (MASP).

O capítulo de Renato Pinto Venancio e Adalson de Oliveira Nascimento, cujo título é *A memória institucional do PPGCI-UFGM: por uma gestão de documentos e de arquivo permanente*, aborda os desafios para a preservação dos documentos do PPGCI/UFGM a partir do entendimento de que os arquivos são os registros da memória das institui-

ções e que permitem o conhecimento de sua trajetória. O texto inicia com uma reflexão sobre a modernização do Estado brasileiro por meio do desenvolvimento da administração racional-legal e a constituição do patrimônio documental arquivístico, tomando como marco a década de 1930. Na sequência, apresenta um histórico da implantação da pós-graduação no Brasil e, especificamente, na UFMG a partir da década de 1960. Aborda, também, o histórico do PPGCI a partir do início de seu funcionamento no ano de 1975. São apresentadas iniciativas de gestão documental no PPGCI/UFMG, com destaque para um amplo projeto realizado a partir do ano de 2001 que desenvolveu diversas atividades de organização lógica e material do arquivo. Em suas considerações, o texto busca identificar o arquivo de guarda permanente do Programa, antevendo a riqueza das fontes de informação acumuladas para pesquisas acadêmicas, apresentando, ao final, recomendações visando a preservação dos registros da memória do PPGCI-UFMG.

Eliane Cristina de Freitas Rocha, Ivana Denise Parrela e Suellen Alves de Melo elaboram, no capítulo *Documentos essenciais às novas práticas de difusão arquivística: ações tradicionais, mudanças trazidas pela internet e demandas em tempos de pandemia*, um conjunto de reflexões acerca dos desafios para a Difusão Arquivística à luz de um debate bastante atual sobre quais seriam os documentos essenciais no contexto da pandemia de Covid-19. Em linhas gerais essas reflexões podem ser sintetizadas em três apontamentos importantes: o trabalho de difusão tanto presencial quanto on-line não é considerado central para a prática profissional do arquivista; a presença dos arquivos e serviços de arquivos on-line é tímida; a disponibilização de documentos on-line é de alcance limitado. A partir dessas constatações, as autoras argumentam que, para melhor o atendimento aos usuários e a efetividade das práticas de difusão em rede, é importante que os arquivos concentrem esforços para desenvolverem metodologias que garantam a definição e a gestão de documentos de elevado valor social, compreendidos como documentos essenciais, visando-se ampliar a oferta de serviços aos usuários e fomentar práticas de difusão mais efetivas fora do ambiente presencial.

No capítulo *A trama e a urdidura: arquivo, informação, mediação*, José Francisco Guelfi Campos discute a questão do acesso aos arquivos, partindo do pressuposto fundamental segundo o qual, mais do que mero problema a ser solucionado pelos recursos tecnológicos, “dar acesso” implica tornar os arquivos inteligíveis para os usuários. Assim,

o autor defende que o acesso se configuraria como causa e consequência de um processo de mediação, caracterizado como uma negociação muito delicada entre as expectativas dos usuários e aquilo que a Arquivologia é capaz de oferecer, balizada pela compreensão do perfil das instituições de custódia, das especificidades definidoras de seus acervos e da natureza do documento arquivístico.

O capítulo que conclui a segunda parte é de autoria de Ana Paula Meneses Alves. Seu título *Competência em informação em três atos: ética, saúde e emancipação social perspectivas e reflexões* indica a opção da autora de abordar os estudos de Competência em Informação (CoInfo) por três óticas: a ética, a da saúde e a da emancipação, aproximando-as dos estudos sobre CoInfo no PPGCI/UFMG. Para tanto, a autora realiza uma introdução aos estudos de CoInfo em diferentes contextos, suas múltiplas abordagens e concepções e seus reflexos nas publicações realizadas nos programas de pós-graduação da UFMG e na formação na graduação. Percutindo as três óticas – a ética, a saúde e a emancipação – Ana Paula Meneses Alves dá ênfase nas relações da CoInfo com as três perspectivas de estudos, visando refletir sobre o desenvolvimento da CoInfo como um insumo de transformação social, que possibilita a mobilização de habilidades, atitudes e conhecimentos, quais sejam: informáticos, comunicativos e informativos; individuais e/ou coletivos; dos direitos e dos deveres; do cidadão e da sociedade; mas de maneira efetiva e com capacidade para estimular o pensamento crítico, o uso ético da informação, a tomada de decisão para saúde, uma melhor qualidade de vida e o empoderamento; seja no âmbito da pesquisa, da saúde e da emancipação social de pessoas advindas de grupos historicamente excluídos.

O livro é finalizado com um posfácio escrito por Henriette Ferreira Gomes, professora Titular do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (ICI/UFBA), que, entre outros aspectos, destaca que o livro *Informação, mediação e cultura: teorias, métodos e pesquisas* nos coloca em contato com pesquisadoras e pesquisadores que se ocupam de projetar luzes sobre os aspectos sociais do fenômeno informação, contribuindo significativamente para o fortalecimento de uma concepção social da área, tanto do ponto de vista do seu escopo epistemológico, alargando os tópicos temáticos de estudo da Ciência da Informação, quanto das suas bases conceituais, teóricas e metodológicas, envolvendo procedimentos e condutas científicas que permitem

manter o rigor no trabalho de investigação, nas práticas informacionais e na sustentação do compromisso com o social.

Alegres com a realização da presente edição, gostaríamos de agradecer a todos(as) os(as) 34 autores(as) que contribuíram com o livro que ora tornamos público e também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujos recursos financeiros viabilizaram a concretização desse projeto. Por fim, enfatizamos que é nosso desejo que essa publicação possa circular, gerar novos debates e tornar visível a intensa e rica produção de conhecimento em Ciência da Informação que o Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI/UFMG) vem desenvolvendo ao longo de décadas de atividades tanto no cenário nacional, quanto internacional.

A todos e todas, boa leitura!

Fabício José Nascimento da Silveira

Maria Guiomar da Cunha Frota

Rodrigo Moreno Marques

The background features a complex, abstract geometric pattern of interconnected lines and dots, resembling a network or a molecular structure. The lines are light gray, and the dots are small, dark gray circles. The pattern is composed of various polygons, including triangles, quadrilaterals, and pentagons, arranged in a non-uniform, organic manner. The overall effect is that of a digital or scientific visualization.

TEORIAS E MÉTODOS



PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: TEORIAS, MÉTODOS E MODELOS

Maria Guiomar da Cunha Frota

INTRODUÇÃO

No campo das ciências sociais conhecer o processo de produção do conhecimento é tão fundamental quanto a verificação dos resultados das pesquisas. Nesse sentido é que se justifica a problematização central do presente capítulo que é indagar como pesquisas recentes em Ciência da Informação (CI) no Brasil têm articulado Teorias e Métodos e se determinados modos de efetivar essa articulação incidem sob a qualidade das pesquisas.

O objetivo pretendido é analisar modelos e estratégias de pesquisa, recorrentes em Ciência da Informação que, por sua qualidade, podem contribuir para o aperfeiçoamento teórico-metodológico da área. Os modelos são entendidos como construtos que articulam dimensões teóricas e empíricas da pesquisa e desse modo subsidiam a elaboração de explicações e interpretações para um amplo conjunto de temas, de questões, de generalizações e de novos conceitos. As estratégias de pesquisa são por sua vez entendidas como as aplicações de métodos e técnicas de pesquisa.

No plano empírico as pesquisas selecionadas para análise da problematização proposta são aquelas se adequam aos seguintes critérios: foram publicadas na forma de tese em Ciência da Informação (2010 a 2020), têm uma estrutura que permite identificar claramente a articulação entre teoria e método, adotam metodologias qualitativas recorrentes no campo da CI e construíram modelos que podem ser adaptados e adotados em outras pesquisas na área.

Além dessa introdução, o capítulo inclui na segunda parte os referenciais epistemológicos e teóricos que tratam das relações entre teoria e método, estrutura analítica e generalizações empíricas, métodos e técnicas, pois são dessas relações que resultam os modelos de análise. Na terceira parte são apresentados os resultados da análise de teses do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI/UFMG), quanto as formas de articulação de teorias e métodos e proposição de modelos. Nessa análise são considerados os problemas de investigação nas teses e a estrutura analítica propostos, bem como as metodologias, estratégias de pesquisa e os modelos resultantes. E por fim, apresentam-se algumas considerações finais.

ARTICULAÇÃO TEORIA E MÉTODO EM CI E SUAS UNIDADES DE ANÁLISE

A construção de modelos analíticos de investigação nas pesquisas científicas envolve a articulação entre dimensões teóricas e empíricas. No plano teórico são sistematizadas teorias sociais, extraem-se argumentos e conceitos chaves dessas teorias e esses são rearticulados e ressignificados em função da problemática norteadora da pesquisa. O procedimento essencial nesse plano teórico é a revisão sistemática da literatura. Essa revisão, na ótica de Klemmer e Thompson, possibilita:

- 1) Reconhecer os campos pertinentes à investigação;
- 2) estabelecer quais estudos, ideias ou métodos são pertinentes à pesquisa que se iniciará;
- 3) criar a justificativa para a pesquisa, detectando lacunas, ideias e enfoques e
- 4) definir a contribuição concreta que a pesquisa há de dar.¹

No plano metodológico os conceitos são operacionalizados para possibilitar a sua utilização na estruturação da pesquisa empírica, na organização dos dados e na formulação de generalizações.

¹ Apresentamos uma síntese, para uma explicação de cada item ver: KLEMER; THOMPSON, 2015, p. 45-46.

As interpretações relativas às relações entre teoria e método, no campo das ciências sociais, são extensas e envolvem um amplo leque de questões, autores e disciplinas. Nesse trabalho adotam-se principalmente as abordagens de Domingues² e de Ragin,³ oriundas respectivamente da epistemologia e das ciências sociais. No campo da CI recorreu-se, aos trabalhos teóricos de Ortega,⁴ Moura,⁵ Rojas⁶ e também a dois trabalhos anteriores publicados pela autora.⁷

Ao analisar as relações entre paradigmas e modelos, Domingues compreende que os paradigmas podem ser situados ao lado das teorias e os modelos ao lado dos métodos. O paradigma é definido pelo autor como:

1) o segmento do real que aloja o princípio das coisas e que dá a chave do mundo dos homens e das coisas e 2) disciplina que funciona como arquétipo ou exemplo a ser seguido pelas outras. O paradigma é ainda entendido como] uma espécie de guarda-chuva, capaz de abrigar mais de uma teoria. Já o modelo é integrado ao método e significa três coisas: 1) o arquétipo de alguma coisa; 2) a simulação, a abreviação, a simplificação, o resumo da própria realidade; 3) a construção de algo pelo espírito que serve de instrumento para conhecer alguma coisa ou conduzir alguma pesquisa, sem necessariamente referir-se à realidade ou a algum de seus aspectos.⁸

Nesse trabalho interessa destacar a dimensão da teoria como aquela que, por se aproximar do plano paradigmático, permite estruturar a pesquisa científica em termos explicativos e interpretativos. Isso porque é a partir do contraponto entre teorias que se estabelece uma problemática que norteará e servirá de eixo para todo o desenvolvimento da pesquisa. Em termos metodológicos, considera-se relevante a concepção de modelo como uma construção, um instrumento que permite sistematizar e recortar o plano empírico, não se atendo à realidade em si mesma. Assim as reflexões de Domingues são adotadas como referência por apresentarem uma concepção construtivista do conhecimento científico e não uma postura filiada ao realismo ingênuo que concebe o modelo como cópia do real.

2 DOMINGUES, 2004.

3 RAGIN, 1994.

4 ORTEGA, 2009.

5 MOURA, 2019.

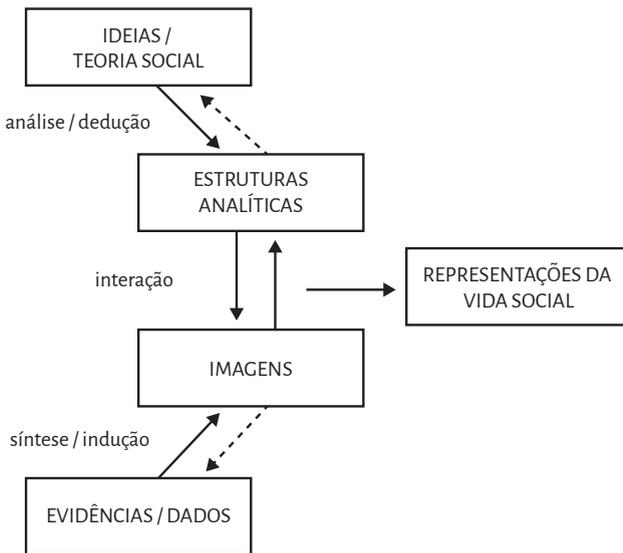
6 ROJAS, 2005.

7 FROTA 1999; 2003.

8 DOMINGUES, 2004, p. 52-53.

A pesquisa social, na ótica de Ragin,⁹ tem como eixo central o diálogo entre ideias e evidências e seus dois elementos essenciais são a estrutura analítica e as imagens. A estrutura analítica é derivada de teorias e de ideias sociais por dedução/análise, já as imagens são construídas indutivamente a partir de evidências e dados/síntese. Esse processo de interação entre estruturas analíticas e imagens é que contribui para o refinamento de ambas, bem como das representações sociais delas resultantes. O modelo de Pesquisa Social é representado pelo autor, na Figura 1, incluída a seguir:

Figura 1- Um Modelo Simples de Pesquisa Social (RAGIN)



Fonte: RAGIN, 1994, p. 57.

O modelo de pesquisa social sistematizado por Ragin envolve, por um lado, a articulação de teorias das quais se extrai a estrutura analítica da pesquisa e, por outro lado, as evidências e dados empíricos, a partir dos quais se constroem generalizações empíricas. As representações sociais resultantes da pesquisa são fruto portanto da articulação entre essas duas instâncias, as estruturas analíticas e as imagens. O autor faz uma ressalva importante indicando que essa articulação não é rígida, mas sim variável conforme o tipo de pesquisa e os objetivos que se pretende alcançar. Nas pesquisas quantitativas a estrutura

⁹ RAGIN, 1994.

é normalmente fixa, com objetivos pré-determinados no desenho de pesquisa, já nas qualitativas a estrutura é mais flexível e quase sempre é modificada ao longo da pesquisa.

Em síntese adota-se como ponto de partida para essa investigação a definição ampla de que pesquisas sociais são resultantes de articulações complexas entre paradigmas/teorias e métodos/modelos e de um modo mais específico entre estruturas analíticas e imagens. Na Ciência da Informação cabe especificar que reflexões de escopo epistemológico e teórico têm desenvolvimento relativamente recente, uma vez que se trata de uma ciência nova, originada no contexto Pós Segunda Guerra Mundial, embora sua gênese esteja diretamente influenciada por desenvolvimentos teóricos e metodológicos elaborados por áreas que lhe antecederam, sobretudo a biblioteconomia e a documentação.¹⁰ Mas, interessa dialogar, nesse trabalho, sobretudo com autores que tratam das questões relativas à delimitação do campo da CI em termos do seu objeto.

Parte significativa da literatura especializada brasileira e estrangeira classifica a Ciência da Informação como ciência social aplicada. O principal argumento que fundamenta esta posição é que os processos de produção, apropriação, gerenciamento, sistematização, disseminação e uso da informação são processos sociais, ou seja, ocorrem no âmbito das relações sociais e nas instituições sociais. E ainda, constata-se que referenciais teóricos e métodos de análise das Ciências Sociais podem ser, e vêm sendo, amplamente adotados pela Ciência da Informação.

As ciências sociais são historicamente marcadas por constantes mudanças na conceituação dos objetos delimitadores dos campos disciplinares e das pesquisas, essa dinâmica se explica pela complexidade dos fenômenos sociais e dos desafios para interpretá-los. A reflexão sobre o objeto próprio da CI repercute sob as unidades de análise que são adotadas nas pesquisas e ambos, objeto e unidades, devem ser conceituados, reatualizados como elementos centrais de delimitação e de alargamento do campo, de seu leque temático e de suas problemáticas de investigação.

¹⁰ Sobre relação entre a CI, a biblioteconomia e a documentação ver: ORTEGA, 2004; 2009.

Em relação ao objeto da CI não há uma única concepção hegemônica. Ortega¹¹ define a CI a partir de uma perspectiva histórica que remonta por um lado à Bibliografia e a Documentação e, por outro lado a Recuperação da Informação.¹² Nos termos da autora a CI

[...] pode ser definida como a área que estuda a teoria, os métodos e as práticas da produção, organização, armazenamento, recuperação, disseminação e promoção do uso da informação, processos esses compreendidos no âmbito dos fluxos comunicacionais, e a informação é abordada enquanto unidade operacionalizável do conhecimento.¹³

Para Rojas o objeto da CI é a Informação e essa é definida como

[...] um ente ideal que tem como origem dados ou objetos sensíveis e que não existe como um ente acabado ou autônomo, mas sim é construída a partir do mundo material e existe como qualidade secundária de um objeto particular; do signo linguístico registrado.¹⁴

Moura¹⁵ delimita e situa a problemática da CI no campo humanidades digitais

[...] a Ciência da Informação se constitui em torno de três de questionamentos principais: a agenda de fenômenos info-comunicacionais enfrentados, as práticas de pesquisa e o tratamento das problemáticas éticas e sociais derivadas dos processos de intensificação da digitalização da informação, dados na sociedade contemporânea.¹⁶

Em relação às unidades de análise ampliou-se uma sistematização, elaborada em um artigo¹⁷ que não é exaustiva mas que procura agrupar e tipificar elementos mais recorrentes investigados nas pesquisas da área, apresentada, na Figura 2, a seguir:

11 ORTEGA, 2004; 2009.

12 Ortega desenvolve em diversos trabalhos essa perspectiva histórica e sobretudo a questão da Relação entre a Documentação e a Ciência da Informação e em diferentes vertentes/países.

13 ORTEGA, 2004, p. 8-11.

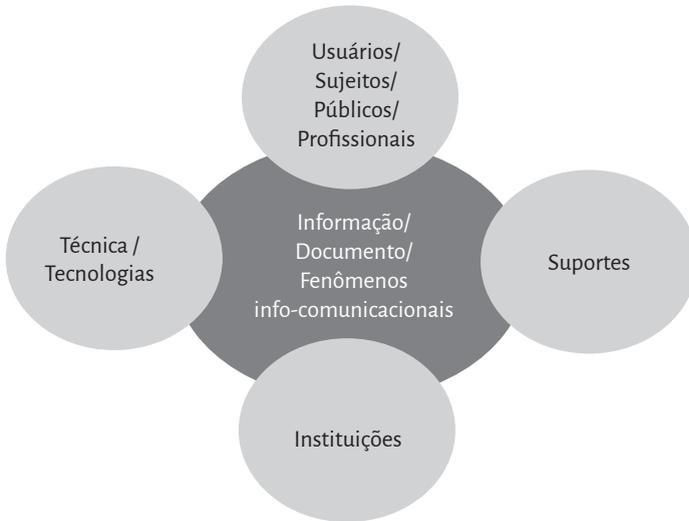
14 ROJAS, 2005, p. 52-53.

15 MOURA, 2019, p. 64.

16 DOMENGET; BONACCORSI; CARAYOL, 2016.

17 FROTA, 1999.

Figura 2 - Objeto/unidades de análise



Fonte: Elaborada pela autora.

A partir do objeto da CI em suas diferentes acepções – informação, documento, fenômeno info-comunicacional – considera-se que quatro unidades de análise, recorrentes nas pesquisas, podem ser tipificadas e agrupadas do seguinte modo:

- a. os sujeitos informacionais- usuários, profissionais, público;
- b. as instituições-bibliotecas, centros de documentação e unidades informacionais diversas;
- c. os suportes-livros, periódicos, vídeos, filmes dentre outros;
- d. as tecnologias e as técnicas incluem tanto os aplicativos, softwares e procedimentos – coleções, banco de dados, tesouros, repositórios, mapas conceituais dentre outros – como também ações sociais que caracterizam a área – classificação, organização, disseminação, comunicação, publicização, publicação, dentre outras.

Cabe esclarecer que as pesquisas frequentemente relacionam duas ou mais unidades de análise, mas que é fundamental explicitar a quais unidades determinados resultados e conclusões se referem, para evitar erros.¹⁸

¹⁸ Sobre unidades e erros ver: SINGLETON, 1972 .

PESQUISA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: MODELOS, MÉTODOS E TÉCNICAS

O modelo como definido anteriormente, resulta da articulação entre teorias e métodos. Os métodos são entendidos em sentido amplo como formas de operacionalizar as perspectivas teóricas e os conceitos extraídos da literatura, incluem a lógica da pesquisa e as formas de análise e de validação dos resultados. As técnicas são entendidas como procedimentos específicos adotados nas pesquisas: entrevistas, observação, questionários, grupo focal, *survey*, experimento dentre outras. Trata-se de formas de coleta, de sistematização e de organização dos dados.

Em termos de metodológicos uma classificação recorrente é definir as pesquisas sociais como quantitativas ou qualitativas, divisão essa aplicada tanto ao método, em sentido amplo, quanto às técnicas em sentido específico.¹⁹ Essas duas metodologias filiam-se a distintas concepções paradigmáticas da ciência que concebem de modo distinto os aspectos de interpretação, de validação e de comprovação dos resultados das pesquisas, conforme propõem Dezin e Lincoln.²⁰ As metodologias quantitativas apoiam-se nos paradigmas positivista e pós-positivista e as metodologias qualitativas apoiam-se em paradigmas construtivistas, dialéticos e participativos.

A escolha de métodos e técnicas é definida em função do problema e do estado da arte das questões objeto de investigação. Assim, depois de delineado o problema a luz da revisão de literatura é que se desenha a metodologia de investigação.

A pesquisa quantitativa é caracterizada como macroanálise pois aborda muitos contextos e situações – populações e amostras –, correlacionando poucos aspectos – variáveis. Trata de problemas e objetivos que suscitam a descrição fenômenos, a correlação de variáveis relativas a esse fenômeno para a produção de associações, de explicações, de explanações de tipo causal ou preditivas. Na pesquisa quantitativa os resultados são analisados no sentido de verificar ou falsear hipóteses e visam estabelecer teorias, leis e generalizações.

A pesquisa qualitativa é caracterizada como microanálise pois aborda um contexto específico e em profundidade, correlacionando muitos aspectos – variáveis. Trata de problemas e objetivos que suscitam uma

¹⁹ Ragin inclui um terceiro grupo, o método comparativo.

²⁰ DEZIN; LINCOLN, 1994; 2006.

investigação a partir da ótica dos sujeitos sobre as ações e relações sociais e que são ainda pouco investigados em uma determinada área. Na pesquisa qualitativa o registro do processo de pesquisa é tão importante quanto os resultados para a validação das interpretações e o que se pretende é interpretar fenômenos culturais, históricos e testar teorias.

O que se observa na prática da pesquisa em CI e também das teses do PPGCI/UFMG é que, embora a mescla de técnicas qualitativas e quantitativas seja recorrente, em termos de método, em sentido amplo, as pesquisas seguem uma ou outra lógica. Em um levantamento de teses em Ciência da Informação, defendidas entre 2000 e 2019, realizado na base da CAPES, observa-se um predomínio das metodologias e das técnicas qualitativas. A pesquisa por termos relativos aos métodos e técnicas, considerando os títulos, resumos e palavras-chave, aponta os seguintes resultados:

TABELA 1 - Métodos e Técnicas das teses em CI

Termos gerais	Ocorrência
Pesquisa qualitativa/metodologia qualitativa	37
Pesquisa quantitativa/metodologia quantitativa	5
Termos específicos	Ocorrência
Questionário	76
Estudo de caso	76
Entrevista	72
Análise de conteúdo	72
Survey	56
Pesquisa bibliográfica	53
Pesquisa documental	33
Estudos métricos/bibliometria/cientometria/informetria/altmetria	30
Pesquisa de campo	27
Grupo focal	14
Análise do discurso	12
Incidente crítico	7
Formulário	5
Pesquisa etnográfica	2

Fonte: Elaborado pelo autora e Olívia Coimbra.²¹

²¹ Olívia Coimbra, doutoranda do PPGCI, colaborou na coleta de dados para a construção do quadro.

Quanto se considera os termos mais gerais método ou pesquisa quantitativa e qualitativa, verifica-se um predomínio do termo qualitativo, com 37 ocorrências.²² Os dados relativos às técnicas específicas apontam tendências mas devem ser analisados com ressalvas. Os termos mais frequentes são questionário e estudo de caso e aparecem 76 vezes cada um. O questionário pode ser uma estratégia quantitativa se for aplicado em uma amostra representativa, tiver as respostas agrupadas e quantificadas, mas pode ser utilizado com estratégia qualitativa para descrever um conjunto de ações ou opiniões, sem a pretensão de representar uma situação e generalizar dados. O estudo de caso é definido como uma estratégia qualitativa que permite investigar em profundidade um problema, considerando muitos aspectos, a partir de um ou mais casos.²³ Ressalva-se que, nos estudos de caso, recorre-se a formas de quantificação de alguns dados para descrever ou situar um contexto ou grupo que é parte da pesquisa. A entrevista, termo que apareceu 72 vezes, também se refere claramente a uma estratégia qualitativa, quase sempre empregada para compreender a posição de atores-chaves ou especialistas sobre um tema, contexto, situação ou fenômeno específico. A análise de conteúdo, termo com 72 ocorrências, pode ser utilizada como estratégia para coletar e analisar dados de forma quantitativa ou qualitativa, a depender dos objetivos da pesquisa. Quanto ao *survey* que aparece 56 vezes, trata-se de uma estratégia definida como quantitativa que consiste na aplicação de um questionário a partir de uma amostra representativa de uma determinada população. A pesquisa bibliográfica, termo também frequente, com 53 ocorrências, não permite caracterizar a metodologia uma vez que é parte central de todas as pesquisas sociais.

Observa-se assim uma tendência ao predomínio de pesquisas qualitativas na CI, o que pode ser relacionado ao fato de ser uma área relativamente recente, criada a partir nos anos 1950, que trata de problemas contemporâneos complexos, com pouco acúmulo de dados oriundos de censos e de levantamentos que viabilizam generalizações e predições, considerando variáveis específicas.²⁴

22 Cabe esclarecer que esses dados indicam apenas tendências mas não são absolutos, uma vez que nem todas as teses incluem nos campos pesquisados (título, palavra-chave e resumo) elementos de caracterização da metodologia e das técnicas.

23 Sobre estudo de caso ver o livro de Yin (2005).

24 Sobre as pesquisas quantitativas na CI e mais especificamente os estudos métricos, tipo de pesquisa que vem se ampliando e se aperfeiçoando na área, ver nesse

As pesquisas qualitativas são caracterizadas pela diversidade e combinação de técnicas pois têm de lidar com fenômenos complexos, contemporâneos e que demandam cruzamentos de dados variados que contrapostos e comparados possibilitam construir uma interpretação consistente. De modo a compreender em profundidade as formas de articulação entre teoria e método, a construção de modelos e de estratégias de investigação analisou-se teses do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFMG), defendidas entre 2010 e 2020. As teses selecionadas para análise são aquelas que atendem aos seguintes critérios:

- a. utilizam e associam de modo criativo metodologias e técnicas qualitativas recorrentes no campo;
- b. adotam critérios de validade, de qualidade, preconizados na literatura para esse tipo de pesquisa;
- c. constroem modelos ou estratégias que por sua clareza e qualidade podem ser adotados em outras pesquisas na área.

Os critérios de qualidade das pesquisas quantitativas – confiabilidade, validade e objetividade – não podem ser integralmente aplicados às pesquisas qualitativas, sem modificações. Para Flick²⁵ a validade na pesquisa quantitativa é baseada sobretudo na padronização de procedimentos e resultados e as pesquisas qualitativas não buscam a padronização, embora recorram a algumas técnicas e métodos comuns sujeitos a formas próprias de verificação. O foco nas pesquisas qualitativas está mais nos procedimentos que nos resultados e a confiabilidade é obtida pela “[...] produção transparente de dados e pela documentação reflexiva do processo de pesquisa.”²⁶

Guba e Lincoln²⁷ consideram que os critérios de validade dos paradigmas positivista e pós-positivista validade interna – aproximação com o real – e que validade externa – generalização – são, em parte, readequados no âmbito da teoria crítica. No entanto, nos paradigmas da teoria crítica, do construtivismo e no participativo, novos critérios de validação são incluídos como: a autenticidade, o aumento da com-

livro o capítulo *Reflexões sobre as dimensões da metodologia da pesquisa em Ciência da Informação e os estudos métricos da informação*, de Bufrem.

25 FLICK, 2009.

26 FLICK, 2009, p. 32-33.

27 GUBA; LINCOLN, 1994; 2006.

preensão das construções do outro, a incorporação do saber experimental e prático. Em síntese é pertinente considerar que ao longo do desenvolvimento da pesquisa qualitativa formas alternativas de validação – procedimental, comunicativa, analítica – vem sendo construídas, modificadas e aperfeiçoadas pela comunidade científica.

A partir dos critérios, sistematizados anteriormente, foram selecionadas três teses, produzidas pelo PPGCI, consideradas como exemplares para a pesquisa. A primeira tese selecionada intitulada *Fluxos informacionais para o monitoramento da implementação da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho sobre as piores formas do trabalho infantil* é exemplar pelo modo de construção do modelo, no qual é clara a articulação entre estrutura analítica e imagens. Essa tese, de autoria de Pedro Alves Barbosa Neto, apresenta como problema de investigação a relação entre fluxos informacionais e eficácia no monitoramento da implementação da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O quadro teórico é construído a partir da articulação de teorias e interpretações provenientes da História, do Direito e da Ciência da Informação. As referências da história possibilitam uma compreensão da revolução industrial e do surgimento de formas intensas de exploração do trabalho infantil na Inglaterra, no Canadá e no Brasil. Do direito foram extraídos referências chaves sobre a OIT e os processos de monitoramento de suas convenções e da Ciência da Informação foram mobilizados ideias e conceitos centrais da tese, a saber: controle social da informação, fluxos informacionais, necessidades de informação derivada e intensiva. A partir desse quadro foi construída a estrutura analítica da pesquisa, dividida em três variáveis com um grupo de indicadores. No plano metodológico as variáveis foram operacionalizadas em indicadores, a partir dos quais foi possível construir imagens e generalizações empíricas. Nos termos de Barbosa Neto:

O método de pesquisa é composto por três variáveis que se complementam entre si para o total entendimento dos processos de monitoramento da implementação da Convenção 182 no Brasil e no Canadá. A análise da primeira variável, denominada a implementação da Convenção 182, pretende subsidiar a compreensão de como o contexto sociojurídico dos Estados-membros delimita o processo de implementação da Convenção N. 182 da OIT. O estudo da segunda variável, intitulada procedimentos informacionais para o monitoramento da implementação da Convenção 182, ocupa-se de verificar a existência de correlação entre os modelos de coleta e produção de informação desenvolvidos pelo Brasil (centralizado) e Canadá (descentralizado) e a eficácia no processo de monitoramento da

implementação da Convenção N.182. Por fim, a análise da terceira variável, denominada fluxos informacionais para o monitoramento da implementação da Convenção 182, fomenta a compreensão sobre como as estruturas administrativas do Estado federalista brasileiro e do Estado federalista canadense delineiam diferentes fluxos da informação produzidos para monitorar a Convenção 182.²⁸

A representação social resultante da pesquisa é apresentada no formato de dois fluxos informacionais que reconstituem e permitem interpretar como o processo de monitoramento foi realizado nos países estudados, Brasil e Canadá, a partir dos processos de produção, coleta, sistematização e análise de informações sobre as piores formas de exploração do trabalho infantil.

A segunda tese selecionada intitulada *Políticas de acesso aberto à produção científica: uma análise contrastiva entre Estados Unidos, Portugal e Brasil* é exemplar como estratégia de pesquisa aplicada fortemente sustentada no aparato conceitual e em estudos de casos comparados (*cross case*). Essa tese elaborada por Izabel Antonina, propõe um modelo teórico para o estabelecimento de uma política nacional de ciência aberta no cenário brasileiro. Trata-se de pesquisa qualitativa de natureza aplicada pois, a partir do contraste entre três casos, propõe um modelo teórico aplicado de política de ciência aberta. O quadro teórico é construído em um primeiro plano a partir de perspectivas e conceitos da Ciência da Informação sobre ciência aberta, acesso aberto e políticas de informação. No segundo plano, a tese inclui referenciais e conceitos, provenientes sobretudo da Ciência Política, como Cultura Política e Participação Pública para subsidiar a reconstituição e comparação das políticas de acesso aberto nos Estados Unidos, em Portugal e no Brasil. As técnicas utilizadas foram a pesquisa documental (leis, políticas, projetos, planos, dentre outros) e entrevistas com atores chaves do movimento de acesso aberto. A metodologia desenhada para contrastar as unidades de análise dos estudos de caso, a saber ações acesso aberto e ciência aberta, inclui os seguintes aspectos – variáveis –, como: orientações políticas, sociais, técnicas e tecnológicas e econômicas. Essa metodologia possibilitou reconstituir os movimentos de acesso aberto e de configuração de políticas de ciência aberta nos três países. Dessa reconfiguração resultou um modelo robusto de Diretrizes estruturantes para uma política de acesso aberto no Brasil. Nos termos de Antonina, o modelo é constituído de

28 BARBOSA NETO, 2013, p. 141.

[...] cinco políticas como aporte principal para estruturar uma política nacional de ciência aberta, por considerar que elas dão sustentação a outras práticas de abertura, a saber: (i) política de informação científica; (ii) políticas de ciência tecnologia e inovação; (iii) políticas sociais; (iv) políticas econômicas; (v) políticas educacionais e culturais. Essas políticas são direcionadas a campos específicos e aos atores principais (governo, agências, universidades e instituições de pesquisa) que potencializam práticas de abertura da ciência.²⁹

As contribuições da tese foram possíveis pela qualidade da comparação entre os casos, articulada a um quadro teórico interdisciplinar com especificação clara a competente da estrutura analítica.

A terceira tese selecionada intitulada *Informação simbólica, representações sociais e identidade: confronto de sentidos nas narrativas que (in)formam as mulheres de Noiva do Cordeiro* é exemplar principalmente em termos de triangulação metodológica. O problema de investigação formulado pela autora Juliana Perdigão é o seguinte: “[...] de quais maneiras a informação, social e simbólica, permeia a elaboração das representações que envolvem os moradores da comunidade rural Noiva do Cordeiro?”³⁰

A autora da tese, se propõe a compreender de que maneira a informação como uma forma simbólica, incide nos movimentos de objetivação e de ancoragem das representações sociais criadas para e pelas mulheres de Noiva do Cordeiro, pautando os modos como essas representações são aceitas, incorporadas, rejeitadas e/ou ressignificadas ao longo da história daquela comunidade.

O referencial teórico associa a literatura proveniente da CI, sobre informação social e simbólica com teorias e conceitos das Ciências Sociais que abordam as Representações Sociais, as relações identitárias e de gênero.

A partir desse aparato analítico, a autora estrutura uma metodologia de triangulação dos dados e das formas de analisá-los em duas instâncias. Em uma primeira instância, dados provenientes de extensão pesquisa de campo foram obtidos pela combinação de observação participante, história de vida, entrevista e grupo focal. Essa combinação de técnicas possibilitou levantar e contrapor depoimentos, relatos, práticas e informações e compreender como incidem sobre as repre-

²⁹ ANTONINA, 2020, p. 260.

³⁰ PERDIGÃO, 2020, p. 21.

sentações sociais criadas para e pelas mulheres de Noiva do Cordeiro. Em uma segunda instância, foram coletados dados provenientes de reportagens e filmes produzidos sobre a comunidade – entre 2007 e 2014 – e recorreu-se a hermenêutica dialética e análise de discurso para a análise. Esse material possibilitou compreender “[...] a dinâmica de produção de informações e das representações acionadas para enquadrar os moradores de Noiva do Cordeiro ao longo do tempo.”³¹

Para viabilizar essa coleta ampla e detalhada de dados a pesquisadora elaborou uma estratégia de campo de longo duração descrita do seguinte modo:

O caminho investigativo percorrido até aqui foi trilhado tendo por guia uma combinação de estratégias utilizadas em pesquisas sociais cujas abordagens metodológicas possuem uma natureza qualitativa. Sendo assim e em função de nosso problema de pesquisa, entrevistas livres e semiabertas, observação participante e grupos focais foram realizados, ao longo dos três primeiros anos do doutorado, a partir de visitas constantes à comunidade Noiva do Cordeiro tendo-se em vista colher os dados que amparam este estudo.³²

Assim o recurso à triangulação metodológica ampliou as possibilidades de coletar e contrapor e os dados, resultando em uma interpretação densa e aprofundada que associa informação social e simbólica, representações sociais, identitárias e de gênero. Para melhor visualização dos modelos construídos elaborou-se um quadro síntese, apresentada no Quadro 2 seguir.

31 PERDIGÃO, 2020, p. 141.

32 PERDIGÃO, 2020, p. 132.

Quadro 2 - Modelos: articulação estrutura analítica e imagens

Autor/Categorias	Estrutura analítica	Variáveis/Imagens	Operacionalização/ Metodologia e técnicas
BARBOSA NETO	<p>Controle social da Informação; fluxos informacionais; necessidades de informação derivadas e intensivas.</p> <p>Revolução industrial, exploração do trabalho infantil.</p> <p>Processos de monitoramento das Convenções da OIT</p>	<p>Implementação da Convenção 182;</p> <p>Monitoramento da Convenção 188;</p> <p>Fluxos informacionais para o Monitoramento da Convenção 182.</p>	<p>Estudo de caso comparado.</p> <p>Pesquisa documental e entrevistas.</p>
ANTONINA	<p>Ciência aberta; acesso aberto e políticas de informação.</p> <p>Cultura política e participação pública.</p>	<p>Política de informação científica; políticas de ciência tecnologia e inovação; políticas sociais; políticas econômicas; políticas educacionais e culturais.</p>	<p>Estudo de caso comparado.</p> <p>Técnicas: pesquisa documental e entrevistas.</p>
PERDIGÃO	<p>Informação social e simbólica.</p> <p>Representação social, identidades sociais; identidades de gênero.</p>	<p>Objetivação e de ancoragem das representações sociais criadas para e pelas mulheres de Noiva do Cordeiro; a dinâmica de produção de informações e das representações acionadas para enquadrar os moradores de Noiva do Cordeiro ao longo do tempo.</p>	<p>Pesquisa de campo.</p> <p>Técnicas: observação participante, história de vida, entrevista e grupo focal.</p> <p>Análise de discurso: reportagens e filmes.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ciência da Informação é um construto coletivo no qual pesquisas recentes se apoiam sempre em conceitos, interpretações, técnicas ou dados provenientes de pesquisas anteriores. E é justamente no movimento de contraposição e justaposição das distintas teorias, aparatos conceituais e interpretações, provenientes de diversos campos disciplinares, que reside a sua especificidade e a riqueza.

Nas três teses do PPGCI analisadas destaca-se que a qualidade e a exemplaridade das mesmas foi resultante da combinação de um aporte teórico multidisciplinar, caracterizado pela clara delimitação e reinterpretação dos conceitos apropriados de cada área, associado a formas

consistentes de operacionalização desse quadro teórico para a elaboração das generalizações e das imagens.

Essas teses desenvolvidas com o aporte de paradigmas contemporâneos construtivistas, críticos e participativos e de metodologias qualitativas são consideradas exemplares e podem servir de referência para outras pesquisas por:

- a. delimitarem e problematizarem questões inovadoras e relevantes para a CI que contribuem para a construção e aperfeiçoamento dos referenciais teóricos da área;
- b. identificarem e sistematizarem objetos e de unidades de análise pertinentes que contribuem para o alargamento do campo e de suas fronteiras temáticas;
- c. operacionalizarem de forma criativa os conceitos teóricos na construção da estratégia de pesquisa;
- d. validarem os resultados e interpretações alcançados através da documentação detalhada que permite ao leitor reconstruir todo o processo de pesquisa.

Cabe considerar, por fim, que em termos de validação, as teses, apoiadas em metodologias qualitativas, corroboram que é possível produzir resultados, confiáveis, autênticos e que contribuem para o aumento da compreensão e das interpretações de problemáticas relevantes para o campo em termos teóricos e aplicados.

REFERÊNCIAS

ANTONINA, Izabel. *Políticas de acesso aberto à produção científica: uma análise contrastiva entre Estados Unidos, Portugal e Brasil*. 2020. 311 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

BARBOSA NETO, P. A. *Fluxos informacionais para o monitoramento da implementação da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho sobre as piores formas do trabalho infantil*. 2013. 261f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

DOMINGUES, Ivan. *Epistemologia das ciências humanas*. São Paulo: Loyola, 2004. (Tomo I: positivismo e hermenêutica)

FLICK, Uwe. *Qualidade na pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

- FROTA, Maria Guiomar da Cunha. A delimitação das unidades de análise em Ciência da Informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n.3, p. 262-267, 1998.
- FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Desafios teórico-metodológicos para a Ciência da Informação: descrição, explicação e interpretação. In: REIS, CABRAL. (Org.). *Informação, cultura e sociedade: interlocuções e perspectivas*. Ied. Belo Horizonte: Novatus, 2007. p. 49-59. v. 1
- KAMLER, Barbara; THOMPSON P. Trabalhando com literaturas. In: SOMETH, Bridget; LEWIN, Cath. *Teoria e Métodos de Pesquisa Social*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- LINCONL. Y; GUBA. E. Competing Paradigmas in Qualitative Research. In: LINCON, Y.; DENZIN, N. (Ed.). *Handbook of qualitative reserch*. Thousand Oaks. Londres, New Delhi: Sage Publications, 1994
- LINCONL. Y; GUBA. E. Controvérsias paradigmáticas, contradições e confluências emergentes. In: LINCON, Y.; DENZIN, N. (Eds). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- MOURA, Aparecida M. Ciência da Informação e humanidades digitais: mediações, agência e compartilhamento de saberes. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 24, 2019.
- ORTEGA, Cristina D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. *Revista de Ciência da Informação*, v. 5, n. 5, out. 2004.
- ORTEGA, Cristina D. Surgimento e consolidação da documentação: subsídios para a compreensão da História da Ciência da Informação no Brasil. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 14, p. 59-79, 2009.
- PERDIGÃO, Juliana. *Informação simbólica, representações sociais e identidade: confronto de sentidos nas narrativas que (in)formam as mulheres de Noiva do Cordeiro*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.
- RAGIN, Charles. *Constructing Social Research: the Unity and Diversity of Method*. Thousand Oaks, California: Pine Forge Press, 1994.
- ROJAS, Miguel R. Relación entre los conceptos: información, conocimiento y valor. *Semejanzas y diferencias*. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 34, n. 2, p. 52-61, maio/ago. 2005.
- SINGLETON; STRAITS. *Approaches to Social Research*. Nova York: Oxford University Press, 1970.
- YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2005.

A decorative graphic at the top of the page consists of a network of interconnected nodes and lines, forming a complex, web-like structure. The nodes are represented by small grey circles, and the lines are thin, light grey lines connecting these nodes. The overall shape is roughly triangular, with the top edge being the most complex and the bottom edge being a simple horizontal line.

REFLEXÕES SOBRE AS DIMENSÕES DA METODOLOGIA DA PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E OS ESTUDOS MÉTRICOS DA INFORMAÇÃO

Leilah Santiago Bufrem

INTRODUÇÃO

A partir da questão geradora sobre a possibilidade de identificar e compreender as relações entre a metodologia da pesquisa e os estudos métricos em Ciência da Informação e, como forma de precisarmos a problemática, foram acentuadas interrogações orientadoras do estudo relatado neste capítulo. Questionamos como as dimensões da pesquisa em Ciência da Informação se relacionam com os estudos métricos;

quais aspectos dos estudos métricos contribuem para a análise e avaliação da produção científica e como superar a contradição presente na relação quantidade *versus* qualidade em produção científica.

O conjunto dessas perguntas mostra o desafio imposto ao pesquisador e demanda um esforço de reflexão a partir de pressupostos teóricos favoráveis à contextualização do objeto de pesquisa. Assim, ao pensarmos a práxis da pesquisa científica e os elementos envolvidos na dinâmica de sua realização, assumimos o imperativo de contribuir para esse processo, com referenciais em prol da postura crítica e autocrítica à prática da pesquisa. O valor da compreensão a respeito das intenções e dos princípios orientadores de determinada pesquisa, para o esclarecimento de seu contexto, de suas motivações e justificativas, reforça o argumento sobre a necessidade de ir além do conhecimento da metodologia utilizada no processo investigativo. Assim, ao privilegiarmos a crítica e a autocrítica aos modos de realização de uma investigação, procuramos a raiz para a explicitação de um método capaz de orientar a elaboração e representação do conhecimento. A dialética marxista, superando as tentativas de construção teórica especulativa, afirma-se enquanto aplicação de um modo especial de analisar a realidade, como argumenta Prado Junior,¹ fornecendo os elementos e base necessários no sentido de fundamentarmos procedimentos, assim como compreendermos os caminhos para o conhecimento e, como consequência, sua representação. Mas o conhecimento e as doutrinas são sempre tomados como parte integrante do fato social em si, somente separáveis dele por uma abstração provisória. Ao acentuar esse caráter total da vida social, o pensamento dialético visa contribuir para a unidade do pensamento e da ação.

Com essa compreensão, procuramos neste capítulo reconhecer as relações entre a metodologia da pesquisa e os estudos métricos em Ciência da Informação. Para tanto, analisamos como as dimensões da pesquisa em Ciência da Informação se relacionam com os estudos métricos; quais aspectos dos estudos métricos contribuem para a análise e avaliação da produção científica e como superar a contradição presente na relação quantidade *versus* qualidade em produção científica?

Como objeto de discussão, privilegiamos as relações entre a metodologia da pesquisa na área de Ciência da Informação e os estudos métricos da informação. Previmos desenvolver o estudo a partir da contextualiza-

1 PRADO JUNIOR, 1973.

ção da problemática, da exposição da trajetória do estudo, de reflexões sobre a política de produção científica, dos estudos métricos e tipos de análise no desenvolvimento da pesquisa e da crítica à prática, apontando possibilidades para concluir com as considerações finais.

PRESSUPOSTOS E MODELO DE ANÁLISE

Alguns pressupostos permitem situarmos o estudo em quadro referencial capaz de contextualizá-lo teoricamente. O primeiro deles refere-se à dificuldade de analisar a produção científica devido às peculiaridades de quem a produz, ou seja, o indivíduo concreto.² Dele decorrem características da pesquisa científica, como o fato de ela não se realizar de modo neutro e, por conseguinte, a produção decorrente não ser isenta da complexidade inerente às relações humanas e sociais. Impossível o descomprometimento com os múltiplos processos políticos determinantes da intensidade dessas relações, peças fundamentais no entendimento e na análise de conjuntura de qualquer objeto a ser observado.³

Ao considerarmos a pesquisa integrada aos fatos e relações sociais, como elemento indispensável do estudo atual de um problema, consideramos a práxis científica enquanto modo de conhecer e superar os posicionamentos antagônicos, a partir da relação fecunda entre sujeito e objeto, mediados pelo mundo, desde a permanente problematização da prática social, se a considerarmos de uma perspectiva multidimensional. A concepção de Sánchez Vásquez⁴ apela à consciência possível, como expressão de possibilidades no plano do pensamento e da ação em determinada estrutura social. Ele concebe o ato de conhecer não enquanto modo de auto assimilação ou fusão com o real, mas como “produção de conceitos”, em prol da apropriação de um campo teórico ou empírico.

Compreendemos o conhecimento nessa perspectiva, como “uma rica totalidade, de muitas determinações e relações”, implicando um “processo da síntese, como resultado”, superando os momentos isolados apreendidos pelos sentidos, em prol do nexos concebido e conceituado.⁵ A partir dos pressupostos e critérios já enunciados, acenando para essa disposição ordenada do conjunto, construímos um questionamento sobre a possibi-

2 ZIMAN, 1979.

3 NASCIMENTO, 2016, p. 80.

4 SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 2011.

5 MARX, 2011, p. 54.

lidade de observar as formas de realização de pesquisas científicas, apresentando um modelo para considerar as diferentes dimensões e procedimentos para a compreensão da dinâmica da pesquisa. Apresentado por Bruyne, Herman e Schoutheete,⁶ o modelo de análise parte de uma “[...] unidade subjacente a uma multiplicidade de procedimentos científicos específicos [...]”, fazendo-nos acreditar na possibilidade de aproximação com a área de Ciência da Informação, para compreender a dinâmica de sua prática de pesquisa. Essa compreensão, favorecida pelo acompanhamento da literatura científica na área, especialmente para a concretização do nosso projeto “Quadros teóricos seminais na prática da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil”, apresentado ao CNPq.⁷ Foi, assim, possível visualizar as condições de cientificidade, a partir de uma estrutura modelar de interpretação preestabelecida, o que vem ao encontro da posição de Lloyd,⁸ sobre a importância da análise de uma construção científica para compreender as explicações e o emprego de arcabouços, abrangendo pressupostos metodológicos e filosóficos. Determinante para a escolha do modelo foi a sua organicidade na apresentação da prática metodológica por eles estruturada para compreender os aspectos da pesquisa.⁹ Além de permitir a possibilidade de aproximação com a área de Ciência da Informação, aplicado como um instrumento operacional em pesquisas de diversas naturezas, permitiu a possibilidade inicial de aproximação com a área de Ciência da Informação, para favorecer a compreensão da dinâmica de sua prática de pesquisa específica, a partir de quatro polos: o epistemológico, o teórico, o morfológico – ou configurativo – e o técnico.

A dimensão epistemológica permite analisar a pesquisa científica em sua historicidade, desde a origem da problemática, percorrendo uma trajetória marcada pela compreensão da prática investigativa como processo, cujo princípio parte do questionamento sobre a realidade a fim de explicitar a natureza do objeto do conhecimento. Para esta exposição, a epistemologia é compreendida como uma das dimensões do fazer científico, cuja atribuição seria possibilitar a reconstrução do conhecimento, incluindo a percepção e a análise do processo gnosiológico de sua construção, considerando-o na sua provisoriade, enquanto dependente de uma realidade permeada por orientações ideológicas,

6 BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977, p. 57.

7 BUFREM, 2021.

8 LLOYD, 1995.

9 BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977.

religiosas, econômicas, políticas e históricas.¹⁰ Construir um objeto científico, com essa orientação, significa consolidá-lo, entre a cautela e a convicção, diante dos procedimentos e resultados esperados. Assim, delimita-se a problemática, no contexto de concepção do objeto, se não inédito, “transformado” a partir de uma construção alternativa.

No ato de construção da problemática, o pesquisador seleciona os aspectos da realidade concernentes à compreensão do objeto de seu trabalho, submetendo-os a um questionamento. A percepção do processo, a partir desse questionamento inicial, está intimamente conectada com o denominado “polo teórico” pelos autores,¹¹ ou seja, com a dimensão pela qual são definidos os conceitos e é apresentada sua fundamentação. Trata-se da instância de construção das hipóteses ou pressupostos, pertinentes e adequados ao objeto de pesquisa. Considerando-se as teorias como partes integrantes do fato social em si, dele distintas somente por uma abstração provisória, seu estudo é um elemento indispensável para a compreensão do problema, do mesmo modo que a realidade social e histórica constitui um dos elementos mais importantes quando se trata de compreender a realidade de uma época.¹² Nessa instância, são propostos procedimentos, cuja pertinência para a interpretação dos fatos ou informações organizados, favorecerá a especificação e definição das soluções provisórias ou hipóteses de trabalho. Coadjuvante, ou razão de ser da teoria, impõe-se a constituição de um conjunto integrado de termos significativos aos quais a investigação possa se referir de maneira rigorosa, para superar incompreensões geradas pela polissemia ou pela ambiguidade. Entretanto, deve-se evitar a consideração do conceito científico como essência esclerosada ou definitiva, pois ele só conserva seu *status* científico no esforço de análise e estruturação dos fatos, a partir do termo representativo.¹³ O conceito e sua definição, considerados estratégicos, resultam de uma operação de abstração dos elementos fortuitos ou contingenciais. O conceito detém a riqueza do empírico e, no contexto de uma prática científica, sempre posto à prova e revisto em prol da chamada “vigilância epistemológica”.¹⁴ Transcendendo a barreira

10 TESSER, 1994.

11 BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977.

12 GOLDMANN, 1978, p. 47.

13 ARISTÓTELES, 2019.

14 BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1990, p. 14.

do sensível, revigora-se nesse processo a construção da problemática, no contexto que possibilita a concepção de um objeto nem sempre inédito, pois inovado, por meio de uma construção alternativa, uma dimensão de caráter discursivo, fundada em critérios e dentro de uma linguagem pertinente aos paradigmas que a orientam.

Partícipes do contexto teórico da investigação, os subsídios oferecidos para a formulação de hipóteses ou adoção de pressupostos, capazes de revelar indícios ou evidências no decorrer do estudo, são reforçados pelas linhas argumentativas conducentes à verificação, comprovação ou não das ideias. A teoria comporta tanto conceitos semânticos relativos a aspectos do objeto e foco, quanto conceitos sintáticos, articuladores de conceitos relacionados. Nessa dimensão, percebem-se os movimentos lógicos do raciocínio dedutivo, indutivo ou hipotético-dedutivo, da mesma forma que as orientações relacionadas aos procedimentos metodológicos, entre eles a análise e a interpretação dos resultados da pesquisa.

Para essa dinâmica contribui a dimensão técnica da pesquisa, estabelecendo relações entre a construção do objeto científico e o mundo dos acontecimentos. Nessa dimensão, são recolhidas informações sobre a realidade e convertidas em contribuições pertinentes, face à problemática da investigação. Ao iniciar o projeto, elaborando o planejamento da pesquisa, o pesquisador prevê as atividades operacionais e técnicas, assim como os instrumentos de apoio para a captação e organização dos dados, tais como inquéritos, observações e tipos de análise.

Considerando suas escolhas, a partir de um amplo leque de opções, o pesquisador pode superar procedimentos genéricos e formalizados. Ao selecionar elementos para a construção de seu objeto de pesquisa dentre uma extensa variedade de estudos e as possibilidades conjunturais, analisa sua própria ação, refletindo sobre a trajetória realizada. Para esse esforço reflexivo, apoia-se nas teorias desenvolvidas pelos pensadores das ciências sociais e, ao se utilizar de observações e técnicas estatísticas ou etnográficas, estuda procedimentos metodológicos ajuizados, analisando a herança acadêmica considerada e as peculiaridades de sua trajetória investigativa. Essa etapa requer prudência e discernimento diante de modalidades diversas para reunir dados disponíveis, acessíveis e pertinentes ao objeto investigado. Entre as opções presentes em pesquisas recentes, algumas mais convencionais, como questionários, entrevistas e observações, outras, como o incidente crítico, as técnicas como Delfos, de cenários, o foco em grupo,

o protocolo verbal, a biografia institucional e história de vida, entre outras modalidades híbridas ou conjugadas e com diversas denominações têm sido selecionadas na área de Ciência da Informação.

Ao comunicar efetivamente seus procedimentos, o pesquisador confere aos pares a prerrogativa de se entregarem ao trabalho de reconhecimento, crítica e utilização de conhecimentos com propósitos de ampliar o referencial e o domínio científico deles mesmos e da área em que atuam. A exposição do objeto do conhecimento representa a estrutura do problema enunciado, sendo resultado da conjugação dos procedimentos relacionados às dimensões epistemológica, teórica e prática. Concretizando-se nos aspectos formais, constituintes do denominado “polo morfológico”, seus elementos compreendem o estilo pelo qual o pesquisador expressa os modelos de interpretação construídos e os resultados obtidos e constituem o espaço de causação, ou seja, a posição de coerência lógica e/ou significativa que articula os fatos científicos numa configuração operatória.¹⁵

Quando colocada em evidência uma rede de relações contextualizadas, afirma-se o sentido fundante da validade da construção da problemática e, segundo os autores, essa explicitação do sentido pela forma permite a organização das pesquisas e de seus resultados num quadro coerente de análise. É por meio dessa explicitação formal de sentido que se fortifica e consolida a fundamentação teórica da pesquisa. A faculdade de objetivação dos resultados da pesquisa diversifica-se, portanto, em estilos, segundo as características autorais dos pesquisadores e suas peculiaridades pessoais, determinações institucionais, influências de escolas, de épocas ou, ainda, de modalidades de tom, mais ou menos acadêmico ou nocional, pelo qual se delineia progressivamente o objeto científico. Essa objetivação pode-se observar, tanto na modalidade de cópia, quanto de simulação do real. Nesse caso, há a possibilidade de recorrência a analogias para interpretação dos dados, conforme as categorias de Van Der Maren¹⁶ como interface, tradução, encenação e adivinhação. Destacam-se, nesse processo de formalização científica, o modo erístico ou argumentativo, o simbólico, o postulativo, correspondente à lógica hipotético-dedutiva e o formal, caracterizado pela abstração e rigor dedutivo. Embora categorizáveis, os estilos são tão diversos quanto as pesquisas por eles expressas. Entretanto, as

15 BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977, p. 165.

16 VAN DER MAREN, 1996.

ciências sociais realizaram historicamente quatro principais “quadros de análise” para realizar as funções morfológicas: as tipologias, os tipos ideais, os sistemas e os modelos estruturais.¹⁷

Estrutura-se, assim, o objeto científico e sua exposição decorre da opção estilística do investigador relacionada às práticas eleitas para obtenção de dados e construção do *corpus* de pesquisa, cujos modelos de interpretação são por ele construídos. Nesse processo, não apenas são apresentados ou representados objetos e relações sociais, mas há o compromisso do pesquisador de integrá-los a uma unidade científica ímpar, contemplando a interação com um cenário mais amplo. O escopo teórico abre-se à interpretação dos conceitos e dos sentidos, integrados na dimensão morfológica, gerando estabilidade e equilíbrio, embora sejam muitas e diferentes as modalidades de construção do objeto científico.

A breve apresentação do método dos autores¹⁸ concede suporte à ampliação do espaço analítico crítico ao integrarmos duas dimensões ao quadro pluridimensional, sem prejuízo de sua natureza dinâmica.¹⁹ A trajetória e exploração do método permitiu ampliá-lo para análise e discussão das relações entre a Ciência da Informação e os estudos métricos da informação. Ao introduzirmos as dimensões política e ética, adotamos um modelo alternativo de construção e organização do conhecimento, concretizado em “[...] diferentes dimensões e níveis de complexidade [...]”,²⁰ renovando possibilidades de análise e compreensão dos aspectos marcantes da pesquisa na área. Por conseguinte, referir-se a uma realidade como a produção científica de um campo específico significa situá-la em determinada fase histórica, quando agentes atuam em condições restritas à sua conjuntura. Entretanto, todas as épocas da produção, como defende Marx,²¹ têm traços e determinações comuns. Assim, embora considere a produção em geral como uma abstração, ele destaca o sentido dessa abstração, enquanto realça os elementos comuns da realidade. Com o modelo multidimensional aqui adotado, procuramos valorizar os caracteres gerais ou elementos comuns, sem prejuízo das formas de materialização ou articulação das

17 BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977, p. 170.

18 BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977.

19 BUFREM, 2013.

20 BUFREM, 2013, p. 2.

21 MARX, 2008.

pesquisas, comparando-os em seus desdobramentos por meio de análises diacrônicas. Entretanto, os elementos transformadores desse processo são precisamente os elementos não gerais e não comuns, ou seja, as condições concretas de produção. Isso porque a produção depende, por um lado, de instrumentos e de práticas, de conhecimentos resultantes de pesquisas anteriores e de um capital acumulado, valorizado, por sua vez, como um instrumento de produção herdado e, por outro lado, do reconhecimento das contradições ou contraposições ativas para sua transformação.

A inserção das dimensões política e ética da pesquisa científica, razão pela qual optamos pela denominação de modelo multidimensional, pautou-se no argumento de Bourdieu,²² sobre a importância de compreendermos as intenções e os princípios orientadores da pesquisa, além do conhecimento sobre a metodologia utilizada, suas técnicas e instrumentos, em prol do entendimento de seu contexto, de suas motivações e justificativas.

Com essa percepção, o reconhecimento da dimensão política de uma pesquisa atribui ao pesquisador, em sua atividade intencional de busca, a responsabilidade no estabelecimento de prioridades ou atribuição de valor a determinados objetos, a pressupostos ou a formas de discurso crítico. Abrange a análise das condições relativas aos critérios de verdade e objetividade, assim como de suas prioridades diante das contradições sociais. O compromisso social dela gerado relaciona-se com a explicitação e clareza de posições políticas, quando análise teórica e investigação conjugam-se com o referencial empírico, na articulação dos conhecimentos sobre as relações de saber estabelecidas no contexto do estudo.

O reconhecimento da política de produção científica relaciona-se com as prioridades, das opções e das possibilidades múltiplas, com vistas ao desenvolvimento das atividades científicas. No caso do Brasil, a pesquisa científica ainda precisa enfrentar desafios, como a integração com as políticas públicas e a atividade econômica com vistas a gerar benefícios sociais e inovação tecnológica.²³

No contexto decisório da política, o agente fundamental tem sido considerado a comunidade de pesquisa, compreendendo os profissionais dedicados ao ensino e à pesquisa em universidades públicas

22 BOURDIEU, 1997, p. 694.

23 SANTIN; VANZ; STUMPF, 2016.

e aqueles que, tendo sido ali iniciados na prática da pesquisa, e socializados na sua cultura institucional, atuam em institutos públicos de pesquisa e, também, em agências dedicadas ao fomento e planejamento da C&T.²⁴

Além de contribuir para a definição de indicadores da produção científica, a política a ela relacionada visa teoricamente fomentar, analisar e avaliar as atividades de pesquisa, produção e comunicação científicas. Para sua efetividade, ela requer planejamento, análise e avaliação da ciência e de sua produção e deve apoiar-se no desenvolvimento de instrumentos conceituais e metodológicos capazes de formular indicadores científicos. Esses instrumentos podem ser planejados, desenvolvidos e aperfeiçoados com respaldo dos chamados estudos métricos.

Quanto à dimensão ética, salienta-se não somente a postura do pesquisador quando da seleção e aplicação de práticas convenientes e respeitadas em relação aos sujeitos e objetos do estudo, à descrição desses procedimentos, à fidedignidade e à visibilidade relativas à exposição dos resultados e comprovações ou não de hipóteses e à permanente vigilância da postura investigativa, assim como aos direitos autorais e anonimato dos sujeitos observados ou entrevistados, especialmente. Concorde-se, assim, com o exercício da vigilância voltado às questões de displicência e atitudes tendenciosas, tanto em relação aos sujeitos, quanto aos objetos do conhecimento, como exercício constante de controle sobre todo o processo da pesquisa científica, embora seja impossível negar a subjetividade do pesquisador. Assim como na dimensão política, também na dimensão ética impõe-se a permanente autocrítica ou uma atitude de autoconhecimento e autonomia, que nos remete à exigência do estado de vigilância epistemológica, tensão entre o saber e o não saber, uma atitude de constante repensar.

Esses aspectos, componentes do conjunto de dimensões aqui propostas, constituem categorias profícuas para análise e crítica de pesquisas científicas, intermediadas pela percepção de mundo de cada um dos autores, criando-se espaços de compreensão intervenientes nos fundamentos teóricos sobre as dimensões do conhecimento produzido na área. Aplica-se, nesse caso, o conceito de prática científica à diversidade de aproximações no espectro de escolhas a serem assumidas pelo pesquisador. Essa concepção inspira-se no profícuo crescimento da produção intelectual gerada pela pesquisa científica, como resultado da capacida-

24 DAGNINO, 2007, p. 37.

de investigativa de cada um dos participantes desse trabalho coletivo e contínuo. Isso porque cada homem e cada mulher fazem “[...] da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência.”²⁵ E, dispondo dessa atividade vital consciente, ao produzir intencionalmente, defronta-se com sua própria produção, a qual analisa e critica.

Nessa direção, foram encontrados fundamentos, caminhos e práticas, materializados em instrumentos resultantes da valorização da natureza científica, tanto do ponto de vista cognitivo, quanto epistemológico, prático, morfológico, ético e político, com sua dinâmica própria, sugerindo que a produção e a comunicação científica também constroem sentidos e fazem parte de um mundo que sofre os efeitos das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais no processo histórico dessa construção.

Com essa fundamentação e o avanço da análise, pretendemos compreender o conjunto integrado de relações, permeadas pelos aspectos do objeto de nosso estudo.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Questões relativas ao desenvolvimento e resultados da produção do conhecimento ocupam um amplo espectro de preocupações na política científica, especialmente em realidades institucionais como as do ensino superior público.

O cenário político institucional permite-nos visualizar um ímpeto quantitativo gerador de uma produção científica marcada por políticas neoliberais hegemônicas, com efeito multiplicador de produtos, especialmente pelo ritmo artificialmente imposto à produção científica. Disso tem resultado uma produção acadêmica influenciada pelo processo efetivo de valorização da produtividade científica e de recursos financeiros racionalizados. Impactada por repercussões das políticas de pós-graduação em vigor no campo de trabalho dos pesquisadores e nos resultados da produção intelectual, assim como na saúde dos pesquisadores, a pesquisa científica, contraditoriamente, tem sido objeto de avaliação rigorosa pelos órgãos de fomento e avaliação. As medidas neoliberais, restringindo recursos e exigindo produção acelerada, tomadas pelos governos, em nível global, no Brasil, foram agravadas após o golpe de 2016. Desencadeou-se um processo de exigências e imposições, a partir das políticas de liberalização que as potências eco-

25 MARX, 2004, p. 84.

nômica e culturalmente dominantes “visam impor universalmente sob a máscara da ‘globalização’”,²⁶ como apontado por Bourdieu.

O cenário político institucional brasileiro caracteriza-se pelo pragmatismo e utilitarismo da pesquisa, orientado por uma lógica produtivista, capaz de provocar transformações nas relações e nos papéis dos pesquisadores. Assistimos, nos últimos dez anos, reações de insatisfação generalizada e uma aspiração por modalidades mais efetivas de análise e avaliação da qualidade da produção científica. Por sua vez, as instituições de ensino superior pública, *locus* por excelência da produção científica e da formação de pesquisadores, têm sido ameaçadas em sua autonomia, nessa complexa conjuntura de produção do conhecimento. Políticas internas são marcadas não somente por tensões institucionais, dentro da lógica competitiva, mas, também, pelo planejamento científico tecnológico, constantemente revisto diante da inconsistência de políticas negacionistas da ciência e restritivas em termos de recursos e ambições, embora como contraponto a comunidade de pesquisadores disponha de formas alternativas de pesquisa favorecidas pelas inovações tecnológicas. Ampliam-se, desse modo, oportunidades de produzir, recuperar, utilizar e transformar conhecimentos, dentre as quais a disponibilidade de estudos métricos com *softwares* crescentemente sofisticados. Como forma de resposta à execração ao quantitativismo, procuramos relacionar os estudos métricos como modalidades válidas aos estudos da Ciência da Informação. Como trajetória, optamos por apresentar os pressupostos teóricos orientadores de nossa estrutura multidimensional, identificar e explorar a produção sobre o tema “estudos métricos” da Ciência da Informação, mapeando suas características e modalidades, descrever o modelo multidimensional de análise para a pesquisa e apresentar as relações entre os estudos métricos e o campo científico

ESTUDOS MÉTRICOS E MODOS DE REALIZAÇÃO

Os estudos métricos compreendem o conjunto de estudos relacionados à avaliação da informação produzida, mais especialmente científica, em diferentes suportes, baseados em recursos quantitativos como ferramentas de análise.²⁷

²⁶ BOURDIEU, 2001, p. 91.

²⁷ OLIVEIRA; GRÁCIO, 2011, p. 19.

Fundamentados na Sociologia da Ciência, na Ciência da Informação, na Matemática, na Estatística e nas Ciências da Computação, esses estudos abrangem pesquisas de natureza teórico-conceitual, quando contribuem para o avanço do conhecimento da própria temática, propondo novos conceitos e indicadores, bem como reflexões e análises relativas à área. São de natureza metodológica, quando se propõem a dar sustentação aos trabalhos de caráter teórico da área à qual se aplicam.²⁸

Essa discussão sobre o teor e o uso desses estudos originou a categorização de Glänzel, desdobrando-os em três grupos, sendo o primeiro denominado de Bibliometria para profissionais da área relativa ao domínio da pesquisa bibliométrica “de base”, voltada ao seu próprio desenvolvimento conceitual-teórico-metodológico: o segundo, referente à Bibliometria aplicada às disciplinas científicas, o maior e mais diversificado grupo de interesse na bibliometria e o terceiro, dos estudos voltados à política científica e gestão e ao domínio da avaliação da pesquisa com fins de orientar políticas científicas. A estrutura institucional, regional e nacional da ciência e sua apresentação comparativa estão em primeiro plano para essa vertente de estudos.²⁹

Enquanto modos de produzir, analisar e avaliar informações, os estudos métricos têm sido amplamente utilizados, não somente para medir o uso dos documentos científicos, pois essa seria uma de suas vertentes, mas para apresentar resultados de investigações nos diferentes campos do conhecimento. Mais recentemente, eles vêm contribuído para caracterizar as comunidades científicas, identificar os líderes em domínios do conhecimento e detectar tendências na investigação e sua trajetória tem sido de crescimento e fortalecimento no cenário brasileiro, como indicam estudos recentes, enquanto tem se destacado há mais tempo no universo da produção científica internacional. Sua institucionalização científica é perceptível quando levamos em conta os eventos, as associações e os periódicos nacionais e internacionais na área, paralelamente à ação crítica e aperfeiçoamento das práticas de pesquisa, assim como à ampliação das possibilidades visualizadas em relação a objetos, temas e métodos.

Entre os elementos nuclearizantes observados em recente pesquisa sobre a produção científica de bolsistas do CNPq, os estudos métricos organizam-se em torno do termo bibliometria, apresentando relações

28 OLIVEIRA; GRÁCIO, 2011.

29 GRÁCIO; OLIVEIRA; WOLFRAM, 2019.

com pesquisa, produção científica, comunicação científica, coautoria, ciência, colaboração científica e periódicos científicos.³⁰ O conjunto origina-se de uma sólida linha de pesquisa da Ciência da Informação no Brasil, representada também pelo GT-07 – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação, da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Ancib). Seus estudos teóricos, aplicados e metodológicos sobre a produção, comunicação e uso da informação em Ciência, Tecnologia e Inovação, incluem pesquisas relacionadas aos processos de comunicação, divulgação, análise e formulação de indicadores para planejamento, avaliação e gestão em CT&I. Entre as áreas potenciais de atuação dos estudos métricos têm sido mais evidentes, aqueles voltados ao crescimento quantitativo da literatura científica em áreas diversas, à obsolescência da informação, à eficiência em serviços, produtos e sistemas de informação em ciência e tecnologia e produção, aos diferentes tipos de documentos, bem como seu significado na comunicação científica, à pertinência e relevância da informação; papel dos canais informais na comunicação científica, à sobreposição de assuntos contidos entre periódicos e publicações seriadas; às práticas de citação de cientistas e crescimento do papel da análise de citação; às relações intra e interdisciplinares nos fundamentos da produção científica e aos rankings de publicações periódicas, definidos por diversos parâmetros.

A diversidade dos estudos analisados permite relacioná-los entre si, conforme a representação de Sanz-Casado e Garcia Zorita,³¹ sem prejuízo, entretanto, das extrapolações do modelo, em prol das possibilidades categoriais específicas, de acordo com as diversas naturezas desses estudos.

A definição histórica de Otlet³² relaciona o conceito de Bibliometria à parte da Bibliografia “[...] que se ocupa da medida ou da quantidade aplicada ao livro.”³³ Essa definição tem sido discutida e comparada com o estudo de Pritchard,³⁴ que a define como aplicação de métodos matemáticos e estatísticos para livros e outros meios de comunica-

30 BUFREM, 2021.

31 SANZ-CASADO; ZORITA, 2014.

32 OTLET, 1934.

33 OTLET, 1986, p. 20.

34 PRITCHARD, 1969, p. 349.

ção.³⁵ Embora reconhecendo as divergências ainda existentes quanto à criação do termo, se devida a Paul Otlet ou Alan Pritchard, podemos considerar suas propostas coincidentes e convergentes para significar a modalidade de estudo com destaque em pesquisas sobre o produto da ciência, tendo sido sistematicamente desenvolvida de modo especial por a D.J.D. Price e Eugene Garfield.³⁶ As leis bibliométricas tradicionais relacionam-se à produtividade científica (Lei de Lotka); à dispersão da produção científica (Lei de Bradford) e à ocorrência de palavras no texto (Lei de Zipf). Suas aplicações originais foram sendo transformadas e aperfeiçoadas em torno do objeto informação e, com aspectos renovados de configuração científica, passam a se destacar sob perspectivas teóricas ou práticas diferenciadas.

Originando-se dessa evolução, o conceito de cientometria refere-se aos procedimentos quantitativos utilizados para o estudo das atividades científicas ou técnicas, do ponto de vista de sua produção ou comunicação. Considerada a ciência da ciência, a cientometria vincula-se aos estudos de Derek de Solla Price e, mais concretamente, aos seus dois livros, publicados em 1961 e 1964, *Science Since Babylon* e *Little Science, Big Science*, resultantes da evolução de uma série de trabalhos bibliométricos anteriores do autor.³⁷

O termo teria surgido na antiga União Soviética e na Europa Oriental, sendo empregado especialmente na Hungria e segundo estudos de Vanti,³⁸ entre os primeiros autores a utilizá-lo estão Dobrow e Carennol, em uma publicação do All-Union Institut for Scientific and Thecnical Information. Optamos pelo termo cientometria como tradução de scientometrics, embora o termo ciencimetria seja largamente usado na literatura especializada em português e espanhol, pois o termo latino *scientia* tem originado também outros vocábulos tais como ciente, científico e cientista.

As considerações de Spinak³⁹ sobre a ciência como um sistema de produção de informação gerador de publicações, compreendem-na como uma dinâmica a demandar insumos e resultados, cuja mensu-

35 PRITCHARD, 1969, p. 349.

36 GODIN, 2006.

37 CALLON; COURTIAL; PENAN, 1993, p. 9.

38 VANTI, 2002.

39 SPINAK, 1998.

ração constitui a base dos indicadores por ele chamados cientométricos. Estes indicadores podem ser utilizados em de áreas diversas do conhecimento, por exemplo, mediante a análise de publicações, com aplicação no desenvolvimento de políticas científicas. Podem medir os incrementos de produção e produtividade de uma disciplina, ou campo científico, de um grupo de pesquisadores de uma área, a fim de delinear suas marcas, crescimento e tendências.

Os estudos bibliométricos não diferem, essencialmente, daqueles mais recentemente denominados infometria ou informetria, para caracterizar as práticas de mensuração dos aspectos quantitativos de conteúdo em qualquer fonte ou formato. O termo infometria é definido por Irene Wormell⁴⁰ como um subcampo emergente da ciência da informação, fundamentado na combinação de técnicas avançadas de recuperação da informação, com estudos quantitativos dos seus fluxos e técnicas similares para analisar outras modalidades de suporte alternativas ao livro. Referem-se a concretizações de esforços voltados a questões como alocação de recursos, tempo ou dinheiro, além das aspirações acadêmicas e científicas relacionadas à metaciência ou à metapesquisa. A chamada infometria ou informetria utiliza-se de unidades definidas, tais como palavras, documentos, textos, fontes ou bases de dados, como focos de análise, podendo priorizar variáveis como a recuperação, a relevância, a revocação ou outras características da informação, eventualmente consideradas relevantes. Com essas finalidades, pode recorrer a métodos estatísticos, tais como modelo vetorial, modelos booleanos de recuperação, modelos probabilísticos, linguagem de processamento, abordagens fundadas no conhecimento e em tesouros, com o objetivo de aperfeiçoar processos de busca, priorizando variáveis como a recuperação, a relevância, a revocação ou outras características relevantes.⁴¹

Os estudos denominados patentométricos são ainda recentes, especialmente no Brasil, constituindo-se como uma subárea da Informetria. Os documentos de patentes contêm muitas informações importantes para a compreensão do desenvolvimento da ciência e da tecnologia em áreas específicas. Assim, os estudos patentométricos são utilizados com proveito para verificar a influência que a literatura científica e as patentes têm sobre outras patentes. Para a análise das patentes esses

40 WORMELL, 1998, p. 210.

41 BUFREM; PRATES, 2005.

estudos têm utilizado recursos análogos e enfoques, tradicionalmente utilizados pela Bibliometria.⁴²

A análise patentométrica, conforme avaliação de Speziali e Nascimento⁴³ pode ser uma valiosa ferramenta para a tomada de decisões sobre a maturidade e a “[...] performance tecnológica, tecnologias emergentes, vieses e dinâmica de evolução de setores tecnológicos.”⁴⁴ Colabora para estudos de geografia do desenvolvimento da tecnologia e mercados de interesse, assim como para identificação e conhecimento de redes de colaboração, de componentes de valoração de tecnologias em desenvolvimento, destacando atores envolvidos, globalização da P&D&I, estratégias de proteção de empresas, previsões de surgimento de novas tecnologias, ciclos de vida e velocidade de difusão de uma tecnologia. Além disso, pode prever a necessidade de se criar redes de colaboração, dentre outras motivações pertinentes e atualizadas conforme demandas específicas.

A Cibermetria, considerada um sinônimo de webometria, tem sido entendida, entretanto, como um campo de estudo mais amplo, englobando a Internet como um todo e não somente a *web*, como os estudos webmétricos.

Estudos de uso da Internet, de comunicações por *e-mail*, acesso a arquivos digitais, ambientes virtuais, redes de compartilhamento de arquivos, entre outros, situam-se fora do campo da webometria e são considerados cibernétricos. Como a *web* é parte da Internet, todos os estudos webométricos são, portanto, também cibernétricos.⁴⁵

Estudos com a utilização de técnicas bibliométricas aplicadas à World Wide Web (WWW) têm sido denominados de estudos webmétricos ou webmetria e compõem um conjunto de pesquisas sobre relacionamento de diferentes sites na rede, também usados para mapear áreas, tal como o faz o chamado *scientific mapping* na pesquisa bibliométrica tradicional. Utilizando-se de métricas alternativas, essa modalidade de estudos tem sido considerada como subcampo da informetria e da webometria⁴⁶ e é baseada nas relações quantitativas dos elementos

42 OLIVEIRA, 2013.

43 SPEZIALIA; NASCIMENTO, 2020.

44 SPEZIALI; NASCIMENTO, 2020, p. 1538.

45 GOUVEIA, 2008.

46 BAR-ILAN *et.al.*, 2012.

lincados entre *websites*. Constitui-se em modalidade de reconhecimento da importância da rede como meio de informação e comunicação para a ciência e a academia. Tem sido discutida, também, a preferência pelo termo influmetria preferencialmente ao termo altmetria.⁴⁷

As denominadas métricas alternativas, também conhecidas como altmetrias, analisam os indicadores de participação dos usuários nas aplicações 2.0 com fins acadêmicos. Neste contexto específico tornam-se relevantes as menções e comentários, registros de visitas e descargas nas redes sociais, blogs e outros meios da Web 2.0, os quais oferecem informação em tempo real, transparente e completa, sobre o interesse ativo, o uso, o impacto e o alcance a produção científica.⁴⁸ Esse conjunto de estudos tem sido considerado como subcampo da informetria e da webometria⁴⁹ e tem sido alvo de discussão sobre a preferência do uso do termo influmetria, conforme alguns autores.⁵⁰

Considerando as contribuições da altmetria para os estudos métricos, destaca-se sobretudo a ocorrência de mudanças na avaliação da produção científica, pois a introdução de indicadores gerados a partir de dados alternativos transforma as modalidades de observação das influências de temas, autores, artigos ou outras fontes selecionadas para estudos específicos.

As alternativas decorrentes dos desdobramentos e da evolução dos estudos métricos, altamente influenciadas pelos avanços tecnológicos, revelam tipos de indicadores e modalidades de análises, aperfeiçoados conforme as facilidades promovidas pelos sucessos das tecnologias e suas alternativas. Os EMI caracterizam-se por superar sua condição como aplicação metodológica. Essa vertente de estudos, importante sem dúvida, evoluiu no sentido de adquirir uma dimensão de crítica à prática e vem sendo complementada por dimensões teóricas e epistemológicas. Transfigura-se, portanto, dando lugar a um corpo de conhecimento teórico e prático consistente, à definição de processos, ao desenvolvimento de produtos e serviços que permitem a produção e a incorporação do

47 COSTAS; ZAHEDI; WOUTERS, 2015.

48 NUÑEZ, 2020.

49 BAR-ILAN *et al.*, 2012.

50 COSTAS; ZAHEDI; WOUTERS, 2015.

conhecimento e que, acima de tudo, contribui com a evolução dos campos científicos, da política e de outras dimensões sociais.⁵¹

Diante dessas possibilidades, os estudos métricos utilizam-se de indicadores para avaliar a atividade de pesquisa, isto é, a produtividade e a posição estratégica dos diferentes atores participantes de uma pesquisa e fazem parte integrante do conjunto dos fatores que influenciam as tomadas de decisão nas políticas de pesquisa.⁵² Além do impacto da pesquisa passível de ser avaliado por meio das citações feitas ao conhecimento produzido, por exemplo, a identificação dos pesquisadores com maior impacto na área, por meio da análise de citação, contribui para a compreensão dos conceitos, objetos e métodos da comunidade científica. Essas características identificáveis na produção científica relacionam-se ao conjunto de indicadores utilizados nas avaliações dessa produção e presta-se também à análise e mensuração da quantidade e da avaliação da qualidade da produção científica, de um pesquisador, instituição ou país.⁵³

Outra versão categorial dos indicadores pauta-se na distinção entre os de natureza quantitativa ou qualitativa, ou seja, aqueles denominados quantitativos incluiriam a produtividade de pesquisa e são baseados no total de publicações em um período específico, enquanto os indicadores qualitativos serviriam para atribuir qualidade à produção científica. No caso de revistas, por exemplo, elas podem ser definidas principalmente pelo cumprimento de um conjunto de diretrizes editoriais, apresentação, periodicidade, gestão e conteúdo para garantir o rigor científico. Há, entretanto, uma relação íntima entre indicadores cuja visibilidade e qualidade é intimamente relacionada. Para esse tipo de atribuição de mérito são utilizados índices específicos, tais como o Cosseno de Salton (CS) e o Índice de Jaccard (IJ), o coeficiente de correlação de Pearson, além de procedimentos como análises multivariadas que se aplicam às matrizes: Escalonamento Multidimensional (EMD), Análise Fatorial e Análise de agrupamentos, ou clusters.⁵⁴

Ao analisar os indicadores construídos por meio dos recursos metodológicos da Bibliometria e da Cientometria, a partir da perspecti-

51 FREITAS; BUFREM; GRÁCIO, 2019, p. 3.

52 ROSTAING, 1997, p. 11.

53 PRITCHARD, 1969; ZIEGLER, 2009.

54 VANZ; STUMPF, 2010.

va da Sociologia da Ciência, Hayashi⁵⁵ discute a possibilidade de sua utilização para:

- a. entender a estrutura intelectual de campos científicos e ultrapassar o aspecto meramente quantitativo das análises da produção científica;
- b. analisar e avaliar a atividade científica, a produtividade e o avanço do conhecimento no desenvolvimento da ciência e tecnologia;
- c. compreender os processos e estruturas cognitivas e sócio-organizacionais do campo científico.

Indicadores de produção científica, de citação e de ligação têm sido frequentemente utilizados na literatura de Ciência da Informação. Repercutem como os principais índices o Fator de impacto, definido como o número de vezes que os artigos das revistas são citados durante um período específico – o numerador –, dividido pelo número total de artigos publicados por esta revista no mesmo período – denominador –, num período convencional estipulado. O *ranking* dos periódicos pelo fator de impacto é publicado pelo Journal Citation Reports (JCR), publicação anual criada em 1975, com recursos para a avaliação dos títulos que compõem a base da Web of Science. O Índice h, proposto pelo físico Jorge Hirsch em 2005, define o número de artigos da revista (h), que tenham recebido pelo menos h citações em todo o período.⁵⁶

Derivações desses índices e indicadores têm sido desenvolvidas e podem ser reconhecidas nas comunicações da produção científica, conforme os interesses e necessidades dos pesquisadores.

A DIMENSÃO MORFOLÓGICA CONCRETIZADA EM POSSIBILIDADES ANALÍTICAS

Destacam-se, no processo de formalização científica dos estudos métricos, estilos diversificados segundo os objetos, os objetivos e as metodologias utilizadas, assim como às possibilidades e aos recursos dos autores. Entretanto, para os estudos métricos em Ciência da Informação destacam-se, entre outras possibilidades de análise, aquelas voltadas às práticas de citação e cocitação, ao acoplamento bibliográfico, aos domínios e às redes sociais.

55 HAYASHI, 2012.

56 GRUPO SCIMAGO, 2006.

As análises de citação e cocitação têm sido selecionadas na produção científica de estudos métricos tanto como objeto de estudo, quanto como metodologia e têm fortalecido a área graças à necessidade de aprimorar a construção e estabelecimento de indicadores para análise e avaliação da produção periódica científica.⁵⁷ Contribuindo significativamente para o desenvolvimento da Bibliometria e para a criação do Institute for Scientific Information (ISI) e do Science Citation Index (SCI) por Garfield, na década de 1960, elas fazem parte da história da ciência, pelo impacto de seus resultados. Esses acontecimentos ampliaram as possibilidades de uso de indicadores de citação na literatura científica, que mais tarde, passaram a fundamentar as políticas científicas.

Enquanto a análise de cocitação, concebida por Small,⁵⁸ avalia a proximidade teórico-metodológica de dois artigos de forma prospectiva, ao mensurar a intensidade com que esses dois artigos são citados juntos, as análises de acoplamento bibliográfico indicam a proximidade entre duas publicações comparando suas referências. Ou seja, quanto maior o número de referências que compartilham, maior a similaridade entre eles, que pode ser temática, teórico, metodológica ou relacionada a outras especificidades de interesse para o estudo. A análise do acoplamento bibliográfico, proposta por Kessler,⁵⁹ tem como objetivo avaliar a similaridade da fundamentação teórico-metodológica entre dois artigos, autores ou instituições de forma retrospectiva, ao mensurar a intensidade de documentos citados em comum entre eles, enquanto a análise de cocitação é prospectiva. Esses tipos de análises podem ser utilizados isoladamente ou em conjunto, convergindo para uma proposta de estudo mais abrangente.

As análises de redes sociais fazem parte dessa composição morfológica, e têm sido utilizadas para apresentar visualmente relações entre atores pela facilidade de percepção apresentada, preferencialmente a outros métodos de representação. A análise de redes sociais – ARS ou SNA, da expressão em inglês Social Network Analysis – tem sua origem na sociologia, na psicologia social e na antropologia.⁶⁰ Atores ou unidades são representados como nós, e as inter-relações pretendidas apresentam-se como linhas ou arestas para ligar esses nós, variando na

57 BUFREM; PRATES, 2005.

58 SMALL, 1973.

59 KESSLER, 1963.

60 WASSERMAN; FAUST, 1994.

espessura para representar maior ou menor relação, ou apresentando setas indicativas da direção do vínculo estabelecido. Podem apresentar diferentes formatos, cores e tamanhos para auxiliar na inclusão de informações como tipologias e métricas de interesse, podendo ser internas ou externas ao processo de geração das redes.⁶¹

Utilizadas para estudar como os comportamentos ou as opiniões dos indivíduos dependem das estruturas nas quais eles se inserem, as redes têm como unidade de análise o conjunto de relações que os indivíduos estabelecem através das suas interações uns com os outros.⁶² Com o aumento no número de trabalhos em coautoria nos mais diversos campos do conhecimento, a Análise de Redes Sociais (ARS) surge não só como uma possibilidade de interpretação desse fenômeno, mas também como ferramenta auxiliar para uma compreensão mais acurada da figura do autor e das relações por ele estabelecidas. Essas ligações são provenientes da reunião de indivíduos que compartilham ideias, recursos e interesses em prol de objetivos comuns. Mas considerando o conceito de ator de forma mais abrangente, a análise de rede tem sido empregada até mesmo para análise de artigos científicos, passíveis de ser tratados como atores, neste caso relacionados pelas citações,⁶³ provendo a identificação de grupos de pesquisadores e comunidades de prática, lideranças e autores principais, assim como a interpretação social das redes de citações.

A realização desses estudos evolui concretamente graças a programas ou softwares desenvolvidos e apresentados para subsidiar os processos de análise e interpretação dos dados, com a geração de gráficos e formas de apresentação dos dados coletados. Estudos ilustrativos dessas possibilidades têm sido apresentados na literatura, em ritmo expressivo, pois a indústria voltada a esses produtos é muito dinâmica. Assim, a representação gráfica de dados gera uma problemática crescente no âmbito da pesquisa, devido ao aumento da quantidade de informações a se interpretar. Neste cenário, a visualização da informação oferece recursos para análise de dados e geração de conhecimentos, sendo uma das mais representativas formas a de redes, quando se busca a visualização da totalidade, com a possibilidade de detecção de padrões de interação. Há estudos no sentido de facilitar a escolha de ferramentas, com métodos comparativos e descri-

61 GOUVEIA, 2019.

62 MARTELETO, 2001, p. 72.

63 WASSERMAN; FAUST, 1994, p. 51.

ções de possibilidades, cuja importância como oferta de opções e critérios de escolha, não foge ao risco da obsolescência.⁶⁴

A CRÍTICA À PRÁTICA

Do exposto, podemos confirmar as facilidades trazidas pela informatização da produção científica e a inigualável amplitude de acesso proporcionada pela internet, tendo como contraponto de ordem pragmática a chamada nova explosão da informação, um *big bang* gerador de ondas de choque que tardarão muito tempo a arrefecer.

Esses modos de promover e divulgar a informação tem reforçado a ênfase no produtivismo acadêmico, especialmente no sistema de pós-graduação, nas instituições de ensino superior, provocando um ritmo nocivo à qualidade do sistema. A rapidez com que se edita dificulta as formas de avaliação da produção e pode influenciar as formas de controle político da produção, embora seus sucessos possam ser significativos em termos de possibilidades individuais.

Há, portanto, necessidade de aperfeiçoamento da avaliação com viés quantitativo, se considerarmos como Briquet de Lemos⁶⁵, que a pesquisa científica, para obter resultados, necessita muitas vezes de maior aprofundamento e estudo de particulares específicas. Algumas descobertas têm sido apresentadas de forma desnecessariamente fragmentada e às vezes prematura. A expressão inglesa *salami publishing* define o fatiamento das pesquisas em muitas e magras fatias, de modo que a cada uma delas corresponda um trabalho a ser publicado.

A ênfase em indicadores quantitativos e sua influência nos modos de produção também podem provocar a publicação de trabalhos em forma duplicada, o chamado regurgitamento de argumentos e citações, principalmente nas ciências sociais e humanidades, assim como o engessamento das ideias em “referenciais” teóricos, de forma sectária e dogmática, devido à chamada “feudalização” dos grupos de pesquisa.

Todas essas possibilidades devem ser colocadas no palco das características nefastas como advertência em prol da postura consciente e vigilante do pesquisador e não como determinismos ou previsões. Aqui expostas, elas permitem observar como na dimensão política, também

64 MOREIRA; GUIMARÃES; TSUNODA, 2020.

65 LEMOS, 2005.

na dimensão ética impõem-se atitudes de permanente autocrítica, autoconhecimento e preservação da autonomia, remetendo-nos à exigência do estado de vigilância epistemológica, tensão entre o saber e o não saber, uma atitude de constante repensar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos, inicialmente, a possibilidade de relacionar as dimensões da pesquisa em Ciência da Informação com os estudos métricos. Suas relações estão presentes em aspectos diversos desses estudos, compatibilizando elementos teóricos e metodológicos com as possibilidades de análise e avaliação da produção científica, de modo a superar a falsa dicotomia presente no discurso sobre quantidade e qualidade nesse modo de produção. Os estudos métricos ampliam seu valor à medida em que são interpretados adequadamente em seus aspectos relativos à qualidade e à quantidade, enquanto componentes da totalidade do conhecimento. Esses aspectos, para serem reconhecidos, requerem aprofundamento analítico interpretativo, como uma questão de metaciência.

As interpretações possíveis dependem, por sua vez, do tipo de análise mais adequado ao contexto. Assim, quando pensamos a totalidade, incluímos o domínio, o contexto e as redes de relações como elementos afetados pelas características da comunidade ou do universo pesquisado. Consideramos, também, a possibilidade de aproveitamento dos resultados quantitativos, com a ressalva de que os números falam apenas quando interpelados, portanto, importa saber interpelar e interpela-se conhecendo o que os indicadores representam e podem representar. Concordamos, com Bouyssou,⁶⁶ portanto, pois uma avaliação global, obtida por meio da integração dos indicadores, expressa melhor as preferências ao serem considerados os diferentes pontos de vista presentes no contexto.

Entretanto, a caracterização de um domínio científico depende das visões distintas para a resolução dos diferentes problemas, assim como diferentes conceitos e compreensões sobre as correntes teóricas dentro de determinado grupo de pesquisadores apontam para o caráter construído do processo de análise e avaliação da produção científica.

Assim, o aproveitamento dos estudos métricos depende da comunidade científica da Ciência da Informação, pois diferentes grupos po-

66 BOUYSSOU, 1990.

dem ter visões distintas sobre sua natureza, aplicação e metodologias. Além disso, há necessidade de se estimular o conhecimento de distintos enfoques para a resolução dos problemas, assim como se desenvolverem estudos na modalidade de recuperação diacrônica justificados por permitirem o alargamento da noção de construção e corpo do conhecimento, fundamentada no estudo dos saberes dos pesquisadores e nos modos como estes os mobilizam nos diversos domínios em que atuam, considerando principalmente as atuais relações conflitantes entre o governo e as instituições públicas.

Mantemos, assim, a posição de luta contra as ideologias liberais prevalentes, visando a concretização dos planos de redução e privatização dos gastos públicos e a neutralização das vozes críticas, em prol de um estado mínimo. Malgrado a mobilização e lutas expressivas e históricas de pesquisadores em movimentos sociais, associações e sindicatos, os dois últimos governos têm desestabilizado e limitado projetos e ações. Na atual conjuntura, entretanto, mais do que nunca o Brasil está utilizando e precisando das instituições político-científicas para o desenvolvimento das ações dos agentes científicos. E, nessa direção, os estudos métricos e a Ciência da Informação podem exercer um papel crucial para entender a estrutura intelectual dos campos científicos, transcendendo os aspectos meramente quantitativos em prol da análise e da avaliação das estruturas políticas e sócio-organizacionais do campo científico.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Categorias*. São Paulo: Editora da Unesp, 2019.
- BAR-ILAN, J. *et al.* Beyond Citations: Scholars' Visibility on the Social Web. *International Conference On Science And Technology Indicators*, 17., 2012, Montreal, Canadá. Proceedings [...] Montreal: ICSTI, 2012. p. 98-109.
- BOURDIEU, P. *A Miséria do mundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- BOURDIEU, P. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, P; CHAMBOREDON, J-C; PASSERON, J-C. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- BOUYSSOU, D. Building criteria: a prerequisite for MCDA. In: COSTA, Carlos A Bana e. *Readings in Multiple Criteria Decision Aid*. Nova York: Springer, New York, 1990.

BRIQUET DE LEMOS, A. A. Publicar e perecer. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 34, n. 2, p. 7-8, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1085/1188>. Acesso em: 7 maio 2021.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.

BUFREM, L. S. Configurações da pesquisa em Ciência da Informação. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, [13] p., 2013. Disponível em:

BUFREM, L. S. *Relatório técnico de atividades com bolsa de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)*. Recife: UFPE, 2021.

BUFREM, Leilah; PRATES, Yara. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 34, n. 2, p. 9-25, 2005. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1086/1190>. Acesso em: 9 maio 2020.

CALLON, M.; COURTIAL, J.-P.; PENAN, H. *Cientometria: el studio quantitative de la actividad científica: de la bibliometria a la vigilancia tecnológica*. Gijón: Ediciones Trea, 1993.

COSTAS, R.; ZAHEDI, Z.; WOUTERS, P. Do ‘altmetrics’ correlate with citations? Extensive comparison of altmetric indicators with citations from a multidisciplinary perspective. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, [S. l.], v. 66, n. 10, p. 2003-2019, 2015. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/asi.23309>. Acesso em: 7 maio 2021.

DAGNINO, R. *Ciência e tecnologia no Brasil: o processo decisório e a comunidade de pesquisa*. Campinas: , Editora da UNICAMP, 2007.

FREITAS, J. L.; BUFREM, L. S.; GRÁCIO, M. C. C. O Interdomínio dos Estudos Métricos da Informação em Medicina: Aproximação entre discurso e prática de seus pesquisadores. *Encontros Bibli*, Florianópolis, v. 24, n. 56, p. 01-22, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2019.e65348>. Acesso em: 3 mar. 2021.

GLÄNZEL, W. Bibliometrics as a Research Field: a Course on Theory and Application of Bibliometric Indicators. [S. l.]: [s. n.], 2003. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.97.5311&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 13 ago. 2016.

GODIN, B. On the origins of bibliometrics. *Scientometrics*, [S. l.], v. 68, n. 1, p. 109-133, 2006.

GOLDMANN, L. *Ciências humanas e filosofia*. São Paulo, Difel, 1978.

GOUVEIA, F. C. Análise de redes sociais de periódicos de acesso aberto e fechado: um olhar a partir das escolhas de publicação dos doutores indicada no lattes. *Ciência da Informação*, v. 48, n. 3, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/136512>. Acesso em: 08 abr. 2021.

GOUVEIA, F. C. Webometria, webmetria, cibermetria: métricas para a rede das redes. 2008. Disponível em: <http://www.webometria.com.br/?lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2016.

GRÁCIO, M. C. C. Acoplamento bibliográfico e análise de cocitação: revisão teórico-conceitual. *Encontros Bibli*, Florianópolis, v. 21, n. 47, p. 82-99, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v-21n47p82/32343>. Acesso em: 7 maio 2021.

GRÁCIO, M. C. C.; OLIVEIRA, E. F. T.; WOLFRAM, D. Production and impact of brazilian papers in library and information science journals (1986-2015). *Ciência da Informação*, Brasília, v. 48, n. 2, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/117322>. Acesso em: 07 jan.eiro, 2021.

GRUPO SCIMAGO. El índice h de Hirsch: aportaciones a un debate. *El Profesional de la Información*, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 47-49, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/232324925_El_indice_h_de_Hirsh_aportaciones_a_un_debate. Acesso em: 7 maio 2021.

HAYASHI, M. C. P. I. Sociologia da ciência, Bibliometria e Cientometria: contribuições para a análise da produção científica. In: *Seminário de Epistemologia e Teorias da Educação*, v. 4., 2012. Anais [...] Campinas: Unicamp, 2012.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a New horizon in Information Science: Domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, Washington, v. 6, n. 6, p. 400-425, 1995.

<https://brapci.inf.br/index.php/article/download/50777>. Acesso em: 7 maio 2021.

KESSLER, M. M. Bibliographic Coupling Between Scientific Papers. *American Documentation*, v. 14, n. 1, p. 10-25, jan. 1963.

LLOYD, C. *As estruturas da história*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1995.

MARTELETO, R. M. Análise de Redes Sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a09v30n1.pdf>. Acesso em: 7 maio 2021.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MOREIRA P. S. da C.; GUIMARÃES, A. J. R.; TSUNODA, D. F. Qual ferramenta bibliométrica escolher? um estudo comparativo entre softwares. *P2P e INOVAÇÃO*, v. 6, n. 2, p. 140-158, 31 mar. 2020. Disponível em: <http://revista.ibict.br/p2p/article/view/5098>. Acesso em: 9 maio 2021.

NASCIMENTO, B. S. *A Produção Científica dos Bolsistas de Produtividade do CNPq: trajetórias da elite consagrada no campo da Educação no Brasil*. 2016. 215p. Tese

(Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

NÚÑEZ, R. O. Análisis métrico de la producción científica sobre covid-19 en scopus. *Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud*, Cuba, v. 31, n. 3, p. 1-20, 2020. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/pdf/ics/v31n3/2307-2113-ics-31-03-e1587.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2021.

OLIVEIRA, E. F. T. *Análise de domínio em “estudos métricos” no Brasil: produção, impacto e visibilidade em âmbito nacional e internacional*. 2013. 193p. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

OLIVEIRA, E. F. T.; GRÁCIO, M. C. C. Indicadores bibliométricos em Ciência da Informação: análise dos pesquisadores mais produtivos no tema EMI na base Scopus. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p. 16-28, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v16n4/v16n4a03.pdf>. Acesso em: 8 maio 2021.

OTLET, Paul. O livro e a medida: bibliometria. In: SOBRENOME, Nome. *Bibliometria: teoria e prática*. São Paulo: Cultrix, 1986. p. 19-34.

OTLET, P. *Traité de documentation: le livre sur le livre - theorie et pratique*. Brussels: Mundaneum, 1934. Disponível em: http://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf. Acesso em: 8 maio 2021.

PRADO JUNIOR, C. Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista. *Discurso*, v. 4, n. 4, p. 41-78, 1973. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/37760/40487>. Acesso em: 8 maio 2021.

PRITCHARD, A. Statistical bibliography or bibliometrics?. *Journal of Documentation*, Londreson, v. 25, n. 4, p. 348-349, 1969.

ROSTAING, H. *La bibliométrie et ses techniques*. Toulouse: Sciences de la Société; Marseille: Centre de Recherche Rétrospective de Marseille, 1997.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. *Filosofia da práxis*. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

SANTIN, D. M.; VANZ, S. A. DE S.; STUMPF, I. R. C. Internacionalização da produção científica brasileira: políticas, estratégias e medidas de avaliação. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, v. 13, n. 30, 2016. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/923/pdf>. Acesso em: 8 maio. 2021.

SANTOS, F. B.; MOURA, A. M. M. Patentes em células-tronco: suas principais características e análise de citação. *Em Questão*, v. 26, n. 2, p. 32-57, 2020. DOI: 10.19132/1808-5245262.32-57 Acesso em: 02 mar. 2021.

SANZ-CASADO, E.; GARCÍA-ZORITA, C. Evolução dos fundamentos epistemológicos dos estudos métricos da informação. In: *Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria*, v. 4., 2014, Recife. Anais [...] 2014. Disponível em: <https://www3.ufpe.br/ppgci/images/elias.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2020.

- SMALL, H. Cocitation in the Sscientific Lliterature: a Nnew Mmeasure of the Rrelationship Bbetween Ttwo Ddocuments. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 24, n. 4, p. 265–269, jJul.y/aAugo. 1973.
- SPEZIALI, M. G.; NASCIMENTO, R. da S. Patentometria: uma ferramenta indispensável no estudo de desenvolvimento de tecnologias para a indústria química. *Quim. Nova*, v. 43, n. 10, p. 1538-1548, 2020.
- SPINAK, E. Indicadores cientométricos. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 141-148, maio/ago. 1998. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/795/826>. Acesso em: 9 maio 2021.
- TESSER, G. J. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 10, p. 91-98, 1994. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/36044/22233>. Acesso em: 8 maio. 2021.
- VAN DER MAREN, J-M. *Méthodes de Recherche pour l'Education*. 2. ed. Bruxelles: De Boeck and Larcier, 1996.
- VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v31n2/12918.pdf>. Acesso em: 9 maio 2021.
- VANZ, S. A. de S.; STUMPF, I. R. C. Procedimentos e ferramentas aplicados aos estudos bibliométricos. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 20, n. 2, p. 67-75, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/4817/4358>. Acesso em: 8 maio. 2021.
- WASSERMAN, S.; FAUST, K. *Social Network Analysis: Methods and Applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- WORMELL, I. Informetrics: Exploring Databases as Analytical Tools. *Database*, v. 21, n. 5, p. 25-30, out./nov. 1998.
- ZIEGLER, B. E. *Methods for Bbibliometric Aanalysis of Rresearch: Rrenewable Eenergy Ccase Sstudy*. 2009. 171 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica e Ciências da Computação) – Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts, Estados Unidos, 2009.
- ZIMAN, John Michael. *Conhecimento pPúblico*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.



PARADIGMA SOCIAL E INFORMAÇÃO SOCIAL: UM REPENSAR ANALÍTICO

Alcenir Soares dos Reis
Alberth Sant'Ana da Costa Silva

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto visa trazer para a discussão os elementos correspondentes ao paradigma social e apontar, a partir da inclusão do vocábulo “social”, na nomeação de Informação Social, a relevância da reflexão e da análise desses conceitos na pesquisa em Ciência da Informação.

Vale esclarecer que, referente ao termo informação, ao incorporar o qualificativo “social”, tem-se como objetivo discutir, para além dessa denominação, os elementos subjacentes que se encontram presentes nessa designação, ou seja, quando se qualifica essa informação o que intrinsecamente o qualitativo social carrega? Quais são as questões que formulamos à realidade quando falamos em informação social?

Assim, a partir da preocupação de se precisar, nos processos de pesquisa de qual informação estamos falando, compreendemos ser necessário realizar esta discussão e, para fazê-la, optamos por adotar uma perspectiva dialética, buscando a dimensão de totalidade e a interlocução entre os contextos históricos, políticos e sociais.

Em função dessas diretrizes, além desta primeira sessão de caráter introdutório, o texto se organiza com as seguintes temáticas: profissionais da Informação, Shera e epistemologia social, Ciência da Informação e seus apontamentos, paradigma social, por que a informação social é social, e, por último, as considerações finais.

PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES

Em princípio, parece oportuno esclarecer os motivos da demarcação de se optar por discutir a questão informacional acrescida da designação “social” pelo recorte da dialética. De forma concreta, quando pensamos na dimensão informacional, torna-se patente a relevância de sua atuação e as contribuições advindas dela, haja vista que se encontram sobre a égide dos profissionais da informação – notadamente bibliotecários e cientistas da informação – o saber e o domínio de identificar, tratar, organizar, recuperar e disseminar a informação.

Vale destacar que essas ações, que são de extrema complexidade e exigência, requerem uma capacidade fundamental, em termos de busca, mapeamento, discriminação e seleção. Tais ações se realizam em diferentes contextos, notadamente, no âmbito das bibliotecas, dos centros de informação, sendo inclusive, conduzidas por grupos de pesquisa nas diferentes áreas do conhecimento e, de forma infinita e em diferentes situações – hoje cada vez mais presente – nas distintas esferas da vida social.

De forma concreta, os profissionais da informação vêm contribuindo ao longo da história na organização e difusão do conhecimento e as instituições de sua atuação, como bibliotecas, escolas, centros culturais, além de organizações sociais, econômicas e políticas, têm, com os aportes destes saberes, produzido subsídios norteadores para as ações e estratégias requeridas para as diferentes problemáticas/questões que perpassam à realidade social. Contudo é preciso destacar que no contexto atual – designado por capitalismo informacional – altera-se o eixo da produção; modifica-se da prevalência em terra, homens e máquinas, passando a *informação* a se situar enquanto instrumento central na esfera do processo de produção.

Entretanto, se os argumentos antecedentes apontam o caráter excepcional dos profissionais da informação bem como do seu fazer para a sociedade, ao atuarem no sentido de garantir acesso, democratização e visão crítica em relação aos fatos e aos saberes que se encontram difundidos na sociedade, tais compromissos, em contrapartida, colocam-lhes outros desafios.

Esses desafios se apresentam para além do domínio e da visão da técnica da profissão, mesmo que sejam reconhecidamente importantes e fundamentais; entretanto, cada vez mais, torna-se patente a necessidade de que esses profissionais desenvolvam e aprimorem a dimensão analítica em relação às contradições sociais que perpassam a realidade contemporânea. Assim, parece primordial repensar posturas, enfronhar-se na compreensão e análise em relação à dinâmica e às distintas visões da sociedade, além de uma permanente curiosidade e inquietação, de forma a passar a limpo visões estereotipadas, bem como libertarem-se das amarras que se tornaram inadequadas para o tempo presente.

SHERA: EPISTEMOLOGIA SOCIAL

Visando ampliar as indagações postas para este estudo, consideramos oportuno trazer para o debate um conceito que constantemente se coloca em cena, e ao que parece, ainda não se esgotou, que é o de Informação; entretanto, essa escolha não visa recorrer a longa trajetória e a multiplicidade deste conceito. Na realidade, pretende-se apontar a qualificação social tendo em vista que essa designação traz uma importante demarcação e revela a forma pela qual se compreende a informação e suas potencialidades analíticas e críticas.

Prosseguindo, é pertinente incorporar elementos contidos em Shera,¹ Oddone² e Renault e Martins³ que analisam as contribuições da epistemologia social para o campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Oddone,⁴ ao retornar às formulações da temática acima, revela que à época, a proposta não ganhou destaque; tal situação se inverte no presente momento pois hoje há o reconhecimento de sua importância conceitual e de sua relevância para o campo da Ciência da Informação.

Agregando-se aos pontos antecedentes, em termos das contribuições da epistemologia social, Renault e Martins⁵ realizam uma retrospectiva dos trabalhos importantes desenvolvidos pelos bibliotecários americanos Margaret Egan e Jesse Shera e assinalam que “Shera nos parece

1 SHERA, 1977.

2 ODDONE, 2007.

3 RENAULT; MARTINS, 2007.

4 ODDONE, 2007.

5 RENAULT; MARTINS, 2007.

muito mais relevantes ao propor o conceito de epistemologia social, que vem a ser sua principal contribuição para o desenvolvimento teórico da Ciência da Informação como Ciência Social.”⁶ Recuperando-se elementos do texto de Shera, publicado em 1977, vamos encontrar de forma inicial a seguinte formulação:

[...] às tradicionais necessidades do homem, de ar, água, alimentação e abrigo, o Prof. Platt da Universidade de Chicago, acrescentou um quarto fator essencial à sobrevivência física – a necessidade de novidade [...] ser humano não está, pois, constituído de forma a poder existir por muito tempo no vácuo sensorial. a quinta necessidade do homem, escreve o Prof. Platt, “é a necessidade de informação” de um fluxo de estímulos contínuo, novo. Imprevisível, não redundante e surpreendente.⁷

Assim, a partir dos aspectos indicados acima, Shera, com base nos apontamentos do Prof. Platt, destaca que os estímulos são importantes para o cérebro manter sua atividade e que esta depende, de forma intrínseca, de receber informações. Nesse sentido, receber informação é uma condição necessária, uma vez que os indivíduos não podem estar “imersos em um vácuo sensorial”.⁸

Na realidade, ao iniciar o texto com os dados acima indicados, parece que Shera⁹ quer demonstrar, e há experiências sociológicas que trazem este tipo de análise, o fato de que há uma intrínseca interrelação entre indivíduo e sociedade, tendo em vista que o processo de socialização insere o sujeito no âmbito da sua cultura por meio das regras, normas e comportamentos vigentes na sociedade.¹⁰ Dessa forma, podemos afirmar que é no contexto da vida social que se apreende as dimensões da cultura, as visões de mundo e onde se dá a construção do sujeito social.

Prosseguindo, há ainda no texto do autor, anteriormente referido, a explicitação de como ocorre o longo processo de desenvolvimento da comunicação humana e a forma pela qual esse processo permitiu ampliar as potencialidades do conhecimento, ou seja,

[...] a importância dessas duas formas básicas do processo de comunicação – o direto ou primário (oral) e o indireto ou secundário (gráfico) para o

6 RENAULT; MARTINS, 2007.

7 SHERA, 1977, p. 9.

8 SHERA, 1977, p. 9.

9 SHERA, 1977.

10 BERGER, LUCKMANN, 2014.

desenvolvimento da cultura humana será dificilmente exagerável, na verdade é completamente impossível para alguém conceber uma sociedade sem elas.¹¹

Em face da sustentação desses argumentos, o autor indica a “[...] necessidade de uma nova disciplina – talvez uma ciência – da comunicação [...]”; com o seguinte esclarecimento: “[...] nós aqui estamos nos referindo a uma disciplina epistemológica, um corpo de conhecimento sobre o próprio conhecimento [...]”.¹² A partir dessas colocações, o autor enfatiza:

A nova disciplina que aqui focalizamos (e a que por falta de melhor nome nós chamamos de epistemologia social) deveria fornecer uma estrutura para a investigação eficiente de todo o complexo problema dos processos intelectuais das sociedades – um estudo pelo qual a sociedade como um todo procura uma relação perceptiva para seu ambiente total.¹³

Oddone¹⁴ no contexto de sua tese de doutorado, traz para a sua análise a proposta formulada por Shera correspondente à epistemologia social. Nesse processo, ela evidencia a importância dessa concepção e chama atenção para os aspectos apontados por Shera.¹⁵ Assim, enfatiza sua relevância, apesar de a época tal proposição não ter sido incorporada ou ter obtido o necessário reconhecimento pelos bibliotecários.

Em continuidade, Oddone¹⁶ recupera as formulações de diferentes autores em relação à epistemologia social e demonstra ainda que as questões indicadas naquela proposta se encontram presentes na Ciência da Informação. A referida pesquisadora aponta também as relações daquela proposta com as abordagens de diferentes pensadores, notadamente Norbert Elias, Foucault, Latour. Assim, a apreensão do conceito feito por Oddone, em contraponto com a visão de diferentes autores, permitiu-lhe colocar, conforme consta no resumo do seu artigo, a seguinte síntese:

Retornando o conceito [Epistemologia social] e relacionando-o a ideias e teorias concebidas por autores contemporâneos como Foucault, Lévy e Latour, o presente trabalho sugere que a “Epistemologia Social” pode ser entendida como o estudo das relações recíprocas que se estabelecem entre os seres humanos e seu mutante entorno social, cultural e tecnológico visando a atividade cognitiva, isto é o ciclo que envolve a produção,

11 SHERA, 1977, p. 10.

12 SHERA, 1977, p. 11.

13 SHERA, 1977, p. 11.

14 ODDONE, 2007.

15 SHERA, 1977.

16 ODDONE, 2007.

a circulação e o uso do conhecimento, caracterizado em sua materialidade como uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual.¹⁷

Desta forma e em função da análise, no que se refere à epistemologia social, torna-se possível inferir a existência de indissociabilidade entre cultura-informação-comunicação e que esses elementos são fundamentais para a compreensão da ordem social, o que nos permite concluir sobre o caráter social que se encontra presente nos processos informacionais.

Integrando-se à discussão antecedente, podemos afirmar que à Ciência da Informação, conforme apontado por Araújo,¹⁸ originalmente se filia à perspectiva de uma ciência positivista e tem como modelo orientador as normatizações das ciências exatas. Entretanto, sua inscrição, enquanto uma ciência social, se dará a partir do momento que, por injunções da própria dinâmica social, inscreve-se o usuário como um personagem a ser considerado. Em relação a essa realidade, Araújo argumenta que “[...] a ciência da informação não ‘nasce’ ainda como uma ciência social [...] ela vai apenas nos anos 70, promover sua inscrição efetiva nas ciências sociais.”¹⁹ Porém, é preciso também compreender que, ao se inscrever no âmbito das Ciências Sociais, a realidade de análise será também perpassada pelos diferentes modelos que estão inscritos nessa área ; sendo eles, em grandes linhas, identificados a partir das seguintes nomeações: abordagem positivista-funcionalista, abordagem marxista, bem como a abordagem compreensiva.²⁰

Diante disso, alguns aspectos são oportunos de serem destacados. De forma concreta, os anos 1970/80 trazem para o campo científico as discussões relativas à incorporação acrítica do modelo das ciências exatas e faz emergir uma série de discussões que colocam em debate a especificidade do conhecimento nas áreas humanas e sociais. A questão entre dimensões quantitativas/qualitativas ganha lugar e argumentos são construídos para mostrar as diferenças no tratamento com os objetos de pesquisa das Ciências Sociais, considerando os distintos aspectos que lhes conferem especificidade e singularidade. Em termos da Ciência da Informação, ela também terá que discutir o modelo de ciência haja vista a necessidade de se avaliar o sujeito da informação

17 ODDONE, 2007, p. 108.

18 ARAÚJO, 2003.

19 ARAUJO, 2003, p. 23.

20 ARAÚJO, 2014.

para além do simples usuário, mas, fundamentalmente, como um sujeito inserido em determinado espaço, tempo e historicidade.

Martins²¹ reportando-se ao trabalho de Marteleto, Nóbrega e Morado,²² assinala que há uma significativa mudança no olhar para aquele que busca informação, transformando a acepção em relação a este, de usuário, para *sujeito informacional*. Em razão dos aspectos tratados neste tópico, tornou-se necessário ampliar a discussão e buscar aportes na história da Ciência da Informação.

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: APONTAMENTOS

Somando-se às formulações antecedentes, é oportuno indicar a importância do texto de Capurro,²³ apresentado em do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB) em Belo Horizonte, no qual o referido autor discorre sobre a epistemologia, a historicidade e o desenvolvimento da Ciência da Informação.

Nesse texto, encontra-se assinalado, de forma precípua, os paradigmas que a constituem – paradigma físico, paradigma cognitivo e paradigma social. O pesquisador demonstra as vinculações de cada um dos paradigmas com a realidade na qual se encontravam circunscritos. Esses aspectos, nos permite inferir que a proposição de uma “Ciência da Informação” se institui para responder às questões concretas de ordem científica e social.

Em termos objetivos, não se pretende com o texto de Capurro²⁴ voltar aos referidos parâmetros teóricos e metodológicos, que são de suma importância para compreender a área e apreendê-la em suas potencialidades e desafios. Todavia, é preciso lembrar e ter presente que eles são modelos teóricos, que contribuem para olhar a realidade e dela se aproximar; porém, demandam um olhar aguçado e crítico, pois ela é muito mais complexa e ampla e vai muito além de nossa capacidade de apreensão.

É necessário ainda ressaltar que a retomada aos pontos concernentes à historicidade da Ciência da Informação se dá pela importância de se estabelecer a conexão não só com seus aspectos antecedentes, mas, de resgatar os diferentes pontos que marcam o paradigma social. Dentro desse

21 MARTINS, 2015.

22 MARTELETO; NÓBREGA; MORADO, 2013.

23 CAPURRO, 2003.

24 CAPURRO, 2003.

prisma, o papel de voltar a esse desenvolvimento, tem, em termos subjacentes, o objetivo de inserir a discussão da temática informação social na totalidade histórica e social que se fizeram presentes na sua emergência e indicar a importância e as necessidades de avanço. Entretanto, antes de prosseguir, na tarefa de apresentar algumas formulações de informação social, advindas de pesquisadores brasileiros, vale apontar a sistematização apresentada por Almeida, Molina, Linares no texto *Coordenadas paradigmáticas, históricas e epistemológicas de la Ciencia de la Información: una sistematización*.²⁵ De acordo com os referidos autores, o objetivo do artigo é o de analisar e estabelecer as coordenadas históricas e epistemológicas da Ciência da Informação.

A partir dessa diretriz, tais autores demarcam, que “[...] em uma primeira etapa, para a aceitação do sujeito como uma entidade social que constrói conhecimento em estreita relação com seu contexto e através de processo de reflexão e interpretação.”²⁶ Do ponto de vista metodológico, os autores apresentam uma cronologia sob a qual se instituiu e vem se desenvolvendo a Ciência da Informação.

Assim, de acordo com a indicação supracitada se estabeleceu os seguintes marcos:

1. Período de 1945-197?: domínio do paradigma físico;
2. Entre 1980-199?: caracterizado pela hegemonia do paradigma cognitivo;
3. “[...] que começa a ser configurado sob a influência de um paradigma social emergente a partir da segunda metade da década de 1990.”²⁷

Há ainda o esclarecimento dos autores de quais serão os parâmetros analíticos que orientarão a análise proposta, a saber: fatores sociais e intelectuais, definição da disciplina, macro espaços da ciência, embasamento filosófico, concepção de informação, embasamento teórico-empírico, enfoque e premissas.²⁸

25 VEGA-ALMEIDA; FERNÁNDEZ-MOLINA; LINARES 2009.

26 No original: “[...] en una primera etapa, a la aceptación del sujeto como ente social que construye el conocimiento en estrecha relación con su contexto y a través de procesos de reflexión e interpretación.” Cf.: VEGA-ALMEIDA; FERNÁNDEZ-MOLINA; LINARES, 2009, p. 3. (tradução nossa)

27 No original: “una tercera etapa que comienza a configurarse bajo la influencia de un emergente paradigma social a partir de la segunda mitad de los noventa.” Cf.: VEGA-ALMEIDA; FERNÁNDEZ-MOLINA; LINARES, 2009, p. 2. (tradução nossa)

28 VEGA-ALMEIDA; FERNÁNDEZ-MOLINA; LINARES, 2009.

Desse modo, centrado nos parâmetros que formularam, os autores vão apresentar, para cada paradigma, os elementos que os distinguem, chamando a atenção para seus aspectos epistemológicos e históricos. Há ainda a indicação das dificuldades e das alternativas buscadas diante das questões encontradas em relação à institucionalização da Ciência da Informação.

Prosseguindo, é importante esclarecer que não nos deteremos à apresentação dos aspectos relacionados ao paradigma físico e ao paradigma cognitivo, uma vez que o foco desta reflexão se concentra sobre o paradigma social cujo fundamento nos fornece subsídios para discutir o conceito de informação social. Vale, entretanto, indicar que esses “modelos” atuam como indicadores dos aspectos que ganham maior conotação em cada um deles, inclusive em relação às temáticas e metodologias adotadas. Essa distinção atua como recurso didático, haja vista que o que se encontra em tela é o campo da Ciência da Informação.

Vejam, portanto, quais são os pontos centrais que explicam a emergência do paradigma social, no contexto pós 1990. Em termos contextuais, é um momento de mudanças, marcado por incertezas e instabilidades, situação que termina por exercer um papel crucial na vida social. Há a instituição de um modelo político econômico, nomeado de “neoliberal” cuja marca, no plano da cultura é a ênfase no individualismo e no qual se predomina também a ausência de equidade na distribuição de bens. Esse contexto é marcado por significativas mudanças nos processos de produção e na cultura decorrentes das profundas alterações colocadas pelas tecnologias.

Nesse cenário, acirra-se as contradições e se ampliam os movimentos sociais que se orientam no sentido de buscar “[...] um projeto humanista alternativo, e particularmente no âmbito científico, no reconhecimento dos seres humanos como um sujeito histórico em inter-relação mútua com a natureza e a sociedade”.²⁹

Acrescentando-se aos pontos antecedentes e nos termos defendidos pelos autores Vega-Almeida; Fernández-Molina e Linares,³⁰ destaca-se o fato de que, no contexto da modernidade, instaura-se o sujeito individual, o que leva a valoração da subjetividade; na prática se apreende que há uma construção intersubjetiva, reflexiva e interpretativa que se constrói pela relação dialógica sujeito-objeto-contexto.

29 No original: “un proyecto humanista alternativo, y particularmente en la esfera científica, en el reconocimiento del ser humano como sujeto histórico en mutua interrelación con la naturaleza y la sociedad.” Cf.: VEGA-ALMEIDA; Fernández-Molina; LINHARES, 2009, p. 9. (tradução nossa)

30 VEGA-ALMEIDA; FERNÁNDEZ-MOLINA E LINARES, 2009.

Em face desse momento, o debate epistemológico se realiza pelos polos opostos: Ciências Naturais x Ciências Sociais o que termina por identificar as influências recíprocas, bem como a integração e valorização do contexto cultural; estes elementos possibilitam a constituição de um paradigma emergente que segundo Santos,

[...] não poderia ser apenas um paradigma científico, mas também um paradigma social” e que se baseia em quatro teses: todo conhecimento científico-natural é um conhecimento social; b) todo o conhecimento é local e total; c) todo o conhecimento é autoconhecimento e d) todo o conhecimento há de se constituir em um novo sentido comum.³¹

Conforme os argumentos dos autores que estão sendo utilizados para esta retrospectiva, faz-se presente ainda o fato de que em razão dos condicionantes deste tempo, marcado pelas questões existentes no decorrer dos anos 1990 e em função de o paradigma cognitivo ser insuficiente para essa nova realidade, instaura-se o paradigma social.

PARADIGMA SOCIAL

Conforme defendido por Vega-Almeida, Fernández-Molina e Linares,³² o paradigma social se apresenta em condições de atender aos novos desafios. Objetivamente, ele mantém relações com as tecnologias e com a problemática da sociedade da informação; há também a aceitação da orientação social dos seus fundamentos científicos e, em decorrência desse contexto, pôde a Ciência da Informação, se colocar em uma posição definitiva, no âmbito das Ciências Sociais.

Vale ainda acrescentar, a partir da seleção dos aspectos mais significativos do quadro organizado por Vega-Almeida, Fernández-Molina e Linares,³³ os pontos demarcadores do paradigma social. Para fazê-lo organizaram um quadro no qual se apresentam, de forma sintética, os pontos principais do referido paradigma. Entretanto, torna-se oportuno esclarecer que as indicações aqui transcritas são apenas parte dos aspectos enfatizados por Vega-Almeida, Fernández-Molina e Linares,³⁴ conforme demonstradas no Quadro 1, a seguir:

31 SANTOS, 1989, p. 37.

32 VEGA-ALMEIDA; FERNÁNDEZ-MOLINA; LINARES, 2009.

33 VEGA-ALMEIDA; FERNÁNDEZ-MOLINA; LINARES, 2009.

34 VEGA-ALMEIDA; FERNÁNDEZ-MOLINA; LINARES, 2009.

Quadro 1– Paradigma social: aspectos e suas características

Aspectos do paradigma social	Características
Macro espaço paradigmático	“Pós-Modernidade (pós-século XX). Sociedade da Informação. (informação como recurso fundamental para o desenvolvimento). [...] se questiona a noção de objetividade da ciência e o rigor das medições; se opõe à fragmentação do conhecimento [...]” ³⁵
Classificação da ciência	“Ciências Sociais: reconhece os fundamentos sociais do conhecimento e foca no estudo de seu objeto a partir da historicidade de sujeitos cognoscentes e objetos cognitivos em sua relação socialmente determinada, a totalidade dos fenômenos e a tensão presente na sociedade.” ³⁶ O contexto constitui uma condição necessária para compreender o fenômeno relativo às necessidades de informação e a pesquisa na área de busca e recuperação da informação, para além da área de gestão e comunicação científica [...]” ³⁷
Concepção de informação	“A informação é tratada desde uma perspectiva ampla que envolve, além das mensagens (paradigma físico), que são processadas a nível cognitivo (paradigma cognitivo), um contexto – situação, tarefa, problema, motivações e intencionalidade.” ³⁸
Enfoque	Social (usuário-sistema-contexto).
Premissas	São estudados os processos informacionais e de comunicação do conhecimento em nível macro (contexto sociocultural). As temáticas da Ciência da Informação são concebidas desde a sociologia da ciência, a hermenêutica, a semiótica e a análise do discurso. ³⁹

Fonte: Adaptado de VEGA-ALMEIDA; FERNÁNDEZ-MOLINA E LINARES (2009).

35 No original: “Post-Modernidad (postrimerías del Siglo XX). Sociedad de la Información (información como recurso clave para el desarrollo) [...] se cuestiona la noción de objetividad de la ciencia y el rigor de las mediciones; se opone a la fragmentación del conocimiento.” VEGA-ALMEIDA; FERNÁNDEZ-MOLINA; LINARES, 2009, p. 19.

36 No original: “Ciencia Social: reconoce las bases sociales del conocimiento, y se enfoca al estudio de su objeto a partir de la historicidad de los sujetos cognoscentes y los objetos cognoscibles en su relación socialmente determinada, la totalidad de los fenómenos, y la tensión presente en la sociedad.” ARAUJO, 2003 *apud* VEGA-ALMEIDA; FERNÁNDEZ-MOLINA; LINARES, 2009, p. 05

37 No original: “[...] a información es tratada desde una perspectiva amplia que involucra, además de los mensajes (paradigma físico), que son procesados a un nivel cognitivo (paradigma cognitivo), un contexto -situación, tarea, problema-, motivaciones e intencionalidade.” VEGA-ALMEIDA; FERNÁNDEZ-MOLINA; LINARES, 2009, p. 21.

38 No original: “[...] a información es tratada desde una perspectiva amplia que involucra, además de los mensajes (paradigma físico), que son procesados a un nivel cognitivo (paradigma cognitivo), un contexto -situación, tarea, problema-, motivaciones e intencionalidade.” SARACEVIC, 1999 *apud* VEGA-ALMEIDA; FERNÁNDEZ-MOLINA; LINARES, 2009, p. 05.

39 ØROM, 2000 *apud* VEGA-ALMEIDA; FERNÁNDEZ-MOLINA; LINARES, 2009

Assim, em face dos aspectos apresentados anteriormente, foi possível compreender que o paradigma social emerge em um quadro histórico político no qual os instrumentais para apreender a realidade tornaram-se insuficientes para abarcar as problemáticas que se apresentavam. Há, nesse momento, mudanças significativas na sociedade e nos processos tecnológicos que exigem ampliar não só o olhar, mas também os instrumentos de apropriação desse novo contexto. Encontravam-se presentes mudanças macros sociais e essas reverberaram na sociedade brasileira.

No campo da Ciência da Informação e em termos da realidade nacional, conforme apontam Marteleto, Nóbrega e Morado⁴⁰ vão ganhando a cena, de forma mais explícita, os processos de reivindicações por direitos e cidadania haja vista a dinâmica dos movimentos sociais, que se organizam e passam a defender educação, saúde e igualdade. Desse modo, se a historicidade da constituição do paradigma social nos amplia a visão no que se refere a historicidade da Ciência da Informação, achamos ainda oportuno incluir neste texto pontos de discussão/avaliação em relação ao texto do artigo de revisão de literatura, de autoria de Siqueira⁴¹ cuja centralidade e a noção do termo informação.

Siqueira produz uma importante revisão de literatura na qual aponta a historicidade de constituição da Ciência da Informação e elege a noção do termo informação como categoria de análise para sua revisão. Na condução de seu processo de revisão, a autora indica:

A revisão de literatura tem o intuito de apresentar as principais noções do termo “informação” bem como descortinar, a partir de diferentes perspectivas, como tal conceito é capaz de desvelar o caráter identitário da Ciência da Informação. Como metodologia para coleta das noções, foi utilizada a Teoria da Terminologia Contemporânea, no nível de coleta e análise de contextos, no âmbito deste artigo.⁴²

Partindo dos parâmetros escolhidos a autora faz uma análise e discussão não só do histórico da constituição do campo, mas sistematiza os conceitos/visões advindas dos diferentes autores, sendo estes identificados pelas seguintes designações: “autores anglo-saxões e escandinavos”; “autores francófonos” “autores espanhóis” “autores nacionais”.

40 MARTELETO; NÓBREGA; MORADO, 2013.

41 SIQUEIRA, 2011.

42 SIQUEIRA, 2011, p. 75.

A partir do trabalho de identificar os traços e posições teóricas que identificam os autores analisados, Siqueira⁴³ indica a formulação de informação elaborada pelos principais autores, o que nos permite apreender quais são os argumentos/visões que estão sendo colocados em evidência. Entretanto, não é nossa pretensão fazer um confronto entre as distintas formulações de informação; de forma concreta ter esta ampla visão contribui para nos tornarmos atentos sobre a necessidade de dar continuidade à reflexão sobre os fundamentos que constroem a Ciência da Informação e para tornar claro que não há, ainda, um conceito unívoco do que seja informação. Essa questão é relevante, notadamente no processo de realização de pesquisa na área, ou seja, tornar explícito quais são as visões de mundo que são norteadoras para a aproximação e leitura da realidade empírica.

Acrescentando-se às dimensões já discutidas optamos por destacar também os argumentos presentes no artigo intitulado *Informação: regulador dos sistemas, fator de mudança ou fenômeno pós-moderno?*, texto no qual Marteleto propõe discutir, em termos analíticos, qual é o "estatuto da informação na sociedade contemporânea através da revisão de algumas definições do conceito extraídas da Ciência da Informação e das Ciências Sociais."⁴⁴

Portanto, a fim de dar viabilidade à proposta para o texto vão sendo apresentadas algumas das marcas sob as quais, a partir da definição de informação, torna-se possível caracterizar a quais "modelos" teóricos a informação, na Ciência da Informação, é analisada. Assim, conforme aponta Marteleto⁴⁵ é possível identificar três recortes analíticos: o primeiro de *inspiração comportamentalista funcionalista* no qual a informação atua como elemento de regulação do sistema; o segundo a que se atribui a dinâmica dos processos de mudança e transformação sendo identificado sob a denominação de *abordagens críticas e dialéticas*; e o terceiro que aponta como elementos importantes as *mudanças nas sociedades capitalistas avançadas*, em decorrência da união entre ciência e técnica e ainda pela ciência e poder político. Este terceiro recorte, por suas características "[...] parecem estar indicando um novo momento vivido pelas sociedades pós-industriais – o pós-moderno."⁴⁶

43 SIQUEIRA, 2011.

44 MARTELETO, 1987, p. 169.

45 MARTELETO, 1987.

46 MARTELETO, 1987, p. 169.

A partir destas delimitações, a autora vai apresentando os argumentos que consolidam a visão subjacente a cada um destes recortes, indicando os autores e eixos que sustentam cada visão. Para o primeiro recorte, na qual predomina a visão do sistema, o que podemos apontar é que se dá ênfase a ideia de harmonia e de função, fato que nos leva a inferir que a informação tem o papel de garantir o ajuste à ordem social vigente. No segundo recorte cuja ênfase corresponde aos processos de mudança e transformação social, os autores que são chamados para se inserirem neste quadro privilegiam a dimensão de contradição e de conflito e advogam os processos de transformação social. Nesse contexto a informação ocupa um lugar privilegiado à medida que sua difusão traz as potencialidades de se estabelecerem confrontos entre as diferentes visões de mundo; e assim, em decorrência do processo de análise e crítica dos fatos, as incoerências e contradições se revelam. Quanto ao terceiro recorte citado pela autora, o que se detecta são as mudanças relevantes no espaço econômico, no acirramento das relações de poder, no domínio das tecnologias e no aumento da desigualdade; há ainda a perda de poder dos estados nacionais e o somatório destes fatos modificam profundamente a dinâmica da vida social e reverberam, de forma marcada, no âmbito da cultura.

Em termos conclusivos a autora reitera as seguintes distinções:

A informação, quando tem por referência o *sistema* é conceituada como um elemento regulador, capaz de proporcionar o seu equilíbrio -homeostático, seja o sistema de natureza física, biológica ou social. A informação é então um elemento quantificável, sujeito a formulações matemáticas, como as células e as partículas atômicas. [...] Portanto, essa linha de abordagem vê o fenômeno de um ponto de vista mecanicista, e está sujeita às limitações que o tratamento automático impõe às definições da informação.⁴⁷

No que se refere as abordagens críticas e dialéticas a compreensão do papel da informação é oposto, ou seja:

A informação é tomada como um fator de mudança e não de manutenção das estruturas. Portanto, como um processo contraditório, que tanto pode servir para a manutenção das relações sociais de produção quanto para a estimulação da contradição no seio dessas mesmas relações.⁴⁸

Quanto ao terceiro recorte que corresponde às sociedades capitalistas modernas, denominadas de pós-industriais ou pós-modernas não

47 MARTELETO, 1987, p. 179.

48 MARTELETO, 1987, p. 179.

há consenso entre os autores, destacando-se dentre eles Habermas, Lyotard, Baudrillard; porém esses buscam “[...] estabelecer a ponte entre dois planos de análise da informação: o técnico e o social.”⁴⁹ Daí se compreender a informação pelas determinações do mercado – como mercadoria – quanto como objeto da cultura (conhecimento).

Assim se coloca, em termos de síntese, os aspectos que caracterizam a informação no contexto da sociedade pós-moderna. Vejamos: “Pela maneira como é produzida e veiculada a informação tem propriedades tanto de um bem de produção (aumento da produtividade, do lucro) quanto de um bem cultural (veiculação do conhecimento).”

INFORMAÇÃO SOCIAL: POR QUE SOCIAL?

Com base nessa retrospectiva, vamos nos concentrar, a partir de agora, na discussão de “informação social” e explicitar as razões para se dar ênfase à qualificação “social”.

Primeiramente, é preciso destacar que, do ponto de vista dos pesquisadores vinculados à pós-graduação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a dimensão social da informação já se colocava em pauta como questão importante. Entretanto, é necessário pontuar que nos anos 1980, quando se realizou a avaliação da Pós-graduação – mudando de Administração de Biblioteca para Mestrado em Ciência da Informação – instituiu-se a linha Informação Social como uma das linhas do curso.⁵⁰

É preciso ainda ter clareza que a constituição da linha acima indicada resultou de uma conjunção de fatores que podem ser assinalados pelos seguintes fatos: os processos de mudança e redemocratização na sociedade brasileira bem como a dinâmica dos movimentos sociais que passaram a ocupar a cena pública reivindicando direitos de educação, moradia, participação e cidadania.⁵¹

A esses acontecimentos somaram-se ainda e de forma bastante significativa, o retorno de professores, membros do corpo docente, que havendo concluído a formação pós-graduada trouxeram para o âmbito

49 MARTELETO, 1987, p. 179.

50 VIEIRA, 1990, PAIM *et al.*, 1988, UFMG, 1990, CARDOSO, 1994, REIS; CABRAL, 2007.

51 REIS, 1990, REIS; CABRAL, 2007.

institucional novas visões e contribuições teóricas. Há ainda um fato importante, ou seja, a própria história da Escola de Biblioteconomia que através do Carro-Biblioteca executava um importante papel social no contexto das periferias de Belo Horizonte. É nesse quadro social e histórico que a linha de Informação Social se constitui, com uma marcada preocupação de desenvolver pesquisas e projetos que contemplassem os sujeitos sociais, não detentores de privilégios, norteando-se, ainda, por uma preocupação de contribuir, a partir do conhecimento científico, nos processos de mudança e de ampliação dos direitos no âmbito da sociedade brasileira.⁵² Porém, é preciso assinalar que o grupo que comungava com estes interesses era pequeno e que a denominação social era passível de indagações haja vista a recorrente indagação de por que social. Vale porém esclarecer que originalmente a proposta era de se denominar a linha de “Informação e classes populares”, nomeação que não sendo aprovada pelo Colegiado da Pós-graduação passou a ser identificada por Informação social com o seguinte norteamento:

A perspectiva subsidiadora da linha de pesquisa informação social se centra na leitura das contradições que perpassam a realidade social, os espaços e objetos de análise são na Escola ampliados, sendo, no entanto, marcados pela visão crítica do que se encontra instituído, de forma que se corporifique em ações concretas, buscando intervir no processo de mudança social.⁵³

Assim, ao formalizar a linha com esta denominação ganha espaço e legitimidade as temáticas ligadas à sociedade brasileira, notadamente às questões relativas à relação informação e sociedade, ganhando-se destaque os processos de exclusão, as dimensões de acesso e de direitos à informação dentre outros.⁵⁴ Há, porém uma questão fundamental – clara para o grupo de pesquisadores – ou seja, toda informação é social à medida que ela resulta das relações entre os homens; este fato, ou seja, o *social*, porém não era capaz de garantir esta distinção, razão pela qual no desenvolvimento da história do programa esta questão voltará ao debate.

É pertinente assinalar que a opção das discussões e pesquisas, feitas pelos temas que a linha abordava, não deixaram ter alguns questionamentos, já que não se tinha como centralidade o “núcleo duro” da Ciência da Informação. Porém a produção científica se realiza por meio de pesquisas com o predomínio na dimensão qualitativa. Nesse cami-

52 REIS, 1990; 2007.

53 UFMG, 1994.

54 REIS; CABRAL, 2007.

nhar e em face das questões suscitadas a partir de um certo momento dessa história, a linha vai ser identificada por *Informação e Sociedade*.⁵⁵ Posteriormente, quando se inicia a discussão para a criação do doutorado simultaneamente, fez-se também a revisão no escopo do mestrado, e estas ações vão se desdobrar, de forma consequente, na criação do doutorado e na transformação em Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação englobando os doutorado e mestrado.⁵⁶ Quanto à linha, ela passará a ser identificada por “Informação, Cultura e Sociedade” e será nela que se agruparão os estudantes nos níveis de mestrado e doutorado interessados nas temáticas que se constituem como os eixos de pesquisa da linha. A partir destas mudanças, a caracterização da linha se estabelece segundo as seguintes orientações:

A linha Informação, Cultura e Sociedade investiga a informação enquanto fenômeno social, apreendendo-a a partir de seus domínios epistemológicos e contextos sociais. São contemplados estudos e pesquisa que abrangem as interrelações da informação com as esferas do Estado, da sociedade civil e da cultura, e seus desdobramentos nas sociedades contemporâneas.⁵⁷

Entretanto, no desenrolar da dinâmica do curso, haverá sempre uma situação presente, derivada do fato de se considerar que aquelas temáticas, com abordagens subsidiadas em uma dimensão crítica e com questões sociais, pareciam, para alguns, deslocadas do contexto da escola.⁵⁸ Assim, a fim de aclarar entendimentos e dirimir dúvidas quanto à área social, Cardoso estrutura e organiza um número Especial da Revista da Escola de Biblioteconomia cujo foco é a temática da Informação Social e deixa demarcado, de forma explícita, a seguinte visão:

A qualificação “social” longe de delimitar um campo de estudo, acaba por ampliá-lo, na medida em que podemos considerar como “social” qualquer processo de produção/organização/consumo de informação, uma vez que ele acontece entre grupos, segmentos, classes – ou seja, a geração e apropriação de informações só ocorre no âmbito da sociedade, das relações sociais.⁵⁹

55 REIS; CABRAL, 2007.

56 REIS, 1990; VIEIRA, 1990; UFMG, 1990; UFMG, 1994; PAIM, 2000; REIS; CABRAL, 2007.

57 UFMG, 2004.

58 CARDOSO, 1994; UFMG, 1994, REIS; CABRAL, 2007.

59 CARDOSO, 1994, p. 107-108.

No que se refere ao número especial da *Revista de Biblioteconomia*, Cardoso⁶⁰ convida pesquisadores que dão destaque à dimensão da informação social, com o propósito de tornar visível não só o escopo teórico que norteia as análises, mas, sobretudo, evidenciar e publicizar o resultado de pesquisas sob tal enfoque. Assim, o referido número especial da Revista apresenta os resultados de pesquisa decorrentes de trabalhos de diferentes pesquisadores cujos objetos tratados cientificamente tornam visíveis o entrecruzamento, no processo de análise, da relação entre posições analíticas e críticas da realidade social, a dimensão da cultura e do contexto social, além da historicidade que se encontra subjacentes aos temas tratados.

Há ainda a reiteração da decisão e do posicionamento em relação à temática da *Revista*:

Acreditamos que uma maior clareza e visibilidade sobre nosso objeto de interesse e as diferentes abordagens que possibilitam produzir e acumular conhecimentos será um facilitador para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, ensino e extensão elaborados e trabalhados em equipe, fortalecendo os vínculos do conjunto e adquirindo maior credibilidade e legitimidade para este segmento da Ciência da Informação.⁶¹

Prosseguindo, revelam-se as motivações para a constituição deste campo de conhecimento, em termos das questões de ordem política e social e pelas influências que se fazem presentes nos cursos de pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Cardoso, em continuidade, enfatiza a importância de que os conceitos sejam claros e definidos e inicia, portanto, a delimitação do escopo da discussão, tendo como subsídio a interpretação de Teixeira Mendes para informação indicando que esse termo representa um elo entre um produto de reflexão e um processo de reflexão.⁶²

Partindo-se dessa compreensão, por um lado, Cardoso demarca que a *informação* se conecta com o processo de conhecimento e, por esta via, ela se torna um *instituinte cultural*⁶³, gerador de mudanças ou produtor do estabelecido. Por outro lado, Cardoso, assinala também que “[...] a sociedade é um produto humano e o homem como pro-

60 CARDOSO, 1994.

61 CARDOSO, 1994, p. 108.

62 CARDOSO, 1994.

63 A formulação da concepção de *instituinte cultural* encontra-se fundamentada no estudo de Castoriadis (1982).

duto social, intentamos captar e interpretar o fenômeno informacional em seu movimento dialético entre ambos.”⁶⁴

Tendo em vista que a posição indicada pela autora se encontra sustentada a partir de uma visão dialética do real, tal posição revela que se compreende a realidade em contínuo processo de mutabilidade sendo necessário, para seu pleno entendimento, incorporar a dinâmica dos fatos sociais, a historicidade dos processos que identificam as dinâmicas da sociedade bem como ter presente, que o que subjaz e atua como elemento de sustentação, têm ainda, como alicerce, os processos culturais.

Vejamos, portanto, os pontos indicados, a partir das reflexões de Cardoso, quais são os norteamentos que devem balizar a leitura da informação social:

[...] a *historicidade* dos sujeitos cognoscentes e dos objetos cognoscíveis (lembrando que nas ciências do homem são também sujeitos, por definição) que os coloca em uma relação culturalmente determinada; em uma interação de produção de sentidos; [...]; b) a *totalidade* dos fenômenos sociais. Como totalidade entendemos que a sociedade é uma estrutura orgânica em que o conjunto dá sentido ao fragmento, não sendo possível, estudar qualquer fenômeno social isolado do contexto de sua ocorrência; [...] c) a *tensionalidade* constante que está presente na sociedade determinando as relações, e a produção de sentido sobre elas, entre os diversos grupos, segmentos e classes sociais que fazem da cultura (valores, crenças, práticas, conhecimentos/informações) o terreno de disputa pela hegemonia.⁶⁵

Entretanto, é necessário ressaltar que uma leitura da realidade informacional com os parâmetros propostos não é uma tarefa fácil e simples. Ela exige daqueles que fazem tal intento desnudar-se de uma visão funcional da realidade bem como conviver com as dificuldades de mergulhar em uma realidade contraditória, bem como o de vivenciar o desafio de incorporar saberes de diferentes campos do conhecimento; saber ainda que quando mais nos aproximamos da realidade, mas ela nos desafia e se afasta: e, portanto, este acercamento do real nunca se esgota.

Merece ainda destacar, nesta historicidade, as inúmeras contribuições de Marteleto, para além dos trabalhos anteriormente já citados, haja vista que seus trabalhos, preocupados com a interrelação informação e cultura informacional, buscam avançar no que se refere ao conhecimento da realidade social, notadamente no âmbito de ques-

64 CARDOSO, 1994, p. 111.

65 CARDOSO, 1994, p. 112.

tões cruciais no campo da saúde, dos direitos e da cidadania. Parece também oportuno agregar aos aspectos antecedentes parte dos apontamentos e da análise realizada no final dos anos 1990, na medida em que se colocou para interrogação a tríade – retórica, ideologia e informação – e no qual se trazia para o debate a necessidade de questionamento sobre os processos informacionais enquanto instrumento de reflexão e de suas potencialidades para leitura do real.

A resultante decorrente da intermediação entre àquela tríade permitiu avançar acerca do lugar e da importância da informação nos seguintes termos: “[...] a informação constitui um dos aparatos da estrutura social exigindo, para sua compreensão, o desvelamento das articulações de poder bem como uma visão histórica da sociedade e das relações sociais que nela se engendram.”⁶⁶ Vale ainda enfatizar que ao se pensar na informação como objeto da Ciência da Informação não se pode ignorar que esta produção decorre das interações entre os homens e este fato nos vincula e nos insere em uma realidade econômica, histórica e cultural, o que nos leva a colocá-la no plano de sua intervenção nos seguintes termos:

[...] informação – substrato da vida social, fundamental à compreensão dos fenômenos requerendo daquele que a recebe submetê-la a um processo de análise, crítica e reflexão, para que, inserindo-o na historicidade dos processos sociais possa ser incorporada como conhecimento, norteador a ação.⁶⁷

Tendo em vista os aspectos discutidos neste trabalho, consideramos incorporar o qualitativo social e a dimensão dialética como possibilidade para aproximação da realidade. Porém, para fazê-lo, nos diferentes recortes de atuação profissional, é imprescindível incorporar ao saber técnico as questões/problemáticas impressas na ordem cultural, social e histórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em razão da temática definida para a construção deste texto e das preocupações que o nortearam, foi necessário realizar uma incursão em diferentes aspectos da área de Ciência da Informação. Esse processo terminou por trazer para a discussão os aspectos históricos da área, o papel dos profissionais e, de forma relevante, evidenciou a importância de qualificar o sentido de informação social como um instrumento importante para a apreensão da realidade social.

66 REIS, 1999; p. 154.

67 REIS, 1999, p. 155.

A consolidação dos diferentes aspectos imbricados na temática permitiu demonstrar a interlocução entre o paradigma social e a informação social; tornando-se patente que a apreensão da realidade exige dos pesquisadores a incorporação de uma perspectiva dialética, além de situar-se, em termos teórico-metodológicos, dentro de uma visão analítica e crítica.

Portanto, acreditamos que este estudo poderá contribuir para o campo da Ciência da Informação, como aporte teórico-conceitual e reflexivo, no sentido de que as interrogações iniciais formuladas sejam incorporadas por todos aqueles que, seduzidos pela construção do conhecimento, possam efetivar suas propostas acadêmicas e contribuir para as mudanças sociais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A Ciência da Informação como ciência social. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n.3, p. 21-27, set./dez. 2003.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. *Perspectiva em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 57-79, jan./jun. 2014.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2014.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia y ciencia de la informacion. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, n. 5, 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 1-7.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo as Informação Social. *Revista da Escola de Biblioteconomia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 107-114, jul./dez. 1994.

CASTORIADIS, Cornélius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MARTELETO, Regina Maria; NÓBREGA, Nanci; MORADO, Denise. Cultura informacional: demarcações de uma linha de estudos de cultura, informação e sociedade. In: ALBAGLI, Sarita (Org.). *Fronteiras da Ciência da Informação*. Brasília: IBICT, 2013. p. 78-106.

MARTELETO, Regina. Informação: elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno? *Ciência da Informação*, Brasília, n. 16, v. 2, p. 169-80, jul./dez. 1987.

MARTINS, Ana Amélia Lage. *Informação e movimentos sociais sob a perspectiva do campo social da Ciência da Informação: uma análise a partir da marcha das vadias*. 2015.

Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

ODDONE, Nanci. Revisitando a “epistemologia social”: esboço de uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual”. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 36, n. 1, p. 108-123, jan./abr. 2007.

PAIM, Isis. A Ciência da Informação na UFMG: a trajetória do programa de pós-graduação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 5, p. 105-110, jan./jun. 2000.

PAIM, Isis. O curso de Pós-Graduação em Biblioteconomia da UFMG: análise e perspectivas. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 146-153, 1885.

REIS, Alcenir Soares dos. *A história da pós-graduação em biblioteconomia no Brasil: a interação texto/contexto*. 1990. 208f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990.

REIS, Alcenir Soares dos. Informação, cultura e sociedade no PPGCI: contrapontos e perspectivas. In: CABRAL, Ana Maria Rezende; REIS, Alcenir Soares dos. (Orgs). *Informação, cultura e sociedade: interlocuções e perspectivas*. Belo Horizonte: Novatus, 2007. p.13-28.

REIS, Alcenir Soares. Retórica-ideologia-informação: questões pertinentes ao cientista da informação? *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 145-160, jul./dez. 1999.

RENAULT, Leonardo Vasconcelos; MARTINS, Ronaldo. O retrato da Ciência da informação: uma análise de seus fundamentos sociais. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 12, n. 23, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun., 1999.

SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1997.

SIQUEIRA, Jessica Câmara. A noção do termo ‘informação’: revisão de literatura. *Brazilian Journal of Information Science*, Marília, v. 5, n. 1, p. 73-96, jan./jun. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Escola de Biblioteconomia. *Documento síntese dos norteados e diretrizes da linha Informação, Cultura e Sociedade, produzido pelos pesquisadores e apresentado em seminário de pesquisa do PPGCI*. Belo Horizonte: UFMG, maio, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Escola de Biblioteconomia. *Projeto de reestruturação de Pós- Graduação em Biblioteconomia*. Belo Horizonte, 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Escola de Biblioteconomia. *Proposta de criação do Curso de doutorado em Ciência da Informação*. Belo Horizonte, 1994.

VEGA-ALMEIDA, Rosa Lidia; Fernández-Molina J. Carlos; LINHARES, Radamés. Coordenadas paradigmáticas, históricas y epistemológicas de la Ciencia de la Información: una sistematización. *Information Reserch*, v. 14, n. 2, jun. 2009.

VIEIRA, Anna da Soledade. A Pós-Graduação na EB/UFMG: memória e perspectivas. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 19, p. 68-76, mar. 1990.



FETICHISMO DA INFORMAÇÃO E DA CULTURA: CONTRIBUIÇÕES À CRÍTICA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Rodrigo Moreno Marques

INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresento algumas reflexões, fruto de uma agenda de pesquisa cujo objetivo geral é estabelecer interlocuções entre abordagens da Economia Política e do campo da Ciência da Informação, visando à apreensão das dinâmicas socioeconômicas que conformam os contextos em que a informação, a comunicação e a cultura têm centralidade.

O objetivo do capítulo é discutir dois princípios teórico-metodológicos de Karl Marx que são imprescindíveis para o campo da Ciência da Informação. O primeiro é a noção de *forma social*, que é fundamental no pensamento de Marx e se aplica não só aos frutos do trabalho e do espí-

rito humano, mas também à própria atividade dos seres humanos. Essa perspectiva é importante, pois informação e cultura podem apresentar diversificadas formas sociais que devem ser reconhecidas em suas especificidades. O segundo princípio é a concepção marxiana de *fetichismo*, que também é central no arcabouço teórico do pensador alemão e cada vez mais necessária atualmente para que, ao analisarmos os fenômenos socioeconômicos que envolvem a informação e a cultura, possamos retirar o véu que encobre o que de fato é fundamental: as relações sociais ocultas nos frutos da criação humana e nos atos de produzi-las.

Antes de prosseguir, porém, é necessário fazer um esclarecimento. Marx não foi um teórico do socialismo ou comunismo, mas, sim, do capitalismo. O objetivo das suas pesquisas que culminaram na obra magna *O capital* foi “[...] investigar [...] o modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e de circulação.”¹ Os três livros que compõem a obra revelam a “[...] anatomia da sociedade civil [...]”,² ou seja, os fundamentos da sociedade burguesa moderna e o modo de produção capitalista que lhe é característico.

Portanto, o pensamento de Marx não é uma lente para analisar qualquer aspecto do mundo em que vivemos, mas para analisar os fenômenos socioeconômicos e políticos que constituem a sociabilidade capitalista. Essa ressalva é importante, visto que, na Ciência da Informação, boa parte dos objetos de análise e investigação são bens públicos que não se apresentam na forma mercadoria, forma social específica da sociabilidade do capital. Em outras palavras, grande parte dos centros de informação e memória, como as bibliotecas, os museus e os arquivos, são instituições públicas que são depositárias de bens públicos e não estão diretamente subsumidas ao capital. Nesse contexto, as perspectivas da Economia Política e a análise marxista podem ser úteis, desde que busquem as articulações do objeto investigado com o sistema capitalista.

Essa restrição apontada, no entanto, não limita a aplicação da Economia Política e da obra de Marx a poucos fenômenos e objetos sociais, posto que, cada vez mais, o capital avança para colonizar todos os aspectos da vida humana, especialmente aqueles que ainda resistem à sua perversa sina: “[...] o capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais

1 MARX, 2013, p. 78.

2 MARX, 2003, p. 4.

quanto mais trabalho vivo suga.”³ Informação e cultura, por exemplo, têm sido progressivamente transformadas em mercadorias e as diferentes atividades informacionais e culturais são cada vez mais subordinadas à coerção capitalista.

Para atingir o objetivo proposto, o texto apresenta o seguinte percurso expositivo. Na próxima seção, confrontarei uma falácia pós-modernista, segundo a qual a concepção de mercadoria de Marx não daria conta do bem intangível ou bem imaterial, assim como das atividades que estão envolvidas na sua produção, reprodução e circulação. Na seção seguinte, tomo emprestado o “paradoxo de Van Gogh” para discutir a necessidade de apreender as formas sociais das atividades humanas e dos seus frutos. Depois de empregar as categorias marxianas *renda* e *rentismo* como chaves para desvelar a diferença entre *valor* e *preço* dos bens informacionais e culturais, resgatarei a noção marxiana de *fetichismo*, que se mostra indispensável para não nos perdermos nos labirintos de discursos idealistas capturados pelo feitiço do progresso tecnológico e científico. Por fim, partindo dos aspectos já apresentados, apresento uma crítica a uma ilusão muito popular na Ciência da Informação: a ideia de que estaríamos hoje vivendo em uma *sociedade da informação*, noção essa que flerta com o idealismo, com o determinismo tecnológico e com o fetichismo.

A PRODUÇÃO IMATERIAL E O BEM INTANGÍVEL⁴

Uma das mais infundadas acusações que a obra de Karl Marx tem recebido é a afirmação de que os princípios marxianos e suas concepções estariam confinados ao universo da produção fabril típica dos séculos XIX e XX. Nessa toada, alega-se que o pensamento de Marx daria conta apenas da produção de bens tangíveis feita em fábricas tradicionais, ou seja, produção de mercadorias corpóreas, acumuláveis, que têm existência no tempo e no espaço. De acordo com essa interpretação rasa, o arcabouço teórico de Marx não seria capaz de explicar as dinâmicas socioeconômicas contemporâneas, na chamada sociedade da informação.

No entanto, apesar da popularidade desse tipo de discurso, o contato com os textos de Marx e a análise das relações sociais da atualidade revelam justamente o contrário. Eric Hobsbawm não poderia ser mais

3 MARX, 2013, p. 307.

4 Os aspectos abordados nesta seção são tratados com mais detalhes em Marques (2020a, 2020b).

certo ao afirmar que “Marx é hoje, mais uma vez, e com toda justiça, um pensador para o século XXI.”⁵

O pensamento de Marx permanece atual e necessário, em primeiro lugar, porque a sociedade burguesa e suas relações sociais específicas, que foram dissecadas e desveladas pelo autor, estão hoje plenamente vigentes. A rigor, no tempo de Marx, o modo de produção capitalista nascido na Europa, que estava então em expansão em uma simbiose parasitária com o modo de produção escravista,⁶ ainda não dominava todas as formas de sociabilidade do planeta. Hoje, esse amplo domínio se tornou uma realidade plena.

O arcabouço teórico marxiano também continua imprescindível atualmente porque ele abarca de maneira instigante e inspiradora não somente a produção de bens que têm materialidade corpórea, como também a produção de bens não materiais ou produção imaterial. Contrariando os postulados pós-modernistas em voga na atualidade, as reflexões de Marx não estão limitadas ao trabalho eminentemente manual, empregado, por exemplo, nas indústrias de tecelagem e siderurgia. Elas incorporam também os trabalhos predominantemente intelectuais, sejam eles executadas dentro do ambiente fabril, como as atividades de engenharia e supervisão, ou fora dele, a exemplo das atividades voltadas para a educação. Marx nos apresenta também relevantes considerações sobre as atividades culturais, como o trabalho de um escritor e atividades artísticas, como uma apresentação musical.

A exposição desse argumento exige, em primeiro lugar, ter em mente que a materialidade física dos produtos do trabalho humano não é elemento central na noção de mercadoria empregada por Marx. Tendo em vista que o autor considera que as mercadorias são depositárias de relações sociais, o que dá sentido à matéria é o conjunto das relações sociais envolvidas na sua produção.⁷ Para Marx, o que é relevante é a materialidade social dos trabalhos e dos seus frutos, sejam eles tangíveis ou intangíveis.⁸

5 HOBBSAWM, 2011, p. 15.

6 Marx explorou de maneira pertinente a dominação colonial, que se baseou no escravismo em articulação com o capitalismo. Sobre esse tema, consultar, por exemplo, Anderson (2019), Machado (2018) e Marx (2018, 2019).

7 AMORIM, 2018.

8 PRADO, 2004 .

Nesse sentido, é importante destacar a distinção que Marx estabelece entre a existência social ou funcional da mercadoria e sua existência material. Conforme explica Rubin,⁹ ao analisar a sociedade mercantil-capitalista, Marx inovou ao distinguir o processo material de produção e sua forma social. O autor inovou também ao distinguir o processo de trabalho do processo de formação de valor. Sua ênfase não está nos métodos técnicos e instrumentos de trabalho, mas, sim, na forma social da atividade de trabalho. O que interessa a Marx são as relações de produção entre os indivíduos que tomam parte nos processos produtivos. No modo de produção capitalista, a mercadoria torna-se portadora de relações sociais estabelecidas entre os sujeitos envolvidos na produção e passa a ser mediadora das relações de produção entre pessoas. Assim, a mercadoria desempenha uma função social específica e adquire uma forma social particular. É nesse sentido que Marx contrapõe a “existência social”¹⁰ da mercadoria, que ele também chama de “existência funcional”¹¹, à sua “existência material”¹², atribuindo relevância ao primeiro tipo de existência em detrimento do segundo.

Tendo esses pressupostos em mente, tomemos a noção marxiana de mercadoria registrada nos parágrafos iniciais do Livro I de *O capital*:

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão.¹³

No modo de produção capitalista, a mercadoria é a unidade dialética do valor de uso e do valor. O primeiro elemento dessa unidade, o valor de uso, é facilmente perceptível a todos, pois ele expressa a utilidade da mercadoria, isto é, a satisfação de necessidades humanas. O segundo elemento, o valor de uma mercadoria, não é algo intrínseco a ela, mas decorre do trabalho que a produziu, trabalho esse que tem uma natureza social. O valor de uma mercadoria origina-se de relações sociais que os indivíduos são obrigados a participar como condição para sua sobrevivência. Essas relações sociais não são palpáveis, não são acessíveis aos sentidos humanos. Por ser essa unidade dialética do valor de uso – per-

9 RUBIN, 1987, p. 44-57.

10 MARX, 2013, p. 142.

11 MARX, 2013, p. 199 e p. 202.

12 MARX, 2013, p. 202.

13 MARX, 2013, p. 113.

ceptível – e do valor – imperceptível aos sentidos –, a mercadoria é caracterizada por Marx como uma “[...] coisa sensível-suprassensível.”¹⁴

Percebe-se que essa noção de mercadoria apresentada nas primeiras páginas de *O capital* sugere que a mercadoria seja algo tangível e externo ao sujeito que a produziu, ou, nas palavras de Marx, “[...] um objeto externo, uma coisa.”¹⁵ Além disso, complementa o autor, a mercadoria deve satisfazer necessidades humanas, provenham elas do “[...] estômago ou da imaginação [...]”¹⁶ ou, em outros termos, provenham elas do “[...] estômago ou da fantasia.”^{17 18}

Nessas linhas introdutórias de *O capital*, ao caracterizar a mercadoria como uma coisa, um objeto, externo ao sujeito que o produziu, Marx expõe uma definição de mercadoria que ainda não abarca explicitamente os bens intangíveis, a exemplo de uma apresentação artística ou de uma aula, ainda que esse tipo de atividade contemple o segundo aspecto apresentado na definição marxiana, ou seja, ainda que esse tipo de atividade possa satisfazer necessidades provenientes da imaginação ou da fantasia humana.

No entanto, devemos evitar julgamentos apressados. Trata-se de um desacerto grave julgar as concepções marxianas e sua teoria do valor considerando apenas os trechos iniciais do Livro I de *O capital* sem seguir o percurso completo dos Livros I, II e III, que nos levam do nível abstrato de análise para o nível concreto. Se esse cuidado tivesse sido tomado por seus detratores, teríamos sido poupados de boa parte dos argumentos infundados daqueles que têm criticado a lei marxiana do valor, inclusive de autores marxistas contemporâneos que fazem coro com discursos pós-modernistas.

Nos capítulos iniciais do Livro I de *O capital*, a teoria do valor é apresentada no nível abstrato e, na medida em que o autor avança em sua exposição ao longo dos Livros I, II e III, sua narrativa se aproxima

14 MARX, 2013, p. 147.

15 MARX, 2013, p. 113.

16 MARX, 2013, p. 113.

17 MARX, 1980b, p. 41.

18 Ao citar as necessidades do espírito humano, Marx resgata as palavras de Nicholas Barbon: “O desejo faz parte das necessidades; ele é o apetite do espírito, e tão naturalmente como a fome para o corpo, [...] a maioria (das coisas) tem seu valor, porque satisfaz as necessidades do espírito.” Cf.: BARBON *apud* MARX, 2013, p. 113.

cada vez mais do concreto. Nesse percurso, Marx progressivamente acrescenta em sua análise múltiplas determinações que gradualmente desvelam as formas de aparência do valor e suas dinâmicas contraditórias no modo de produção capitalista. Ao longo do seu percurso expositivo, cada vez mais as categorias ganham novas determinações, novos contornos, novas dimensões, tornando-se mais ricas e complexas.

Essa complexidade crescente fica evidente na medida em que o texto de Marx avança, e o autor passa a adotar uma noção de mercadoria que não está limitada ao rol dos produtos tangíveis. Essa compreensão o acerca da natureza da mercadoria enseja a seguinte questão: se, na perspectiva marxiana, a corporeidade não é aspecto central para caracterização de uma mercadoria, quais seriam esses aspectos centrais?

Seguindo as reflexões de Marx, podemos afirmar que, para que algo assuma a forma social mercadoria, independentemente da sua “existência material”, algumas condições devem ser atendidas:

- I. a coisa produzida deve ser fruto do trabalho humano;
- II. deve satisfazer algum tipo qualquer de necessidade humana;
- III. ter sido produzida para o mercado, não para o autoconsumo;
- IV. ter sido produzida sob relações capitalistas de produção, onde o trabalho assume uma forma social especificamente capitalista.

Alguns exemplos que refletem essa perspectiva de Marx merecem ser destacados.

Um primeiro exemplo é a força de trabalho (capacidade de trabalho), isto é, o “[...] complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo.”¹⁹ Apesar de não ser “um objeto externo, uma coisa”,²⁰ a força de trabalho assume, no modo de produção capitalista, a forma social mercadoria e passa a ser colocada à venda pelos trabalhadores que, tendo sido historicamente alijados da propriedade dos meios de produção, não têm alternativa a não ser levar “[...] sua própria pele ao mercado.”²¹ O salário é a expressão monetária do valor da mercadoria força de trabalho, e o preço dessa mercadoria *sui generis* é, em última instância, definido na arena da luta de classes, em cada contexto histórico, segundo dinâmicas políticas particulares.

19 MARX, 2013, p. 242.

20 MARX, 2013, p. 113.

21 MARX, 2013, p. 251.

Além desse primeiro exemplo, em outras passagens da sua obra, Marx aborda a produção de bens intangíveis e as formas sociais do trabalho aí envolvidas.

Em sua análise dos “ramos inteiramente novos da produção”²² que surgiram em seu tempo, o autor classifica como “indústrias”²³ alguns segmentos que não produzem bens palpáveis, a exemplo das comunicações e transportes: “[...] as usinas de gás, o telégrafo, a fotografia, navegação a vapor e o sistema ferroviário.”²⁴ No Livro II de *O capital*,²⁵ há outro trecho que demonstra que a análise marxiana não emprega uma noção de industrialismo limitada à produção de bens fabris-materiais. Ao apresentar o ciclo completo do capital e suas metamorfoses, ou seja, suas mudanças de forma, o autor apresenta uma concepção de “capital industrial” bastante abrangente e que não está limitada à produção fabril de bens tangíveis:

O capital, que no percurso de seu ciclo total assume e abandona de novo essas formas, cumprindo em cada uma delas sua função correspondente, é o capital industrial – *industrial, aqui, no sentido de que ele abrange todo ramo de produção explorado de modo capitalista.*²⁶

Conforme destaca Bolaño,²⁷ Marx é ainda mais explícito ao descrever a indústria de transportes plenamente inserida na lógica de produção de valor típica do capitalismo, ainda que o trabalho na indústria de transporte produza um efeito útil (o deslocamento de lugar) que “[...] só pode ser consumido durante o processo de produção.”²⁸

O que a indústria dos transportes vende é o próprio deslocamento de lugar. O efeito útil obtido é indissolúvelmente vinculado ao processo de transporte, isto é, ao processo de produção da indústria dos transportes. [...] Mas o valor de troca desse efeito útil é determinado, como o de toda e qualquer mercadoria, pelo valor dos elementos de produção nele consumidos (força de trabalho e meios de produção) acrescido do mais-valor criado pelo mais-trabalho dos trabalhadores ocupados na indústria dos transportes.²⁹

22 MARX, 2013, p. 517.

23 MARX, 2013, p. 517.

24 MARX, 2013, p. 517.

25 MARX, 2014.

26 MARX, 2014, p. 131. (grifo meu)

27 BOLAÑO, 2000.

28 MARX, 2014, p. 133-134.

29 MARX, 2014, p. 133-134.

Marx também enfrenta o universo da produção de mercadorias incorpóreas, que ele chama de “produção imaterial” e de “produção não material” nos manuscritos conhecidos como *Teorias da Mais-valia*^{30 31} e *Capítulo VI Inédito de O capital*.^{32 33} Em alguns trechos desses textos, o autor classifica como trabalho produtivo – produtor de valor e mais valia – o trabalho eminentemente intelectual de um escritor, “[...] que fornece um trabalho industrial ao seu editor [...]”, uma vez que a produção desse “[...] literato proletário [...], que produz livros [...] por encargo do seu editor, [...] está subordinada ao capital e só é levada a cabo para valorizar este último.”³⁴ Nessas passagens, o autor aborda também outros tipos de trabalhos cujos produtos só podiam, no tempo de Marx, ser consumidos durante o ato da produção, a exemplo das atividades do cantor e do professor. Conforme aponta Marx, esses tipos de trabalho são passíveis de serem alcançados pela lógica da produção capitalista, e seus executores poderiam ser considerados trabalhadores produtivos, isto é, trabalhadores produtores de valor e de mais-valia. Essa perspectiva marxiana está fundamentada no pressuposto de que a produção de mais-valia é “o fim determinante, o interesse propulsor e o resultado final do processo de produção capitalista.”³⁵ Em outras palavras, “[...] a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, mas essencialmente produção de mais-valia.”³⁶

Nessa mesma linha, é reveladora uma conhecida passagem do Livro I de *O capital*, em que Marx, ao tratar de um exemplo “fora da esfera da produção material”,³⁷ explica, de maneira ácida e irônica, que a escola

30 MARX, 1980a, p. 384-406.

31 Na versão original do manuscrito conhecido como *Teorias da Mais-valia* (*Theorien Über Den Mehrwert*), Marx emprega a expressão em alemão “*immateriellen Produktion*” (MARX, 1965, p. 1329), que foi vertida para o português como “produção imaterial” (MARX, 1980a, p. 403) e para o inglês como “*non-material production*” (MARX, 1994, p. 143).

32 MARX, 2004, p. 108-120.

33 Na versão original do manuscrito conhecido como *Capítulo VI inédito de O capital* (*Resultate des unmittelbaren Produktionsprozesses*), o autor adota a expressão “*nicht materiellen Produktion*” (MARX, 1969, p. 69), traduzida para o português como “produção não material” (MARX, 2004, p. 119) e para o inglês como “*non-material production*”. MARX, 1994, p. 451).

34 MARX, 2004, p. 115.

35 MARX, 2004, p. 41.

36 MARX, 2013, p. 578.

37 MARX, 2013, p. 578.

pode assumir o caráter de um empreendimento capitalista, em que os professores, tal qual operários, produzem o valor e a mais-valia a ser apropriada pelo patrão:

Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar as cabeças das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação.³⁸

Nota-se nesse trecho que Marx antecipa alguns fenômenos capitalistas que apenas existiam em germe no século XIX, mas que se expandem cada vez mais na atualidade: a indústria da Educação, o conhecimento transformado em mercadoria, os grandes conglomerados empresariais que se digladiam no mercado educacional e a “instituição que trafica com o conhecimento.”^{39 40}

Essas passagens sugerem também que as discussões sobre a indústria cultural, a exemplo dos estudos de Adorno e Horkheimer em *Dialética do esclarecimento*⁴¹ e de Adorno em *Indústria cultural*⁴² que ganharam destaque em meados do século XX, têm seu germe na obra de Karl Marx.

No campo da Economia Política, que tem como primado o pensamento dialético, o confronto de ideias é sempre candente e as controvérsias precisam ser enfrentadas como condição para apreensão da realidade. Assim, na próxima seção, serão problematizadas algumas interpretações que alegam haver limites na abordagem marxiana que a tornariam pouco útil para apreensão das dinâmicas socioeconômicas que envolvem as mercadorias intangíveis e a indústria cultural. No decurso da discussão, a concepção marxiana de fetichismo é apresentada como uma perspectiva indispensável.

38 MARX, 2013, p. 578.

39 MARX, 2004, p. 115.

40 Ainda que esse presságio de Marx tenha se tornado hoje uma realidade evidente, discursos pós-modernistas postulam que as reflexões de Marx seriam pouco úteis atualmente, quando supostamente estaríamos vivendo uma sociedade pós-industrial (LAZZARATO, 1996), uma economia do conhecimento (GORZ, 2003) ou uma espécie de capitalismo cognitivo (MOULIER-BOUTANG, 2011).

41 ADORNO; HORKHEIMER, 2006.

42 ADORNO, 2020.

O VALOR E O PREÇO DAS OBRAS DE ARTE: VAN GOGH, MARX E O FETICHISMO

Vem da Economia Política contemporânea um argumento equivocado que defende que, no campo da economia da cultura, a teoria do valor de Marx teria perdido seu caráter explicativo, dado o pressuposto de que “[...] o produto cultural não adquire o status de mercadoria [...]”, ainda que possa adquirir a “[...] forma mercadoria ou a forma preço.”⁴³ Segundo o autor, a teoria do valor marxiana não se aplicaria à economia da cultura, uma vez que a valorização econômica dos produtos culturais seria uma “valorização aleatória” e “[...] totalmente independente da estrutura dos seus custos de produção.”⁴⁴ O “paradoxo de Van Gogh” caracterizaria este tipo de economia, afinal “[...] este pintor não vendeu um quadro sequer quando era vivo, enquanto atualmente suas obras são negociadas a preços altíssimos.”⁴⁵ ⁴⁶ Assim, a valorização econômica dos quadros de Van Gogh não poderia ser explicada “[...] a partir dos custos diretos e indiretos necessários à sua produção.”⁴⁷

O argumento é instigante, mas incorre em equívoco ao se referir ao “paradoxo de Van Gogh”. Essa parábola não ilustra as dinâmicas do capital, posto que a forma social da atividade artística daquele pintor não representa a forma social do trabalho que é específica do modo de produção capitalista, ou seja, o trabalho de Van Gogh não era feito sob relações sociais de produção capitalistas. Em termos mais claros, o pintor não tinha um patrão e não estava submetido a algum tipo de relação de assalariamento, como “salário por tempo” ou “salário por peça”.⁴⁸ Sua

43 HERSCOVICI, 1995, p. 169.

44 HERSCOVICI, 2008, p. 6.

45 HERSCOVICI, 2014, p. 567.

46 Uma curiosidade é que, na verdade, Van Gogh vendeu um único quadro em vida. Trata-se da tela *O vinhedo vermelho*, pintada em Arles em 1888, vendida por 400 francos em 1890. Cf.: NAIFEH; SMITH, 2012.

47 HERSCOVICI, 2008, p. 6

48 O salário por peça, discutido por Marx na Seção VI do Livro I de *O capital* (2013), se mostra absolutamente atual. Um bom exemplo é a remuneração de entregadores de empresas como Uber, iFood e 99, um tipo de pagamento por tarefa ou por corrida que é análogo ao salário por peça descrito por Marx.

atividade artística não estava subsumida ao capital, nem do ponto de vista da subsunção formal, muito menos da subsunção real.⁴⁹

No Livro III de *O capital*, Marx⁵⁰ explicita seu ponto de vista a respeito do assunto ao afirmar que o preço de uma obra artística depende de combinações fortuitas. Para Marx, esse tipo de fruto do trabalho humano pode ter um preço, ainda que não tenha valor no sentido que o autor atribui ao termo no contexto das relações sociais capitalistas. Nos termos do autor

[...] é preciso afirmar que o preço daquelas coisas que não têm valor em si mesmas, isto é, que não são produto do trabalho, como o solo, ou que não podem ser reproduzidas mediante o trabalho, como as antiguidades, as obras de arte de determinados mestres etc., pode ser determinado por combinações fortuitas. Para vender uma coisa, é preciso apenas que ela seja monopolizável e alienável.⁵¹

A chave para compreensão desse argumento de Marx está na distinção que ele estabelece entre preço e valor. Conforme nos revela o autor, somente o trabalho humano é capaz de criar valor, sendo o valor de uma mercadoria determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Já o preço de uma mercadoria é a “expressão do seu valor”, ou seja, é “[...] a forma dinheiro do valor [...]”, porém Marx esclarece que “[...] o preço de uma mercadoria não corresponde necessariamente a seu valor.”⁵² O preço de produção representa o somatório do capital investido mais um lucro médio determinado pela concorrência entre capitalistas.⁵³ Assim, explica Marx, situações nas quais o valor de uma mercadoria coincide com seu preço de produção são casos excepcionais: “[...] o preço de produção de uma mercadoria pode estar acima ou abaixo de seu valor, que só excepcionalmente coincide com ele.”⁵⁴

49 Marx discute a subsunção formal e a subsunção real do trabalho ao capital no manuscrito *Capítulo VI inédito de O capital* (2004) e no Livro I de *O capital* (2013). Vide também Bolaño (2007) e Romero (2007).

50 MARX, 2017.

51 MARX, 2017, p. 695.

52 MARX, 1994, p. 114.

53 Na esfera da produção, o trabalho humano incorpora valor na mercadoria produzida. Em um segundo momento, quando a mercadoria é levada à esfera da circulação, isto é, quando é colocada à venda no mercado, ela tende a ser comercializada pelo que Marx chama de preço de produção, ou seja, o capital investido, acrescido de um lucro médio determinado pela concorrência entre diferentes setores da economia. Cf.: MARX, 2017 .

54 MARX, 2017, p. 819.

A diferença entre o preço e o valor de um bem fica mais evidente diante de situações monopolísticas. A instituição de um monopólio permite a obtenção de lucro extra que advém da comercialização de uma mercadoria cujo preço está bem acima do valor efetivamente contido nela. Esse preço de monopólio se distancia do valor e permite auferir lucro extra, que é superior aos lucros médios dos setores da economia onde há plena concorrência. Marx⁵⁵ emprega as ideias de *renda* e *renda de monopólio* para caracterizar esse tipo de lucro. Nesse sentido, a renda auferida pelo *rentista* representa uma riqueza que não decorre da exploração imediata do trabalho, mas, sim, da transferência para o rentista de um valor que foi criado na esfera da produção sem sua intervenção.⁵⁶

Retornemos ao paradoxo de Van Gogh. A abordagem de Marx nos permite afirmar que um quadro original de um gênio da pintura tem sempre preço elevadíssimo, ainda que não tenha valor no sentido marxiano do termo, sentido esse que está restrito às relações sociais capitalistas.

Diferente situação ocorre quando uma empresa reproduz e comercializa cópias impressas dos quadros de Van Gogh que estão em domínio público. Nesse caso, estamos diante da reprodução de uma mercadoria por uma companhia que atua no ramo da indústria cultural, e o preço da imagem reproduzida dependerá não só dos custos envolvidos na produção desse produto, mas também do lucro médio estabelecido por meio da concorrência entre capitalistas.

Essa discussão nos leva a outro dilema, ainda mais atual, expresso na seguinte pergunta: a lei do valor de Marx mantém seu caráter explicativo no caso das obras digitais comercializadas no mercado *on-line* de conteúdo audiovisual? Minha resposta para a questão colocada é afirmativa, desde que tenhamos em mente a distinção entre o valor de um produto e seu preço de produção. Nesse caso, a reprodução de um bem digital tem um preço, que pode estar muito acima do seu valor, pois os direitos de propriedade intelectual, a exemplo dos direitos de cópia (*copyrights*), permitem o surgimento de rendas de monopólio.⁵⁷

55 MARX, 2017.

56 MARQUES, 2018a.

57 Algo análogo ocorre no segmento de redes sociais *on-line*. O lucro que empresas como Facebook auferem advém da venda de campanhas publicitárias (marketing personalizado). O preço desse tipo de campanha publicitária, que está acima do valor produzido pelos trabalhos aí envolvidos, assume um caráter rentista decorrente do domínio monopolístico dos dados dos usuários por parte da plataforma digital. Cf.: MARQUES, 2018a.

Essa interpretação sugere que o uso do “paradoxo de Van Gogh” como parábola para a indústria cultural representa um desacerto enfaticamente criticado por Marx: a ilusão fantasmagórica do fetichismo.

Na obra de Marx, a expressão fetichismo não representa um tipo de desejo compulsivo, como entende o senso comum. O autor emprega essa noção de maneira explícita e implícita, em diferentes passagens da sua obra, para abordar, por exemplo, o fetichismo da mercadoria, do dinheiro, do capital e dos juros. Em sua acepção geral, a concepção marxiana de fetichismo representa a ilusória projeção, em coisas, de características próprias da sociabilidade capitalista, como se essas características pertencessem naturalmente àquelas coisas. Assim, uma “[...] relação social determinada entre os próprios homens [...] assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.”⁵⁸

Nos capítulos iniciais do Livro I de *O capital*, Marx⁵⁹ expõe o fetichismo em sua forma elementar, isto é, o fetichismo da mercadoria, fenômeno social que surge quando a mediação da mercadoria passa a dominar as relações entre as pessoas ou, em outras palavras, quando os frutos do trabalho humano, ao assumirem a forma social mercadoria, passam a reger o processo social da troca. Na mediação da mercadoria, ocorre a inversão da relação sujeito-objeto, ou seja, o objeto da criação humana passa a dominar os sujeitos criadores, subordinando-os e condicionando seus comportamentos a uma relação social de exploração historicamente específica. Mas essa inversão da relação sujeito-objeto não se releva explicitamente, ao contrário, ela permanece oculta sob as manifestações fenomênicas das mercadorias. Alguém que olhe para os aspectos corpóreos de uma mercadoria não consegue enxergar a relação social de exploração que a engendrou. Ao abordar o caráter ideológico dessa dominação da “coisa sobre o homem”, “do produto sobre o produtor”, Marx afirma tratar-se da “mesma relação que se apresenta na religião”, ou seja, “a conversão do sujeito em objeto e vice-versa”.⁶⁰ Deus, um ser criado pela mente humana, passa a dominar seu criador. Porém, Marx deixa clara uma ressalva fundamental: a mercadoria tem existência real, ao passo que Deus é uma criação mítica, imaginária.

No caso do dinheiro, que no capitalismo se torna mediador universal das trocas, a ilusão fetichista é ainda mais forte. As relações sociais

58 MARX, 2013, p. 147.

59 MARX, 2013.

60 MARX, 2004, p. 55-56.

ficam ocultas na manifestação material do dinheiro, uma forma que se autonomiza das relações sociais de produção que a originaram e passa a comandá-las. Quando o dinheiro é usado na esfera da produção para pagar o salário do trabalhador produtivo – único agente que tem a capacidade de criar valor –, ele passa a dominar também a produção do valor, não apenas sua circulação.

Marx nos revela também que, no caso do capital portador de juros, a relação capitalista assume sua forma “mais fetichista”⁶¹ quando viceja a ilusão de que “criar valor torna-se uma qualidade do dinheiro”⁶². Sob a forma do capital portador de juros, o dinheiro gera mais dinheiro “sem a mediação do processo de produção e circulação”⁶³. O capital portador de juros é “[...] dinheiro que engendra mais dinheiro, valor que valoriza a si mesmo [...]”⁶⁴ sem passar pelas metamorfoses do ciclo completo do capital. Surge o fetiche do capital “[...] em toda a sua pureza [...]”, isto é, a “[...] mistificação capitalista em sua forma mais descarada.”⁶⁵

Um aspecto central que a noção de fetichismo de Marx nos traz é a necessidade de sempre buscarmos a essência da realidade, ou seja, aquilo que não se revela em sua aparência fenomênica: sua forma social e as relações sociais nela envolvidas. É preciso buscar a forma social das diferentes atividades de trabalho bem como a forma social dos produtos originados por cada uma delas. Ao adotar essa perspectiva, torna-se possível apreender a essência das diferentes atividades humanas e dos seus resultados, sejam eles tangíveis ou não, sejam eles materiais ou imateriais.⁶⁶

Assim, nas Ciências Sociais em geral, e na Ciência da Informação em particular, devemos estar atentos às diferentes manifestações do fetichismo, como, por exemplo, o fetichismo da informação, dos bens culturais ou o da tecnologia. Devemos descobrir esses aspectos suprassensíveis, ocultos aos nossos sentidos, que são as relações sociais subjacentes as atividades humanas, a exemplo das atividades voltadas para a manipu-

61 MARX, 2017, p. 441.

62 MARX, 2017, p. 442.

63 MARX, 2017, p. 442.

64 MARX, 2017, p. 441.

65 MARX, 2017, p. 442

66 Sobre a noção de fetichismo adotada por Marx (2013, 2014, 2017), consultar Albritton (2020), Fine e Saad-Filho (2018), Geras (2001), Grespan (2021) e Rubin (1987).

lação de informações, aquelas que estão envolvidas na indústria cultural ou aquelas que pertencem às cadeias de produção dos bens digitais.

Se essa perspectiva tivesse sido levada em consideração no campo da Ciência da Informação, a área talvez não tivesse acolhido de maneira tão acrítica uma das maiores ilusões que ganharam popularidade na alvorada do século XXI: a suposição de que estaríamos vivendo em uma idílica e promissora sociedade da informação.

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: UMA FANTASIA INGÊNUA

Uma dura realidade, ainda pouco reconhecida no campo da Ciência da Informação, precisa ser encarada de frente. A ideia de sociedade da informação, que dominou essa área há alguns anos, não caracteriza, nem mesmo minimamente, o mundo em que vivemos atualmente. Ainda que seja doloroso, é importante dizer que, na melhor das hipóteses, aquele sonho idealista está, por ora, adiado.

Os discursos ingenuamente otimistas que descreviam a Internet como um instrumento para emancipação humana foram vítimas do determinismo tecnológico. Ignorar o caráter dialético que é imanente a qualquer tecnologia foi um erro grave. Parafraseando David Noble,⁶⁷ a ideia de sociedade da informação representou uma visão empobrecida da noção de progresso iluminista que alimentou a fé em falsas promessas futuristas e extravagantes.

Façamos um breve resgate histórico dessa ideia, que foi amplamente disseminada, especialmente na Ciência da Informação. A partir de meados da década de 1990, quando a internet foi aberta para uso comercial, difundiram-se nos meios de comunicação de massa e no meio acadêmico, discursos que saudaram de maneira acrítica a rede mundial de computadores. Acreditava-se que a internet seria uma rede livre de fronteiras nacionais e ela foi descrita como uma esfera pública que permitiria a livre difusão do conhecimento, do saber e da cultura. Os celebrantes do fenômeno, que foi chamado de revolução da informação ou revolução digital, supunham que finalmente teriam voz os indivíduos e grupos que historicamente haviam sido excluídos dos meios de comunicação de massa. Com aquela rede emergente, retratada como uma *ágora* digital, surgiria um novo tipo de democracia representativa.⁶⁸

67 NOBLE, 2011.

68 WU; GOLDSMITH, 2008, McCHESNEY, 2013.

Aos discursos dos celebrantes, se opuseram interpretações de autores céticos que viram com pessimismo a emergência da internet e seus desdobramentos sociais, econômicos e políticos.⁶⁹ Assim, no final do século XX e início do XXI, assistia-se a uma polarização semelhante àquela descrita por Umberto Eco em sua obra *Apocalípticos e Integrados*.⁷⁰

No entanto, na Ciência da Informação, a narrativa sobre aquela suposta *sociedade da informação* foi dominada pelos argumentos dos celebrantes idealistas, ainda que tenham surgido na área algumas análises críticas de grande densidade, rigor analítico e contundência, propostas por estudiosos, como, por exemplo, Bemfica,⁷¹ Bemfica *et al.*,⁷² Bezerra *et al.*,⁷³ Brito,⁷⁴ Brito e Kerr Pinheiro,⁷⁵ Freitas,⁷⁶ Monteiro e Almeida Junior.⁷⁷

A hipótese de que estaríamos assistindo ao surgimento de uma nova e embelezada *sociedade da informação* foi um devaneio que desconsiderou até mesmo a própria história da internet. Afinal, uma realidade tão bela, idílica e harmônica dificilmente poderia emergir de uma iniciativa originada de um esforço de guerra, como foi o caso da rede mundial de computadores.⁷⁸ Se não é sensato supor que interesses bélicos iriam gerar uma rede de natureza tão democrática, emancipatória e a serviço do bem comum, tampouco é razoável supor que um universo digital tão positivo e harmonioso pudesse surgir como consequência da abertura da internet para seu uso comercial, ocorrida a partir da década de 1990.⁷⁹

Curiosamente, apesar de a noção de sociedade da informação estar cada vez mais perdendo adeptos, já em relação ao Vale do Silício, aclamado berço da sociedade da informação, há outro mito que permanece amplamente difundido no imaginário coletivo. Trata-se do mito dos mo-

69 McCHESNEY, 2013.

70 ECO, 2008.

71 BEMFICA, 2002.

72 BEMFICA *et al.*, 2003.

73 BEZERRA *et al.*, 2019.

74 BRITO, 2015.

75 BRITO; PINHEIRO, 2015.

76 FREITAS, 2002.

77 MONTEIRO; ALMEIDA JUNIOR, 2021.

78 BACON, 2011; HANSON, 1982; HAYES, 1989; McCHESNEY, 2013.

79 BOLAÑO; VIEIRA, 2014, McCHESNEY, 2013, WU, 2010.

delos de negócio nascidos na região e suas relações sociais, apresentados como modelos exemplares, meritórios, que merecem ser multiplicados.

No entanto, a realidade é bastante diferente do que o senso comum propaga acerca desse *cluster inovativo*. Nas últimas décadas, quando a indústria fabril de equipamentos eletrônicos migrou do Vale do Silício para Ásia, restou abandonado naquela região da Califórnia um contingente de desempregados, que foram excluídos das dinâmicas econômicas da *era da informação*, além de um exército de subempregados que foi incorporado de maneira subalterna à realidade local. Apenas uma limitada aristocracia de trabalhadores muito bem qualificados ocupa os tão sonhados empregos da assim chamada *nova economia*.

Conforme expõe um recente relatório sobre o Vale do Silício, no ano de 2019, antes da pandemia do Coronavírus, quase 30% dos núcleos familiares da região dependiam de assistência pública ou privada/informal para suprir suas necessidades básicas. O relatório também informa que, naquela ocasião, anteriormente à calamidade da Covid-19, mais de 57% das famílias de etnia hispânica ou latina dessa região estavam abaixo do padrão de autossuficiência, que varia significativamente em função da “[...] raça e etnia, nível educacional, tipo de família, status de cidadania, entre outros fatores.”⁸⁰

Adicionalmente, o sistema de educação do Vale do Silício, de caráter desigual e excludente, fomenta uma crescente *polarização do conhecimento*,⁸¹ que se torna um fator decisivo na maneira como cada indivíduo se insere no mercado de trabalho local. Esse fenômeno se mostra prejudicial para uma vasta maioria e benéfico para poucos, pois separa um seletivo grupo de trabalhadores altamente qualificados, que têm oportunidade de participar plenamente da *era digital*, daqueles que são alijados das suas benesses.⁸²

Voltemos à obra de Marx para discutir como ele incorporou, em sua interpretação das dinâmicas capitalistas, o avanço tecnológico e a aplicação da ciência à produção. Conforme postula o autor, a aplicação da ciência ao processo de produção requer tomá-la como um “[...] produto geral do movimento social”.⁸³ O pensador alemão não concebe o conhecimento científico e tecnológico como uma realidade fechada em si, mas

80 MASSARO *et al.*, 2020, p. 37-38.

81 MARQUES, 2017.

82 MARQUES; KERR PINHEIRO, 2014a, 2014b, 2019.

83 MARX, 2004, p. 93.

como uma dimensão do capital, que deve ser analisada considerando o modo produção em que o conhecimento está inserido. Afirmar que os avanços da ciência e da tecnologia se dão de maneira autônoma frente às relações sociais de produção é um devaneio e, diante dele, é preciso que recoliquemos no centro do debate a noção marxiana de fetichismo. Nesse caso específico, o fetichismo da tecnologia.⁸⁴

A abordagem de Castells⁸⁵ é um exemplo emblemático desse tipo de ilusão. O sociólogo catalão constrói uma narrativa que apresenta o desenvolvimento tecnológico como fator determinante do movimento histórico. As etapas históricas são explicadas por Castells em função do progresso da tecnologia e, em particular, das tecnologias de informação e comunicação. Esse fetichismo propagado por Castells, muito popular no campo da Ciência da Informação, incorre também em outro erro correlato: tomar a tecnologia como um mito moderno, que “[...] tanto atualiza a ideia de destino quanto funciona como explicação da gênese da uma nova sociedade.”⁸⁶

Braga⁸⁷ destaca que Castells⁸⁸ propalou novas promessas pós-fordistas fundamentadas em um argumento que recorre claramente ao determinismo tecnológico como eixo interpretativo, pois

[...] [seleciona] um instrumento técnico para construir uma determinada representação de conjunto das relações sociais. Ou seja, os atributos da sociedade contemporânea são vistos como fluindo diretamente da morfologia das redes computacionais. A rede – cujo maior exemplo seria a internet – é apresentada como a estrutura determinante da sociedade, assumindo um papel definidor na caracterização da organização empresarial e do trabalho pós-fordista. [...] É mais importante a morfologia do que a atividade.⁸⁹

Em diferente direção, Marx analisou profundamente a aplicação da ciência e da tecnologia nos processos produtivos, mas em nenhum momento supôs ser a inovação tecnológica o fator que determina a conformação da sociedade ou como se dá sua evolução. Ao analisar as tecnologias produzidas no interior das relações sociais capitalistas, o autor também não estabeleceu uma relação direta entre o desenvol-

84 ROMERO, 2007.

85 CASTELLS, 2006, 2009.

86 ROMERO, 2007, p. 23.

87 BRAGA, 2009.

88 CASTELLS, 2009.

89 BRAGA, 2009, p. 61.

vimento tecnológico e a libertação das classes oprimidas. Ao abordar as transformações quando a manufatura deu lugar à grande indústria, Marx não apresentou o avanço da tecnologia como sendo a chave para a superação da sociabilidade capitalista.

Conforme revela Pasquinelli,⁹⁰ Marx também não considerou que a superação das relações sociais capitalistas viria de campanhas como a que foi conhecida como “Marcha do Intelecto”, ocorrida na Inglaterra durante a revolução industrial, em defesa do “intelecto geral do país”.⁹¹ ⁹² Esse tipo de projeto de caráter iluminista não iludia Marx, assim como também não o iludia a noção hegeliana de espírito absoluto.

Tendo como referência o legado de Marx, podemos perceber que tem caráter utópico a crença de que, no contexto histórico do capitalismo, o conhecimento, a ciência e a tecnologia estão naturalmente a serviço da emancipação humana e da redução das desigualdades sociais.

Marx apresenta o telégrafo e as ferrovias – radicais inovações dos meios de comunicação que dominaram o período da grande indústria – como frutos de uma revolução nas condições gerais do processo social de produção induzida pela transformação revolucionária no modo de produção da indústria e da agricultura, que estava a serviço do capital, não da classe trabalhadora.⁹³ Em semelhante direção, afirma também que “[...] os sistemas revolucionados de transporte e de comunicação são armas para a conquista de mercados estrangeiros.”⁹⁴

Marx reitera essa visão, ao citar o telégrafo e as ferrovias como meios de comunicação adequados aos meios de produção daquela época, tecnologias que formaram as bases para a consolidação de imensas sociedades anônimas, inclusive bancárias, impulsionando a concentração de capital e “[...] envolvendo todo o mundo em uma rede de burla financeira e endividamento mútuo, a forma capitalista de fraternidade internacional.”⁹⁵

90 PASQUINELLI, 2019.

91 THE LONDON MAGAZINE, 1828.

92 Abordo a noção de “intelecto geral” (*general intellect*) que Marx emprega nos manuscritos conhecidos como *Grundrisse* (2011) e algumas de suas controvérsias em Marques (2018b; 2020c).

93 MARX, 2013, p. 457-458.

94 MARX, 2013, p. 523.

95 MARX, 1879.

No *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, Marx e Engels destacam o papel revolucionário da burguesia, responsável não somente pela superação da antiga ordem feudal, mas também pelo avanço radical da ciência e da tecnologia:

A burguesia, em seu domínio de classe de apenas um século, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais do que todas as gerações passadas em seu conjunto. A subjugação das forças da natureza, as máquinas, a aplicação da química na indústria e na agricultura, a navegação a vapor, as estradas de ferro, o telégrafo elétrico, a exploração de continentes inteiros, a canalização de rios, populações inteiras brotando da terra como por encanto – que século anterior teria suspeitado que semelhantes forças produtivas estivessem adormecidas no seio do trabalho social?⁹⁶

No mesmo texto, os avanços da tecnologia aplicada à produção e o progresso dos meios de comunicação são apresentados por Marx e Engels como instrumentos criados pela burguesia e a serviço da dominação classe burguesa:

Com o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras. [...] Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança.⁹⁷

Ao criticar o movimento *ludita*, que defendia a destruição do maquinário fabril no começo do século XIX, Marx expõe o erro político desse tipo de ação, que ignorava a forma social de exploração dos meios de produção:

[...] foi preciso tempo e experiência até que o trabalhador distinguisse entre a maquinaria e sua aplicação capitalista e, com isso, aprendesse a transferir seus ataques, antes dirigidos contra o próprio meio material de produção, para a forma social de exploração desse meio.⁹⁸

Portanto, conforme enfatizam Antunes⁹⁹ e Amorim,¹⁰⁰ Marx nega o determinismo tecnológico característico dos discursos que atribuem primazia aos aspectos técnicos das forças produtivas como elementos responsáveis pela transformação histórico-social, discursos esses que acabam por ignorar ou relegar a segundo plano as contradições da realidade analisada, a luta de classes e a ação política.

96 MARX; ENGELS, 2010, p. 44.

97 MARX; ENGELS, 2010, p. 44.

98 MARX, 2013, p. 501.

99 ANTUNES, 2018.

100 AMORIM, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sistemas de informação e comunicação empregados em cada período histórico derivam da lógica social, política e econômica dominante em cada um deles.¹⁰¹ Dentro dos limites históricos e analíticos do capitalismo, “[...] a tecnologia, em vez de simplesmente *produzir* relações sociais, é *produzida pelas* relações sociais representadas pelo capital.”¹⁰²

Assim, não só a tecnologia, mas também a informação e a cultura devem ser pensadas dentro do sistema capitalista vigente. O racionalismo econômico tende a criar um ciberespaço que mais se assemelha a uma forma ideal de mercado do que a um *lôcus* para cultivo de subjetividades, florescimento do espírito humano e aprimoramento das relações sociais. A análise do desenvolvimento tecnológico requer pensá-lo em articulação com as relações sociais em meio às quais ocorrem, em especial, aquelas de propriedade e trabalho.¹⁰³ O mesmo pode ser dito sobre a análise de fenômenos informacionais e de fenômenos culturais.

Ignorando esses princípios da Economia Política marxista, parte significativa das pesquisas em Ciência da Informação tem se perdido nos labirintos da pós-modernidade, terreno fértil para equívocos de toda ordem.

Ao discutir o método da economia política, Marx enfatizou que as categorias analíticas são “[...] produtos de relações históricas e têm sua plena validade só para essas relações e no interior delas.”¹⁰⁴ Ainda que, no mundo em que vivemos hoje, estejam em curso fenômenos que não existiam no século XIX ou existiam em estado embrionário, a teoria marxiana continua válida e absolutamente necessária para compreender o capitalismo dos nossos dias. Mas ela, sozinha, não é suficiente. Conforme destaca Souza Junior, a perspectiva de Marx “[...] só pode efetivar-se em coautoria com os sujeitos sociais de cada tempo histórico.”¹⁰⁵

101 HERSCOVICI, BOLAÑO, 2005.

102 BRAVERMAN, 2011, p. 28.

103 BEZERRA *et al.*, 2013.

104 MARX, 2011, p. 58.

105 SOUZA JUNIOR, 2014, p. 136.

A grande força da obra de Marx está na sua concepção teórico-metodológica.¹⁰⁶ Nesse sentido, abordei nesse capítulo dois princípios fundamentais do arcabouço marxiano: as noções de forma social e de fetichismo. Nesse percurso, ganharam destaque três armadilhas que precisamos evitar ao analisarmos o mundo contemporâneo: o idealismo, o determinismo tecnológico e o fetichismo. Esses princípios, que devem guiar o campo da *Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura*, também se mostram imprescindíveis para que a Ciência da Informação se afaste do pântano nebuloso do pós-modernismo.

REFERÊNCIAS

ADORNO. Theodor. *Indústria Cultural*. São Paulo: Unesp, 2020.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ALBRITTON, Robert. Mercantilização e fetichismo da mercadoria. In: FINE, Ben; SAAD-FILHO, Alfredo (Orgs.). *Dicionário de economia política marxista*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

AMORIM, Henrique. *Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2018.

ANDERSON, Kevin. *Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais*. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANTUNES, Ricardo. Apresentação. In: AMORIM, Henrique. *Trabalho Imaterial: Marx e o debate contemporâneo*. São Paulo: Annablume, 2018.

BACON, David. Up Against the Open Shop: the Hidden Story of Silicon Valley's High-Tech Workers. *Truthout*, 3 abr. 2011.

BEMFICA, Juliana do Couto. *Estado, Mercado e Redes Transnacionais na Constituição da Sociedade da Informação*. 2002. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, UFMG, Belo Horizonte, 2002.

BEMFICA, Juliana do Couto; CARDOSO, Ana Maria Pereira; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Sociedade da informação: estratégia para uma 'sociedade mercadorizada'. *Informática Pública*, v. 5, n. 2, 2003.

BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; SALDANHA, Gustavo Silva. Ascensão e queda da utopia tecnoliberal: a dialética da liberdade sociotécnica. In: XIV Enancib, 2013, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: ANCIB, 2013.

106 PAULO NETO, 2020.

- BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; PIMENTA, Ricardo Medeiros; SALDANHA, Gustavo Silva. *iKritika: estudos críticos em informação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.
- BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. *Indústria cultural, informação e capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Processo de trabalho e crítica do trabalho imaterial sobre o intelecto geral, comunicação e conhecimento. In: I Encontro Nacional de Economistas Marxistas, 2007, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: UFPR, 2007.
- BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; VIEIRA, Eloy Santos. Economia política da internet e os sites de redes sociais. *Revista EPTIC*, v. 16, 2014.
- BRAGA, Ruy. A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- BRITO, Vladimir de Paula. *Poder Informacional e Desinformação*. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, UFMG, Belo Horizonte, 2015.
- BRITO, Vladimir de Paula; KERR PINHEIRO, Marta Macedo. Poder Informacional e Desinformação. In: XVI ENANCIB, 2015, João Pessoa. *Anais [...]*. João Pessoa: ANCIB, 2015.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em redes*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- CASTELLS, Manuel. *Communication Power*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- FINE, Ben; SAAD-FILHO, Alfredo. *O capital de Marx*. Lisboa: Ed. Presença, 2018.
- FREITAS, Lídia Silva de. A memória polêmica da noção de sociedade da informação e sua relação com a área de informação. *Informação & Sociedade*, v. 12, n. 2, 2002.
- GERAS, Norman. Fetichismo. In: BOTTMORE, Tom (Orgs.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- GOLDSMITH, Jack; WU, Tim. *Who Control the Internet? Illusions of a Borderless World*. Nova York: Oxford, 2006.
- GORZ, Andre. *O Imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- GRESPLAN, Jorge. *Marx: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- HANSON, Dirk. *The New Alchemists*. Boston: Little, Brown and Company, 1982.
- HAYES, Dennis. *Behind the Silicon Curtain: the Seductions of Work in a Lonely Era*. Boston: South End Press, 1989.
- HOBSBAWN, Eric. *Como mudar o mundo, Marx e o marxismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HERSCOVICI, Alain. *Economia da Cultura e da Comunicação*. Vitória: Editora Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1995.

HERSCOVICI, Alain. Redes eletrônicas e economia digital: economia da dádiva ou novas estratégias concorrenciais? In: XVII Encontro Nacional da Compós, 2008, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Compós, 2008.

HERSCOVICI, Alain. As metamorfoses do valor: capital intangível e hipótese substancial. Reflexões a respeito da historicidade do valor. *Liinc em Revista*, v. 10, n. 2, 2014.

HERSCOVICI, Alain; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. A crítica da economia política da informação e do conhecimento. In: X Encontro Nacional de Economia Política, 2005, Campinas. *Anais [...]*. Campinas: Unicamp, 2005.

LAZZARATO, Maurizio. Immaterial labour. In: VIRNO, Paolo; HARDT, Michael (Orgs). *Radical thought in Italy*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

MACHADO, Gustavo. *Marx e a história: das particularidades nacionais à universalidade da revolução socialista*. São Paulo: Sundermann, 2018.

MARQUES, Rodrigo Moreno. Polarization of Information and Knowledge: a Dialectical Approach. *International Review of Information Ethics*, v. 26, 2017.

MARQUES, Rodrigo Moreno. Trabalho e valor nas mídias sociais: uma análise sob as lentes do marxismo. *Trabalho & Educação*, v. 27, n. 3, 2018a.

MARQUES, Rodrigo Moreno. Apropriação contemporânea da noção de intelecto geral (general intellect): o marxismo no pântano da pós-modernidade. In: II Simpósio Nacional Educação, Marxismo e Socialismo, 2018, Belo Horizonte (MG). *Anais [...]*. Belo Horizonte: GEPMTE (FaE/UFMG), 2018b.

MARQUES, Rodrigo Moreno. A atualidade de Marx diante do trabalho na era digital. In: RASLAN FILHO, Gilson; VISIBELI, Janaína (Orgs.). *Comunicação, desenvolvimento, trabalho: perspectivas críticas*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020a.

MARQUES, Rodrigo Moreno. Karl Marx enfrenta o enigma da produção imaterial. *Liinc em Revista*, v. 16, n. 1, 2020b.

MARQUES, Rodrigo Moreno. Intelecto geral (general intellect): revisitando o controverso ‘Fragmento sobre as máquinas’, de Karl Marx. In: VIII Encontro da União Latina de Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, 2020, on-line, *Anais [...]*. Londrina: Ulepcc-br, 2020c.

MARQUES, Rodrigo Moreno; KERR PINHEIRO, Marta Macedo. Polarização do conhecimento na era da informação: o Vale do Silício como exemplo. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 7, n. 1, 2014a.

MARQUES, Rodrigo Moreno; KERR PINHEIRO, Marta Macedo. Vozes do Vale do Silício: desvelando mitos da era da informação. In: Colóquio Internacional da Rede MUSSI, n. 3, Salvador (BA). *Anais [...]*. Salvador (BA): Rede MUSSI, 2014b.

MARQUES, Rodrigo Moreno; KERR PINHEIRO, Marta Macedo. Voices from Silicon Valley Expose the Polarization of Knowledge in the Information Age. *ETD: Educação Temática Digital*, v. 21, n. 4, 2019.

MARX, Karl. Carta a Nikolai Danielson, 10 de abril de 1879. Disponível em: http://www.marxists.org/archive/marx/works/1879/letters/79_04_10.htm. Acesso em: 17 maio 2021.

MARX, Karl. Theorien Uber Den Mehrwert. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Werke*. Berlin: Dietz Verlag, 1965. v. 26.

MARX, Karl. *Resultate des unmittelbaren Produktionsprozesses*. Das kapital. I Buch. Der Produktionsprozess des Kapitals. VI Kapitel. Frankfurt: Verlag Neue Kritik, 1969.

MARX, Karl. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980a. v. 1.

MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980b. v. 1. (Livro I)

MARX, Karl. Economic works 1861-1863, Economic manuscript of 1861-63 (conclusion), A contribution to the critique of political economy. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Collected Works*. London: Lawrence & Wishart, 1994. v. 34.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. *Capítulo VI inédito de O Capital: resultados do Processo de Produção Imediata*. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. (Livro I)

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2014. (Livro II)

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2017. (Livro III)

MARX, Karl. *Comunidad, nacionalismos y capital: textos inéditos*. La Paz: Asamblea Legislativa Plurinacional, 2018.

MARX, Karl. *Colonialismo*. La Paz: Asamblea Legislativa Plurinacional, 2019. (Cuaderno de Londres No. XIV de 1851).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MASSARO, Rachel et al. (Orgs.) *Silicon Valley Index 2020*. San Jose: Joint Venture Silicon Valley Institute for Regional Studies. 2020.

McCHESNEY, Robert Waterman. *Digital Disconnect: How Capitalism is Turning the Internet Against Democracy*. Nova York: The New Press, 2013.

MONTEIRO, Ciro Athayde Barros; ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. A ilusão de uma sociedade da informação na Ciência da Informação: o termo sob a perspectiva crítica de Mattelart, Bauman e García Canclini. *Em Questão*, v. 27, n.2, 2021.

MOULIER-BOUTANG, Yan. *Cognitive Capitalism*. London: Polity Press, 2011.

- NAIFEH, Steven; SMITH, Gregory White. *Van Gogh: a vida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- NOBLE, David Franklin. *Forces of production: a Social History of Industrial Automation*. Nova Jersey: Transaction Publishers, 2010.
- PASQUINELLI, Matteo. On the Origins of Marx's General Intellect. *Radical Philosophy*, v. 2.06, 2019.
- PAULO NETTO, José. *Karl Marx: uma biografia*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- PRADO, Eleutério Fernando da Silva. Uma crítica à economia política do imaterial de André Gorz. *Outubro Revista do Instituto de Estudos Socialistas*, n. 11, 2004.
- ROMERO, Daniel. *Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1863*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- RUBIN, Isaak Illich. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Polis, 1987.
- SOUZA JÚNIOR, Hormindo Pereira. Acerca da perspectiva ontológica que matriza a Teoria Social Marxiana e a produção e reprodução social do conhecimento. In: MARQUES, Rodrigo Moreno et al. (Org.). *A informação e o conhecimento sob as lentes do marxismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- THE LONDON MAGAZINE. Third Series - Education of the People. *The London Magazine*, v. 1, abr./jul. 1828.
- WU, Tim. *The Master Switch: the Rise and Fall of Information Empires*. Nova York: Alfred A. Knopf. 2010.



PARA ALÉM DA FABULAÇÃO COLONIAL: RACISMO EPISTÊMICO, CONFORTO ONTOLÓGICO E LUGARES DE FALA

Maria Aparecida Moura¹

*Brasil, meu nego
Deixa eu te contar
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra. [...]
Desde 1500
Tem mais invasão do que descobrimento
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato*

Samba-enredo de 2019 da escola Unidos da Mangueira, *História para ninar gente grande*

¹ Agradecimentos são devidos ao CNPq pelo apoio dado nas diferentes etapas do desenvolvimento deste trabalho.

INTRODUÇÃO

Vive-se em um tempo marcado pela intensificação dos estranhamentos e rupturas em relação ao pensamento colonial e seus desdobramentos. Isso implica dizer que a sociedade, em âmbito global, está cada vez mais atenta às consequências de uma racionalidade pautada pela ilusão de autossuficiência de um logos europeu fundador e pelo enfraquecimento das condições para a coabitação entre povos, culturas, saberes e fazeres como experiência sensível.

A organização colonial do mundo, suas ramificações deletérias e linhas erráticas provocam fissuras deliberadas na compreensão sobre os modos de poder, saber e ver. Tais fissuras, tendem a perpetuar um imaginário associado ao conforto ontológico dos povos ocidentais e seus descendentes e impactam os sistemas culturais pela rarefação de cosmovisões e epistemes.

O sistema contra o qual lutamos relegou à inexistência saberes científicos, estéticos e categorias inteiras de seres humanos. Este mundo europeu nunca conseguiu ser hegemônico, mas ele se apropriou, sem hesitar e sem se envergonhar, de saberes, estéticos, técnicas e filosofias de povos que ele subjuguava e cuja civilização ele negava. Nosso combate se posiciona claramente contra a política do roubo justificado, legitimado e praticado sob os auspícios ainda vivos de uma missão civilizatória.²

A Ciência da Informação, criada no pós-guerra para otimizar e dinamizar o capital-informação, reverbera projetos e perspectivas comprometidas com o discurso em sua face global e informacional. Parte-se do pressuposto de que ela foi criada e se insere em contextos de apaziguamento dos estranhamentos e da contiguidade dos poderes coloniais.

Decorre daí um diálogo tenso e ainda não apaziguado envolvendo a imersão da área na economia de mercado, o acentuado binarismo das narrativas produzidas por uma espécie de imanência do tecnológico – ciberfetichismo – e a notória dificuldade em integrar os “[...] sentidos e experiências em relações que envolvem as alteridades culturais.”³

Busca-se neste ensaio refletir sobre o caráter ambivalente da Ciência da Informação que, pela naturalização da técnica e tecnológica, pelos discursos e fabulações coloniais, pode promover rupturas nos projetos de autodeterminação informativa e o apagamento dos saberes de

² VERGES, 2020, p. 38-39.

³ MOURA, 2019.

trajetória do sujeitos ditos não-hegemônicos. Observa-se que o conhecimento produzido e as operações formalizadas no campo conduzem a categorizações que tendem a perpetuar a fantasia colonial e a introduzir equívocos na atribuição de conhecimentos originários de saberes de trajetória. Assim, a orientar-se pela lógica colonial como norma, acaba por encapsular autoridades epistêmicas e culturais.

IDENTIDADE E CONHECIMENTO

Os processos globais e em rede adotados na circulação das riquezas, na vigilância planetária e na alienação do tempo e da atenção dos sujeitos na contemporaneidade buscam, sem cessar, estabelecer as condições de naturalização dos regimes de opressão online, dos supremacismos, da reiteiração dos estados de exceção, da violência simbólica e da difusão do falso.

Se por um lado a interpenetração das tecnologias no modo de produção capitalista levou ao questionamento do surgimento de um novo período, denominado de pós-modernidade, sociedade do consumo, sociedade da informação ou sociedade pós-industrial, Giddens assinala representar um momento sócio-histórico de radicalização e universalização “[...] das consequências da modernidade.”⁴ Os elementos emblemáticos dessa radicalização são: o declínio gradual da hegemonia global ocidental, o reconhecimento do papel da reflexividade do conhecimento, a relativização das noções de tempo e espaço, o desenvolvimento de mecanismos de desencaixe.

Nesse sentido, a modernidade é compreendida como

[...] uma máquina geradora de alteridades que, em nome da razão e do humanismo, exclui de seu imaginário a hibridez, a multiplicidade, a ambiguidade e a contingência das formas de vida concretas. A crise atual da modernidade é vista pela filosofia pós-moderna e os estudos culturais como a grande oportunidade histórica para a emergência dessas diferenças largamente reprimidas.⁵

As configurações e reconfigurações da identidade tornaram-se tema candente no final do século XX, especialmente pela intensificação dos questionamentos sobre a autossuficiência do sujeito da modernidade, a reflexividade do conhecimento e a forte influência das inovações tecnológicas que levaram à consolidação de uma sociedade global com foco na

4 GIDDENS, 1991, p.13.

5 CASTRO-GÓMEZ, 2005, p.87.

instrumentalidade, que nos termos de Castells⁶ coloca em evidência uma esquizofrenia estrutural. Tal esquizofrenia aponta para a fragmentação social e a intensificação dos processos de especificação da identidade, fortemente tensionados para a autonomia local e identidade cultural regional.

Castells destaca que vivemos em um mundo multicultural e interdependente e que estamos sob a influência de intensas transformações sociais que envolvem a mudança da condição das mulheres, a consolidação de uma consciência ambiental ambivalente, o recrudescimento das crises de legitimidade política, a fragmentação dos movimentos sociais e a tendência de os sujeitos adotarem identidades primárias (religião, etnia, território, dentre outros).⁷

Para Castells, identidade é o

[...] processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais.⁸

Nesse contexto, é possível dizer que o sujeito moderno e unificado perde força com a alteração dos processos de ancoragem na vida social e o surgimento de movimentos sociais mais identificados com as novas dinâmicas de circulação da informação que trazem consigo “notícias do mundo de lá”. Conforme destaca Hall:

Velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.⁹

Nesse contexto de mudanças, Hall assinala que ao invés de falarmos em identidade como algo cabal e estável, melhor seria pensarmos em processos de identificação.¹⁰ Desta perspectiva, coloca-se em

6 CASTELLS, 1999.

7 CASTELLS, 1999, p. 23.

8 CASTELLS, 1999, p. 39.

9 HALL, 2006, p. 7.

10 HALL, 2006, p. 39.

evidência elementos externos que constituem dinamicamente a identidade. Hall enfatiza que,

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornaram desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem ‘flutuar livremente’. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha. Foi a difusão do consumismo, seja como realidade, seja como sonho, que contribuiu para esse efeito de ‘supermercado cultural’.¹¹

Giddens afirma que a modernidade tem voracidade pelo conhecimento novo. O autor destaca algumas mudanças, com implicações globalizantes, nos processos de radicalização e dinamização da modernidade.¹² Dentre elas destacam-se: a separação entre tempo e espaço, o desenvolvimento de mecanismos de desençaixe e a apropriação reflexiva do conhecimento. No que se refere à ruptura entre as noções de espaço e tempo, tornou-se possível a introdução de dimensões padronizadas e desençaixadas que passam a orientar as relações sociais, hoje baseadas na presença-ausente. Os mecanismos de desençaixe inserem as atividades sociais em contextos cuja localização (situacionalidade) perde a centralidade. A apropriação reflexiva do conhecimento realiza-se de modo instável e dinamicamente colide com caráter fixo da tradição.

A despeito da presumida fixidez da tradição, Giddens, afirma sempre haver reinvenções nos modos de lidar com o presente, o passado e o futuro demarcadas pela reflexividade da vida social moderna. Castells vê com muita preocupação os processos identitários contemporâneos atravessados pela sociedade em rede, sobretudo em virtude do encorajamento aos fundamentalismos religiosos e o nacionalismo cultural a eles associados. Tais elementos articulam, em um só tempo, a dominação estrutural e a exclusão social. Nesse sentido, Castells aponta como saída possível uma perspectiva múltipla que articule identidade cultural, redes globais e políticas multidimensionais.¹³

As transformações em curso indicam que o conceito de identidade passa por diferentes e dinâmicos atravessamentos. Para Alcoff, a iden-

11 HALL, 2006, p. 75.

12 GIDDENS, 1991.

13 CASTELLS, 1991, p. 43.

tidade pode ser definida por “[...] experiências vivenciadas localizadas e posicionadas por meio das quais tanto o indivíduo como os coletivos trabalham para construir um sentido em relação às suas experiências e às narrativas históricas.”¹⁴ Já Bauman assinala que, neste contexto, o papel da cultura, como invenção humana, é o de “[...] realizar a crítica prática e intelectual da realidade social existente [...]”¹⁵ sendo inimiga natural da alienação.

COLONIALIDADE E EPISTEMOLOGIA DA IGNORÂNCIA

Os padrões ontológicos pactuados em torno das colonialidades do poder, do saber e do ver consolidam-se a partir da epistemologia da ignorância, um paradigma tutelar comprometido em fazer coincidir os saberes sociais e sua dinamicidade à lógica colonial expandida. Mignolo ressalta que a colonialidade “[...] é um estrutura complexa de níveis entrelaçados [...]” intimamente conexas ao projeto de modernidade.

A colonialidade do poder baseia-se no pressuposto de perpetuação de uma repetida diferença colonial epistêmica e está estruturada como uma geopolítica que replica, no campo do conhecimento, os arranjos históricos da expropriação colonial. Segundo Mignolo, a colonialidade do poder controla e atua em diferentes frentes, incluindo economia, autoridade, natureza e recursos naturais, gênero e sexualidade, subjetividade e conhecimento.¹⁶

À esse propósito, Quijano destaca que:

Colonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de “raça”. Essa ideia e a classificação social e baseada nela (ou “racista”) foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e o capitalismo. São a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação

14 ALCOFF, 2016, p. 140.

15 BAUMAN, 2012, p. 298.

16 MIGNOLO apud BALLESTRIN, 2013.

social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder.¹⁷

Em tal condição, constata-se que

[...] o colonialismo nos legou heranças múltiplas. Nesse sentido, as obras coloniais continuam a atuar na manutenção e aprofundamento dos traumas, já que as mesmas não se restringem a operar somente na concretude das coisas, assim extrapolam os limites do corpo físico e atingem as dimensões sensíveis da existência.¹⁸

A colonialidade do ser, por seu turno, se articula a uma geopolítica hierarquizada do conhecimento e, “refere-se ao processo pelo qual o senso comum e a tradição são marcados por dinâmicas de poder de carácter preferencial: discriminam pessoas e tomam por alvo determinadas comunidades.”¹⁹

A colonialidade do ver supõe a intermediação de “maquinarias geoepistêmicas” que buscam organizar o imaginário e o olhar na produção de efeitos semióticos na produção, no enquadramento e na circulação de representações imagéticas disciplinadoras capazes de produzir a inferioridade ontológica de certos grupamentos sociais.

O enquadramento sistemático do projeto semiótico colonial assenta-se, em termos visuais, na produção de evidências e reconhecimentos de uma certa civilidade fantasmagórica que ordena e etiqueta os “de dentro” e os “de fora”.

Para Barriendos:

As cartografias imperiais, a protoetnografia eurocêntrica e a mercantilização transatlântica da alteridade canibal devem ser consideradas, por consequência, como constitutivas da colonialidade do ver. [...] essa nova territorialização do que é monstruoso suscitou um tipo de violência epistêmica e etnoracial hierarquizante, profundamente imbricada com o desenvolvimento dos imaginários comerciais transatlânticos.²⁰

Segundo Mbembe, no continente americano a fabricação do assunto raça inicia-se ao longo do século XVII, com foco na destituição cívica dos não brancos que tem como consequência o processo de constru-

17 QUIJANO, 2002, p. 1.

18 RUFINO; MIRANDA, 2019, p. 230.

19 MALDONADO-TORRES, 2008, p. 96.

20 BARRIENDOS, xxxx, p. 47.

ção da incapacidade jurídica articulada pela codificação escravagista, o que torna o negro um não sujeito.²¹

É sob a *plantation* que se instaura uma “instituição econômica, disciplinar e penal”²² com a conseqüente racialização da servidão e abertura para a comodificação dos corpos.

Longe de ser um puro significante biológico, a raça assim entendida reenvia, a um corpo sem mundo e fora do solo, um corpo de energia combustível, uma sorte de duplo da natureza que se podia, pelo trabalho, transformar em estoque ou fundos disponíveis. A colonização funcionava, quanto a ela, à excrecência daqueles que, a muitos olhares, eram julgados como supérfluos, em excedente no seio das nações colonizadoras.²³

Decorre de tais mecanismos a dualidade na compreensão da ordem mundial, fundada no mito de superioridade racial. Nesses termos, demarca-se a invenção dos bons costumes, a moral pública, a religião, os rituais, a diplomacia como valores eurocêntricos.

Neste âmbito, o racismo, e mais especificamente o racismo epistêmico – epistemicídio, altericídio – opera através de violências, imagens de controle, constrangimentos, hierarquizações e apagamentos sistêmicos da historicidade, sujeitos e saberes ditos não hegemônicos.

Santos diz tratar-se de um duplo desperdício, político e intelectual, decorrente do “[...] epistemicídio provocado pela ciência moderna e o genocídio resultante do colonialismo europeu.”²⁴ Para o autor:

As ciências sociais modernas conceberam a humanidade como um todo homogêneo que habita deste lado da linha e, portanto, como totalmente sujeita à tensão entre regulação e emancipação. Claro que a ciência moderna reconheceu a existência do colonialismo histórico, baseado na ocupação territorial estrangeira, mas não reconheceu o colonialismo enquanto

21 MBEMBE, 2013, p. 37.

22 MBEMBE, 2013, p. 37.

23 No original: “Loin de n'être qu'un pur signifiant biologique, la race ainsi entendue renvoyait à un corps sans monde et hors sol, un corps d'énergie combustible, une sorte de double de la nature que l'on pouvait, par travail, transformer en stock ou fonds disponible. La colonisation fonctionnait, quant à elle, à l'excrétion de ceux et celles qui, à plusieurs égards, étaient jugés superflus, en excédent au sein des nations colonisatrices. C'était le cas, en particulier, des pauvres à la charge de la société et des vagabonds et délinquants dont on pensait qu'ils nuisent à la nation.” Cf.: MBEMBE, 2018b, p. 21. (tradução minha)

24 SANTOS, 2019, p. 29.

forma de sociabilidade que é parte integrante da dominação capitalista e patriarcal e que, por isso, não terminou quando o colonialismo histórico chegou ao fim.²⁵

Nesse contexto, a epistemologia da ignorância é um projeto epistêmico orientado à manutenção da branquitude como valor universal no contexto da produção e circulação do conhecimento. Trata-se, conforme Alcoff,²⁶ de uma prática epistêmica substantiva em que se articulam normas cognitivas, privilégio estrutural e identidades situadas. Conforme aponta a autora, a ignorância é estrutural e fruto de sistemas renitentes de opressão, atuando com um dos seus principais efeitos. Na epistemologia da ignorância situam-se identidades, a localização social do sujeito e os modos de formação da crença.

A operação que leva à conformação da ignorância considera a posição social do sujeito, na medida em que tais posições podem levar a distintas compreensões da realidade e a diferentes perspectivas de mundo. A ignorância é organizada em torno de situações epistêmicas, não podendo ser considerada uma falta, na medida em que se consolida através de uma prática de conhecimento inculcada pelos grupos socialmente dominantes como ignorância sistêmica.

Nessa circunstância, o racismo aparece como um produto subjetivo de padrões perceptuais que, ao associar a ignorância a certos grupos identitários, projeta distorções. Mills sugere que a branquitude, mais que uma categoria étnica, é uma construção política em que os brancos pertencem a um território de fantasia racial regido por uma espécie de alucinação consensual.²⁷ Trata-se, pois, de uma disfunção cognitiva pactuada que requer a compreensão de seus elementos e suas operações.

Historicamente, a constituição do poder baseado em elementos biológicos, estabelece o regime de partição dos privilégios. Conforme Foucault, biopoder

[...] é o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder.²⁸

25 SANTOS, 2019, p. 41.

26 ALCOFF, 2007, p. 39.

27 MILLS apud ALCOFF, 2007, p. 49.

28 FOUCAULT, 2008, p. 3.

Ao assinalar a constituição da epistemologia da ignorância, Alcoff relembra que o conhecimento é social e politicamente performado.²⁹ Nesse sentido, assinala com Horkheimer que a tarefa dos teóricos críticos é desnaturalizar tanto o produto, quanto o processo do conhecimento, visto que a ignorância é resultado de um modo histórico específico de conhecimento e percepção.

A perspectiva de uma epistemologia situada sinaliza que os conhecedores são situados no tempo e no espaço, possuem práticas perceptivas, estilos de racionalidade e interesses fluidos.³⁰ A autora sugere a inclusão da concepção de razão objetiva, proposta por Horkheimer, como possibilidade de contraposição à dinâmica estrutural da ignorância e seu lastro no sistema econômico de distribuição de privilégios. A concepção enlaça verdade e responsabilidade no contexto político do conhecimento e aponta para a necessidade de se colocar em marcha uma epistemologia reflexiva consciente e crítica que auxilie na retomada do sentido de destinação humana associada ao conhecimento.

CONFORTO ONTOLÓGICO E LUGARES DE FALA

Pensar o conceito de conforto ontológico no âmbito da Ciência da Informação implica compreender que o conhecimento, as técnicas e as tecnologias geradas no campo, com feições de neutralidade, podem influenciar e normalizar certos saberes e culturas como padrão e ofertar legitimidade aos regimes formais de apagamento cultural do outro.

O conforto ontológico refere-se aos sistemas de naturalização e normalização do mundo baseado na primazia fantasmagórica dos saberes, da cultura e dos modos de vida da branquitude e se sustenta na condenação dos não hegemônicos à uma indigência e subalternidade cultural perpétua.

Conforme destaca Mbembe:

Na maneira de pensar, classificar e imaginar os mundos distantes, o discurso europeu, tanto o erudito como o popular, com frequência recorreu a procedimentos de fabulação. Ao apresentar como reais, certos e exatos fatos muitas vezes inventados, mantendo com ele uma relação fundamen-

29 ALCOFF, 2007, p. 51.

30 ALCOFF, 2007, p. 42.

talmente imaginária, mesmo quando sua pretensão era desenvolver saberes destinados a aprendê-los objetivamente.³¹

O conforto ontológico coloca em funcionamento uma intrincada rede cultural, política e econômica, que torna a expropriação e a sujeição uma forma de ordenamento do mundo. Essa perspectiva de primazia ôntica operar em diferentes direções, especialmente na produção e circulação do conhecimento.

Nesse âmbito, o epistemicídio promove uma contínua indigência cultural e intelectual na medida em que as normas e processos cognitivos se pautam pelo embranquecimento cultural e pelos valores dos “[...] racialmente hegemônicos.”³² Trata-se de um “dispositivo de poder disciplinar emergente” que normaliza assimetrias raciais e,

[...] beneficia-se das representações construídas sobre o negro durante o período colonial no que tange aos discursos e práticas que justificaram a constituição de senhores e escravos, articulando-os e ressignificando-os à luz do racismo vigente no século XIX, época em que tais representações se constituem.³³

O epistemicídio tende a aniquilar o sujeito da experiência, apropriar-se de sua narrativa e introduzir uma disputa pelo seu lugar de fala como garantia do “conforto ontológico” e prerrogativa colonial.

Somos, por assim dizer, fixadas/os e medidas/os, de fora, por interesses particulares que satisfazem os critérios políticos do sujeito branco. [...] Tornando-nos visíveis pelo olhar e vocabulário do sujeito branco que nos descreve: não são nem as nossas palavras nem as nossas vozes subjetivas que estão impressas naquelas páginas, mas o que representamos, de maneira fantasmática, para a nação branca e os seus nacionais reais.³⁴

Carneiro assinala que as relações raciais conformam um dispositivo de racialidade por produzirem “saberes, poderes e modos de subjetivação”³⁵ em rede. A autora parte da perspectiva foucaultiana de dispositivo para expandi-lo ao contexto das relações raciais em suas filigranas.

31 MBEMBE, 2018, p. 31.

32 CARNEIRO, 2005, p. 100.

33 CARNEIRO 2005, p. 50.

34 KILOMBA, 2019, p. 75-76.

35 CARNEIRO, 2005.

A teoria do lugar de fala³⁶ torna evidente o caráter regulatório do silenciamento de certas vozes no contexto de produção e circulação do conhecimento. Conforme Spivak “[...] a tarefa do intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ele ou ela o faça, possa ser ouvido(a).”³⁷

Kilomba destaca que a disputa pelos lugares de fala é:

[...] aquele processo pelo qual as ideias incômodas- e as verdades incômodas - se tornam inconscientes, fora da consciência, dada a extrema ansiedade, culpa e vergonha que provocam. Mas sepultadas no inconsciente como segredos, permanecem latentes e podem ser a qualquer momento reveladas. A máscara que sela a boca do sujeito negro impede que o senhor branco ouça as verdades latentes de que se quer “manter distância”, nas margens, despercebidas e “silenciadas”.³⁸

Em referência ao pesquisador Paul Gilroy, Kilomba destaca os mecanismos de defesa do ego do sujeito branco, em face da necessidade de reconhecimento dos efeitos da branquitude e do racismo. São eles: negação, culpa, vergonha, reconhecimento e reparação.³⁹

A negação, articulada à dissociação e à projeção, apresenta-se como a recusa em admitir as práticas de sujeição do outro pautadas pela cor da pele. A culpa revela o conflito moral em relação à transgressão praticada e a tentativa de racionalização e justificação do racismo. A vergonha envolve um primeiro estágio de reconhecimento da autoimagem e dos privilégios que a branquitude se atribui e defende. O reconhecimento envolve a percepção dos limites e efeitos sociais da persistência de uma autoimagem desenfreada e egóica. Por fim, a reparação é o estabelecimento da negociação de caminhos possíveis para a abdicação dos privilégios.

A esse respeito, Sodrê destaca que há entre os colonizadores e seus descendentes uma propensão “[...] à transcrição narcísica da afirmação de si-mesmo no pensamento do outro [...]”⁴⁰ manejado como uma matriz de uma identidade universalista”.

36 SPIVAK, 2010; KILOMBA, 2019; RIBEIRO, 2017; MOMBAÇA, 2019.

37 SPIVAK, 2010, p. 16.

38 KILOMBA, 2019, p. 40.

39 KILOMBA, 2019, p. 41-42.

40 SODRÊ, 2017, p. 23.

Desta perspectiva, é preciso “estar atento e forte”⁴¹ em face do debate da descolonização nas diferentes áreas do conhecimento. Isso se deve ao fato de, no afã de erodir as marcas da colonialidade e seus efeitos, tende-se a colocar em marcha uma nova unidade discursiva marcada pela ortodoxia pós-colonialista, tão perniciososa quanto a primeira. Nesses casos, ofertam-se discursos “pacificados” em que os negros aparecem novamente condenados a uma história única, fetichizados e encapsulados pela noção de resistência tardia. Organiza-se, desse modo, a desmemória.

O objetivo é negar à colonização qualquer função fundadora na história das sociedades autóctones; minimizar sua violência e fazer dela algo sem consequências; afirmar que os impérios coloniais não tinham lá grande coisa de novo; que o colonialismo era apenas um caso particular de um fenômeno trans-histórico e universal (o imperialismo); e que o mundo imperial está longe de constituir um “sistema” onipotente, já que perpassado por tensões e enfrentamentos internos, e até impossibilidades e descontinuidades.⁴²

Os aspectos paradoxais da “violência calma” e seus visíveis desencaixes encontram no discurso da técnica e da tecnologia uma espécie de cimento de secagem rápida que objetiva pavimentar a desigualdade e impedir o atravessamento das contradições.

O principal desencaixe é a tentativa de dissociação entre privilégio social e epistêmico. O compromisso firmado, nesta ilusão semiótica universalista, é tornar improvável os liames entre as cadeias de privilégios, introduzir o conceito de mérito e assumir como plausível a ideia de que outros saberes e cosmologias não circulam em razão de não serem suficientemente potentes para serem reiterados. A injustiça epistêmica encontra aliados por toda parte. Ribeiro afirma que,

[...] essa insistência em não se perceberem como marcados, em discutir como as identidades foram forjadas no seio de sociedades coloniais, faz com que pessoas brancas, por exemplo, ainda insistam no argumento de que somente elas pensam na coletividade; que pessoas negras, ao reivindicarem suas existências e modos de fazer político e intelectuais, sejam vistas com separatistas ou pensando somente nelas mesmas. Ao persistirem na ideia de que são universais e falam por todos, insistem em falarem pelos outros, quando na verdade, estão falando de si ao se julgarem universais.⁴³

41 Referência à música *Divino maravilhoso*, de Gilberto Gil e Caetano Veloso, gravada por Gal Costa em 1969. O trecho assinalado aparece na estrofe “É preciso estar atento e forte. Não temos tempo de temer a morte.”

42 MBEMBE, 2019, p. 149.

43 RIBEIRO, 2019, p. 31.

É isso que torna plausível a internalização de uma mentalidade *gatekeepers* recalcada que vai da assimilação acrítica das regras à sua transposição aos algoritmos e deles à conformação da vida ordinária.

A CI não escapa disso, afinal ela se instala em contextos de apaziguamento dos estranhamentos e da contiguidade dos poderes coloniais. Na atualidade, as fronteiras que delimitavam a sua atuação a determinadas conjunturas têm sido revistas e, ao mesmo tempo, reivindicada maior presença do campo em diferentes âmbitos da vida social e da cultura.

González de Gómez afirma que a Ciência da informação é um campo voltado para o estudo dos:

Fenômenos, processos, construções, sistemas, redes e artefatos de informação, enquanto informação for definida por ações de informação, as quais remetem aos atores que as agenciam, aos contextos e situações em que acontecem e aos regimes de informação em que se inscrevem.⁴⁴

Na medida em que a formalização dos dispositivos de organização do conhecimento é uma tarefa primordial da CI, torna-se, então, oportuno discutir as implicações desta ação na perpetuação de um essencialismo sincrônico em que as alteridades são hierarquizadas e reiterados por semioses totalitárias e previsíveis.

A esse propósito, Anderson e Christen reforçam nossas preocupações sobre os efeitos da presença oscilante da CI nos processos de circulação do conhecimento.⁴⁵ Ao analisarem as técnicas e tecnologias adotadas na atribuição do conhecimento indicaram o caráter colonial nele subsumido. Para as autoras, há nos processos de atribuição um rastro colonial de exclusões contínuas. Em tais circunstâncias, apontam que é fundamental estabelecer uma conexão metódica entre os sujeitos, seus contextos e as dinâmicas de organização e circulação de seus saberes que rompem com as narrativas de enquadramento e os mecanismos de apagamento e posse realizadas em bibliotecas e arquivos, afinal “[...] esses espaços institucionais jamais foram neutros ou seguros.” Para as autoras:

O trabalho vital para bibliotecas e arquivos nesta mudança descolonial é abordar as questões do privilégio colonial, por um lado, e, simultanea-

44 GÓMEZ, 2003, p. 32.

45 ANDERSON; CHRISTEN, 2019.

mente, localizar os locais em curso e os mecanismos de apagamento e exclusão, por outro.⁴⁶

Ao analisarem o saber indígena como referência, Anderson e Christen apontam que as medidas de enquadramento, que sustentam a produção colonial do conhecimento, posteriormente servem de justificativa para a formulação de políticas sociais pautadas pela supressão de direitos.⁴⁷

O regime de atribuição do conhecimento integra, portanto, o paradigma de propriedade colonial e se estende à produção e à circulação da informação, sob a forma de um ordenamento sociotécnico. Tal regime, em geral, alheio às especificidades dos verdadeiros proprietários ou signatários do conhecimento, tornam rarefeitos saberes, fazeres e alteridades por meio de sofisticados e ambiciosos mecanismos técnicos, normativas e práticas.

A ambiguidade, a presumida neutralidade e o poder de agência dos sistemas sociotécnicos – sistemas de organização do conhecimento, plataformas digitais e algoritmos – têm, contudo, sido questionados em função de seu funcionamento como vetor estrutural de fabricação e perpetuação do racismo e da desigualdade.

É a agência exercida pelos processos de atribuição e pelos sistemas sociotécnicos autonomizados que torna possível a perpetuação e o *remaking* do colonialismo no contexto de produção e circulação do conhecimento, bem como o esmaecimento do poder enunciativo de determinadas identidades. Nesse sentido,

A racialização colonial do *copyright* ocorre precisamente e inicialmente no ponto em que alguém é considerado um escritor - um criador. Seguindo essa identificação, o escritor criativo então mapeia facilmente para o autor e, em última análise, o proprietário do imóvel. Mais tarde, essa lógica autoral colonial é estendida para tecnologias emergentes, como fotografia e gravação de som, que são incluídas como tipos específicos de obras dentro da estrutura dos direitos autorais. Nesses casos, a lógica dos colonos recoloca o autor como o “gênio” por trás da câmera ou da máquina de som, em vez dos das fotos ou das gravações. Essas tecnologias também funcionam como ferramentas para justificar a tomada colonial de colonos.⁴⁸

O *copyright* replica os modelos coloniais de apropriação territorial e estende-os aos conhecimentos e à cultura, que são posteriormente

46 ANDERSON; CHRISTEN, 2019, p. 115.)

47 ANDERSON; CHRISTEN, 2019, p. 115.

48 ANDERSON; CHRISTEN, 2019, p. 122.

codificados em esquemas de atribuição adotados em bibliotecas, arquivos e museus.

As consequências sociais, culturais e políticas de longo prazo da má atribuição, não atribuição, exclusão deliberada e falha em atribuir apropriadamente mal são percebidas. No entanto, eles afetam profundamente como os povos indígenas podem participar de suas próprias narrativas públicas e publicadas, como a soberania pode ser promulgada e mantida, como o acesso ao patrimônio é tornado possível, como histórias e narrativas podem ser recontadas e como os povos indígenas podem superar os regimes proprietários coloniais que atingem as infraestruturas das instituições, bem como as infraestruturas da memória social e cultural. A atribuição em si, então, deve ser submetida a mais atenção e crítica substantivas dentro das instituições que a incorporam, mantêm e distribuem.⁴⁹

É possível afirmar que a atribuição recrudescer e naturaliza as feições e os tentáculos do racismo estrutural e institucionaliza as práticas de posse dos saberes por se imiscuir e entrincheirar-se nas estruturas sociais, a partir de roupagens técnicas.

Destaca-se, no interior deste debate, que por tratar-se de uma ação realizada no âmbito de um mundo comum, a pesquisa e o acesso à informação precisam ser experimentados como bem público pelos sujeitos não-hegemonizados. Sobretudo porque é possível observar na instância de coleta primária de informação junto aos informantes e seus saberes, uma tendência orientada à posse. Mombaça nomeia esses gestos de extrativismo amigável, intimamente associados às formas de extorsão ontológica e às manifestações da elasticidade do capitalismo racial.⁵⁰

Anderson e Christen assinalam que se perpetua, em tais procedimentos, uma agenda colonial de pesquisa e difusão do conhecimento que garante ganhos visíveis e tangíveis à uma dinastia colonial global que se efetiva em múltiplas esferas.

Se prestarmos mais atenção à propriedade que a pesquisa faz, quem se beneficia dessa propriedade e como as relações de propriedade colonial são normalizadas através das várias vidas que essa propriedade passa a ter na memória social, bem como em bibliotecas e arquivos, poderemos começar a reenquadrar suas rotas e a desfazer seu poder.⁵¹

49 ANDERSON; CHRISTEN, 2019, p. 124.

50 MOMBAÇA, 2019, p. 47.

51 ANDERSON; CHRISTEN, 2019, p. 136.

Parece, então, imprescindível à Ciência da Informação observar com criticidade os desdobramentos de sua histórica vinculação às perspectivas orientadas à epistemologia da ignorância, pois, nesse registro, o campo tende a consolidar como natural a circulação de conhecimentos norteados por concepções e hierarquizações incongruentes e obscuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A justaposição do território pelas densidades técnica, funcional e informacional presentes no movimento de globalização da economia e de planetarização da indústria cultural acabou por abalar a fé perceptiva nas operações estruturantes que levavam à compreensão do discurso colonial e como modelo perceptivo e explicativo da realidade. Isso se deve, em grande medida, aos tensionamentos e disputas sistêmicas pela diversificação dos lugares de fala, decorrentes da ruptura com a violência e a sujeição que naturalizam e orientam os circuitos fechados de conhecimento e seus regimes de verdade.

A plausibilidade da fantasia colonial, norteadora pela estabilização violenta do significado, encontra-se aturdida em face dos questionamentos acerca da legitimidade sócio-histórica do modelo de expropriação generalizada e pactuada por séculos. Nesse sentido, áreas de conhecimento, criadas sob a égide dos valores coloniais, buscam legitimar sua atuação ambivalente pela incorporação de novas camadas semióticas e sociotécnicas para naturalizar discursivamente o trauma da colonialidade, estabilizar velhas hierarquias culturais e manter intocáveis os feudos epistemológicos. Contudo, a operação parece, aos olhos de hoje, insustentável e inoportuna.

Contemporaneamente os ecos deste debate parecem promover “descoseduras insurgentes” no campo e produzem, com efeito, a diversificação dos saberes, a composição de uma agência pós-colonial marcada pela contingência e indeterminação do progresso causal. Tais mudanças, sinalizam para a necessária “virada decolonial” na Ciência da Informação que garanta o retorno epistêmico dos sujeitos e sua historicidade.

REFERÊNCIAS

- ALCOFF, Linda Martín. Epistemologies of ignorance: three types. In: SULLIVAN, Shannon; TUANA, Nancy. *Race and epistemologies of ignorance*. Nova York: State University of New York Press, 2007.
- ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 129-143, jan./abr. 2016.
- ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.
- ANDERSON, Jane; CHRISTEN, Kimberly. Decolonizing attribution: traditions of exclusion. *Journal of Radical Librarianship*, v. 5, p. 113-152, 2019.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.
- BARRIENDOS, Joaquin. A colonialidade do ver. *Epistemologias do Sul*, v. 3, n. 1, p. 38-56, 2019.
- BAUMAN, Zygmunt. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 7-81.
- BERNADINO-COSTA, Joaze, MALDONADO-TORRES, Nelson, GROSFUGUEL, Ramón (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- BHABHA, Homi K. O pós-colonial e o pós-moderno: questão de agência. In: BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p. 239-273.
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. São Paulo: FE-USP, 2005.
- CASTELLS, Manuel. Prólogo: a rede e o ser. In: CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 21-47.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da 'invenção do outro'. In: LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 87-95.
- FANON, Frantz. Da violência. In: FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 23-74.
- FANON, Frantz. *Pele negra: máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica-para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. *Transinformação*, v. 15, n. 1, p. 31-43, 2003. Disponível em: <http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1474/1448>. Acesso em: 30 maio 2021.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003a.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003b.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MBEMBE, Achille. *Critique de la raison nègre*. Paris: La Découverte, 2013.
- MBEMBE, Achille. *Politiques de l'inimitié*. Paris: La Découverte, 2018b.
- MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Petrópolis: Vozes, 2019.
- MOMBAÇA, Jota. *Não vão nos matar agora*. Lisboa: Galerias Municipais, 2019.
- MOURA, M. A.. Ciência da Informação e humanidades digitais: mediações, agência e compartilhamento de saberes. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 24, p. 57-69, 2019.
- OYĒWŪMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 171-182.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. 2005. Disponível em http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/2010062410322/12_QUIJANO.pdf. Acesso em: 30 set. 2021.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, ano 17, n. 37, p. 4-37, 2002.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Justificando: Letramento, 2017.
- RUFINO, Luiz; MIRANDA, Marina Santos. Racismo religioso: política, terrorismo e trauma colonial – outras leituras sobre o problema. *Problemata: R. Intern. Fil.*, v. 10, n. 2, p. 229-242, 2019.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- SODRÉ, Muniz. *Pensar nagô*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- SPIVAK, GAYARI. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- VERGÈS, Françoise. *Um feminismo descolonial*. São Paulo: Ubu, 2020.



DIVERSIDADE EPISTÊMICA: ENCONTRO DE SABERES NO PPGCI

Rubens Alves da Silva

O sistema não quer contar nada do negro, quer que o negro vai construir o prédio, lavar o carro, entendeu? Mas isso é consequência também da história que contam para a gente né?! [...]. A gente precisa discutir, dialogar bastante com isso [...], porque nós estamos vivendo um engodo muito grande – o país todo né?! A consequência é de ter nossa história, enquanto verdade, só através do livro. A gente esqueceu que o nosso corpo é muito importante nesse processo que nós somos consequência – a nossa luta vem na linha da revolução, o tempo inteiro.

Mestre Primo

INTRODUÇÃO

Uma experiência replicada em várias universidades brasileiras e que está sendo avançada no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) é a da diversidade epistêmica. Entendida pela interlocução de saberes e práticas diferentes – das populações indígenas, tradicionais, populares com os da academia – por meio do *acolhimento* dos sujeitos detentores e guardiãs desta “sabedoria”. Isto se confirma de modo significativo com a aprovação pelo Conselho Universitário da UFMG, em maio de 2020, da concessão do título de Doutor do Notório

Saber para pessoas que possuem saberes tradicionais e populares.¹ Essa foi uma decisão importante porque este título propicia aos sujeitos o reconhecimento institucional, lhes garantindo o direito equivalente ao de quem possui nível de formação em curso superior de se inscrever e prestar concurso para o ofício da docência nas universidades, entre outras atividades afins como participar de bancas, ser convidado para atuar como professor visitante etc.

A criação deste título na UFMG pode ser descrito como o avanço das iniciativas promovidas como uma das principais metas do projeto de “Formação Transversal – Saberes Tradicionais”, implantado por um grupo de professores de áreas distintas do conhecimento², estimulado pelo projeto-piloto “Encontro de Saberes”, promovido em 2010 pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão de Saberes no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI), coordenado pelo antropólogo e professor José Jorge de Carvalho da Universidade de Brasília (UnB).³ Entre as metas deste projeto-piloto destaca-se a formação de uma rede replicante dessa iniciativa, cujo objetivo central é a duplicação da política acadêmica de inclusão social nas universidades com ênfase, como define Carvalho, nas *cotas epistêmicas*.⁴

A concepção da cota epistêmica é, portanto, promover a diversidade epistêmica presente no cotidiano das universidades, com a inclusão das Mestras e Mestres dos saberes e práticas tradicionais e populares, transformando-a numa universidade *pluriepistêmica*.⁵ A cota epistêmica compreende a preocupação com os problemas sociais que a universidade não pode ignorar, distanciar-se e abster do seu compromisso de fazer alguma coisa para resolver, sendo ela uma instituição educativa – com atenção especial para racismo e o genocídio.

Por isso é considerado a importância de Mestras e Mestres na universidade. Tendo-se em perspectiva que o contato dos estudantes universitários com as Mestras e os Mestres de pertencimento, diretamente, na

1 Boletim UFMG, 2020, p. 2.

2 Projeto integrado pelos professores: César Guimarães, Luciana Oliveira, André Guimarães Brasil, Rosângela Pereira de Tugny, Ricardo Takahashi, Augustin de Tugny, Maria Aparecida Moura, Fernanda Oliveira, Bárbara Regina Altivo, Terezinha Furiati.

3 GUIMARÃES *et al.*, 2016, p. 181.

4 CARVALHO, 2019, p. 82.

5 CARVALHO, 2019, p. 91.

voz e em presença, consiste em uma experiência pedagógica e didática que poderá ser confrontadora dos problemas sociais referidos e transformadora para o futuro. Para Carvalho

Se de fato a formação universitária molda a mentalidade dos estudantes, então o racismo e o genocídio certamente poderão ser confrontados com maior eficácia se uma nova geração de estudantes universitários brancos adquirir uma formação anti-racista, colonizadores e sensível à diversidade dos saberes não ocidentais criados e reproduzidos pelos negros indígenas e demais povos tradicionais.⁶

Portanto, esta é a esperançosa expectativa no resultado futuro das cotas epistêmicas que se reforça compreensão da presença legitimada institucionalmente e reconhecida a urgência das Mestras e Mestres dos saberes e práticas tradicionais e populares no processo didático e pedagógico da formação dos estudantes universitários.

De volta ao “Formação Transversal – Saberes Tradicionais” é preciso registrar que essa é uma experiência inédita implantada na UFMG, cultivando principalmente a ideia de criar um espaço verdadeiramente dialógico, livre da hierarquia entre pesquisadores e pesquisados, e com ênfase na diversidade como filosofia pedagógica – inspirado no Encontro de Saberes.⁷ Sem deixar de reconhecer os protagonismos antecedentes nas ações de extensão, alguma delas regulares, de aproximação acadêmica com Mestras e Mestres promovendo o contato com os saberes tradicionais e populares.⁸

Vinculado a este projeto em 2014 introduziu-se com “uma única” disciplina, denominada Artes e Ofícios dos Saberes Tradicionais: Cultura e Cultivo dos Quilombos, ofertada pela Escola de Comunicação da UFMG; e, em 2015, com a criação pela pró-reitoria de graduação do Programa de Formação Transversal em Saberes Tradicionais, aquela disciplina foi redimensionado como conjunto de disciplinas.⁹ Assim, em 2014 fomos convidados para integrar à lista de professores colaboradores ou “professor parceiro” do programa. Logo, os professores convidados são, em geral, pesquisadores “[...] dessas tradições em diversas de suas manifestações (cantos, rituais, danças,

6 CARVALHO, 2019, p. 81.

7 GUIMARÃES *et al.*, 2016, p. 181.

8 GUIMARÃES *et al.*, 2016, p. 183.

9 GUIMARÃES *et al.*, 2016, p. 181.

arquitetura, filosofia, história e línguas).”¹⁰ Este programa ficou sob a coordenação do comunicólogo César Guimarães, professor da Escola de Comunicação da UFMG.

E nesta categoria estivemos, em 2014, como um dos professores parceiros da disciplina “Saberes Tradicionais: Cultura e Cultivo dos Quilombos”, então ministrada pelo Mestre Seu Badu, auxiliado pela sobrinha e aprendiz Marilene de Siqueira, e a mestra já falecida, Sebastiana de Oxossi – Dona Tiana. Seu Badu exerce uma liderança na comunidade quilombola Mato do Tição, localizada no município de Jaboticatubas (MG); e Dona Tiana, matriarca do Quilombo Carrapatos da Tabatinga, localizado no município de Bom Despacho (MG). No ano seguinte, 2015, incorporamos o grupo de professores parceiros da disciplina “Saberes Tradicionais: Artes e Ofícios: os Saberes da Capoeira Angola”, ministrado pelo Mestre João Bosco Alves da Silva – Mestre João Angoleiro, e auxiliado por contraMestres.

Nessa ocasião realizamos entrevista com este Mestre na qual foi baseada a nossa escrita de uma minibiografia dele. Esta entrevista foi gravada e realizada no intervalo de algumas aulas. Uma conversa instigante, que nos permitiu conhecer um pouco da trajetória de vida deste interlocutor, entrelaçada à história da capoeira angola e da atuação dele no processo de transmissão desse saber ancestral, em diálogo com a dança africana.¹¹ Este trabalho foi uma demanda da coordenação do INCTI, no intuito de organizar um livro reunindo o conjunto dos registros.

Em 2020, também em atendimento ao pedido da coordenação do Programa de Formação, fiquei responsável pela elaboração do memorial de outro mestre de capoeira angola de Belo Horizonte, o Mestre Edison Moreira da Silva, conhecido por Mestre Primo. Ele é uma das principais referências do saber ancestral da capoeira angola em Minas Gerais. Foi integrante do grupo pioneiro, que nos anos 1980, introduziu o estilo capoeira angola na capital mineira – registrado com a denominação “Grupo Iuna de Capoeira Angola”. Do qual Mestre Primo hoje está à frente. Neste grupo ele desenvolve, há muitos anos, um potente trabalho educativo, reflexivo e crítico sobre antirracismo.

E, sem dúvida, a produção do memorial deste Mestre, assim como a participação nas aulas e a elaboração da minibiografia do Mestre João Angoleiro, foram experiências enriquecedoras tanto para conhecermos

¹⁰ GUIMARÃES *et al.*, 2016, p. 192.

¹¹ SILVA, 2020, p. 21-38.

a história de vida de ambos entrelaçadas à trajetória da capoeira angola, quanto perceber o empenho destes Mestres na transmissão dos saberes da capoeira angola no seu sentido mais profundo como memória incorporada dos saberes e ensinamentos ancestrais e uma práxis política e episteme.

O memorial, denominado Dossiê em outras universidades, é o documento que, na UFMG, foi estabelecido para avaliar a outorga do título do Notório Saber ao candidato. Enquanto tal, deve-se, primeiramente, ser entregue a um programa de pós-graduação que aceite o *acolhimento* para submeter ao colegiado do curso e, se tudo der certo, dar prosseguimento ao processo com o encaminhamento para pró-reitoria da graduação. Nesse sentido foi que, quando estávamos ainda no processo elaboração do memorial do referido Mestre, tomamos a iniciativa de enviar mensagem por *e-mail* à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI). Nesta mensagem explicamos aqueles detalhes, para o entendimento do pedido que fazíamos para o *acolhimento* do memorial do Mestre Primo, bem como extensivo à outras demandas afins. Este movimento que fizemos está relacionado com a dimensão epistêmica, a terceira e central a ser promovida. Conforme argumenta José Jorge de Carvalho “Abrir o Encontro de Saberes significa promover a diversidade epistêmica específica para cada campo do conhecimento.”¹² Mestre Primo é um educador popular e pensador que discute criticamente a relação entre capoeira angola, memória e patrimônio, dois temas centrais do PPGCI.

A mensagem que enviamos foi internamente discutida pelo colegiado que aprovou o *acolhimento* do memorial e, depois desse finalizado e submetido, àquele coletivo foi também aprovado. Acreditamos que esse gesto sinaliza também uma abertura do PPGGI para integrar-se a este movimento inédito e de descolonialidade epistêmica Encontro de Saberes.

E antes de terminar e para ser justo nos créditos, é preciso registrar que a produção deste memorial foi um trabalho em equipe: meu orientando Luis Carlos Quintino Cabral Flecha realizou entrevistas e cuidou da transcrição dos registros – atividade relacionada com a pesquisa de mestrado que está realizando – e, também, ele em parceria com Mestre Primo, cuidamos do entrelaçamento da tessitura do texto entre o oral e a escrita. A esposa de Mestre Primo, a senhora Cassia

12 SILVA, 2020, p. 95.

Faria Silva e o “trenel” do grupo Iuna de capoeira, Madson Ronnie Siqueira, empenharam-se no levantamento e seleção de material dialogar no contexto do documento. Outra orientanda, Franciéle Carneiro Garcêz da Silva prestou sua *expertise* no trabalho de revisão e formatação editoração no memorial com colaboração da professora do PPGCI, Lorena Paula Tavares.

E para encerrar é preciso estabelecer a conexão do que foi exposto nesta seção com o que discorreremos na anterior. Para isso, retomo palavras do antropólogo:

Os estudantes cotistas negros e indígenas, agora em muito maior número, demandam o estudo das suas tradições humanísticas próprias que não passam apenas por obras escritas, mas que estão ancoradas principalmente nas suas tradições orais. E se o cânon afro-brasileira e indígena é basicamente oral, ele apenas poderia entrar nos currículos universitários pela presença dos Mestres e Mestras que o domina.¹³

Concordamos com esta citação que coloca em evidência o fato ocorrido na unidade onde atuamos, Escola de Ciência da Informação (ECI), onde, no ano de 2020, os estudantes negros e cotista do curso de Biblioteconomia reivindicaram a inclusão de disciplinas obrigatórias com abordagem étnica e racial no ementário do Plano Pedagógico do Curso. A partir dessa demanda é que fomos solicitados a contribuir com a revisão da ementa de uma disciplina obrigatória que ministramos para turmas do primeiro período do curso, com ênfase na noção de cultura, informação e, se possível, alguma disciplina optativa afim. Da discussão em um grupo que mobilizamos especialmente para compartilhar dessa tarefa, surgiu a ideia e formulação de um eixo de percurso formativo, estruturado por disciplinas optativa específica para atendimento da demanda dos estudantes e com ênfase na temática diversidade epistêmica.

A diversidade epistêmica, portanto, como temos pensado, encontra referência na formação transversal em saberes tradicionais em conjunto do teorias da coloniidade e descolonialidade, bem como das epistemologias negro-africanas em Biblioteconomia e Ciência da Informação a partir do olhar da Teoria Crítica Racial. Em suma, tendo em principal perspectiva o foco na formação de profissionais dessas respectivas áreas do conhecimento, como sujeitos com pensamento crítico e sensíveis para que, no futuro, na atuação profissional no espa-

13 CARVALHO, 2019, p. 93.

ço de trabalho e na sociedade, possam contribuir com o protagonismo social deles para transformação da realidade e a superação do racismo, do genocídio, do machismo, da desigualdade e da exclusão social.

RAÇA, PRECONCEITO RACIAL E RACISMO NO BRASIL

A questão racial é um tema que mobiliza o debate intelectual e político no Brasil desde os primórdios do século XX, provocado inicialmente pela ideia de modernização e progresso predominante no contexto deste período e que prosseguiu depois, suscitando críticas e estimulando outras discussões sobre cultura e relações étnica e raciais na sociedade brasileira. Sendo quase inevitável, mesmo sem a pretensão de aprofundar nos autores neste espaço, citar os nomes de Silvio Romero (1851-1914), Nina Rodrigues (1862-1906), Oliveira Viana (1883-1951). Expoentes de um pensamento alinhado com as teorias raciais do XIX – darwinismo social e o evolucionismo cultural –,¹⁴ nas quais apoiaram as discussões deles sobre o negro no Brasil. Influenciados naquelas referências teóricas, é que estes precursores de um pensamento social brasileiro desenvolveram teorias originais, porém equivocadas na análise e interpretação da realidade brasileira, com ênfase no pressuposto da hierarquia racial.

Com menor projeção, outros intelectuais desta transição de século também participaram dos debates e escreveram sobre a questão racial, manifestando discordância com as teorias raciais, porém com pouca projeção, como Alberto Torres (1865–1917) e Manoel Bomfim (1868–1932). A partir dos anos 1930 a referência teórica do culturalismo veio se contrapor à predominância das teorias raciais no pensamento intelectual brasileiro. Uma inclinação já em curso desde 1922 – sobretudo com o Movimento de Artes Modernas. A tese publicada em 1933, de autoria do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987), *Casa-Grande e Senzala*, sem dúvida teve um impacto na leitura da questão racial a partir de então. Freyre realizou seu doutorado nos Estados Unidos, onde foi aluno do antropólogo Franz Boas, fundador da escola de Antropologia Cultural naquele país.¹⁵ Em contraposição

14 Se interessar em saber mais, ver: SCHWARCZ, 1993, p. 43-66.

15 Franz Boas foi um dos principais oponentes da ideia de “raça” biológica para explicação da diversidade humana, assim como os pressupostos da hierarquia cultural e o método comparativo aplicado nos estudos da antropologia social. Em oposição a essas referências é que ele cria a disciplina de antropologia cultural nos Estados

às concepções dos teóricos raciais, na concepção de Freyre a miscigenação era uma característica altamente positiva que marcava a distinção singular da sociedade brasileira, comparada com outros países da diáspora africana. Ele focalizou no estudo a relação de sociabilidade entre senhores e escravos nos latifúndios de plantação da cana-de-açúcar do nordeste brasileiro; o patriarcalismo predominante naqueles espaços territoriais; a autonomia do poder exercido pelos senhores de engenho nos domínios de sua propriedade – desde a definição das regras e normas, como controle da prática do catolicismo localmente.

É fundamentado no culturalismo que Freyre confronta as abordagens dos estudos sobre a questão racial no Brasil desenvolvidos sobre a influência das teorias raciais. Expressamente nas críticas dirigida ao pensador Oliveira Viana, evidenciando a divergência teórica dele com os registros deste pensador – e que por extensão ao demais adeptos das teorias raciais –, ao defender a miscigenação como um fator positivo no processo de formação da sociedade brasileira. Freyre contestava os pressupostos da “eugenia”; discordando nas páginas de *Casa-grande e senzala*, da ideia de hierarquia racial, assim como da afirmação que a miscigenação causava dano irreparável para a sociedade – como era a concepção difundida por teóricos racistas, como o Conde de Gobineu (1816–1882) que esteve no Brasil.

Entretanto, a crítica que se faz, embora Freyre tenha refutado as abordagens influenciadas pelas teorias raciais, celebrado a positividade da miscigenação, exaltando a contribuição equitativa das três raças – o negro, o branco e o índio –, na formação da sociedade brasileira, ele não levou a sério as tensões, conflitos e contradições das relações raciais historicamente em nosso país.

Com efeito, a publicação da obra no exterior passou a imagem harmônica das relações raciais – a verdadeira “democracia racial” reinante no país tropical. Esta suposta realidade incentivou a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a encomendar uma pesquisa sociológica no Brasil, visando servir de exemplo para outras nações. O contato da UNESCO, no ano de 1950, para coordenar o projeto foi com o então professor da Universidade de São Paulo desde o ano

Unidos. Boas era alemão, geógrafo e físico e a partir de pesquisas realizadas no Canadá passou a interessar-se pela antropologia. Depois dessa experiência, decidiu mudar-se para a América para estudar sociedades indígenas. Cf.: STOCKING JR., 2004.

1936, o sociólogo francês, Roger Bastide (1898–1974). Para auxiliá-lo, ele convidou seu ex-aluno e professor da Universidade de São Paulo (USP), Florestan Fernandes (1920–1975).¹⁶ A pesquisa foi realizada em diferentes regiões do país. O resultado do conjunto das investigações demonstrou a forte presença da discriminação e, como eles descreveram, do “preconceito racial” contra pessoas negras no país. Embora, como detectado, no Brasil as pessoas tivessem “vergonha” de assumir esse tipo de intolerância.

A partir dessa pesquisa a questão racial no Brasil se consolidou como tema relevante do interesse acadêmico. Ao discutir a questão racial, Oracy Nogueira (1998) classificou o preconceito racial no Brasil como um tipo de “preconceito de marca”, diferentemente do localizado nos Estados Unidos – descrito pelo autor como “preconceito de origem”. Ou seja, enquanto naquele país o “preconceito racial” estava relacionado ao atributo da consanguinidade, no Brasil se atinha ao atributo da cor da pele – escura – e ao fenótipo.

Em geral, os estudos sobre a questão racial – estimulados pelas publicações dos resultados da pesquisa encomendada pela UNESCO – produzidos até os anos 1980, classificavam a discriminação e exclusão racial sofrida pela população negra, era categorizada como “preconceito”. Porém, com a retomada dos movimentos negros e os negros em movimento em finais dos anos 1978, em protesto contra esta situação de violência social, nas faixas, na voz, nos escritos reflexivos e críticos dos intelectuais orgânicos desse ativismo político, se definiu a classificação adequada: racismo.¹⁷

Na efervescência do movimento negro a partir de finais dos anos 1970 é que a noção de “raça” é “retomada” e “ressignificada”, conforme escreve Nilma Gomes, como “[...] uma categoria de análise para interpretar as relações de poder, a inferiorização e o racismo construído pelo colonialismo [...]”¹⁸, portanto, a partir de um posicionamento semântico de afirmação positiva identitária étnico-racial, crítico e oposto à concepção de “raça natural”, apropriada ideologicamente por cientistas das teorias raciais de séculos passados. Em suma, a noção de “raça” expressa pelo Movimento no sentido de “raça social”, enquanto

16 Sobre este assunto e mais sobre estudo destes autores e outros sobre a questão racial, ver: SILVA, 2021.

17 Para saber mais sobre a noção de racismo de autores negros, ver: ALMEIDA, 2020; MOORE, 2012; MUNANGA, 2003; 2017; 2010; WERNECK, 2013, entre outros.

18 GOMES, 2013, p. 243.

categoria operacional sintonizada com as perspectivas paradigmáticas que neste século se observa estar se projetando com maior amplitude no âmbito das universidades públicas brasileiras, qual seja as teorias da *colonialidade do poder e decolonialidade*¹⁹ – que abordaremos a seguir.

RAÇA, RACISMO, COLONIALIDADE E DECOLONIALIDADE

Ao abordar a questão de “raça” e racismo uma referência que é importante consultar hoje é o paradigma da colonialidade e decolonialidade, lideradas por Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Enrique Dussel e Maldonado-Torres. A referência primeira é o sociólogo peruano Aníbal Quijano, precursor com a formulação da teoria da colonialidade do poder, que corresponde ao conjunto da produção dele publicada durante os de 1970 a 1973 e, depois de um intervalo, a retomada a partir dos anos 1980.²⁰ No registro da antropóloga argentina Rita Segato, ao estudar o conjunto da obra deste sociólogo, a teoria da colonialidade teve surtido um efeito de ruptura na ciência sociais, com um impacto das proporções, nas palavras dela, de uma “reviravolta copernicana”. Uma teoria que influenciou o pensamento e a produção de importantes cientistas sociais latino-americanos, e repercutiu em outras partes do mundo.²¹

Conceito nuclear desta teoria é a noção de colonialidade. Em torno da qual Quijano articula as categorias referenciais com as quais ele opera no estudo da realidade latino-americana, estabelecendo um diálogo crítico com vertentes teóricas de marxistas partir da revisão da obra deste pensador, principalmente com referência a teoria da classificação social. Para Quijano,

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal.²²

19 Importante salientar que no contexto da produção reflexiva dos autores referenciais dessa perspectiva teórica esse termo aparece com “s” (“descolonial”), como com a supressão dessa letra. A discussão em torno dessa variação na grafia e sua implicação semântica conceitual tem como referência importante a intelectual e ativista Catherine Walsh (2009).

20 SEGATO, 2013.

21 SEGATO, 2013.

22 QUIJANO, 2010, p. 68.

Nesta citação Quijano abre a discussão sobre a problemática do conceito de “classe” do “materialismo histórico”, para compreensão do capitalismo mundial, sem atentar para o “fator raça” nas relações sociais de dominação/exploração constitutivas desse modo de produção econômica de exploração da força de trabalho humano. Algo que ele inova na teorização da classificação social, ao provocar um deslocamento do olhar para problemática da heterogeneidade que implicava as relações sociais de dominação/exploração engendradas pelo padrão de poder mundial do capitalismo.

Esta compreensão de Quijano adveio da leitura dele do escritor peruano Mariátegui (1894-1930), autodidata e um dos mais influentes pensadores do marxismo latino-americano, conforme nos esclarece Segato,

Quijano encontrou o ‘fator raça’ como construto indispensável para compreender a subordinação do nosso mundo, e a figura do índio apresentada não aos moldes culturalistas habituais, mas colocada na posição de guia para a compreensão da história nacional e, em particular, da história da apropriação da terra, que é a própria história da colonização.²³

O racismo, portanto, para Quijano tem a ver com este “fator raça” e se constitui em dos efeitos perversos do capitalismo. Deriva da empreitada intelectual da “invenção” da “raça” e a difusão dessa ideia, que favoreceu a constituição e estabelecimento mundial do “padrão mundial do capitalismo”, configurado pelas relações sociais de dominação/exploração. Portanto, o racismo é um produto da “colonialidade do poder” do capitalismo.

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal.²⁴

Para Quijano a ideia de “raça” foi útil para os colonizadores justificarem a apropriação de terras, a extração de seus recursos e a exploração da força do trabalho humano. Com a invenção da “raça” se cria um atributo marcador da diferenciação entre colonizador – homens brancos – e colonizado – negros e índios; tendo como referencial físico sinalizador, a cor e o fenótipo – como já foi descrito anteriormente. Inventando-se, assim, a condição de inferioridade humana destes últi-

23 SEGATO, 2013, p. 42.

24 QUIJANO, 2010, p. 68.

mos em relação àqueles “vencedores”. E isso atendeu aos interesses do empreendimento das relações de dominação/exploração, lucrativas para o estabelecimento do capitalismo e sua expansão mundial. E as teorias racistas do XIX são o registro desta invenção histórica. Quijano pontua:

A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América [...]. A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios negros e mestiços, e redefiniu outras [...]. A “ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade as relações de dominação impostas pela conquista.”²⁵

Em outro momento o sociólogo argumenta:

O fato é que, desde o início da América, os futuros europeus associaram o trabalho não remunerado ou não remunerado com as raças dominadas porque eram raças inferiores. [...] A inferioridade racial dos colonizados implicava que eles não eram dignos de salário [...]. E o salário menor das raças iguais inferiores do que o dos brancos, funcionou nos atuais centros capitalistas, não poderia, a miúdo, ser explicado fora da *classificação social racista* da população mundial [...].²⁶

Ao discutir os processos de racialização hierarquizante das relações sociais produzida pelo capitalismo Quijano também aponta para questão da colonialidade epistêmica. E essa colonialidade corresponde ao fato de que as pessoas “condenadas” à condição imposta de inferioridade, cujos corpos são preferencialmente objetificados e explorados pela engrenagem da produção acumulativa do lucro e da mais-valia; pessoas cujos corpos são estigmatizados como identidade individual e coletiva; em suma, pessoas condenadas ao “horror” da condição social – somos aquelas cujos conhecimento, saberes, e memória incorporada da ancestralidade foram suprimidos, pelo “eurocentrismo epistêmico”. Esse conceito introduzido pelas perspectivas da colonialidade do poder e decolonialidade para descrever a hegemonia dos referenciais teóricos e paradigmas produzidos nos países centrais, norteados pela razão iluminista, predominantes nas ciências sociais, no pensamento intelectual e por extensão no ensino universitário e na América Latina.

Mas como superar e inverter essa realidade? Quijano sugere nos seus escritos e retomado pelos seus seguidores, a ideia do “giro decolonial”. Pois estes paradigmas são também uma proposta de ação política voltada para o enfrentamento da subordinação imposta e a transformação

25 QUIJANO, 1993, p. 107.

26 QUIJANO *apud* SEGATO, 2013, p. 42. (grifos nosso)

realidade das relações sociais de dominação/exploração estruturais do capitalismo. Conforme explicita um dos principais expoentes do paradigma da decolonialidade, Maldonado-Torres

[a] mudança colonial refere-se, em primeiro lugar, à percepção de que as formas modernas de poder produziram e ocultaram a criação de tecnologias de morte que afetam diferencialmente diferentes comunidades e sujeitos.²⁷

E acrescenta:

A atitude descolonial surge quando o grito de medo no horror da colonialidade se traduz em uma posição crítica em relação ao mundo da morte colonial e uma busca por afirmação das vidas daqueles que são mais afetados por tal mundo.²⁸

Este “giro”, portanto, compreende a tomada da consciência crítica da introjeção deste modelo nas subjetividades – nos desejos, gostos, projetos de vida etc.; e sem sensibilidade da percepção de que às margens e nas brechas do “sistema”, as coisas acontecem – e sempre aconteceram – de maneira contagiante, embora muitas vezes perseguidas e reprimidas – mas persistentes. Isto é, a resistência e a resiliência no enfrentamento à subordinação e dominação da colonialidade do poder – no Brasil, Palmares, Ambrósio, movimentos negros, indígenas, feministas, LGBTQIA+ etc. –; e a experiência de outro estilo de vida e modelo alternativo de subsistência: as comunidades indígenas, as comunidades tradicionais rurais e quilombolas... Conforme as palavras de Quijano explicitam:

Não é a nostalgia de uma era de ouro, por ser, ou ter sido, o continente da inocência. Entre nós, o passado é ou pode ser a experiência do presente, não sua nostalgia. Não se perde a inocência, mas a sabedoria incorporada, a união da árvore da sabedoria com a árvore da vida é o que o passado defende, dentro de nós, contra o racionalismo instrumental, na forma de uma proposta alternativa de racionalidade.²⁹

Cabendo ainda citar a pertinente observação de Segato:

Com o próprio enunciado da categoria colonialidade do poder, inicia-se um modo epistêmico de subversão do poder, que também é teórico/ético/estético/político, conhecido como “giro descolonial”. O giro de descolonial nada mais é do que a reversão na realocação da posição de sujeito em um novo plano histórico, emergente de uma releitura do passado, que recon-

27 MALDONATO-TORRES, 2008, p. 67.

28 MALDONATO-TORRES, 2008, p. 67.

29 QUIJANO, 1989, p. 158 *apud* SEGATO, 2013, p. 59.

figura o presente e tem como projeto uma produção democrática para de uma sociedade democrática...³⁰

A proposta do “giro descolonial” sugere, portanto, o deslocamento do olhar para estes movimentos de resistência, experiências comunitárias, artísticas e culturais evocativas da noção *communitas* – da relação “eu-tu”.³¹

“GIRO DESCOLONIAL” E “PLATAFORMA DESCOLONIZADORA”

O Encontro de Saberes, explicita José Jorge de Carvalho segue na direção dos paradigmas da colonialidade e da descolonialidade, com acréscimos da teoria da pós-colonialidade, porém apontando para a singularidade que distingue este primeiro. Nesse sentido, ele estabelece um diálogo crítico com estas teorias, considerando o aspecto “[...] geopolítico subjacente a toda teoria e todo discurso-acadêmico, incluindo das línguas de poder e influência no mundo acadêmico em escala internacional.”³²

Começando pela teoria pós-colonial, ele menciona que essa teoria surgiu na Inglaterra e foi formulada em inglês por autores indianos que se mudaram ou se naturalizaram naquele país. Aponta o detalhe da sofisticação gramática desta teoria e a grande ressonância dela nas Ciências Sociais e Humanas na academia, ressaltando a importante contribuição que a produção teórica dos autores pós-coloniais trouxe para uma “[...] leitura a contrapelo da historiografia britânica sobre o subcontinente indiano e da francesa britânica sobre o mundo islâmico.”³³

Entretanto, ele ressalta surpreender na leitura dos autores pós-coloniais a constatação deles não questionam os “espaços acadêmicos” onde atuam ou atuaram, situados no âmbito de renomadas universidades ocidentais de referência mundial – como Columbia e Harvard. Carvalho argumenta que essa atitude é problemática e faz pensar na relação destes autores com os acadêmicos nas “universidades eurocêntricas periféri-

30 SEGATO, 2013, p. 59.

31 Esta noção tem como referência o filósofo nascido em Viena, Martin Mordechai Buber (1878-1965). É um termo que o antropólogo Victor Turner (1920-1983) utilizou em seu estudo sobre entre os povos Ndembu do noroeste da Zâmbia, em África (1957). Turner é um dos fundadores da Antropologia da Performance (junto com o diretor teatral Richard Schechner) e da Antropologia da Experiência.

32 CARVALHO, 2019, p. 86-87.

33 CARVALHO, 2019, p. 87.

cas”, que se empenham pela descolonização epistêmica no âmbito dos espaços acadêmico onde atuam nessas instituições, chamando atenção para questão da reciprocidade teórica e da *práxis* equitativa. Como sugere as palavras de Carvalho, aquele posicionamento neutro deles, como professor de universidade que tem peso internacional como referência de uma episteme eurocêntrica, leva a duvidar de mudar a

[...] relação que eles mantêm [que] conosco continua sendo neocolonial, o fluxo de influência teórica e científica em geral sendo sempre unilateral, deles para nós, e nunca em reciprocidade, pois inexistente o trânsito de nós para eles.³⁴

Nessa direção também é que segue a crítica de Carvalho aos autores referenciais dos paradigmas da colonialidade e da decolonialidade. Ele registra que a teoria da colonialidade surgiu simultaneamente nos países latino-americanos de língua espanhola e nos Estados Unidos, sendo escrita nas línguas castelhana e inglês. Ressalta que são nestas duas línguas que eles “[...] apresentam uma gramática teórica nova.”³⁵ Carvalho critica o pouco diálogo dos autores decoloniais com os descolonizadores brasileiros, salvo raras exceções com Paulo Freire e Darci Ribeiro.

Além dessas críticas acima, ele acrescenta outra que diria principal na distinção do Encontro de Saberes para aqueles paradigmas e remete a proposta, mencionada anteriormente, do “giro colonial”. Ele escreve:

Apesar de pregarem uma “virada cultural” centrada em uma crítica ao eurocentrismo, não identifiquei nenhuma intervenção concreta que tenham realizado nos espaços acadêmicos em que atuam. Sua contribuição principal continua sendo quase exclusivamente conceitual e abstrata, sensibilizando os intelectuais e ativistas do continente para nossa condição colonizada, porém sem apresentar propostas concretas para garantir a presença das epistemes indígenas e afro-americanas para que possam então descolonizar, na prática as universidades nas quais atuam.³⁶

Neste diálogo crítico, portanto, no qual ele distingue, digamos assim, a singularidade do Encontro de Saber, enquanto uma *plataforma descolonizadora*, das referências precedentes. Assim, Carvalho evidencia a compreensão de que a descolonização epistêmica exige de nós acadêmicos das universidades eurocêntricas e periféricas, além da tomada

34 CARVALHO, 2019, p. 87.

35 CARVALHO, 2013, p. 88.

36 CARVALHO, 2013, p.88.

de consciência da nossa condição de colonialidade epistêmica, a disposição do protagonismo efetivo de uma atitude anticolonial epistêmica.

DECOLONIALIDADE, PERFORMANCE E PROTAGONISMO SOCIAL.

A partir dessa exposição acima é válido acrescentar no contexto referências da teoria da *performance* – mais especificamente da Antropologia Benjaminiana inaugurada na USP pelo Antropólogo John Dawsey³⁷ e os estudos da memória cultural na América Latina da intelectual e pesquisadora Diana Taylor.³⁸ Em artigo publicado alhures propomos uma reflexão sobre a contribuição da teoria da *performance* para os estudos e pesquisas na área Ciência da Informação – destacando as abordagens destes dois pesquisadores –, sugerindo a aplicabilidade da noção de *performance* enquanto categoria analítica na empreitada dos estudos e das pesquisas desenvolvidas na área dialogando com o tema do patrimônio e da memória social.³⁹

A noção de *performance* não está ausente na Ciência da Informação. Embora pouco utilizada, esta categoria aparece em trabalhos acadêmicos científicos da área pelo menos desde 2011 – conforme localizamos em rápida consulta à plataforma Google, e comunicados principalmente no GT Mediação do Enancib; além, cabe mencionar, de dois projetos desenvolvidos no âmbito Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI-UFMG), um de doutorado e outro de pós-doutorado, respectivamente nos anos de 2013 e 2021. Estudos que discutem sobre os dispositivos informacionais como suportes de registro da memória e mediação da comunicação, disseminação do conhecimento e performances estéticas; e mais recentemente projetos em andamento que indagam sobre a ação mediadora dos sujeitos representativos de voz coletivas, a partir do conceito de informação social com ênfase na ideia de mediação associada à concepção de protagonismo social.⁴⁰

Esta constatação por meio do levantamento feito, bem como a do nosso conhecimento dentro do PPGCI, serviu de reforço para o nos-

37 DAWSEY, 2013a; 2013b.

38 TAYLOR, 2013.

39 Cf.: SILVA, 2019.

40 Cf.: SILVA; MOURA, 2021, COELHO; SOUZA, 2019, ALMEIDA; LIMA, 2018, BRETTAS; FROTA, 2013; CALDIN, 2011.

so argumento sobre a relevância teórica da *performance* na CI. Isso porque, o referencial empírico priorizado como objeto de estudo no campo da CI, quase invariavelmente, tendem a ser os substratos de registro, isto é, documentos, livros, coleções, equipamentos e dispositivos informacionais etc.; logo a noção de *performance*, considerada das perspectivas destacadas, poderia ser de início lida como uma categoria que destoa dos estudos na CI, uma vez que ela remete à dimensão do corpo e práxis da oralidade.

No mais, com atenção para a valorização que a própria UFMG demonstrou com a aprovação do título de Doutor do Notório Saber para Mestras e Mestres dos saberes tradicionais em 2020 – e o destaque para o acolhimento pelo PPGCI do Memorial de um Mestre de capoeira candidato a essa categoria – justifica-se a importância do recurso auxiliar de teorias que discutem e refletem sobre o *corpo* e a *memória incorporada*. Portanto, considerando assim a pertinência da perspectiva de abordagem da antropologia da *performance* nos estudos e pesquisas desenvolvidos no PPGCI vinculados à linha Memória Social, Patrimônio e Produção do Conhecimento.

O exercício de aproximação das abordagens teóricas da *performance* com a Ciência da Informação temos feito no esforço do estabelecimento do diálogo com os estudos de Mediações culturais e informacionais – principalmente com ênfase na noção de *protagonismo social* dos profissionais da CI. No contexto das aulas da disciplina que temos ofertado como optativa no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFMG, “Informação, Mediação Cultural e Identidades na (Pós)Modernidade”, criada e ministrada em parceria com o Bibliotecário e professor Fabrício Nascimento da Silveira⁴¹. Nesta disciplina introduzimos leituras de autores das ciências sociais e humanidades – além da *performance*, autores dos estudos culturais, pós-coloniais e decoloniais, no intuito de aprofundar a discussão dessas abordagens epistêmicas, ainda pouco estudadas PPGCI, colocadas em diálogo com referências teóricas nucleares da área da Ciência da Informação. Isso, pois, considerando a potencialidade e relevância dessa incursão dialógica e reflexiva para o desenvolvimento das pesquisas dos pós-graduandos do curso.

O diálogo com a teoria crítica racial e teoria da colonialidade e decolonialidade em aproximação com perspectivas da *performance* têm

41 Disciplina integrante do quadro de Optativas do PPGCI desde o ano de 2017.

sido estabelecidos – e de maneira inovadora arrisco dizer – no contexto dos projetos de pesquisas desenvolvidos sob minha orientação junto ao PPGCI. Sendo estes, o projeto de doutoramento de Franciêlé Carneiro Garcês da Silva, que inova com a apresentação das epistemologias negro-africanas em Biblioteconomia e Ciência da Informação, a partir do olhar da Teoria Crítica Racial, com a produção de tese que estabelece a solidificação da episteme de autores negro-africanos no campo e defende a sua introdução nos cursos de graduação e programas de pós-graduação. A evidência da centralidade da raça e do enfrentamento ao pensamento colonial-racista-eurocentrado são abordados como um dos caminhos necessários para a instituições acadêmicas contribuírem com superação de problemas não resolvidos na sociedade brasileira, tais como o racismo, a branquitude, o mito da democracia racial, entre outros elementos de exclusão de autorias e epistemes não-hegemônicas dos espaços de produção do conhecimento científico.

Essas pautas têm sido evidenciadas tanto por pesquisadores, quanto intelectuais ativistas dos movimentos negros ou como negros em movimento, assim como por movimentos os decoloniais feministas e LGBTQIA+. A evidência de epistemologias negro-africanas no campo denuncia a invisibilidade dos corpos negros e a permanência de discursos e pensamentos colonialistas no fazer científico, na formação acadêmica e na prática do campo biblioteconômico-informacional. Assim, o enfrentamento persistente e incansável deve acontecer com a mobilização em várias frentes, incluindo nos espaços acadêmicos. Com efeito, numa ação política engajada para superação das violências social, racial, epistêmica e estrutural aviltantes, do racismo, genocídio, machismo, LGBTfobia – além da miséria e da pobreza, sabendo que para essa superação, não basta as letras da Lei nº 12.711/12 (Lei de cotas sociorraciais) e da Lei nº 12.990/14 (Lei de cotas Raciais em Concurso Público) –, é necessário forçar que epistemes conta-hegemônicas sejam efetivamente implementadas nos espaços acadêmicos das universidades. O que demanda, entre outras iniciativas, a revisão e inclusão da diversidade epistêmica oriunda de outras perspectivas críticas e negro-africanas em currículos, PPCs, programas e ementas de cursos, incluindo a temática da diversidade.⁴² Neste contexto de discussão é que se situa os estudos da orientanda.

42 GOMES, 2019.

Outro projeto de doutorado que recorre às contribuições da teoria da colonialidade e decolonialidade em diálogo também com abordagem da performance é o está sendo desenvolvido pela orientanda Samanta Coan. Ela problematiza no seu estudo a questão de raça na interseccionalidade de gênero e classe, a partir de incursão etnográfica num museu comunitário em Belo Horizonte, o Museu de Quilombo e Favelas Urbanas – Muquifu. Este espaço foi idealizado por um grupo de jovens do Morro do Papagaio e colocado em prática por um pároco, o padre Mauro. Das cinco vilas da comunidade, duas foram demolidas no projeto urbano Vila Viva. Das 1200 famílias, cerca de 400 conseguiram se manter no Morro do Papagaio e, hoje, moram nos predinhos construídos pelo projeto.

O acervo constitutivo desse museu foi reunido a partir da doação e empréstimo de objetos e utensílios pelos moradores, relacionados com a história local de cada doador, durante o processo da expectativa certa da demolição. O objetivo do Muquifu era guardar um pouco da memória do lugar em apoio àquela comunidade não respeitada pelo poder público. Padre Mauro é formado em História e Tutela do Patrimônio Cultural (Universidade de Pádua/Itália) e protagonista de uma importante ação decolonizadora nesse espaço museal. Nesse ambiente Coan delimitou com foco do estudo o núcleo da exposição permanente sobre o trabalho doméstico remunerado. *Doméstica: da escravidão à extinção: uma antologia do quartinho de empregada no Brasil*, uma cenografia de “quartinho de empregada”, equipado a caráter destes cômodos minúsculos onde, nos apartamentos ou casas das classes médias e altas, reservada para dormitório das trabalhadoras domésticas.

E para completar, menciono o projeto de mestrado que está sendo desenvolvido pelo orientando Luis Carlos Quintino Cabral Flecha. Este pesquisador discute a questão do saber ancestral da capoeira angola associado aos ensinamentos legado dos “Mestres antigos” e a transmissão dessa tradição na contemporaneidade como práxis descolonizadora. A partir de manuscritos e registro de gravação oral de Mestres do passado e a interlocução etnográfica com o já mencionado Mestre Primo, utilizando o recurso etnográfico e com foco no protagonismo deste Mestre de capoeira angola, educador e ativista do movimento negro.

Em suma, no conjunto estes projetos em andamento podem ser tomados como exemplo do estabelecimento da aproximação dialógica da teoria da decolonialidade com a abordagens da *performance* e abordagem da mediação cultural e informal, com ênfase na noção de protagonismo

social, pensada de maneira ampliada, não somente para o profissional da informação suscitando uma instigante reflexão da diversidade epistêmica.

SABERES ANCESTRAIS DA CAPOEIRA: TÉCNICA, CORPO E O QUE NEM OS “LIVROS” E A “UNIVERSIDADE” CONTARAM PRA GENTE

Antes de escrever este artigo a minha ideia era elaborar uma discussão diferente dessa que acabei me decidindo depois de muitos insights, leituras e releituras de autores que de início eu pensava me concentrar. Muitos rascunhos e início frustrado do começo do artigo. Tive então a certeza que não daria conta do recado. Por isso resolvi insistir. Assim, depois de muita relutância, decidi contribuir com esta coletânea escrevendo em torno de um tema – diversidade epistêmica – e de uma experiência: a minha participação como “professor-parceiro” do Programa de Formação Transversal nos Saberes Tradicionais da UFMG. E ao fazer isso eu também pude de alguma maneira articular alguma coisa da ideia inicial, que era retomar a discussão sobre abordagens teóricas da *performance* na Ciência da Informação.

Por isso eu quis começar este artigo com a exposição em torno do título de Doutor do Notório Saber dos saberes tradicionais e populares na UFMG, na qual busco discorrer sobre o projeto-piloto Encontro de Saberes do INCTI da Universidade de Brasília e associação desse com o referido Programa de Formação Transversal nos Saberes Tradicionais da UFMG: destacando as primeiras disciplinas ministradas por Mestras e Mestres dos saberes tradicionais na UFMG, e no desenvolvimento da exposição discorrendo como organiza e funciona essas disciplinas, a minha participação nelas como professor colaborador (parceiro) e mencionando o acolhimento pelo PPGCI do Memorial de um Mestre do saber tradicional para indicação à candidatura ao título de Doutor do Notório Saber da UFMG – um gesto importante compartilhando de um acontecimento inédito nessa instituição.

Achei que cabia para essa seção o título “Diversidade epistêmica: encontro de saberes no PPGCI”. E agora, escrevendo este encerramento, pensei que esse também pode ficar como título do artigo, porque acho que sintetiza bem o assunto.

Prosseguindo, na seção “Raça, preconceito racial e racismo no Brasil” é uma breve incursão pelos estudos da questão racial no Brasil, desde o início do século XX até a retomada do movimento negro em finais dos

anos 1970, quando a discriminação racial da população negra no Brasil foi denunciada, não como “preconceito racial” – como era classificada pelos estudos sociológicos –, mas como “racismo” – provocando um repensar – querendo ou não – das coisas e, para quem, além de só pensar, tomou consciência das coisas, se somar à “luta do tempo inteiro!”

E no contexto da seção “Raça, racismo, colonialidade e descolonização” eu discorri sobre a questão de raça e racismo sob a ótica das teorias da colonialidade e decolonialidade. E logo em seguida, como tem quase tudo a ver, eu abordo sobre as afinidades e distinções do Encontro de Saberes com estas teorias. Isso que explica, como vocês leram e, portanto, sabem, o porquê do “quase”.

E na tentativa de acrescentar na trança teórica da exposição o fio de abordagens da perspectiva da *performance* – Antropologia Benjaminiana de John Dawsey⁴³ e os estudos da memória cultural na América Latina de Diana Taylor⁴⁴, na tessitura do diálogo com a teoria da mediação cultural com ênfase no protagonismo social. No contexto dessa discussão eu retomo neste artigo referências do que publiquei em 2019, na revista *Perspectiva da Escola de Ciência da Informação* – edição especial.⁴⁵ No contexto da “Decolonialidade, Performance e Protagonismo Social” eu, na verdade, fiz um primeiro movimento de situar melhor o caminho de aproximação da noção de *performance*, enquanto categoria epistêmica, em diálogo na Ciência da Informação – algo ausente no citado artigo de 2019.

Nessa direção, eu destaquei disciplina que ministramos em parceria e os projetos em desenvolvimento dos meus orientandos. Com todas as limitações, buscando apontar para cogitação de um diálogo possível o qual se articula às teorias da colonialidade e decolonialidade, tendo como referência nuclear os saberes tradicionais e a diversidade epistêmica. É uma reflexão e uma aposta.

Por fim, pensando aqui no alerta de Walter Benjamin para leitura a contrapelo da história – os “livros”, que Mestre Primo evoca a imagem – como um dos meios urgente, indispensável e necessário para deter o “vencedor que não cessa de vencer”. Neste pensador a noção de oralidade – a “narrativa” – e memória – voluntária e involuntária –,

43 DAWSEY, 2013a, 2013b.

44 TAYLOR, 2013.

45 SILVA, 2019, p. 149-161.

portanto, são evocadas como esperança de transformação das coisas.⁴⁶ Benjamim fala das “narrativas” em oposição à livros e jornais – esses suportes da reprodutibilidade técnica que, para ele, levou a “informação” predominar sobre a “comunicação” no contexto das relações sociais de dominação e poder do capitalismo. Isso que na epígrafe, as palavras de Mestre Primo denunciam. O racismo é estrutural, como bem descreveu Silvio Almeida.⁴⁷

As narrativas – as performances narrativas – evocam a noção de “corpo” assim como as demais performances, lócus da memória incorporada afrodiáspórica.⁴⁸ Conforme o antropólogo escritor negro jamaicano dos Estudos Culturais, Stuart Hall descreveu a importância do “corpo” para o negro, no contexto da diáspora e fora do logocentrismo da escrita, usar “[...] como se fosse, e muitas vezes foi, o único capital cultural que tínhamos. Temos trabalhado em nós mesmos como telas de representação.”⁴⁹

Na epígrafe, Mestre Primo fala da capoeira situando-a nesse patamar de importância como legado ancestral de memória e ensinamentos e uma “luta” na qual o

[...] corpo foi a única arma que o negro teve há mais de dois mil anos atrás; e que nos leva a entender a história que os portugueses contaram e que contam pra gente, que e o negro aprendeu e a que não contaram pra gente, que se pegar [um] simples detalhe da técnica, que a universidade não dá conta de explicar a própria prática em cima desse processo, em cima desse movimento da técnica ligada a história, que tá ligada a filosofia, ligada a ciência; a todo esse processo da revolução...⁵⁰

Essa “revolução” – atentemos – é epistêmica, e esse “processo” está “ligado” à questão da diversidade de saberes na universidade como fundamental para instruir a leitura, necessária e urgente, a contrapelo do “[...] engodo [...] de ter nossa história enquanto verdade, só através do livro [...]”, esquecendo-se “[...] que o nosso corpo é muito importante nesse processo que nós somos consequência...”

46 BENJAMIM, 2012.

47 ALMEIDA, 2020.

48 HARTMAN, 2011.

49 HALL, 2006, p. 324.

50 Palestra ministrada na aula da disciplina optativa Patrimônio Imaterial e Comunidade Tradicional. Turma do 6º período de Biblioteconomia/manhã. Data: 2016. Responsável: prof. Rubens Alves da Silva

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Editora Jandaina, 2020.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. v. I. (Obras Escolhidas).
- CARVALHO, José Jorge de. Encontro de Saberes e descolonização: para uma re-fundação étnica, racial e epistêmica. In: COSTA, Joaze Bernardino; MALDONADO-TORRES, Nelson; GOLFOGUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 79-106. (Coleção Cultura Negra e Identidade)
- CARVALHO, José Jorge de. Sobre o Notório Saber dos Mestres Tradicionais nas Instituições De Ensino Superior e de Pesquisa. *Cadernos de Inclusão*, n. 8. Publicação do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa – INCTI/UNB/CNPq, 2016.
- DAWSEY, John C. *De que riem os boias-frias?* Diários de antropologia e teatro. São Paulo: Terceiro Nome, 2013a.
- DAWSEY, John C. *et al.* (Orgs.). *Antropologia e performance: ensaios NAPEDRA*. São Paulo: Terceiro Nome, 2013b.
- FREIRY, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Circulo do Livro s/d.
- GARCIA, Januário (Orgs.). *25 anos 1980 – 2005: Movimento Negro no Brasil*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- GOMES, Henriette Ferreira. Comunicação e informação: relações dúbias, complexas e intrínsecas. In: MORIGI, Valdir; JACKS, Nilda; GOLIN, Cida (Orgs.). *Epistemologias, comunicação e informação*. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 91-107.
- GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt. In.: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (Orgs.). *Informação e protagonismo social*. Salvador: Edufba, 2017. p. 27-45.
- GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: COSTA, Joaze Bernardino; MALDONADO-TORRES, Nelson; GOLFOGUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 223-246. (Coleção Cultura Negra e Identidade)
- GUIMARÃES, César *et al.* Por uma universidade pluriépistêmica: a inclusão de disciplinas ministradas por Mestres dos saberes tradicionais e populares na UFMG. *Tessituras*, Pelotas, v. 4, n. 2, p. 179-201, jul./dez. 2016.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- HARTMAN, Luciana. *Gesto, palavra e memória: performances narrativas de contadores de causos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

MALDONADO-TORRES, Nelson. La descolonización y el giro des-colonial. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 61-72, jul./dez. 2008.

MIGNOLO, Walter D. Os estudos subalternos são pós-modernos ou pós-coloniais? As políticas e sensibilidades dos lugares geohistóricos. In: MIGNOLO, Walter D. *Projetos locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2020. p. 233-285.

MOORE, Carlos. *Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

MUNANGA, K. Prefácio. In: MÜLLER, T. M. P.; CARDOSO, L. *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017.

MUNANGA, K. Teoria Social e Relações Raciais no Brasil Contemporâneo. *Cadernos PENESB: Especial ERER*, n. 12, p. 169-204, 2010.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Seminário Nacional Relações Raciais e Educação (PENESB-RJ)*, v. 3. Rio de Janeiro: Palestra proferida em 05/11/03, p. 1-17, 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 1 out. 2021.

NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de marca: as relações raciais em Ipatetininga (SP)*. São Paulo: EDUSP, 1998.

QUEIROZ, Teófilo. *Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira*. São Paulo: Ática, 1975.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

RODRIGUES, Nina. *O animismo fetichista dos negros bahianos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEGATO, Rita. Aníbal Quijano y la perspectiva de la colonialidad del poderes. In: SEGATO, Rita. *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda*. 2. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018. p. 35-67.

SILVA, Rubens Alves da. Às margens das margens: notas sobre as noções de patrimônio, memória social e performances nas ciências da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, número especial, v. 24, p.149-161, jan./mar. 2019. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/issue/view/188>. Acesso em: 1 out. 2021.

SILVA, Rubens Alves. Religiões Afro, desigualdade e discriminação étnico-racial. In: ALVES, Maria Railma; BORGES, Doriam (Orgs.). *Dossiê: Desigualdades e Discriminação Étnico-raciais*, Unimontes, v. 18, n. 1, p. 51-74, 2021. Disponível em: <https://www>.

periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/issue/view/280 . Acesso em 13/10/2021.

SILVA, Rubens, Alves da; MARTINIANO, M. C. Etnografia no Arquivo Documental: uma nova abordagem para discussão acerca das teorias raciais entre os séculos XIX e XX. *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 18, 23 a 27 de outubro de 2017. Marília, SP. *Anais...* Marília, 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/58839>. Acesso em: 1 out. 2021.

SOUZA, Ricardo Luiz de. *Identidade nacional e modernidade brasileira: o diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

STOCKING Jr., George W. *A formação da antropologia americana, 1883-1911: antologia*/Franz Boas. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora UFRJ, 2004.

TAYLOR, Diana. *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

TELLES, Edward E. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito: Ediciones Abya-Yala – Universidad Andina Simón Bolívar, 2009.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento “outro” partir da diferença colonial. In: *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelota (UFPEL)* V. 05, N. 1, Jan.-Jul., 2019, p. 6-39.

WERNECK, Jurema. *Racismo institucional: uma abordagem conceitual*. Brasília: ONU Mulheres, 2013. p. 1-55.



AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS NO CONTEXTO DOS DOCUMENTOS DIGITAIS

Cintia Aparecida Chagas

INTRODUÇÃO

A Arquivologia do final do século XX e início do século XXI tem grandes desafios a superar advindos da produção massiva de documentos digitais nas organizações. Cada vez mais os processos de tomada de decisão são registrados em formatos antes não convencionais. Essa realidade tem levado os arquivistas a se posicionarem de diferentes maneiras, ora considerando que os princípios e fundamentos da área se mantêm, devendo apenas ser reinterpretados à luz da realidade digital,¹ ora considerando esse fenômeno como responsável por uma mudança de paradigma na arquivologia.² Esse segundo movimento identificado é o da chamada *arquivística pós-moderna*.

1 DURANTI, 1994.

2 COOK, 2012.

Nesse contexto, as dificuldades e especificidades associadas à gestão de documentos digitais em uma sociedade altamente conectada, com organizações cada vez mais horizontais e menos hierárquicas motivaram novas reflexões e desenvolvimentos teóricos e metodológicos no campo da avaliação de documentos.

Nesse capítulo, são apresentadas algumas das características dos documentos arquivísticos digitais e alguns problemas advindos de suas especificidades e os desafios relacionados à sua gestão, especificamente à avaliação e destinação. Em seguida, destaca-se a função arquivística avaliação de documentos desde uma perspectiva da chamada arquivística “moderna” cujo representante é o arquivista Theodore Schellenberg e algumas das construções teóricas e propostas em relação à avaliação na chamada arquivística pós-moderna. Essa discussão tem como objetivo esclarecer pontos de continuidade e possíveis discontinuidades em relação a essa função no que tange às necessidades de avaliação dos documentos digitais.

O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO DIGITAL

Embora os termos *documento eletrônico* e *documento digital* apareçam como sinônimos em parte da literatura arquivística, é necessário esclarecer as diferenças entre ambos. De acordo com o glossário da Câmara Técnica de documentos eletrônicos, o documento eletrônico é definido como “Informação registrada, codificada em forma analógica ou em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de um equipamento eletrônico.”³ Já os documentos digitais são definidos como “[...] informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional.”⁴ Note-se, por essas definições que a diferença entre ambos é a codificação em dígitos binários e a forma de acesso, assim nem todo documento eletrônico é digital, contudo, todo documento digital é eletrônico, pois necessita de um equipamento para sua leitura. De acordo com Jordi Serra Serra,⁵ a confusão entre os dois termos é frequente por influência da literatura anglo-saxã, assim, o termo *electronic record* (“documento eletrônico”) é utilizado, muitas vezes, para referir-se unicamente aos documentos digitais. Em uma bus-

3 BRASIL, 2016.

4 BRASIL, 2016.

5 SERRA SERRA, 2008.

ca no Multilingual Archival Terminology do Conselho Internacional de Arquivos, verifica-se que a definição de *electronic record* é a mesma de *digital record*, aproximando-se da definição de documento digital em português. Assim, documento digital e documento eletrônico têm como a primeira definição apresentada “Informação que foi capturada e fixada para armazenamento e manipulação em um sistema automatizado e que requer o uso do sistema para torná-la inteligível por uma pessoa.”⁶

Esclarece-se, contudo, que, apesar de os dois termos serem comumente utilizados, optou-se nesse texto por utilizar o termo “documento digital”, por representar a definição mais precisa do objeto de estudo em questão na língua portuguesa.

Em se tratando, portanto, de documentos digitais, destaca-se que estes apresentam características que os diferem dos documentos analógicos, principalmente em relação aos documentos em suporte papel e tais características, muitas vezes, são vistas como problemas por arquivistas e por quem os utiliza. Algumas dessas especificidades, de acordo com Jordi Serra Serra são: dissociação ou independência do suporte; virtualidade ou separação dos componentes; modificabilidade ou caráter dinâmico; obsolescência ou dependência de uma interface tecnológica em constante evolução.⁷

Quanto à primeira característica *dissociação ou independência do suporte*, esclarece-se que os componentes básicos de todo documento de arquivo, o conteúdo, a estrutura e o contexto juntos convertem o documento em testemunho de uma ato. No documento em papel, tais partes estão em um mesmo suporte físico e, já nos documentos digitais, o mesmo não ocorre, pois existe uma dissociação substancial entre a informação e o suporte que a contém. Em relação à segunda característica, *virtualidade ou separação dos componentes*, observa-se que a separação não afeta somente a relação do documento com seu suporte físico, mas, também na relação entre seus componentes, pois o documento digital somente existe como entidade intelectual quando seus componentes se combinam *on-line* a fim de obter uma determinada aparência e funcionalidade, mas não é necessário que, uma vez *offline*, tais componentes mantenham seu caráter

6 Texto original: “Information that has been captured and fixed for storage and manipulation in an automated system and that requires the used of the system to render it intelligible by a person.” Cf.: INTERNATIONAL..., 2021a; 2021b. (tradução nossa)

7 SERRA SERRA, 2008.

unitário. Quanto à “modificabilidade ou caráter dinâmico”, esta se refere ao fato de que eles podem ser atualizados de forma rápida e sucessiva, o que pode ser um problema para a integridade dos documentos de arquivo. Assim, para garantir sua integridade, é necessário ativar mecanismos específicos de registro e detecção de alterações. No que tange à *obsolescência ou dependência de uma interface tecnológica em constante evolução*, destaca-se que os documentos digitais dependem de uma série de camadas de tecnologia digital que incluem o computador, os dispositivos de entrada e saída, sistemas operacionais, sistemas de segurança, as aplicações e a formação necessária para operá-lo. Cada um desses elementos evolui em ritmo distinto e fica superado com a aparição de novas soluções. Destaca-se que a existência de qualquer documento digital está vinculada necessariamente a uma série de elementos tecnológicos vigentes em um momento concreto e sujeitos à temporalidade. Esse mapa de vínculos afeta as dimensões física, lógica e conceitual e a perda de qualquer desses vínculos resulta na impossibilidade de acessar o documento nas condições do entorno original, tornando-se este obsoleto.⁸

As características e especificidades apresentadas acima em documentos de arquivo, cuja gestão tem como objetivo a manutenção de seu valor como evidência das atividades de uma organização trazem desafios derivados da necessidade de manter, não apenas seu conteúdo, mas, também, a sua forma externa, sua estrutura, funcionalidade e sistemas de autenticação; saber quem criou, em que condições e ter a certeza de que não foi modificado desde sua criação. Assim, para que um documento digital seja considerado documento de arquivo ele deve estar em condições de conservar seus valores evidenciais ao longo de seu ciclo de vida, para que se possa decidir se será preservado ou eliminado. Deve ser autêntico, íntegro, aumentável, capturável, classificado, localizável e conservável.⁹

Assim, para que os documentos arquivísticos digitais mantenham suas características é necessário que sejam adequadamente gerenciados. Desse modo, um sistema de gestão de documentos arquivísticos digitais deve incluir funcionalidades como captura; registro; descrição; classificação; avaliação, seleção e destinação; armazenamento e conservação. No Brasil, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) estabeleceu que a gestão de documentos arquivísticos digitais deve ser feita por meio de um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) que é definido como:

8 SERRA SERRA, 2008.

9 SERRA SERRA, 2008.

[...] um conjunto de procedimentos e operações técnicas, característico do sistema de gestão arquivística de documentos, processado por computador. Pode compreender um software particular, um determinado número de softwares integrados, adquiridos ou desenvolvidos por encomenda, ou uma combinação destes.¹⁰

Os requisitos funcionais e não funcionais para o desenvolvimento desses sistemas encontram-se no documento do E-Arq Brasil: modelo de requisitos para Sistemas informatizados de Gestão Arquivística de Documentos.¹¹ Esses requisitos devem ser cumpridos pela organização produtora/recebedora de documentos, pelo sistema de gestão arquivística e pelos próprios documentos, a fim de garantir sua confiabilidade, autenticidade e acessibilidade. O E-Arq Brasil estabelece requisitos mínimos para um SIGAD, independentemente da plataforma tecnológica em que for desenvolvido e/ou implantado.¹² Essa especificação teve como referências os seguintes modelos de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos: *Design Criteria Standard for Electronic Records Management Software Applications*;¹³ Modelo de Requisitos para a Gestão de Arquivos Electrónicos;¹⁴ *Requirements for Electronic Records Management Systems: Functional Requirements*.¹⁵ Atualmente, o E-Arq Brasil está em processo de revisão, incluindo uma consulta pública.

Já no que tange à guarda e preservação de documentos desde sua produção até seu arquivamento definitivo ou eliminação, é necessária a adoção de um repositório digital confiável. Tais repositórios são importantes para a guarda, preservação e acesso aos documentos digitais. O modelo mais importante da área é o Open Archival Information System (OAIS), um modelo conceitual desenvolvido pelo Consultive Committee for Space Data Systems (CCSDS), que resultou na norma ISO 14721: 2013.¹⁶ No ano de 2014, o Conselho Nacional de Arquivos publicou a Resolução nº 39, que estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades

10 BRASIL, 2011, p. 10.

11 BRASIL, 2011.

12 BRASIL, 2011.

13 UNITED STATES, 2002.

14 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS, 2002.

15 THE NATIONAL ARCHIVES OF ENGLAND, 2002.

16 BRASIL, 2014.

integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). Essa resolução foi alterada pela Resolução nº 43, cuja principal modificação se refere à nomenclatura de “Repositórios Digitais Confiáveis” para “Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis”,¹⁷ modificação bastante significativa, pois tais repositórios se diferem dos demais repositórios pela especificidade do material a ser preservado, o documento de arquivo.

Esse documento se propõe a indicar parâmetros para repositórios de documentos arquivísticos digitais, de modo a garantir a integridade, a autenticidade, a confidencialidade, a disponibilidade, o acesso e a preservação. Conforme definido por essa resolução, o gerenciamento dos documentos nesse tipo de repositório deve estar de acordo com o modelo de referência OAIS, ou seja, estabelecendo a formação de pacotes de informação, envolvendo os documentos digitais e seus metadados.¹⁸

A FUNÇÃO ARQUIVÍSTICA AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

Definido o objeto, suas características e sua forma de tratamento, cabe esclarecer que o grande desafio das organizações hoje é lidar com essa massa de documentos produzida e armazenada em sistema computacional. Nesse trabalho, destaca-se a função arquivística avaliação de documentos, por considerá-la essencial a todos os processos arquivísticos e à formação do patrimônio documental. A avaliação de documentos é entendida aqui como um processo de análise, partindo do nível da sociedade, das organizações, ou dos documentos, com o objetivo de definir a destinação final destes últimos. Trata-se de função arquivística central conforme apontado por autores de diferentes tendências e nacionalidades como Hans Booms,¹⁹ Terry Cook,²⁰ Luciana Duranti,²¹ Carol Couture,²² Richard Cox²³ e Gleen Dingwall.²⁴

17 CONARQ, 2015.

18 BRASIL, 2015.

19 BOOMS, 1987.

20 COOK, 1992; 2005.

21 DURANTI, 1994.

22 COUTURE, 2003.

23 COX, 2003.

24 DINGWALL, 2016.

A necessidade de avaliar documentos tornou-se mais premente a partir da necessidade de gerenciar grandes massas de documentos produzidas, devido à maior atuação do Estado na vida das pessoas. Esse momento situa-se no período entreguerras, no contexto do Estado de Bem-estar Social nos países desenvolvidos e do Estado Desenvolvimentista nos países em desenvolvimento. Destaca-se, assim, o papel dos arquivistas do Arquivo Nacional dos Estados Unidos e da Alemanha. No contexto alemão destaca-se que, desde 1833, a Prússia já contava com calendários de conservação e o arquivista Karl Otto Muller defendia desde meados da década de 1920 a participação do arquivista no processo de tomada de decisão do que deveria ou não ser preservado. Em 1936, Heinrich Meisner divulgou critérios de valor baseados na hierarquia, conteúdo e idade dos documentos.²⁵ Tais ideias chocavam-se frontalmente com as ideias defendidas pelo inglês Hillary Jenkinson,²⁶ que acreditava que os arquivistas deveriam se manter distantes do processo de avaliação de documentos. Segundo ele, somente os produtores de documentos poderiam destruir legitimamente seus próprios documentos. Já nos Estados Unidos Phillip Brooks foi o primeiro arquivista dos Arquivos Nacionais a desenvolver as ideias de valor para a administração e para terceiros que viria a embasar a teoria de valor do também estadunidense Theodore Schellenberg, considerado o pai da arquivística moderna.

Theodore Schellenberg, em seu clássico manual de 1956, fortemente influenciado por Phillip Brooks e pelos arquivistas alemães, defendia a ideia de que os documentos possuem um valor primário para a organização que o criou, diretamente relacionado às razões dessa criação e poderiam adquirir um valor secundário, não relacionado às razões dessa criação, mas à prova que contém das funções e atividades de uma organização – valor probatório – e das informações contidas sobre coisas, pessoas ou fenômenos com os quais a organização lida – valor informativo. Ele construiu modelos de testes para a identificação desses valores, chegando a definir uma lista de espécies e tipos documentais que potencialmente teriam valor probatório. Um importante aspecto destacado por Schellenberg é a necessidade de se conhecer o contexto de produção para realizar o julgamento de valor. O significado de um documento depende das relações estabelecidas com a atividade geradora. Outro ponto importante é o reconhecimento das habilidades e

25 KOLSRUD, 1992.

26 JENKINSON, 1925.

competências do arquivista no processo de avaliação e da necessidade de cooperação com os produtores dos documentos para a definição dos valores. Schellenberg defendia, ainda, que o arquivista deve contar com toda a ajuda possível no trabalho de avaliação, fazendo um papel de moderador.²⁷

Essa teoria de valor embasou a avaliação de documentos realizada, não só nos Estados Unidos, mas em diversas partes do mundo, incluindo a avaliação praticada no Brasil, Espanha e Portugal. No Brasil, as ideias de Schellenberg foram difundidas a partir da tradução para o português de seu manual (*Modern Archives*) em 1959 e de uma visita do arquivista estadunidense ao país início de 1960, a convite do então diretor do Arquivo Nacional, José Honório Rodrigues. A obra de Schellenberg foi a base para todos os instrumentos arquivísticos produzidos e utilizados desde então pelo Arquivo Nacional.

Com o avanço da produção e utilização dos documentos digitais, alguns autores defendem uma grande mudança na natureza da avaliação e outros defendem tratar-se de uma maneira diferente de se fazer o mesmo. De acordo com Luciana Duranti,

[...] a teoria de avaliação não mudou: seu propósito segue sendo o de conservar um registro essencial do passado que mantenha intactas suas características arquivísticas de imparcialidade, interrelacionamento, unicidade e, o que é mais importante, autenticidade, sem as quais os documentos não seriam confiáveis nem como prova nem como fonte de informação. Sem dúvida, as alterações metodológicas são bastante radicais e requerem que os arquivistas trabalhem conjuntamente com os produtores de maneira continuada. [...].²⁸

Para Jordi Serra Serra,²⁹ um modelo idôneo de avaliação para o ambiente digital se caracterizaria por alguns aspectos: seria focalizado no contexto dos documentos – avaliação funcional –, antes que nos docu-

27 SCHELLENBERG, 2006.

28 No original: “[...] la teoría de valoración no ha cambiado: su propósito sigue siendo el de conservar un registro esencial del pasado que mantenga intactas sus características archivísticas de imparcialidad, interrelación, singularidad y, lo que es más importante, autenticidad, sin las cuales los documentos no serían fiables ni como prueba ni como fuente de información. Sin embargo, los cambios metodológicos son bastante radicales y requieren que los archiveros trabajen conjuntamente con los productores de manera continuada [...]”. Cf.: DURANTI, 2003, p. 21. (tradução nossa)

29 SERRA SERRA, 2008.

mentos, se baseando em níveis (*top-down*); analisa, juntamente com os documentos, os sistemas de informação utilizados na sua criação, seu contexto tecnológico, para detectar componentes funcionais e condicionam as características dos documentos; se realiza anteriormente à criação dos documentos e se considera autorizada para determinar os documentos que cada atividade deve gerar e suas características, no que se denomina “estratégia de documentação”; as regras de avaliação se estruturam em um sistema de destinações múltiplas e hierárquicas de modo que uma mudança no formato dos documentos só implique na resolução de implementação, e só uma mudança na natureza da atividade possa obrigar a modificar a resolução geral.

Considerando tais necessidades, além de transformações na natureza da sociedade e nas relações entre sociedade e Estado, uma série de questionamentos ao modelo desenvolvido por Theodore Schellenberg ocorreu desde a década de 1960. Alguns desses questionamentos partem da falsa premissa de que esse modelo não considera o contexto dos documentos que propunha uma avaliação com base no documento, desconsiderando as funções que os geraram. Destaca-se que Schellenberg deixa muito clara a necessidade de se classificar os documentos para sua correta destinação e, quando trata de classificação, ele reforça que os documentos de arquivo devem ser classificados por suas funções ou pela estrutura geradora do documento. No caso de estruturas pouco estáveis, como as atuais, ele considera a melhor opção a classificação funcional.³⁰ Logo, a classificação funcional fornece as bases para a avaliação de documentos no modelo desenvolvido por Schellenberg. Para Linda J. Henry:

Os defensores do novo paradigma de documentos eletrônicos exigem ideias novas e ousadas, mas algumas não são tão ousadas ou novas. Instar os arquivistas a considerarem a função na avaliação, como mostra uma revisão histórica da escrita arquivística, não é uma ideia nova. Mais de quarenta anos atrás, Schellenberg escreveu que um dos três fatos que um avaliador deveria saber era “o caráter das funções desempenhadas por cada unidade” e se as funções eram “facilitadoras” ou “substantivas”.³¹

30 SCHELLENBERG, 2006.

31 Texto original: “Supporters of the new paradigm for electronic records call for bold, new ideas, but some are not so bold or new. Urging archivists to consider function in appraisal,14 as a historical review of archival writing shows, is not a new idea. More than forty years ago, Schellenberg wrote that one of the three facts an appraiser should know was “the character of the functions performed by each

Feitas as devidas ressalvas, a partir de agora, serão apresentadas algumas das tendências contemporâneas da avaliação de documentos, baseadas nos questionamentos ao modelo de Schellenberg.

TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DA AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

O arquivista canadense Terry Cook foi autor de um dos questionamentos feitos às ideias de Schellenberg, situando o modelo teórico arquivístico deste último no que ele considera como “modernismo”. Segundo ele, o “pré-modernismo” seriam as ideias anteriores ao autor estadunidense, com destaque para as ideias do Manual dos Holandeses até Hillary Jenkinson. Outro momento do pensamento arquivístico seria aquele situado no pós-modernismo. Este último seria um novo paradigma, pois romperia com o paradigma da arquivística tradicional, trazendo uma adaptação dos princípios consagrados da área, contextualizando-se à nova realidade documental do século XXI e à influência do pós-modernismo em todas as áreas da sociedade. O autor menciona a necessidade de uma arquivologia centrada em uma teoria social e em uma contextualidade histórica para que possa sobreviver como profissão. O pós-modernismo desconfia e se rebela contra o moderno. Considera ilusórios os conceitos de verdade universal e conhecimento objetivo baseado nos princípios do racionalismo científico.³²

Em relação ao documento, Cook afirma que:

[...] os pré-modernistas tinham fé no documento como reflexo empírico dos atos e ações e na História da Escola de von Ranke como capaz de interpretar tais documentos para conseguir a realidade objetiva do passado histórico; o modernismo questionou a objetividade da história, dando-se conta de que havia diversas interpretações históricas possíveis para o mesmo grupo de documentos que descreviam o mesmo tema ou acontecimento; o pós-modernismo questionou a objetividade e a “naturalidade” do próprio documento.³³

office” and whether the functions were “facilitative” or “substantive”. Cf.: HENRY, 1998, p. 316. (tradução nossa)

32 COOK, 2007.

33 No original: “[...] los premodernistas tenían fe en el documento como reflejo empírico de los actos y hechos y en la Historia de la escuela de von Ranke como capaz de interpretar tales documentos para conseguir la realidad objetiva del pasado histórico; el modernismo cuestionó la objetividad de la historia, dándose cuenta de que había diversas interpretaciones históricas posibles para el mismo grupo de documentos que describían el mismo tema o acontecimiento; el postmodernis-

Entre as ideias presentes nesse novo paradigma, a avaliação de documentos também passaria por mudanças e seu foco passaria do governo para o cidadão, sendo os valores sociais as bases para a definição de valor. Tais ideias fazem-se presentes nos modelos de avaliação surgidos desde a década de 1960, entre os quais se destacam o Plano Documental, a Estratégia de documentação, e a Macroavaliação.

O primeiro modelo destacado nesse capítulo é o Plano Documental, que foi desenvolvido na década de 1960 pelo arquivista alemão Hans Boms, tendo sido publicado pela primeira vez por meio de um ensaio em 1972.

O Plano Documental tem como objetivo estabelecer exatamente os eventos, ações, omissões e desenvolvimentos que são essenciais e que documentam o período e o sujeito considerados. De acordo com Booms,³⁴ deve-se estabelecer planos documentais para a esfera do arquivo – municipal, industrial, eclesiástico etc. – e para um curto período – cinco, dez ou, no máximo, vinte anos. Deve-se orientar pelo princípio do máximo de documentação, com o mínimo de documentos, cabendo ao arquivista determinar quais documentos, independentemente de sua proveniência, possui a concentração ótima da informação desejada.

Booms defende que métodos para limitar os efeitos da subjetividade devem ser empregados, porém, acredita ser isso um objetivo inatingível. Tais métodos podem, contudo, ajudar arquivistas a distanciarem-se o máximo possível de sua própria subjetividade. O Plano Documental não deve ser produzido exclusivamente por arquivistas, sua produção deve ser resultante de uma cooperação entre profissionais. Se possível, deve ser discutido em um conselho composto por indivíduos de diferentes áreas, tais como: Administração, Ciência, Mídia e Economia. Deve ser escrito e, se possível, publicado, devendo ser incluído como uma parte do patrimônio documental. Esse plano deve ser sancionado e controlado pela sociedade como um todo e empregar o método histórico crítico. O modelo será um princípio concreto de orientação para a atribuição de valor, em um processo positivo de seleção desses valores. O Plano parte do entendimento de que, na sociedade industrial moderna, todos devem contribuir com o desenvolvimento e implementação de métodos de seleção do patrimônio documental. Em uma revisão desse modelo, Hans Booms conclui pela impossibili-

mo cuestionó la objetividad y la “naturalidad” del propio documento.” Cf.: COOK, 2007, p. 80. (tradução nossa)

34 BOOMS, 1987.

dade de sansão pública do plano e pela inviabilidade de um conselho consultivo para sua revisão, conforme inicialmente proposto.³⁵

O segundo modelo a ser apresentado foi desenvolvido pela arquivista estadunidense Helen Samuels. Trata-se da Estratégia de Documentação. Esta é uma “[...] metodologia que orienta a seleção e assegura retenção da informação adequada sobre uma área geográfica específica, um assunto, um processo ou um evento que envolveu toda a sociedade.”³⁶

Essa metodologia baseia-se na ideia de que os diversos arquivos de pessoas, instituições públicas e privadas podem desenvolver estratégias de maneira conjunta com vistas a documentar um aspecto da sociedade que necessita ser preservado. As estratégias devem ser relacionadas a tópicos específicos, como uma tarefa contínua, atividade ou área geográfica.³⁷

São quatro as etapas para o desenvolvimento dessas estratégias:

1. escolha e definição do assunto a ser documentado;
2. seleção dos assessores e estabelecimento do lugar para a estratégia;
3. estruturação da pesquisa e exame da forma e substância da documentação disponível;
4. seleção e guarda da documentação.

Deve-se esclarecer que as estratégias não têm como pretensão substituir ou se sobrepor às atribuições de arquivos institucionais, Helen Samules esclarece que arquivos institucionais fortes são fundamentais para o desenvolvimento das estratégias documentais.³⁸ Trata-se apenas de possibilitar a cooperação entre diversos arquivos, de instituições públicas e privadas, no sentido de fornecer uma documentação mais ampla sobre algum aspecto da sociedade altamente conectada em que vivemos. Portanto ela defende análises funcionais, no nível das organizações participantes como subsídios ao desenvolvimento da estratégia. Na visão de Helen Samuels, com as estratégias de documentação, cada coleção e cada repositório torna-se parte de uma coleção maior, assim

35 BOOMS, 1991-1992.

36 Texto original: “[...] a methodology that guides selection and assures retention of adequate information about a specific geographic area, a community, a topic, a process, or an event that has been dispersed throughout Society.” Cf.: SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVIST, 2021a. (tradução nossa)

37 SAMUELS, 1986.

38 SAMULES, 1991-1992.

os arquivistas “[...] devem oferecer para o futuro não árvores individuais, mas uma floresta.”³⁹

O último modelo apresentado nesse contexto da arquivística pós-moderna é a macroavaliação, trata-se de um método de avaliação e seleção de documentos que estabelece uma ordem intelectual de prioridade de aquisição de documentos com base no significado contextual de suas fontes ou locais de criação, ou seja, propriedades e qualidades do valor do criador determinadas pelo exame da estrutura organizacional, funções e transações ou processos. Assim concentra os esforços do arquivista na avaliação do produtor dos documentos e não no conteúdo dos documentos.⁴⁰

De acordo com Terry Cook, a macroavaliação é uma combinação entre a teoria, a estratégia e a metodologia da avaliação de documentos em arquivística. De acordo com o glossário da Society of American Archivist, trata-se de “[...] uma análise das funções de uma organização para determinar a importância relativa dessas atividades e definir prioridades para a documentação.”⁴¹

Esse modelo foi desenvolvido inicialmente para a avaliação dos documentos do governo canadense. Na macroavaliação, são os valores sociais que devem compor as bases da avaliação. As perguntas-chave da avaliação são, segundo Cook:

- a) Quais funções ou atividades do produtor deveriam ser documentadas?
- b) Quem teve algum motivo e responsabilidade original ao criar um documento, que tipo de documento seria e com quem cooperaria ou se relacionaria essa pessoa para sua posterior produção?
- c) Quais produtores de documentos ou funções (mais do que documentos) têm mais importância?⁴²

Somente depois de responder a essas perguntas, o arquivista poderia enfrentar de modo realista os documentos ou séries de documentos que,

39 Texto original: “Archivists should offer the future not individual trees, but a forest”. Cf.: SAMUELS, 1986, p. 124. (tradução nossa)

40 BROWN, 1995.

41 Texto original: “[...] an analysis of the functions of an organization to determine the relative importance of those activities and set priorities for documentation.” Cf. : SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVIST, 2021b. (tradução nossa)

42 COOK, 2003.

provavelmente, teriam o maior valor arquivístico potencial para a “microavaliação” (avaliação tradicional, utilizando-se critérios de valoração como a idade, a extensão, a unicidade, a duração, a integridade dos conjuntos, a fragilidade, a manipulação etc.). Só então se poderá determinar que produtores de documentos do setor privado complementam os documentos oficiais, chegando-se assim aos “arquivos totais”, cuja constituição refletiria interações político-sociais.⁴³ Destaca-se que, com a utilização desse modelo, documentos já poderiam ser eliminados antes mesmo de se chegar à sua avaliação no nível do item ou tipo documental, apenas ao se definir que uma função não teria valor para preservação.

As etapas da metodologia macroavaliativa seriam as seguintes:

a) investigar para decidir a complexidade e importância relativa das diferentes funções, subfunções, programas e atividades do objetivo funcional objeto do projeto de macroavaliação;

b) investigar para determinar a localização estrutural das funções, subfunções etc, mais importantes;

c) investigar para compreender a natureza e a localização ou localizações mais centradas da interação do cidadão com a função ou o programa;

d) formar uma hipótese macroavaliativa sobre onde se encontram os melhores documentos e quais das funcionalidades da interação político-social já mencionadas deveriam documentar;

e) comprovar e confirmar a hipótese, por meio da avaliação funcional de blocos ou tipos de documentos selecionados dentro do programa funcional que se está avaliando e analisar o valor de outros documentos fora do programa, nos casos em que se suspeite que os documentos tenham sido duplicados dentro do mesmo programa ou em que os registros ou outros sistemas de informação cruzam as barreiras funcionais ou estruturais.

Em seguida, o arquivista identifica de forma complementar qualquer documento adicional, sempre definido dentro de estreitos limites, que possa ter valor simbólico, estético, intrínseco ou informativo ou deva

43 A ideia dos “arquivos totais” foi desenvolvida também nos Arquivos Nacionais do Canadá, e segundo Terry Cook (2018), o principal arquiteto desse conceito é Hugh Taylor, que foi da Inglaterra para o Canadá em 1965, influenciado pelas teorias sobre comunicação e mídia de Harold Innis e Marshall McLuhan. Cf.: COOK, 2003, p. 92.

ser retido por lei durante um longo período. O arquivista concluiria o processo identificando os fatores políticos, legais, éticos, técnicos, de migração, de manutenção ou de custo que pudessem afetar negativamente as escolhas feitas segundo a metodologia já descrita e depois, sendo possível, uma apropriada transferência dos documentos ou controlando os termos e as condições para sua futura aquisição.⁴⁴

CONTINUIDADES E TRANSFORMAÇÕES NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS FRENTE À REALIDADE DIGITAL

Ao analisar as necessidades e especificidades dos documentos digitais e as propostas avaliativas da arquivística *moderna* e *pós-moderna*, conforme definido por Terry Cook,⁴⁵ percebeu-se que, ainda que as abordagens da arquivística pós-moderna apresentem como justificativa para seu desenvolvimento o fenômeno da produção massiva de tais documentos, elas não trazem soluções substancialmente diferentes das apresentadas pelo modelo de Theodore Schellenberg.

O modelo de Estratégia de Documentação apresenta uma inovação no sentido de propor a integração entre instituições e seus documentos no sentido de documentar um tópico específico. Essas estratégias podem beneficiar-se dos recursos dos sistemas informatizados e dos documentos digitais com suas características como a *dissociação ou independência do suporte*. Essa característica possibilita que, ao mesmo tempo em que se encontra preservado com seu produtor ou seu legítimo sucessor, um documento possa, por meio da estratégia de documentação, se constituir como parte de um patrimônio maior, ajudando a constituir “uma floresta”, nas palavras de Helen Samuels.

O modelo de Plano Documental, ao buscar minimizar os efeitos da subjetividade na avaliação, propõe a definição *a priori* de eventos significativos para o tempo e a categoria de sujeito estudados. A escolha por tais eventos, ainda que em base participativa, conforme proposto, não parece diminuir os efeitos da subjetividade e sim modificar o ator e o momento da escolha. O próprio Booms reconhece que os arquivistas e os sujeitos envolvidos na avaliação estão em um contexto social e são influenciadas por esse contexto e por sua individualidade. A diferença entre essa abordagem e a avaliação participativa já amplamente

44 COOK, 2003.

45 COOK, 2012.

difundida com o modelo de Schellenberg é a definição *a priori* dos eventos importantes para se documentar, excluindo a possibilidade de preservação daquilo que foge ao definido pelo plano, diminuindo-se a possibilidade de fazer emergir novas memórias, novas versões, novas histórias a partir dos documentos. Esse modelo não apresenta em seus argumentos a produção de documentos digitais, mas o aumento da produção de documentos de uma forma geral e a necessidade de criar uma documentação socialmente relevante, armazenável e utilizável em termos humanos, por meio de uma metodologia participativa.

Em relação à macroavaliação, acredita-se que esse modelo é o que melhor se justifica no contexto de produção e utilização de documentos digitais. A proposta de fazer a avaliação no nível macro pode oferecer economia ao processo, à medida que evita a avaliação de tipos ou itens documentais, possibilitando o descarte e a preservação a partir das funções geradoras dos documentos. Contudo eliminar ou preservar sem conhecer o que efetivamente se produz no nível do tipo ou item documental é bastante temerário, corre-se o risco de guardar o que não é importante e de eliminar provas significativas da organização e de suas funções. Theodore Schellenberg⁴⁶ alerta que, muitas vezes, decisões importantes são tomadas no curso da realização de uma atividade rotineira e tais decisões podem tornar-se precedentes para uma atividade. Nesse sentido, muitas vezes, os documentos que geram precedentes podem acabar submersos em meio a documentos rotineiros, sem valor. Nesses casos, os documentos assim produzidos devem ser separados e classificados para sua correta destinação para guarda. No caso de aplicação da macroavaliação, esse tipo de documento poderia ser eliminado sem que se chegasse à sua análise, caso estivesse relacionado a uma função/atividade avaliada como não importante para preservação em um modelo macroavaliativo. Por último, destaca-se que a macroavaliação propõe um modelo que tem como uma de suas últimas etapas a identificação de forma complementar de qualquer documento adicional, dentro de estreitos limites, que possa ter valor simbólico, estético, intrínseco, informativo ou que se deva reter por um longo período por seu valor legal. Pergunta-se: como seria possível chegar a esses documentos sem fazer uma avaliação por tipologia documental ou por itens?

46 SCHELLENBERG, 2006.

Os modelos de avaliação trazidos aqui entre as tendências contemporâneas de avaliação de documentos apresentam-se como soluções para os desafios colocados por esse novo contexto marcado pela utilização massiva de documentos digitais, sobretudo a macroavaliação e a estratégia de documentação. Uma reflexão mais aprofundada a respeito das soluções propostas pela chamada arquivística pós-moderna permite verificar que, apesar de se apresentarem como rupturas, as construções teóricas da arquivística contemporânea representadas pela macroavaliação, a estratégia de documentação e o plano documental não seriam rupturas de fato, uma vez que o que é apresentado como novidade não corresponde a elementos verdadeiramente novos e a essência da avaliação permanece sendo uma análise funcional estrutural, já presente nas ideias defendidas por Theodore Schellenberg. Assim, conclui-se que os documentos digitais, apesar de suscitarem diversas discussões no campo da arquivologia, incluindo, também, na avaliação de documentos, não alteram a necessidade e a centralidade dessa função e nem sua essência.

REFERÊNCIAS

BOOMS, Hans. Society and the Formation of a Documentary Heritage: Issues in the Appraisal of Archival Sources. *Archivaria*, 1987. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11415>. Acesso em 22 nov. 2020.

BOOMS, Hans. Uberlieferungsbildung: Keeping archives as a social and political activity. *Archivaria*, v. 33, 1991-1992. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11796>. Acesso em 22 nov. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE). Glossário. 7ª Versão, 2016. Disponível em: http://conarq.gov.br/images/ctde/Glossario/2016-CTDE-Glossario_V7_public.pdf. Acesso em: 25 jul. 2020

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Câmara Técnica de Documentos. Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos: e-ARQ Brasil. Rio de Janeiro: CONARQ, 2011. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/e-arq.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Resolução nº 43, de 04 de setembro de 2015. Altera a redação da Resolução do CONARQ nº 39, de 29 de abril de 2014, que estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-43-de-04-de-setembro-de-2015>>. Acesso em: 6 jun. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. (CONARQ). Resolução nº 39, de 29 de abril de 2014. Estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 de abril de 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-39-de-29-de-abril-de-2014>. Acesso em: 6 jun. 2020.

BROWN, R. Macro-Appraisal Theory and the Context of the Public Records Creator. *Archivaria*, n. 40, 1995. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12102>. Acesso em: 7 jun. 2021.

COOK, Terry. Arquivística y posmodernismo: nuevas fórmulas para viejos conceptos. In: OLIVEIRA, Luis Hernández; COOK, Terry (Eds.). *TABULA, Combates por la memoria: archivística de la posmodernidad*. Espanha: Salamanca, 2007. v. 10. p. 59-81.

COOK, Terry. Documentation Strategy. *Archivaria*, v. 34, p.181-191, 1992.

COOK, Terry. Macroappraisal in theory and practice: origins, characteristics, and implementation in Canada, 1950–2000. *Archival Science*, v.5, n. 2-4, p. 101-161, 2005.

COOK, Terry. Macrovaloración y análisis funcional: la preeminencia de la interacción político-social sobre el gobierno. *Revista de archivos de Castilla y León*, n. 6, p. 87-102, 2003. (Tabula)

COOK, Terry. O passado é prólogo. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (Orgs.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

COOK, Terry. Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.aerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/9>. Acesso em: 22 nov. 2020

COUTURE, Carol. La función valoración en la archivística contemporánea: una sinergia entre varias consideraciones complementarias. *Revista de archivos de Castilla y León*, n. 6, . p. 23-49, 2003. (Tabula)

COX, Richard J. La valoración como un acto de memoria. *Revista de archivos de Castilla y León*, n. 6, p. 51- 73, 2003. (Tabula)

DINGWALL, Glenn. Modelo do ciclo vital e modelo do continuum: uma visão das concepções de organização arquivística desde o período do pós guerra. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL (Orgs.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 205-235

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 13, p. 49-64, 1994. Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/registro-documentais-contemporaneos-como-provas-de-ac3a7c3a30.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2020.

HENRY, Linda J. Schellenberg in Cyberspace. *The American Archivist*, v. 61, p. 309-327, 1988.

INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS (Portugal). Torre do Tombo. Instituto de Informática. Modelo de requisitos para a gestão de arquivos eletrônicos. In: Recomendações para a gestão de documentos de arquivo eletrônicos. Lisboa. O Instituto, 2002. v.2.

INTERNATIONAL CONCIL ON ARCHIVES. Digital Record. Multilingual Archival Terminology. Disponível em: <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/146> . Acesso em: 7 jun. 2021a.

INTERNATIONAL CONCIL ON ARCHIVES. Electronic record. Multilingual Archival Terminology. Disponível em: <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/165>. Acesso em 27 abr. 2021b.

JENKINSON, Hillary. A Manual of Archive Administration. London, PERCY LUND, HUMPHRIES & GO LTD, 1937 (nova edição revisada). Primeira edição (1922). Disponível em: <https://ia802700.us.archive.org/5/items/manualofarchivea00jenkuoft/manualofarchivea00jenkuoft.pdf>. Acesso em 22 nov. 2020.

KOLSRUD, O. The Evolution of Basic Appraisal Principles – Some Comparative Observations. American Archivist, v. 55, n. 1, 1992. Disponível em: <https://meridian.allenpress.com/american-archivist/article/55/1/26/23665/The-Evolution-of-Basic-Appraisal-Principles-Some>. Acesso em: 7 jun. 2021.

SAMUELS, Helen Willa. Improve our Disposition: Documentation Strategy. Archivaria 33, 1991-92. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11804/12755> . Acesso em: 22 nov. 2020.

SAMUELS, Helen Willa. Who Controls de Past. American Archivist, p. 110-124, 1986. Disponível em: <https://meridian.allenpress.com/american-archivist/article/49/2/109/23268/Who-Controls-the-Past>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SCHELLENBERG, T. R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

SERRA SERRA, Jordi. Los documentos electrónicos: qué son y cómo se tratan. Gijón: Trea, 2008.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVIST. Documentation Strategy. Dictionary of Archives Terminology. Disponível em: <https://dictionary.archivists.org/entry/documentation-strategy.html>. Acesso em: 6 jun. 2021.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVIST. Macroappraisal. Dictionary of Archives Terminology. Disponível em: <https://dictionary.archivists.org/entry/macroappraisal.html>. Acesso em: 6 jun. 2021a.

THE NATIONAL ARCHIVES OF ENGLAND, WALES AND THE UNITED KINGDOM. Requirements for electronic records management systems: 1: Functional requirements - 2002 revision: final revision. Kew:The Archives, 2002.

UNITED STATES. Department of Defense. Design criteria standard for electronic records management software applications: DOD 5015.2-STD. Washington: The Department, 2002.

A decorative graphic at the top of the page consists of a network of interconnected lines and nodes, resembling a web or a molecular structure, rendered in a light gray color.

REDE E SISTEMA DE ARQUIVOS: PROPRIEDADES, FINALIDADES E QUALIDADES DISTINTIVAS

Welder Antônio Silva

INTRODUÇÃO

Os modelos de rede e sistema têm sido utilizados, na Arquivologia, para definir e estruturar a gestão – gerenciamento – e a governança de um conjunto de serviços e instituições, de um ambiente considerado – nacional, estadual, municipal, regional, local, etc. –, que executam funções arquivísticas. No entanto, parece estar acontecendo, no cenário brasileiro, um movimento de uso amplo da expressão sistema de arquivo, sem o cuidado analítico que requer e, até mesmo, uma certa confusão teórica e pragmática deste com o conceito de rede. Essa ausência de padronização terminológica na Arquivologia prejudica a

comunicação entre os especialistas e a transmissão dos saberes de natureza científica e prática.

Mas o que são redes e sistemas? Como podem ser definidos e caracterizados um sistema e uma rede de arquivos? Este capítulo tem como objetivo apresentar as definições, propriedades, finalidades e qualidades distintivas de redes e sistemas e suas aplicações no âmbito da Arquivologia. Para tanto, considera-se, como ponto de partida, os conceitos de serviço arquivístico, instituição arquivística, gestão arquivística – gerenciamento arquivístico – e governança arquivística.

SERVIÇO ARQUIVÍSTICO, INSTITUIÇÃO ARQUIVÍSTICA, GESTÃO ARQUIVÍSTICA E GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA

Para compreendermos os conceitos de rede e de sistema de arquivos, primeiro precisamos compreender os conceitos de serviço arquivístico, instituição arquivística, gestão arquivística – gerenciamento arquivístico – e governança arquivística.

Uma instituição arquivística compreende um organismo – organização, entidade ou estabelecimento – de direito público interno¹ ou externo² ou de direito privado,³ dotada de:

1. personalidade jurídica;⁴
2. autonomia de gerenciamento – planejamento, organização, direção e controle das suas funções e recursos;
3. infraestrutura física, material e tecnológica;
4. recursos orçamentários e financeiros;
5. recursos humanos para dar cumprimento às especificidades das suas atividades; cuja atividade-fim é a gestão, o recolhimento, a

1 Que representam juridicamente a União, os estados e os municípios, além das autarquias e os outros órgãos que foram a administração pública.

2 Organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que respondem pelas normas do direito internacional e que são reconhecidas pela legislação interna do país.

3 Constituídos a partir da iniciativa de seus membros e formalmente registrados nos órgãos competentes; tais como: associações, sociedades, fundações, organizações religiosas, partidos políticos e empresas individuais de responsabilidade limitada.

4 Reconhecidos pelo Estado como detentor de direitos e deveres e como responsável pelos seus atos.

preservação e o acesso de arquivos⁵ de outras pessoas – físicas ou jurídicas, públicas ou privadas.

Por serviços arquivísticos entende-se aquelas “[...] unidades administrativas incumbidas de funções arquivísticas.”⁶ Como observa Silva,

[...] um serviço arquivístico pode compor tanto uma instituição pública quanto uma instituição privada, sendo ela uma instituição arquivística ou não. No caso de instituições arquivísticas, seu(s) serviço(s) arquivístico(s) se configura(m) como atividade-fim, ao passo que, no caso de instituições não-arquivísticas se configura(m) como atividade-meio.⁷

De acordo com a cartilha *Dez passos para a boa governança*, do Tribunal de Contas da União, “[...] governança não é o mesmo que gestão. Enquanto a governança é a função direcionadora, a gestão é a função realizadora.”⁸ Ao diferenciar os dois conceitos, a cartilha em questão explica que:

[...] a governança envolve as atividades de *avaliar* o ambiente, os cenários, as alternativas, e os resultados atuais e os almejados, a fim de *direcionar* a preparação e a coordenação de políticas e de planos, alinhando as funções organizacionais às necessidades das partes interessadas; e *monitorar* os resultados, o desempenho e o cumprimento de políticas e planos, confrontando-os com as metas estabelecidas. Já as atividades básicas de gestão são: *planejar* as operações, com base nas prioridades e os objetivos estabelecidos; *executar* os planos, com vistas a gerar resultados de políticas e serviços; e *controlar* o desempenho, lidando adequadamente com os riscos. Para que as funções de governança (avaliar, direcionar e monitorar) sejam executadas de forma satisfatória, alguns mecanismos devem ser adotados: liderança, estratégia e controle.⁹

5 Entendido aqui como: “[...] o conjunto de documentos, independente do suporte, gênero, formato e natureza do assunto, produzidos e recebidos, naturalmente, por uma pessoa física ou jurídica, no decurso da sua existência, tendo em vista o exercício das suas funções, atividades ou procedimentos; reunidos, organizados e preservados, mediante princípios e metodologia científica e gerenciados por profissional qualificado, para servirem, em um primeiro momento, ao produtor ou a qualquer pessoa interessada, como prova administrativa, jurídica e/ou financeira (valor primário) e, em um segundo momento, após a realização de um processo de avaliação, como testemunho e como fonte de informação do que já foram provas (valor secundário).” Cf.: SILVA, 2017, p. 45.

6 SILVA, 2017, p. 45.

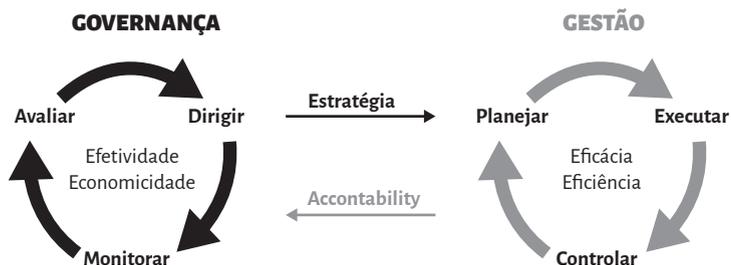
7 SILVA, 2020, p. 158.

8 BRASIL, 2021, p. 12.

9 BRASIL, 2021, p. 12.

A Figura 1 ilustra as atividades que compõem a governança e a gestão:

Figura 1 – Relação entre governança e gestão



Fonte: BRASIL, 2000, p. 17.

Segundo a publicação *Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU*,¹⁰ a governança tem como foco a qualidade e a efetividade. Na prática, a governança aponta direções, avalia e monitora a atuação da gestão. Ao priorizar os problemas a serem resolvidos e estabelecer como, por quem e por que as decisões devem ser tomadas, busca obter o maior valor – o melhor resultado – possível para todos os envolvidos e/ou interessados. Neste sentido, para que a governança alcance a efetividade e economicidade, as suas três atividades – avaliar, dirigir e controlar – têm como referência algumas perguntas típicas, a saber:

¹⁰ BRASIL, 2021, p.17.

Quadro 1 - Perguntas típicas das atividades de governança

Governança		
Atividades	Perguntas típicas	Resultados esperados
Avaliar	Qual é o problema? Quais são as evidências desse problema? Devemos agir para tratar esse problema – avaliar opção do contrafactual)? Já existem ações em andamento para tratar essas questões? Estão produzindo os resultados esperados? Quais são possíveis alternativas de tratamento? Há evidências de que essas alternativas de tratamento produzam os efeitos/impactos esperados? Quais dessas alternativas são mais adequadas em termos de custo-benefício – especialmente num contexto de recursos escassos)? De que recursos dispomos? Onde estamos? Aonde queremos chegar?	Efetividade Economicidade
Dirigir	Quais alternativas de tratamento serão selecionadas para tratar o problema e por quê – evidências)? Quais devem ser os objetivos? Como os alcançaremos? Que estruturas precisam existir e funcionar para viabilizar a execução destas iniciativas? Quais são os riscos? Que cuidados tomaremos?	
Monitorar	Estamos no rumo certo? Estamos produzindo os efeitos e impactos esperados? que correções fazer? Chegaremos ao destino?	

Fonte: Adaptado de: BRASIL, 2020, p. 17-19.

Por sua vez, a gestão tem como foco o gerenciamento dos processos organizacionais em si, sendo responsável por planejá-los, executá-los, controlá-los, tendo como referência os objetivos elencados e usando, para tanto, os recursos – humanos, materiais, financeiros, tecnológicos –, as condições e os poderes – forças, influências, capacidades, faculdades, imposições – disponíveis. Todavia, é importante destacar que, apesar deste modelo conceitual de governança enfatizar a distinção entre governança e gestão; ele, porém, admite que existe a possibilidade de sobreposição entre estas duas funções. Isso é possível porque:

As diretrizes (direção/dirigir) necessárias ao planejamento organizacional vêm da função de governança, exercida por instâncias internas e externas de governança. O controle da gestão gera informações para subsidiar o monitoramento praticado pelas instâncias de governança, a fim de saber se as partes interessadas estão sendo atendidas e de decidir quais as correções a

fazer. Dependendo da organização, a direção e o planejamento poderão estar mais juntos ou mais separados, como também o monitoramento e o controle poderão estar mais próximos ou mais afastados um do outro. Ainda assim, essas atividades devem ser identificadas de forma separada na organização, para que possam ser estruturadas, visando cumprir suas finalidades.¹¹

Seguindo os modelos conceituais de governança e de gestão apresentados anteriormente, Jardim esclarece que, no âmbito da Arquivologia,

O objeto da governança arquivística é a gestão arquivística. Portanto, aquela não é um “substituto” desta. Não se planeja ou se aplica um modelo consistente de governança como sucedâneo de uma gestão arquivística precária.¹²

Neste sentido, o mesmo autor, explica que

Gestão arquivística refere-se [...] ao conjunto de elementos mobilizados para a gerência de serviços e instituições arquivísticas. [...] Inclui todo o ciclo, da produção à guarda permanente, passando pela gestão de documentos, a preservação, a produção de mecanismos de recuperação da informação, a difusão, o acesso e as demais operações que constituem a missão das instituições e serviços arquivísticos. Envolve também os aspectos gerenciais relacionados a pessoas, infraestrutura física, legal, tecnológica, recursos orçamentários etc.¹³

A respeito do gerenciamento arquivístico, Silva considera que consiste nas atividades de planejar, organizar, dirigir e controlar os seguintes elementos:

As funções arquivísticas: (1) atividades técnicas relativas aos arquivos e documentos arquivísticos, (2) regulamentação dos processos, procedimentos, métodos e diretrizes e (3) elaboração de instrumentos técnicos e instrumentos de controle arquivístico. - Os recursos operativos: (1) os espaços (físicos e digitais), (2) mobiliários e equipamentos, (3) equipes técnicas e (4) seus respectivos custos - necessários para a execução das funções arquivísticas; - Os serviços arquivísticos: (1) serviços técnicos e (2) serviços destinados aos usuários (internos e externos) em que as funções arquivísticas serão executadas e os recursos operativos serão alocados; e - O modelo de funcionamento e governança: lógica de funcionamento e governança das estruturas orgânicas encarregadas dos serviços e funções arquivísticas do ambiente considerado.¹⁴

11 BRASIL, 2021, p. 20-21.

12 JARDIM, 2018b, p. 40.

13 JARDIM, 2018b, p. 32.

14 SILVA, 2020, p. 156.

Destaca-se que, em relação ao modelo/lógica de funcionamento e governança das estruturas orgânicas encarregadas dos serviços e funções arquivísticas do ambiente considerado, Silva¹⁵ considera que estes podem se configurar no formato de sistema de arquivos ou de rede de arquivos.

Destaca-se ainda que, ao conceber as noções de microarquivologia,¹⁶ âmbito da gestão arquivística – ou gerenciamento arquivístico –, e macroarquivologia,¹⁷ âmbito da governança arquivística, Jardim¹⁸ discorre que, no cenário macro, as perspectivas em torno da noção de governança podem favorecer as discussões e desdobramentos operacionais acerca das políticas arquivísticas e seus recursos de instrumentalização como os sistemas e redes de arquivos. Também acrescenta que, “[...] políticas e sistemas/redes de arquivos são dois instrumentos centrais na gestão arquivística e em possíveis modelos de governança arquivística em níveis nacional, estadual e local.”¹⁹

O QUE É E COMO SE CARACTERIZA UMA REDE

Segundo Marteleto e Tomaél, “[...] o conceito de redes [*networks*] empregado no estudo da sociedade tem sua origem nos estudos antropológicos.”²⁰ Também explicam que:

Radcliffe-Brown empregou a rede como uma metáfora para o entendimento da estrutura social das sociedades primitivas, trazendo para as Ciências Sociais as metáforas do “tecido” e da “teia” da vida social, pelas quais pro-

15 SILVA, 2020, p. 159.

16 Definida por Jardim como: “Processos técnico-científicos inerentes ao desenvolvimento de funções arquivísticas (produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão) envolvidas na gestão de documentos correntes e intermediários e na administração de arquivos permanentes etc.” Cf.: JARDIM, 2018b, p. 34.

17 Definida por Jardim como: “Processos de organização e funcionamento de instituições e serviços arquivísticos; desenho e implementação de programas, projetos, redes e sistemas; definição, execução e avaliação de políticas arquivísticas; perspectiva arquivística etc.” Cf.: JARDIM, 2018b, p. 34.

18 JARDIM, 20018a, p. 13-14.

19 JARDIM, 2018b, p. 42

20 MARTELETO; TOMAÉL, 2005, p. 85.

curou, dede os anos 30s, compreender as relações de entrelaçamento e de interconexão das ações sociais.²¹

Uma rede é entendida como um conjunto de participantes autônomos – indivíduos, grupos, entidades e/ou organizações –, também denominados sujeitos sociais – ou “nós”, pontos, agentes –, entre os quais existem vínculos – ou relacionamentos sociais, conexões, ligações –, cuja dinâmica está voltada para o desenvolvimento, manutenção e/ou o fortalecimento de determinada(s) atividade(s), unindo e compartilhando, para tanto, ideias, informações, conhecimentos, recursos e valores. Estes vínculos – ou relacionamentos, laços, ligações – podem ser de convívio, de interação ou de pertencimento, por exemplo.

Kadushin explica que:

Uma rede é um conjunto de relacionamentos. Mais formalmente, uma rede contém um conjunto de objetos (em termos matemáticos, nós) e um mapeamento ou descrição das relações entre os objetos ou nós. A rede mais simples contém dois objetos [pessoas, entidades, organizações, etc.], 1 e 2, e um relacionamento que os liga. Os nós 1 e 2, por exemplo, podem ser pessoas, e o relacionamento que os conecta pode ser “estão na mesma sala”. Também existem relações direcionais, por exemplo, 1 gosta de 2. Nessa rede simples, a relação pode ser simétrica ou não direcional: 1 e 2 gostam um do outro, ou mutuamente. Não precisa haver apenas um relacionamento mapeado entre os nós 1 e 2. Por exemplo, 1 e 2 podem estar na mesma sala e podem gostar um do outro. Quando há mais de um relacionamento, isso é chamado de relacionamento múltiplo. Além de sua direcionalidade, ou falta dela, os relacionamentos podem ser mais do que o compartilhamento de um atributo ou estar no mesmo lugar ao mesmo tempo. Pode haver um fluxo entre os objetos ou nós. Gostar, por exemplo, pode levar a uma troca de presentes.²²

21 MARTELETO; TOMAÉL, 2005, p. 85.

22 No original: “A network is a set of relationships. More formally, a network contains a set of objects (in mathematical terms, nodes) and a mapping or description of relations between the objects or nodes. The simplest network contains two objects, 1 and 2, and one relationship that links them. Nodes 1 and 2, for example, might be people, and the relationship that links them might be “are standing in the same room.”

There are also directional relationships such as 1 likes 2. In this simple network, the relationship could be symmetrical or non-directional: 1 and 2 like one another, or their liking is mutual. There need not be just one relationship mapped between nodes 1 and 2. For example, 1 and 2 might be in the same room and might like one another. When there is more than one relationship, this is called a multiplex rela-

Os tipos relacionamentos citados por Kadushin podem ser visualizados nas figuras abaixo:

Figura 2 – Rede simples com um relacionamento



Fonte: KADUSHIN, 2004, p. 3.

Figura 3 – Rede simples com um relacionamento direcional



Fonte: KADUSHIN, 2004, p. 4.

Figura 4 – Rede simples com um relacionamento não-direcional ou simétrico (recíproco)



Fonte: KADUSHIN, 2004, p. 4.

Figura 5 – Rede simples com um relacionamento múltiplo



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nos relacionamentos simétricos, a forma e o conteúdo das conexões são iguais para todos os atores; todavia, nos relacionamentos assimétricos, são diferentes. Estes tipos de relacionamentos – simétricos e assimétricos – também podem operar por meio de um nó intermediário – relações indiretas. Por exemplo, nas figuras a seguir – Figura 6 e 7 –, 1 e 3 possuem relações indiretas – intermediada por 2; enquanto 1 e 2 e 2 e 3 possuem relações diretas.

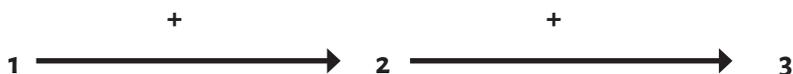
Figura 6 – rede com relações diretas e indiretas, direcionais e não recíprocas



Fonte: KADUSHIN, 2004, p. 4.

tionship. Aside from their directionality, or lack of it, relationships might be more than the sharing of an attribute or being in the same place at the same time. There can be a flow between the objects or the nodes. Liking, for example, might lead to an exchange of gifts.” Cf.: KADUSHIN, 2004, p. 3-4. (tradução nossa)

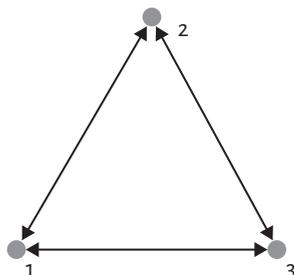
Figura 7 – rede com relações diretas e indiretas, não direcionais e recíprocas²³



Fonte: KADUSHIN, 2004, p. 4.

Quando todos os nós estão diretamente ligados, como mostrado na Figura 8, a rede é chamada de “transitiva” ou balanceada.

Figura 8 – Rede transitiva ou balanceada



Fonte: KADUSHIN, 2004, p. 5.

Marteleteo explica que, “[...] nos espaços informais, as redes são iniciadas a partir da tomada de consciência de uma comunidade de interesses e/ou de valores entre seus participantes.”²⁴ A autora também explica que entre os fatores motivadores mais significativos para o desenvolvimento de uma rede estão os assuntos relacionados aos níveis de organização social-global, nacional, regional, estadual, local, comunitário.

Quanto à sua dinâmica de formação, as redes são orientadas e desenvolvidas seguindo uma lógica associativa; não supondo um centro hierárquico e uma organização vertical, mas uma estrutura extensa e horizontal. Porém, isso não significa que não existem relações de poder e de dependência entre seus elementos e nas relações desses com membros externos à rede. Até porque, a participação em redes, muitas vezes, “[...] envolve direitos, responsabilidades e vários níveis de tomada de decisões.”²⁵

²³ A conexão de rede é ser representada por um sinal positivo.

²⁴ MARTELETO, 2001, p. 73.

²⁵ MARTELETO, 2001, p. 73.

Além de poderem ser caracterizadas quanto à direção, as relações de uma rede também podem ser caracterizadas por conteúdo e intensidade. Quanto à intensidade, Marteleteo e Tomáel, descrevem que:

Em se tratando da comunicação, as pessoas podem comunicar-se o tempo todo, uma vez ao dia, semanalmente ou anualmente. Podem trocar grandes ou pequenas quantidades de capital social: dinheiro, bens ou serviços. Podem fornecer informações importantes ou triviais. Diferentes tipos de relacionamentos podem ser avaliados de acordo com a intensidade.²⁶

Neste sentido, são consideradas ligações fracas ou laços fracos aqueles relacionamentos mais distantes, cujo envolvimento é em menor grau. Por sua vez são consideradas ligações fortes ou laços fortes, aqueles relacionamentos mais próximos, cujo envolvimento é em maior grau. As ligações fracas representam pontos de baixa densidade em uma rede e de possíveis ausências. Já as ligações fortes representam pontos de consistência e de possibilidade de mais ligações presentes.²⁷

Dos conceitos de ligações forte e ligações fracas decorrem os conceitos de centro e periferia de uma rede. Conforme explicam Marteleteo e Tomáel “[...] o centro compreende um grupo coeso de atores, com alta densidade de inter-relacionamentos, o que significa que eles estão fortemente relacionados.”²⁸ Por sua vez, a periferia compreende uma parte mais isolada da rede que “[...] constitui-se de atores com poucos contatos entre si [...]”²⁹ – que não estão ligados fortemente entre si –, mas ao menos um deles possui alguma relação com o centro.

Também é possível identificar aqueles elementos chave de uma rede, que exercem um papel de centralidade ao comunicar-se diretamente com muitos outros, por estar próximo de muitos elementos, ou por ser utilizado pelos outros como intermediário nos seus relacionamentos.³⁰

Em relação à dinâmica de funcionamento e gerenciamento de uma rede, teoricamente, temos as redes centralizadas, descentralizadas e distribuídas. Diz-se que uma rede é centralizada, quando as tarefas e serviços são gerenciados por um elemento central – padrão um com todos. Em uma rede descentralizada há um controle/acompanhamento

26 MARTELETO; TOMÁEL, 2005, p. 88.

27 MARTELETO; TOMÁEL, 2005, p. 89.

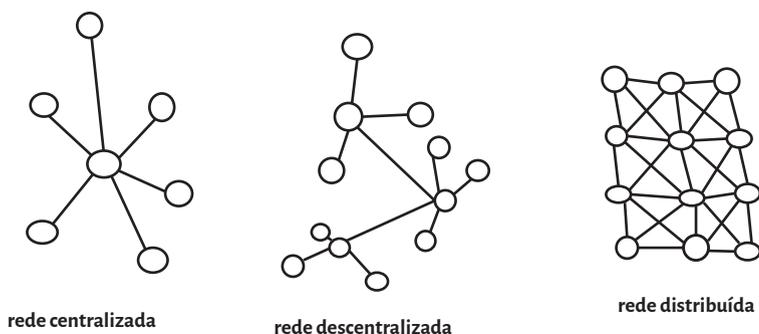
28 MARTELETO; TOMÁEL, 2005, p. 92.

29 MARTELETO; TOMÁEL, 2005, p. 92.

30 MARTELETO; TOMÁEL, 2005, p. 94.

central das tarefas e serviços, pois elas são independentes e descentralizadas – padrão uns com alguns. Por sua vez, em uma rede distribuída, cada nó é independente do outro, mas está diretamente ligado ao outro – padrão todos-com-todos –, completando o processo colaborativamente – somando o processamento.

Figura 9 – Rede centralizada, rede descentralizada e rede distribuída



Fonte: Elaborado pelo autor.

No entanto, defende-se que não parece muito consistente falar em rede centralizada e rede distribuída, a não ser em termos matemáticos. Isso porque a partir de certo número de elementos, uma rede real não consegue ser totalmente centralizada e o menor grau de descentralização, que possa a vir a ocorrer, representa um grau de distribuição. Assim como não existe um número considerado padrão para se considerar que uma rede é distribuída, a não ser que consideremos a totalidade de ligações possíveis entre todos os seus elementos – grau máximo de distribuição. Na prática, temos graus de distribuição de tarefas e serviços, ou seja, redes mais distribuídas e redes menos distribuídas.

REDE DE ARQUIVOS

Seguindo as características, aqui elencadas, de uma rede e os conceitos de instituição, serviço gestão e governança arquivística, Silva considera que:

Uma rede de arquivos consiste em um conjunto de entidades (serviços e/ou instituições públicas e/ou privadas) que executam funções arquivísticas e que de modo organizado, coordenado, integrado, articulado e padronizado buscam alcançar com o máximo de qualidade possível a realização de objetivos comuns relativos aos arquivos e documentos arquivísticos.

Estes objetivos podem compreender (1) a vontade e o interesse de compartilhar informação e conhecimento relativos à criação, gestão, preservação e acesso pleno dos arquivos e documentos arquivísticos, (2) tornar acessíveis arquivos e documentos arquivísticos, (3) desenvolver produtos de informação arquivística e (4) executar funções arquivísticas. Para tanto precisa ser organizada e constituída por padrões laterais e horizontais de intercâmbio, fluxos independentes de recursos e linhas recíprocas de comunicação. Ressalta-se que em uma rede, no processo de governança, é respeitado o grau de autonomia das entidades integrantes.³¹

No Brasil, não se tem, até o momento, notícias da formalização de uma rede de arquivo. Todavia, existe, no cenário brasileiro, uma rede de profissionais arquivistas, a Rede Nacional de Arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).³² Um exemplo de rede de arquivos formada por serviços e instituições que executam funções arquivísticas é a Rede Portuguesa de Arquivos (RPA),³³ a qual é assim constituída:

A RPA é constituída por um conjunto articulado de entidades aderentes, ou seja, por um conjunto de entidades produtoras, públicas ou privadas, de documentação de arquivo, independentemente da sua idade ou suporte e que, enquanto tal, nela pretendem disponibilizar produtos e serviços, reunindo, para o efeito, os requisitos mínimos de adesão. No contexto da RPA, as entidades aderentes são entendidas num âmbito alargado. Por seu turno, as entidades detentoras de documentação de arquivo – os serviços de arquivo, especializados na custódia sobre documentação de arquivo e responsáveis pela sua aquisição, conservação, organização e comunicação -, são consideradas como uma subclasse das entidades produtoras. Com efeito, também eles produzem documentação, no desempenho das suas atividades e funções específicas.³⁴

Para aderir à RPA, as entidades requerentes, com autonomia administrativa ou autorizadas pelos responsáveis pela sua tutela, precisam atender a um conjunto de requisitos administrativos, de acesso, técnicos e funcionais. O grande objetivo da RPA é a divulgação do patrimônio arquivístico português, tendo como referência os seguintes

31 SILVA, 2020, p. 159.

32 Instituições Federais de Ensino Superior. Para mais informações sobre a ARQUIFES, acesse: REDE NACIONAL DE ARQUIVISTAS DAS IFES. Concurso Público para Arquivista na Região Nordeste. Disponível em: <http://arquifes.blogspot.com/>. Acesso em: 8 out. 2021.

33 PORTAL REDE PORTUGUESA DE ARQUIVOS, 2021.

34 PORTAL REDE PORTUGUESA DE ARQUIVOS, 2021.

princípios orientadores: integração estrutural; neutralidade; interoperabilidade, pesquisa inter-repositórios, acessibilidade e qualidade.

O QUE É E COMO SE CARACTERIZA UM SISTEMA

A Teoria Geral de Sistema (TGS) nasceu na biologia com os trabalhos de Ludwig von Bertalanffy e mais tarde foi influenciando, praticamente, todas as áreas de conhecimento. Hoje, o termo sistema é utilizado no vocabulário de quase todas as ciências, entre elas, a Arquivologia e a Ciência da Informação. Como exemplo, temos o termo “sistema de arquivos”. Todavia, como reforça Chiavenato o termo sistema tem um significado complexo, amplo e não é tão simples quanto parece.³⁵

Sistema é um conjunto de *elementos* dinamicamente *relacionados entre si*, formando uma atividade *para atingir um objetivo*, operando sobre *entradas* (informação, energia ou matéria) e fornecendo *saidas* (informação, energia ou matéria) *processadas*.³⁶

A respeito da definição apresentada acima, é importante comentarmos sobre os trechos destacados. Os *elementos* de um sistema são os componentes, as partes, as entidades ou os órgãos que o integram. Eles formam um grupo de unidades combinadas – um complexo organizado e unitário – reciprocamente relacionadas – integradas – *relacionadas entre si* – e orientadas para o cumprimento de um ou mais objetivos. Os elementos que compõem um sistema exercem ação ou influência mútua – são interagentes – e dependem uns dos outros – são interdependentes. Eles também são chamados de subsistemas.

Todo sistema tem ao menos um objetivo definido, ou seja, uma situação desejada, um resultado almejado. Os elementos do sistema, assim como os seus relacionamentos, são arranjados *para atingir esse(s) objetivo(s)*. Como estes elementos formam um complexo organizado e unitário, um sistema tem uma natureza orgânica, também chamada de *globalismo* ou *totalidade*. Isso significa que o todo apresenta características diferentes das características específicas de cada um dos elementos. Por exemplo, uma coisa são características de uma floresta, outra coisa são as características de cada elemento da flora e da fauna que formam a floresta. Assim como são diferentes as características de uma escola e as características de cada docente, discente e servidor dessa

35 CHIAVENATO, 2009, p. 116.

36 CHIAVENATO, 2020, p. 260. (grifo nosso)

escola. O mesmo acontece com as características do sistema solar e as características de cada planeta; com as características do sistema digestório e de cada um dos seus órgãos – estômago, esôfago, intestinos, etc. Tendo em vista esta natureza orgânica, uma ação produtora de mudanças em um dos elementos do sistema é capaz de produzir mudanças em todos os outros elementos que o compõem. Ou seja, quando qualquer elemento do sistema é estimulado e/ou alterado, de forma positivo e/ou negativa, os outros elementos também irão reagir e/ou serão alterados, tendo em vista este relacionamento existente entre eles, apesar das suas características próprias. Como se percebe, “[...] o sistema sempre reagirá globalmente a qualquer estímulo produzido em qualquer parte ou unidade.”³⁷ Essa *sinergia* entre os elementos de um sistema é mais do que a soma dos comportamentos de cada elemento que integra o sistema, pois a combinação dos comportamentos dos elementos tem como resultado um efeito conjunto multiplicado – um resultado maximizado. Este efeito de ajustamento do sistema, também chamado de comportamento sistêmico ou efeito sinérgico, é contínuo e pode ter como decorrência dois fenômenos: a *entropia* e a *homeostasia*.

Caso estes elementos de um sistema não estejam bem interligados – falhas na interação – ou caso um desses elementos se desligue ou entre em falência, o sistema irá funcionar mal, podendo passar por processos de exaustão, de desorganização, de desintegração, de decomposição, de corrupção e até mesmo de falência – morte. Este fenômeno é chamado de *entropia* ou efeito entrópico. Essa é uma tendência de todos os sistemas e deve ser evitada. Ou seja, os sistemas precisam ser ajustados continuamente para deter esse efeito entrópico positivo – entropia positiva. Para tanto, eles precisam ser reabastecidos constantemente e precisam reagir a fim de garantir as suas estruturas organizacionais. Esta reação a esse efeito entrópico positivo é denominada entropia negativa ou negentropia.

Para que possa continuar em condições de cumprir o(s) seu(s) objetivo(s), e diante das possibilidades de falha ou falência de um dos seus elementos ou de mudanças/estímulos e alterações advindas de fatores externos, um sistema, por intermédio da autorregulação ou autocontrole, tem uma tendência a se adaptar a fim de alcançar um equilíbrio dinâmico interno. Este fenômeno é denominado *homeostasia*. Em ou-

37 CHIAVENATO, 2020, p. 223.

tras palavras, a homeostasia compreende a “[...] capacidade que tem o sistema de manter certas variáveis dentro de limites, mesmo quando os estímulos do meio externo forçam essas variáveis a assumirem valores que ultrapassam ou fiquem aquém dos limites da normalidade.”³⁸ Este mecanismo é um dispositivo de controle automático do sistema para manter os resultados perto dos limites desejados e a fim de se obter o(s) objetivo(s) almejado(s).

Para operar um sistema precisa dos seguintes componentes básicos: insumo (*input*), *processamento* ou operação (*throughput*), *saída* ou resultado (*output*) e *retroação* ou realimentação (*feedback*).

As entradas de um sistema são os insumos que ele importa ou recebe do ambiente em que ele está inserido – o mundo exterior – para poder trabalhar ou funcionar. Estes insumos que ingressam no sistema podem ser constituídos de informação, energia e recursos materiais, a saber:

a) Informação: é tudo o que permite reduzir a incerteza a respeito de alguma coisa, como dados que entram no sistema. Quanto maior a informação, tanto menor a incerteza. A informação proporciona orientação e conhecimento a respeito de algo e permite planejar e programar o comportamento ou funcionamento do sistema. *b) Energia:* é a capacidade utilizada para movimentar e dinamizar o sistema e fazê-lo funcionar. *c) Materiais:* são os recursos a serem utilizados pelo sistema como meios para produzir as saídas (produtos e serviços). Os materiais são chamados operacionais quando são usados para transformar ou converter outros recursos (por exemplo, máquinas, equipamentos, instalações, ferramentas, instruções e utensílios) e são chamados produtivos (ou matérias-primas) quando são transformados ou convertidos em saídas (isto é, em produtos ou serviços).³⁹

Para cumprir seu(s) objetivo(s) os sistemas precisam processar ou transformar estes insumos que são importados. Cada entrada é processada ou transformada por um elemento – subsistema – do sistema, conforme suas peculiaridades. A respeito do processamento, Maximiano explica que cada sistema tem sua dinâmica própria, de modo que os processos que interligam os seus elementos transformam as entradas em resultados. Assim, de acordo com este autor, o processamento é que define o sistema, ou seja, a sua dinâmica, a relação entre os seus elementos e como eles processam as entradas e produzem os resultados caracterizam ou diferenciam um sistema em relação a outros.

38 CHIAVENATO, 2020, p. 223.

39 CHIAVENATO, 2020, p. 261.

Todas as organizações usam pessoas, dinheiro, materiais e informação, mas um banco é diferente de um exército e os dois de uma escola e estes três de um hospital por causa das diferenças nos processos internos e nos resultados de cada um. São diferentes a tecnologia, as normas e regulamentos, a cultura e os produtos e serviços que cada um produz.⁴⁰

Conseqüentemente, as saídas são os insumos – informação, energia e/ou material – que foram processados e exportados – ou devolvidos – pelo sistema para o ambiente externo. Compreendem os resultados das suas operações.

É importante destacar que parte da saída de um sistema pode retornar ao sistema como entrada, influenciando – controlando ou alterando – o seu funcionamento. Trata-se de uma realimentação do sistema, que pode ser positiva ou negativa. Quando positiva, ela tem uma ação estimuladora – incentivando, aumentando o sinal de entrada –; quando negativa, ela tem uma ação frenadora e inibidora – diminuindo, inibindo o sinal de entrada.

Os sistemas podem ser classificados considerando os seus conteúdos e os seus relacionamentos. Quanto ao seu conteúdo, pode ser *concreto* (físico) ou *abstrato* (conceitual). Quanto ao relacionamento, um sistema pode ser *aberto* (orgânico) ou *fechado* (mecânico).

Em um sistema concreto ou físico (*hardware*), os elementos que o compõem, como o próprio nome diz, são concretos e podem ser descritos em termos de quantitativos de desempenho, como os objetos, as máquinas, os equipamentos e as coisas reais. Ao passo que em um sistema abstrato ou conceitual (*software*), os elementos compreendem conceitos, filosofias, ideias, planos, programas, hipóteses, diretrizes, procedimentos, normas, conhecimentos, regulamentos, políticas e etc. Ou seja, representam atributos, aspectos não palpáveis que muitas vezes só existem no pensamento das pessoas.⁴¹

A respeito dos sistemas concretos e abstratos, Maximiano, observa o seguinte:

Poucos sistemas, se é que há algum, são formados exclusivamente de elementos físicos ou abstratos. Em sua maioria, os sistemas combinam os dois tipos de partes ou elementos – *hardware* e *software* -, podendo em alguns sistemas, predominar um deles.⁴²

40 MAXIMIANO, 2000, p. 369.

41 CHIAVENATO, 2020, p. 224; CHIAVENATO, 2009, p. 121.

42 MAXIMIANO, 2000, p. 367.

Sobre o relacionamento, um sistema é considerado aberto ou orgânico, quando ele apresenta uma relação de intercâmbio grande com o seu macro ambiente, também chamado de supra sistema ou ambiente externo – meio que envolve externamente um sistema. Neste caso, entre o sistema e o macro ambiente existe uma constante interação, por meio de inúmeras entradas e saídas. Existe uma troca de informação, energia e materiais regular do sistema com o macro ambiente. Sendo assim, como o sistema é influenciado pelo seu ambiente externo, para continuar operando e sobreviver, ele precisa se reajustar constantemente às condições apresentadas pelo ambiente. Ou seja, o sistema precisa buscar o homeostasia se adaptando continuamente. É preciso que ele estabeleça um processo de aprendizagem, autocontrole e auto-organização; utilizando como mecanismo a realimentação (*feedback*), considerando e avaliando, neste caso, a qualidade e a intensidade dos resultados obtidos após o processamento. Diante desta avaliação, o desempenho é mantido ou ajustado. Como se percebe, o funcionamento de um sistema aberto é probabilístico. Por sua vez, é considerado fechado ou mecânico, aquele sistema cujo comportamento é determinístico ou programado, de modo que o intercâmbio com o macro ambiente é ínfimo. O termo também é usado para aqueles sistemas estruturados, nos quais as combinações dos seus elementos e das suas relações são peculiares e rígidas e, portanto, têm como resultados saídas invariáveis – limitadas e previsíveis. Neste caso, o funcionamento dos sistemas fechados é previsível e determinístico.⁴³

Considerando os parâmetros e características dos sistemas, a Teoria Geral de Sistema (TGS) tem como fundamentos três premissas, a saber. A primeira premissa é a seguinte: *os sistemas existem dentro de sistemas*. Isso significa que, cada sistema é composto por diversos subsistemas, que são os seus elementos, e ao mesmo tempo compõem um sistema maior, o supra sistema, do qual ele é um dos elementos. Por sua vez, cada supra sistema faz parte de um supra sistema maior e, cada subsistema pode ser detalhado em subsistemas, e assim por diante. Por exemplo, uma molécula, é parte de uma célula que integra um tecido, que forma um órgão, que é elemento de uma pessoa, que integra uma família, que vive em uma casa, que fica em uma rua, de um determinado bairro, que integra uma região, que faz parte de uma cidade, de um Estado, que compõem o país, de um continente, que compõe um

43 CHIAVENATO, 2020, p. 224; CHIAVENATO, 2009, p. 121.

planeta específico, do sistema solar, que faz parte de uma galáxia e assim por diante.

A segunda premissa considera que *os sistemas são abertos*. Isso significa que, tendo em vista que um sistema é composto de subsistemas e faz parte de um sistema maior, existe, entre eles, um processo infinito de intercâmbio no qual acontece trocas contínuas de insumos – informação, energia e materiais.

Enfim, a terceira premissa parte do princípio que *as funções de um sistema dependem da sua estrutura*. Isso significa que, como os sistemas compõem um ambiente – o supra sistema ou macro sistema – , no qual todos os sistemas – elementos do supra sistema – se influenciam reciprocamente e constantemente, por serem elementos interagentes e interdependentes; cada sistema tem seu(s) objetivo(s) específico(s), que representa(m) o seu papel, ou seja, a sua finalidade ou função no ambiente. Neste caso, o que diferencia cada sistema no ambiente, é a sua função, que por sua vez é definida pela sua estrutura.⁴⁴

Os sistemas não são classificados como centralizados, descentralizados ou distribuídos, como acontece com as redes. Também não são abordadas, na perspectiva da Teoria Geral de Sistemas, as noções de centro e periferia. Todavia, na prática, observa-se que, alguns sistemas são constituídos de elementos que exercem um papel de coordenação, de orientação normativa – em alguns casos chamados de órgãos centrais – ou de destaque e de elementos executores das normas e orientações advindas dos primeiros – em alguns casos denominados órgãos setoriais e seccionais – , supondo, em diversas situações, uma hierarquia e uma organização vertical. São exemplos de elementos que exercem uma função de coordenação ou de destaque no âmbito de um sistema: o cérebro, no sistema corpo humano; o pulmão, no sistema pulmonar; o sol, no sistema solar; a diretoria, no sistema escola; o comandante, no sistema quartel militar; a prefeitura, no sistema município.

SISTEMA DE ARQUIVOS

Seguindo as características de um sistema elencadas e os conceitos de instituição, serviço gestão e governança arquivística, Silva considera que um sistema de arquivos

44 CHIAVENATO, 2020, p. 222.

[...] consiste em um conjunto de entidades (serviços e/ou instituições públicas e/ou privadas) que executam funções arquivísticas, que são interdependentes (dependem umas das outras) e interagentes (exercem ação ou influência mútua) e que relacionam entre si formando uma totalidade complexa no sentido de alcançar um objetivo ou finalidade relativa aos arquivos e documentos arquivísticos que é a própria razão de existência do sistema. Em um sistema, no processo de governança, independentemente da autonomia, as entidades integrantes estão reunidas sob a coordenação de um órgão central e organizadas em entradas, processos e saídas.⁴⁵

Na prática, ao operar sobre entradas – informação, energia ou matéria –, fornecendo saídas – informação, energia ou matéria – processadas, um sistema de arquivo, por exemplo poderia funcionar assim:

45 SILVA, 2020, p. 159.

Quadro 2 – Exemplos de entradas, processamentos e saídas de um sistema de arquivos

Entradas ⁴⁶	Processamentos ⁴⁷	Saídas ⁴⁸
<p>Recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros / Conhecimento técnico (fundamentos da arquivologia) / fontes documentais internas (relatórios anuais, planos corporativos, políticas e procedimentos internos, organogramas, regimentos, regulamentos, estatutos e planos de negócios, publicações relacionadas, etc.) / fontes documentais externas (legislação, padrões e códigos de práticas) / documentos arquivísticos</p>	<p>Diagnóstico</p>	<p>Relatório do diagnóstico / Planejamentos e projetos / Política de gestão de documentos / Política de administração do arquivo permanente / Política de eliminação / Política de transferência / Política de recolhimento / Política de preservação / Política de descrição / Política de disseminação / Política de acesso / Processos mapeados / Tipologias documentais identificadas / Plano de Classificação / Tabela de temporalidade e destinação de documentos</p>
<p>Dados e Informações / Fatos / Evidências / Documentos (arquivísticos e/ou não-arquivísticos) / Recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros / Legislação, padrões, normas e códigos de práticas / Plataforma de gestão (SIGAD) / Planejamentos e projetos</p>	<p>Produção e recebimento</p>	<p>Documentos arquivísticos produzido / Documento arquivístico recebido / Arquivo</p>
<p>Recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros / Conhecimento técnico (fundamentos da arquivologia) / Relatório do diagnóstico / Política de gestão de documentos / Processos mapeados / Tipologias documentais identificadas / Plano de Classificação / Plano de ordenação (Métodos de arquivamento) / Plataforma de gestão de documentos (SIGAD) / Planejamentos e projetos / documentos arquivísticos</p>	<p>Classificação e Ordenação</p>	<p>Documentos organizados (identificados, classificados e ordenados)</p>
<p>Recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros / Legislação, padrões, normas e códigos de práticas / Plano de Classificação / Plataforma de gestão (SIGAD) ou Sistema de protocolo / documentos arquivísticos</p>	<p>Distribuição (movimentação e expedição)</p>	<p>Documentos arquivísticos distribuídos / Distribuição (movimentação e expedição) registrada</p>
<p>Recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros / Legislação, padrões, normas e códigos de práticas / Pedido de empréstimo ou consulta / Plano de Classificação / Plataforma de gestão (SIGAD) ou Sistema de protocolo / documentos arquivísticos</p>	<p>Empréstimo e consulta</p>	<p>Documentos arquivísticos consultados / Documentos arquivísticos emprestados / Guia Fora / documentos arquivísticos devolvidos / Empréstimos e consultas registradas</p>

46 Não estão esgotadas todas as possibilidades de entradas para cada tipo de processamento listado.

47 Não estão esgotadas todas as possibilidades de processamento de um sistema de arquivos.

48 Não estão esgotadas todas as possibilidades de saídas para cada tipo de processamento listado.

Recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros / Conhecimento técnico (fundamentos da arquivologia) / Relatório do diagnóstico / Política de gestão de documentos / Política de administração do arquivo permanente / Plano de Classificação / Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos / Política de preservação / Legislação arquivística / Plataforma de gestão de documentos (SIGAD) / Planejamentos e projetos) / documentos arquivísticos organizados	Avaliação	Gestão de documentos - destinação	Documentos avaliados / Listagem descritiva de documentos para a transferência / Listagem descritiva de documentos para o recolhimento / Listagem descritiva de documentos para a eliminação
Recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros / Conhecimento técnico (fundamentos da arquivologia) / Política de gestão de documentos / Política de eliminação / Plano de Classificação / Tabela de temporalidade e destinação de documentos / Lista descritiva de documentos para a eliminação / Legislação arquivística / Plataforma de gestão de documentos (SIGAD) / documentos arquivísticos avaliados	Eliminação		Edital de eliminação / Termo de eliminação / Documentos eliminados
Recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros / Conhecimento técnico (fundamentos da arquivologia) / Política de gestão de documentos / Política de transferência / Plano de Classificação / Tabela de temporalidade e destinação de documentos / Lista descritiva de documentos para a transferência / Legislação arquivística / Plataforma de gestão de documentos (SIGAD) / documentos arquivísticos avaliados	Transferência		Termo de transferência / Documentos transferidos / Declaração de autenticidade
Recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros / Conhecimento técnico (fundamentos da arquivologia) / Política de gestão de documentos / Política de administração do arquivo permanente / Política de recolhimento / Plano de Classificação / Tabela de temporalidade e destinação de documentos / Lista descritiva de documentos para o recolhimento / Legislação arquivística / Plataforma de preservação e custódia (RDC-Arq) / documentos arquivísticos avaliados	Recolhimento		Termo de recolhimento / Documentos recolhidos / Declaração de autenticidade
Recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros / Conhecimento técnico (fundamentos da arquivologia) / Lista descritiva de documentos recolhidos / Termo de recolhimento / Documentos recolhidos / Plano de ordenação (Métodos de arquivamento) / Quadro de Arranjo / Política de arranjo / Plataforma de preservação e custódia (RDC-Arq)	Arranjo		Documentos acondicionados / Documentos armazenados / custodiados / Documentos arranjados (física e intelectualmente)

Recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros / Conhecimento técnico (fundamentos da arquivologia) / Política de gestão de documentos / Política de administração do arquivo permanente / Política de preservação / Legislação arquivística / Programa de microfimagem / Plano de Classificação / Tabela de temporalidade e destinação de documentos / Quadro de arranjo / Plataforma de gestão (SIGAD) / Plataforma de preservação e custódia (RDC-Arq) / Planejamentos e projetos / documentos arquivísticos organizados e avaliados	Preservação	Estratégias de preservação / Documentos preservados / Documentos acondicionados / Documentos armazenados / Documentos microfilmados / Plataforma de preservação e custódia (RDC-Arq) operando
Recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros / Conhecimento técnico (fundamentos da arquivologia) / Política de gestão de documentos / Política de administração do arquivo permanente / Plano de classificação / Quadro de arranjo / Tabela de temporalidade e destinação de documentos / Política de descrição / Normas de descrição / Plataforma de descrição / Plano de classificação / Vocabulário controlado / Tesaurus / Planejamentos e projetos / documentos arquivísticos organizados, avaliados e preservados	Descrição	Documentos descritos / documentos indexados / Instrumentos de descrição elaborados e disponibilizados / Plataforma de descrição disponibilizada
Recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros / Conhecimento técnico (fundamentos da arquivologia) / Política de disseminação / Plano de classificação / Quadro de arranjo / Estudo de usuários / Planejamentos e projetos / documentos arquivísticos organizados, avaliados e preservados	Disseminação	Instrumentos ou produtos de disseminação elaborados e disponibilizados / Documentos disseminados / Usuários alcançados
Recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros / Legislação arquivística / Plano de Classificação / Plano de ordenação (Métodos de arquivamento) / Quadro de Arranjo / Tabela de temporalidade e destinação de documentos / Plataforma de acesso / Estudo de usuários / Política de digitalização / Planejamentos e projetos / documentos arquivísticos organizados, avaliados e preservados	Acesso	Instrumentos de descrição elaborados e disponibilizados / Plataforma de descrição disponibilizada / Documentos digitalizados / Pesquisa realizada / Documentos disponibilizados / Documentos sigilosos protegidos / Usuário atendido

Fonte: Elaborado pelo autor.

O modelo sistêmico é muito comum no cenário brasileiro, principalmente na esfera pública. Alguns exemplos são o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal (SIGA), os diversos sistemas estaduais de arquivo, sistemas municipais de arquivos e sistemas de arquivos de várias Instituições Federais de Ensino (IFES). Ressalta-se que apesar do uso frequente, no cenário brasileiro, do modelo sistêmico, a temática é pouco explorada na literatura da área e percebe-se um certo distanciamento do conceito e propriedades de sistema de acordo com a Teoria Geral de Sistema (TGS), assim como uma certa confusão teórica e pragmática com o conceito de rede, como abordado por Jardim.⁴⁹

49 JARDIM, 1995a; 1995b.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos sérios problemas de um campo científico é a imprecisão de conceitos no contexto em que são aplicados. Os termos e conceitos devem ser definidos e usados como unidades do conhecimento, com características próprias, identificadas através de enunciados claros, precisos e verdadeiros, ou seja, uma linguagem especializada – utilizada na comunicação entre especialistas de uma mesma área –, capaz de promover a exatidão na comunicação científica e profissional.

Ressalta-se que conceitos e termos bem definidos auxiliam na dissipação do empirismo, permite a troca de conhecimentos consolidados e a expressão e disseminação de novos conhecimentos adquiridos, tanto no contexto de uma área de especialização quanto na comunicação interdisciplinar. Conceitos e termos mal definidos e mal utilizados geram uma comunicação problemática, ocasionam falta de precisão e perda de significado, geram ambiguidades e polissemias no âmbito das linguagens especializadas, estimulam a indiferença aos fundamentos e teorias de uma área e, conseqüentemente, promovem desconhecimentos e equívocos descontrolados. Sendo assim, deve-se evitar o uso de “termos favoritos” para representar conceitos, sem preocupação com a existência de termos adequados padronizados ou não. A esse respeito, não se trata de uma preferência, ou não, em utilizar os termos “sistema de arquivos” ou “rede de arquivos”.

Não deve ser subestimado, pelos profissionais e acadêmicos que atuam na Arquivologia, o valor e a importância da padronização terminológica, pois a terminologia traduz princípios, regras, mecanismos operacionais e objetos específicos de uma área. Os termos e conceitos não são componentes acessórios e periféricos de um campo científico. Além disso, vale destacar que, a padronização e divulgação de uma terminologia especializada pode ser utilizada como uma estratégia capaz de facilitar as relações de interação entre a comunidade científica e a sociedade, entre a academia e o mercado, entre a teoria e a prática.

Enfim, ao apresentar aqui, as definições, propriedades, finalidades e qualidades distintivas de redes e sistemas, espera-se contribuir para a consolidação, padronização – conceitual e pragmática – e disseminação dos conceitos rede de arquivos e sistema de arquivos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Tribunal de Contas da União. Dez passos para a boa governança. 2 ed. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado, 2021. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/governanca-no-setor-publico/publicacoes.html>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU. 3 ed. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado – SecexAdministração, 2020. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/governanca-no-setor-publico/publicacoes.htm>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- CHIAVENATO, Idalberto. Iniciação à administração geral. 3. ed., rev. e atual. Barueri: Manole, 2009.
- CHIAVENATO, Idalberto. Iniciação a sistemas, organização e métodos: SO&M. Barueri: Manole, 2010.
- CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 10. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2020.
- JARDIM, José Maria. A periferia sem centro: os arquivos como sistema. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1995.
- JARDIM, José Maria. Governança arquivística: contornos para uma noção. Acervo, Rio de Janeiro, v. 31, n.3, p. 31-45, set./dez. 2018b. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/987/994> . Acesso em: 19 abr. 2021.
- JARDIM, José Maria. Governança arquivística: um território a ser explorado. Revista do Arquivo, São Paulo, ano II, n.7, p. 12-14, outubro de 2018a. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/07/indice.php . Acesso em: 19 abr. 2021.
- JARDIM, José Maria. Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil. Niterói: Editora da UFF, 1995.
- KADUSHIN, Charles. Basic network concepts: introduction to social network theory. February 17, 2004. Disponível em: <http://ccftp.scu.edu.cn:8090/Download/7511966c-84c9-4e8d-ac4c-a2f99b478da0.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021.
- MARTELETO, Regina Maria; TOMAÉL, Maria Inês A metodologia de análise de redes sociais (ARS). In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação. São Paulo: Polis, 2005, p. 81-100.
- MARTELETO, Regina. M. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. Ciência da Informação, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, 2001.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria geral da administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000. p. 363-390.

PORTAL Rede Portuguesa de Arquivos. Disponível em: <http://arquivos.pt/>. Acesso em: 22 de abr. 2021.

REDE NACIONAL DE ARQUIVISTAS DAS IFES. Concurso Público para Arquivista na Região Nordeste. Disponível em: <http://arquifes.blogspot.com/>. Acesso em: 8 out. 2021.

SILVA, Welder Antônio. Exceções legais ao direito de acesso à informação: dimensões contextuais das categorias de informação pessoal nos documentos arquivísticos. 541f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-AUXHYT> . Acesso em: 18 mar. 2021.

SILVA, Welder Antônio. O gerenciamento arquivístico. MARIZ, Anna Carla Almeida; RANGEL, Thayron Rodrigues (Orgs). Arquivologia: temas centrais em uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. p. 155-171.



PRÁTICAS INFORMACIONAIS E EPISTEMOLOGIA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: PONTOS COMUNS E ESPECIFICIDADES DE DUAS TRAJETÓRIAS DE PESQUISA

Carlos Alberto Ávila Araújo

INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é apresentar a narrativa de uma trajetória de pesquisa individual de um professor pertencente desde 2006 ao quadro do Programa de Pós-graduação de Ciência da Informação

(PPGCI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). No caso, a minha trajetória, o que faz com que neste texto seja utilizada, em alguns momentos, a primeira pessoa na argumentação. Nessa trajetória estão imbricadas diferentes questões: a docência, nos cursos de graduação e pós-graduação da Escola de Ciência da Informação da UFMG; a atuação no PPGCI, com a orientação de mestrandos e doutorandos; a publicação de artigos, participação em eventos, palestras em outras universidades e associações científicas; e, naturalmente, a própria condução de diferentes projetos de pesquisa. Como forma de estruturação dessa diversidade, este texto está organizado em basicamente dois eixos: a atuação no campo das práticas informacionais, de um lado; e a atuação em epistemologia da Ciência da Informação, que ocorreu de maneira paralela. Ao final, estabelece-se uma avaliação dessa trajetória nas duas áreas com alguns apontamentos para o futuro.

DOS ESTUDOS DE USUÁRIOS ÀS PRÁTICAS INFORMACIONAIS

Iniciei minhas atividades como professor na Escola de Ciência da Informação da UFMG em maio de 2006, após ser aprovado em um concurso para a área de usuários da informação. Como, de imediato, a disciplina de usuários da informação tanto para o curso de graduação em Biblioteconomia quanto para o curso de Sistemas de Informação já estava destinada a outro professor, fui convidado a oferecer duas disciplinas optativas sobre o tema. Realizei uma análise de como essa disciplina vinha sendo ministrada, tanto na UFMG como em outras universidades brasileiras. Dessa primeira análise, ainda incipiente, foi possível perceber que grande parte da disciplina era dedicada à apresentação dos instrumentos de coleta de dados em usuários – questionário, entrevista, grupo focal, etc. –, o que, de certa forma, coincide com o conteúdo de disciplinas de metodologia científica. Nos diversos programas analisados, havia também uma grande parte dedicada aos estudos de natureza positivistas oriundos principalmente dos Estados Unidos – os chamados *information needs and uses studies* – e, em menor medida, tópicos relacionados à chamada abordagem alternativa de estudos – na consagrada denominação proposta por Dervin e Nilan,¹ de natureza cognitiva, com a apresentação de alguns modelos de estudo como os de Wilson,² da

1 NILAN, 1986.

2 WILSON, 1981.

própria Dervin,³ de Krikelas,⁴ de Ellis⁵ e de Kuhlthau.⁶ Sobressaía, de imediato, uma certa ausência de abordagens que contemplassem os fatores sociais, culturais, das relações dos usuários com a informação.⁷ Optei por oferecer, então, naquele momento, uma disciplina optativa intitulada “Dimensões socioculturais em estudos de usuários da informação”. Além de uma revisão de conteúdos relativos à abordagem tradicional e à cognitiva, a disciplina propôs uma aproximação de questões relativas aos usuários junto a abordagens teóricas como a etnometodologia,⁸ o interacionismo simbólico,⁹ o construcionismo social¹⁰ e a abordagem hermenêutica da cultura.¹¹

Iniciaram-se, aí, os esforços de construção de uma abordagem que, para além das contribuições já bem estabelecidas das perspectivas vigentes de estudo no campo – os modelos tradicional e alternativo – desse destaque para as dimensões coletivas e intersubjetivas dos usuários da informação. Essa iniciativa se formalizou com a proposição de um projeto de pesquisa “Modelos teóricos utilizados em estudos de usuários da informação”, iniciado em 2006 e concluído em 2008.

No segundo semestre de 2006, assumi em caráter definitivo as disciplinas de usuários da informação na escola, e iniciei uma parceria com a professora Adriana Bogliolo Sirihal Duarte, contratada em agosto de 2006, aprovada no mesmo concurso que eu, em torno da temática dos usuários da informação. Juntos, começamos discussões sobre a estruturação da disciplina e também debates sobre a área. Ainda em 2006, me credenciei junto ao PPGCI e, no ano seguinte, recebi meu primeiro orientando de mestrado, Ronaldo Alves da Silva, vindo de outra orientadora, com a pesquisa *As práticas informacionais das profissionais do sexo da zona boêmia de Belo Horizonte* e, logo depois, outras duas orientandas, Liara Gomes dos Santos, com a pesquisa *A contribuição de teorias*

3 DERVIN, 1983.

4 KRIKELAS, 1983.

5 ELLIS, 1989.

6 KUHALTHAU, 1991.

7 FIGUEIREDO, 1994; CUNHA; AMARAL; DANTAS, 2015.

8 COULON, 1985.

9 BLUMER, 1980.

10 BERGER; LUCKMANN, 1985.

11 GEERTZ, 1978.

das ciências sociais para a Ciência da Informação na perspectiva de Gernot Wersig, e Marina Torres Pessoa, com a pesquisa *A relação entre ouvintes assíduos e o rádio: um estudo de usuários da informação a partir de uma perspectiva compreensiva*. Juntos, fizemos várias sessões de discussão e leitura crítica de textos, buscando avançar na compreensão de como executar estudos de usuários de uma maneira afinada com as dimensões socioculturais. Essa intenção e os primeiros passos foram registrados em um capítulo do livro *Estudos de usuários: uma abordagem na linha ICS*,¹² justamente em um livro que apresentava a linha de pesquisa Informação, cultura e sociedade do PPGCI, à qual eu pertencia.

Os primeiros resultados dessa pesquisa foram publicados nos anos seguintes, com os artigos *Um mapa dos estudos de usuários da informação no Brasil*¹³ em 2009, *Estudos de usuários conforme o paradigma social da Ciência da Informação: desafios teóricos e práticos de pesquisa*¹⁴ e *Abordagem interacionista de estudos de usuários da informação*¹⁵ em 2010. Entre as conclusões, destaca-se a identificação de que tanto a abordagem tradicional quanto a abordagem alternativa se filiam a uma mesma concepção de sujeitos: os indivíduos vivem e agem no mundo, mas sua ação informacional é apartada dessa dinâmica, ela segue uma lógica própria – a constatação de uma lacuna ou incerteza; a satisfação dessa lacuna pelo contato com fontes, serviços ou sistemas de informação. Existe uma dinâmica linear de ação informacional, com passos pré-estabelecidos, aos quais estão associadas emoções e ações, metas e condições de sucesso ou fracasso. A perspectiva buscada por nós, pesquisadores, tentava compreender o movimento por meio do qual os indivíduos agem no mundo, conformados pela cultura, e ao mesmo tempo constituem essa cultura que os influencia e a realidade em que atuam. Nessa linha de investigação, estaria a ideia de que não existe um mundo exterior, “lá fora”, independente dos sujeitos e das suas ações. São os sujeitos que, em suas ações, criam e atualizam as regras e normas sociais. Além disso, tais estudos, na crítica à proposta do comportamento informacional, avançaram na compreensão da informação não como o preenchimento de uma lacuna cognitiva, nem um processo exclusivamente vivido da perspectiva individual. Os processos envolvidos com o uso da infor-

12 ARAÚJO, 2007.

13 ARAÚJO, 2009a.

14 ARAÚJO, 2010a.

15 ARAÚJO, 2010b.

mação envolvem imaginação, apropriação, questionamentos, tensionamentos, e tais processos são vividos a partir de categorias construídas socialmente – e que precisam ser incluídas nos estudos.¹⁶

A proposição, naquele momento, se colocava na defesa de uma perspectiva centrada na ideia de “interação” como conceito-chave para o desenvolvimento dos estudos de usuários da informação. Mas, nos anos seguintes, houve uma contínua percepção da identificação dessa abordagem com o chamado paradigma social da Ciência da Informação, tal como proposto por Capurro,¹⁷ de forma que, em 2012, no artigo *Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista*,¹⁸ essa definição já estava mais clara. Além disso, em 2012 foram concluídas mais três dissertações de mestrado sob minha orientação, marcando a maturidade da construção dessa perspectiva de estudos: *Manifestações externas na indexação: uma construção social da realidade*, de Lívia Ferreira Coutinho Alonso;¹⁹ *Práticas informacionais na organização político-sindical dos professores da rede municipal de Belo Horizonte*, de Flávia Virgínia Melo Pinto; e *A relação dos bibliotecários com a profissão, com a rotina profissional e com os usuários a partir de uma perspectiva compreensiva* de Maria Inês Moreira Sepúlveda.²⁰

O ano de 2013 marcou a consolidação dessa perspectiva, com a criação do grupo de pesquisa cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Estudos em Práticas Informacionais e Cultura (EPIC), liderado pela professora Adriana e por mim. Neste grupo, reunimos nossos orientados e definimos o conceito de práticas informacionais como o eixo de pesquisa. Os avanços seguintes foram na direção de entender essa abordagem tal como trabalhada por distintos autores como Savolainen,²¹ Talja,²² Chatman,²³ McKenzie²⁴ e

16 FISCHER; ERDELEZ; MCKECHNIE, 2005

17 CAPURRO, 2003.

18 ARAÚJO, 2012.

19 ALONSO, 2012.

20 SEPÚLVEDA, 2012.

21 SAVOLAINEN, 1995.

22 TALJA, 1997.

23 CHATMAN, 1999.

24 MCKENZIE, 2003.

Lloyd.²⁵ Em 2014, recebemos no PPGCI as professoras Martha Sabelli²⁶ e Aurora González Teruel,²⁷ que se incorporaram ao grupo e, com elas, estabeleceu-se um excelente campo de intercâmbio científico. O ano de 2014 marcou também o início da pesquisa “Práticas e regimes informacionais nas redes sociais: cultura, valores e ativismo em conflito”, que contou com financiamento do CNPq.

No âmbito do EPIC, incorporaram-se depois outros professores do PPGCI,²⁸ de outros países,²⁹ além de vários mestrandos e doutorandos. O EPIC cresceu, sua perspectiva de estudos amadureceu e passou a sustentar as pesquisas realizadas pelos membros do grupo, além de alcançar uma projeção nacional com convites para palestras e aulas inaugurais em distintas universidades brasileiras. Entre as várias dissertações e teses defendidas por membros do grupo, assinalo aquelas sob minha orientação: *As práticas informacionais das clientes dos serviços de estética*, de Paula Mota Vasconcelos, defendida em 2016;³⁰ *Ler e compartilhar na web: práticas informacionais de blogueiros literários*, de Jéssica Patrícia Silva de Sá;³¹ *Serviços de referência: práticas informacionais do bibliotecário* de Gracirlei Maria de Carvalho Lima;³² *Entrando em ação, movendo a cena: práticas informacionais nos ambientes do aplicativo Telegram*, de André Gustavo Fonseca da Silva;³³ e *Comportamento informacional de alunos do ensino médio integrado: um estudo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão*, de Keyse Rodrigo Fonseca da Silva,³⁴ como dissertações de mestrado. E, como teses de doutorado, *Práticas informacionais dos visitantes do Museu Itinerante Ponto UFMG*, de Tatiane Krempser Gandra,³⁵

25 LLOYD, 2009.

26 Professoas da Universidad de la Republica, Uruguai.

27 Professora da Universitat de Valencia, Espanha.

28 Claudio Paixão Anastácio de Paula e Eliane Cristina de Freitas Rocha.

29 Edilma Naranjo Vélez, da Universidad de Antioquia, Colômbia, e Silvia Albornoz, da Universidad de la Plata, Argentina.

30 VASCONCELOS, 2016.

31 SÁ, 2018.

32 LIMA, 2018.

33 SILVA, 2019.

34 SILVA, 2020.

35 GANDRA, 2017.

Práticas e regime de informação - os acontecimentos ‘carta de Temer a Dilma’ e ‘Marcela Temer: bela, recatada e do lar, de Ilemar Christina Lansoni Wey Berti³⁶ e *O leitor e a leitura revelados pela Retratos da Leitura no Brasil: uma análise à luz da teoria da semicultura*, de Fabíola Farias;³⁷ *O processo de integração entre a biblioteca escolar e o currículo*, de Eduardo Valadares Silva;³⁸ e *As práticas informacionais na produção científica de pesquisadores na pós-graduação*, de Maíra Prado da Silva,³⁹ e *Transformando normas e padrões: as práticas informacionais de pessoas trans na reinvenção do corpo*, de Flávia Virgínia de Melo Pinto,⁴⁰ ambas defendidas em 2020. Em andamento, estão as pesquisas de doutorado de Leila Guimarães, *Construção de sistemas de recuperação da informação em museus*, e de Kelly Azevedo, *As bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: em busca de uma identidade*.

O amadurecimento da compreensão sobre o que é a perspectiva das práticas informacionais e sua especificidade no campo de estudos de usuários da informação se deu de várias maneiras, e está expressa principalmente nos artigos *Estudos de usuários da informação: comparação entre estudos de uso, de comportamento e de práticas a partir de uma pesquisa empírica*⁴¹ de 2016, *O que são ‘práticas informacionais?’*,⁴² de 2017, *Práticas informacionais: desafios teóricos e empíricos de pesquisa*,⁴³ também de 2017 (este, em coautoria com Adriana Bogliolo Sirihal Duarte e Claudio Paixão), além de *Information Practices: the Relevance of the Concept to Information User Studies*,⁴⁴ publicado em periódico estrangeiro em 2019. A consolidação dessa proposta de pesquisa no âmbito do PPGCI também está definida no artigo *As perspectivas de estudos sobre os sujeitos no PPGCI/UFMG de 2019*, em coautoria com Adriana Bogliolo Sirihal Duarte e Lígia Dumont.⁴⁵

36 BERTI, 2018.

37 FARIAS, 2018.

38 SILVA, 2019.

39 SILVA, 2020.

40 PINTO, 2020.

41 ARAÚJO, 2016.

42 ARAÚJO, 2017a.

43 SIRIHAL DUARTE; ARAÚJO, PAULA, 2017.

44 ARAÚJO, 2019a.

45 ARAÚJO; SIRIHAL DUARTE; DUMONT, 2019.

Atualmente, a temática de estudos sobre usuários e práticas informacionais está em desenvolvimento com a pesquisa “Líneas y proyectos de investigación en estudios de usuarios / comportamiento informativo y prácticas de información: enfoques teórico-metodológicos en América Latina y el Caribe”, iniciada em 2020, em parceria com Martha Sabelli e Aurora González Teruel. O objetivo é aplicar o quadro teórico sobre usuários da informação desenvolvido nos anos anteriores⁴⁶ à produção ibero-americana, em sintonia com um interesse recente de pesquisa – apresentado no subtópico “Ciência da Informação na Ibero-América e a questão da pós-verdade” deste capítulo.

SOBRE OS FUNDAMENTOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Ainda em 2006, por conta da saída de duas professoras da Escola da Ciência da Informação (ECI), acabei também me responsabilizando pela disciplina “Teorias da informação” do curso de Biblioteconomia da UFMG. Mais uma vez, iniciei o movimento de analisar programas de curso desta disciplina, ou de semelhantes, tanto de anos anteriores da UFMG como em outras universidades brasileiras.

Uma primeira constatação foi a de que, quase na totalidade dos casos, as disciplinas de Epistemologia ou Fundamentos da Ciência da Informação se estruturavam em torno de temas – por exemplo, qualidade da informação, sociedade da informação, tecnologias da informação – e não por correntes teóricas, como ocorre com as demais ciências humanas e sociais. Isso acaba por ter, como consequência, o fato de que esses temas eram vistos, todos, a partir de uma única perspectiva teórica, normalmente a *information science* estadunidense⁴⁷ ou, em alguns casos, com mistura de perspectivas teóricas, mas sem que esse movimento ficasse claro na estrutura da disciplina.⁴⁸ Assim, por comparação com manuais e tratados de outras disciplinas científicas – Sociologia, Psicologia, Antropologia, Comunicação –, foi estabelecido, desde ali, o objetivo de buscar a identificação e caracterização das correntes teóricas que estruturam a Ciência da Informação.

46 GONZÁLEZ TERUEL; ARAÚJO; SABELLI, 2021; GONZÁLEZ TERUEL, 2005; SABELLI, 2008; GIFFONI, SABELLI, 2010.

47 RAYWARD, 1983; BUCKLAND; LIU, 1998; RUBIN, 1998; DAVIS, SHAW, 2001.

48 LE COADIC, 1996; ROBREDO, 2003.

Antes mesmo da necessidade de identificação das correntes teóricas, havia um desconhecimento até mesmo sobre quem eram os autores mais importantes do campo. Essa foi a questão que motivou o início, em 2007, de uma outra pesquisa intitulada “Principais autores e correntes teóricas da Ciência da Informação”, que envolveu vários alunos da graduação de Biblioteconomia que, de forma voluntária, se dispuseram a participar. Essa busca pela identificação dos principais autores do campo gerou algumas publicações em coautoria com esses alunos. As duas primeiras foram resultados de enquetes realizadas com professores brasileiros: *A Ciência da Informação na visão dos professores e pesquisadores brasileiros*,⁴⁹ em coautoria com Rolim, Bitencourt e Marzano, e *A Ciência da Informação na visão dos professores da ECI/UFMG*,⁵⁰ em coautoria com Sima, Resende e Guedes, ambos em 2007. Outros cinco artigos, publicados com vários coautores entre 2009 e 2011, enfatizaram as contribuições específicas de Dervin, Lancaster, Shera, Kuhlthau e Saracevic.⁵¹

A pesquisa foi concluída em 2009, e neste mesmo ano foi publicado o artigo *Correntes teóricas da Ciência da Informação*.⁵² Nele foram consolidados os resultados da pesquisa que identificou um primeiro desenho da estrutura das correntes teóricas do campo: a teoria matemática, a teoria sistêmica, a teoria crítica, a teoria da representação, a teoria da comunicação da informação e a teoria dos usuários da informação, bem como sua articulação com os paradigmas e com o próprio conceito de informação. Esse tema foi sendo amadurecido no diálogo com outros autores⁵³ e se expressou em publicações posteriores, tais como o artigo *O conceito de informação na Ciência da Informação*⁵⁴ de 2010, *Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito*

49 ARAÚJO ; ROLIM; BITENCOURT; MARZANO, 2007.

50 ARAÚJO; SIMA; RESENDE; GUEDES, 2007.

51 ARAÚJO; SILVA; COUTINHO; SOUZA, 2009; ARAÚJO; PEREIRA; FERNANDES, 2009; ARAÚJO; LAGE; SOUZA; ASSIS, 2010; ARAÚJO; BRAGA; VIEIRA, 2010; PINHEIRO; SILVA; ARAÚJO, 2011

52 ARAÚJO, 2009b.

53 SHERA; CLEVELAND, 1977; CORNELIUS, 1996; DAY, 2001; CRONIN, 2008; CAPURRO, 2014.

54 ARAÚJO, 2010c.

de informação⁵⁵ e *O que é Ciência da Informação?*.⁵⁶ Nestes trabalhos, também se buscou esclarecer o significado da existência de três grandes modelos de estudo da Ciência da Informação, complementando o quadro proposto por Capurro⁵⁷ com o de autores de diferentes países, tais como Saracevic,⁵⁸ Ørom,⁵⁹ Fernández Molina e Moya Anegón,⁶⁰ Silva e Ribeiro,⁶¹ Linares Columbié,⁶² Salaün e Arsenault,⁶³ Bawden e Robinson⁶⁴ e Hjørland.⁶⁵

É preciso também destacar a participação de orientandos no âmbito das pesquisas em epistemologia, particularmente os trabalhos de Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus, *Saberes científicos da biblioteconomia em diálogo com as ciências sociais e humanas*,⁶⁶ defendido em 2016, e de Emanuelle Geórgia Amaral Ferreira, *Biblioteconomia contemporânea: a importância dos usuários na prática profissional à luz da nova biblioteconomia*, em andamento.

A pesquisa sobre a epistemologia do campo foi avançando e, nos anos seguintes, foram identificadas várias teorias contemporâneas, que foram analisadas e incorporadas ao quadro intelectual estruturado nos anos anteriores. No artigo *Uma história intelectual da Ciência da Informação em três tempos*,⁶⁷ de 2017, são apresentadas essas teorias – análise de domínio, altmetria, cultura organizacional, curadoria digital, folksonomias, ética intercultural da informação, neodocumentação, humanidades digitais, arqueologia da sociedade da informação, práticas informacionais, regimes de informação, memó-

55 ARAÚJO, 2014a.

56 ARAÚJO, 2014b.

57 CAPURRO, 2003.

58 SARACEVIC, 1999.

59 ØROM, 2000.

60 MOLINA; ANEGÓN, 2002.

61 SILVA; RIBEIRO, 2002.

62 COLUMBIÉ, 2005.

63 SALAÜN; ARSENAULT, 2009.

64 BAWDEN; ROBINSON, 2012.

65 HJORLAND, 2018.

66 TANUS, 2016.

67 ARAÚJO, 2017b.

ria e as aproximações com arquivologia, biblioteconomia e museologia – e discutidas sua inserção na Ciência da Informação. Avança-se nessa análise em dois artigos de 2018, *Movimentos epistemológicos da Ciência da Informação*⁶⁸ e *Um mapa da Ciência da Informação: história, subáreas e paradigmas*,⁶⁹ até sua efetiva consolidação no livro *O que é Ciência da Informação*,⁷⁰ lançado em 2018. Em 2021 foi publicado na revista italiana *JLIS.it : Italian Journal of Library and Information Science* o artigo *Foundations of the Information Science: History and Contemporary Theories*.⁷¹

Dois desdobramentos dessa perspectiva foram desenvolvidos a partir de 2019 e são apresentados no tópico “Ciência da Informação na Ibero-América e a questão da pós-verdade” deste capítulo. Antes, contudo, será apresentado, no tópico a seguir, um tema de pesquisa específico que se desenvolveu a partir de 2009, no âmbito das pesquisas em epistemologia da Ciência da Informação.

O DIÁLOGO COM A ARQUIVOLOGIA, A BIBLIOTECONOMIA E A MUSEOLOGIA

Muitas vezes, as questões de pesquisa na carreira de um professor se misturam às demandas institucionais. Em 2008, fui designado para fazer parte da comissão de planejamento e desenvolvimento do projeto pedagógico do curso de Arquivologia da UFMG e, no ano seguinte, fui o presidente da comissão de planejamento e desenvolvimento do projeto pedagógico do curso de Museologia da UFMG. No âmbito dessas duas comissões, houve uma grande demanda para se estudar não só os currículos de Arquivologia e de Museologia existentes no Brasil, mas também para se estudar as áreas, seus conceitos, sua história, suas teorias. Havia além disso, na ECI, o desejo institucional de que esses dois cursos, criados efetivamente em 2009 e 2010, estivessem em diálogo um com o outro, e também com o curso de Biblioteconomia, já existente, e ainda com a pós-graduação em Ciência da Informação. Naturalmente que as condições desse diálogo deveriam ser construídas por todo o corpo docente ao longo dos anos. Mas eu, especificamente, tomei como desafio de

68 ARAÚJO, 2018a.

69 ARAÚJO, 2018c.

70 ARAÚJO, 2018c.

71 ARAÚJO, 2021b.

pesquisa a identificação das possibilidades epistemológicas de construção desse diálogo. Esse foi o tema da minha pesquisa de pós-doutorado realizada entre maio de 2010 a maio de 2011 na Universidade do Porto, em Portugal, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e depois de 2011, passou a ser o da pesquisa “Aproximações e diálogos possíveis entre a Ciência da Informação e as áreas da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia”. A pesquisa se estruturou basicamente no estudo da história intelectual das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Identificou-se que as três áreas foram atravessadas pelos mesmos movimentos intelectuais ao longo de sua história. Em primeiro lugar, desde o renascimento até o século XIX, a progressiva consolidação disciplinar em torno do estudo das coleções, da instituição e dos fazeres técnicos; num segundo momento, o desenvolvimento de teorias funcionalistas, críticas, de representação e de ênfase nos sujeitos, ao longo do século XX; e por fim, no século XXI, perspectivas globalizantes, interacionais, constitutivas e mediacionais. Essa foi a primeira descoberta relevante da pesquisa: a existência de vários pontos comuns, os mesmos atravessamentos teóricos e conceituais, que ocorreram aliás em momentos muito próximos em cada uma delas. Na pesquisa buscou-se analisar, ainda, a Ciência da Informação, também em sua história intelectual. Identificou-se uma primeira perspectiva, positivista, tecnicista, marcada pela influência teórica da teoria matemática, da teoria sistêmica e dos contextos científicos dos países anglo-saxões; e uma perspectiva contemporânea, com contribuições das teorias críticas, fenomenológicas e hermenêuticas, que situam a problemática informacional no âmbito do sociocultural, do pragmático, do intersubjetivo. É essa segunda abordagem que sinaliza possibilidades profícuas de diálogo com as abordagens contemporâneas em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.⁷²

Os primeiros resultados dessa pesquisa foram publicados como artigos científicos, tais como *Ciência da Informação como campo integrador para as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia*,⁷³ *Condições teóricas para a integração epistemológica da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia na Ciência da Informação*,⁷⁴ *Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia integradas na Ciência da Informação: as experiências da UFMG*,

72 DELSALLE, 2000; BOLAÑOS, 2002; CÓZAR, 2002; SILVA, 2006, YEPES; ALARCÓN, 2011.

73 ARAÚJO, 2010d.

74 ARAÚJO, 2011a.

UnB e UFRGS,⁷⁵ *Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações teóricas e institucionais*,⁷⁶ além de vários artigos em coautoria ou enfatizando apenas um destes campos de conhecimento ou uma das correntes teóricas. A consolidação de todo o processo se deu com a publicação do livro *Arquivologia, biblioteconomia, museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível*,⁷⁷ em 2014, pela editora Briquet de Lemos.

Deve-se destacar que vários alunos de mestrado e doutorado se inseriram nessa perspectiva de estudos em suas dissertações e teses. No mestrado, Gláucia Aparecida Vaz, com *Os currículos do curso de Arquivologia no Brasil: uma análise interdisciplinar*⁷⁸ defendida em 2013, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho, com *Cenário acadêmico-institucional dos cursos de arquivologia, biblioteconomia e museologia do Brasil*,⁷⁹ Rubem Damiano Soares Nogueira, com *Conexões entre Arquivo, Biblioteca e Museu: similaridade das atividades profissionais e colaboração entre instituições - O Arquivo Público Mineiro, a Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa e o Museu Mineiro*⁸⁰ e Emanuelle Geórgia Amaral Ferreira, com *Contribuições para uma epistemologia da Biblioteconomia*.⁸¹ No doutorado, José Alimatéia Aquino Ramos, com *As possibilidades de aproximação e diálogo entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia via modelo formativo: o caso da ECI/UFMG*⁸² e Leonardo Vasconcelos Renault com *O ato colecionador*.⁸³ O grupo publicou, em conjunto, o artigo *Consolidação do diálogo entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: a contribuição brasileira*⁸⁴ na revista cubana *Bibliotecas: Anales de Investigación* em 2018.

75 ARAÚJO; MARQUES; VANZ, 2011.

76 ARAÚJO, 2011b.

77 ARAÚJO, 2014c.

78 VAZ, 2013.

79 CARVALHO, 2013.

80 NOGUEIRA, 2016.

81 FERREIRA, 2016.

82 RAMOS, 2013.

83 RENAULT, 2015.

84 ARAÚJO; TANUS; RAMOS; RENAULT; NOGUEIRA, 2018.

Posteriormente, houve o esforço de divulgar internacionalmente esses resultados em artigos científicos, como no Uruguai⁸⁵ e na Polônia.⁸⁶

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA IBERO-AMÉRICA E A QUESTÃO DA PÓS-VERDADE

Após a consolidação da pesquisa sobre a epistemologia da Ciência da Informação com o lançamento do livro em 2018, foi sentida a necessidade de ampliar o escopo dos estudos. Essa necessidade se deu principalmente em 2017, quando fui palestrante convidado na Universidad de la Habana, Cuba; na Universidad da Costa Rica e na Universidad de Antioquia, Colômbia; em 2018 na Pontificia Universidad Javeriana, Colômbia, e na Universidad de la República, Uruguai. Nessas oportunidades pude conhecer a realidade de vários países da Ibero-América, aprofundando questões que já vinham sendo tratadas no âmbito da pesquisa *Un análisis teórico-epistemológico de la Bibliotecología y Estudios de la Información: unidad en la diversidad: Bibliotecología, Documentación y Ciencia de la Información*, coordenada pelo professor Miguel Ángel Rendón Rojas, da Universidad Autónoma de México.

Assim, em 2019, iniciou-se a pesquisa “Pensamento informacional ibero-americano”, inicialmente como um estágio de pós-doutorado na Universidad de Salamanca, Espanha. O objetivo dessa pesquisa foi o de mapear a produção científica da área na Ibero-América, em termos de suas temáticas mas, principalmente, em termos dos movimentos intelectuais que a caracterizam. Um levantamento preliminar, feito antes ainda do início da pesquisa, foi publicado como artigo em 2018⁸⁷ e depois desenvolvido no artigo *The Development of Information Science in Ibero-America* publicado no periódico sul-coreano *Journal of Information Science Theory and Practice* em 2019.⁸⁸ Essa temática de pesquisa segue ativa com a participação no grupo de pesquisa internacional Círculo Iberoamericano en Ciencia de la Información Documental (Ciiberid), no qual estão consolidadas parcerias com Miguel Ángel Rendón Rojas

85 Por uma história intelectual da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia desde uma perspectiva transversal. Cf.: ARAÚJO, 2020a.

86 *Information Science in Dialogue with Archival Science, Library Science and Museum Studies: the Recent Brazilian Experience*. Cf.: ARAÚJO, 2020b

87 Existe um pensamento informacional ibero-americano? Cf.: ARAÚJO, 2018d.

88 ARAÚJO, 2019b

e Silvana Rodriguez (México), Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro (Portugal), Martha Sabelli (Uruguai), Eduardo Mancipe Flechas (Colômbia), além de outros pesquisadores brasileiros.

Entre os principais resultados até o momento dos estudos, destaca-se a identificação de alguns traços caracterizadores da Ibero-América.⁸⁹ Já em relação à Ciência da Informação produzida neste contexto, destaca-se a busca por uma perspectiva autônoma de estudos, distinta da *information science and technology* estadunidense e da *library and information science* europeia. No lugar de uma perspectiva mais tecnológica e operacional, como a dos Estados Unidos, ou mais humanística e institucional, como a europeia – em traços gerais –, desenhou-se na Ibero-América uma perspectiva crítica, fortemente inserida no âmbito das ciências humanas e sociais, voltada para temas como a memória, o patrimônio, a identidade e a emancipação. O estudo das tecnologias da informação é muito presente, mas não numa perspectiva apologética e promocional, como por exemplo em Floridi⁹⁰ – e, sim, desde uma perspectiva crítica, com ênfase em suas contradições, dimensões geopolíticas e usos ideológicos. Várias perspectivas ibero-americanas se filiam a movimentos teóricos contemporâneos como a decolonização, as epistemologias do sul, o multiculturalismo e a denúncia das injustiças epistêmicas.⁹¹

No meio da pesquisa de pós-doutorado sobre a Ciência da Informação ibero-americana, emergiu com muita urgência a temática da pós-verdade, tanto por conta dos desafios recentes relacionados com o fenômeno, como resultados de processos eleitorais em vários países fortemente influenciados pela desinformação (ocorridos nos Estados Unidos e no Reino Unido, em 2016, e no Brasil em 2018, entre outros países) como, em 2020, com a pandemia da Covid-19 e a proliferação em massa de informações falsas e teorias conspiratórias. Iniciou-se, assim, em 2020, a pesquisa “Ciência da Informação e pós-verdade”. Ao longo do ano, foram realizadas várias palestras via internet – as chamadas *lives* – em diferentes universidades e associações científicas e profissionais sobre a temática. Ainda em 2020 foram publicados artigos com resultados preliminares da pesquisa: *O fenômeno da pós-verdade*,⁹² *A pós-verdade como desafio central para a Ciência*

89 FERRER, 1971; LOPRETE, 2000; CANCLINI, 2003.

90 FLORIDI, 2019.

91 LIBERATORE, 2006; GUTIÉRREZ, 2007; SÁNCHEZ, 2017.

92 ARAÚJO, 2020c.

da Informação contemporânea,⁹³ *O fenômeno da pós-verdade e suas implicações para a agenda de pesquisa na Ciência da Informação*⁹⁴ e *A missão da Ciência da Informação na era da pós-verdade*.⁹⁵ Foi publicado ainda um editorial sobre o tema⁹⁶ e, em 2021, os artigos *Pós-verdade: novo objeto de estudo para a Ciência da Informação*⁹⁷ e *Post-truth as a New Object for Information Science*.⁹⁸

Até o momento, os resultados da pesquisa apontaram para a identificação das causas do fenômeno – negacionismo científico, vieses cognitivos, desintermediação da informação, aumento da importância das redes sociais e sequestro das ideias pós-modernas de verdade –, suas características – tipos de informação falsa, mecanismos de disseminação, atuação de robôs e *clickbait*s – e suas consequências – entre as quais o enfraquecimento das democracias e fortalecimento de grupos autoritários.⁹⁹ Além disso, seu desenho como um fenômeno informacional, com uma dimensão física – relacionada à lógica dos algoritmos das redes sociais e motores de busca, que favorecem o efeito bolha e a popularidade como critério de relevância –, uma dimensão cognitiva – relativa a fenômenos como o viés de confirmação e a dissonância cognitiva – e a sociocultural – com a cultura da pós-verdade. Além disso, tem sido buscada maior precisão conceitual no estudo do fenômeno, com a clara distinção de conceitos como negacionismo científico, *fake news*, *fake science*, teste-munho falso, discurso do ódio, desinformação e infodemia.¹⁰⁰

Os primeiros estudos sobre pós-verdade e infodemia se deram desde a perspectiva epistemológica, com seus impactos para a definição do objeto de estudo da Ciência da Informação. Mas está colocado, para o futuro próximo, o estudo desde a perspectiva das práticas informacionais, com a orientação de pesquisas sobre ações de disseminação e apropriação de desinformação por usuários da informação. Em

93 ARAÚJO, 2020d.

94 ARAÚJO, 2020e

95 ARAÚJO, 2020f

96 *La importancia de la ciencia de la información en tiempos de posverdad*. Cf.: ARAÚJO, 2020g

97 ARAÚJO, 2021b

98 ARAÚJO, 2021c.

99 WILBER, 2018; MCINTYRE, 2018; SANTAELLA, 2019; KAKUTANI, 2019.

100 MAGALLÓN ROSA, 2019; BRONCANO, 2019.

2021 foram iniciadas duas orientações de mestrado nessa direção, de Simone de Souza Santos e de Carolina Costa Gonzaga.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de pesquisa apresentada neste capítulo evidencia como atividades docentes, institucionais, associativas se vinculam e se mesclam, conduzindo eventualmente à escolha por determinadas temáticas, ao abandono de outras, à filiação a determinado movimento teórico. A presença e a interlocução com outros professores, pesquisadores, e com os orientandos também mostra o caráter coletivo das escolhas de pesquisa de uma pessoa.

Uma primeira leitura poderia chegar a uma impressão de uma diversidade caótica. Uma leitura mais atenta, contudo, seria capaz de perceber, em duas trajetórias de pesquisa paralelas, e suas ramificações, traços e elementos comuns, sobretudo no sentido de uma coerência de uma formação intelectual. Em primeiro lugar, pelo fato de que em qualquer ciência, é sempre salutar que os pesquisadores dedicados à epistemologia também se filiem a um campo de pesquisa empírica, específico, para que tenham a habilidade e capacidade de transitar entre aspectos abstratos e concretos, teóricos e práticos, filosóficos e operacionais. Em segundo lugar, existe uma preocupação comum no pertencimento a duas tradições de pesquisa, usuários e epistemologia da Ciência da Informação: a constante preocupação em se identificar as correntes teóricas, em separar contribuições distintas, identificar “escolas” e tradições de pesquisa específicas com suas respectivas contribuições.

Um dos saldos mais significativos da trajetória de pesquisa em usuários da informação acabou sendo, justamente, a elucidação do que é a perspectiva das práticas informacionais, pelo esclarecimento das características teóricas das outras abordagens. E, dentro da perspectiva das práticas informacionais, também a identificação das distintas possibilidades de estudo, com ênfase para a dimensão cultural.

Na trajetória de pesquisa em epistemologia da Ciência da Informação, é possível perceber um claro aprofundamento na compreensão do conteúdo do campo, com os esforços de elucidação do que são teorias, modelos, conceitos e paradigmas, sua localização no tempo e no espaço, além de suas interrelações. Esse esforço se deu sem interrupções, mesmo com a abertura de espaço para o desenvol-

vimento de uma problemática específica – as relações da Ciência da Informação com a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia – e, mais recentemente, com os desdobramentos em estudos sobre o pensamento ibero-americano e a questão da pós-verdade.

O objetivo deste livro é apresentar o PPGCI/UFMG, seus professores e suas pesquisas. O deste capítulo, apresentar a trajetória de pesquisa, com temas, resultados e interlocuções, de um professor em particular. Se algo ainda pode ser destacado, em tudo isso, é o quanto é fascinante a atividade de pesquisa, o gosto permanente pelo conhecer, pela tentativa de compreender o mundo. E, ainda, o pertencimento a um grupo, a um coletivo que partilha desse mesmo gosto. Assim se constrói, de uma maneira apaixonada, uma trajetória de pesquisa na Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

ALONSO, L. F. C. A. *Manifestações externas na indexação: uma construção social da realidade*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

ARAÚJO, C. A. Á. A missão da Ciência da Informação na era da pós-verdade. *Informacao & Sociedade-Estudos*, v. 30, p. 1-19, 2020f.

ARAÚJO, C. A. Á. A pós-verdade como desafio central para a Ciência da Informação contemporânea. *Em Questão*, v. 27, p. 13-29, 2020d.

ARAÚJO, C. A. Á. Abordagem interacionista de estudos de usuários da informação. *Ponto de Acesso*, v. 4, p. 2-32, 2010b.

ARAÚJO, C. A. Á. *Arquivologia, biblioteconomia, museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível*. Brasília: Briquet de Lemos, 2014c.

ARAÚJO, C. A. Á. Ciência da Informação como campo integrador para as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. *Informação & Informação*, v. 15, p. 173-189, 2010d.

ARAÚJO, C. A. Á. Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações teóricas e institucionais. *Encontros Bibli*, v. 16, p. 110-130, 2011b.

ARAÚJO, C. A. Á. Condições teóricas para a integração epistemológica da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia na Ciência da Informação. *IncID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, v. 2, p. 19-41, 2011a.

ARAÚJO, C. A. Á. Correntes teóricas da Ciência da Informação. *Ciência da Informação*, v. 38, p. 192-204, 2009b.

ARAÚJO, C. A. Á. Estudos de usuários conforme o paradigma social da Ciência da Informação: desafios teóricos e práticos de pesquisa. *Informação & informação*, v. 15, n.2, p. 23-39, 2010a.

- ARAÚJO, C. A. Á. Estudos de usuários da informação: comparação entre estudos de uso, de comportamento e de práticas a partir de uma pesquisa empírica. *Informação em Pauta*, v. 1, p. 61-78, 2016.
- ARAÚJO, C. A. Á. Estudos de usuários: uma abordagem na linha ICS. In: CABRAL, A. M. R.; REIS, A. S. (Org.). *Informação, cultura e sociedade: interlocuções e perspectivas*. Belo Horizonte: Novatus, 2007. p. 81-100.
- ARAÚJO, C. A. Á. Existe um pensamento informacional ibero-americano? *Logeion*, v. 4, p. 30-55, 2018d.
- ARAÚJO, C. A. Á. Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, v. 4, p. 57-79, 2014a.
- ARAÚJO, C. A. Á. Information practices: the relevance of the concept to information user studies. *Annals of Library and Information Studies*, v. 66, p. 101-109, 2019a.
- ARAÚJO, C. A. Á. Information Science in Dialogue with Archival Science, Library Science and Museum Studies: The Recent Brazilian Experience. *Zagadnienia Informatyki Naukowej*, v. 58, p. 24-42, 2020b.
- ARAÚJO, C. A. Á. La importancia de la Ciencia de la Información en tiempos de pos-verdad. *Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud*, v. 31, p. 1-5, 2020g.
- ARAÚJO, C. A. Á. Movimentos epistemológicos da Ciência da Informação. *Códices*, v. 14, p. 61-78, 2018a.
- ARAÚJO, C. A. Á. O conceito de informação na Ciência da Informação. *Informação & Sociedade*, v. 20, p. 95-105, 2010c.
- ARAÚJO, C. A. Á. O fenômeno da pós-verdade e suas implicações para a agenda de pesquisa na Ciência da Informação. *Encontros Bibli*, v. 25, p. 1-17, 2020e.
- ARAÚJO, C. A. Á. O fenômeno da pós-verdade. *Alceu*, v. 20, p. 35-48, 2020c.
- ARAÚJO, C. A. Á. *O que é Ciência da Informação*. Belo Horizonte: KMA, 2018c.
- ARAÚJO, C. A. Á. O que é Ciência da Informação? *Informação & Informação*, v. 19, p. 1-30, 2014b.
- ARAÚJO, C. A. Á. O que são 'práticas informacionais'? *Informação em Pauta*, v. 2, p. 217-236, 2017a.
- ARAÚJO, C. A. Á. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. *Informação & Sociedade*, v. 22, n.1, p. 145-159, 2012.
- ARAÚJO, C. A. Á. Por uma história intelectual da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia desde uma perspectiva transversal. *Informatio*, v. 25, p. 4-29, 2020a.
- ARAÚJO, C. A. Á. Post-truth as a new object for information science. *National Studies on Librarianship and Information Organization*, v. 32, p. 16-29, 2021c.
- ARAÚJO, C. A. Á. Pós-verdade: novo objeto de estudo para a Ciência da Informação. *Informação & Informação*, v. 26, p. 94-111, 2021b.
- ARAÚJO, C. A. Á. The Development of Information Science in Ibero-America. *Journal of Information Science Theory and Practice*, v. 7, p. 6-19, 2019b.

- ARAÚJO, C. A. Á. Um mapa da Ciência da Informação: história, subáreas e paradigmas. *Convergências em Ciência da Informação*, v. 1, p. 45-70, 2018b.
- ARAÚJO, C. A. Á. Um mapa dos estudos de usuários da informação no Brasil. *Em Questão*, v. 15, p. 11-26, 2009a.
- ARAÚJO, C. A. Á. Uma história intelectual da Ciência da Informação em três tempos. *Revista Analisando em Ciência da Informação*, v. 5, p. 10-29, 2017b.
- ARAÚJO, C. A. Á.; LAGE, D.F.S. ; SOUZA, R.M.F. ; ASSIS, R.A. . A contribuição de J.H. Shera para a Ciência da Informação no Brasil. *Revista ACB*, v. 15, n. 2, p. 71-89, 2010.
- ARAÚJO, C. A. Á.; PEREIRA, G.A. ; FERNANDES, J.R. . A contribuição de B. Dervin para a Ciência da Informação no Brasil. *Encontros Bibli*, v. 14, p. 57-72, 2009.
- ARAÚJO, C. A. Á.; SIRIHAL DUARTE, A. B. DUMONT, L. M. M. As perspectivas de estudos sobre os sujeitos no PPGCI/UFGM. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 24, p. 85-101, 2019.
- ARAÚJO, C. A. Á.; BRAGA, R.M.O. ; VIEIRA, W.O. A contribuição de C. Kuhlthau para a Ciência da Informação no Brasil. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 7, p. 185-198, 2010.
- ARAÚJO, C. A. Á.; MARQUES, A. A. C.; VANZ, S. A. S. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia integradas na Ciência da Informação: as experiências da UFGM, UnB e UFRGS. *Ponto de Acesso*, v. 5, n.1, p. 85-108, 2011.
- ARAÚJO, C. A. Á.; ROLIM, E. A. ; BITENCOURT, L. G. ; MARZANO, I. M. G. . A Ciência da Informação na visão dos professores e pesquisadores brasileiros. *Informação & Sociedade. Estudos*, v. 17, n. 2, p. 110-127, 2007.
- ARAÚJO, C. A. Á.; SILVA, J.C.P. ; COUTINHO, L.F. ; SOUZA, PB. . A contribuição de F.W. Lancaster para a Ciência da Informação no Brasil. *Ponto de Acesso*, v. 3, p. 132-146, 2009.
- ARAÚJO, C. A. Á.; SIMA, A. M. ; RESENDE, K. S. ; GUEDES, R. M. . A Ciência da Informação na visão dos professores da ECI/UFGM. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 12, n. 2, p. 3-22, 2007.
- ARAÚJO, C. A. Á.; TANUS, G.F.S.C. ; RAMOS, J.A.A. ; RENAULT, L.V. ; NOGUEIRA, R. D. Consolidação do diálogo entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: a contribuição brasileira. *Bibliotecas. Anales de Investigación*, v. 14, p. 207-217, 2018.
- BAWDEN, D.; ROBINSON, L. *Introduction to Information Science*. Londres: Facet, 2012.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *Construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BERTI, I. C. L. W. *Práticas e regime de informação - os acontecimentos “carta de Temer a Dilma” e “Marcela Temer: bela, recatada e do lar”*. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- BLUMER, Herbert. A natureza do interacionismo simbólico. In: MORTENSEN, C.D. *Teoria da comunicação: textos básicos*. São Paulo: Mosaico, 1980. p. 119-138.

- BOLAÑOS, M. *La memoria del mundo: cien años de museología: 1900-2000*. Gijón: TREA, 2002.
- BRONCANO, F. *Puntos ciegos: ignorancia pública y conocimiento privado*. Madrid: Lengua de Trapo, 2019.
- BUCKLAND, M.; LIU, Z. History of Information Science. In: HAHN, T.; BUCKLAND, M. (Eds.). *Historical Studies in Information Science*. Medford: Information Today, 1988. p. 159-170.
- CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2003.
- CAPURRO, R. Pasado, presente y futuro de la noción de información. *Logeion: Filosofia da informação*, v. 1, n. 1, p. 110-136, 2014. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiin/f/article/view/1494/0>. Acesso em: 11 out. 2021.
- CARVALHO, G. F. S. Cenário acadêmico-institucional dos cursos de arquivologia, biblioteconomia e museologia do Brasil. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- CORNELIUS, I. *Meaning and Method in Information Studies*. Nova Jersey: Ablex, 1996.
- COULON, Alain. *Etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CRONIN, B. The Sociological Turn in Information Science. *Journal of Information Science*, v. 34, n. 4, 2008, p. 465-475.
- CUNHA, M.B.; AMARAL, S. A.; DANTAS, E. B. *Manual de estudo de usuários da informação*. São Paulo: Atlas, 2015.
- CHATMAN, E. A Theory of Life in the Round. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 50, n.3, p. 207–217, 1999.
- DAVIS, C.; SHAW, D. *Introduction to Information Science and Technology*. Medford: Information Today, 2001.
- DAY, R. *The Modern Invention of Information: Discourse, History and Power*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2001.
- DEBONS, A.; HORNE, E.; CRONENWETH, S. *Information Science: an Integrated View*. Boston: G. K. Hall, 1988.
- DELSALLE, P. *Une histoire de l'archivistique*. Sainte-Foy: Presses de l'Université du Québec, 2000.
- DERVIN, B. An overview of sense-making research: concepts, methods and results. In: ANNUAL MEETING OF THE INTERNATIONAL COMMUNICATION ASSOCIATION, 1983, Dallas. *Anais [...]*. Dallas: ICA, 1983.
- DERVIN, B.; NILAN, M. Information needs and uses. In: WILLIAMS, Martha (Orgs.). *Annual Review of Information Science and Technology*. Chicago: Knowledge Industry Publications, 1986. p. 3-33. v. 21.

- ELLIS, D. A Behavioural Approach to Information Retrieval Design. *Journal of Documentation*, v. 45, n. 3, p. 171-212, 1989.
- FARIAS, FR. *O leitor e a leitura revelados pela Retratos da Leitura no Brasil: uma análise à luz da teoria da semicultura*. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- FERNÁNDEZ MOLINA, J.C.; MOYA ANEGÓN, F. Perspectivas epistemológicas “humanas” en la documentación. *Revista Española de Documentación Científica*, v. 25, n. 3, p. 241-253, jul./set. 2002.
- FERREIRA, E. G. A. *Contribuições para uma epistemologia da Biblioteconomia*. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- FERRER, G. *Iberoamérica*. Zulia: Asociación de Escritores Venezoelanos, 1971.
- FIGUEIREDO, N. *Estudos de uso e usuários da informação*. Brasília: IBICT, 1994.
- FISCHER, K.; ERDELEZ, S; McKECHNIE, L. (Orgs.). *Theories of Information Behavior*. Medford: Information Today, 2005.
- FLORIDI, L. *The Logic of Information: a Theory of Philosophy as Conceptual Design*. Oxford: Oxford University Press, 2019.
- GANDRA, T. K. *Práticas informacionais dos visitantes do Museu Itinerante Ponto UFMG*. 2017. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- GARCÍA CANCLINI, N. *Culturas da Ibero-América: diagnósticos e propostas para seu desenvolvimento*. São Paulo: Moderna, 2003.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, A. *Desclasificados: Pluralismo lógico y violencia de la clasificación*. Barcelona: Anthropos, 2007.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GONZÁLEZ TERUEL, A. ; ARAUJO, C. A. A. ; SABELLI, M. Diffusion of Theories and Theoretical Models in the Ibero-American Research on Information Behavior. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, v. 12, 2021.
- GONZÁLEZ TERUEL, A. *Los estudios de necesidades y usos de la información: fundamentos y perspectivas actuales*. Gijón: Trea, 2005.
- GORDILLON SÁNCHEZ, D. Descolonización, bibliotecas y América Latina: Notas para la reflexión. *Investigación Bibliotecológica*, v. 73, n. 31, p. 131-155, 2017. Disponível em: <http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/57850/51807>. Acesso em: 11 out. 2021.
- HJORLAND, B. Library and information science (LIS), Part 1. *Knowledge Organization*, v. 45, n. 3, p. 232-254, 2018a.
- HJORLAND, B. Library and information science (LIS), Part 2. *Knowledge Organization*, v. 45, n. 4, p. 319-338, 2018b.
- KAKUTANI, M. *La muerte de la verdad: notas sobre la falsedad en la era Trump*. Barcelona: Galáxia Gutenberg, 2019.

- KRIKELAS, J. Information-seeking Behavior: Patterns and Concepts. *Drexel Library Quarterly*, v. 19, p. 5-20, 1983.
- KUHLTHAU, C. Inside the Search Process: Information Seeking from the User's Perspective. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 42, n. 5, p. 361-371, 1991.
- LE COADIC, Y. F. *A Ciência da Informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.
- LIBERATORE, G. La bibliotecología y documentación en Iberoamérica desde un enfoque empírico: Una revisión de los principales estudios sobre la disciplina. *Revista de Historia de la Comunicación*, v. 4, n. 7, 2006.
- LIMA, G. M. C. *Serviços de referência: práticas informacionais do bibliotecário*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- LINARES COLUMBIÉ, R. *Ciencia de la información: su história y epistemología*. Santa Fé: Rojas Eberhard, 2005.
- LÓPEZ CÓZAR, E. *La investigación en biblioteconomía y documentación*. Gijón: Trea, 2002.
- LÓPEZ YEPES, J.; OSUNA ALARCÓN, M. R. (Coords.). *Manual de ciencias de la información y documentación*. Madri: Pirámide, 2011.
- LOPRETE, C. *Iberoamérica: Historia de su civilización y cultura*. Prentice Hall, 2000.
- LLOYD, A. Framing information literacy as information practice: site ontology and practice theory. *Journal of Documentation*, v. 66, n. 2, p. 245-258, 2010.
- MAGALLÓN ROSA, R. *Unfaking News: cómo combatir la desinformación*. Madrid: Pirámide, 2019.
- McINTYRE, L. *Posverdad*. Madrid: Cátedra, 2018.
- McKENZIE, P. A Model of Information Practices in Accounts of Everyday-life Information Seeking. *Journal of Documentation*, v. 59, n. 1, p. 19-40, 2003.
- MOYA ANEGÓN, F.; FERNÁNDEZ MOLINA, J. C. Perspectivas epistemológicas “humanas” en la documentación. *Revista Española de Documentación Científica*, v. 25, n. 3, 2002, p. 241-253. Disponível em: <http://redc.revistas.csic.es/index.php/redc/article/view/98>. Acesso em: 11 out. 2021.
- NOGUEIRA, R. D. S. *Conexões entre Arquivo, Biblioteca e Museu: similaridade das atividades profissionais e colaboração entre instituições? O Arquivo Público Mineiro, a Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa e o Museu Mineiro*. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- ØROM, A. Information Science, Historical Changes and Social Aspects: a Nordic Outlook. *Journal of Documentation*, v. 56, n. 1, p. 12-26, 2000.
- PÉREZ GIFFONI, M. C.; SABELLI, M. *Los estudios de usuarios de información: construcción de una línea de investigación y docencia en el Uruguay*. Montevidéo: EUBCA/ UDELAR, 2010.

PINHEIRO, A.C.; SILVA, G.R.; ARAUJO, C. A. A. . A contribuição de Tefko Saracevic para a Ciência da Informação no Brasil. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, v. 1, n. 2, p. 1-13, 2011.

PINTO, EVM. *Transformando normas e padrões: as práticas informacionais de pessoas trans na reinvenção do corpo*. 2020. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

RAMOS, J. A. A. *As possibilidades de aproximação e diálogo entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia via modelo formativo: o caso da ECI/UFMG*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

RAYWARD, B. Library and Information Sciences. In: MACHLUP, F; MANSFIELD, U. (Eds.), *The Study of Information: Interdisciplinary Messages*. Nova York: Wiley, 1983. p. 343-363.

RENAULT, L. V. *O ato colecionador*. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

RENDÓN ROJAS, M. A. Hacia un nuevo paradigma en Bibliotecología. *Transinformação*, v. 8, n. 3, p. 17-31, set./dez. 1996.

ROBREDO, J. *Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação*. Brasília: Thesaurus; SSR Informações, 2003.

RUBIN, R. *Foundations of Library and Information Science*. Nova York: Neal-Schuman, 1998.

SÁ, J. P. S. *Ler e compartilhar na web: práticas informacionais de blogueiros literários*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SABELLI, M. *La información y el ciudadano en el entorno de la sociedad de la información: percepción de los actores políticos y sociales en el Uruguay*. Montevideo: Banda Oriental, 2008.

SALAÜN, J.M.; ARSENAULT, C. *Introduction aux sciences de l'information*. Montreal: Presses de l'Université de Montréal, 2009.

SANTAELLA, L. *A pós-verdade é verdadeira ou falsa?* Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

SARACEVIC, T. Information science. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 50, n. 12, p. 1051-1063, 1999.

SAVOLAINEN, R. Everyday Life Information Seeking: Approaching Information Seeing in the Context of Way of Life. *Library and Information Science Research*, n. 17, p. 259-294, 1995.

SEPÚLVEDA, M. I. M. A relação dos bibliotecários com a profissão, com a rotina profissional e com os usuários a partir de uma perspectiva compreensiva. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SHERA, J.; CLEVELAND, D. History and Foundations of Information Science. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 12, p. 249-275, 1977.

- SILVA, A. G. F. *Entrando em ação, movendo a cena: práticas informacionais nos ambientes do aplicativo Telegram*. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- SILVA, A. M. *A informação: da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico*. Porto: Afrontamento, 2006.
- SILVA, A. M.; RIBEIRO, F. *Das “ciências” documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Afrontamento, 2002.
- SILVA, E. V. *O processo de integração entre a biblioteca escolar e o currículo*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- SILVA, K. R. *Comportamento informacional de alunos do Ensino Médio Integrado: um estudo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.
- SILVA, M.P. *As práticas informacionais na produção científica: uma análise a partir dos pesquisadores dos programas de pós-graduação*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.
- SIRIHAL DUARTE, A. B.; ARAÚJO, C. A. Á.; PAULA, C. P. A. Práticas informacionais: desafios teóricos e empíricos de pesquisa. *Informação em Pauta*, v. 2, p. 111-135, 2017.
- TALJA, S. Constituting “Information” and “User” as Research Objects: a Theory of Knowledge Formations as an Alternative to the Information-man Theory. In: VAKKARI, P.; SAVOLAINEN, R.; DERVIN, B. (Orgs.). *Information Seeking in Context*. Londres: Taylor Graham, 1997. p. 67-80.
- TANUS, G. F. S. C. *Saberes científicos da biblioteconomia em diálogo com as ciências sociais e humanas*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- VASCONCELOS, P. M. *As práticas informacionais das clientes dos serviços de estética*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- VAZ, G.A. *Os currículos do curso de Arquivologia no Brasil: uma análise interdisciplinar*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- WILBER, K. *Trump y la posverdad*. Barcelona: Kairós, 2018.
- WILSON, T. D. On user studies and information needs. *Journal of Documentation*, v.37, n.1, p. 3-15, 1981. Disponível em: <http://www.informationr.net/tdw/publ/papers/1981infneeds.html>. Acesso em: 11 out. 2021.



DECISORES COMO USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO: TRAJETÓRIA DE PESQUISA NO ÂMBITO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Mônica Erichsen Nassif

INTRODUÇÃO

Uma trajetória de pesquisa exige um longo e profundo mergulho em estudos. Isso não é e não foi diferente no que se refere aos estudos cognitivos e suas interações com gestão da informação e do conhecimento, no âmbito da Ciência da Informação. Contudo, os resultados das pesquisas teóricas e empíricas demonstram haver uma importante relação entre esses temas e que ainda há muito a ser explorado.

A área da Gestão da Informação, desde as suas origens com a denominação de gerência de recursos informacionais, concebe a ideia de que a informação, como um recurso organizacional, deve ser gerenciada para dar às organizações, na figura de seus decisores, subsídios para a competitividade, inovação e permanência.¹ Na tônica do que se denominou gestão do conhecimento, termo já existente desde os anos de 1960 na literatura, deu-se atenção não somente aos aspectos já trazidos pela gestão da informação e gerência de recursos informacionais, mas também a todo o conhecimento desenvolvido e acumulado pelas e nas organizações, sobretudo no que se refere aos talentos, habilidades e competências das pessoas que constituem o fazer organizacional.² Essas práticas e pesquisas desenvolvidas ao longo de muitos anos, configuram, no Brasil, a área de Gestão de Informação e do Conhecimento (GIC).

Nesse percurso da área GIC é inegável o protagonismo dos decisores que, como usuários de informação³ dependem, sobremaneira, de recursos informacionais para subsidiar as suas decisões e ações, além de serem produtores e disseminadores de informação, no contexto de suas organizações. São eles os principais agentes definidores da identidade organizacional influenciando em estratégias, na visão a respeito do ambiente de negócios, além de criarem as possibilidades de inovação.

O protagonismo dos decisores é marcado nas grandes corporações, nos vários níveis organizacionais e nas várias atividades em que atuam. Importante salientar que essas mesmas corporações possuem recursos suficientes para investir em recursos de informação, seja no que se refere às bases de dados, publicações de toda natureza e tecnologias de informação e comunicação. Também possuem as possibilidades para consolidar equipes multidisciplinares de profissionais para buscar, analisar, produzir e compartilhar informação para dar suporte aos processos de decisão e aos atores organizacionais.

Diferentemente das grandes corporações, as organizações de pequeno porte apresentam uma configuração particular. Nelas, o principal decisor é, em sua maioria, o proprietário, o criador da organização e principal idealizador das estratégias e das ações a serem desenvolvidas. Desta forma, o proprietário é o protagonista, no caso das organizações de pequeno porte. Além disso, é importante ressaltar a importância

1 HORTON JR., 1979; BERGERON, 1996.

2 NONAKA; TAKEUCHI, 1999.

3 CHOO, 1998.

das pequenas e médias empresas (PME) do ponto de vista econômico, considerando-se agilidade de produção e de absorção de novas atividades e tecnologias, diferentemente das grandes corporações, cuja estrutura é mais complexa.⁴ Ao grupo das organizações de pequeno porte, é necessário incorporar as *startups* e as chamados “negócios sociais”, importantes e presentes na economia

Do ponto de vista das estruturas de informação, o que essas organizações têm em comum é a ausência ou precariedade de estruturas de informação suficientemente definidas para lidar com as questões relacionadas à acesso, produção e disseminação de informação, se comparadas às grandes corporações. Entretanto, no âmbito da gestão da informação e do conhecimento, esses decisores foram e continuam a ser pouco estudados, apesar de apresentarem papel definidor do contexto de suas organizações.

Tendo-se os decisores como usuários da informação, estejam eles em grandes ou pequenas corporações, sem dúvida, exercem um papel ímpar para o entendimento da busca e do uso da informação para a tomada de decisão e, sobretudo para as definições estratégicas e aspectos de inovação, questões tão caras para a GIC. Entretanto, quais são os aportes existentes no âmbito da Ciência da Informação, para dar suporte aos estudos dos decisores, além das abordagens teóricas relacionadas aos estudos de usuários? Essa é uma pergunta-chave, uma vez que no contexto decisório,⁵ amplamente estudado pelas ciências gerenciais, várias são as questões que se apresentam que podem impactar no uso da informação como recurso organizacional para o decisor.

Nas relações da Ciência da Informação com outras áreas, destacam-se as ciências cognitivas. Nessa relação, duas questões se colocam na área: primeiramente, ainda se fala das abordagens tradicionais sobre a cognição humana, em que a base está no entendimento de que informação leva ao conhecimento a partir do processamento do cérebro; em segundo lugar, há o entendimento de que quando se aborda a cognição, fala-se somente do indivíduo e seus processos mentais e não se considera os aspectos sociais e o entorno do sujeito. Entretanto, a evolução dos estudos sobre o sistema nervoso e das neurociências mostram que esses dois aspectos, dentre outros, já estão superados e, no processo cognitivo, muitos outros elementos estão presentes e devem ser considerados, sobretudo a relação do sujeito com o seu contexto como questão cognitiva primordial.

4 BORGES, 2002.

5 MINTZBERG; WESTLEY, 2001; SIMON, 1965.

O movimento dos pesquisadores da Ciência da Informação para a questão cognitiva foi observada na década de 1970, observando-se, na literatura da época, ênfase em questões até então pertencentes às primeiras abordagens sobre a cognição humana ao considerar termos como “modelo mental do usuário”, “representação do sistema de informação”, dentre outros.⁶ Essas abordagens, originárias do movimento da cibernética, baseiam-se na ideia de que a cognição é uma propriedade inerente ao cérebro e que este se assemelha a um computador. O sujeito cognoscente é mero espectador do ambiente e recebe informações diretamente no cérebro que as processa, tornando-se conhecedor daquilo que foi processado. Esse processamento se faz a partir da capacidade do cérebro em criar representações acuradas do ambiente, armazenadas na memória e que criam as condições para o sujeito resolver problemas.⁷

Essa perspectiva tem permeado, também, abordagens teóricas relacionadas aos estudos de usuários, uma vez que o que está subjacente é a noção de que informação é buscada e obtida no sentido de resolver um problema ou de gerar novo conhecimento ao sujeito/usuário de informação. A questão chave que se coloca ao se manter essa perspectiva é a de que basta haver informação disponível e acessível para que o sujeito esteja apoiado para solucionar seus problemas teóricos ou práticos, a partir da representação acurada da informação obtida, o que levaria à transformação em conhecimento.

Entretanto, os estudos sobre a cognição humana, ao longo de várias décadas de entendimento a respeito do conhecer humano, do cérebro e até mesmo das questões relacionadas à resolução de problemas e de sobrevivência, tem comprovado a existência de questões que se relacionam à cognição mais complexas do que aquelas preconizadas pelas primeiras abordagens teóricas sobre esse assunto. A complexidade da cognição extrapola a explicação de que o cérebro é processador de informação e, também, a ideia de que ao se referir à cognição, fala-se apenas de processos internos ou específicos de um sujeito, descolado de seu contexto. A cada dia é mais evidente que a cognição, mais do que uma área específica do cérebro é uma complexa rede de relações neuronais individuais que se definem e são definidas, também, nas relações e experiências sociais. Isso compreende desde ações do sistema nervoso de um sujeito modelado pela sua história biológica, suas

6 VAKKARI, 1994; MOSTAFA; MOREIRA, 1999; PINHEIRO, 2006.

7 CAPRA & LUISI, 2014, DUPUY, 1996.

experiências, suas emoções e sentimentos, além de sua memória, até os seus vários contextos de vida, influências familiares, escolares e até mesmo ambientais.⁸

Observa-se que o entendimento desses aspectos e a introjeção dessa complexidade é pouco estudada no âmbito da Ciência da Informação, comprometendo os resultados de sua atuação e limitado o seu entendimento a respeito dos usuários, de um modo geral, e dos decisores especificamente, no que se refere aos temas da GIC. Essas questões serão tratadas neste capítulo, tanto do ponto de vista teórico, quanto através de resultados de pesquisas desenvolvidas com decisores, ao longo de duas décadas.

COGNIÇÃO HUMANA: EMOÇÕES E CRENÇAS COMO DETERMINANTES DO CONHECER

Estudos das neurociências têm mostrado que há muito mais do que até então se conhecia a respeito do comportamento humano e dos seus processos cognitivos. Os estudos sobre o cérebro e a mente como processadores computacionais foram se mostrando, ao longo do tempo, insuficientes para explicar o funcionamento humano e as suas propriedades intrínsecas necessárias para manter o equilíbrio e estado de vida plena.

Os aspectos neuronais, até então conhecidos, mostraram-se insuficientes para demonstrarem, cientificamente, o que era considerado inusitado no comportamento humano relativas às possibilidades de aprendizagem e tomada de decisão. Há algo mais, além do funcionamento do sistema nervoso central e periférico – cérebro e medula espinhal – que compõem todo o contexto e complexidade humana em sua interação no mundo físico

Os estudos sobre sistemas e auto-organização, além daqueles contemplados por especialistas do comportamento formaram um corpo de conhecimentos mais completo acerca do humano. Acrescente-se a esses aspectos, a ação fundamental das substâncias químicas existentes no organismo e seus impactos e influências e determinação no comportamento. Junto a isso, os estudos sobre a herança genética complementam essa noção – porque dizem respeito ao que é conhecido a respeito da corporalidade e suas relações intrínsecas com a cognição.

⁸ CAPRA & LUISI, 2014; CLANSEY, 1997; DAMÁSIO, 2004, 2018; MATURANA & VARELA, 1964.

Contrariamente, ao que se pensava até então, a partir pelos idos dos anos de 1960, estudos sobre a mente começaram a desconstruir a ideia e algumas teorias acerca do mecanismo de funcionamento de todo o sistema nervoso ao afirmar, dentre outras coisas importantes que a ação de substâncias químicas sobre o cérebro e como elas são processadas, disparam emoções que desencadeiam comportamentos e decisões humanas. Essas mesmas interações de substâncias especificam, também, em virtude de herança genética e experiências cotidianas, o que é aprendido por um indivíduo.

Esses conjuntos de fenômenos são conduzidos, em grande parte, se não totalmente, por padrões de comportamento e crenças que se perpetuam no indivíduo – memórias genéticas, afetivas e experienciais. Além disso, essas memórias são carregadas de emoções – especificadas pelo cérebro – e por sentimentos – especificados pelas definições sociais, plasmadas em cada célula do corpo de um indivíduo.

Sendo assim, cada uma das células do corpo presentes nos neurônios, membros e órgãos têm a propriedade de sentir, de absorver e de repelir o que a sua estrutura física aceita, considerando toda a memória contida nessas células. Cada sujeito, através de suas estruturas mental, emocional e física determina cada experiência como bem-vinda ou não. Essa determinação estrutural é regida por essa combinação de memória celular que carrega as sensações das mais conscientes às totalmente inconscientes nos comportamentos, decisões, sentimentos e permanência biológica no corpo físico.⁹

Conhecer e perceber são o próprio processo da vida, incluindo a emoção e o comportamento – “[...] e nem mesmo exige, necessariamente, um cérebro e um sistema nervoso.”¹⁰ Desta forma, considera-se não a mente como estrutura que determina a ação humana, mas sim, um processo mental que envolve todos os aspectos apresentados. Um indivíduo, portanto, em função de toda sua estrutura, muda de acordo com as especificações dessa estrutura – fisiologia, emoções, padrões e crenças.

A sofisticação da estrutura de um organismo, tal como é a estrutura humana, aumenta a sua capacidade de percepção, seu *sensorium* – capacidade de sondar, cognitivamente, o ambiente e a extensão da relação entre o organismo e esse ambiente. Isso é assim no organismo humano e com a sua capacidade de perceber o ambiente com o qual interage e

⁹ CAPRA; LUISI, 2014; DAMÁSIO, 2004, 2018; MATURANA, 1997.

¹⁰ CAPRA; LUISI, 2014, p. 317.

com os vários contextos existentes nesse ambiente, ou nesses ambientes. O seu sistema biológico e complexidade de percepção determinam, sem dúvida, as escolhas de interação que um indivíduo estabelece, ou não, ao longo da vida em função, também, dessa capacidade perceptiva.

Além disso, a complexidade da estrutura humana é tal que lhe dá a capacidade da autopercepção – “[...] estar consciente não apenas do próprio ambiente, mas de si mesmo.”¹¹ E todas essas capacidades estão presentes e determinadas pela história de interações, das emoções e sentimentos absorvidos e identificados, bem como dos padrões de comportamento e de crenças. Ao mesmo tempo, essas capacidades também determinam as interações, as relações, comportamentos e crenças do indivíduo e ele se relaciona e se sociabiliza em virtude da sua dinâmica biológica. Ao mesmo tempo, as suas relações, interações e espaços de socialização também modulam a sua fisiologia. Portanto, fisiologia e meio modulam um ao outro, concomitantemente, a todo tempo, determinados pelas estruturas biológica, física; psíquica, emocional e mental. Somos o que somos, determinados pela nossa estrutura – física, emocional e mental

O destaque dado por esses estudos às emoções e sentimentos é muito significativo. Negligenciadas pela ciência convencional, como aspectos menos importantes no indivíduo e, até mesmo, anômalos, as neurociências têm demonstrado que as emoções apresentam um papel determinante na conduta do indivíduo. As emoções são disposições corporais, visualizadas no corpo físico através da produção de substâncias químicas que especificam as ações de um indivíduo. A ação das emoções também determina as decisões e as escolhas de um indivíduo. Todas as ações humanas partem do emocional, da predisposição emocional para que um ato aconteça. Maturana afirma que nós, humanos, somos seres emocionais e usamos uma suposta racionalidade para justificar as nossas decisões.¹² António Damásio, também tem mostrado através de suas pesquisas a respeito do cérebro e de todo o sistema nervoso que as emoções têm uma influência significativa sobre os pensamentos, mesmo para o sujeito que afirma ser muito racional.¹³

Mesmo que o indivíduo afirme ter aceito algo por ter sido “convencido por alguém”, na realidade já o havia feito, em virtude de um domínio emocional particular, por um desejo pré-existente em fazê-lo. “Em

11 CAPRA; LUISI, 2014, p. 320.

12 MATURANA, 1997.

13 DAMÁSIO, 2004, 2018.

outras palavras, todo sistema racional tem fundamento emocional, e é por isso que nenhum argumento racional pode convencer ninguém que já não estivesse de início convencido, ao aceitar as premissas ‘a priori’ que o constituem.”¹⁴

Os sentimentos, para Damásio, são mais complexos que as emoções, no sentido de que envolvem as percepções, aprendizados, lembranças, julgamentos, decisões, planejamento e, também, as emoções. Desta forma, toda imagem tem um sentimento ao seu lado, companhias afetivas. Os sentimentos são experiências mentais conscientes que capacitam o indivíduo a “[...] classificar imagens como belas ou feias, prazerosas ou dolorosas, elegantes ou vulgares, espirituais ou mundanas.”¹⁵ Assim, a vida é inconcebível sem as emoções e os sentimentos. Pode-se dizer que a vida passaria através de imagens que, sem o afeto – emoções e sentimentos, não haveria como ser qualificada e experienciada.

Além disso, é importante destacar que as respostas emotivas desencadeadas por impulsos, motivações e emoções podem desencadear abalos significativos no funcionamento do organismo físico. A maior parte dos processos emocionais são invisíveis, mas determinam mudanças significativas no estado homeostático – do equilíbrio do corpo e alteram nossos sentimentos. Damásio dá o exemplo da ação de ouvir um som musical prazeroso e o sentimento de prazer sendo o resultado de uma transformação rápida no estado do organismo: liberação de moléculas químicas no sistema nervoso, acionamento das glândulas endócrinas alterando funções do corpo e, conseqüentemente, mudando a geometria das vísceras e, no caso de prazer, percebe-se respostas imunes mais fortes.¹⁶ Portanto, diferentemente do que se pensava até então, as experiências da vida são regidas e determinadas pelo afeto – emoções e sentimentos, desencadeados por um aroma, uma música, uma lembrança, uma imagem. Esses gatilhos, se assim podemos chamá-los, podem atuar em experiências do agora ou em lembranças de experiências e tudo isso é o que determina a experiências do viver.

Além disso, as emoções são basilares para a formação de crenças – crenças sobre si mesmo, crenças sobre outras pessoas, crenças sobre fatos. As crenças são estabelecidas por aspectos emocionais e por mecanismos existentes no cérebro, como se fossem parâmetros

14 MATURANA, 1997, p. 171.

15 DAMÁSIO, 2018, p. 120.

16 DAMÁSIO, 2018.

para a sobrevivência. As crenças são estabelecidas desde a infância em decorrência de fatos e padrões familiares e das experiências infantis e se formam ou deixam de existir ao longo da vida do sujeito, em função de mecanismos emocionais e psíquicos presentes no cérebro. Para Shermer afirma que “o cérebro é uma máquina de crenças”¹⁷ e que, a todo o tempo, todos os esforços são feitos para defendê-las, utilizando-nos de explicações convincentes e racionais.¹⁸ Primeiramente formam-se as crenças e em seguida, todas as explicações utilizadas para mantê-las, corroborando Maturana¹⁹ e Damásio²⁰ de que as emoções são as definidoras do comportamento e das justificativas para que eles se estabeleçam. Desta forma, o que existem são sistemas de crenças que determinam as relações, as decisões e a sobrevivência do sujeito.

Assim sendo, as neurociências têm demonstrado que se vive em aprendizagem o tempo todo. Ou seja, “[...] o organismo interage com o ambiente de uma maneira ‘cognitiva’ por meio da qual o organismo ‘cria’ seu próprio ambiente e o ambiente permite a atualização do organismo.”²¹ Essa interação cognitiva ocorre tendo-se como parâmetros e diretrizes a história de vida do sujeito, as crenças e padrões de comportamento oriundas de sua biologia e de suas experiências e de seus afetos, emoções e sentimentos presentes em sua memória.

O DECISOR E A DETERMINAÇÃO COGNITIVA SOBRE A BUSCA E O USO DA INFORMAÇÃO EM CONTEXTOS ORGANIZACIONAIS

Ao falar sobre a cognição humana em 2002, Borges sinalizava que as questões conceituais sobre informação e conhecimento poderiam e deveriam ser analisadas da perspectiva cognitiva de Maturana e Varela²² e trazidas para o campo da Ciência da Informação e para as questões específicas da GIC, sobretudo no que se refere aos decisores. A intenção da autora foi indicar que ao se atuar em contextos específicos, no caso as organizações, e em relação aos decisores, haveria a necessidade de

17 SHERMER, 2012, p. 21.

18 SPEZIO; ADOLPHS, 2010.

19 MATURANA, 1997.

20 DAMÁSIO, 2004, 2018.

21 CAPRA & LUISI, 2014, p. 175.

22 MATURANA; VARELA, 1964.

se ter como foco o sujeito e o contexto de forma mais contundente do que até então preconizado pelas abordagens dominantes dos estudos de usuários. Sinalizava-se, também que, ao se referir ao sujeito e seu contexto, havia algo mais que determinava a busca e o uso de informação, mas que não havia uma relação direta com obtenção de conhecimento, como uma literatura dominante tanto na Ciência da Informação, quanto no âmbito da GIC. Os estudos cognitivos de que tratam a abordagem de Maturana e Varela mostravam que era imperativo considerar histórias de vida e as emoções que conduziam as ações e as interações entre sujeito e ambiente, além de ser necessário observar a conduta desse sujeito, determinada por esses fatores, como imperativos e igualmente determinantes na busca e uso de informação como subsídio a processos decisórios e definições estratégicas organizacionais.²³

A partir disso, estudos posteriores trouxeram outros elementos das ciências cognitivas dos estudos de usuários e do contexto organizacional para serem analisados e considerados. Em 2007, Nassif, Venâncio e Henrique publicaram um artigo no qual os aspectos cognitivos, apontados em 2002, foram acrescidos dos argumentos da cognição situada.²⁴ Nesse artigo, os autores argumentam que os estudos de usuários se desenvolvem a partir de abordagens que privilegiam o sujeito, ou, no extremo oposto, privilegiam os contextos, uma vez que apresentam subjacentes conceitos relacionados às abordagens tradicionais sobre a cognição. O ideal seria encontrar um equilíbrio entre as visões, considerando as abordagens contemporâneas sobre a cognição humana. Em 2008, Venancio e Nassif²⁵ publicam os resultados de uma pesquisa em que foram analisadas as emoções envolvidas em processos de tomada de decisão e uso de informação em situações críticas nas organizações pesquisadas, o que trouxe subsídios norteadores para o aprofundamento importantes para os estudos cognitivos e comportamentos de decisores.

Henrique, em 2007,²⁶ ressaltava o trabalho de Taylor²⁷ que já considerava que as necessidades de informação consistiam no conteúdo informacional de que se tinha necessidade e dos elementos situacionais. O autor acrescenta, ainda, que autores clássicos das abordagens cen-

23 MATURANA; VARELA, 1964.

24 CLANCEY, 1997.

25 VENANCIO; NASSIF, 2008.

26 HENRIQUE, 2007.

27 TAYLOR, 1986.

tradas no usuário indicavam a emergência de se considerar o desempenho da tarefa como variável relevante para o estudo da busca de informação. A própria literatura apontava ser cada vez mais importante e necessário se observar os comportamentos informacionais – busca e até uso da informação – analisando os usuários em uma dada situação ou tarefa, trazendo história de vida, história de relações e interações e até mesmo padrões de comportamento e crenças.

Naquele momento, tanto a literatura quanto os resultados das pesquisas em organizações de grande e de pequeno portes mostravam a necessidade de trazer para a discussão cognitiva a questão do papel das crenças na determinação do comportamento de busca e uso de informação. A abordagem sobre as crenças nos estudos cognitivos era tratada teoricamente, mas não explorada nas pesquisas sobre tomada de decisão e comportamento dos gestores, tarefa tão preconizada na GIC.

Um autor decisivo para trazer essa abordagem foi Weick²⁸ que é enfático a respeito das crenças ao tratar a respeito do *sensemaking* organizacional. Para o autor, a formação de sentido é construída coletivamente no contexto das organizações, considerando-se as crenças e experiências de seus membros. Weick trata do *sensemaking* como um fenômeno que faz parte das organizações, construído coletivo construído pelos seus membros e é a base da abordagem informacional no processo decisório.²⁹ Desta forma, todas as vezes que uma mudança ocorre no ambiente de uma organização, ocorre a descontinuidade do fluxo das tarefas, gerando a necessidade de construção de significado ou de sentido. No entender do autor, esse processo incide sobre a identidade organizacional na memória de suas experiências passadas e o sentido da experiência ou evento que se apresenta precisa se encaixar na história vivida pela organização, pelas crenças e cultura já existentes. Não é uma simples interpretação do acontecimento, mas é a construção de um significado coletivo sobre o mesmo, que será a base para as decisões necessárias para a organização.

Os estudos de Weick³⁰ mostram fortemente a função essencial da liderança como responsável por dirigir o processo de construção de significado sobre algo novo para uma organização a partir da sua identidade. A imagem que a organização tem de si mesma, refletida através de seus

28 WEICK, 1995.

29 WEICK, 1995.

30 WEICK, 1995.

membros, define a formação do sentido sobre uma dada situação e determina as decisões a respeito. A partir do momento em que o líder define como tarefa central a construção de significado sobre o que está acontecendo com a organização, a sua atenção se volta, em grande parte, para aspectos estratégicos como apontar direções para o futuro, fortalecer a identidade organizacional ou o aprendizado em relação aos fatos passados.

Nesse sentido, Leitão e Nassif apontam para a importância da construção de uma identidade organizacional forte e coerente com os princípios da organização e observam o papel determinante do decisor nesse processo.³¹ Outro aspecto importante mostrado pelos autores é a necessidade de investigar aspectos da identidade organizacional e da atuação dos decisores que necessitam ser avaliados e adaptados em contextos de mudança. E, por fim, a identidade organizacional está impregnada de crenças e padrões de comportamento de seus gestores, refletidas em seus membros que crenças e padrões esses que devem ser analisados com maior profundidade, uma vez que dão pistas para se compreender qual é a informação relevante para uma organização e qual informação nem chega a ser considerada.

Há que se considerar que reconhecer as próprias crenças não é algo fácil para o sujeito. A ideia de se reconhecer as crenças e os padrões de comportamento que elas podem determinar tende a dar uma conotação negativa, ou que as crenças são algo ruim e limitante. Isso pode ser assim nos estudos e práticas relacionadas à psicologia ou psicoterapia. No contexto das pesquisas sob as cognitivas contemporâneas e os contextos de tomada de decisão e uso de informação, o objetivo é compreender o quanto as crenças determinam as decisões e, sobretudo, o quanto especificam a informação a ser buscada e usada. É importante ressaltar que é possível que a informação que subsidiou determinada decisão seja aquela que corrobora as crenças do decisor e não, necessariamente, aquelas outras que podem levar uma organização a tomar a melhor decisão, por exemplo, se forem consideradas outras variáveis existentes em seu contexto. Essa é, portanto, uma abordagem de pesquisa que se consolidará mais à frente, quando existirem elementos que possibilitem comparar esses cenários.

Os resultados mais recentes das pesquisas, confirmam que as emoções, as crenças e a história de vida dos decisores determinam, sim, a busca e o uso de informação, principalmente em momentos críticos de decisão.

31 LEITÃO; NASSIF, 2012.

Nesses casos, pode haver mudança ou a reflexão da necessidade de mudança no curso de ação, das crenças envolvidas e a decisão a ser tomada. É necessário ressaltar que, além de determinar a relação com a informação, as pesquisas mostram que há uma relação importante entre as questões cognitivas analisadas e a visão gerencial que os decisores assumem e defendem nas respectivas organizações. Isso se evidencia quando nos referimos aos gestores de pequenos negócios e negócios sociais. Nos momentos críticos para as organizações, verifica-se uma pré-disposição aguçada para se observar mais atentamente o entorno da organização, o que pode gerar crises e dificuldades para a tomada de decisão e mudanças significativas. As emoções e, sobretudo, as crenças estabelecem uma orientação cognitiva para a condução de decisões e das próprias organizações.³²

Por fim, verifica-se, em mais de uma pesquisa, que confiança e relações de proximidade são decisivas para a visão que o decisor constrói a respeito do seu negócio ao longo do tempo e as possibilidades de busca, uso e até mesmo de compartilhamento de informação. Essa questão sobre a confiança já havia sido apontada por Ventura e Nassif e observada em organizações de impacto social.³³ Uma análise apurada de todos esses aspectos abordados possibilita ao observador verificar quais conteúdos informacionais são ignorados e até rejeitados pelos decisores e o impacto disso no contexto das organizações, por conta das relações de confiança que são estabelecidas, ou não entre os seus membros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os avançados estudos sobre o a cognição humana mostram perspectivas muito mais amplas a respeito do que se aborda, até então, a respeito da informação. É necessário que sejam considerados os aspectos do sujeito e dos contextos, concomitantemente, ao se estudar o usuário da informação de forma mais profunda, tendo-se como base o que já se conhece a respeito do conhecer humano que podem definir com mais clareza as condições em que uma informação é suficiente para um sujeito e as motivações para que assim o seja. Nesse sentido, considerar as crenças, a história de interações desse sujeito e questões afetivas são basilares para a compreensão das suas interações ou não interações com determinada informação, em um contexto particular.

32 MORAES; NASSIF, 2021; NASSIF, 2013, 2017.

33 VENTURA; NASSIF, 2016 .

No âmbito dos estudos sobre o decisor, algumas lacunas ainda se impõem, dadas as dificuldades em se identificar aspectos emocionais e afetivos e relacioná-los mais claramente à busca e uso de informação. No que se refere à identificação das crenças e a relação com a informação, sobretudo em contextos decisórios, os resultados encontram-se em análise e elaboração de resultados para uma maior compreensão a respeito e da formulação de estratégias de pesquisa que possibilitem o aprofundamento dessas questões. Um desafio importante é aliar o estudo das emoções, crenças e a relação com a informação de forma a se constituir em um corpo conciso de resultados que apontem caminhos para novas pesquisas e para incrementar o ensino e a formação de pesquisadores na área da GIC com uma percepção aguçada a respeito da interação decisor e informação, sob o ponto de vista cognitivo contemporâneo. Talvez, seja importante, para a GIC, redefinir o ponto de vista de considerar a informação como objeto ao considerá-la como recurso gerencial e observar que o uso efetivo desse recurso depende de várias variáveis, ainda pouco discutidas.

E por último, há que se compreender de forma mais profunda e com bases teórico-metodológicas mais consistentes a respeito do conhecimento, seu conceito científico, filosófico e cognitivo para que se criem bases mais sólidas para se discutir as relações entre informação e conhecimento. Não basta disponibilizar informação, tal como compreendida até então pela Ciência da Informação, como algo que leva ao conhecimento, pois esse paradigma não tem mais sustentação a menos que a área prefira permanecer sob o arcabouço teórico dos primeiros movimentos da cibernética.

REFERENCIAS

BERGERON, P. Information resources management. *Annual Review of Information Science and Technology, White Plains*, v. 31, p. 263-300, 1996.

BORGES, M. E. N. *A informação e o conhecimento na Biologia do Conhecer: uma abordagem cognitiva para os estudos sobre inteligência empresarial*. (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

CAPRA, F. , LUISI, P. L. *A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas e sociais*. São Paulo: Cultrix, 2014.

CHOO, C. W. Managers as information users. In: CHOO, C. W. *Information Management for Intelligent Organization: the Art of Scanning the Environment*. 2. ed. Inglaterra: ASIS, 1998. (ASIS Monograph Series)

CLANCEY, W. J. *Situated Cognition: on Human Knowledge and Computer Representations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

DAMÁSIO, A. *A estranha ordem das coisas: as origens biológicas dos sentimentos e da cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

DAMÁSIO, A. *Em busca de Espinosa: prazer e dor na ciência dos sentimentos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DUPUY, Jean-P. *Nas origens das ciências cognitivas*. São Paulo, Unesp, 1996.

HENRIQUE, L. C. J. Inovação e informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 12, n. 1, 2007.

HORTON JUNIOR, F. W. Resource Management: Principles and Practices. In: TON JUNIOR, F. W. *Information Resources Management: Concepts and Cases*. Cleveland: Association for Systems Management, 1979. p. 29-51.

LEITÃO, P. C. C.; NASSIF, M. E. Uso da informação sobre a concorrência e tomada de decisão: estudo e análise das características do processo de sensemaking organizacional. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, v. 2, p. 133-148, out. 2012.

MATURANA, H. *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: ED. UFMG, 1997.

MATURANA, H., VARELA, F. *El arbol del conocimiento*. Santiago: Editorial Universitaria, 1964.

MINTZBERG, H.; WESTLEY, F. Decision Making: It's Not What You Think. *Sloan Management Review*, v. 42, n. 3, 2001.

MORAES, M. F. V.; NASSIF, M. E. A crença e o perfil comportamental do decisor: uma abordagem pela ótica da Biologia do Conhecer. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, v. 16, p. 1-11, 2021.

MOSTAFA, S. P.; MOREIRA, W. Referenciais teóricos da área de informação: sobre Isa e Vânia para os professores da ABEED. *Transinformação*, v. 11, n. 1, p. 16-26, jan./abr. 1999.

NASSIF, M. E. Informação, crença e decisão: perspectiva de pesquisa de um vértice do comportamento gerencial. *Revista Palavra Chave*, v. 7, n. 1, 2017.

NASSIF, M. E. O decisor como usuário da informação: relações entre a gestão da informação e do conhecimento, cognição e perspectivas. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, v. 3, p. 163-172, out. 2013.

NASSIF, M. E.; VENÂNCIO, L. S.; HENRIQUE, L. C. J. Sujeito, contexto e tarefa na busca de informação: uma análise sob a ótica da cognição situada. *DataGramZero*, v. 8, n. 5, 2007.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. *Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação* Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PINHEIRO, L. V. R. Ciência da informação: desdobramentos disciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares. In: GONZÁLEZ DE GÓMES, M. N.; ORRICO, E. G. D. (Orgs.). *Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento*. Natal: EDUFRN, 2006. p. 111-141.

SHERMER, M. *Cérebro e crença: de fantasmas e deuses à política e às conspirações – como o cérebro constrói nossas crenças e as transforma em verdades*. São Paulo: JSN Editora, 2012.

SIMON, H. A. *Comportamento administrativo: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1965.

SPEZIO, M.; ADOLPHS, R. Emotion, Cognition, and Beliefs Findings from Cognitive Neuroscience. In: BAYNE, T.; FERNÁNDEZ, J. *Desilusions and Self-deception: Affective and Motivational Influences on Belief Formation*. Macquare Monographs in Cognitive Science: Psychology Press, 2010. p. 87-105.

TAYLOR, R. S. *Value-added Processes in Information Systems*. Norwood; Nova Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1986.

VAKKARI, P. Library and Information Science: its Content and Scope Advances. *Librarianship*, v.18, p. 1-55, 1994.

VENANCIO, L. S.; NASSIF, M. E. O comportamento de busca de informação sob o enfoque da cognição situada: um estudo empírico qualitativo. *Ci. Inf., Brasília*, v. 37, n. 1, p. 95-106, jan./abr. 2008.

VENTURA, R. C. M. O.; NASSIF, M. E. Gestão de pessoas e suas relações com o compartilhamento da informação no contexto organizacional. *Informação & Sociedade*, v. 26, p. 1-20, 2016.

WEICK K. *Sensemaking in Organizations*. Thousand Oaks: Sage Publications, 1995.



O LEITOR: TRAJETÓRIA DO CONCEITO E PERSPECTIVAS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Lígia Maria Moreira Dumont

Por isso, a certa altura, minha pena se pôs a correr. [...] A página tem o seu bem só quando é virada e há a vida por trás que impulsiona e desordena todas as folhas do livro.

Italo Calvino, *O cavaleiro inexistente*

INTRODUÇÃO

Pesquisas sobre o leitor e a leitura compõem e possuem considerável longevidade como parte do elenco de investigações desenvolvidas pela linha de pesquisa Usuários, Gestão do Conhecimento e Práticas Informacionais, do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Data de meados da década de 1980 o início dos estudos e investigações sobre os leitores, inicialmente instigados pelo trabalho do Carro-biblioteca da ECI da UFMG, que leva a leitura e informação aos bairros da periferia do entorno da cidade de Belo Horizonte (MG) e, dentre eles, a dissertação da autora deste capítulo.¹

¹ DUMONT, 1988.

Os resultados mostraram algo inesperado, abriram consideravelmente o campo de estudos, impulsionado pela riqueza e pluralidade do campo empírico que se descortinava, em razão às especificidades demonstradas pelos leitores do carro-biblioteca. Impossível seria não dar continuidade e desenvolver a pesquisa de doutorado, analisando em mergulho mais profundo as sutilezas e peculiaridades desse grupo de leitores, destacando-se um segmento de mulheres, que procurava na leitura de ficção o lazer e a informação, como elas nos demonstraram. Tal revelação foi investigada e apresentada em tese defendida na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT),² alavancando assim as bases dos estudos, postulados e teorias relacionadas ao leitor sob o olhar da Ciência da Informação. Tal trajetória, produtos e perspectivas são ora apresentadas, em comemoração aos 45 anos do PPGCI da ECI da UFMG.

HISTÓRIA GERAL DOS ESTUDOS SOBRE LEITOR E LEITURA

Sabe-se que os estudos sobre a leitura perpassam por diversas áreas do conhecimento, que se entrelaçam e propiciam melhor entendimento ao ato de ler. Tal constatação demonstra que a sua fundamentação teórica se caracteriza pela multidisciplinaridade e, portanto, está sempre aberta à interferência de outras áreas do conhecimento e às modificações relativas aos suportes dos textos, que por sua vez também influenciam os modos da escrita e da leitura.

O ato da leitura não se efetiva em ações isoladas, nem mesmo lineares, mas, sim, em decorrência de complexa reação em cadeia de ações, desejos, sentimentos, motivações, especulações no cognóscio do leitor, suas análises e críticas. No entanto, cada leitor possui um olhar específico, diferenciado, caracterizado por determinado momento social, comportamental, antropológico, histórico, filosófico, teológico, dentre os vários possíveis.

Torna-se necessário sublinhar as diferentes formas de relação do leitor com o texto, pois tal relação compõe-se de um sujeito-leitor produtor de sentidos, que interage com certo texto impregnado de sentidos, escrito pelo sujeito-autor, o produtor dos sentidos que se encontram subjacentes ou explicitamente inseridos no texto. Sendo que ambos – leitor e autor – podem pertencer a contextos diferentes.

2 DUMONT, 1998.

Isso posto, entende-se que a leitura é uma experiência pessoal e encontra-se submetida a diversas variáveis. No entanto, evidencia-se entre os aspectos da efetivação da leitura observados na literatura, a importância do contexto, onde se acha inserido o leitor e sob outro olhar, também social, o do autor. O destaque dado ao contexto social certamente contém algumas variações, dependendo da vertente científica do autor, mas todos realçam a importância de se analisar a leitura juntamente com o momento social e as características da sociedade de determinado leitor, no determinado momento em que desenvolve a ação leitura.

Segundo Escarpit,³ M^{me} de Staël-Holstein⁴ foi uma das primeiras estudiosas no início do século XIX que se empenhou em reunir as noções de leitura e sociedade em estudo sistemático. Ela se propôs a examinar qual é a influência da religião, dos costumes e das leis sobre a literatura, e qual é essa influência sobre a religião, os costumes e as leis. Verifica-se, portanto, que histórica e socialmente, o ato de ler no decorrer da história envolve-se com um conjunto de práticas, não como desligar a ação ler das manifestações e lutas políticas e sociais.

Significativa, também, como prazer e entretenimento. A leitura como lazer pode ser considerada como uma forma de sabedoria, quando desenvolvida criticamente e não mecânica ou inocentemente. O texto traz consigo certo número de signos que reenviam para o autor, que por sua vez reenviam para o leitor e ao seu contexto espaciotemporal. Em princípio, qualquer leitura possui um potencial a acrescentar, a informar, e nunca a deterministicamente apaziguar o sujeito, a embrutecê-lo, a fazê-lo regredir. Quanto mais se lê, mais chances de informações o sujeito possuirá para discernir em situações que se lhe apresentem no futuro.

Alguns pensadores e suas teorias são considerados como os clássicos na fundamentação dos estudos sobre a relação leitura e leitor. Grande esforço faz-se aqui para, sumariamente, apresentar as teorias e postulados de autores reconhecidos em diversas áreas do conhecimento, que desenvolveram reflexões e teorias sobre o fenômeno leitura pelo enfoque do sujeito leitor.

3 ESCARPIT, 1958.

4 STAËL-HOLSTEIN, [1800?].

MARCO FUNDAMENTAL DOS ESTUDOS DA LEITURA E DO LEITOR

Até a década de 1970, a crítica e os estudos sobre leitura se fundamentavam praticamente na estética literária e na ideologia, imbuídas nos textos. Os críticos literários e estudiosos do assunto faziam suas análises com enfoque pessoal, isto é, da elite cultural, sem muita preocupação com outros estratos sociais, aos quais o gosto e o consumo estão intrinsecamente ligados. Na linha teórica sobre leitura se sobressai a teoria da Estética da Recepção, considerada como o marco limítrofe da entrada do leitor em cena. Delineada por Iser⁵ e posteriormente se difundiu por seus seguidores e outros teóricos, gerando o desenvolvimento de demais estudos que abordam a tese da leitura plural, subjetiva.

A teoria de Iser parte da constatação do papel desempenhado pela incerteza nas interações humanas. Na interação a dois, a cada parceiro é impossível saber exatamente como ela está sendo recebido pelo outro. Na relação incerta entre texto-leitor, há, no entanto, uma certeza comum: os textos não serem figuras plenas, mas, ao contrário, enunciados com vazios, que exigem do leitor o seu preenchimento, o qual se realiza mediante a projeção do leitor. A comunicação dependerá de o texto forçar o leitor a mudar suas “representações projetivas” habituais. Aí sim, efetivamente, a leitura se completa e acrescenta algo novo, inusitado, ao cabedal de conhecimentos do leitor.

A TESE DA LEITURA PLURAL, SUBJETIVA

O historiador Roger Chartier enfatiza que é fundamental reconhecer o vínculo essencial entre o suporte informacional e as práticas de apropriação do texto pelo leitor, que são as leituras. Enfatiza, ainda, a importância de se “[...] reconhecer o vínculo essencial entre o texto em sua materialidade, que suporta os textos, e as práticas de *apropriação*, que são as leituras.”⁶ Um dos motivos que fizeram Chartier tornar-se autor muito reconhecido na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, especialmente no Brasil, foi por ter trazido e desenvolvido em diversas obras o conceito de apropriação da informação pelo leitor.

5 ISER, 1994, 1999, 1976.

6 CHARTIER, 2001, p. 29.

Segundo o autor,⁷ os espaços sociais estratificados existem, mas não são estanques e provocam, então, o fenômeno da circularidade da cultura. “Deixou de ser sustentável estabelecer correspondências estritas entre clivagens culturais e hierarquias sociais, relacionamento simples entre objetos ou formas culturais particulares e grupos sociais específicos.”⁸ Para Chartier, é necessário reconhecer as circulações fluidas, as práticas partilhadas que atravessam as barreiras sociais, pois são numerosos os empregos populares de objetos, de ideias e de código não considerados como tais e já se torna tardia a rejeição, pelos dominantes, das formas enraizadas da cultura comum.

Por outro lado, também não parece ser possível identificar a absoluta diferença e a radical especificidade da cultura popular a partir de textos, de crenças, de códigos que lhe seriam próprios. Todos os materiais portadores de práticas e dos pensamentos da maioria são sempre mistos, combinando formas e motivos, invenções e tradições, cultura letrada e base folclórica. [...] Por ignorar empréstimos e intercâmbios, por mascarar a multiplicidade das diferenças, por determinar *a priori* a validade de uma delimitação que está precisamente por estabelecer, o conceito de cultura popular — que esteve na base dos primeiros e pioneiros estudos sobre o livro de venda ambulante — deve ser agora posto em dúvida.⁹

O autor afirma que para o conceito de cultura, inúmeras acepções são atribuídas, que perpassa todos os estratos sociais, carregando consigo as ideologias de interesse do contexto onde é empregada. Com isso, deve-se também pôr em dúvida a área da circulação da palavra delimitada a uma cultura minoritária e reservada. Estendendo o fenômeno descrito por Chartier da circularidade da cultura, vê-se que também existe o fenômeno da circularidade da leitura. Desde que se passou a questionar a abordagem da divisão compartimentada de aquisição e circulação da cultura, a oposição radical entre popular e letrado vem perdendo pertinência entre os pensadores das áreas afetadas, de alguma forma, pelos fenômenos sociais. A circularidade da cultura e da leitura entre os diversos contextos em que se inserem, remete a outra inevitável circularidade, a que se processa no ato da leitura: onde entra a leitura, onde se passa para a fantasia, o imaginário, ou mesmo, quando a fantasia entra na realidade.

7 CHARTIER, 1990.

8 CHARTIER 1990, p. 134.

9 CHARTIER, 1990, p. 134-135.

Ao discorrer sobre a “apropriação” da leitura, Chartier enfatiza que a história das práticas culturais reconstrói trajetórias complexas das ideias, que circulavam entre a palavra proferida e o texto escrito, da escrita lida aos gestos feitos, do livro impresso à palavra leitora. A noção de apropriação permite pensar

[...] as diferenças na divisão, porque postula a invenção criadora no próprio cerne dos processos de recepção [...] Pensar deste modo as apropriações culturais permite também que não se considerem totalmente eficazes e radicalmente aculturantes os textos ou as palavras que pretendem moldar os pensamentos e as condutas. As práticas que deles se apoderam são sempre criadoras de usos ou de representações que não são de forma alguma redutíveis à vontade dos produtores de discursos e de normas. O ato de leitura não pode de maneira nenhuma ser anulado no próprio texto, nem os comportamentos vividos nas interdições e nos preceitos que pretendem regulá-los. A aceitação das mensagens e dos modelos opera-se sempre através de ordenamentos, de desvios, de reempregos singulares que são o objeto fundamental da história cultural.¹⁰

ROLAND BARTHES, UMBERTO ECO E O SENTIDO NA LEITURA

Na conceituação de leitura, tal é a dificuldade que Barthes e Compagnon assim definem o verbete “Leitura”, na *Enciclopédia Einaudi*: “A palavra ‘leitura’ não remete para um conceito, e sim para um conjunto de práticas difusas.”¹¹ Perguntam qual o ponto de vista que se deve adotar para um conceito que tem demasiadas formas de utilização, na Sociologia, Fisiologia, História, Semiologia, Religião, Fenomenologia, Psicanálise, Filosofia, dentre outras. Cada uma dessas disciplinas tem uma palavra a dizer, mas a leitura não é simplesmente a somatória dessas palavras. Afirmam que determinados assuntos não podem ser tratados com método, sendo necessário “[...] abrir entradas na palavra, ocupá-la por meio de sondagens sucessivas e diversas, segurar muitos fios ao mesmo tempo — que, entrelaçados, tecem a trama da leitura.”¹²

Segundo os autores, histórica e socialmente, ler continua a estar envolvido com um conjunto de práticas: a técnica da decodificação e da prática social, pois ler sempre esteve ligado às lutas políticas e sociais da história; é ainda uma forma de gestualidade, mesmo nos tempos modernos, pois significa para o corpo uma ocupação do tempo livre, com prazer,

¹⁰ CHARTIER, 1990, p. 136.

¹¹ BARTHES; COMPAGNON, 1987, p.184.

¹² BARTHES; COMPAGNON, 1987, p.184.

um trabalho, um passatempo. É forma de sabedoria e é um método. Este último, para os autores, quando sinônimo de ler bem, criticamente, e não mecânica ou inocentemente. Citam ainda a prática de uma atividade voluntária. “Ler, portanto, adquire três auréolas prestigiosas (pouco importa que talvez sejam contraditórias): a da ciência (exatidão, rigor), a da razão (desmistificação), a do gosto (conformidade com o belo).”¹³

Eco¹⁴ deu o sugestivo nome de *Obra aberta* a uma de suas publicações e, desde a introdução, deixa clara a concepção de que qualquer texto implica o estabelecimento de uma coautoria dos leitores, ao afirmar ser ele uma mensagem fundamentalmente ambígua, uma pluralidade de significados que coexistem em um só significante. A preocupação de Eco não é com a obra em si, pois essa “é apenas uma potencialidade”, mas com as possibilidades de leitura. O texto feito cede lugar a outro, a se fazer. Nesse sentido, obra acabada e *fechada* em sua perfeição de organismo perfeitamente equilibrado é também *aberta*, isto é, passível de mil interpretações diferentes, sem que isso redunde em alteração de sua irreproduzível singularidade. Nessa perspectiva, avulta a importância do leitor, a quem cabe, finalmente, a concretização do texto. Mesmo que a obra tenha características medíocres, podem dela derivar outras e diferentes interpretações.

Eco¹⁵ afirma que a leitura se apoia “parasiticamente” na realidade tomada como seu pano de fundo. Para ele isso seria simples, se não houvesse o “dogma da suspensão da descrença”, segundo o qual podem-se suspender umas informações transmitidas e outras não, uma vez que as fronteiras entre aquilo em que se deve ou não acreditar são muito ambíguas. O universo de uma escrita não termina, portanto, na última linha do livro, pois pode continuar indefinidamente e de forma criativa no pensamento do leitor.

Umberto Eco se dedicou ao sujeito leitor ao lhe cunhar atributos para desenvolver suas teses:

- o leitor desejado pelo autor;
- leitor imaginário;
- o leitor ideal;
- leitor modelo;

13 BARTHES; COMPAGNON, 1987, p. 186.

14 ECO, 1976.

15 ECO, 1997.

- leitor nível 1;
- nível 2.

Relembra que o texto faz revelar uma multiplicidade de associações, produto da mente do leitor e complementa ao estabelecer que a leitura é a relação dialógica entre o mundo do texto e o mundo do leitor. Para que esse encontro se efetive, não é necessário possuir somente competência técnica, indispensável, mas insuficiente. Torna-se ainda necessária a capacidade de saber integrar esses dois universos. Particularmente, e pela caminhada das minhas pesquisas, ousou até a afirmar que tal diálogo seja a essência de todo o processo da ação leitura.

DETERMINISMOS SOCIAIS E LEITURA

Diversos determinismos ainda são dados aos efeitos da ação leitura, vale a pena destacar este tema, pois eles empobrecem o grande potencial que a leitura proporciona. Dentre eles, sobressai a causa-efeito da leitura ainda ser considerada pelo senso comum como instrumento de dominação tremendamente eficaz, uma vez que escritas com este fim homogeneizam os gostos, inibem o questionamento e a criatividade, além de transmitir o discurso de políticos e de dominações, que induz o leitor a nele acreditar como sendo o mais correto. Trata-se de um estigma determinista ainda presente ao efeito da ação de ler, ou seja, que os sentidos dados pelo autor à escrita são assim pelo leitor introjetados, ocasionando a influência ou crença desejadas. As pesquisas e estudos demonstram que não há consequência previsível na leitura do leitor, portanto não cabem os determinismos. Não se pode esquecer nunca da capacidade de discernimento do leitor, pois trata-se de sujeito inserido em uma sociedade, seu subjetivismo, composto por outros conhecimentos já introjetados pela sua vivência e liberdade de pensamento, independentemente do local da sua existência. O leitor pode ser coagido a não se expressar em algum momento de dominação, mas nada o impede de pensar segundo sua vontade, suas escolhas.

Ocorre então outra indagação, também pesquisada no PPGCI-UFMG, aqui vista como decorrência da anterior: a leitura de ficção pode ajudar a resolver problemas metafísicos? É interessante imaginar se o mundo da ficção pode estruturar a realidade, propiciar a organização do mundo real; se, através da ficção, alguma coisa pode ser acrescentada à bagagem informacional do leitor e se este reutiliza posteriormente o que foi incorporado pela leitura. Na verdade, o que se está propondo é

o inverso do que se diz tradicionalmente: que a literatura é alimentada pela vida real. A resposta é sim; pesquisas de tese da linha de pesquisa Usuários, Gestão do Conhecimento e Práticas Informacionais, do Programa de Pós-graduação já demonstraram tal realidade, não só com crianças, mas também com adultos.¹⁶

Em contrapartida, a essas críticas, os meios de comunicação de massa são avaliados positivamente por outros autores que os consideram instrumentos da democracia, que podem também veicular valores das classes subalternas. Segundo as visões mais otimistas, afirma-se que os meios de comunicação de massa podem ajudar na solução de problemas metafísicos; em se tratando de produtos mais baratos e acessíveis, podem promover a cultura e a instrução, além de proporcionar lazer e descontração para uma grande parte da população. É verdade que o texto propõe, maciça e indiscriminadamente, vários elementos de informação, não se fazendo qualquer distinção entre eles; mas não se pode mais uma vez afirmar que a explosão de informação “forma” o sujeito conforme um objetivo previamente traçado. Seria uma concepção muito simplista da natureza humana pensar que o acúmulo de informações, que a quantidade, não possa se converter em qualidade, pois assim se estaria suprimindo o maior valor de um sujeito, tirando sua capacidade de raciocínio, discernimento e síntese. Ao se criticar a homogeneização dos gostos, pode-se também interpretar que ela contribui, em última instância e, no mínimo, para nivelar certas diferenças de castas. Os leitores se interessam por determinados textos e não por outros. Qualquer escolha tem caráter seletivo, próprio do indivíduo. Há, portanto, diversidade, tanto nas instâncias da produção como na da recepção, que escapa a qualquer imposição.

Do efeito maniqueísta parte-se, então, para a visão baseada na subjetividade do sujeito leitor. Independentemente do cabedal de seus conhecimentos, de ser o texto portador ou não de qualquer tipo de ideologia, as novas informações são processadas, comparadas com as anteriormente recebidas, reelaboradas e o resultado final será uma nova informação. O principal fator que provocou a mudança de paradigma dos estudos da leitura foi a subjetividade do leitor, considerado como o componente decisivo na interpretação dos textos. De receptor passivo dos conteúdos plurais do texto, com perfil delineado, plano, passa a agente ativo. Descobre-se que o leitor é também plural e sua leitura vai depender da sua subjetividade, e não do discurso contido no texto.

¹⁶ DUMONT, 1998; PINHEIRO, 2013; RAMOS, 2017.

A propósito, pode-se citar o exemplo clássico do folhetim em tiras de Eugène Sue – *Os mistérios de Paris* – publicadas em rodapés diários no *Journal de Débats* em 1842 e 1843. Eco,¹⁷ menciona a maneira crua com que o autor descreve os submundos de Paris, expondo detalhes degradantes da vida de seus miseráveis habitantes, na ocasião colocados à margem pela aristocracia decadente e pela burguesia ascendente de Paris. O autor do folhetim era defensor da aristocracia e ao tentar desqualificar um problema de classes sociais, acredita-se que tenha efeito contrário, acendido o estopim do movimento popular que culminaria na Revolução de 1848. Escrito com o intuito de enaltecer o dandismo parisiense, acredita-se que terminou por publicizar tal realidade e assim ser lido e interpretado pelo proletariado.

Já a noção de mediação entre autor e texto veio se transformando nos últimos anos, passando da ideia de transmissão unilinear, concebida nas teorias clássicas e alicerçada na figura de um mediador ou de uma mídia, a um processo onde intervêm diferentes agentes sociais e culturais. A partir do século XX, devido ao acelerado desenvolvimento da tecnologia digital e virtual, verifica-se o impulsionamento da comunicação por intermédio das redes sociais. Diversas etapas antes necessárias ao autor para chegar ao leitor foram ultrapassadas, proporcionando o seu contato direto e imediato com o leitor. Tal agilidade possibilita, além do mais, a alteração e reorientação em tempo real do discurso do autor.

Certamente, tal fenômeno provoca nos pensadores que estudam a leitura novas pesquisas e incursões no entendimento da ação leitura. Chartier, renomado pensador com longo trajeto nas investigações sobre a ação leitura e seus suportes, sempre enfatizou ser fundamental reconhecer o vínculo entre o suporte informacional e as práticas de apropriação, que são as leituras. Nos seus mais recentes livros¹⁸ já ressalta as mudanças e possíveis modificações que a leitura está sofrendo, devido ao suporte digital. Ressalta que aparecem muitas indagações nesse novo horizonte ocasionadas pela quantidade de informações, que estimulam uma leitura rápida e efêmera e, inversamente ao desejado, pode ocasionar a desinformação. Cita também a expansão da autopublicação, que quebrou todo um sistema relativo ao fazer do editor para os livros chegarem às mãos dos leitores, com destaque a avaliação do texto, diagramação e impressão, e o fazer chegar às mãos dos leitores.

17 ECO, 1991.

18 CHARTIER, 2019; 2020.

LEITURA, LEITOR E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A análise dos estudos sobre leitura e leitor existentes em diversas áreas do conhecimento, demonstra que eles ainda possuem certa tendência em focar com mais intensidade o texto e suas características, o estilo do autor. Na tentativa de desenvolver pesquisas fundamentadas em preceitos da Ciência da Informação, foi criado pela autora em 2007 o grupo de pesquisa Informação e Leitura.¹⁹ A primeira indagação provocada questionada pelos pesquisadores do grupo foi entender porque existe uma discrepância, talvez até uma determinada incoerência ao acreditar-se que, se os textos têm como objetivo final serem lidos pelo maior número possível de pessoas, porque a escrita destes textos chama mais a atenção dos pesquisadores.

Na linha existencial da escrita e da leitura verifica-se que até há relativamente pouco tempo, quase não se pesquisava sobre a crítica do leitor acerca dos textos lidos e até o dia de hoje esta realidade ainda se apresenta em desequilíbrio. Identifica-se uma prática, que de certa forma denota uma inversão de valores: analisa-se o texto, muitas vezes como arte ou não, crível ou não, relegando a segundo plano o objetivo primeiro: ser lido por alguém ou o leitor. Tal prática colaborou para que os estudos, postulados e teses sobre leitura ficassem mais ao patamar teórico sobre o texto, à crítica de seu conteúdo, relegando o leitor a um nível secundário, especulativo.

Ao se prosseguir nessa linha de raciocínio e apesar de na atualidade o enfoque dos estudos das Ciências Sociais ter-se direcionado para o individual, a subjetividade, alteridade e também o cotidiano, a realidade é que ainda são poucas as linhas de pensamento e pesquisas desenvolvidas com

19 O grupo de pesquisa “Informação e Leitura” encontra-se registrado no CNPq e possui como principal objetivo investigar a obtenção de informações e a introjeção de conhecimentos por intermédio de diversificadas formas de leitura, com ênfase na literatura de lazer como romances populares, revistas em quadrinhos, dentre outras. Analisa, também, transversalmente ao estudo dos leitores dessas literaturas, o desenvolvimento de competências em informação, dando-se destaque ao segmento de leitores agregados a comunidades marginalizadas, ou mesmo excluídas, que sobrevivem em constante mutação e apresentam características instáveis e complexas. O enfoque de estudo centraliza-se nas maneiras pelas quais o leitor, em determinados eventos, revoca de seu cognóscio informações e sugestões de ações adquiridas através da leitura, para usá-las em contexto similar real. Entende-se que o caráter contextual de ações aparentemente corriqueiras pode ser processado, avaliado e eventualmente reutilizado.

o intuito de identificar a crítica e o gosto do sujeito leitor. Por outro lado, verifica-se no decorrer dessa trajetória de anos de estudos, o surgimento de trabalhos de autores diversos e de diferentes países, salientando os vinculados à Ciência da Informação, que apresentam preocupações relacionadas ao leitor, tendo como um dos destaques de estudo seus contextos sociais.

No Brasil, começam a surgir com maior frequência estudos que pesquisam as preferências de leitura de determinadas comunidades de leitores. Ainda que sejam poucas as investigações que contemplam o leitor e a leitura como forma de introjeção do conhecimento, bem como a fundamentação teórica que substancie esta introjeção ou apropriação, nota-se o surgimento de pesquisas sérias com fundamentação científica. Tal realidade vem a comprovar a tendência atual de se observar as práticas de leitura, inclusive as que aliam o lúdico à informação e normalmente, defendem uma formação de leitores de forma mais prazerosa e não um hábito que se forma por meio do dever, da obrigação.

É importante frisar que aos estudos e pesquisas sobre leitor foi dado o enfoque sociocultural, sob o olhar do campo de conhecimento Ciência da Informação e sociedade. Ao adotar tal terminologia, pretendem evidenciar o que ocorre no cotidiano das pessoas, grupos, classes e instituições sociais com relação à leitura das pessoas. Em especial, a informação transmitida pela leitura no dia a dia dos seus leitores. Ao se tratar de pesquisas sobre a formação de leitores – crianças e adultos – não basta somente entender o que eles gostam de ler, mas compreender o porquê de eles gostarem daquela leitura em particular.

A leitura e o acesso à informação são uma forma de se garantir a cidadania, ou seja, diminuem o desequilíbrio entre as camadas sociais ao promover o acesso à informação. Ao se formar cidadãos mais competentes em leitura, dá-se o principal passo para o sujeito tornar-se um leitor com competência em informação;²⁰ formam-se também sujeitos conscientes, com autonomia, livres no seu pensar e no seu papel na sociedade.

FATORES DA EFETIVAÇÃO DA LEITURA

A partir de amplo pesquisa e análise da temática leitura e do leitor na literatura de diversas áreas do conhecimento, observou-se que determinados fatores se repetiam e que, de alguma forma, seria possível construir uma interface teórica com a Ciência da Informação. Tal pressuposto

20 DUMONT, 2017.

foi se desenvolvendo e se consolidou em postulado ao eleger a existência de três fatores basilares da efetivação e introjeção – ou apropriação – de conhecimentos pela leitura, que se interpenetram fortemente:

1. o contexto, quando teóricos da área da Sociologia e da Antropologia Social também dão aporte teórico para a interpretação do fenômeno na leitura;
2. a motivação, que busca preceitos de fundamentação na Psicologia;
3. o sentido dado às leituras, quando fundamentalmente procura-se sustentação nos teóricos da Semiótica.

Na fundamentação teórica desses três fatores foram identificadas aberturas, aderências e extensões com potencial aplicabilidade aos estudos da leitura e leitor na Ciência da Informação. Tais componentes – contexto, sentido, motivação –, advindos, em princípio, de diferentes áreas do conhecimento, se apresentam intrinsecamente ligados a componentes cognitivos, que interagem entre si em processo constante, dinâmico, tendo como base fundamental o cenário social. Esses fenômenos, todos advindos de fatores socioculturais, interagem e iteragem fortemente, caracterizando o tradicionalmente chamado “gosto”, ou preferência, por determinado tipo de leitura e na almejada introjeção de conhecimentos. Para melhor compreensão, apresenta-se de forma bem sintética, algumas características das três facetas, já transpostas para a Ciência da Informação.

CONTEXTO

- O comando da leitura se dá a partir de temas significativos, familiares;
- a compreensão do texto enreda-se na percepção entre o texto e o contexto;
- contexto imbrica fortemente com a subjetividade;
- contexto tende a igualar as pessoas quanto ao “gosto” pela leitura, mas a subjetividade as diversifica.

MOTIVAÇÃO

- Quando um leitor decide ler, esta ação é motivada por algum estímulo;
- algo no texto o atrai, há um desejo;
- há dois tipos de leitura – motivação: a utilitária, com fim definido, ganhar prestígio, *status*; e a leitura como lazer, para descansar, relaxar – fruição.

SENTIDO

- Pode ser considerado a compreensão da escrita, que causa impacto, novidade, ruptura;
- as palavras são signos, até darem sentido ao leitor;
- o leitor reúne sentidos isolados, consolidando-os em uma estrutura;
- no transcorrer da efetivação da leitura, da interpretação dos significados brotam sentidos, o imaginário se solta e permite que a criatividade, a transformação de sentidos surgem, fluem e processam novos significados, novos sentidos; o leitor já se soltou das amarras do texto.

Quando dois ou, de preferência, os três elementos se unem no ato da leitura, acontece o fenômeno da apropriação da informação, ou seja, o leitor alcançou a competência em leitura. Isso significa que ele poderá posteriormente inferir ou concluir algo na sua vivência, devido ao fato de seu cognóscio já possuir armazenado algo já dito, ou mostrado ou... lido em algum momento de sua vida. Daí a afirmação de que a efetivação da leitura exercida por um sujeito leitor formado é condição *sine que non* para ele se tornar um sujeito com competência em informação.²¹

Foi possível, portanto, desse caminhar de estudos e pesquisas sobre leitura e leitor, desenvolver o seguinte modelo para representar o fenômeno da efetivação da leitura:

Figura 1 – Três componentes da efetivação da leitura



Fonte: Elaborado pela autora.

21 DUMONT, 2017.

Vale lembrar que por trás da construção desse modelo, existe uma dinamicidade muito grande na conjunção dos três elementos. A figura foi desenvolvida para facilitar a visualização de pressupostos, mas são estáticas, não permitem demonstrar as interações que existem entre os três elementos.

A leitura vai se efetivando, a medida em que há a conjunção da motivação, de seu contexto e o sentido captados pelo leitor, vindo assim a introjetar determinado conhecimento. Tais fatores não podem deixar de ser verificadas, ao se tentar problematizar e pesquisar a leitura e o leitor. A efetiva leitura consiste em atribuir significado ao escrito e depende diretamente das informações que o indivíduo já possui sobre o mundo o seu estoque simbólico. Ao atribuir significado muito mais amplo ao conceito da leitura, imbricada com a sua prévia experiência, certas respostas podem ser encontradas na produção escrita, construindo conhecimento que entrelace informações novas àquelas que o leitor já possuía.

A priori nenhum texto pode ser taxado como alienante, ou indutor de determinada doutrina. A percepção do leitor é totalmente diferente da do crítico, pois ambos vivem de maneiras diferentes e percebem de modo diverso o discurso do que é novo e do que é repetido. Um texto bem simples pode ser questionador para um leitor, enquanto um texto elaborado, direcionado, pode não lhe dizer nada.

Não procede a suposição de que qualidades como inclusividade, complexidade e importância sejam elementos constitutivos do discurso informativo porque, embora possam – em certos contextos – “ser condições necessárias para se chegar a uma exposição satisfatória dos fatos descritos, não representam, porém, condições suficientes para caracterizar o discurso como informativo.”²² Essa afirmativa é de Olsen, que prossegue, esclarecendo que uma descrição pode muito bem ser complexa – num sentido positivo –, coerente e interessante – em oposição ao trivial –, e ser admirada exatamente por essas qualidades. E pode ser verdadeira, mas também pode ser falsa.

A apreciação de um discurso pode exigir certo esforço para destrinchar sua complexidade e coerência, mas a identificação das características do pensamento não obriga o leitor a interpretar um discurso como desejaria o autor. A leitura competente sabe identificar o discurso de quem escreveu pelos sinais e sentidos que se encontram subjacentes à escrita, isto é,

22 OLSEN, 1979, p. 76.

como se interpenetram na escrita o objetivo, a intenção de modificar ou reforçar as convicções de alguém. Cabe ao leitor identificar qualidades, complexidade, coerência e importância relativas à intenção do autor.

A partir daí a escolha é do leitor, se ele coaduna ou não com as informações repassadas pela escrita. O sujeito leitor tem total liberdade para adotar o sentido enviado pelo autor sujeito. Deduz-se dessa complexa cadeia de informações e possíveis sentidos o muito que ainda precisa-se caminhar para conquistar mais construtos e teorias, que viriam a destrinchar com mais coerência fenômeno tão complexo. Os textos não são neutros, esta afirmação é clara, por outro lado, ainda se encontra na abstração o entendimento de interpretação e de absorção ou não do discurso subjacente aos textos. Não é possível prever o sentido que o leitor atribuirá, pode-se apenas afirmar que isso dependerá da sua subjetividade e toda a carga de significados que tal conceito carrega.

E O AUTOR?

Os estudos sobre leitura e informação desenvolvidos pela linha de pesquisa Usuários, Gestão do Conhecimento e Práticas Informacionais do PPGCI não deixaram de pesquisar o outro lado da moeda, o autor.

É impossível iniciar qualquer estudo sobre tal entidade sem citar Michel Foucault. O pensador volta no tempo e afirma que o marco do aparecimento do autor foi o momento forte da individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filosofia e nas ciências, ao final do século XVIII, quando o nome, a noção de autor passou a ser escrito nas publicações. Porém, enfatiza: o nome do autor não está situado no seu estado civil, “[...] mas sim na ruptura que instaura certo grupo de discursos e o seu modo de ser singular.”²³

Assim, a característica da função autor é, na realidade, o seu modo de existência, de circulação e de funcionamento de um discurso no interior de uma sociedade. Foucault explica que tal função não é, com efeito, uma pura e simples reconstrução que se faz em segunda mão, a partir de um texto tido como um material inerte. O texto traz sempre consigo certo número de signos trazidos pelo autor nos textos: “[...] nestes últimos, tais *embraiadores* reenviam para o locutor real e para as coordenadas espaço-temporais o seu discurso.”²⁴ Usa, portanto,

23 FOUCAULT, 2006, p. 46.

24 FOUCAULT, 2006, p. 54.

tal metáfora para exemplificar o papel da escrita do autor. Segundo o *Dicionário Online de Português – Dicio*, o papel do embraiador é estabelecer comunicação entre o motor e os órgãos que ele deve pôr em movimento. Desse modo, o filósofo considera a escrita do autor como um indutor de reações. Explica, ainda, que são os “atributos do retorno”, ou seja, tais movimentos “[...] se fazem na direção de uma espécie de costura da obra e do autor.”²⁵ Ao leitor, cabe “saber ler”, identificar esses movimentos, entender as nuances de determinado discurso.

Foucault, como identificou Chartier,²⁶ de certa forma revolucionou as investigações sobre o autor, ao afirmar que os estudos dos discursos não devem ser aquilatados pelo seu valor expressivo, mas sim nas modalidades da sua existência: os modos de circulação, de valorização, de atribuição, de *apropriação* dos discursos variam com cada cultura e modificam-se no interior de cada uma.

O que especifica um autor é justamente a capacidade de alterar, de reorientar o campo epistemológico ou o tecido discursivo, como formulou. De fato, só existe autor quando se sai do anonimato, porque se reorientam os campos epistemológicos, porque se cria um novo campo discursivo que modifica, que transforma o precedente.²⁷

Chartier²⁸ revê trinta anos depois a célebre conferência de Foucault, repassando os indícios históricos ocidentais da função autor e as mutações físicas sofridas por seus suportes, abordadas pelo filósofo. Complementa que esse talvez tenha sido o fator não abordado por Foucault, a importância da materialidade dos textos nos estudos históricos sobre a figura do autor, dos textos e da leitura.

As incursões feitas sobre o autor com o intuito de apreender componentes a serem explorados nos estudos do leitor, vêm demonstrando que a literatura já averiguada corrobora os estudos existentes sobre o leitor e a leitura. Ao autor dá-se o direito de escrever o que deseja, segundo seus preceitos e vontade; e ao leitor deve se dar a liberdade da sua interpretação, da sua escolha, de acreditar no que desejar, ou quiser. Daí a grandiosidade do fenômeno leitura.

25 FOUCAULT, 2006, p. 55.

26 CHARTIER, 2001.

27 FOUCAULT, 2006, p. 86.

28 CHARTIER, 2014.

POSSÍVEIS CONCLUSÕES, POSSÍVEIS AVANÇOS

Pesquisar o leitor significa cada vez mais ter o que pesquisar. Dentre os possíveis pontos de vista e/ou correntes epistemológicas que visam investigar questões mais profundas sobre o processo da obtenção de conhecimentos através da leitura, pode-se destacar que as teorias e postulados apresentados têm alicerçado as pesquisas na Ciência da Informação, que visam verificar a relação existente entre a leitura e a introjeção do conhecimento nelas veiculado pelos leitores, assim como as possíveis aplicações posteriores deste conhecimento, reelaborado, e utilizado na vida do leitor.

São tais recursos que fornecem os instrumentos para que o leitor possa construir competências que dizem respeito não somente à capacidade de decodificar códigos da escrita, mas também de avaliar, criticar e questionar o que está sendo veiculado nas suas linhas e entrelinhas. Além da capacidade de oferecer um novo significado à informação ali contida, principalmente quando essa é comparada com os conhecimentos previamente adquiridos.

O objetivo do grupo de estudos Leitura e Leitor é desenvolver cada vez mais pesquisas relacionadas aos sujeitos e fatores que se entrelaçam e propiciam um melhor entendimento do ato de ler, dentre os múltiplos e diversos ângulos de análise possíveis na temática leitura. Por suposto, o grupo de estudos encontra-se diante de um processo complexo; torna-se tarefa difícil estabelecer os limites de cada inferência, pois o ato da leitura não se efetiva em ações isoladas, lineares, mas sim em decorrência de complexa reação em cadeia de ações e contextos, sentimentos, motivações, especulações a respeito dos sujeitos envolvidos, suas análises e críticas em determinado *tempo* e *espaço*.

Vale reforçar que o ato da leitura de um específico leitor pode diferenciar-se, depende do que ele necessita em determinado momento: social, antropológico, histórico, comportamental, filosófico, teológico, político, dentre os vários possíveis. Nessa perspectiva, torna-se necessário sublinhar as diferentes formas de *relação do leitor* com o texto de um *autor-sujeito*. Tal relação compõe-se de um sujeito-leitor produtor de sentidos, que interage com determinado texto impregnado de *sentidos em estado latente*, escrito por outro sujeito-autor, também produtor de sentidos. Sendo que ambos – leitor e autor – geralmente pertencem a contextos diferentes. Indubitavelmente, o que mais atrai no desenvolver das pesquisas é a identificação dos leitores com os fatos e acontecimentos.

tecimentos retratados em suas narrativas, calcados na realidade humana, constituintes da cultura e da sociedade em que os leitores vivem.

Verificar, através do ato de ler determinada literatura, o sentido social que o sujeito coloca nesta ação e a influência que, porventura, esta pode ter sobre sua vida, deve ser o balizador central, a premissa de que toda ação social, no caso o ato de ler, visa um objetivo, tem uma intenção e motivação. Esse sentido pode até não estar claro, nem sempre é racional, mas está lá, presente. Tal afirmação pode ser reforçada pelos estudos de Ceri,²⁹ que critica o estruturalismo hiposocializado do homem – linha de raciocínio que defende como decisivas as predeterminações relacionadas ao comportamento humano numa determinada escolha. O sociólogo lembra que não existe um indivíduo essencialmente racionalista. Existem motivações diversas para se tomar uma certa decisão, dentre outras lógicas que podem advir de: necessidade de prestígio, de agregação a determinada coletividade, diversão, entre outras.

Quanto à metodologia a ser utilizada nas pesquisas com leitores, a aplicação dos pressupostos da etnometodologia têm auxiliado no desvelamento de algumas questões importantes e não ditas pelos leitores entrevistados.³⁰ Conforme postulou Garfinkel,³¹ a intencionalidade das ações nem sempre coincide com os relatos descritivos desta mesma ação. Mesmo que seja o próprio sujeito que esteja descrevendo uma ação, por mais corriqueira que seja, seu relato pode estar permeado por suas “leituras”, pelo sentido que dá à ação, necessitando então o entrevistador ter todo um conhecimento do contexto social e cultural do entrevistado para analisar sua fala e poder captar a possível realidade. Os valores introjetados, os determinismos aceitos como válidos pela sociedade e a interpretação e sentido que os leitores dão a estes fatores podem ter visões diferentes, pela ótica de cada pessoa.

Apesar do reconhecimento de um conteúdo permeado de determinismos sociais relativos ao ato de ler, não se pode afirmar com certeza como estes estão sendo assimilados e analisados pelos leitores; uma escrita não pode ser vista como um determinismo inexorável. Como já ficou comprovado pela literatura a respeito, nunca se sabe o efeito que aquela informação irá produzir no leitor, pois o mesmo fato pode ser visto de posições opostas. Repete-se mais uma vez que o sentido atribuído pelo

29 CERI, 1993.

30 DUMONT; RAMOS, 2018.

31 GARFINKEL, 1968.

sujeito ao apropriar-se de uma nova informação, depende da sua subjetividade: é o leitor que situa o texto no seu contexto. Exemplos na literatura também foram dados sobre discursos propositamente embutidos em determinados textos, que provocaram efeitos inversamente opostos.

Reconhece-se a desvantagem de uma leitura que se desenvolve de forma sectária, tendenciosa ou proveniente de uma só fonte; é preciso que o leitor tenha acesso à mais diversificada gama de informações, fazendo com que acumule conhecimentos vários – divergentes e desiguais – que constituirão subsídios para ajudá-lo na formação do seu próprio senso crítico. Principalmente na atualidade, com o advento e rápida socialização das redes sociais e os grupos de acesso. Identifica-se certa tendência do leitor em querer ler aquilo que vai de encontro com sua cultura, suas crenças, rejeitando as fontes que lhe desagradam. A leitura tem de ser plural, deve criar desequilíbrios no sujeito, desestabilizar, subverter; em outras palavras, propiciar a reflexão.

Para finalizar, enfatiza-se que a interação texto e leitor é a relação dialógica entre o mundo do texto e o mundo do leitor. Para que esse encontro se efetive, para que se feche o círculo, não compete ao leitor possuir somente competência técnica de decifração léxica – indispensável, mas insuficiente. Torna-se ainda necessária a capacidade de saber integrar os dois universos: o mundo do texto e o mundo do leitor, pois tal diálogo é a essência de todo o processo da ação leitura. Reforça-se, ainda, que o leitor pode ser entendido como aquele que sabe operar essas relações para encontrar as informações que necessita, na interação com o outro, com o autor. E o profissional da informação? Cabe a ele ter capacitação teórica sobre essa complexa cadeia de saberes sobre a ação leitura e capacitação técnica para saber, efetivamente, mediar a o mundo dos textos e a diversidade do universo dos leitores.

*Qu'on ne s'attende pas aux matières, mais au façon que j'y donne.*³²

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland; COMPAGNON, Antoine. Leitura. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1987. v. 11.

CERI, Paolo. Contre la conception hypo-socialisée de l'homme. *Colloque Le Retour Du Sujet*, Cerisy-la-Salle, 1993.

32 MONTAIGNE *apud* PEDROSO, 2017

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. *Um mundo sem livros e sem livrarias?* São Paulo: Letraviva, 2020.

CHARTIER, Roger. *O que é um autor?: revisão de uma genealogia*. São Carlos: EDUFSCar, 2014.

CHARTIER, Roger; SCOLARI, Carlos A. *Cultura escrita y textos en red*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2019.

DUMONT, Lígia Maria Moreira. *O imaginário feminino e a opção pela leitura de romances de séries*. 1988. Tese (Doutorado em Comunicação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

DUMONT, Lígia Maria Moreira. *Integração comunidade e carro-biblioteca: a estratégia de uso do audiovisual*. 1988. 163p. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988.

DUMONT, Lígia Maria Moreira. *Leitura e competência informacional: interseções e interlocuções*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 18., Marília, 2017. *Anais eletrônicos...* Marília, ANCIB, 2017.

DUMONT Lígia Maria Moreira; RAMOS, Rubem Borges Teixeira. *A leitura de histórias em quadrinhos da Marvel e da DC Comics e a etnometodologia: relevância e desdobramentos*. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 188-205, jul./set. 2018.

ECO, Umberto. *Obra aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo : Companhia das Letras, 1997.

ECO, Umberto. *O super-homem de massa: retórica e ideologia no romance popular*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

ESCARPIT, Robert. *Sociologie de la littérature*. Paris: Presses Universitaires de France, 1958.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* 6.ed. [Lisboa]: Passagens, 2006. p. 29-87.

GARFINKEL, Harold. *Studies in Ethnomethodology*. [s.l.]: Prentice Hall, 1967.

ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. São Paulo: Editora 34, 1996, 1999. 1976. v. 2.

OLSEN, Stein Haugom. *A estrutura do entendimento literário*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PEDROSO, Sandra P. T. *Ensaio de Montaigne: o Jugement e sua Forma*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-graduação do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PINHEIRO, Edna Gomes. *Do limiar da casa ao olho da rua: crianças e adolescentes em situação de risco e suas histórias de leitura - das práticas singulares à pluralidade do olhar da Ciência da Informação*. 235 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

STAËL-HOLSTEIN, M^{me} de. *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*. Paris: [s.ed.], [1800?].



**DA REPRESENTAÇÃO
FIGURATIVA DE UMA
IDEIA À BUSCA PELOS
INSTRUMENTOS
MENTAIS SUBJACENTES
À SUA REPRESENTAÇÃO:
UMA HEURÍSTICA DA
INFORMAÇÃO ENTRE OS
SÍMBOLOS, OS AFETOS, AS
COGNIÇÕES E O IMAGINÁRIO**

Claudio Paixão Anastácio de Paula¹

¹ Meus sinceros agradecimentos à generosa leitura crítica que Jéssica Patrícia Silva de Sá e Yago Henrique Andrade Almeida respectivamente, meus orientandos de doutorado e iniciação científica, que fizeram de um rascunho este capítulo. São pequenos gestos solidários como esse que tornam um grupo de pesquisa forte.

DOS INÍCIOS OU DA UTILIZAÇÃO DE UMA ELUCIDAÇÃO METODOLÓGICA COMO MOTIVO PARA REFLETIR SOBRE O PAPEL DA IMAGINAÇÃO NA PROPOSIÇÃO DE IDEIAS E METODOLOGIAS

As regras de uma boa escrita acadêmica rezam que os bons trabalhos não deveriam começar com citações. Neste caso específico, na tentativa de se pensar um começo que permita a clara compreensão do encadeamento de ideias ao qual este capítulo se propõe a apresentar, há que se subverter essa recomendação.

O Professor Armando Malheiro da Silva, da Universidade do Porto, em sua passagem pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em setembro de 2018, disse em uma entrevista:

Eu queria muito saudar essa iniciativa do GEDII aqui na UFMG porque me parece ser uma iniciativa inovadora... Inédita... Não conheço outra no nível da Europa e aqui do Brasil. Tanto que atrevia-me a dizer, no meu conhecimento, não conheço outra. Pode ser que haja. Pois para mim, é única no mundo.²

O Gabinete de Estudos da Informação e do Imaginário (GEDII) e a iniciativa aos quais o professor se refere são, respectivamente, um grupo de pesquisa – o GEDII³ – e a proposta de se utilizar o conceito de imaginário – em toda a sua extensão – para a compreensão dos fenômenos infocomunicacionais, em geral, e o conceito de informação em particular. Faz ainda referência a toda a uma carga polissêmica e epistemológica que cerca as condições necessárias e suficientes⁴ para a

2 SILVA, 2021.

3 O Gabinete de Estudos da Informação e do Imaginário (GEDII) foi criado em janeiro de 2017, está cadastrado no diretório de grupos do CNPq, acessível pelo endereço <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3022296834260274> e é classificado na UFMG como um Laboratório de grupos e/ou núcleos de pesquisa (LGPq). Fonte: <http://gedii.eci.ufmg.br/>

4 Em linhas muito gerais, uma condição necessária é aquela se não estiver presente torna impossível a existência (ou a ocorrência) de um fenômeno. Essa condição é, portanto, necessária à sua existência. No entanto a presença de uma condição necessária não garante, por si só, a ocorrência do fenômeno. Para que ele ocorra, é preciso que haja concurso de outras condições (as condições suficientes). Por outro lado, as condições suficientes não são a causa do fenômeno uma vez que, mesmo a presença de todas elas na ausência da condição necessária não consegue produzir, sozinha, o mesmo fenômeno. Usando um exemplo clássico: o bacilo de Koch (*Mycobacterium tuberculosis*) é condição necessária para o adoecimento por tuber-

sua existência enquanto uma entidade passível de ser estudada, catalogada, compreendida, compartilhada, interpretada e, obviamente, que cercam a sua mediação. Essa nova abordagem de estudo dos sujeitos, e que fundou uma perspectiva investigativa diferenciada, foi introduzida inicialmente no campo por meio dos trabalhos de Paula,⁵ Araújo⁶ e por diversos outros estudos desenvolvidos a partir dessas reflexões iniciais por esses e outros autores.

O que se verá a seguir é uma reflexão de caráter ensaístico sobre uma trajetória construída em decorrência da interação com e entre diversas pessoas e instituições ao longo de 25 anos. O produto final, a partir do que descreve Max Bense, tornou-se a descrição de uma percepção sobre “[...] uma realidade concreta que se destaca da teoria, a ocorrência concreta de uma ideia, refletida no próprio ensaísta.”⁷

Adicionalmente ao caráter ensaístico deste texto, é importante ressaltar o caráter heurístico dos estudos apresentados e da própria escolha da forma através da qual eles serão percorridos aqui. Heurística, neste capítulo, diz respeito ao que se poderia indicar como seu substrato especulativo; à sua capacidade de apontar para uma solução possível para um problema para o qual ainda não há dados suficientes para elaborar uma resposta definitiva. A escolha do termo foi feita a partir de sua origem na palavra grega para o verbo “encontrar” (εὐρίσκειν, *heuriskein*) e o que se tenta, *ex-post-facto*, reconhecer nela é um esforço por percorrer e estudar proposições reunidas em diversas fontes dentro do conjunto de áreas relacionadas ao campo dos estudos sobre a informação. Uma busca por apurar formas de dar prosseguimento a essas reflexões rumo a uma possível descoberta futura que se pretenda científica, valendo-se, para isso, dessas fontes como instrumentos de trabalho disponíveis para a obtenção do máximo de informações – e sob o maior número de ângulos possíveis – sobre o tema da informação. Nesse sentido, o que se pro-

culose. No entanto, ele sozinho não consegue desencadear a doença. É preciso que existam no sistema as condições suficientes. Por outro lado, mesmo que estejam presentes todas as condições suficientes, sem a condição necessária (o bacilo) uma pessoa jamais irá desenvolver a tuberculose. Uma melhor reflexão sobre essa relação entre condições pode ser encontrada em Brennan (2012).

5 PAULA, 1999, 2005.

6 ARAÚJO, 2013, 2017.

7 BENSE, 2014.

põe a partir do caminho percorrido os trabalhos iniciais⁸ até aqui é uma busca, em fontes intencionalmente escolhidas que dialoguem com cada etapa do percurso, por recursos para construir modelos a partir de analogias entre as proposições de diversos autores. Uma mobilização desse repertório em busca de construir soluções para o que foi descrito nos primeiros estudos⁹ como luta com ou pelas significações que hoje aparece de forma flagrante no recrudescimento de crenças pseudocientíficas, notícias falsas e teorias conspiratórias. Ao longo de toda essa trajetória, buscou-se evidenciar essa perspectiva heurística como um foco a partir do qual conceitos operativos de trabalho poderiam ser construídos.

Como justificativa, resgata-se a proposição de Zahar¹⁰ segundo a qual os métodos heurísticos trazem consigo, ao transformar a análise de conjecturas aparentemente ingênuas em programas de pesquisa, o potencial de melhorar a eficiência da resolução de problemas – revelando proposições que, de outro modo, teriam permanecido ocultas entre as dobras das experiências cotidianas. Para o autor, uma iniciativa com uma forte heurística poderia capacitar-se para produzir novas teorias, previsões e até mesmo antecipar a superação de irregularidades.

Recordando aqui, como uma meta, uma autocrítica feita por Sigmund Freud sobre as suas teorias em sua *Autoprésentation*,¹¹ esforços de ordem heurística fazem parte de uma *spekulativer überbau* (“superestrutura especulativa”) onde qualquer parte do raciocínio pode e deve ser sacrificada ou trocada sem dano nem remorso, a partir do momento em que uma insuficiência ou incorreção seja constatada.

No caso particular da ampla complexidade do contexto da disputa pelas significações, pode-se, recorrendo a Mach,¹² e atualizando-o para o contexto atual, sugerir que as especulações propostas aqui seriam ape-

8 PAULA, 1999, 2005.

9 PAULA, 1999, 2005.

10 ZAHAR, 1983.

11 A utilização do recurso do *apud* nessa citação se deve à indisponibilidade de acesso ao texto original por não ter sido publicado no Brasil até o presente momento. A limitação do acesso ao texto em suporte físico em bibliotecas decorrente do imperativo do isolamento social decorrente da forma como a pandemia foi administrada no Brasil entre os anos de 2020 e 2021. Cf.: FREUD *apud* FULGENCIO, 2000, p. 436-437.

12 Faz-se, aqui, a mesma utilização do recurso do *apud*, desta vez justificada também pela indisponibilidade de acesso à sua versão on-line tanto no idioma original

nas momentaneamente necessárias. Importantes como uma tentativa de organizar e estruturar os modos de pensar de autores e áreas que se dedicaram a pensar o campo da Informação e as bases que sustentam a gênese da capacidade humana para o conhecimento, porém essas mesmas elaborações, com o desenvolvimento futuro dos estudos transdisciplinares na área, poderiam ser dispensadas e substituídas por uma compreensão direta das relações de dependência entre os fenômenos. Entretanto, e por enquanto, numa adesão relativa à filosofia positiva do autor, essas “florações da fantasia” são extremamente úteis na atualidade.

SOBRE A PERCEPÇÃO DO ESTREITAMENTO INVOLUNTÁRIO DE UM CAMPO DE PESQUISA E DAS CONSEQUÊNCIAS DISCIPLINARES DESSE PROCESSO COMO MOTIVADORES PARA UMA JORNADA DE INVESTIGAÇÃO

O caminho que conduziu à percepção esboçada pelo professor Malheiro e citada anteriormente¹³ teve início, dentro do PPGCI da UFMG, em 1996 com um estudo¹⁴ que evocou, involuntariamente, o legado de interdisciplinaridade muito mencionado, mas progressivamente menos praticado, da Ciência da Informação (CI).¹⁵

Pinheiro, nesse artigo de 2006, destacava que houve uma mudança gradativa no peso em que muitas das áreas que compuseram o terreno original que fez brotar a CI ao longo do tempo. Para a autora, a área passou, por assim dizer, por um progressivo empobrecimento da atenção com essas áreas seminais. Na “fase conceitual e de reconhecimento interdisciplinar” da história da CI, entre 1961/62 e 1969, a área germinante era definida como interdisciplinar, derivada e relacionada com a lógica, a linguística, a “tecnologia de computadores”, a pesquisa operacional, a administração, a biblioteconomia, as comunicações, as artes gráficas, e, para espanto de alguns hoje, uma dupla bastante improvável: a matemática, a psicologia, além, é claro, de “assuntos correlatos”. Já no período em que a autora escrevia, acontecia um decaimento de relevância de algumas

quanto em inglês, tornando-se, assim, necessário recorrer à tradução de Fulgencio. Cf.: MACH *apud* FULGENCIO, 2000, p. 433-434.

13 SILVA, 2018.

14 PAULA, 1999.

15 PINHEIRO, 2006.

perspectivas dentro da área. Dentre esses conteúdos “decaídos”, chamava a “[...] atenção o fato de que Psicologia, reconhecida por sua interdisciplinaridade com a Ciência da Informação, nas primeiras décadas, agora aparece apenas numa disciplina, Necessidades e usos de informação.”¹⁶

Foi exatamente o despertar da atenção para os fenômenos psicológicos envolvidos na mediação da informação o elemento responsável por trazer para o PPGCI, da UFMG, a percepção de que se abria uma janela de oportunidades para que o programa viesse a ocupar um lugar de destaque na construção de uma proposta que coloque a CI na vanguarda de um novo campo de estudos.

PRODUTOS COGNITIVOS, INTERAÇÕES SOCIAIS E A SIGNIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOB A MEDIAÇÃO DOS SÍMBOLOS

A pesquisa iniciada em 1996 resultou em um trabalho¹⁷ que estruturou uma proposta de leitura da comunicação de informações baseada na relativa proporcionalidade da influência entre os aspectos inconscientes e elementos conscientes subjacentes na produção de sentido extraída das informações comunicadas. Esse trabalho considerou o “símbolo” como um “produto cognitivo” ou uma espécie de “formação psíquica intermediária”¹⁸ e, com base no diálogo entre as teorias da psicologia analítica e das representações sociais, a proposta é um mediador capaz de conectar dois conceitos de difícil conciliação. Nessa proposição, o símbolo, ao fazer isso, seria o agente da produção das significações. O trabalho propôs, ainda,

16 PINHEIRO, 2006, p. 27.

17 PAULA, 1999.

18 Segundo Lane (1993), uma formação psíquica intermediária seria um produto cognitivo responsável pela articulação entre o universo psíquico próprio de sujeitos singulares e sua posição enquanto membros do conjunto social em que se encontram e, ao formarem um coletivo, seriam organizadoras inconscientes das representações do grupo. Uma espécie de fatores inconscientes subjacentes ao fenômeno das representações sociais e a outros processos psicossociais básicos como valores, atitudes e ideologias (observados, por exemplo, em comportamentos de massa e nas relações entre líderes e seguidores). Para Lane (1993) esses organizadores tornariam possível a elaboração simbólica do núcleo inconsciente da representação, através da comunicação entre os membros de uma sociedade. Constituindo-se como o elo que une a lógica do sujeito singular e aquela dos conjuntos para a formação dos quais ele contribui, as formações intermediárias articulariam a relação dos organizadores psíquicos aos organizadores socioculturais da representação formando o tecido a partir de onde se configurariam as atitudes individuais.

que essas significações poderiam caminhar num sentido diametralmente oposto a intenção original que o emissor de uma determinada mensagem tentou veicular a partir de sua mensagem. Finalmente, a proposta postulava que esse fenômeno se configurava como a base para a sustentação do(s) imaginário(s) – e, conseqüentemente, da produção de sentido(s) – que guiava(m) o surgimento de subculturas dentro de uma cultura maior e que guiava(m) o posicionamento de grupos e indivíduos que, frequentemente, se digladiariam em uma luta pelas – e com as – significações.

Essas reflexões conduziram a um próximo desafio, a busca de instrumentos capazes de confirmar empiricamente a concretude dessa elaboração teórica. Para que isso fosse possível tornou-se necessário fazer uma incursão mais aprofundada no campo da psicologia a partir da proposição da tríade complexo-símbolo-produção de sentido como base para essa luta por significações.

DIMENSÃO AFETIVA E PRODUÇÃO DE SENTIDO

Utilizando o mesmo experimento que permitiu a Jung determinar a existência dos complexos psicológicos¹⁹ propôs-se a utilização do Experimento com Associações de Palavras²⁰ como uma estratégia para

19 Os complexos psicológicos foram propostos como núcleos de conteúdos mentais ou ideias dotadas de forte carga afetiva e que se formam no atrito entre a experiência psíquica dos indivíduos com o mundo exterior (JUNG, 1991). Esses núcleos seriam formados desde as primeiras tentativas infantis de organizar em *clusters* que pudessem ser compreendidos por sua individualidade em formação as experiências afetivas e conflitos emocionais perturbadores pelos quais a criança passa. Jung demonstrou, experimentalmente (JUNG, 1995), que os núcleos de conteúdos possuiriam autonomia suficiente para concorrer com o núcleo central da consciência individual, o “eu” individual das pessoas, e atrair ao seu núcleo central outras experiências de tonalidade afetiva semelhante e organizá-las conferindo a esse *cluster* cada vez mais autonomia ao ponto de interferir nas decisões conscientes. A ação autônoma e as interferências na vida consciente desse conjunto núcleo central, somado às experiências periféricas seriam passíveis de serem percebidas nas gafes, nos lapsos de língua, em perturbações da memória, levando o indivíduo a envolver-se em situações contraditórias, embates onde ele agiria como se tivesse sido “sequestrado” por suas emoções ou mesmo atuando de formas aparentemente desconectadas com as atitudes lógico-rationais esperadas.

20 Cf.: PAULA, 2005, 2012a. Os Experimentos com Associações de palavras foram propostos “[...] por Jung (1995) a partir dos estudos de Wilhelm Wundt (1832-1920), inspirados no trabalho de Francis Galton (1822-1911). A versão de Jung consistia em uma lista de cem palavras (verbos, substantivos, adjetivos) que

identificar as ações de conteúdos de memória inconscientes na interação dos sujeitos com as mensagens compartilhadas por eles. Buscou-se, ainda, confirmar a interferência do afeto nas formulações simbólicas produzidas pelos sujeitos a partir nessas tentativas de comunicação.

A partir da utilização do experimento, foi possível demonstrar as relações entre os complexos ideio-afetivos dos sujeitos identificados nos resultados dos testes e os símbolos registrados nas suas comunicações. Dessa forma, rastream-se as reações emocionais que, segundo a teoria dos complexos formulada empiricamente por Jung, são consideradas determinantes da mobilização de um símbolo em uma narrativa.

Uma vez que, de acordo com a proposta elaborada por Jung, só existiria um símbolo na acepção plena da palavra – algo diverso de uma metáfora intencional ou um sinal convencional – se este surgisse espontaneamente, a alternativa para confirmar a espontaneidade dessa produção, foi determinar a carga afetiva da mesma.

Isso foi feito introduzindo uma inovação em relação ao processo desenvolvido por Jung: o acréscimo de uma série de palavras retiradas de entrevistas previamente realizadas com os sujeitos sobre os temas centrais das comunicações-problema estudadas – por exemplo, palavras que se referiam a temas polêmicos aparecidos suas narrativas – em uma das listas de palavras “neutras” – pelo menos em relação ao contexto pesquisado – propostas por Jung. Essa inclusão supôs que essas novas palavras permaneceriam emocionalmente carregadas e influenciariam as reações durante o experimento. Isso se confirmou.

era lida, palavra por palavra, para um sujeito (S) a quem se pedia que respondesse, tão rápido quanto possível, com a primeira palavra (e somente com uma palavra) que lhe viesse à mente. Após registrar as cem associações com as palavras do teste e o tempo de reação (em quintos de segundos) para cada uma, o experimentador percorria novamente a lista das palavras estímulos, pedindo a S para repetir o que disse na primeira vez. Desvios entre a primeira associação e a lembrança também eram registrados. Os padrões de distúrbios eram então examinados nos protocolos, como, por exemplo, tempos de reação prolongados, perseveração da mesma reação verbal, esquecimento da reação original pela segunda vez, associação bizarras, rima, ou reações afetivas, etc. que os distúrbios na associação refletem um grupo inconsciente de ideias, imagens e memórias, entrelaçadas segundo um padrão individual, permeadas por um único matiz de sentimento (desejo intenso, ansiedade, raiva, aflição, etc.), e carregadas de forte emoção. Essas manifestações seriam indicadores de complexos. Segundo ele, apesar das melhores intenções da personalidade de S de prestar atenção e obedecer às instruções, aconteciam interferências desencadeadas por esses complexos.” Cf.: PAULA, 2012b, p. 125.

Desse modo, foi possível comprovar que as palavras, em circunstâncias particulares – onde houvesse comoção coletiva, crise, discordância ou conflito, por exemplo –, poderiam ser elevadas à categoria de símbolos que, evocando conteúdos inconscientes, acabariam direcionando a interpretação que os indivíduos faziam das informações levando suas reações para direções diferentes do esperado inicialmente e, eventualmente, imprevisíveis. Essas palavras-símbolo reuniriam em torno de si elementos que as inseririam na história de cada indivíduo conduzindo-o a uma interpretação do drama coletivo a partir de sua própria experiência e das referências de seu grupo de indivíduos com os quais ele nutre afinidade ou identificação. Alcançando a condição de símbolos, as palavras de uma mensagem [...] trabalham dentro de cada indivíduo organizando sua interpretação da realidade e, ao mesmo tempo, dentro do grupo organizando atitudes, emoções e comportamentos que indivíduos e grupos têm em relação às informações que são compartilhadas²¹ ali, produzindo alinhamentos entre indivíduos envolvidos por elaborações semelhantes.

Após esse percurso no campo psicológico, e de volta ao PPGCI da UFMG, estavam estabelecidas as bases para a introdução das discussões sobre a ação do imaginário nas interações entre os sujeitos, as sociedades e a informação e, conseqüentemente, submetê-las à experimentação.

IMAGINÁRIOS ENGENDRADOS: SUJEITOS, SOCIEDADES E INFORMAÇÃO

A partir das primeiras contribuições²² construiu-se um esboço de como essas reflexões iniciais poderiam ser desenvolvidas de uma forma mais estruturada no campo da CI,²³ o que abriu uma nova frente de estudos sobre a “produção” involuntária de um processo inconsciente de gestão das informações com resultados desagregadores para o processo de comunicação das informações.

Tomando como base essa fundamentação, Araújo²⁴ desenvolveu uma investigação sobre o processo de busca e uso da informação de bibliotecários catalogadores enquanto envolvidos em atividades decisórias

21 PAULA, 2012a, p. 130.

22 PAULA, 1999, 2005.

23 PAULA, 2011, 2012a, 2012b, 2013.

24 ARAÚJO, 2013.

no processo de indexação pela via do imaginário. Esse estudo, colocando em prática uma sugestão de Paula,²⁵ valeu-se da arquetipologia do imaginário de Gilbert Durand e do uso do *Archétipal-Test à 9 éléments* (AT-9) – teste arquetípico de nove elementos – e tornou-se o primeiro a desenvolver um estudo empírico centrado nos estudos do imaginário dentro da CI. Esse trabalho inicial de Araújo²⁶ tornou-se, a partir da conjugação de tudo aquilo que se havia postulado sobre o binômio imaginário e informação, junto com os já citados estudos de Paula, referência fundamental para uma série de novos estudos.

Seguiram-se o estudo de Queiroz,²⁷ que identificou os mecanismos do relacionamento entre uma instituição de Educação Superior e seus egressos tomando a informação como fator de aproximação e desvelamento dos vínculos simbólico-afetivos como sustentação dessas relações. O estudo de Sá,²⁸ avaliando as dimensões subjetivas do compartilhamento do conhecimento durante orientações acadêmicas em um programa de pós-graduação *stricto sensu* a partir do imaginário a elas subjacente; o estudo de Antunes,²⁹ analisando o simbolismo presente inerente às percepções de alunos do ensino médio sobre uma biblioteca e sobre a ferramenta de busca Google; o estudo de Pedrosa,³⁰ que investigou o imaginário por detrás da tomada de decisão na gestão de bibliotecas; o estudo de Rocha³¹ explorando a inter-relação entre as práticas informacionais de pesquisadores e a gestão do conhecimento em um grupo de pesquisa em uma instituição de ciência e tecnologia em saúde de ponta e que, entre outros achados, demonstrou a importância da figura do pesquisador-líder no processo de construção da identidade, da troca de informações e da construção de conhecimentos no grupo estudado; e, finalmente, o estudo de Queiroz,³² que desenvolveu uma análise sobre a identidade imagética que os ex-alunos de um curso de graduação construíram sobre esse curso e as possibilida-

25 PAULA, 2012b, 2013.

26 ARAÚJO, 2013.

27 QUEIROZ, 2014.

28 SÁ, 2015.

29 ANTUNES, 2015.

30 PEDROSA, 2017.

31 ROCHA, 2018.

32 QUEIROZ, 2019.

des de utilização dessa configuração de imagem para mediar a troca de informações entre a instituição e esses egressos.

Dessa base de estudos ramificou-se uma sequência de reflexões que aprofundou o campo de estudos sugerido para as investigações da Abordagem Clínica da informação (ACI) quanto às bases cognitivas da coletividade e da intersubjetividade dos sujeitos informacionais.

A ACI foi proposta por Paula³³ que ao apontar a necessidade de uma mudança e um aprofundamento do olhar sobre o fenômeno infocomunicacional a partir do qual o pesquisador se reclinasse sobre ele e, numa postura semiológica, buscasse atingir níveis de análise não usuais nos estudos comportamentais tradicionais. Essa abordagem teria como pressupostos:

- a impossibilidade da dissociação entre a interação indivíduo/informação dos grupos aos quais eles pertencem;
- a determinação dos comportamentos informacionais pela inserção do sujeito informacional em grupos sociais e sua caracterização como um processo experiencial, contingencial, consciente e inconscientemente marcado pelos campos psíquico – composto, indissociavelmente, pelas dimensões cognitiva, perceptiva e afetiva –, cultural, histórico e social;
- a ênfase influência mútua entre os campos psíquico, cultural, histórico e social;
- a constatação de que a natureza complexa desses fenômenos impossibilita que a sua investigação seja feita através de um único instrumento; e, conseqüentemente;
- pressuposição de que os instrumentos padronizados não têm sido suficientes para apreender a complexidade da relação entre indivíduos e a informação demandando assim um modelo epistemológico de investigação baseado numa perspectiva indiciária.³⁴

Foi essa guinada indiciária, produzida a partir do diálogo entre Ginzburg³⁵ e Harari,³⁶ que consolidou a visão de que os *insights* desenvolvidos até agora demandariam novos aportes teóricos e metodológicos a partir da busca de uma “ampliação cognitiva” da discussão sobre a informação e a sua mediação.

33 PAULA, 2012b.

34 PAULA, 2017.

35 GINZBURG, 1980.

36 HARARI, 2017.

Essa perspectiva sugere que a concordância dos dois autores citados quanto ao papel cognitivo da capacidade humana para a criação de ficções e crenças a partir da organização de indícios e sua utilização na estruturação do mundo vivido e na comunicação intra e entre grupos extensos de humanos com base em narrativas baseadas nessas crenças pudesse ser elevada ao nível de faculdade motora de todos os atos humanos de explicação do mundo.³⁷

Essa ação cognitiva a partir do gesto estruturador de decifrar o mundo e conjecturar sobre o que – ainda – não existe se configuraria não somente uma proto-heurística, como também numa disposição elementar para classificar, catalogar e organizar informações.

Concomitantemente a essas reflexões, a rede colaborativa, que funcionou informalmente desde 2012, e, além das pesquisas anteriormente mencionadas, produziu artigos, trabalhos em eventos e capítulos de livro, foi oficializada como um grupo de pesquisas em 2017 e sendo registrada no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sob o nome de Gabinete de Estudos da Informação e do Imaginário (GEDII) no mesmo ano. A esse grupo juntaram-se inicialmente pesquisadores de outras instituições como a Universidade do Porto, a Universidade do Minho, em Braga, e a Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte, Minas Gerais, e, posteriormente, de instituições tão diversas como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro (IBICT–RJ) que vem se constituindo num núcleo de trocas multiperspéctico sobre a temática da informação e do imaginário.

Sob o impulso dessas trocas, constituiu-se um ambiente propício para intensos debates e intercâmbios. Juntaram-se, em torno de mesas virtuais de diálogo, contribuições de pesquisadores – psicólogos, filósofos, administradores, bibliotecários, historiadores, bacharéis em sistemas de informação e jornalistas – que, a partir da diversidade de suas formações pós-graduadas – Filosofia, Arquivologia, Ciência da Informação, Psicologia Social, Comportamento Organizacional, Marketing, Administração – e do seu diálogo com múltiplas áreas de interesse – com destaque para a gestão e a organização do conhecimento, a antropologia, a antropologia do imaginário, a pedagogia, o darwinismo universal, as

37 PAULA, 2017.

psicologias do inconsciente e as teorias cognitivas – reuniram, metaforicamente, esses mais diferentes territórios num cartograma.³⁸

DA COLABORAÇÃO À CRIAÇÃO DE UM AMBIENTE POLIMÁTICO

Esse cartograma tornou-se possível pelo concurso da intenção concreta de promover entre eles um intercâmbio permanente, propício para a incorporação constante da sensibilidade a novos territórios com a aspiração de operar com as múltiplas facetas de um objeto interdisciplinar por excelência – a informação. O propósito, a partir desse momento, foi tomar a “informação” como um objeto ativo de investigação – uma entidade em constante movimento e não um mero conceito – e torná-la um veículo que apelasse, coletivamente, à transdisciplinaridade onde a investigação do fenômeno informacional não ficaria mais limitada pelas fronteiras entre as disciplinas e se beneficiaria constantemente das contribuições de outras fontes e estratos de conhecimento. Esse desenho, de uma forma ainda modesta, apontou para o desenho proposto por Burke³⁹ como uma forma de reduzir o impacto da diminuição de habitats propícios ao encorajamento da polimatia⁴⁰: a criação de espaços distantes das hierarquias acadêmicas onde se pudessem exercitar “Estudos Avançados”.

A interação possibilitada por essa nova fase que reuniu os membros do grupo e envolveu de forma horizontal desde estudantes do ensino médio – “pesquisadores júniores” em Iniciação Científica Voluntária – e de graduação – nas modalidades de Iniciação Científica

38 Um cartograma é um tipo de mapa que mostra informação quantitativa mantendo certo grau de precisão geográfica das unidades espaciais mapeadas; ou seja, ilustra proporcionalmente as regiões tomando a área como indicador da variável que se pretende demonstrar, escalando essas regiões de modo a representar essa variável; mantendo-se a forma relativa de cada zona ou região ou país tanto quanto possível, mas criando uma distorção que será responsável pela visualização da preponderância do dado que se quer evidenciar.

39 BURKE, 2020.

40 Alude-se aqui a um tipo muito particular de polimatia (entendida aqui como a capacidade de dominar várias disciplinas) e de polímata (um indivíduo que, ao praticar um tipo particular de erudição que percorre um “curso” intelectual que atravessa muitos assuntos, possibilitando a construção de uma visão que ultrapassa as limitações disciplinares), aquela praticada pelo que Burke irá chamar de polímata (ou estudioso) centrípeto; “[...] que tem uma visão da unidade do conhecimento e tenta encaixar suas diferentes partes em um grande sistema.” Cf.: BURKE, 2020, p. 26-27.

Voluntária e Remunerada – com ambos os grupos atuando dentro de um programa de tutoria⁴¹ –; orientandos de pós-graduação – mestrado, doutorado –; pós-doutorandos e os colaboradores das instituições parceiras em um grupo afetivamente conectado onde todos passaram a serem considerados “pesquisadores” aptos a contribuir de acordo com a sua disponibilidade e capacidade.⁴² Esse contexto abriu um novo campo para que a construção coletiva de ideias fertilizasse mutuamente os projetos individuais.

Paralelamente, essa construção ajudou a consolidar a reunião da expertise grupal na análise do processo de construção dos produtos cognitivos constituídos nas interações sociais, na compreensão da significação das informações sob a mediação dos símbolos, e na avaliação empírica das relações entre a dimensão afetiva e a produção de sentido. Auxiliou também no estabelecimento das bases para a introdução das discussões sobre a ação do imaginário nas interações entre os sujeitos, as sociedades e a informação na proposta de uma nova fase de estudos: a proposição de uma “ampliação cognitiva” das pesquisas sobre a informação.

NOVA FASE DE ESTUDOS: UMA REVALORIZAÇÃO DO IMAGINÁRIO PELA VIÉS COGNITIVO

Essa proposição é de que os novos estudos transponham “[...] uma categoria de estudos baseados em conceitos como ‘livro’, ‘documento’ e ‘escrita’, ou ainda, ‘esquema’ [...]”⁴³ – entendendo esquema como *schéma*, um tipo de representação figurativa de uma ideia, um desenho ou diagrama –, para outra categoria fundamentada na compreensão dos instrumentos mentais de generalização – entendidos como *schème* – subjacentes à representação da informação.

41 Faz-se referência, aqui, ao projeto “Tutoria científico-acadêmica em pesquisas sobre o fenômeno infocomunicacional: desenvolvendo habilidades investigativas”, iniciado em 2018, e que propõe que pesquisadores do grupo envolvam discentes diretamente nas atividades científico-acadêmicas, que compõe suas investigações com ênfase na aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa e com o objetivo de desenvolver as habilidades, competências e atitudes do aluno em várias perspectivas, incentivando a sua formação como pesquisador e, simultaneamente, criando vínculos identitários com a Universidade. Nesse desenho o estudante seria “adotado” pelo grupo todo, mas colocado sob o acompanhamento/orientação direto de um ou mais tutores enquanto se movimenta pelas atividades do grupo.

42 PAULA; ARAÚJO, 2019 e PAULA; ARAÚJO, 2020.

43 SALDANHA, 2018, p. 12.

Essa “ampliação” é proposta a partir do resgate da concepção de epistemologia genética⁴⁴ e da proposição de um diálogo dessa construção com a concepção durandiana⁴⁵ quanto à origem das estruturas antropológicas do imaginário.

Tanto a visão piagetiana – que atribui a origem da nossa capacidade para o conhecimento e das bases para a sua organização à construção de estruturas mentais responsáveis pelas noções de espaço tempo e causalidade⁴⁶ – quanto a noção durandiana⁴⁷ – que identifica a origem da capacidade de simbolização e de organização da cultura e dos produtos do imaginário a partir de estruturas figurativas básicas derivadas das dominantes posturais, digestivas e copulativas típicas da experiência humana (isso é, de uma experiência antropológica) – baseiam suas concepções – e as suas pretensões de universalidade – em um mesmo ponto. Na afirmação de que essas origens estariam na atualização de disposições orgânicas para a resposta ao ambiente – baseadas em instintos e reflexos evolutivamente determinadas – a partir da interação dos indivíduos com o seu ambiente físico – e, indelevelmente, indissociadas dos ambientes cultural, histórico e social.

Nesse sentido, a própria confusão frequente entre os termos informação e conhecimento,⁴⁸ a partir da proposição de uma epistemologia genética da informação – tomada, aqui, como a busca da origem e das bases da capacidade de conhecer que sustenta e organiza a informação –, passa a ser elevada a outro patamar.

O conceito chave permite essa “passagem” é o já mencionado conceito de *schème*. Esse termo foi utilizado Piaget em sua obra *Biologie et connaissance*⁴⁹ para aglutinar a complexidade e operacionalidade do indivíduo como agente das ações dentro das situações que irão fundar, simultaneamente, a construção do conhecimento e a construção do que será considerado como a realidade para esse indivíduo – a noção do real.

44 Teoria do conhecimento proposta por Jean Piaget e que busca entender cientificamente a perpetuação do conhecimento – em suas possibilidades e limitações –, seu surgimento e o seu desenvolvimento. Cf.: RAMOZZI-CHIAROTTINO, 1988.

45 DURAND, 1997.

46 RAMOZZI-CHIAROTTINO, 1988.

47 DURAND, 1997.

48 XAVIER; COSTA, 2010.

49 PIAGET, 1967.

A identificação que Piaget faz dos *schèmes*⁵⁰ como os elementos que, em decorrência da interação característica de uma ação no mundo, podem ser transportados, generalizados ou diferenciados de uma situação para a seguinte, conversa de maneira muito próxima com o conceito de *schème*⁵¹ apresentado por Gilbert Durand.⁵²

Os dois autores colocam como elemento central as capacidades para a construção do conhecimento e para a significação do mundo. Embora Piaget dê uma ênfase muito maior nos aspectos da interação sensório-motora, e Durand aposte em uma figuração mais postural e experiencial, ambos propõe um mesmo conceito basilar como pináculo de suas elaborações posteriores.

Para que se possa aproveitar plenamente o potencial desse conceito para as teorias que tem a informação como objeto de estudo, faz-se necessário reunir um terceiro elemento – extraído das proposições de Carl Gustav Jung – que poderia ser utilizado como amálgama para uma nova epistemologia derivada do campo de ideias que se forma a partir desses dois autores, o arquétipo.⁵³

Esse amálgama permitirá juntar, sob a forma de elementos utilizáveis nas reflexões em Ciência da Informação, conceitos essenciais embora distantes sob a forma de um percurso que vá do instinto aos reflexos, dos reflexos aos *schèmes*, dos *schèmes* aos arquétipos, dos arquétipos aos símbolos e dos símbolos ao conhecimento.⁵⁴

Nesse desenho, os instintos deixam de ser considerados como reações automáticas – inatas, inferiores e não modificáveis pela experiência – que obrigariam os indivíduos a reações estereotipadas e passariam

50 Que, como já foi dito, poderiam ser traduzidos como “esquemas mentais”.

51 Os *schème*, segundo Cavalcanti e Cavalcanti (2015) seriam, simplificadaamente, uma impressão duradoura deixada na mente por um estímulo ambiental. Essas impressões duradouras estariam assentadas em três grupos básicos de reflexos verificados em bebês neonatos e que estariam na base do despertar sensório-motor de cada indivíduo.

52 DURAND, 1997.

53 Vieira descreveu a concepção de Jung sobre os arquétipos de forma sintética como formas instintivas de imaginar. A utilização da adjetivação “formas instintivas” e da própria referência ao instinto poderá ser (como se verá a seguir) atualizada como *formas de imaginar originadas de reflexos instintivos atualizados na interação com o meio*. Cf.: VIEIRA, 2003.

54 PAULA, 2019.

a ser considerados como um complexo de estímulos que poderiam ser tornados psicológicos ou mentais – isto é: psiquificados.⁵⁵

Essa psiquificação se daria a partir da formação de *schèmes* – esquemas mentais – produzidos quando as estruturas sinápticas responsáveis pelos reflexos instintivos se atualizam após as primeiras interações dos indivíduos com o mundo tornando-se mais elaboradas e especializadas. Essa atualização aconteceria quando as ações reflexas iniciais entre o indivíduo e o ambiente mobilizassem novas estruturas sinápticas – analogamente ao que propôs Piaget. Esse elemento hipotético – o *schème* – conectaria os gestos inconscientes de sensório-motricidade, os reflexos dominantes e as representações mentais e, a partir do que sugere Durand,⁵⁶ iria se tornar a base para a formação do que tanto Jung⁵⁷ como Durand denominam arquétipos e que ambos consideram como a base organizadora das produções do imaginário.

A fusão das noções Durandiana e Piagetiana de *schème* tomado como origem dos processos lógicos de construção das noções de tempo, espaço e causalidade e considerando-as como essenciais ao processo natural de desenvolvimento da mente e sustentação para a apreensão simbólica/mental do mundo⁵⁸ explicaria as bases para a ocorrência da “revolução cognitiva” (HARARI, 2017): a explicação para a ascensão do *Homo Sapiens* em relação às demais espécies da família *homo*. Esta foi, segundo este autor, possibilitada pelo imaginário (descrito por ele como a capacidade de criar ficções) e alicerçada em símbolos que evocam afetos e cognições. Como artefatos cognitivos por excelência, as elaborações mentais que se denomina como símbolos (PAULA, 2011) conectam, através da construção de um terceiro elemento integrativo (uma ponte imaginária, uma ficção), dois ou mais elementos diferentes e de difícil compreensão ou elaboração – tornando possível que elementos apostos sejam aproximados e que seja estabelecida uma comunicação entre eles.

O aflorar de um símbolo (ou do próprio símbolo enquanto uma entidade na cognição humana) como base para todas as construções e elaborações compostas sobre o mundo e tudo que nele habita teria, portanto, início na conversão dos reflexos sensório-motores em estru-

55 PIERI, 2002.

56 DURAND, 1997.

57 JUNG, 1991.

58 FORDHAM, 1980.

turas mentais nada programadas específicas para o ato de conhecer (RAMOZZI-CHIAROTTINO, 1988). Essas estruturas, atualizadas, dariam origem aos *schèmes* (conforme proposto por Durand e Piaget); e, subsequentemente, produziriam arquétipos estruturadores que organizariam as disposições que irão ser povoadas pelas ideias do imaginário.

Essas ideias, originadas da interação entre os indivíduos e o meio, estruturariam a mente formando e sendo incorporados ao repertório para a organização mental durante o desenvolvimento das capacidades cognitivas dos indivíduos e adquirindo uma débil e temporária estabilidade. Essa estabilidade duraria somente até ser desafiada e subvertida por cada pequena experiência vivida que produzisse uma desequilíbrio. Essa desequilíbrio ativaria um processo de compensação e se tornaria ingrediente para uma nova construção transitória ao final de cada processo de reequilíbrio.⁵⁹ No entanto, esse processo se desenvolveria seguindo as bases construídas nas primeiras interações – espaciais, temporais e causais, como propôs Piaget e antropológicas (posturais, digestivas e copulativas) – como propôs Durand entre o indivíduo e o mundo. A cada novo ciclo de desestruturação/reestruturação, essas interações iriam formando um repertório constantemente atravessado por narrativas, visões, percepções, e expectativas externas ao sujeito. O legado de tudo isso seria a capacidade humana para consolidar seus esforços para a organização do mundo e, conseqüentemente, para a produção, organização e interpretação da informação, a construção de conhecimentos.

A faculdade humana de atribuição de sentido aos fenômenos – ao simplificar o universo, criar apoios fantasiosos contra o horror da consciência da ação do fortuito e do acaso colocando-o de forma simples, organizada e mais facilmente redutível a dimensões cognoscíveis – possui uma enorme capacidade geradora de conforto: uma vinculação às “ficções” – nas palavras de Harari⁶⁰ – protetoras contra a angústia existencial.⁶¹

A vinculação da criação de ficções à proteção contra a angústia face ao fim e a inevitabilidade da morte, quando confrontada com uma atualização da noção de que as subjetividades estão permanentemente envolvidas em lutas com e pelas significações para o contexto atual onde se evidencia a gravidade da ação de ficções relacionadas aos fe-

59 PIAGET, 1967; FORDHAM, 1980; RAMOZZI-CHIAROTTINO, 1988.

60 HARARI, 2017.

61 DURAND, 1997.

nômenos infocomunicacionais das “pós-verdades”, teorias conspiratórias, pseudociências e *fake news* sugere interessantes caminhos para reflexão. Não somente a possibilidade de que a investigação desses fenômenos possa ser conduzida a partir da, já mencionada, transposição de uma categoria de estudos em CI baseados na representação figurativa de uma ideia (*schéma*) para outra categoria, mais ampla, fundamentada na compreensão dos instrumentos mentais de generalização (*schème*) que permita destacar os elementos comuns a condutas análogas aos fenômenos citados; mas também que um processo de *schèmetization* poderia resultar numa mudança no posicionamento da área da CI levando-a para uma condição de protagonismo frente às disciplinas que formam o campo informacional – ou, no mínimo, estabelecer essa *schèmetization* como uma disciplina central na definição do plano epistemológico da área nos anos vindouros.

UMA NOVA ETAPA: UMA ABORDAGEM TRANSDISCIPLINAR PARA UM OBJETO INTERDISCIPLINAR

Dentro desse cenário, o caminho trilhado pelo GEDII dentro do PPGCI/UFMG aponta, inequivocamente, para essa nova etapa de estudos centrados na passagem do estudo da informação representada para a investigação das condições que possibilitam a sua representação. Essa iniciativa vem sendo desenvolvida sob a forma de um projeto denominado “Crença e ecossistemas de desinformação: o problema da informação na hipermodernidade e a busca de uma resposta transdisciplinar para um fenômeno interdisciplinar”, aprovado pelo Comitê Diretor do Instituto de Estudos Avançados Interdisciplinares (IEAT) da UFMG para participar do seu Programa Professor Residente⁶² ao longo do ano de 2021.

Levada a termo, essa passagem permitirá destacar os elementos comuns a diversas operações mentais relacionadas aos processos infocomunicacionais em geral e, à mediação da informação em particular que poderão ser testadas empiricamente em etapas posteriores.

O projeto aponta que a compreensão do campo informacional a partir de um movimento de *schèmetization* poderia se estabelecer como

⁶² Trata-se de um programa reservado exclusivamente aos docentes da UFMG, em exercício ou eméritos, e que tem como objetivo acolher pesquisadores pelo período de um ano, para desenvolver projetos que sejam considerados de destaque por seu caráter avançado e transdisciplinar.

uma ponte epistemológica facilitadora do diálogo entre as várias disciplinas que se debruçam sobre a temática da informação a ser capitaneada pela Ciência da Informação.

Sustenta-se que essa abordagem poderia retomar os antigos ideais da proposta de reconstrução do mundo simbólico a partir das ferramentas críticas desenvolvida pela Escola Esquemática da Ciência da Informação – cujas contribuições ao longo dos seus mais de 50 anos de existência e que acenam para amplificação do escopo da CI são apresentadas em detalhes por Saldanha.⁶³ A Escola Esquemática foi criada por Robert Estivals, em diálogo intelectual com as reflexões de Paul Otlet, Nicolas Roubakine e Gabriel Peignot e colocou-se, entre outras posições – como nos campos da estética, da política e da arte –, em oposição crítica às escolas oriundas das universidades norte-americanas.⁶⁴

Resgatar essa perspectiva crítica dentro de um contexto de embate entre:

- a. uma perspectiva etimológica, histórica e hermenêutica da CI;
- b. uma perspectiva que coloca em relevância nos estudos da informação uma empiria que enfatiza a preocupação crescente da área com aquilo que Gouveia e Silva⁶⁵ chamam de movimento epistemológico e formativo caracterizado pelo domínio instrumental da tecnologia digital típico das Schools of Information Science (iSchools) pode auxiliar a superação dessa polarização pela referência ao elemento comum às duas posturas e que tem potencial de as unir: a cognição – desde as suas bases biológicas até as suas contrapartes sociais.

É de Roubakine, inclusive, que a Escola Esquemática retira alguns dos elementos essenciais para a abertura de diálogos com os estudos em cognição e que serve de ponto de contato com diversas novas abordagens sobre o tema. Observe-se, por exemplo, o uso que Roubakine faz do conceito de *mnéma* ao longo dos dois volumes de *Introduction à la Psychologie Bibliogique* e, mais especificamente, a relação que este autor faz entre as ideias de *engramme* e com o conceito de percepção para abordar a materialidade da memória.

63 SALDANHA, 2018.

64 SALDANHA, 2018.

65 GOUVEIA; SILVA, 2020.

A proposta de Roubakine⁶⁶ sobre a existência de uma organicidade da memória que seria produzida pela reserva de excitações acumuladas pelo sujeito ao longo da sua existência e sobre a influência delas na percepção que esse sujeito tem do mundo se conecta de maneira muito próxima a tudo que foi elaborado, até esse ponto do texto a partir de Piaget⁶⁷ e Durand.⁶⁸ A proposta do psicólogo russo é a de que todos os processos ou atividades que alguma vez já afetaram a matéria orgânica deixam rastros de sua passagem – através de *engrammes*/engramas, isto é, marcas, “irritações” ou impressões – na mente humana. Segundo ele, esses rastros resultariam para uma pré-disposição para uma ação subsequente e, tornando-se uma representação interna dos complexos de excitações vindos do mundo exterior, se converteriam em referenciais que poderiam guiar tanto um retorno parcial a “irritações” semelhantes – como propõe o próprio Roubakine –, quanto servir para estabelecer padrões de distanciamento de “irritações” divergentes ou mesmo como um referencial para organizá-las em um contexto – se extrapolarmos o raciocínio para considerarmos as proposições de Piaget e Durand.

Finalmente, as referências que Outlet⁶⁹ faz às leis “bibliopsicológicas” de Humboldt-Potebnia e Hennequin, respectivamente afirmando que:

- a. as palavras são excitadoras e não transmissoras de pensamento;
- b. quanto mais a organização psíquica do leitor for aproximada à do autor;
- c. maior será o efeito da obra sobre o primeiro quando confrontadas com a lei de Taine – que postula o papel determinante da sua origem, do meio e do momento histórico vivido na mentalidade dos leitores – temos uma antecipação de boa parte do que já foi dito até aqui sobre o papel dos “esquemas mentais” na construção de referenciais para a organização e na significação das informações.

Essa leitura abre uma nova frente de conjecturas, e a possível equivalência entre as origens dos *mnémas* roubakineanos – concebidos como o resultado de conhecimentos, ideias, emoções, sentimentos, desejos,

66 ROUBAKINE, 1998.

67 PIAGET, 1967.

68 DURAND, 1997.

69 OUTLET, 2018.

reservas de consciência e de subconsciência⁷⁰ que, enquanto um conjunto de “irritações”, produziriam marcas (*engrammes*) dispostas sob a forma de uma rede para formar as bases orgânicas da memória e sustentar todo o processo humano de representar, classificar e organizar o conhecimento – e dos *schèmes* – tomados como o produto mnemônico dos reflexos motores hereditariamente herdados e da memória cultural “engramada” no sistema orgânico através de redes sinápticas excitadas a partir de condicionantes genéticos basilares dos primeiros comportamentos de estruturação do real – abre uma porta para o diálogo em torno de uma das perguntas fundamentais da memética (derivada do Darwinismo Universal)⁷¹ em sua busca pelas bases explicativas sobre como as informações culturais se propagam: qual seria o substrato dos memes?⁷² Ou seja, o chamado problema ontológico dos memes.⁷³

70 Trata-se de um programa reservado exclusivamente aos docentes da UFMG, em exercício ou eméritos, e que tem como objetivo acolher pesquisadores pelo período de um ano, para desenvolver projetos que sejam considerados de destaque por seu caráter avançado e transdisciplinar.

71 De acordo com Leal-Toledo (2017, p. 108) a memética foi desenvolvida com base “em modelos matemáticos da Genética das Populações e da Epidemiologia, com o intuito de estudar os memes, conceito criado por Richard Dawkins no último capítulo de seu livro “O Gene Egoísta”, em 1976. Estes seriam unidades de cultura transmitidas de pessoa a pessoa através da imitação ou de outras formas de aprendizagem cultural [...]. Desse modo, a transmissão dos memes seria semelhante o suficiente à transmissão de genes, para utilizar os mesmo modelos”.

72 Torna-se necessário apresentar uma desambiguação entre os dois significados diferentes atribuídos à palavra meme. O primeiro, e mais popular, diz respeito do meme como um conteúdo viral disseminado na internet: uma frase, imagem, ideia ou associação dessas “entidades”, geralmente de cunho humorístico, disseminada através da internet que tem propagação viral e grande capacidade de contágio (ARAÚJO *et al*, 2020). A segunda (DAWKINS, 2007; LEAL-TOLEDO, 2017), e menos popular, é retirada das concepções do Darwinismo universal e diz respeito a unidades de informação que possuem para a cultura um papel análogo ao que os genes têm na genética e na evolução. Essas unidades seriam responsáveis pelo repasse de informações e da própria cultura de uma geração para outra. De forma análoga aos genes, os memes seguiriam as mesmas regras de perpetuação (fecundidade, longevidade e fidelidade), retirariam sua nutrição de ambientes propícios a sua disseminação e se beneficiam com mutações vantajosas e pela associação em grupos maiores (os “memeplexos”). Será esse segundo tipo o meme tratado aqui e, quando necessário, ele será descrito como *uma unidade discreta de informação* como forma de diferenciá-lo do Medo de internet e da significação que a expressão “Unidade de Informação” (enquanto uma instituição) possui na CI.

73 LEAL-TOLEDO, 2017.

Uma pergunta que poderia ocorrer agora seria: num campo de discussões já tão complexo onde se debate a conceituação de informação com tanta intensidade e suas implicações,⁷⁴ porque seria importante trazer para diálogo com as disciplinas do campo informacional em geral e, mais especificamente, com a CI o conceito de meme e os estudos da memética? Uma das respostas possíveis seria que a transposição da abordagem para modelos evolutivos de transferência de informações culturais proposta pela memética para o campo informacional ofereceria um excepcional ferramental para descrever o relacionamento íntimo entre os diversos tipos de informação – verbal, não verbal, registrada, não registrada, estruturada, não estruturada, etc. – e entre os seus mais diversos tipos de registro – em suportes físicos, em bases informatizadas, etc. Essa transposição permitiria, ainda, a descrição e a compreensão das bases bio-psico-sociológicas segundo as quais as informações falsas são criadas e manipuladas, a crença nelas se sustenta e como esses produtos cognitivos são disseminados sob a forma de desinformação.

Essa relevância do diálogo proposto se justifica pelo fato da memética ter sido proposta como uma aplicação dos princípios da evolução darwiniana ao estudo da informação e da cultura. A utilização desses princípios como uma analogia para elaborar modelos evolutivos de transferência de informações culturais permitiu a busca de explicações sobre a propagação bem-sucedida de determinadas ideias mesmo a despeito de não serem verdades factuais.

A cunhagem do termo meme por Richard Dawkins⁷⁵ como um análogo mental a um gene permitiu compreender como essa “unidade de cultura” – base de ideias, crenças, e padrões de comportamento – poderia se “hospedar” nas mentes de um ou mais indivíduos e, dessa forma, ser replicada a partir da comunicação entre esses e outros indivíduos tornando todas as pessoas e os meios que elas utilizam para se comunicar mecanismos replicadores de ideias prontas para se reproduzirem em novos hospedeiros.

Para Dawkins o sucesso de um meme em particular é consequência direta da sua contribuição para a eficácia da ação de seu hospedeiro no mundo. Ou seja, do resultado da ação desse indivíduo no ato da replicação do próprio meme e não, necessariamente, no resultado prático dele na sobrevivência desse indivíduo em específico. Desde que “a

74 GOUVEIA; SILVA, 2020.

75 DAWKINS, 2007.

palavra” seja passada adiante, as consequências que esse indivíduo em específico venha a sofrer tem pouca ou nenhuma importância diante do “computo” global dos memes transferidos.

Nesse cenário, um conjunto de memes eficiente, ou um conjunto de informações eficientes, não é eficiente porque é faticamente correto, é eficiente porque se reproduz/dissemina com facilidade e, nesse processo, passa a ser avaliado como “bom” não por sua qualidade, mas sim porque resolve momentaneamente a complexidade do mundo, simplificando-o em explicações que “acalmam” seus “hospedeiros” diante da angústia existencial que a complexidade do real provoca.

Desse modo, a definição dawkiniana de meme como uma *unidade mínima de informação* que tem potencial de se aglutinar em grupos para se autorreplicar – os chamados “memplexos” – aproveitando-se das vantagens competitivas que cada um deles possui, descortina a oportunidade para a construção de um modelo para a compreensão da propagação das ideias falsas, das transformações que elas sofrem e, conseqüentemente, para o aprofundamento das reflexões sobre o conceito de informação – bem como da desinformação e do seu combate – na Ciência da Informação.

REFLEXÃO FINAL: LENDO UMA HISTÓRIA COMO UMA PROSPECÇÃO A NOVOS PARADIGMAS

Todo o caminho trilhado até aqui pelas pesquisas que reúnem dentro do GEDII reflexões sobre a produção de sentido, símbolos, afetos, cognições, reflexos, imaginário, bem como de construtos apropriados de vários teóricos e perspectivas – como *schème*, *schéma*, *mnéma*, *engrammes* e memes – apontam para os objetivos fundamentais do grupo: “[...] ampliar as interfaces da Ciência da Informação (CI) com outras áreas de conhecimento contemplando as prerrogativas interdisciplinares desta Ciência [...]”⁷⁶ a partir da crença em que

[...] essa forma de entender o indivíduo em seus processos de significação do mundo, de busca e uso da informação pode ampliar o foco desses estudos ao abordar perspectivas até então pouco exploradas, contribuindo para a reflexão sobre o uso da dimensão simbólica e formando um corpo teórico de estudos nesta área.⁷⁷

76 GEDII, 2018, n.p.

77 GEDII, 2018, n.p.

Desse modo, as preocupações iniciais que vigoravam em 1996 quanto aos indivíduos e grupos envolvidos numa guerra com e de significações continuam atuais. A partir de uma releitura dos estudos de Paula⁷⁸ – que evocam Roubakine e sua visão sobre diferentes mapas de leitura de mundo sendo capazes de determinar as diferentes formas de organizar e classificar o mundo com base nas diferentes “categorias” construídas a partir dos materiais acumulados em sua *mnéme* – é possível pensar a abertura de novas portas para o estudo sobre como se constrói a tendência humana de infundir intenção e padrões de significado convergentes e divergentes aos fenômenos que compõem a realidade. Essas possibilidades, unindo passado, presente e futuro, reforçam a percepção de que se constrói aqui – através do GEDII – uma nova história de contribuições do PPGCI da UFMG para a Ciência da Informação e, quem sabe, para voos maiores que percorram a proposição de parâmetros de uma teoria do conhecimento para o campo informacional voltada para o enfrentamento dos dilemas da hipermodernidade que coloque a CI no centro desse protagonismo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. L. A. *Comportamento informacional em tempos de Google*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2015.

ARAÚJO, E. P. de O. *Comportamento informacional em processos decisórios estratégicos: dimensão simbólica do uso da informação por gestores*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

ARAÚJO, E. P. de O. *Tomada de decisão organizacional e subjetividade: análise das dimensões simbólico-afetivas no uso da informação em processos decisórios*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2013.

ARAÚJO, E. P. de O.; PAULA, C. P. A. de; SILVA NETO, J. R. da; DIAS, D. de A.; FERREIRA, C. P. O meme como estratégia de marketing institucional em redes sociais digitais. *Media & Jornalismo*, v. 20, n. 36, p. 73-91, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.14195/2183-5462_36_4. Acesso em: 5 mar. 2021.

BENSE, Max: O ensaio e sua prosa. *Revista Serrote*, abril de 2014. Disponível em: <https://www.revistaserrote.com.br/2014/04/o-ensaio-e-sua-prosa/>. Acesso em: 5 mar. 2021.

78 PAULA, 2005; 2011; 2012.

- BRENNAN, Andrew. Condições necessárias e suficientes. *Investigação Filosófica*, v. 3, n. 2, artigo digital 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/investigacaofilosofica/article/download/4866/2192>. Acesso em: 5 mar. 2021.
- BURKE, Peter. *O polímata: uma história cultural de Leonardo da Vinci a Susan Sontag*. São Paulo: Unesp, 2020.
- Cavalcante, C. A. e Cavalcanti, A. P. *O que é o imaginário? Olhar biopsicossocial da obra transdisciplinar de Gilbert Durand*. João Pessoa: Editora UFPB, 2015.
- DAWKINS, R. *O gene egoísta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- DURAND, G. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- FORDHAM, M. The Emergence of Child Analysis. *Journal of Analytical Psychology*, v. 25, n. 4. p. 311-324, 1980. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1465-5922.1980.00311.x> . Acesso em: 5 mar. 2021.
- FULGENCIO, Leopoldo. Convocação para a fundação de uma “Sociedade para a Filosofia Positivista”. *Nat. hum.*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 429-438, dez. 2000 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302000000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 1 abr. 2021.
- GABINETE DE ESTUDOS DA INFORMAÇÃO E DO IMAGINÁRIO (GEDII). *Objetivos*. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://gedii.eci.ufmg.br/objetivo/> . Acesso em: 14 abr. 2021.
- GINZBURG, C; DAVIN, A. Morelli, Freud and Sherlock Holmes: Clues and Scientific Method. *History Workshop*, Oxford, v. 9, p. 5-36, 1980. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4288283> . acesso em 14 abr. 2021.
- GOUVEIA, Luís Borges; SILVA, Armando Malheiro da. A infocomunicação ou a convergência das ciências da informação e da comunicação para um objeto comum. *Páginas A&B*, Gabinete de Estudos A&B, S. 3, n. especial, p. 15-33, 2020. Disponível em <http://dx.doi.org/10.21747/21836671/pag2020a2> . acesso em 14 abr. 2021.
- HARARI, Y. N. *Sapiens: uma breve história da humanidade*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2017.
- JUNG, Carl Gustav. Considerações gerais sobre a teoria dos complexos. In: JUNG, Carl Gustav. *A dinâmica do inconsciente*. Petrópolis: Vozes, 1991. v. VIII.
- JUNG, Carl Gustav. *Estudos Experimentais* (volume II das obras coligidas). Petrópolis: Vozes, 1995. v. II.
- LANE, Sílvia T. M. Usos e abusos do conceito de representação social. In: SPINK, Mary Jane. *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- OTLET, Paul. *Tratado de documentação: o livro sobre o livro teoria e prática*. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2018.
- PAULA, C. P. A. A Abordagem Clínica da Informação e o Paradigma Indiciário: contribuições metodológicas de um diálogo para a introdução da dimensão do imaginário como tema na pesquisa das práticas informacionais em Ciência da Informação.

Prisma.com, Porto, n. 34, p. 24-45, 2017. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prisma.com/article/view/3174/2881>. Acesso em: 01 abr. 2021.

PAULA, C. P. A. de. A investigação do comportamento de busca informacional e do processo de tomada de decisão dos líderes nas organizações: introduzindo a abordagem clínica da informação como proposta metodológica. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 3, p. 30-44, out. 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/16756>. Acesso em: 01 abr. 2021.

PAULA, C. P. A. de. Dimensões simbólicas e afetivas do uso da informação: uma análise das comunicações entre professores do departamento de psicologia de uma instituição de ensino superior pública brasileira. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 2, p. 118-132, out. 2012a. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/12539>. Acesso em: 14 abr. 2021.

PAULA, C. P. A. de. Dimensões simbólicas e afetivas do uso da informação: uma análise das comunicações entre professores do departamento de psicologia de uma instituição de ensino superior pública brasileira. XII ENANCIB, 2011, BRASILIA. *Anais do XII ENANCIB*. Brasília: UNB Brasília, 2011. v. 1. p. 1-20.

PAULA, C. P. A. de. *Informação e psicodinâmica organizacional: um estudo teórico*. Dissertação (Mestrado) –Escola de Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1999. 206p. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-92YEYJ>. Acesso em: 14 abr. 2021.

PAULA, C. P. A. de. *O símbolo como mediador da comunicação nas organizações: uma abordagem junguiana das relações entre a dimensão afetiva e a produção de sentido nas comunicações entre professores do departamento de Psicologia de uma instituição de ensino superior brasileira*. Tese (Doutorado) – Departamento de Psicologia Social e do Trabalho. São Paulo: Instituto de Psicologia, 2005. 367p. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_acction=&co_obra=30101. Acesso em: 14 abr. 2021.

PAULA, C. P. A. de. Proposta de metodologia para a investigação do comportamento de busca informacional e do processo de tomada de decisão dos líderes nas organizações: introduzindo uma abordagem clínica na informação. *Anais do XIII ENANCIB*. Rio de Janeiro, 2012b.

PAULA, C. P. A. de. Reflexões sobre o conceito de arquétipo numa perspectiva não metafísica: um diálogo sobre sua origem no mundo físico e os eu papel na organização do mundo através da mente. In: LIND, E. S.; Moraes, H. J. P. *Mídia cotidiano e imaginário*. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

PAULA, C. P. A.; ARAÚJO, E. P. O. Gestão do conhecimento na iniciação científica: a pedagogia da autonomia e a imaginação criadora na formação do espírito científico em tempos de transformação digital. *Anais do KMBrasil 2020*, Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento – SBGC, n.1, p. 365-382, 2020. Disponível em: http://www.sbgc.org.br/uploads/6/5/7/6/65766379/anais_do_km_brasil_2020.pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.

PAULA, C. P. A.; ARAÚJO, E. P. O. Gestão do conhecimento na iniciação científica: pedagogia da autonomia, imaginação criadora e formação do espírito científico. *Anais*

do XX ENANCI. Portal de Conferências da UFSC, ENANCIB 2019, ANCIB / UFSC, n.1, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/518/884>. Acesso em: 14 abr. 2021.

PEDROSA, C. G. *A dimensão subjetiva da gestão de bibliotecas universitárias*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2017.

PIAGET, J. *Biologie et connaissance: essai sur les relations entre les régulations organiques et les processus cognitifs*. Paris: Gallimard, 1967.

PIERI, P. F. *Dicionário Junguiano*. São Paulo: Paulus, 2002.

PINHEIRO, L. V. R. Ciência da informação: desdobramentos disciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares. In: GONZÁLEZ DE GÓMES, M. N.; ORRICO, E. G. D. (Orgs.). *Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento*. Natal: EDUFRN, 2006. p. 111-141.

QUEIROZ, T. P. *Conhece-te a ti mesmo: a percepção dos egressos sobre a imagem de um curso de graduação em Biblioteconomia*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

QUEIROZ, T. P. *O bom filho a casa sempre torna: análise do relacionamento entre a Universidade Federal de Minas Gerais e seus egressos por meio da informação*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2014. 202f.

RAMOZZI-CHIAROTTINO, Z. *Psicologia e epistemologia genética de Jean Piaget*. São Paulo: EPU, 1988.

ROCHA, J. A. P. *A produção do conhecimento como cognição distribuída: práticas informacionais no fazer científico*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

ROUBAKINE, N. *Introduction à la psychologie bibliologique. (T. I)* Sofia: Association Internationale de Bibliologie, 1998.

SÁ, R. M. C. de. *Compartilhamento do conhecimento e o processo de orientação de discentes de pós-graduação stricto sensu*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2015.

SALDANHA, Gustavo Silva. A anatomia do símbolo: notas indisciplinadas para uma epistemologia informacional (Tópicos especiais em Ciência da Informação I) – 15 a 19/03/2021: aula 3, 17 de mar. de 2021. *Notas de Aula*. Mimeografado.

SALDANHA, Gustavo Silva. Epistemologia crítica e social da ciência da informação: 50 anos de uma escola dialética. In: XIX ENANCIB, 2018, Londrina. *Anais do XIX ENANCIB*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina. v. 1. p. 01-20, 2018.

SILVA, A.M. O GEDDI segundo Malheiro. 2021. (0m34s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hNUinpe4HbI>. Acesso em: 5 mar. 2021.

TOLEDO, G.L. *Os memes e a memética*. São Paulo: FiloCzar, 2017.

VIEIRA A.G. *Imagem, símbolo e narrativa na psicologia analítica de C.G. Jung*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 245 f, 2003. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/2897> . Acesso em: 5 mar. 2021.

XAVIER, R. C. M.; COSTA, R. O. da. Relações mútuas entre informação e conhecimento: o mesmo conceito?. *Ciência da Informação*, v. 39, n. 2, p. 75-83, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652010000200006&lng=pt&tlng=pt . Acesso em: 21 jan. 2021.

ZAHAR, Elie. Logic of Discovery or Psychology of Invention?. *British Journal for the Philosophy of Science*, Oxford, n. 34, p. 243-261, 1983. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdf/10.1093/bjps/34.3.243> . Acesso em 01 abr. 2021.



**INTERLOCUÇÕES
INTERNACIONAIS
E PESQUISAS**



PRESERVANDO O “AO VIVO”: RE-PERFORMANCE E PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Diana Taylor

Traduzido por Rodrigo Moreno Marques

A artista brasileira Denise Stoklos, que tem a minha idade, lamentou que não teria nada para mostrar depois de uma vida inteira de performances, de arte ao vivo, sem telas ou esculturas: “Vou fazer 100 anos, ainda no palco. No entanto, curvando meu dedinho.”¹ Como a “arte ao vivo” subsiste além de seu momento de encenação? Existe uma fantasia generalizada, compartilhada por alguns artistas individuais, como Marina Abramović e por organizações mundiais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), segundo as quais performances específicas (“patrimônio cultural imaterial”) poderiam ser mantidas vivas, separadas de seus momentos de execução e preservadas, bem como executadas para outras audiências em momentos posteriores. Por que tais tentativas? Para quem? Quem as seleciona? Neste texto, exploro essas questões complicadas, talvez até mesmo insolúveis, olhando brevemente para dois projetos: a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial² e a

1 STOKLOS, 2000.

2 UNESCO, 2003.

aclamada exposição de Marina Abramović no Museu de Arte Moderna (MoMA) de Nova York em 2010, intitulada *A artista está presente* (*The Artist Is Present*).

Lourdes Arizpe, diretora-geral adjunta de Cultura da UNESCO, e eu fomos convidadas por essa agência para escrever um manual sobre eventos festivos, rituais e práticas sociais, um dos cinco manuais previstos para a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003. Imediatamente, as complexidades, para não dizer as impossibilidades no que me diz respeito, emergiram claramente.³ A UNESCO tentava há muito tempo avaliar como salvar o patrimônio cultural imaterial e começava a desenvolver uma série de programas: Tesouros Humanos Vivos (*Living Human Treasures*) em 1993 e Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade (*Masterpieces of the Oral and Intangible Heritage of Humanity*) em 1997.

Além de perpetuar a separação entre o “primeiro mundo” e o “terceiro mundo” como os títulos sugerem, aquela abordagem da UNESCO tinha muitos problemas. Por um lado, a linguagem dos “tesouros” e das “obras-primas” simplesmente estendeu a lógica e a linguagem do que eu chamo de “arquivo” para o domínio do “ao vivo” – os atos que são o repertório. Uma das necessidades apresentadas envolvia “traduzir o patrimônio imaterial em ‘materialidade’.”⁴ A maneira de salvar as práticas ao vivo se daria, aparentemente, por meio da sua transformação em algo que não são: documentação (fotografias, vídeos, gravações e categorização). A produção de um registro de uma performance não é o mesmo que sua execução, embora, como eu argumento à frente, devemos advertir contra a fetichização de fronteiras rígidas entre esses dois atos.⁵

3 O artigo 2.2 da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) lista cinco domínios que se sobrepõem: (i) tradições e expressões orais, incluindo a linguagem como veículo do patrimônio cultural imaterial; (ii) artes cênicas; (iii) práticas sociais, rituais e eventos festivos; (iv) conhecimentos e práticas relativas à natureza e ao universo; e (v) artesanato tradicional. Na época em que estávamos escrevendo o manual sobre práticas sociais, rituais e eventos festivos, o plano da UNESCO era ter um manual para cada domínio e um manual geral, que forneceria uma visão de todos eles.

4 BOUCHENAKI, 2004, p. 9.

5 ZANTEN, 2002.

O programa Tesouros Humanos Vivos,⁶ destinado a homenagear mestres de práticas valiosas e incentivá-los a treinar outros praticantes, reflete as dificuldades de encontrar formas adequadas para conceber a vivacidade da transmissão. Mestres (não são tesouros) realizam seus atos e treinam outros. Os atos, claramente, são separáveis dos indivíduos executantes. As pessoas podem repassá-los a outrem. Outros podem aprendê-los. Quem ensina línguas, ou dança, ou teatro, se baseia nessa premissa. Os atos de transferência são mediados de muitas maneiras, mas isso não os torna materiais ou tangíveis, ainda que eles passem por corpos materiais e tangíveis. Em vez disso, eles fazem parte de um repertório de atos mantidos vivos por meio de repetidas execuções. Esses atos corpóreos podem ser tomados como prática, a exemplo dos braços esticados do bailarino realizando um *port de bras* ou a exemplo do punho levantado de um manifestante. Bertold Brecht usa a palavra *gestus* e Walter Benjamin a expressão *citable gesture* para se referirem a atos que carregam uma história de prática em si. Esses movimentos podem ser tomados emprestados e transformados por outros praticantes.

Assim, embora a estratégia de apoiar mestres vivos possa ser uma maneira muito eficiente de transmitir conhecimentos corporificados por meio de treinamento e performances rigorosas, a abordagem da UNESCO cria sérias contradições. A performance ao vivo do mestre torna-se o registro, tanto quanto uma fotografia, ou um vídeo, ou uma notação de Rudolf Laban [FIGURA 1]⁷. Numa performance *Noh* ou numa dança balinesa, que podem assumir muitas formas e variações, um praticante ou uma comunidade pode promover seu trabalho a condição de modelo oficial a ser aprendido e reproduzido. O incorporado é congelado, codificado e tratado como um texto ou *script* autêntico e original. Além disso, essa forma de transmissão armazena o ato e descarta o contexto em que ele se originou. O tesouro vivo nacional oximorônico se torna o exemplar de excelência, desincorporado, transtemporal e transespacial, o exemplar de valor universalmente reconhecido em lugar de um transmissor humano que está presente e pratica.

6 UNESCO, 2002.

7 As figuras indicadas no capítulo se encontram reunidas nas páginas 575 a 582 deste livro

Em 2003, a UNESCO adotou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage), que trouxe algumas alterações relevantes. Entre outras coisas, optou-se pelo foco na proteção de “processos” em vez de “produtos”. A linguagem dos “tesouros vivos” e “obras-primas” foi abandonada e passamos a adotar a ideia de “patrimônio” [*heritage*]. A noção de patrimônio [*heritage*], lembremos, está ligada etimologicamente à ideia de “propriedade herdada” [*inherited property*]. Embora seja uma forma ostensiva de manutenção do antigo, a efetiva função do patrimônio [*heritage*] é produzir um novo produto cultural, uma “indústria de valor agregado” que converte locais em destinos, como argumenta Barbara Kirshenblatt-Gimblett⁸ na obra *Destination Culture: Tourism, Museums, and Heritage*. Isso apaga os praticantes e as comunidades que seriam os agentes culturais ativos. Herdamos lugares culturais e materiais, os quais, por sua vez, podemos transmitir, mas não transformar. Eles não são “nossos”. Esses patrimônios passam por nós, mas pertencem a uma abstração incorpórea que a todos representa: “humanidade”.⁹ O motor econômico dos projetos patrimoniais é o turismo, que, com frequência, transforma uma prática muito além de seu caráter original, convertendo-a em uma atração economicamente sustentável ou em uma performance autoconsciente de si mesma. Será que a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial logrou êxito na proteção desse patrimônio ou, ao contrário, na sua destruição?

Vejamos a exposição de sucesso de Marina Abramović, intitulada *A artista está presente*, executada no MoMA em 2010. Tratava-se de uma *retrospectiva*, por definição conservadora, de quatro décadas do trabalho de Abramović, em que toda mostra experimentou várias formas de re-apresentação:¹⁰ documentação, vídeo, áudio, hologramas, apresentação *on-line* e *offline*, juntamente com performance e re-performance. O que é re-performance? Seriam re-performances todas as performances, “comportamento duas vezes compartilhado”, “nunca pela primeira

8 KIRSHENBLATT-GIMBLETT, 1998.

9 KIRSHENBLAT-GIMLETT, 1998.

10 Nota do Tradutor (N.T.): Ao longo do texto, o uso do hífen na grafia das expressões re-apresentação e re-performance visa a acompanhar a concepção de Diana Taylor, que emprega as expressões em inglês *re-presentation* e *re-performance*.

vez”, conforme alega Richard Schechner?¹¹ Como a re-performance se diferencia da reencenação, definida por Rebecca Schneider como “[...] a prática de retocar ou refazer um evento precedente, obra de arte ou agir”?¹² No teatro, na dança, nas apresentações musicais, todos se repetem continuamente. Em que cada “re” é diferente? Muitos artistas de performance repetem os atos e até seguem roteiros ou partituras de outros artistas.¹³ A repetição do ato não diferencia a re-performance da performance. Portanto, indaga-se: o que distingue a re-performance?

O termo re-performance, assim como a própria noção de performance, tem sido adotado nos negócios, bancos e administração: “A repetição pelo auditor de um cálculo feito pelo cliente para verificar sua acurácia”, de acordo com a plataforma TermWiki.¹⁴ No contexto das artes,

11 SCHECHNER, 1985, p. 36.

12 SCHNEIDER, 2011.

13 QUILES, 2010.

14 Disponível em: <http://www.termwiki.com/EN:reperformance>. Acesso em: 9 jul. 2012.

Em *A artista está ausente* (QUILES, 2010), encontra-se o seguinte argumento: Por que re-performance? A arte performática é uma forma de arte essencialmente ligada ao ato de performance ao vivo e à troca de energia entre o público e o artista. Embora seja possível documentá-la e, por meio dessa documentação, reencená-la, a obra de arte é fundamentalmente alterada pela mudança no meio. Acreditamos que, nessa mudança de meio, grande parte da força e do impacto da obra original se perde. Acreditamos que a performance seja mais bem apresentada como performance. A questão que surge, então, é: como uma obra é reconstruída e remontada? É possível recriar uma obra fora do seu ambiente artístico original? Acreditamos que a resposta seja sim, considerando que o objetivo artístico não seja, de fato, uma recriação exata da performance artística. Sustentamos que, a partir das partituras e documentações fornecidas pelos artistas (a estrutura formal), podemos reexecutar esses trabalhos e considerar que aquela re-performance seja uma exibição bem sucedida da peça. Muito mais bem sucedida, na verdade, do que os arquivos de vídeo e fotos empregados em reexibições de performances, que servem apenas como documentação. Não buscamos reconstruir com exatidão uma performance anterior de um artista. Isso iria, de fato, definir a experiência da re-performance e quebrar o acordo de honestidade entre o artista e o público. Não assistimos a vídeos de performances com um olhar que almeja a recriação exata. Não almejamos imitar a experiência do artista ou sua expressão aparente. A performance é algo selvagem, e uma parte fundamental da arte performática são, de fato, sua imprevisibilidade e sua honestidade a cada momento da exibição. Consideramos que nossas re-performances alcançam sucesso independentemente de o resultado ser idêntico ao original, desde que tenhamos seguido a estrutura formal delineada pela documentação da obra.

a re-performance tem significado uma replicação precisa de um original.¹⁵ Zenph Studios tem uma série de gravações de re-performances musicais que oferecem cada pausa, cada som do pedal do instrumento e cada respiração da performance original. A única coisa que faltava, como disseram, era um holograma do artista para recriar totalmente o que fora passado originalmente ao vivo.¹⁶ “Recentemente”, observou o curador-chefe do MoMA em 2010, “a noção de ‘re-performance’ foi enfatizada como uma possibilidade de revitalizar o trabalho histórico da arte performática”,¹⁷ “para transmitir a presença da artista e tornar suas performances históricas acessíveis a um público maior.”¹⁸ Estão subjacentes à ideia de re-performance as noções de autenticidade, originalidade, historicidade, reexecução precisa de grandes obras autorais, bem como a proposta de ampliar acessibilidade às obras.

Examinemos duas re-performances da retrospectiva de Abramović. A mais óbvia, embora menos discutida como re-performance, foi a presença ao vivo de Abramović, sentada a uma mesa no Átrio Marrom do MoMA, durante toda a exposição, que durou mais de 700 horas [FIGURA 2]. Esta foi uma re-performance da série *Travessia Noturna do Mar* (*Night Sea Crossing*) dos anos 1980, que ela empreendeu com seu então colaborador e parceiro Ulay (Uwe Layesiepen) [FIGURA 3]. Por que essa é considerada uma performance em vez de uma re-performance?

Como naquela primeira performance de longa duração, na apresentação no MoMA os dois se sentavam parados e em silêncio, um de frente para o outro, diante de uma mesa. No MoMA, o tempo e o movimento foram alongados. Como na apresentação anterior, a nova apresentação versava sobre o foco profundo e a aparentemente supra-humana resistência física e mental. Como em toda performance, a segunda também ocorreu, segundo os termos de Abramović,¹⁹ no “aqui

15 Vide, por exemplo, a re-performance executada em 2006 por Zenph Studios das Variações Goldberg (Goldberg Variations) originalmente apresentadas em 1955 por Glenn Gould. Cf.: SEAVER, 2010.

16 SEAVER, 2010.

17 ORTIZ, 2012.

18 MOMA, 2010.

19 ABRAMOVIĆ, 1985.

e agora”.²⁰ Ela ficou parada em uma cadeira, de frente para indivíduos do público que se revezavam sentados à sua frente. As pessoas fizeram fila por horas (até mesmo durante a noite) para ocupar a cadeira diante dela. Essa performance se centrava na presença. Ela estava lá. Nós estávamos lá com ela. Algumas pessoas provavelmente quiseram compartilhar um momento de celebridade. Alguns choraram enquanto olhavam em seus olhos. Outros, no átrio, estavam se apresentando para as *webcams*. O poder da performance estava na quietude, na intensidade e intimidade pública do olhar, na interface não só entre duas pessoas, mas entre duas pessoas e seus múltiplos públicos ao vivo e digitais. Nada aconteceu! Mas, mesmo em sua quietude, havia um dispendio excruciante de nada fazer. Essa performance vira (ou inverte) a tensão entre movimento e quietude, característica da performance ao vivo, em que a pausa geralmente marca os segundos ou os momentos “entre” movimentos. A quietude pode ser cheia de promessas, de imanência. O leopardo faz uma pausa antes do seu bote. Um modelo fotográfico posa por um segundo e, depois, se move. A quietude tem qualidade cinética. Na performance duracional de Abramović, a quietude prevalece sobre o movimento, que se desloca para fora do quadro como potencialidade. A pausa, não a ação ou a vivacidade, é o elemento central.

O ato de olhar era parte da execução. As pessoas no átrio ficavam paradas e em silêncio ou falavam sussurrando. Havia uma sensação silenciosa e reverencial como se algum ato de alto risco e desafiador da gravidade estivesse em andamento. E, claro, de certa forma estava. A quietude nos envolveu. No entanto, a presença, por toda a sua força e intimidade, também era altamente mediada [FIGURA 4]. As câmeras de vídeo e iluminação tornaram o evento muito silencioso e ainda mais espetacular, pois o que interessava era ser e ver. A interface entre o “ao vivo” e suas muitas extensões tornou-se visível. Marina Abramović olhava atentamente para a pessoa na cadeira na frente dela, e todos olhavam para ela, seja na sala ou através da transmissão de vídeo “ao vivo”. A artista está presente aqui, agora e em muitas formas de repetitividade: ao vivo, no “vídeo ao vivo”, na preservação do “vídeo ao vivo”, nas fotografias do vídeo ao vivo, e assim por diante [FIGURA 5]. Todos esses registros, no entanto, fizeram parte da performance,

20 ABRAMOVIĆ, Marina. Marina Abramović and Ulay - Nightsea Crossing/Conjunction. Nova York: MoMA, 1985 (áudio). Disponível em: <http://www.moma.org/explore/multimedia/audios/190/1985>. Acesso em: 17 abr. 2021.

não apenas de sua documentação ou preservação. A quietude levou o público muito além dos limites físicos do MoMA.

Tudo isso, claramente, estendeu-se além da qualidade reiterativa do “re” da re-performance. Este era um “novo original” no sentido que essa expressão tem no mundo da arte comercial.

No andar de cima, o sexto andar do museu, a ilusão de vivacidade e de presença foram injetadas em cada *display*, em vez de emanadas de cada um deles. Podíamos vê-la em todos os lugares, dançando, gritando, falando. Simultaneamente, outros artistas treinados por Abramović e contratados pelo MoMA executaram várias das performances icônicas da artista. Essas re-performances foram a parte mais controversa e teoricamente interessante da retrospectiva.²¹ Assim como na reencenação e representação, o objetivo da re-performance pode ser, como vimos, o de transmitir presença e tornar o trabalho mais acessível. Ao invés de, ou melhor, em conjunto com a massificação da circulação cultural por meio de fotos e imagens em movimento, corpos humanos mais uma vez foram explorados para compartilhar e transmitir experiências com outros corpos. Esse, aparentemente, poderia ser considerado o universo do repertório. Corpos que mantêm os atos vivos, reativando-os no presente.

Mas esse não é o repertório. Em vez de animar e transmitir um trabalho artístico ao vivo, a re-performance das peças de Abramović no MoMA reduziu drasticamente as primeiras iterações da peça. Sem querer sugerir que qualquer obra tem um significado, vejamos como a preservação dos movimentos e a alteração do contexto transformam a obra em um tipo muito diferente de encontro com o presente e com o público presente.

Por exemplo, em *Imponderabilia*, que Abramović realizou com Ulay, em 1977, em Bolonha, os artistas reconstruíram a abertura principal do museu para criar uma entrada menor, pela qual os visitantes tinham que passar [FIGURA 6]. Ela e Ulay ficaram nus naquela entrada, que era tão estreita que obrigava o visitante a escolher em qual dos

21 Segundo Carrie Lambert-Beatty: “Muito está sendo feito para incluir na retrospectiva de Abramović o que a artista chama de re-performances. Para mim, esse debate não tem sentido: se você acredita na autenticidade sagrada do original, então, por definição, nenhuma reexecução poderia ameaçá-lo; se você acha que a performance é sempre mediada, então corpos vivos são uma forma de representação como qualquer outra. Mais interessante do que questionar se as reencenações são artística e historicamente corretas é o que lhes foi solicitado a fazer, se foi eliminar ou ampliar a potencialidade da performance.” Cf.: LAMBERT-BEATTY, 2010, p. 209.

dois se esfregaria enquanto se espremia ali. A ideia ativada naquela performance era a de que os artistas, não os museus, são os guardiões da arte, e a ideia de que tanto artistas quanto visitantes têm que negociar uma relação desafiadora e, às vezes, estranha. A apresentação deveria durar seis horas, mas a polícia chegou depois de três horas e pediu aos dois seus documentos que, claramente, eles não tinham ali. A apresentação foi interrompida. Bolonha, nos anos 1970, era um centro político efervescente onde o ativismo estudantil, ideias radicais e atos de terrorismo mantinham a cidade sempre em alerta. Um estudante tinha sido baleado no início daquele ano por uma força policial altamente reativa. Nudez pública fora do museu não era motivo de risos e a polícia obviamente não tinha senso de humor.

A re-performance no MoMA foi radicalmente diferente, embora citasse sua icônica antecessora [FIGURA 7]. Dois artistas (independentemente do gênero) revezaram-se parados nus em uma porta no grande espaço expositivo, que tinha vídeos e parafernálias de várias peças anteriores de Abramović. Ao contrário da encenação de Bolonha, na segunda versão, a porta não era apenas mais larga, mas era uma porta secundária, posicionada no extremo da sala, tornando-a redundante. Os visitantes não tinham que passar por ela e a passagem levava a uma sala que poderia ser mais facilmente acessada por outro caminho. Os visitantes não ficaram desconfortáveis e não havia negociação dos limites internos/externos do museu que controlassem o acesso à arte. Isso sugere que os artistas não mais perturbavam e nem eram mais guardiões de nada especial. Eles não estavam mais presentes! O vídeo da performance de Bolonha foi reproduzido ao lado da re-performance e, assim, elevado ao *status* de “original” – um lembrete de que essa nova iteração foi interessante na medida em que conjurou a primeira. Ao contrário de uma interpretação ou variação de uma performance bem conhecida, essas re-performances tentaram ser “autênticas” em relação ao “original” – duas qualidades que a performance rejeita profundamente.

Além disso, o contexto era inteiramente diferente. A Abramović de 2010 é uma superestrela, a retrospectiva é o megaevento de arte comercial da temporada e nenhuma polícia poderia interromper o show. Pelo contrário, seguranças ficaram por perto protegendo o espetáculo e seus atores. Em vez de acontecer fora do museu, desafiando seu papel na valorização e preservação da arte, as performances da retrospectiva se voltaram para o museu justamente para valorização e preservação. Claramente, a base da performance e seu contexto mudaram

profundamente desde a década de 1970. O “tempo passado e o tempo presente juntamente unificados”, que fascinavam Abramović desde sua primeira peça em 1973, mostram dois ‘agoras’ muito diferentes sob a suposta continuidade de performances específicas.²²

Aquele agora da performance *A artista está presente* marcou uma profunda mudança de tempo em vez de suas qualidades duracionais. O agora da performance abrange simultaneamente muitos momentos históricos. Algumas performances politicamente progressistas como a do *The Port Huron Project*, de Mark Tribe, executaram, entre 2005 e 2007, seis “[...] reencenações de discursos de protesto da nova esquerda” dos anos 1960 e 1970 em sua localização “original”²³ [FIGURA 8]. O objetivo desse “agora” era mostrar quão longe tínhamos nos desviado daqueles ideais anteriores, quão estranho e fora do lugar Cesar Chávez e Angela Davis soavam na era do governo de George W. Bush. As palavras permanecem, mas esses não são os mesmos atores, ou o mesmo lugar, ou o mesmo momento histórico.

Mas as re-performances de Abramović abarcaram essas diferenças. A artista, ao longo de sua carreira, expôs-se a atos perigosos e cansativos que testaram seus limites humanos: ela gritou até perder a voz, dançou até desmaiar, cortou seu corpo e permaneceu imóvel e exposta diante de um público desconhecido. Inicialmente, suas peças de re-performance foram concebidas para durar duas horas e meia, independentemente de seu tempo original de execução. No entanto, suas durações foram reduzidas depois que dois executores das re-performances desmaiaram durante a primeira semana.²⁴ Por razões legais, o MoMA precisava eliminar o risco para os executores da re-performance. Dessa vez, a instituição gerenciou riscos. Assim, enquanto a re-performance da *Travessia noturna do mar (Night Sea Crossing)* no átrio exigia o mesmo tipo de esforço que Abramović tinha demonstrado com Ulay, o mesmo olhar fixo intenso para o outro e para dentro dele, as re-performances dos outros exigiam, nessa nova versão, relativamente pou-

22 LAMBERT-BEATTY, 2010.

23 TRIBE, 2010.

24 Conforme relatou, em entrevista, Abigail Levine, uma das executoras das re-performances de *Imponerabilia (Hemispheric Institute, Nova York, 3 set. 2010)*. Meus agradecimentos também a John Bonafede, Lydia Brawner, Elke Luyten, Juri Onuki, Jill Sigman e, novamente, a Abigail Levine por se encontrar comigo em 16 de dezembro de 2010 para conversar sobre suas experiências durante a reencenação da obra *A Artista está Presente*, de Marina Abramović.

co em comparação com a primeira. Aqueles artistas foram altamente treinados e precisavam assumir as poses tornadas famosas por ela, “a” artista. Além disso, enquanto a re-performance de Abramović atraiu multidões, as re-performances dos outros artistas foram rebaixadas a meras curiosidades. Ela era a estrela. Eles eram os extras na estrondosa economia da arte capitalista, que substituiu a troca comunicativa pela troca de valor. Se a performance de Abramović no átrio transmitiu intensa presença e relacionalidade, as outras, que ocorreram nos andares de cima, apenas ofereceram ilusão. Não havia lugar para se sentar e experimentar plenamente as obras como performances. Então, os visitantes apenas as olhavam e seguiam adiante. Perdeu-se, assim, o poder relacional e comunicativo associado à performance. Um artista, Elke Luyten, se perguntou: “Então, qual é o meu papel como executante da performance e como eu sei se ela é uma “boa” performance?”. As re-performances foram reduzidas a estratégias de *marketing*, e seus executores foram tratados em primeiro lugar como funcionários. Suas participações, na instituição, diziam respeito a questões de trabalho e lucro. No MoMA, apenas Abramović, “A Artista” (singular), estava “presente” [FIGURA 9].

Mais uma vez, como no caso da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO, essas re-performances apagaram seus executores como artistas ou agentes culturais ativos. Os executantes da re-performance do MoMA transmitiam, mas não transformavam, as práticas que não eram deles. Assim como o Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, os atos passam por eles, mas pertencem ao mercado de arte e aos frequentadores do museu.

A própria Abramović reapresentou em 2005, no *Guggenheim*, o trabalho de artistas famosos dos anos 1960 e 1970, em *Sete peças fáceis* (*Seven Easy Pieces*).²⁵ A justificativa para refazê-lo, de acordo com o *Guggenheim*, era

[...] que pouca documentação existe para a maioria das performances deste período inicial crítico; muitas vezes é preciso confiar em depoimentos de testemunhas ou fotografias [...]. [*Sete peças fáceis*] *Seven Easy Pieces*

25 ABRAMOVIĆ, Marina. *Seven Easy Pieces*. Nova York: MoMA, 2005 (áudio). Disponível em: <https://www.moma.org/multimedia/audio/190/1998>. Acesso em: 17 abr. 2021.

examina a possibilidade de refazer e preservar uma forma de arte que é, por natureza, efêmera.²⁶

Esta racionalidade de recuperação da performance soa como uma etnografia de salvamento que subjaz a grande parte da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO. O sucesso da apresentação, no entanto, não estava na preservação de um ato perdido, mas na reativação de uma icônica obra anterior por uma artista igualmente icônica para o mercado de arte de Nova York.

Durante *Sete peças fáceis* (*Seven Easy Pieces*), Abramović desenvolveu o que ela chamou de:

um modelo para reencenar no futuro performances de outros artistas: peça permissão ao artista; pague ao artista pelo direito de cópia; faça uma nova interpretação da peça; exiba o material original (fotografias, vídeo, relíquias); exiba uma nova interpretação da peça.²⁷

O que me interessa aqui é o quadro que Abramović constrói em torno do “original”. Ele permanece visível e intacto, mesmo quando a reexecução ou a re-performance se baseiam nele. Curiosamente, ela transmitiu esse modelo a seus executores da re-performance, mas o processo ocorreu de forma oposta. Eles eram pagos e não conseguiam criar uma nova interpretação da obra. Segundo Carrie Lambert-Beatty, este modelo “foi explicitamente enquadrado como um protocolo normativo para a reconstituição. [...] Abramović reformula a performance como uma partitura, mas encerra a iterabilidade, que é o aspecto mais significado da partitura.”²⁸ Imagine uma música que não pode ser tocada sem “exibir o material original”.

Se nos lembrarmos dos anos 1960 e 1970, quando o trabalho de Abramović era todo sobre o efêmero, a ousadia, o não autorizado, podemos perceber que essa retrospectiva foi uma aposta surpreendente para a sustentabilidade da performance de uma artista, na casa dos 60 anos, que sabe que filmes, vídeos, fotos ou outros registros podem documentar a obra e mantê-la visível, mas não podem mantê-la viva. A lógica do arquivo controla o repertório. Faz-se necessário o ao vivo, mesmo que o vivo insista em se comportar como mais um artefato. O corpo vivo é tratado como *script*. A centralidade parece estar na criação do registro (a foto, o vídeo,

26 GUGGENHEIM, 2005.

27 ABRAMOVIĆ, 2007.

28 LAMBERT-BEATTY, 2010.

a anotação, a partitura) e em sua reapresentação. Mas mesmo esse esforço contraditório e impossível para manter viva uma performance específica e “autoral”, que dá vigor a Abramović, aparenta estar em profundo desacordo com o investimento do MoMA, poderosa instituição que anulou, em vez de preservar, as performances anteriores de Abramović. O “re” da re-performance, neste caso, revelou-se o “re” da repetição e da reiteração sugada da força vital das obras. As re-performances dos artistas tinham aproximadamente a mesma forma, mas o novo quadro e o novo contexto esvaziaram seu significado. A re-performance, compreendida dentro da lógica da circulação e preservação cultural e econômica, não é, então, o futuro da performance, mas, sim, sua *MoMAmificação*.²⁹

Para encerrar, apresento algumas estratégias promissoras para refletir sobre a transmissão do “ao vivo”: [FIGURA 10]

1. Reverter o processo, ou seja, em vez de reapresentar o arquivo, libertar o “ao vivo” e todas as suas mediações, interpretações e desafios [FIGURA 11].
2. Chamar a atenção para a inserção [*bracketing*] de uma performance dentro da outra [FIGURA 12].

Destacar o “re” emoldurante, que cria uma distância necessária entre a performance e seu novo contexto. Essa distância permite adotar outra ótica – crítica, humorística, sacralizadora, fetichizante, entre outras. Ela chama a atenção para a política e para a temporalidade do realinhamento social, para a pergunta *por que agora?* e para o necessário deslocamento em relação ao momento em que a performance, novamente, surge [FIGURA 13]. O atrito entre os enquadramentos e o retorno [*re-turn*] para a performance confirma por que e como a obra vive, agora, aqui, para nós, novamente.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVIĆ, Marina. Marina Abramović and Ulay - Nightsea Crossing/Conjunction. Nova York: MoMA, 1985 (áudio). Disponível em: <http://www.moma.org/explore/multimedia/audios/190/1985>. Acesso em: 17 abr. 2021.

ABRAMOVIĆ, Marina. Seven Easy Pieces. Nova York: MoMA, 2005 (áudio). Disponível em: <https://www.moma.org/multimedia/audio/190/1998>. Acesso em: 17 abr. 2021.

ABRAMOVIĆ, Marina. Seven Easy Pieces: Photographs by Attilio Maranzano, Film Stills by Babette Mangolte. Milão: Charta, 2007.

29 Agradeço a Marlène Ramírez-Cancio por este *regalo*.

BOUCHENAKI, Mounir. Editorial. *Museum International*, v. 56, n. 1-2, 2004. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000135876>. Acesso em: 17 abr. 2021.

GUGGENHEIM. Apresentação da exposição *Seven Easy Pieces*, de Marina Abramović, 2005. Disponível em: <http://pastexhibitions.guggenheim.org/abramovic/>. Acesso em: 17 abr. 2021.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. *Destination Culture: Tourism, Museums, and Heritage*. Oakland: University of California Press, 1998.

LAMBERT-BEATTY, Carrie. *Against Performance Art*. *Artforum Internacional*, v. 48, n. 9, 2010. Disponível em: <https://www.artforum.com/print/201005/against-performance-art-25443>. Acesso em: 17 abr. 2021.

MoMA (Museum of Modern Art). *Marina Abramović: The Artist Is Present*. Disponível em: <https://www.moma.org/calendar/exhibitions/964>. Acesso em: 17 abr. 2021.

ORTIZ, Jen. *Can Performance Art be Collected... and Still Maintain its Original Message...?* *Hyperallergic*. 28 jun. 2012. Disponível em: <http://hyperallergic.com/53624/can-performance-art-be-collected>. Acesso em: 17 abr. 2021.

QUILES, Daniel. *The Artist is Absent: Notes on Tania Bruguera*. *Arte al Día Internacional*, Buenos Aires, n. 132, p. 42-47, 2010. Disponível em http://www.tania-bruguera.com/cms/files/ate_al_dia_2010_daniel_quiles.pdf. Acesso em: 17 abr. 2021

SEAVER, Nicholas Patrick. *A Brief History of Re-Performance*. Dissertação de mestrado (Comparative Media Studies) - Dept. of Comparative Media Studies, MIT, Cambridge (Massachusetts), 2010. Disponível em: <https://dspace.mit.edu/handle/1721.1/59573>. Acesso em: 17 abr. 2021.

SCHECHNER, Richard. *Between Theater and Anthropology*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1985.

SCHNEIDER, Rebecca. *Performing Remains: Art and War in Times of Theatrical Reenactment*. London: Routledge, 2011.

STOKLOS, Denise. *Conversa pessoal com Denise Stoklos*, Nova York, 2000.

TRIBE, Mark. *The Port Huron Project: Reenactments of the New Left Protest Speeches*. Milão: Edizioni Charta, 2010.

UNESCO. *Guidelines for the Establishment of National "Living Human Treasures" Systems*. 2002. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00031-EN.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2021.

UNESCO. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, 2003. Disponível em: <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Brazil-PDF.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2021.

ZANTEN, Wim van (Org.). *Glossary: Intangible Cultural Heritage prepared by an international meeting of experts at UNESCO*. Haia: Netherlands National Commission for UNESCO, 2002. Disponível em: <https://ich.unesco.org/doc/src/00265.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2021



ARCHIVOS Y DEMOCRACIA: EL ACCESO A LA INFORMACIÓN EN LA LEGISLACIÓN LATINOAMERICANA¹

Norma Catalina Fenoglio

INTRODUCCIÓN. CONCEPTUALIZACIÓN TEMÁTICA

Paula Ligia Martins (2011) señala que, “en un sentido amplio, podemos entender el acceso a la información pública como el derecho que tiene toda persona de recibir informaciones en poder del Estado sobre cualquier asunto” (p.233) y precisa que el mismo derecho es designado de diferentes formas: “libertad de información, derecho a la información, derecho de saber y acceso a la información” (p.233). Se trata de un derecho que se sitúa entre los denominados de tercera generación, también llamados derechos colectivos, solidarios o de los pueblos, por cuanto responde a necesidades del hombre como inte-

¹ El presente artículo está basado en la tesis de doctorado en Estudios Sociales de América Latina titulada “Rol de los archivos en las democracias. El acceso a la información en Argentina, Colombia y Perú”, defendida en junio de 2020, razón por la cual parte del texto es similar a dicha tesis.

grante de una comunidad con conciencia de identidad colectiva, que se han tornado imperiosas debido a la “creciente importancia de la información y el aumento de la capacidad técnica para reunirla, procesarla y aplicarla” (Chumbita, 2000, p.7).

Severiano Fernández Ramos (2002) avanza un poco más en la naturaleza del concepto de derecho a la información porque entiende que no se trata de un “derecho de estructura prestacional o de crédito”, ni del acceso a una noticia, sino al “acceso directo a la fuente de información misma, en este caso, al documento” y, por lo tanto, lo califica como un “derecho de libertad: la libertad de informarse” (p.885).

José María Jardim (2010) considera que se trata de un derecho civil, pero también un derecho político, un derecho social y un derecho difuso y afirma que está relacionado “con normas que lo viabilicen, o sea, con un conjunto de procedimientos y condiciones materiales que permiten el ejercicio efectivo de este derecho” (p.110-111).

María Rosa Martínez Rider (2011), por su parte, precisa que es un derecho subjetivo, de interés público y social, al que deben tener llegada todos los ciudadanos pues es un bien común que debe perseguir el Estado y define el derecho de acceso a la información como “un conjunto de normas jurídicas que regulan y tutelan las libertades, garantías, facultades y delimitaciones que [lo] integran” (p.114).

En un sistema democrático de gobierno, el derecho de acceso a la información pública se relaciona, como afirman Oyhanarte y Kantor (2015), con la libertad de expresión, la participación de los ciudadanos en los asuntos públicos, la transparencia de los actos de gobierno, la rendición de cuentas y el derecho a saber. Las disposiciones que lo rigen cambian con el tiempo y dependen también de la sensibilidad de la información que contengan, incluidos los metadatos asociados, si se trata de documentos digitales. Generalmente existe mayor control del acceso cuando están en sus períodos activo y semiactivo, y las restricciones disminuyen a medida que los documentos pasan a su fase inactiva (Duranti y Franks, 2015, pp.1-3).

Coincidiendo con Santiago Díaz Cafferata (2009), en este trabajo nos referimos al acceso a la información, en especial a la información pública, como derecho o

facultad que tiene todo ciudadano, como consecuencia del sistema republicano de gobierno, de acceder a todo tipo de informaciones en poder tanto de entidades públicas como de personas privadas que ejerzan fun-

ciones públicas o reciban fondos del Estado, con la consecuente obligación estatal de instrumentar un sistema administrativo que facilite a cualquiera la identificación y el acceso a la información solicitada. (pp.153-154)

Esto, atento a que la Asamblea General de la OEA, en su Resolución N° 1932, considera que

el acceso a la información pública es un requisito indispensable para el funcionamiento mismo de la democracia, una mayor transparencia y una buena gestión pública, y que en un sistema democrático representativo y participativo, la ciudadanía ejerce sus derechos constitucionales de participación política, votación, educación y asociación, entre otros, a través de una amplia libertad de expresión y de un libre acceso a la información.

El derecho de acceso a la información es, además, una cuestión estrechamente relacionada con la transparencia administrativa, la rendición de cuentas, la lucha contra la corrupción y las políticas públicas de comunicación y de gestión de los documentos. En efecto, este derecho suma la prerrogativa de obtener copia de los actos de gobierno, se materializa en el derecho de petición y se constituye, de este modo, en garantía de control de las actividades y gestiones de la administración por parte del ciudadano, por lo que es un instrumento imprescindible para garantizar la transparencia de la Administración (Silva García, 2006).

Porque entendemos el acceso a la información como derecho ciudadano de consultar los documentos y saber cómo y porqué el Estado ha tomado determinada decisión, nos interesa la información pública, es decir, aquella creada o controlada por los organismos públicos, sean estatales o no estatales, como resultado de una actividad administrativa oficial. Por ello, el objetivo de este artículo es analizar someramente el contenido, alcance y particularidades de las leyes que, a nivel nacional, han sancionado los países de América Latina y verificar el rol que ejercen los archivos en esa legislación.

Para realizarlo, se aplican los métodos descriptivo y comparativo, se utilizan fuentes primarias y secundarias. Mediante la heurística se identifican los instrumentos legales de cada lugar, que se interpretan por medio de la hermenéutica.

ACCESO A LA INFORMACIÓN A NIVEL INTERNACIONAL

Los principales organismos supra e internacionales han promovido activamente, se han expresado y han dictado dispositivos respecto del acceso a la información. Los antecedentes legales sobre este derecho los encontramos en la Declaración de los Derechos del Hombre y del Ciudadano de 1789 en Francia, inspirada a su vez, en la declaración de independencia estadounidense de 1776 y en el espíritu filosófico del siglo XVIII. Sin embargo, como derecho tomó relevancia en el mundo a partir de la aprobación de la Declaración Universal de los Derechos Humanos, proclamada por la Asamblea General de las Naciones Unidas en París, el 10 de diciembre de 1948 en su Resolución 217 A (III). El mismo organismo aprobó, el 16 de diciembre de 1966 por Resolución 2200 A (XXI), el Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos, que acordó que el ejercicio de este derecho “entraña deberes y responsabilidades especiales” y que, por lo tanto, “puede estar sujeto a ciertas restricciones”, las que deben estar previstas por la ley y son necesarias para “asegurar el respeto a los derechos o a la reputación de los demás”, o proteger “la seguridad nacional, el orden público o la salud o la moral públicas”.

El Consejo de Europa había elaborado algunos años antes, el Convenio Europeo Protección de los Derechos Humanos y de las Libertades Fundamentales (Roma, 4.XI.1950) el cual también estableció la necesidad de someter “a ciertas formalidades, condiciones, restricciones o sanciones” el ejercicio del derecho de acceso a la información.

Le siguieron varias otras disposiciones, declaraciones y recomendaciones, entre ellas la Recomendación N° R (2000) 13, del 13 de julio de 2000 - que afirma que el acceso a los fondos públicos es un derecho, que en un sistema político que asuma los valores democráticos este derecho debe reconocerse a todos los usuarios, independientemente de su nacionalidad, condición o función; y que un país no accede plenamente a la democracia hasta que todos y cada uno de sus habitantes no disponga la posibilidad de conocer objetivamente su historia - y la Recomendación Rec. (2002) 2, del 21 de febrero de 2002 - que resalta la importancia de una administración transparente y la posibilidad de disponer de información sobre cuestiones de interés público. Finalmente, con fecha 18 de junio de 2009, el Consejo de Europa celebró un Convenio sobre el Acceso a los Documentos Públicos, en el

cual se garantiza este derecho sin discriminación de ningún tipo; establece que “el solicitante tiene el derecho a elegir si examina el original o una copia, o si recibe una copia en cualquier forma disponible o en el formato que elija” (Art.6) y se fijan como limitaciones, las necesarias en una sociedad democrática, a los fines de proteger, entre otros, la seguridad pública, la intimidad de las personas, el medio ambiente y los intereses económicos (Art.3). Es interesante destacar que, en su Preámbulo, el convenio considera que el ejercicio del derecho de acceso a los documentos públicos: “proporciona una fuente de información para el público; ayuda al público a formarse una opinión sobre el estado de la sociedad y sobre las autoridades públicas; [y] fomenta la integridad, la eficacia, la eficiencia y la responsabilidad de autoridades públicas, ayudando así a que se afirme su legitimidad”.

En América, la Organización de Estados Americanos (OEA) se interesó por la promoción del derecho de acceso a la información pública desde las últimas décadas del siglo XX y dictó varias declaraciones al respecto. El 10 de junio de 2003, en el marco del trigésimo tercer período ordinario de sesiones, celebrado en Santiago de Chile, aprobó la Resolución AG/Res. 1932-XXXIII-O/03, titulada “Acceso a la Información Pública: Fortalecimiento de la Democracia” en la cual exige a los Estados “respetar y hacer respetar el acceso a la información pública a todas las personas y promover la adopción de disposiciones o de otro carácter que fueren necesarias para asegurar su reconocimiento y aplicación efectiva”. Le siguieron varias resoluciones en el mismo sentido en los años siguientes², y finalmente el 8 de junio de 2010, la Asamblea General sancionó la Resolución AG/RES. 2607 (XL-O/10) por la que adoptó una “Ley Modelo Interamericana sobre Acceso a la Información” y su Guía de Implementación, elaborada por un grupo de expertos. El Modelo contiene setenta y dos artículos, repartidos en ocho títulos³, destaca el acceso a la información como

2 Resoluciones AG/RES. 1932 (XXXV-O/03), AG/RES. 2057 (XXXIV-O/04), AG/RES. 2121 (XXXV-O/05), AG/RES. 2252 (XXXV-O/06), AG/RES. 2288 (XXXVII-O/07), AG/RES. 2418 (XXXVIII-O/08) y AG/RES. 2514 (XXXIX-O/09).

3 I. Definiciones, alcance y finalidades, derecho de acceso e interpretación - II. Medidas para promover la apertura - III. Acceso a la información que obra en poder de las autoridades públicas - IV. Excepciones - V. Apelaciones - VI. La comisión de información - VII. Medidas de promoción y cumplimiento y VIII. Medidas transitorias. Texto completo en https://www.oas.org/dil/esp/AG-RES_2607-2010.pdf (Consultado el 13/02/21).

derecho humano fundamental y condición esencial para todas las sociedades democráticas y persigue el establecimiento de “la más amplia aplicación posible del derecho de acceso a la información que esté en posesión, custodia o control de cualquier autoridad pública”, en todas las ramas y niveles del gobierno basándose en el principio de máxima publicidad y sujeta a un claro y preciso régimen de excepciones.

Por su parte, la Convención Americana sobre Derechos Humanos, conocida como Pacto de San José de Costa Rica, firmado el 22 de noviembre de 1969, ya había reconocido el derecho de “buscar, recibir y difundir informaciones e ideas de toda índole”, sin censura previa sino a responsabilidades ulteriores expresamente fijadas por la ley “para asegurar: a) el respeto a los derechos o a la reputación de los demás, o b) la protección de la seguridad nacional, el orden público o la salud o la moral públicas” (Art.13), e incorpora el derecho a respuesta.

LEGISLACIÓN SOBRE ACCESO A LA INFORMACIÓN EN AMÉRICA LATINA

El acceso a la información pública es un derecho reconocido en las Constituciones de todos los países de América Latina, con mayor o menor alcance. Además, la mayoría ha sancionado una ley específica para normar su ejercicio. Según María Julia Scarensi (2014), en las últimas décadas, con el retorno a la vida democrática y la consecuente necesidad de rendir cuentas por parte de los gobiernos, se han dictado en los países de la región, diferentes normas - reformas constitucionales, leyes, decretos - relacionadas con el derecho a saber, con el objetivo de disminuir la corrupción y favorecer el acceso a la información, preservando y garantizando, al mismo tiempo, el ejercicio de otros derechos. Generalmente estas medidas relacionan el acceso con la transparencia administrativa y algunas, con los archivos.

Los primeros países que dictaron normas específicas sobre este tema fueron Panamá, Perú y México.

Panamá lo hizo por la Ley 6 de Acceso a la Información, sancionada por la Asamblea Nacional en diciembre de 2001 y promulgada el 22 de enero de 2002. El subtítulo del texto legal precisa “Que dicta normas para la transparencia en la gestión pública, establece la acción de Hábeas Data y dicta otras disposiciones” por lo que se trata de una norma de amplio alcance. En ella se reconoce el derecho de toda per-

sona a solicitar información en poder de las instituciones del gobierno, así como a consultar su información personal contenida en archivos y registros del Estado y a efectuarles correcciones (Arts.2 y 3).

En Perú, el 13 de julio de 2002 se aprobó, bajo el N° 27806, la Ley de Transparencia y Acceso a la Información Pública, por la que se “promueve la transparencia de los actos del Estado y regula el derecho fundamental del acceso a la información consagrado en el numeral 5 del artículo 2 de la Constitución Política del Perú”, la cual fue modificada y ampliada poco tiempo después - el 13 de enero de 2003 - por Ley N° 27927. Esta norma tiene la particularidad de incluir un título específico (14 artículos) con disposiciones para otorgar mayor transparencia al manejo financiero de las entidades públicas, con mecanismos para acceder a la información de carácter fiscal “a fin de que los ciudadanos puedan ejercer supervisión sobre las Finanzas Públicas y permitir una adecuada rendición de cuentas” (Art.23). El artículo 21 establece la responsabilidad del Estado de “crear y mantener registros públicos de manera profesional para que el derecho a la información pueda ejercerse a plenitud” y obliga a remitir al Archivo Nacional (*sic*)⁴ la información que obre en su poder, en los plazos estipulados por la Ley. El decreto reglamentario fue elaborado por una Comisión Multisectorial creada para ello y sometido a consulta ciudadana. Fue modificado varias veces, la última de las cuales data de junio de 2013.

México sancionó la Ley General de Transparencia y Acceso a la Información Pública Gubernamental en julio de 2002, con participación de la sociedad civil. En abril de 2015, como consecuencia de las reformas constitucionales aprobadas en 2014, se modificó, actualizó y amplió su ámbito de alcance. El artículo 4 establece que “El derecho humano de acceso a la información comprende solicitar, investigar, difundir, buscar y recibir información” y que “toda la información generada, obtenida, adquirida, transformada o en posesión de los sujetos obligados es pública y accesible a cualquier persona [por lo que] sólo podrá ser clasificada excepcionalmente como reservada temporalmente por razones de interés público y seguridad nacional”. Varios artículos refieren a la necesidad de trabajar coordinadamente con los archivos. Para sistematizar las acciones relativas a la política pública transversal en esta materia se crea el Sistema Nacional de Transparencia, Acceso a

⁴ La denominación “Archivo Nacional” es un error del legislador porque a la fecha de sanción la institución se denominaba, como hasta el presente, Archivo General de la Nación.

la Información y Protección de Datos Personales, del cual forma parte el Archivo General de la Nación. (Arts.27 y ss.).

En Ecuador, el 18 de mayo de 2004 entró en vigencia la Ley 24, Ley Orgánica de Transparencia y Acceso a la Información Pública. Esta norma establece que la información pública pertenece a los ciudadanos y que el Estado y las instituciones privadas depositarias de archivos públicos son sus administradores, por lo que están obligados a garantizar el acceso a la información. Las entidades públicas deben organizar sus registros de manera profesional (Art.10) e implementar programas de difusión y capacitación para “garantizar una mayor y mejor participación ciudadana en la vida del Estado” (Art.8).

También en 2004, el 13 de julio, el Congreso Nacional de República Dominicana sancionó la Ley N° 200-04 General de Libre Acceso a la Información Pública, promulgada el 28 del mismo mes y año y reglamentada por Decreto 130-05 el 25 de febrero de 2005. Entre sus considerandos, reconoce el derecho de acceso a la información gubernamental como una de las “fuentes de desarrollo y fortalecimiento de la democracia representativa” porque permite a los ciudadanos analizar, juzgar y evaluar los actos de sus representantes y “estimula la transparencia en los actos del Gobierno y de la Administración”. Según esta norma, “toda persona tiene derecho a solicitar y a recibir información completa, veraz, adecuada y oportuna, de cualquier órgano del Estado Dominicano, y de todas las sociedades anónimas, compañías anónimas o compañías por acciones con participación estatal” (Art.1). Sus disposiciones se aplican también a los Poderes Legislativo y Judicial, pero sólo respecto de la información administrativa. Una peculiaridad de esta ley la constituye el Art.22, que establece que los medios de comunicación ejercen una función social y, por lo tanto, deben “recibir una especial protección y apoyo por parte de las autoridades públicas”.

Siguiendo el orden cronológico, el 27 de noviembre de 2006 el Congreso Nacional de Honduras sancionó su Ley de Transparencia y Acceso a la Información Pública, divulgada en la Gaceta del 30 de diciembre del mismo año y reglamentada por el Instituto de Acceso a la Información Pública el 6 de marzo de 2008. La norma considera que el derecho de acceso a la información pública es garantía de transparencia y un medio eficaz contra la corrupción y, por ello, determina que su ejercicio coadyuva al fortalecimiento del Estado de Derecho y a la consolidación de la democracia mediante la participación ciudadana. Como órgano de aplicación crea el Instituto de Acceso a la

Información Pública (IAIP). Al igual que la ley dominicana, el Art.22 obliga a las autoridades “a dar protección y apoyo a los periodistas en el ejercicio de su profesión, proporcionándoles la información solicitada sin más restricciones que las contempladas en esta Ley”. Con relación a los archivos, el reglamento establece que el Instituto, en forma coordinada con el Archivo Nacional, dictará “los lineamientos que contengan los criterios para la organización, conservación y adecuado funcionamiento de los archivos de las Instituciones Obligadas”, los que deberán integrarse al Sistema Nacional de Archivos.

En Nicaragua, la Ley de Acceso a la Información Pública N° 621 fue aprobada por la Asamblea Nacional el 16 de mayo del 2007 y publicada en La Gaceta N° 118 del 22 de junio del 2007. Fue reglamentada por Decreto N° 81-2007, del 17 de agosto de 2007. Su texto (Arts.6 al 12) dispone que cada entidad del Estado debe crear una Oficina de Acceso a la Información Pública (OAIP) con la misión de facilitar el acceso a la información, crear un sistema de organización de la información y los archivos, confeccionar y mantener actualizados índices del contenido de los archivos, libros, registros y bases de datos a los fines de ponerlos a disposición de los particulares, y facilitar la impresión de los documentos solicitados. Un capítulo de la Ley (Arts. 43 a 46) está destinado a la promoción de la cultura de la accesibilidad a la información pública como derecho ciudadano, mediante cursos, seminarios, talleres y toda otra forma de enseñanza que se considere pertinente.

El 23 de octubre de 2008 se publicó el Decreto 57-2008 del Congreso de la República de Guatemala, por el que se sancionó la Ley de acceso a la información pública de ese país, emitida el 23 de setiembre del mismo año. Su objeto es, sintéticamente, garantizar el derecho de acceso a la información sin discriminación alguna, el derecho a conocer y proteger los datos personales, la transparencia de la administración pública y la rendición de cuentas por parte del Estado. Incluye un capítulo referido al derecho de habeas data y dispone la inclusión del tema del derecho de acceso a la información en la currícula de estudios de los niveles primarios, medio y superior (Art.50). Con relación a los archivos, el Art.36 establece que “la información pública localizada y localizable en los archivos administrativos no podrá destruirse, alterarse, modificarse, mutilarse u ocultarse por determinación de los servidores públicos que la produzcan, procesen, administren, archiven y resguarden, salvo que los actos en ese sentido formaren parte del ejercicio de la función pública y estuvieren jurídicamente justificados”,

en tanto el Art. 37 ordena “con relación a la información, documentos y expedientes que formen parte de los archivos administrativos no podrán en ningún caso ser destruidos, alterados o modificados sin justificación”.

En lo que respecta a Chile, el 11 de agosto de 2008 la presidente de la Nación promulgó la Ley N° 20285, sobre acceso a la información pública, cuyo artículo 1 establece que se regula “el principio de transparencia de la función pública, el derecho de acceso a la información de los órganos de la Administración del Estado, los procedimientos para el ejercicio del derecho y para su amparo, y las excepciones a la publicidad de la información”. El artículo 22 obliga a conservar durante 10 años “en condiciones que garanticen su preservación y seguridad por el respectivo órgano o servicio” los documentos en que consten actos declarados secretos o reservados, “sin perjuicio de las normas que regulen su entrega al Archivo Nacional”. Para promover la transparencia y garantizar el derecho de acceso a la información, el artículo 31 crea el Consejo para la Transparencia, como corporación autónoma.

La Ley sobre el Derecho de Acceso a la Información Pública N° 18381, de Uruguay, fue sancionada por la Cámara de Representantes el 7 de octubre de 2008 y promulgada diez días más tarde. Fue reglamentada por Decreto N° 232/010, del 2 de agosto de 2010. Considera al acceso a la información como un derecho fundamental y, al igual que la ley peruana, responsabiliza a las entidades a “crear y mantener registros públicos de manera profesional para que el derecho a la información pueda ejercerse a plenitud” (Art.6). Como órgano de control del cumplimiento de la ley se crea la Unidad de Acceso a la Información Pública, con facultades para asesorar, orientar, capacitar, coordinar la aplicación de políticas, promover campañas educativas y, en general, ser el órgano de consulta en todo lo relativo a esta ley.

En El Salvador rige la Ley 534 de acceso a la información pública, sancionada por la Asamblea Legislativa el 3 de marzo de 2011, promulgada el 30 del mismo mes y año y reglamentada por Decreto N° 136, del 1 de setiembre de 2011, cuyo objeto es “garantizar el derecho de acceso de toda persona a la información pública, a fin de contribuir con la transparencia de las actuaciones de las instituciones del Estado” (Art.1). Entre sus considerandos, la norma acepta que la transparencia y el acceso a la información pública son “condiciones básicas para una efectiva participación ciudadana, lo cual contribuye al fortalecimiento de las instituciones públicas, al mejoramiento de la calidad de la

democracia y a la plena vigencia del Estado de derecho”. En general, esta norma adopta los principios rectores de la Ley modelo de la OEA e incluye un título (Arts.40 a 44) sobre Administración de Archivos, en el que se dispone que los organismos de gobierno deben asegurar el adecuado funcionamiento de sus archivos y organizarlos siguiendo las normas y prácticas internacionales en la materia. Una particularidad de esta ley es que el Instituto de Acceso a la Información Pública que se crea, como organismo responsable de la aplicación de la ley, está integrado por cinco miembros, elegidos por el presidente de la Nación, en base a ternas propuestas por las asociaciones empresariales, las asociaciones profesionales, las universidades, las asociaciones de periodistas y los sindicatos.

El Congreso Nacional de Brasil reguló el acceso a la información por Ley N° 12527, del 18 de noviembre de 2011, reglamentada el 16 de mayo de 2012 mediante Decreto N° 7724. La ley obliga a los órganos u entidades públicos de todos los entes y de los tres Poderes del Estado: Ejecutivo, Legislativo y Judicial, incluyendo los Tribunales de Cuentas y el Ministerio Público, extendiéndose a las controladas directa o indirectamente por la Unión, Estados, Distrito Federal y Municipios. En ella se establecen las directrices de gestión de la información para los organismos de gobierno, se definen los tipos de información que puede ser solicitada, el procedimiento para que cualquier persona física o jurídica pueda efectuar el pedido, los recursos de que dispone el ciudadano en caso de denegatoria, los requisitos de divulgación y las medidas que se deben tomar para garantizar su acceso. Como una particularidad de esta Ley, para facilitar el acceso a las informaciones, se crea, en cada entidad, el Servicio de Información al Ciudadano (SIC), con las atribuciones de asistir y orientar al público, informar acerca del procesamiento de los documentos, recibir y registrar las solicitudes de acceso a la información.

En Colombia, el 6 de marzo de 2014 se aprobó la Ley N° 1712, de Transparencia y del Derecho de Acceso a la Información Pública Nacional, la cual presenta algunos aspectos que la sitúan en la última ola de las legislaciones, como el énfasis en la gestión integral de la información con políticas que promueven una adecuada producción, sistematización y publicación de documentos públicos. El artículo 16 reconoce el carácter de centros de información institucional de los Archivos, “que contribuyen tanto a la eficacia y eficiencia del Estado en el servicio al ciudadano, como a la promoción activa del acceso a

la información pública” y establece la obligación, para las entidades, de contar con “procedimientos claros para la creación, gestión, organización y conservación de sus archivos” de acuerdo a los lineamientos producidos por el Archivo General de la Nación.

En Paraguay, el 21 de agosto de 2014 se sancionó la Ley N° 5282/2014, de Libre Acceso Ciudadano a la Información Pública y Transparencia Gubernamental promulgada por el presidente de la Nación el 18 de setiembre siguiente, con la finalidad de “garantizar a todas las personas, el efectivo ejercicio del derecho al acceso a la información pública, a través de la implementación de las modalidades, plazos, excepciones y sanciones correspondientes, que promuevan la transparencia del Estado” (Art.1). Una particularidad de esta norma es el artículo 18, que prohíbe “la salida de datos o registros originales de los archivos de las fuentes públicas en los que se hallen almacenados”.

En Argentina, finalmente, el 14 de setiembre de 2016 el Congreso sancionó la ley de Derecho de Acceso a la Información Pública N° 27275, la cual fue reglamentada por Decreto N° 206, del 28 de marzo de 2017. La norma tiene como objeto “garantizar el efectivo ejercicio del derecho de acceso a la información pública, promover la participación ciudadana y la transparencia de la gestión pública” (Art.1°), obliga a los tres poderes del Estado a brindar datos a cualquier ciudadano que lo requiera y responder en un lapso no mayor a 15 días, prorrogables por otros 15; introduce obligaciones de transparencia activa; prevé la creación de un Consejo Federal para la Transparencia conformado por todas las provincias, desde el cual se podrá evaluar el funcionamiento de la aplicación de la ley, y una Agencia de Acceso a la Información Pública, ente autárquico con autonomía funcional en el ámbito del Poder Ejecutivo. El artículo 8 señala que “el carácter reservado, confidencial o secreto de la información clasificada por razones de defensa, política exterior o seguridad interior” debe ser fundado por las respectivas autoridades competentes, de forma previa a la solicitud de información y que ese carácter se mantendrá durante 10 años, luego de los cuales se deberá formular un nuevo análisis para considerar su desclasificación.

En cuanto a Bolivia, sólo a nivel del Poder Ejecutivo nacional rige el Decreto Supremo N° 28168, del 17 de mayo de 2005, anterior a la reforma constitucional de 2009, que instituyó este derecho. La disposición establece que la información pertenece a la colectividad y es pública, prescribe el derecho de acceso irrestricto, salvo excepciones

expresamente previstas y subraya que “en ningún caso podrá ser amparada bajo secreto, reserva o confidencialidad información referida a la comisión de delitos de lesa humanidad, violaciones a derechos humanos, corrupción en el ejercicio de funciones públicas y daño económico al Estado” (Art.3). El artículo 8 establece el levantamiento automático del secreto, reserva o confidencialidad de la información a 20 años de su establecimiento, salvo en los casos en que la norma que lo dispone señale la fecha de la prescripción.

Costa Rica, por su parte, no tiene una ley específica de acceso a la información sino una serie de medidas en diferentes leyes, decretos, resoluciones y directrices, que parten del artículo 30 de la Constitución nacional, que “garantiza el libre acceso a los departamentos administrativos con propósitos de información sobre asuntos de interés público. Quedan a salvo los secretos de Estado”. Entre otros, se pueden citar el Decreto Ejecutivo N° 40200-MP-MEIC-MC, del 27 de abril de 2017 que tiene como objeto, según el Art.1º, “que el Estado garantice el cumplimiento efectivo del derecho humano de acceso a la información pública, de forma proactiva, oportuna, oficiosa, completa y accesible” y la Directriz N°102 MP, del 6 de abril de 2018, que fija la “Política general sobre transparencia y divulgación de información financiera y no financiera para empresas propiedad del Estado sus subsidiarias e instituciones autónomas”.

De lo expuesto se observa que la mayoría de los países de América Latina han legislado respecto del ejercicio de este derecho con normativas específicas de diferentes alcances. De las quince leyes identificadas, se observa que seis fueron definidas como de transparencia y acceso y nueve sólo de acceso a la información, aunque también incluyen ese tema en su articulado. En cuanto a particularidades, Ecuador la califica como ley “orgánica”, México y República Dominicana la entienden como “general”; ocho países especifican que se trata de la información “pública”; Colombia delimita “información pública nacional”, en tanto Paraguay hace referencia al ciudadano como destinatario del derecho. Panamá incluye la acción de Hábeas Data; las leyes de Argentina, Colombia y Uruguay mencionan la palabra “derecho” en su denominación y sólo República Dominicana y Paraguay definen la ley como de “libre acceso” en su título.

Estas diferencias pueden deberse a la modalidad del discurso del legislador, pero también a concepciones políticas concretas, al contexto y la fecha en que se ha sancionado el instrumento. En efecto, el texto

de las leyes se rige por convenciones y tiene una estructura específica y concreta, que responde al discurso jurídico - el cual utiliza lenguaje formal, explícito, con fórmulas determinadas, y tiene un orden lógico y jerárquico en la forma disponer, para evitar ambigüedades o interpretaciones erróneas. Estas reglas del lenguaje “prescriben intenciones y son indiferentes a los resultados” (Verón, 2004, p.175) por cuanto “los resultados son siempre extralingüísticos” (p.176). Al mismo tiempo, es un discurso político, que se caracteriza por considerar el interés público, trascender las preocupaciones privadas, revestir una forma más general e impersonal, poseer rasgos genéricos y no invitar al diálogo personal (Quiroga, 2016). Por otra parte, cada país tiene costumbres y usos específicos que definen la forma y hasta el vocabulario a utilizar, con independencia de la lengua, por lo que corrección procedimental no significa igualdad entre los textos de las leyes de cada lugar.

RELACIÓN DE LAS LEYES DE ACCESO A LA INFORMACIÓN CON LOS ARCHIVOS

Severiano Fernández Ramos (2008), al sugerir los puntos básicos que debe incluir una ley de acceso a la información, insiste en que debe relacionarse con la legislación sobre archivos públicos, por cuanto la gestión integral de los documentos es indispensable no solo para el acceso, sino para que los documentos existan (no hayan sido eliminados) y sean localizables por la Administración e identificables por los ciudadanos, y porque la conservación o eliminación de los documentos públicos se establece desde la legislación archivística, a través de la aplicación de la función archivística de evaluación.

No todas las normativas de acceso a la información de los países de América Latina tienen articulación con la organización de sus Archivos. Algunas sólo lo mencionan de modo general, otras fijan medidas concretas y específicas; la mayoría lo hace en el reglamento de la ley.

Así, la ley ecuatoriana (Art. 10) establece que las instituciones públicas incluidas en la ley deben “crear y mantener registros públicos de manera profesional”, y que “en ningún caso se justificará la ausencia de normas técnicas en el manejo y archivo de la información y documentación para impedir u obstaculizar el ejercicio de acceso a la información pública, peor aún su destrucción”. Agrega que “quienes

administren, manejen, archiven o conserven información pública, serán personalmente responsables, solidariamente con la autoridad de la dependencia a la que pertenece dicha información y/o documentación, por las consecuencias civiles, administrativas o penales a que pudiera haber lugar, por sus acciones u omisiones, en la ocultación, alteración, pérdida y/o desmembración de documentación e información pública”. Dispone también que “los documentos originales deberán permanecer en las dependencias a las que pertenezcan, hasta que sean transferidas a los archivos generales o Archivo Nacional”, que “el tiempo de conservación de los documentos públicos, lo determinará la Ley del Sistema de Archivo Nacional y las disposiciones que regulen la conservación de la información pública confidencial” y que “los documentos de una institución que desapareciere, pasarán bajo inventario al Archivo Nacional y en caso de fusión interinstitucional, será responsable de aquello la nueva entidad”.

La Ley de Acceso a la Información Pública de Nicaragua, por su parte, habilita a la Oficina de Acceso a la Información Pública (OAIP) a crear un sistema de organización de los archivos. El decreto reglamentario amplía sus atribuciones y la faculta a “definir, atender y orientar las acciones y lineamientos relativos a la creación e institucionalización de los sistemas de archivos a nivel institucional, creando para ello las unidades de Archivo Administrativo Central, y para los Centros de Documentación ya existentes, y la creación de esta última estructura, cuando la entidad así lo requiera”.

La norma de acceso a la información pública salvadoreña dedica el Título IV (Arts.40 a 44) a la administración de archivos. Establece que los entes obligados deberán “asegurar el adecuado funcionamiento de sus archivos” y que el Instituto de Acceso a la Información Pública creado por la misma ley deberá “elaborar y actualizar los lineamientos técnicos para la administración, catalogación, conservación y protección de información pública en poder de los entes obligados, salvo que existan leyes especiales que regulen la administración de archivos de los entes obligados.” Dichos lineamientos deberán considerar:

- a. Criterios sobre la identificación y seguimiento a los datos y documentos desde el momento en que sean creados o recibidos.
- b. Mecanismos que permitan la adecuada administración, catalogación, conservación y protección de la información de acuerdo con su naturaleza.

- c. Mecanismos para la conservación y mantenimiento de la información que obedezca a estándares mínimos en materia de archivología.
- d. La capacitación a funcionarios en técnicas de archivología.
- e. La organización de la información, de manera que facilite la consulta directa de los particulares.
- f. El uso de tecnologías que permitan el resguardo eficiente y eficaz de la información pública.

El decreto reglamentario agrega la obligación, para los responsables de los Archivos, de confeccionar una “guía simple de la organización de los archivos”, la que incluirá las medidas de custodia y conservación y se actualizará anualmente.

Con relación a los Archivos, el Art.21 de la ley de Perú obliga al Estado a “crear y mantener registros públicos de manera profesional”, prohíbe a las entidades públicas “destruir la información que posea” y les exige “remitir al Archivo Nacional la información que obre en su poder, en los plazos estipulados por la Ley de la materia”. Dispone, asimismo, que “el Archivo Nacional podrá destruir la información que no tenga utilidad pública, cuando haya transcurrido un plazo razonable durante el cual no se haya requerido dicha información y de acuerdo a la normatividad por la que se rige el Archivo Nacional.” Una de las modificaciones incorporadas por el Decreto de 2013 establece que la organización de los archivos públicos, así como la digitalización de los documentos “se rigen obligatoriamente por las normas y políticas emanadas del Sistema Nacional de Archivos” (Arts.24° y 25°) con lo que se relaciona la política de acceso con la normativa archivística.

La ley Transparencia y del Derecho de Acceso a la Información Pública Nacional de Colombia tiene una clara relación con la política archivística y la gestión documental. Las entidades están obligadas a adoptar un Programa de Gestión Documental integrado con sus funciones administrativas (Art.15°) así como procedimientos “para la creación, gestión, organización y conservación de sus archivos”, considerándolos “centros de información institucional que contribuyen tanto a la eficacia y eficiencia del Estado en el servicio al ciudadano, como a la promoción activa del acceso a la información pública” (Art.16°). El decreto reglamentario, por su parte, incluye, como Título V, 16 artículos para explicar los cuatro instrumentos de gestión de información pública obligatorios: Registro de Activos de Información, Índice

de Información Clasificada y Reservada, Esquema de Publicación de Información y Programa de Gestión Documental. Detalla los datos que debe incluir cada uno de ellos y obliga a utilizar las tecnologías de la información y garantizar su actualización y divulgación. Dicta, además, medidas específicas para la preservación, protección y acceso de los archivos de derechos humanos.

La reglamentación de la Ley de acceso a la información brasilera (Decreto 7724 de 2012) establece que las entidades públicas deben adecuar sus políticas de gestión de la información a los procesos de archivo y las faculta a constituir una Comisión Permanente de Evaluación de Documentos Confidenciales - CPADS - con atribuciones para asesorar en materia de desclasificación, reclasificación o reevaluación de información clasificada en cualquier grado de confidencialidad y proponer el destino final de la información desclasificada, indicando los documentos para custodia permanente. Respecto de la información clasificada, el reglamento tiene en cuenta su potencial valor histórico y dispone que los documentos considerados de valor permanente y sean objeto de desclasificación, sean enviados al Archivo Nacional o al Archivo permanente del organismo productor correspondiente, para su organización, preservación y acceso.

La Ley de Derecho de Acceso a la Información Pública de Uruguay responsabiliza al personal “que administre, manipule, archive o conserve información pública” en caso de que cometa acciones de “omisión, ocultación, alteración, pérdida o desmembración de la información pública” (Art.6). Su decreto reglamentario incluye un capítulo con cuatro principios de la ley relacionados con los archivos: disponibilidad, eficiencia, integridad y conservación, así como un Título sobre los Archivos. En este último se establece que los documentos deberán ser preservados en archivos administrativos “organizados y actualizados” (art.33) y que la información clasificada “será accesible para los miembros de la Unidad de Acceso a la Información Pública” (Art.34). Por otra parte, se determina que “el archivo de la documentación deberá elaborarse de acuerdo con las normas archivísticas internacionalmente reconocidas, debiendo contener por lo menos los niveles de fondo, sección y serie documental, sin perjuicio de que pudieren existir otros niveles intermedios según éstos lo requieran” (Art.60).

En cuanto a México, la Ley obliga a los organismos a “Constituir y mantener actualizados sus sistemas de archivo y gestión documental, conforme a la normatividad aplicable” (Art.24) y establece que

el Archivo General de la Nación es una de las entidades que conforman el Sistema Nacional de Transparencia, Acceso a la Información y Protección de Datos Personales. El decreto reglamentario tiene un capítulo específico sobre la organización de los archivos, en el que se dispone que “El Archivo General de la Nación, en coordinación con el Instituto, expedirá los lineamientos que contengan los criterios para la organización, conservación y adecuado funcionamiento de los archivos de las dependencias y entidades” (Art.42). Todos los documentos deben integrar un sistema de archivos, el que incluirá los procesos para el registro, la descripción, la preservación, el archivo, el uso y la disposición final.

CONSIDERACIONES FINALES

El derecho al acceso a la información es uno de los que debe primar en un Estado democrático por cuanto, “entre el Estado de derecho y la democracia no solamente se da una relación histórica-contingente, sino una conexión interna y conceptual” (Habermas, 2005, p.648) que se explica, según este autor, porque las libertades del sujeto de derecho privado y la autonomía pública del ciudadano se posibilitan recíprocamente.

Como se vió, el derecho de acceso a la información forma parte de la legislación de mayor jerarquía en la gran mayoría de los Estados. No obstante, como señala Aída Luz Mendoza Navarro (2004) lo dispuesto por las normativas no se cumple cabalmente en la mayoría de los países y, en los que se respeta, el proceso para lograrlo fue lento, difícil y complejo. Esto ocurre, según esta autora peruana, a veces por cuestiones administrativas, otras por la mentalidad de los funcionarios.

Como se ha visto, existen numerosos dispositivos y recomendaciones de diferentes organismos inter, pluri y supranacionales que aconsejan a los Estados la toma de medidas concretas respecto del acceso a la información. Seguramente es necesario hacer más todavía e insistir hasta que este derecho no sólo tenga reconocimiento en la legislación en todos los países, sino que sea de efectivo cumplimiento y los ciudadanos puedan ejercerlo plenamente, atento a que, como manifiesta el Prefacio de la Ley Modelo Interamericana citada

El derecho del acceso a la información pública es clave en la protección de múltiples derechos individuales y colectivos que caracterizan a los sistemas democráticos robustos y es un instrumento que dota de transparencia a

la gestión pública, garantizando el derecho de las personas a la información en poder del Estado. Asimismo, su relación con la promoción de los derechos humanos, el desarrollo económico, y la gobernabilidad ha sido ampliamente reconocida. (Resolución AG/RES. 2607 (XL-O/10))

FUENTES

ARGENTINA: Ley N° 27275, de Derecho de Acceso a la Información Pública, sancionada el 14/09/2016 y publicada el 29/09/2016. Recuperada de <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/265000-69999/265949/norma.htm> (Consultada el 09/02/21)

ARGENTINA: Decreto Reglamentario N° 206/2017, del 27/03/2017. Recuperado de <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/verNorma.do?id=273023>. (Consultado el 09/02/21).

BOLIVIA: Decreto Supremo N° 28.168. Recuperado de https://comunicacion.gob.bo/sites/default/files/docs/Decreto%20Supremo%20N%C2%BA%2028168%20Acceso%20a%20la%20Informacion_0.pdf (Consultado el 03/02/21).

BRASIL: Ley N° 12.527, de Acceso a la Información de Brasil. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm (Consultado el 05/02/21).

BRASIL: Decreto N° 7.724, de 16 de mayo de 2012, Reglamentario de la Ley n° 12.527. Recuperado de <file:///C:/Users/OK/Downloads/decreto-7724-16-maio-2012.pdf> (Consultado el 05/02/21).

CHILE: Ley N° 20.285, sobre acceso a la información pública de Chile. Recuperado de <http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=276363> (Consultado el 09/02/21).

COLOMBIA: Ley N° 1712. Ley de Transparencia y Acceso a la Información Pública Nacional. Colombia. Recuperado de [file:///C:/Users/OK/Downloads/Ley%201712%20de%202014%20\(Ley%20de%20Transparencia%20y%20acceso%20a%20la%20informaci%C3%B3n%20P%C3%ABlica%20Nacional\).pdf](file:///C:/Users/OK/Downloads/Ley%201712%20de%202014%20(Ley%20de%20Transparencia%20y%20acceso%20a%20la%20informaci%C3%B3n%20P%C3%ABlica%20Nacional).pdf) (Consultado el 05/02/21).

COLOMBIA: Decreto N°103 de 2015. Reglamento parcial de la Ley 1712 de 2014. Recuperado de http://www.oas.org/es/sla/ddi/docs/acceso_informacion_base_dc_leyes_pais_CO_15.pdf (Consultado el 05/02/21).

CONSEJO DE EUROPA: Convenio sobre el Acceso a los Documentos Públicos, Tromsø, 18.VI.2009. Recuperado de (http://www.oas.org/es/sla/ddi/docs/acceso_informaciondesarrollos_convenio_consejo_europeo.pdf). (Consultado el 13/02/21).

CONSEJO DE EUROPA: Convenio Europeo Protección de los Derechos Humanos y de las Libertades Fundamentales, Roma, 4.XI.1950. Recuperado de (<http://www.exteriores.gob.es/Portal/es/PoliticaExteriorCooperacion/ConsejoDeEuropa/Documents/Convenio20Europeo%20para%20la%20Protecci%C3%B3n%20de%20>

los%20Derechos%20Humanos%20y%20de%20las%20libertades%20fundamentales.pdf. (Consultado el 13/02/21).

COSTA RICA: Decreto N° 40200-MP-MEIC-MC, de 27 de abril de 2017, de Transparencia y Acceso a la Información Pública. Recuperado de http://www.pgrweb.go.cr/scij/Busqueda/Normativa/Normas/nrm_texto_completo.aspx?param1=NRTC&nValor1=1&nValor2=84166&nValor3=108486&strTipM=TC (Consultado el 13/02/21).

COSTA RICA: Directriz N°102 MP, de 6 de abril de 2018, Política general sobre transparencia y divulgación de información financiera y no financiera para empresas propiedad del Estado sus subsidiarias e instituciones autónomas. Recuperado de http://www.pgrweb.go.cr/scij/Busqueda/Normativa/Normas/nrm_texto_completo.aspx?param1=NRTC&nValor1=1&nValor2=86375&nValor3=112048&strTipM=TC (Consultado el 13/02/21).

ECUADOR: Ley 24, Orgánica de Transparencia y Acceso a la Información Pública de Ecuador. Recuperada de http://www.oas.org/juridico/PDFs/mesicic5_ecu_ane_cpccs_22_ley_org_tran_acc_inf_pub.pdf (Consultada el 02/02/21).

EL SALVADOR: Ley de Acceso a la Información Pública. Recuperada de file:///C:/Users/OK/Downloads/Ley_de_Acceso_a_la_Informaci%C3%B3n_P%C3%ABlica.pdf (Consultada el 03/02/21).

EL SALVADOR: Decreto N° 136, Reglamento de la Ley de Acceso a la Información Pública. Recuperada de http://www.oas.org/juridico/PDFs/mesicic4_slv_regla.pdf (Consultada el 03/02/21).

GUATEMALA: Decreto 57-2008: Ley de acceso a la información pública. Recuperada de https://www.minfin.gob.gt/images/archivos/decreto_5708.pdf (Consultada el 02/02/21).

HONDURAS: Ley de Transparencia y Acceso a la información pública y reglamento correspondiente. Recuperado de https://www.tsc.gob.hn/web/leyes/Ley_de_Transparencia.pdf (Consultada el 09/02/21).

MEXICO: Ley General de Transparencia y Acceso a la Información Pública Gubernamental de México. Recuperado de <http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LGTAIP.pdf>. (Consultada el 09/02/21).

MEXICO: Reglamento de la ley federal de transparencia y acceso a la información Pública Gubernamental, del 11/06/2003. Recuperado de file:///C:/Users/OK/Downloads/Reglamento_LFTAIPG.pdf (Consultada el 09/02/21).

NICARAGUA: Ley N°621, de Acceso a la información pública de Nicaragua. Recuperado de [http://legislacion.asamblea.gob.ni/Normaweb.nsf/\(\\$All\)/675A94FF2EBFEE9106257331007476F2](http://legislacion.asamblea.gob.ni/Normaweb.nsf/($All)/675A94FF2EBFEE9106257331007476F2) (Consultada el 02/02/21).

NICARAGUA: Decreto N° 81-2007, del 17 de agosto del 2007, Reglamento de la ley de acceso a la información pública. Recuperado de <https://www.registropublico.gob.ni/Files/PDF/MarcoLegal/Reglamentos/Reglamento%20Ley%20621%20Acceso%20a%20Informacion%20Publica.pdf> (Consultada el 02/02/21)

ORGANIZACIÓN DE ESTADOS AMERICANOS (OEA): Resolución 2607: Ley Modelo Interamericana sobre Acceso a la Información, 29 abril, 2010. Recuperado de https://www.oas.org/dil/esp/AG-RES_2607-2010.pdf (Consultado el 13/02/21).

ORGANIZACIÓN DE ESTADOS AMERICANOS (OEA): Resolución 1932 (XXXIII-0/03): Acceso a la Información Pública: fortalecimiento de la democracia, 10 de junio de 2003. Recuperado de http://www.oas.org/dil/esp/ag-res_1932_xxxiii-o-03_esp.pdf (Consultado el 13/02/21).

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS: Resolución 2200 A (XXI), 16 de diciembre de 1966: Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos. Recuperado de (<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/BDL/2001/0015>) (Consultado el 13/02/21).

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS: Resolución 217 A (III), 10 de diciembre de 1948. Declaración Universal de los Derechos Humanos. Recuperado de <http://www.un.org/es/universal-declaration-human-rights/> (Consultado el 13/02/21).

PANAMÁ: Ley 6 de Acceso a la Información. Recuperado de http://www.kas.de/upload/auslandshomepages/medioslatinos/panama/panama_ley_6_de_acceso_a_la_informacion_%282002%29.pdf (Consultado el 02/02/21).

PARAGUAY: Ley N° 5.282/2014, de Libre Acceso Ciudadano a la Información Pública y Transparencia Gubernamental. Recuperado de: <https://www.bacn.gov.py/leyes-paraguayas/3013/libre-acceso-ciudadano-a-la-informacion-publica-y-transparencia-gubernamental> (Consultado el 09/02/21).

PERÚ: Decreto Supremo N° 043-2003-PCM. Texto Único Ordenado de la Ley N° 27806, Ley de Transparencia y Acceso de la Información Pública. Recuperado de https://www.peru.gob.pe/normas/docs/ley_27806.pdf (Consultado el 05/02/21).

PERÚ: Decreto Supremo N° 072-2003-PCM. Reglamento de la Ley de Transparencia y Acceso a la Información Pública. Recuperado de http://www.oas.org/juridico/PDFs/mesicic4_per_ds072.pdf. (Consultado el 06/05/18).

REPUBLICA DOMINICANA: Ley N° 200-04 General de Libre Acceso a la Información Pública, de República Dominicana. Recuperado de <https://www.wipo.int/edocs/lex-docs/laws/es/do/do010es.pdf> (Consultada el 09/02/21).

URUGUAY: Ley N° 18.381, de Acceso a la Información Pública de Uruguay. Recuperado de https://www.presidencia.gub.uy/transparencia/ley-18_381. (Consultado el 06/02/21).

URUGUAY: Decreto 232/010, Reglamentación de la Ley sobre el Derecho de Acceso a la Información Pública. Recuperado de <https://www.impo.com.uy/bases/decretos/232-2010> (Consultado el 06/02/21).

BIBLIOGRAFÍA

CHUMBITA, H., (2000). *Nuevas tecnologías de la información y transparencia del Estado*. Serie II. Estado y Sociedad. Documento N° 34. Buenos Aires: INAP. Instituto Nacional de la Administración Pública, Dirección Nacional de Estudios y Documentación.

DIAZ CAFFERATA, S. (2009). El derecho de acceso a la información pública: situación actual y propuesta para una ley. *Lecciones y Ensayos*, N° 86. pp.151-185. Recuperado de <http://www.derecho.uba.ar/publicaciones/lye/revistas/86/06-ensayo-diaz-cafferata.pdf>. (Consultado el 12/05/2017).

DURANTI, L. y FRANKS, P. C. (ed.), (2015). *Encyclopedia of archival science*, USA: Rowman and Littlefield.

FERNÁNDEZ RAMOS, S. (2002). Algunas proposiciones para una ley de acceso a la información. *Boletín Mexicano de derecho comparado*, nueva serie, año XXXV, N° 105, septiembre-diciembre, UNAM, Instituto de Investigaciones Jurídicas, México, pp.881-916.

FERNÁNDEZ RAMOS, S. (2008). Diez anotaciones para una ley española de acceso a la información pública. En M.Sánchez de Diego Fernández de la Riva (Coord.) y otros. *El derecho de acceso a la información pública*. Actas del Seminario Internacional Complutense Madrid, 27 -28 junio 2007 (pp.122-135). Madrid: CERSA. Recuperado de https://eprints.ucm.es/id/eprint/8946/1/MANUEL_SANCHEZ_DER_ACCESO_V14_2.pdf (Consultado el 18/02/2021).

HABERMAS, J., (2005). *Facticidad y validez*, 4ª Ed., Col. Estructuras y Procesos, Madrid: Ed. Trotta.

JARDIM, J. M., (2010). *Políticas y sistemas de archivos*, Col. Archivum 1, México: Secretaría General Iberoamericana, Red de Archivos Diplomáticos Iberoamericanos.

MARTÍNEZ RIDER, R.M. (2011). El derecho a la información como eje fundamental de las sociedades democráticas. En E. Morales Campos (Coord.) *Seminario de Bibliotecología, Información y Sociedad. Derecho a la información, bien público y bien privado: acceso comunitario y acceso* (pp.113-126). México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas.

MARTINS, P.L. (2011). Acesso à Informação. Um direito fundamental e instrumental. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, v.24, N° 1, ene-jun, Rio de Janeiro, pp.233- 244.

MENDOZA NAVARRO, A.L., (2004). *Transparencia vs. Corrupción. Los archivos: políticas para su protección*. Lima: Guillermo Núñez Soto Editor.

OYHANARTE, M. y KANTOR, M. (2015). El derecho de acceso a la información pública en la Argentina. Un análisis de su situación normativa y su efectividad. En M.Batch et al, *Poder Ciudadano, Corrupción y Transparencia, Informe 2014*. (pp. 253-280). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Eudeba. Recuperado de http://acij.org.ar/sin_corrupcion/wp-content/uploads/2016/10/Libro_PoderCiudadano_CapVII-Acceso-a-la-informacion-publica.pdf (Consultado el 30/05/2017).

QUIROGA, H. (2016). *La democracia que no es. Política y sociedad en la Argentina (1983-2016)*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Edhasa.

SCARENSI M.J. (2014). La legislación archivística y el acceso a la información en América Latina. En N. Torres (comp.), *Hacia una política integral de gestión de la información pública: todo lo que siempre quisimos saber sobre archivos* (pp.109-154). Buenos Aires: Universidad de Palermo.

SILVA GARCÍA, G. (2006). Los archivos documentales y la corrupción. En S. González Hernández (comp.), *Archivos desorganizados, fuente de corrupción administrativa (75-113)*. Bogotá, D.C.: Archivo General de la Nación de Colombia.

VERÓN, E., (2004). *La semiosis social. Fragmentos de una teoría de la discursividad*, Colección El Mamífero Parlante, México: Gedisa Editorial.



PRINCIPALES COORDENADAS DEL ORIGEN, DESARROLLO Y CONSOLIDACIÓN DE LA INVESTIGACIÓN DEL USUARIO DE LA INFORMACIÓN

Aurora González Teruel

1. INTRODUCCIÓN

El origen de la investigación del usuario de la información se sitúa en los primeros años del siglo XX con los primeros estudios centrados en los hábitos de demanda y uso de información, principalmente de los científicos. Desde ese momento, la historia de esta línea de investigación es la crónica de la búsqueda de la mejor fundamentación teórico-conceptual y metodológica hasta llegar a nuestros días.

Actualmente puede decirse que es una línea de trabajo consolidada y avanzadilla de otras áreas de la Documentación en lo que respecta a la asimilación de las principales corrientes teóricas y metodológicas de las ciencias sociales. Así, tras el llamado paradigma físico de épocas pasadas, propio de disciplinas con raíces en las ciencias experimentales, en la investigación del usuario se han identificado diversos giros intelectuales que, partiendo de la crítica a la investigación consolidada, proponen una nueva agenda de investigación. Todos esos giros pueden entenderse como tendencias basadas en presupuestos ontológicos, epistemológicos y metodológicos diversos que suscitan interesantes debates, principalmente, sobre el objeto de estudio. Su manifestación más palpable ha sido las distintas denominaciones que ha recibido el área de investigación sobre usuario a lo largo de los últimos años según la corriente teórica asumida, tales como comportamiento informacional, prácticas de información o experiencia de información, entre otras.

Conforme a estos rasgos generales, el presente capítulo se ha estructurado en cinco epígrafes. En primer lugar, partiendo de la segunda mitad del siglo XX, se describen algunos de los estudios centrados en los usuarios científicos. Posteriormente, en los años 60, se describe la extensión de los estudios de usuarios a otros grupos, como los científicos sociales, y con ello la introducción de metodologías propias de esas disciplinas. En los años 70, se destaca el establecimiento del Centre for Research on User Studies (CRUS) que se convirtió en un punto de referencia de la investigación en este campo. En los años 80, se describen algunas de las primeras iniciativas destinadas a dotar de una base teórica y metodológica a los estudios del usuario de la información. Finalmente, desde los años 90 hasta la actualidad se plantean las distintas denominaciones como indicador de los debates teóricos y metodológicos habidos en el contexto del área de investigación. Todo este desarrollo se basa en diversos trabajos publicados por la autora dedicados a analizar la investigación del usuario de la información desde una perspectiva teórica, metodológica e histórica (GONZÁLEZ-TERUEL, 2005, 2016 2018)

2. LOS PRIMEROS ESTUDIOS: EL USUARIO CIENTÍFICO (1948-1960)

Para Wilson (2010), dos factores están en el origen de los estudios centrados en los usuarios. El primero de ellos es la necesidad de conocer a las comunidades a las que servían las bibliotecas en los años previos a la II Guerra Mundial para lo que se pusieron en marcha diversos estudios de encuesta que dieron a conocer al usuario en base a características sociodemográficas. Wilson equipara estos resultados a los ofrecidos actualmente por los informes del *Pew Research Center* sobre uso de internet. El segundo de los factores es la disponibilidad de información científica y tecnológica fruto de la industria militar en los años previos a la II Guerra Mundial, la mayor parte de ella circulando por canales de difusión restringidos, y la que se comenzó a difundir en los años posteriores al final de la guerra, especialmente la generada en Alemania y difundida por el bando aliado.

Efectivamente, el contexto científico y tecnológico es el marco en el que Sanz-Casado (1994) sitúa el origen de los estudios de usuarios, concretamente en los primeros trabajos sobre la comunicación científica que comienzan a realizarse a principios del siglo XX. De esta manera, algunos de los patrones desarrollados para describir las pautas de comunicación científica fueron utilizados para la elaboración de perfiles sobre los hábitos informativos de los científicos. Sin embargo, hay una fecha en la que generalmente la mayoría de los autores coinciden en situar formalmente el punto de partida de los estudios de necesidades y usos de la información. Se trata de la celebración en el año 1948 de la *Royal Society Scientific Information Conference* (WILSON, 1981, 1994, 1999b; SIATRI, 1999). Aunque con anterioridad a este momento ya existían investigaciones dirigidas a conocer al usuario de la información, este acontecimiento constituyó el punto de partida de una mayor preocupación por entender cómo utilizaban la información las personas desde una perspectiva más amplia. Esta perspectiva contemplaba el uso de esta información en el contexto laboral de los usuarios, en particular, de los que trabajaban en el área de ciencia y tecnología. En este sentido, destacaron dos de las ponencias presentadas a esta conferencia, la de Bernal (1948) y la de Urquhart (1948).

En el primer caso, el trabajo de Bernal (1948) describió los primeros resultados de un estudio sobre cómo buscaban y obtenían información los científicos y de qué manera utilizaban las herramientas y recursos

informativos de los que disponían. Para ello se recabó información de los propios usuarios de los documentos (científicos pertenecientes a universidades, empresas privadas y organismos gubernamentales) a través de diarios donde relataban sus actividades y cuestionarios. Por otra parte, en la ponencia de Urquhart (1948) igualmente, la información proporcionada por los usuarios, en este caso del servicio de préstamo de la *Science Museum Library* de Londres, fue la base de un estudio centrado en la distribución y el uso de la información científica y técnica. Para ello se utilizó el cuestionario como técnica de recogida de información.

Al igual que los trabajos de Bernal y Urquhart, la gran mayoría de las investigaciones realizadas en este momento estuvieron centradas en los usuarios de las ciencias y posteriormente también en los de la tecnología. Este hecho es atribuido por Siatri (1999) a un aumento de la publicación de información profesional y científica en estas disciplinas frente a las ciencias sociales y las humanidades. Esto dio lugar al desarrollo de herramientas que facilitaban la obtención de la información tales como los abstracts e índices para lo cual era imprescindible que los proveedores de estos servicios conocieran, tanto como fuera posible, los hábitos informativos de sus usuarios, así como sus preferencias y canales de comunicación. En el caso de la información médica, por ejemplo, la mayoría de estudios sobre el uso de la información, realizados durante los años cincuenta, fueron auspiciados por compañías farmacéuticas y por editores de revistas científicas (SHERRINGTON, 1962).

Pero además del aumento de la publicación científica, Herner (1959) considera que el interés por estudiar los hábitos informativos de los científicos vino por la apreciación de la importancia económica y política de la información científica. Una manifestación del tal hecho fue la necesidad de Estados Unidos de aumentar la disponibilidad de información sobre los adelantos científicos soviéticos como consecuencia del lanzamiento del primer satélite ruso a finales de esta década. De esta manera, durante todos estos años podemos observar numerosos trabajos sobre las necesidades y los hábitos de intercambio de información de este colectivo de profesionales. Por ejemplo, Fussler (1949) investiga la literatura que utilizan físicos y químicos en Estados Unidos mediante el análisis de citas y referencias. Por otra parte, Herner (1954), investigó los hábitos informativos de los científicos de ciencias puras y aplicadas de la universidad Johns Hopkins,

utilizando para ello entrevistas personales. Su objetivo fue determinar las fuentes de información y referencia que eran más útiles para este colectivo de usuarios. Para ello se administró un cuestionario a 600 de estos usuarios. Por último, el interés por conocer cómo se comportaban los científicos ante la información culminará en el año 1958 con la celebración de la *International Conference on Scientific Information, celebrada en Washington*. Allí se prestó especial atención a los hábitos informativos de los usuarios de las ciencias experimentales y de la tecnología, dedicando un área específica de esta reunión a este tema: *Literature and reference needs of scientists: Knowledge now available and methods of ascertaining requirements*.

En general, los estudios sobre los hábitos informativos de los científicos y tecnólogos realizados hasta el momento permitieron obtener información de gran valor sobre el modo en que utilizaban la información estos profesionales. En cierta medida fue posible establecer perfiles de usuarios con características generales en cuanto a sus requerimientos informativos. Fue posible conocer, por ejemplo, los canales de comunicación que utilizaban con mayor frecuencia, el uso que hacían de las fuentes informales de información e incluso la preferencia por determinadas revistas o publicaciones. Se trataba de resultados muy descriptivos que buscaban ser generalizables a otros grupos con similares características.

Sin embargo, era necesario profundizar más en los aspectos que pudieran hacer variar y condicionar decisivamente el modo en que un usuario se comporta ante la información. Esos aspectos podían ser, por ejemplo, el rol social o laboral que asume cada individuo, las tareas que realiza cada usuario según su responsabilidad y los requerimientos de su organización, las habilidades de cada usuario en el uso de los recursos informativos y la disponibilidad de fuentes de información en diferentes entornos. La necesidad de conocer todos estos aspectos marcará la dirección hacia la que se dirigirá esta línea de investigación. En siguiente década, principalmente en dos direcciones: la necesidad de conocer los hábitos informativos de otro tipo de usuarios distintos al usuario científico y la necesidad de obtener resultados más precisos que permitieran su traducción en mejoras concretas de los sistemas de información.

3. LOS AÑOS 60: LA INFLUENCIA DE LAS CIENCIAS SOCIALES

Durante los años 60 se produce un despegue de los estudios centrados en los usuarios a la par que continúa el interés por los hábitos informativos de científicos e ingenieros. Ambos aspectos quedan patentes en las sucesivas revisiones del *Annual Review of Information Science and Technology* (ARIST) dedicadas al tema publicadas durante estos años. En dichas revisiones, por una parte, se evidencia el incremento progresivo de trabajos revisados, por otra, la gran mayoría de investigaciones tienen al usuario científico e ingeniero como centro de interés. En este sentido, continúan planteándose investigaciones con estilos similares a los de épocas pasadas, pero, en general, se trata de estudios con objetivos más ambiciosos que utilizan técnicas de recogida de información más sofisticadas.

Es en este momento cuando comienzan a plantearse los primeros estudios que investigan a los usuarios de las ciencias sociales, colectivo desconocido hasta el momento. Para Line (1971) la razón de este desconocimiento era que estos usuarios se tenían que enfrentar con un menor volumen de información y, derivado de ello, eran mucho menos conscientes de su valor. Consecuentemente, con el desarrollo que tuvieron determinadas disciplinas de las ciencias sociales, y por lo tanto el aumento del volumen de publicaciones disponibles, comienzan a crearse los primeros centros de información especializados en estas áreas. Para ello era necesario conocer las necesidades de información de este tipo de profesionales y no diseñarlos a partir de los conocimientos obtenidos de otros colectivos estudiados con anterioridad.

Algunos de los estudios realizados en este momento son promovidos por las grandes asociaciones científicas y profesionales americanas ya que, como afirma Sanz Casado (1994), éstas necesitaban conocer los hábitos de información de sus asociados con el objeto de elaborar cursos y programas específicos a partir de los enormes recursos de información de los que disponían. Es el caso del proyecto *Scientific Information Exchange in Psychology* promovido por la *American Psychological Association* (APA).

El proyecto de la APA tuvo como objetivo realizar una descripción exhaustiva del intercambio de información científica en Psicología determinando: a) las personas e instituciones relacionadas con el origen, transmisión, almacenamiento y uso de dicha información; b) las características de los procesos implicados en el cumplimiento de

cada una de estas funciones y c) el uso que se hacía de la información científica (GARVEY; GRIFFITH, 1964). En definitiva, se quería conocer detalladamente qué ocurría en cada una de las fases del proceso de comunicación científica: generación de la información, transmisión, almacenamiento y uso.

En general, la serie de estudios de la APA dieron como resultado la obtención de un gran volumen de datos desconocidos hasta el momento sobre las pautas de comunicación científica de los psicólogos, pero sobre todo la experiencia de sus investigadores dio paso a otra serie de estudios, si cabe más ambiciosos, como los realizados por el *Johns Hopkins Center for Research in Scientific Communication*. En este caso además fue posible comparar las pautas de comunicación de los usuarios de nueve disciplinas distintas.

Este centro fue fundado en 1966 y desde ese momento cooperó con diversas asociaciones profesionales americanas en la investigación del comportamiento informacional de sus asociados. Hasta 1971 realizó más de 70 estudios cuya filosofía fue explorar el espectro completo de la comunicación científica, intentar que los resultados de un estudio pudieran ser relacionados con otros, programar los distintos estudios a tiempo real, es decir realizar un seguimiento desde que se genera la idea hasta que se integra en un cuerpo de conocimiento y, por último, llevar a cabo las mismas investigaciones en las nueve disciplinas objeto de estudio para poder realizar comparaciones entre ellas (GARVEY; LIN; NELSON; TOMITA, 1972).

Junto con los estudios de la APA y del Johns Hopkins, el último de los grandes estudios que se realizó en esta época fue el INFROSS (*Investigation into Information Requirements of the Social Sciences*) liderado por Maurice Line. Su objetivo fue estudiar todos los aspectos del comportamiento informacional, tanto formal como informal, de los científicos sociales, recoger datos que pudieran servir para mejorar o diseñar nuevos servicios de información y, en definitiva, responder a cuestiones como la variación de los hábitos informativos entre disciplinas, los factores que condicionaban estos hábitos, las barreras encontradas en el uso de determinados sistemas de información o la utilidad de diversas fuentes de información (LINE, 1971).

Tanto el estudio de la APA, el promovido por *Johns Hopkins Center for Research in Scientific Communication* como el estudio INFROSS, constituyen los primeros macroproyectos realizados en el área tanto por

su duración como por la ambición de sus objetivos y por los recursos de los que dispusieron. Tal despliegue de medios permitió conocer detalladamente un tipo de usuarios heterogéneo, desconocido hasta el momento, y establecer una imagen rica en detalle de sus pautas de comportamiento con relación al intercambio de información. Sin embargo, más allá de estos logros, la realización de estudios para y desde las ciencias sociales permitió la introducción de los principios metodológicos propios de la investigación social.

En definitiva, durante los años 60 los estudios centrados en el usuario fueron por el camino descubierto por Menzel en 1966. Este investigador entendía que, ante la falta de calidad de algunos de los trabajos realizados en el pasado, era necesario utilizar la base teórica y metodológica que aportaban disciplinas como la Sociología y la Psicología. Sin embargo, a pesar del avance que supone la incorporación de aspectos de estas disciplinas, en el año 1970 Lipetz afirma que ésta es un área de investigación que está todavía en su infancia. En este sentido, es suficientemente ilustrativo los siguientes párrafos donde se describe el momento en el que se encuentra la investigación en esta década:

Concept definition, methods of data gathering, and theoretical notions have developed to the point at which there is now a good deal of consistency and reasonableness in what is observed about information uses, demands, and needs. [...] The predictive value of theory in this field is still extremely poor. However, the reason cannot be attributed entirely to a lack of quantitative and operationally meaningful hypotheses; such hypotheses now exist but are still untested (LIPETZ, 1970, p. 26).

Y cuáles serán las pautas que seguirá a partir de este momento:

The next few years should bring continued progress in the understanding of information needs and uses, but probably nothing that will immediately revolutionize, or even strongly modify, prevailing methods of designing and operating information systems. The understanding of information use involves rather abstract concepts of human motivation that are difficult to establish unequivocally and, hence, slow to gain general acceptance (LIPETZ, 1970, p. 26).

Lipetz con estas palabras menciona los principales aspectos sobre los que se trabajará en las próximas décadas: el desarrollo de técnicas apropiadas para el estudio de los usuarios y el establecimiento de un marco conceptual y metodológico que permita investigar de forma rigurosa y con resultados aplicables al diseño de sistemas de información.

4. LOS AÑOS 70: EL CRUS Y EL ESTUDIO INISS

En los años 70, los estudios centrados en los usuarios de la información van evolucionando e introduciendo mayor diversidad de grupos diana. Sin embargo, se hacen más fuertes las críticas sobre la falta de aplicación de los resultados y las deficiencias metodológicas en el diseño de estas investigaciones. Un importante hito en la historia de esta línea de investigación fue la fundación en el año 1975 del *Centre for Research on User Studies* (CRUS) en la Universidad de Sheffield. La motivación principal para su creación fue la evidencia de una falta de destreza en el uso de las técnicas de investigación social de los investigadores junto con la necesidad de fomentar cierta uniformidad en el uso de la metodología (ROBERTS; WILSON, 1988).

Durante los más de diez años de funcionamiento, el CRUS dedicó sus actividades al fomento de la metodología de investigación, la realización de cursos de formación, la edición de publicaciones especializadas (CRUS Guides, CRUS Working Papers, CRUS News y CRUS Occasional Publications) y la investigación. Respecto a esta última cuestión, se realizaron estudios en el ámbito de las humanidades, de la educación y de los médicos. Pero una de las investigaciones realizadas en este centro destaca sobre las demás. Se trata del INISS (*Information Needs and Services in Social Services Departments*), un estudio que marca un antes y un después por las estrategias y los métodos empleados (WILSON; STREATFIELD, 1977).

El estudio INISS tuvo como objetivo investigar la conducta y los hábitos de información de los trabajadores sociales británicos con el fin de obtener una imagen de sus necesidades que pudiera servir para determinar qué servicios de información serían más efectivos. Para ello, en primer lugar, se realizaron una serie de visitas a los distintos departamentos administrativos para que el equipo de investigación conociera más en profundidad su estructura organizativa y los servicios de información que tenían disponibles.

En segundo lugar, se realizó un estudio mediante la observación de veintidós individuos de todas las escalas laborales, especialmente trabajadores sociales, gerentes y consejeros. Seguidamente, se realizaron entrevistas a varios de estos individuos para recoger información adicional y validar la información obtenida en la fase de observación. Por último, los resultados de la investigación se tradujeron en mejoras que podrían ser incorporadas a los servicios de información para atender y

anticiparse a las necesidades de información de sus usuarios (WILSON; STREATFIELD, 1980).

Es importante resaltar que el estudio INISS se basó en un estilo de investigación orientada a la acción. Es decir, cualquier hallazgo o descubrimiento no tendría sentido si no era convertido en acciones concretas para la mejora del sistema (*action research*). Esta asunción básica pretendía responder a una de las críticas que tradicionalmente se le venían haciendo a los estudios centrados en el usuario: la difícil aplicación de los resultados de la investigación a la práctica profesional. En este sentido, para Beaulieu (2003), una de las principales aportaciones del CRUS fue ésta, la aplicación de los resultados de las investigaciones realizadas en la mejora de los sistemas de información. En el caso del estudio INISS se tradujo en la provisión de una serie de mecanismos de suministro de información a los que tuvieran acceso los trabajadores sociales desde su mismo puesto de trabajo. Pero junto con la aplicación de los resultados, Beaulieu (2003) considera que existen dos aportaciones fundamentales realizadas por el CRUS: los desarrollos metodológicos y la generalización de resultados. Respecto a los desarrollos metodológicos destaca los esfuerzos realizados para darle mayor solidez a las técnicas de recogida de datos y, además de aplicar los métodos de muestreo apropiados para encuestas cuantitativas, el desarrollo de instrumentos para la colección y análisis de datos cualitativos por medio de entrevistas y observación directa. Respecto a la segunda cuestión, la generalización de resultados, los estudios llevados a cabo en este centro de investigación aportaron gran cantidad de información sobre las pautas de comportamiento con respecto a la información de los usuarios estudiados en un contexto organizacional.

5. LOS AÑOS 80: MARCO CONCEPTUAL Y PRINCIPIOS METODOLÓGICOS

En el contexto en el que se desarrollaron los estudios centrados en los usuarios hasta los años 80 del siglo XX destaca dos hechos importantes. El primero es que el paradigma positivista fue el dominante en las ciencias sociales y el segundo es que la mayor parte de estos trabajos los realizaron bibliotecarios, al margen de los grandes estudios como el INISS. Como consecuencia, el estilo de investigación más frecuente fueron los estudios de encuesta, centrados en los sistemas de información y orientados a la práctica bibliotecaria, con escasa o

nula fundamentación teórica (WILSON, 2008). Es por ello por lo que, frecuentemente, la denominación de estudios de usuarios se identifica con un modo de investigar desde el punto de vista de las transacciones entre el usuario y la biblioteca, a partir de un enfoque metodológico cuantitativo. Pero tras los desarrollos anteriores y, como resultado del empeño de hacer de los estudios centrados en los usuarios una herramienta verdaderamente útil para el diseño y mejora de los sistemas de información, la década de los 80 fue en la que mayor atención se prestó al marco teórico y metodológico (SIATRI, 1999).

En el desarrollo y evolución de esta línea de investigación hay un hito importante que es la publicación en el año 1986 del capítulo de revisión de Dervin y Nilan en el ARIST sobre necesidades y usos de la información. En él se describe la existencia de un cambio de paradigma en la investigación del usuario. Por una parte, un paradigma tradicional centrado en el sistema, por otro un paradigma emergente centrado en el usuario. Esta dualidad, entre la perspectiva del sistema y del usuario, ha sido desde entonces una referencia obligada para distinguir un tipo de investigación más cuantitativa orientada a la observación del usuario con relación a un sistema de información y otra, emergente, en la que se observa al usuario con relación a la información con una aproximación más cualitativa. Una consecuencia de la irrupción de este nuevo paradigma fue el comienzo de una carrera que derivó en una auténtica explosión de propuestas teóricas para el estudio del usuario cuyos inicios tempranos tuvieron lugar, no obstante, en los años 70 y 80 del siglo XX (ELLIS, 2011). Dichas teorías buscaban la descripción del proceso de búsqueda de información de una forma global u holística y estaban interesadas en conocer aspectos tales como el motivo que lleva a las personas a buscar información, independientemente del sistema que utilizaran, o el modo en que interactuaban con un contexto de social, cultural o histórico. Desde entonces han emergido numerosas teorías, de las cuales, las que mayor repercusión han tenido son las que pueden calificarse como enfoques cognitivos. Estas parten de la premisa de que los aspectos cognitivos, o el modelo que cada individuo tiene del mundo, condiciona la forma en que la información se interpreta y utiliza. Por lo tanto, este enfoque se centra en el estudio del comportamiento informacional desde el punto de vista de las motivaciones cognitivas y emocionales del individuo. Bajo esta denominación se incluyen, entre otros, dos de los modelos teóricos más citados en los últimos años. El primero de ellos

es el modelo de Ellis (1989), centrado en el estudio de los aspectos conductuales de los usuarios cuando interactúan con los sistemas de recuperación de información. El segundo es el de *Information Search Process* de Kuhlthau (2004), basado en una perspectiva constructivista del aprendizaje y con gran repercusión en el contexto de la alfabetización informacional.

Desde el punto de vista metodológico, la investigación del comportamiento informacional no es ajena a la evolución de otras ciencias sociales durante el siglo XX. Tras una primera fase, en la que predominaron los diseños cuantitativos basados en encuestas, la investigación del usuario empezó a introducir diseños cualitativos. Así, Wilson (1999b) afirmaba que en el contexto la tradición positivista, los métodos de investigación cuantitativos que se aplicaron resultaron ser inadecuados para el estudio de la conducta humana. Igualmente, más allá de la orientación metodológica, también se criticaban las pocas técnicas que se empleaban, la diversidad y la ambigüedad del lenguaje cuando se documentaba el uso de dichas técnicas, la falta de innovación en general y la ausencia de diseños experimentales rigurosos (MENZEL, 1966).

La ampliación de los grupos diana en los estudios de usuarios, la irrupción del paradigma orientado al usuario y, en general, el giro hacia las ciencias sociales en Biblioteconomía y Documentación (ELLIS, 2011), dieron paso a la extensión de la metodología cualitativa. Cuando Tom Wilson en su trabajo *On user studies*, referencia obligada para los investigadores del comportamiento informacional, describe uno de sus modelos teóricos que pretende delimitar las fronteras de la investigación del usuario, afirma: *The vast majority of studies of 'information needs' has been conducted under a relatively crude conception of the 'scientific method', using self-completed questionnaires as the main data-collection instrument. Social researchers of many kinds have become disenchanted with this model of research and are turning increasingly to a consideration of 'qualitative research' either as a complete alternative to quantitative research or, at least, as a preliminary.* Por otra parte, aboga por un enfoque cualitativo en la investigación del usuario:

Qualitative research seems particularly appropriate to the study of the needs underlying information-seeking behaviour because: our concern is with uncovering the facts of the everyday life of the people being investigated; by uncovering those facts we aim to understand the needs that exist which press the individual towards information-seeking behaviour; by better understanding of those needs we are able better to understand what meaning informa-

tion has in the everyday life of people; and by all of the foregoing we should have a better understanding of the user and be able to design more effective information systems (WILSON, 1981).

En general, el desarrollo de modelos como base para la investigación empírica es una aproximación ampliamente adoptada en las ciencias sociales. En el contexto de los estudios centrados en los usuarios ha servido para dar un gran paso en la consolidación de esta línea de investigación. En concreto, ha permitido delimitar, definir y relacionar los distintos aspectos del proceso de búsqueda de información. Como consecuencia, se han podido establecer las diferencias entre los distintos estudios centrados en los usuarios desde el punto de vista de sus objetivos y de la aplicabilidad de sus resultados. Todo ello no hubiera sido posible sin la introducción de un enfoque cualitativo. Sin embargo, esto solo fueron las bases necesarias para la consolidación del área y el inicio de una serie de debates sobre el objeto de estudio y la forma de abordarlo que, iniciados en los años 90 del siglo XX, en gran medida llegan hasta nuestros días.

6. LA CONSOLIDACIÓN DE UN ÁREA DE INVESTIGACIÓN. DESDE LOS AÑOS 90 DEL SIGLO XX HASTA LA ACTUALIDAD

Establecer las coordenadas de la investigación sobre el usuario desde los últimos años del siglo XX comporta cierta dificultad al no existir la distancia suficiente para valorar la trascendencia de los hechos que se relatan. No obstante, frente a épocas pasadas, es posible afirmar que asistimos un proceso de consolidación del área de investigación a la vista de una serie de factores intelectuales y sociales relacionados con la delimitación como campo de investigación y con la existencia de una estructura de comunicación que lo sustenta.

El primero de ellos es que, en diversos trabajos sobre la base intelectual y la estructura cognitiva de la disciplina *Library & Information Science*, la investigación centrada en los usuarios emerge como un área diferenciada junto con otras como son la *Information retrieval* y *Bibliometrics* (ZHAO; STROTMANN, 2014). Este hecho por si solo ya determina la existencia de una frontera, que es el primer indicador de su propia definición.

Pero si nos adentramos en la literatura publicada en el área, además emerge un importante grupo de publicaciones de carácter teó-

rico que son las que sustentan su base intelectual. Así, en el recorrido de esta línea de investigación se puede reconocer los distintos giros intelectuales que describe Hartel (2019) en el desarrollo de la Documentación. No en vano, los ejemplos que aporta esta investigadora para ilustrar estos giros están tomados en su mayoría del campo del comportamiento informacional.

Una forma de recorrer el desarrollo de la investigación del usuario en este periodo es a partir de la denominación del campo de investigación que, a parte de una cuestión formal, es el rasgo más importante para alcanzar una identidad propia e imagen de los debates existentes tendentes a definir el objeto de estudio, así como la base teórica y metodológica desde donde abordarlo.

El desarrollo que se produjo a partir de los años 80 explica el cambio de denominación desde estudios de usuarios a los estudios de comportamiento informacional. Así, en 1981, Tom Wilson introdujo el concepto de comportamiento de búsqueda de información (*information seeking behaviour*) como una alternativa al de necesidad de información como objeto de estudio. En un trabajo posterior, Wilson y Walsh (1996) retoman el modelo propuesto en el año 1981 introduciendo conceptos de otras disciplinas y se refieren al nuevo modelo como modelo de comportamiento informacional. En el congreso *Information Seeking in Context* (ISIC) del año 1996, Wilson (1997) comienza su intervención, haciendo la siguiente precisión terminológica:

The terms used by researchers have varied over the years, from “library surveys” to “user needs” and “information-seeking behaviour”. However, having at least popularised (if not introduced) the latter term in a paper in 1981, I now feel that the term “information behaviour” is more appropriate, since other behaviours, in addition to seeking, can be embraced (Wilson, 1997, p. 39).

Más adelante, en el ISIC de 1998, Wilson (1999a) situará el comportamiento informacional como el campo de investigación más general agrupando otras áreas específicas como el comportamiento de búsqueda de información (*information seeking behaviour*) y éste a su vez englobando el comportamiento de búsqueda en los sistemas de información (*information searching behaviour*). Independientemente de los logros pasados, este puede considerarse uno de los primeros marcos conceptuales que delimitan el campo de investigación. Pero además, todas estas expresiones tuvieron gran eco en la comunidad de investigadores, de tal manera que comenzaron a emplearse con frecuencia

desde los años 80, en el caso de *information-seeking behaviour*, y desde finales de los 90, para el caso de *information behaviour*. Ésta última además sustituyó a la de estudios de usuarios. Una muestra de la adopción de esta nueva terminología la encontramos en el nombre del congreso ISIC- *Information seeking in context*, celebrado por primera vez en 1996, así como en el título de los artículos de revisión del ARIST que, tras 11 capítulos titulados *Information needs and use(s)* desde 1966, introducen en 2001 la expresión *Information behaviour* en sus títulos.

Sin embargo, si por algo se ha caracterizado esta área de investigación es por su dinamismo. Así junto con la denominación *information behavior* otros investigadores propusieron la *Information practices*. Savolainen (2007) define las prácticas de información como un conjunto de formas, establecidas social y culturalmente, para identificar, buscar, usar y compartir la información disponible en diversas fuentes. El origen de este concepto lo sitúa en diversas teorías y conceptos de la sociología, la antropología y la educación, surgidos en los años 80. Se trata de un enfoque que considera que la investigación sobre el usuario que se ha centrado en el individuo como unidad de análisis aborda de manera inadecuada la naturaleza social de los procesos de información puesto que la creación de información y conocimiento está arraigada en un contexto sociocultural (FULTON; HENEFER, 2010). Una de las primeras investigaciones que denominó al principal objeto de estudio prácticas de información en vez de comportamiento informacional fue la realizada por Pamela McKenzie, centrada en el estudio de la búsqueda de información de las mujeres durante el embarazo. Esta investigadora partió de la premisa de que los modelos teóricos que habían surgido anteriormente en la investigación del usuario, estaban centrados en la búsqueda intencional y activa de información, olvidando prácticas menos dirigidas como el escaneado del entorno, los encuentros casuales o las búsquedas a través de intermediarios (MCKENZIE, 2003) .

Sin embargo, posiblemente fueron investigadores de los países nórdicos los que más contribuyeron a estimular el debate en torno a las prácticas de información y a utilizar esta expresión para referirse a los estudios centrados en los usuarios. Los trabajos de Tuominen, Talja y Savolainen (2002) y Talja, Tuominen y Savolainen (2005) son, entre muchos otros, referencias útiles para comprender por qué se propone la expresión prácticas de información frente a la de comportamiento informacional. De esta manera, presentaron el constructivismo cognitivo como la meta-teoría que ha sido la base intelectual de los estu-

dios sobre comportamiento informacional. Éste se ha centrado en los aspectos cognitivos y el modelo que cada individuo tiene del mundo pues ambos determinan cómo se interpreta y utiliza la información. Desde esta perspectiva, los investigadores se centran en revelar el contenido de los mapas cognitivos o estructuras del conocimiento del usuario para entender cómo interactúa éste con la información. El contexto del usuario se considera una variable más en el proceso de investigación, variable afectada por sus situaciones, tareas o contextos sociales. Frente al constructivismo cognitivo, el construccionismo social se propone como una base sólida sobre la que fundamentar la investigación del usuario pues la perspectiva cognitiva no ha solucionado la conceptualización del contexto socio-cultural de los procesos de información. De esta manera, consideran que los actores del proceso de búsqueda de información son seres sociales que construyen la información a través de la interacción dentro de una comunidad, y no dentro de sus mentes. Como consecuencia, puesto que el lenguaje de los actores revela sus construcciones sociales de la realidad, la mejor manera de entender al usuario es analizar su discurso, no sólo su comportamiento.

En este contexto teórico es en el que algunos investigadores prefieren la denominación prácticas de información a la de comportamiento informacional. La primera expresión denota una concepción del proceso de búsqueda de información constituido socialmente frente a la denominación de comportamiento informacional que refleja el interés de la investigación por los procesos mentales, cognitivos e individuales de dicho proceso (SAVOLAINEN, 2007). En la actualidad, Tabak (2014) considera que no existe acuerdo sobre lo que realmente significa un paradigma orientado al usuario. Así, describe la existencia de un continuum en el que en un extremo el objeto de la investigación se define como patrones de comportamiento y el foco está en el usuario de la información y en el otro extremo las prácticas de información se entienden como fenómenos sociales y culturales y centra la investigación en los significados y valores que las personas atribuyen a estas prácticas (TABAK, 2014).

Un análisis en profundidad de los conceptos comportamiento informacional y prácticas de información desde el punto de vista del discurso científico que lo sustenta puede encontrarse en Savolainen (2007). Respecto a los conceptos de prácticas de información y comportamiento informacional, este investigador afirma lo siguiente:

Ultimately, the major concepts of behavior and practice seem to denote the same phenomena: they deal with the ways in which people “do things.” The concepts of information behavior and information practice both seem to refer to the ways in which people “deal with information.” The major difference is that within the discourse on information behavior, the “dealing with information” is primarily seen to be triggered by needs and motives, while the discourse on information practice accentuates the continuity and habitualization of activities affected and shaped by social and cultural factors (SAVOLAINEN, 2007, p. 126).

El trabajo de Savolainen se publicó en un número especial de la revista *Library Quarterly*, dedicado a los enfoques discursivos en la investigación de la búsqueda de información. En él sus editoras dicen realizar la primera recopilación de contribuciones de la biblioteconomía y documentación a la teoría de la práctica (TALJA; MCKENZIE, 2007). Respecto a ésta, Pilerot, Hammarfelt y Moring (2017) analizan su repercusión en este campo y afirman que actualmente no puede considerarse un corpus integrado, sino más bien un conjunto de líneas de trabajo influenciadas, entre otros, por los estudios de ciencia y tecnología, las teorías de aprendizaje y educación, la filosofía y la sociología. Como consecuencia, desde un punto de vista teórico sus fundamentos son variados, así como sus enfoques metodológicos.

La última expresión que se ha incorporado al lenguaje de la investigación del usuario, y por lo tanto todavía la más indefinida, es *Information experience* o experiencia de información. De hecho, hace tan sólo diez años Bruce y Partridge (2011) consideraban la experiencia de información como un campo de investigación que debía ser delimitado pues todavía no estaba bien articulado, delineado o explorado. Curiosamente, las autoras no llegan a definir qué es la experiencia de información, pero sí definen lo que no es. De esta manera, afirman que, aunque surge como una línea de investigación derivada de la alfabetización informacional, no se identifica con la alfabetización informacional que tradicionalmente ha asumido una perspectiva conductual. Y aunque comparte con la investigación del comportamiento informacional el interés por el usuario y su contexto, afirman que el modo de interpretar y abordar la investigación es diferente.

Más recientemente, Bruce y sus colaboradores (2014) definen la experiencia de información como la forma en que las personas experimentan u obtienen un significado cuando se relacionan con la información y sus mundos vividos a medida que avanzan en su vida y trabajo cotidianos, incluyendo los matices de esa experiencia como

consecuencia de las diferentes culturas, comunidades y contextos. Estas investigadoras afirman que su interés por la experiencia de información parte de lo que la fenomenología describe como las experiencias vividas de las personas en sus mundos de vida.

Desde el punto de vista de la investigación en información, Bruce y Partridge (2011) afirman que se trata de un enfoque que permite adoptar una visión más holística de la interacción de las personas con la información que la que aporta un enfoque conductual. Una perspectiva conductual o cognitiva considera el contexto del individuo en la búsqueda de información como una variable más del proceso de investigación, mientras que la perspectiva de la *information experience* considera las personas y su mundo como inseparables. No obstante, Bruce y sus colaboradores consideran que, junto con la perspectiva fenomenológica, la perspectiva conductual también ha sido una de las que más frecuentemente se han utilizado para el estudio de la experiencia de información, centrándose en acciones relacionadas con la información, habilidades, pensamientos y sentimientos. Igualmente, la perspectiva socio-cultural ha sido adoptada para este propósito, compartiendo con la fenomenología el interés por el contexto del individuo pero haciendo hincapié en el modo en que la experiencia se construye dentro de una comunidad.

Por último, desde un punto de vista metodológico, Hughes (2014) afirma que en el estudio de la experiencia de información se han adoptado diversos enfoques preferentemente cualitativos, dependiendo de la perspectiva teórica y el problema de investigación. Éstos incluyen la fenomenografía, la teoría fundamentada constructivista, la investigación-acción, la etnometodología, la técnica del incidente crítico, los estudios de caso o la auto-hermenéutica.

Etiquetar como comportamiento informacional, prácticas de información o experiencia de información a la investigación sobre el usuario de la información va más allá de ser una cuestión formal. Es un intento por delimitar un campo y es la seña de identidad de alguno de los giros intelectuales habidos en los últimos años. Estos giros han traído consigo unos presupuestos teóricos y metodológicos tendentes a fijar cuál debe ser el objeto de estudio y el modo de abordarlo. En una dimensión superior también son el indicador del grado de consolidación como área de investigación a nivel intelectual pero también social, pues todo ello se sustenta en una comunidad académica e investigadora y unos canales de comunicación que vehiculan la difusión de

estos presupuestos. La investigación del mañana deberá hacerse en un entorno diferente en cuanto a los horizontes informativos. Un entorno en el que los medios sociales posibilitan la autonomía del usuario en la generación difusión y uso de la información. Aunque es requisito que el investigador esté atento a ese nuevo escenario que aporta dimensiones todavía sin explorar, el conocimiento acumulado tras años de desarrollo de esta línea de investigación proporciona una base de conocimientos de gran valor para los desarrollos futuros.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAULIEU, Micheline. Approaches to User-Based Studies in Information Seeking and Retrieval: A Sheffield Perspective. *Journal of Information Science*, v. 29, n. 4, p. 239–248, 2003. doi:10.1177/01655515030294002.

BERNAL, J. D. *Preliminary analysis of pilot questionnaire on the use of scientific literature*. London: Proceedings of Royal Society Scientific Information Conference. London; Royal Society, 1948. 589–637.

BRUCE, C. S.; PARTRIDGE, H. L. Identifying and delineating information experience as a research domain: a discussion paper. *Social Media and Information Practices Workshop*, - November, Borås, Sweden, 2011.

BRUCE, Christine; DAVIS, Kate; HUGHES, Hilary; PARTRIDGE, Helen; STOODLEY, Ian. Information experience: contemporary perspectives. In: Bruce, C.; Davis, K.; Hughes, H.; Partridge, H.; Stoodley, I. (Org.). *Information experience: approaches to theory and practice*, Bingley: Emerald Group Publishing Limited, 2014, p. 3–16.

DERVIN, Brenda; NILAN, Michael. Information needs and uses. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 21, p. 3–33, 1986.

ELLIS, David. A behavioural approach to information retrieval design. *Journal of Documentation*, v. 45, p. 171–212, 1989.

ELLIS, David. The emergence of conceptual modelling in information behaviour research. *New directions in information behaviour*: Emerald Group Publishing Limited, 2011. ISBN 1780521707, p. 2519–2525.

FULTON, Crystal; HENEFER, Jean. Information practice. *Encyclopedia of Library and Information Sciences*: CRC Press, 2010, p. 2519–2525.

FUSSLER, Herman H. Characteristics of the research literature used by chemists and physicists in the United States. *Library Quarterly*, v. 19, p. 19–35, 1949.

GARVEY, William D.; GRIFFITH, Belder C. The structure, objectives, and findings of a study of scientific information exchange in psychology. *American Documentation*, v. 15, n. 4, p. 258–267, 1964. doi:10.1002/asi.5090150404.

GARVEY, William D.; LIN, Nan; NELSON, Carnot E.; TOMITA, Kazuo. Research studies in patterns of scientific communication: I. General description of research program. *Information Storage and Retrieval*, v. 8, n. 3, p. 111–122, 1972. doi:10.1016/0020-0271(72)90040-X.

GONZÁLEZ-TERUEL, Aurora. Beyond Indicators and Measures : Understanding the User's Reality Through a Qualitative Approach. *Identity of the Contemporary Public Library : Principles and Methods of Analysis, Evaluation, Interpretation*, Milano: Ledizioni, 2016. ISBN 9788867054688. Disponível em: <<http://digital.casalini.it/9788867054688>>.

GONZÁLEZ-TERUEL, Aurora. *Los estudios de necesidades y usos de la información: fundamentos y perspectivas actuales*: Ed. Trea, 2005. ISBN 8497041666.

GONZÁLEZ-TERUEL, Aurora. Cuatro tradiciones en la investigación del usuario: user studies, information behaviour, information practice e information experience. *AIB Studi*, v. 58, n. 3, p. 479–489, 2018.

HARTEL, Jenna. Turn, turn, turn. *Information Research*, v. 24, n. 4, paper colis1901, 2019. Disponível em: <<http://informationr.net/ir/24-4/colis/colis1901.html>>.

HERNER, Saul. Information Gathering Habits of Workers in Pure and Applied Science. *Industrial & Engineering Chemistry*, v. 46, n. 1, p. 228–236, 1954. doi:10.1021/ie50529a065.

HERNER, Saul. *The information-gathering habits of American medical scientists*. Washington: Proceedings of the International Conference on Scientific Information. Washington; National Academy of Sciences, 1959. 277-286.

HUGHES, Hilary. Researching Information Experience: Methodological Snapshots. *Information Experience*, Bingley: Emerald Group Publishing, 2014, p. 33–50.

KUHLTHAU, Carol Collier. *Seeking meaning: A process approach to library and information services*: Libraries Unlimited Westport, CT, 2004.

LINE, Maurice B. The information uses and needs of social scientists: an overview of INFROSS. *Aslib Proceedings*, v. 23, p. 412–434, 1971.

LIPETZ, B. Information needs and uses. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 5, p. 3–32, 1970.

MCKENZIE, Pamela J. A model of information practices in accounts of everyday-life information seeking. *Journal of Documentation*, v. 59, n. 1, p. 19–40, 2003. doi:10.1108/00220410310457993.

MENZEL, H. Information needs and use studies in science and technology. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 1, p. 41–69, 1966.

PILEROT, Ola; HAMMARFELT, Björn; MORING, Camilla. The many faces of practice theory in library and information studies. *Information Research*, v. 22, n. 1, 2017. Disponível em: <<http://informationr.net/ir/22-1/colis/colis1602.html>>.

ROBERTS, N.; WILSON, Tom. The development of user studies at Sheffield University. *Journal of Librarianship*, v. 20, p. 270–290, 1988.

SANZ CASADO, Elias. *Manual de estudios de usuarios*: Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1994.

SAVOLAINEN, Reijo. Information behavior and information practice: reviewing the “umbrella concepts” right of information-seeking studies. *Library Quarterly*, v. 77, n. 2, p. 109–132, 2007.

SHERRINGTON, A. *An annotated bibliography of studies on the flow of medical information to practitioners*. Bethesda: Part II; Institute of Advancement of Medical Communication, 1962.

SIATRI, Rania. The Evolution of User Studies. *Libri*, v. 49, n. 3, p. 132–141, 1999. doi:10.1515/libr.1999.49.3.132.

TABAK, Edin. Jumping between context and users: A difficulty in tracing information practices. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, v. 65, n. 11, p. 2223–2232, 2014.

TALJA, Sanna; MCKENZIE, Pamela J. Editors Introduction: Special Issue on Discursive Approaches to Information Seeking in Context. *Library Quarterly*, v. 77, n. 2, p. 97–108, 2007.

TALJA, Sanna; TUOMINEN, Kimmo; SAVOLAINEN, Reijo. “Isms” in information science: constructivism, collectivism and constructionism. *Journal of Documentation*, v. 61, n. 1, p. 79–101, 2005. doi:10.1108/00220410510578023.

TUOMINEN, Kimmo; TALJA, Sanna; SAVOLAINEN, Reijo. Discourse, cognition, and reality: Toward a social constructionist metatheory for library and information science. In: BRUCE, H.; FIDEL, R.; Ingwersen, P.; Vakkari, P. (Org.). *Emerging frameworks and methods. CoLIS. Proceedings of the 11th International Conference on Conceptions of Library and Information Science, Seattle, WA, USA, July -*, Greenwood, Colorado, 2002, p. 271–283.

URQUHART, Donald J. *The distribution and use of scientific and technical information*. London: Proceedings of Royal Society Scientific Information Conference. London; Royal Society, 1948. 408-419. (3).

WILSON, T. D. Fifty years of information behavior research. *Bulletin of the American Society for Information Science and Technology*, v. 36, n. 3, p. 27–34, 2010. doi:10.1002/bult.2010.1720360308.

WILSON, Tom. Exploring models of information behaviour: the ‘Uncertainty’ Project. In: Allen, D.; WILSON, T. (Org.). *Exploring the contexts of information behaviour proceedings of the Second International Conference on Research in Information Needs. Seeking and Use in Different Contexts August*, , Sheffield. UK, London, 1999a, p. 55–66.

WILSON, Tom. Information behaviour: an inter-disciplinary perspective. In: Vakkari, P.; SAVOLAINEN, R.; DERVIN, B. (Org.). *Information seeking in context proceedings of the International Conference on Research in Information Needs, Seeking and Use in Different Contexts, - August*, Tampere, Finland, London, 1997, p. 39–49.

- WILSON, Tom. Information behaviour: an inter-disciplinary perspective. In: Vakkari, P.; SAVOLAINEN, R.; DERVIN, B. (Org.). *Information seeking in context proceedings of the International Conference on Research in Information Needs, Seeking and Use in Different Contexts*, - August, Tampere, Finland, London, 1997, p. 39–49.
- WILSON, Tom. *Information needs and uses: 50 years of progress?* London: Fifty years of information progress: a Journal of Documentation Review; Aslib, 1994. 15–51.
- WILSON, Tom. Models in information behaviour research. *Journal of Documentation*, v. 55, p. 249–270, 1999b.
- WILSON, Tom. On user studies and information needs. *Journal of Documentation*, v. 37, p. 3–15, 1981.
- WILSON, Tom. The information user: past, present and future. *Journal of Information Science*, v. 34, n. 4, p. 457–464, 2008. doi:10.1177/0165551508091309.
- WILSON, Tom; STREATFIELD, David R. Information needs in local authority social services departments: an interim report on project INISS. *Journal of Documentation*, v. 33, n. 4, p. 277–293, 1977. doi:10.1108/eb026646.
- WILSON, Tom; STREATFIELD, David R. *You can observe a lot*. Sheffield: a study of information use in local authority social services departments; University of Sheffield, 1980. Disponível em: <<http://informationr.net/tdw/publ/INISS/>>>.
- WILSON, Tom; WALSH, Christina. *Information behaviour, an interdisciplinary perspective*. Sheffield: Department of Information Studies, University of Sheffield, 1996.
- ZHAO, Dangzhi; STROTMANN, Andreas. The knowledge base and research front of information science 2006–2010: An author cocitation and bibliographic coupling analysis. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, v. 65, n. 5, p. 995–1006, 2014.



PESSOAS COMO FONTE DE INFORMAÇÃO: AUTORIDADE COGNITIVA NOS AMBIENTES DIGITAIS MEDIATIZADOS

Lorena Tavares de Paula

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a sedimentação, o fortalecimento e o acesso ampliado aos dispositivos técnicos para a difusão de conteúdos e o monitoramento do comportamento informacional em rede, ofereceram condições técnicas para a produção e distribuição de conteúdo em proporções globais e em tempo real.

Nesse cenário, percebe-se que pessoas podem ser consideradas, no ciclo de sua rede social *on-line*, uma autoridade em diversos assuntos. Essa autoridade pode ser denominada autoridade cognitiva que, de acordo com Wilson,¹ relaciona-se essencialmente a dois tipos de interação sociocultural. O primeiro é baseado nas experiências pessoais

1 WILSON, 1983.

dos sujeitos e o segundo relaciona-se a suas interações em comunidades que orientam suas construções de significados.

Desse modo, sob o prisma da “autoridade cognitiva”, a decisão sobre o que é verdade e o que é relevante está diretamente relacionada a compreensões pessoais imersas em uma realidade de significados construídos. Assim, atribuir autoridade e credibilidade a informações pode estar diretamente ligado ao cenário cultural dos atores sociais em seus ambientes digitais mediados.

O presente capítulo explora o conceito de ambientes digitais mediados observando como pessoas, em suas atividades sociais *on-line*, podem possuir *status* de fonte de informação diante de sua autoridade cognitiva. Para tanto, apresenta-se em uma perspectiva conceitual a definição de “ambientes digitais mediados”; “autoridade cognitiva” e “fontes de informação”. Em seguida, são tecidos os processos metodológicos, efetivados através da análise de redes sociais, com coleta e análise de informações de perfis sociais do Twitter, para demonstrar como opera a indicação de pessoas como fonte de informação. Observou-se, a partir da análise dos dados, como perfis sociais em rede funcionam como autoridades e fontes de informação, os quais se destacam em espaços temporais conectados com acontecimentos sócio-históricos e audiências das mídias tradicionais, como os jornais. Ao fim desse processo exploratório, define-se o conceito de “pessoas como fonte de informação” na cena dos ambientes mediados.

AMBIENTES DIGITAIS MEDIATIZADOS

Os ambientes midiáticos/informacionais são ambientes que propiciam uma maior circulação de conteúdos e interações entre os usuários. Eles são construídos para que os sujeitos sociais em suas interações participem dos processos de elaboração e distribuição de conteúdo e, desse modo, efetivem comunicações nos mais diversos formatos de mídia, desde textos até vídeos.

Em uma perspectiva histórica, Couldry e Hepp² apresentam uma perspectiva nomeada “ondas de mediação”. Essas ondas têm, a priori, sua primeira manifestação em textos, imagens e sons produzidos de maneira mecanizada e transmitidas unidirecionalmente, sendo o usuário apenas espectador. A segunda onda é marcada pela tecnolo-

2 COULDRY; HEPP, 2017.

gia analógica que caracterizou a televisão, o rádio e a comunicação por telefone no século XX. A terceira onda é a digital, na qual o computador e a internet são elementos de destaque e a midiaticização atinge a dinâmica interconectada de audiência e interação em tempo real.

Ainda discutindo a questão da midiaticização, mas em uma perspectiva de consumo, Dalmonte explica que se pode considerar três fases características dos ambientes midiáticos, como espaço de consumo:

a) Consumo partilhado: o consumo de produtos radiofônicos e televisivos era feito em grupos, caracterizado pela troca imediata de impressões acerca da programação; b) Consumo individualizado: com o barateamento dos aparelhos receptores, o consumo é feito de forma privada e, na maioria das vezes, individualmente; c) Consumo privado e compartilhado: a partir de uma vasta programação disponível, o consumo se dá de forma privada, mas é caracterizado pelo imediato compartilhamento de impressões, explicitadas por meio de sites de redes sociais.³

O autor ainda explica que, no consumo privado e compartilhado, “[...] o indivíduo se conecta a um grupo preciso de consumidores, motivados por traços de interesses comuns.”⁴ Assim, o que é consumido em espaços midiáticos tradicionais, como a televisão, reverbera nos espaços de interação informacional das plataformas midiáticas como o Twitter, o Facebook, o Instagram, etc.

As plataformas de redes sociais, como as já mencionadas, Twitter, Facebook, Instagram são consideradas midiaticizadas e digitalizadas por serem codificadas por computadores. Esse processo de codificação cria espaços nos quais agrupamentos por similaridades são oferecidos a usuários que tentam gerenciar suas identidades, conteúdos e comunidades selecionados a partir de uma oferta semiautomatizada, que é reflexo do daquele que usa o ambiente digital.

Férrer⁵ problematiza que essa presença constante nos ambientes midiáticos leva usuários a deixarem seus rastros digitais por meio dos sistemas *on-line*. Ela explica que a cada clique, curtida, compartilhamento e comentário, o usuário estabelece uma cadeia de decisões e impactos na rede, os quais produzem tanto o seu perfil de consumo, como seus fluxos de interesses. Assim, os ambientes midiaticizados não só promovem interações e registros em tempo real (síncronos) mas

3 DALMONTE, 2015, p.103.

4 DALMONTE, 2015, p. 106.

5 FÉRER, 2017.

também estabelecem um repositório de ações desses sujeitos que estão à disposição para interações assíncronas. A autora salienta que os vestígios digitais possuem consequências imprevisíveis, pois os registros antigos e atualizados estão disponíveis em um presente digital infinito.

Nesse cenário, Girard Jr.⁶ apresenta uma quarta onda da mídiatização. O autor fala de um desdobramento da moldagem digital, que é a integração entre digitalização e dataficação. Citando Couldry e Hepp, o autor explica que:

[...] o processo de dataficação, ou melhor, o encontro entre a terceira e a quarta onda de mídiatização, poderia ser considerado a fase de mídiatização profunda. Isto ocorreria devido à profunda incorporação dos media aos processos sociais mais básicos de nossa existência de um modo totalmente novo. Esses novos ambientes seriam configurados por redes de dispositivos conectados de diversas maneiras (media manifold) em meio aos quais seriam capturados, colonizados, apropriados os mais diversos modos de nossa existência.⁷

A mídiatização profunda pode ser considerada como uma abordagem comunicacional, na qual o dispositivo que promove a mediação tem influência direta sobre como o usuário recebe e assimila conteúdos, pessoas e até mesmo a realidade. Esse cenário demonstra que o consumo e as relações sociais estabelecidos por plataformas digitais, como as redes sociais e aplicativos de interação por mensagem, promovem uma nova dinâmica comunicacional e informacional.

As plataformas digitais mídiatizadas são, de acordo com Girard Jr.,⁸ Srnicek⁹ e Van Dijck,¹⁰ sistemas programáveis, que funcionam como espaços de intermediação entre *telecoms*, *big techs*, produtores de conteúdo, fornecedores de serviços, anunciantes, consumidores e um tipo muito particular de “usuário”: os “desenvolvedores”. O autor ainda explica que:

Esse processo de intermediação é, também, um processo-chave de controle sobre dados produzidos com propósitos muito específicos: busca (Google), padrões de deslocamento tráfego (Uber), relacionamentos (Facebook), gosto musical (Spotify), etc. [...] elas são grandes armazenadoras de dados/metadados gerados pelos usuários, ao mesmo tempo em que, por meio dos

6 GIRARD JR., 2020.

7 COULDRY; HEPP *apud* GIRARD JR., 2020, p. 23.

8 GIRARD JR., 2020.

9 SRNICEK, 2017.

10 VAN DIJCK, 2018.

desenvolvedores, são capazes de servir como recursos instrumentais de conexão entre a comunicação humana (que envolvem formatos reconhecidos por humanos - *human-readable format*) e os sistemas computacionais (que envolvem formatos reconhecidos por máquina - *machine-readable format*).¹¹

Sempre que um usuário estabelece interação com uma plataforma digital midiaticizada, ele cria vestígios e estabelece novas conexões. Os padrões culturais estabelecidos por grupos em interação nesses ambientes refletem processos de representação e significações que os unem em uma camada que é cultural, diante da interação humana, mas também é digital, diante da configuração computacional de funcionamento dos ambientes.

Nesse contexto, a compreensão sobre o conteúdo publicado e/ou disseminado está conectada aos sujeitos que o partilham. Essa configuração torna o discurso estabelecido nos ambientes digitais midiaticizados informações a serem consumidas e os atores que apresentam conteúdos, opiniões ou reverberam informações coletadas de diferentes espaços da internet, autoridades cognitivas em assuntos dos quais não são especialistas. Assim, torna-se imperativo entender o mencionado conceito e como ele opera no cenário das mídias digitais.

AUTORIDADE COGNITIVA

Patrick Wilson¹² define autoridade cognitiva como conhecimento de “segunda mão” e define “conhecimento” como aquilo que é verdadeiro. O autor tem uma abordagem, a priori, no universo técnico científico, mas suas definições sobre o conhecimento em segunda mão materializam o *modus operandi* de consumo de informação nas plataformas digitais.

Então, deve-se esclarecer, baseado em Wilson,¹³ que o conhecimento em primeira mão é o conhecimento adquirido a partir das vivências socioculturais. Assim, qualquer cidadão está sujeito a elaborações sociais e ideológicas preexistentes do objeto da percepção e das suas próprias interpretações determinadas por posicionamento, contexto social, interesses e ideologia operando no inconsciente político cognitivo. Já o conhecimento em segunda mão se estabelece a partir do

11 GIRARD JR., 2020, p. 21.

12 WILSON, 1983.

13 WILSON, 1983.

reconhecimento em outro sujeito, ou objeto infocomunicacional que auxilie na formação sentido. O conhecimento de segunda mão diz respeito a todo conhecimento adquirido por meio de outras pessoas.

O autor explica que as pessoas normalmente necessitam de informações que vão além de suas experiências pessoais e, para adquirir esse tipo de informação, elas precisam recorrer a outras pessoas. Quando um indivíduo busca por um determinado conhecimento que está fora do alcance de suas experiências pessoais, ele precisa observar, ouvir ou simplesmente ler algo que outros indivíduos estão dizendo.¹⁴

Nesse sentido, surge o entendimento de autoridade cognitiva. Ela requer um relacionamento que envolve pelo menos duas pessoas, no qual a autoridade de alguém é reconhecida por aquele indivíduo que a acessa para um diálogo “formativo”, constituindo-o, nessa cena, num especialista, embora outra pessoa possa não a reconhecer como tal; logo a autoridade cognitiva é uma atribuição social de competência.

Autoridade cognitiva é uma questão de [grau e/ou] formação (*degree*), podendo-se ter muito ou pouco sobre o assunto. Autoridade cognitiva é relativa à esfera de interesse e experiência de um indivíduo, em algumas questões pode-se falar com autoridade, enquanto que em outras situações pode não ter autoridade alguma [...]. Autoridade cognitiva implica o exercício de um tipo de influência que não está relacionada a autoridade administrativa; autoridades cognitivas são aquelas consideradas fontes credíveis de informação.¹⁵

A autoridade cognitiva pode ser considerada uma função que sempre opera no processo de aquisição de conhecimento em uma situação social. No entanto, os limites e pertinências quanto a essa atribuição podem se tornar instáveis quando Wilson deduz que a autoridade cognitiva depende da percepção e reconhecimento social dentro de um contexto cultural. Ela não existe sem o reconhecimento dos pares da comunidade, na qual se estabelecem os processos infocomunicacionais. Uma autoridade se baseia em evidências, como a reputação dos interlocutores, opinião pública e o desempenho de orador ou comunicador. Nesse ponto, uma autoridade cognitiva possui, além das características enumeradas, elementos performáticos que atuam no campo da persuasão.

“A autoridade cognitiva se difere de outros tipos de autoridade por não haver poder legitimado por instituição ou hierárquico de coman-

14 WILSON, 1983.

15 WILSON, 1983, p. 13-15.

do, mas da influência que uma pessoa exerce sobre a outra.”¹⁶ Ela tem relação com credibilidade atribuída a um interlocutor, juntamente com as características de competência e confiabilidade transmitidas no processo comunicacional.

Wilson¹⁷ explica que pesquisadores e cientistas, entre outros recebem treinamento especial permitindo-lhes evitar erros comuns, sendo assim, razoável a atribuição de autoridade cognitiva a esses sujeitos. Assim, a alcunha de autoridade em um determinado assunto é conquistada diante de sua dedicação à compreensão e formulação de saberes. Mas quando se observam as plataformas digitais e suas comunidades (seguidores) de audiência, pode-se ter essencialmente uma autoridade cognitiva atribuída pela performance, persuasão e audiência.

Antes de apresentar como opera a autoridade cognitiva nas mídias digitais, deve-se entender o conceito de fontes de informação para assim problematizar a compreensão de pessoas como fontes de informação e, conseqüentemente, autoridades cognitivas nesses espaços.

FONTES DE INFORMAÇÃO VS. QUALIDADE DAS FONTES

Fonte de informação pode ser considerada qualquer indicação ou registro que forneça uma informação para responder uma pergunta e/ou preencher uma necessidade informacional de um usuário. Como registro de conhecimento, as fontes apresentam elementos fundamentais que garantem sua confiabilidade, os quais sejam: autoria e colaborações no campo da criação. Há também elementos, como: avaliação por pares, organização das ideias, abordagem da temática, atualização em referência ao conteúdo e apresentação do projeto editorial (fontes, capas, tamanho e formato do papel, imagens, etc.) no quesito forma.¹⁸

O conceito de fonte de informação, enquanto documento de prova, considera o criador, a criação e a forma de apresentação do documento como elementos que garantem a validade e relevância desse recurso, sendo objeto para a redução das incertezas dos usuários.

Na internet, a compreensão sobre o que é uma fonte de informação e como reconhecer sua legitimidade tem contornos distintos dos

16 WILSON, 1983, p. 14.

17 WILSON, 1983.

18 CUNHA, 2001; TOMAÉL *et al.*, 2004.

desígnios ditos sobre as fontes de informação documentais impressas “convencionais”. Os parâmetros para avaliação de fontes de informação na internet são apresentados por Tomaél *et al.*¹⁹ enfatizando três perspectivas para reconhecimento de uma fonte confiável: critérios de conteúdo, forma e processo.

Segundo os autores, os critérios de conteúdo se orientam para a validade, precisão, singularidade, cobertura e completeza das informações veiculadas para a autoridade e reputação do produtor da fonte. Já os critérios de forma se concentram nas características do site, nas tecnologias disponíveis para uso e suporte aos usuários. E os de processo se reservam para a integridade da informação, sistema e do próprio site, buscando a harmonia entre as três entidades.

Somado aos elementos apresentados por Tomael *et al.*,²⁰ os quais tratam essencialmente do documento disponível *on-line*, devem-se observar as particularidades que impactam essas informações.

Na dinâmica midiaticizada, proporcionada pelos recursos da internet, deve-se levar em consideração que, ao mesmo tempo em que um conteúdo é disponibilizado, ele ganha trânsito em movimentos de difusão feitos pelos usuários da rede através das plataformas digitais midiaticizadas, como por exemplo, as redes sociais.

Nesse sentido, tem-se a compreensão de Marchand²¹ sobre o conceito de qualidade de fontes de informação. O autor apresenta elementos que podem ser considerados determinantes para a atribuição de valor à informação, como: características suplementares, confiança de significado no tempo, relevância, validade e percepção de valor. Problematizando esses elementos na cena das plataformas midiaticizadas, podem-se estabelecer definições sobre a atribuição de relevância que caracterizam as fontes de informação e se conectam ao comportamento dos usuários das plataformas, como:

1. características suplementares: diferentes pesos que os atributos da informação podem ter em contextos diversos de assimilação e materialização como relevante (elementos de mediação podem ser determinantes);

19 TOMAÉL *et al.*, 2004.

20 TOMAEL *et al.*, 2004.

21 MARCHAND, 1990.

2. confiança: confiança, ou não, em relação às fontes ou dispositivo (mediação tecnológica), sujeitos em interação, autoridade cognitiva atribuída;
3. significado no tempo: variabilidade da atualidade e impacto da informação em diferentes contextos;
4. relevância: invoca as diferenças na percepção da relevância da informação entre parceiros de comunicação e instituições de produção e acesso;
5. validade: variação da percepção da validade da informação, dependente de quem a fornece e de como é apresentada, autoridade cognitiva + mediação no acesso;
6. estética e valor percebido: subjetividade do aspecto da arquitetura da informação que envolve a mensagem. A mediação com significativo apelo figurativo e conectada ao entretenimento.

A identificação de fontes de informação, assim como atribuição de valor à qualidade da informação no contexto das plataformas midiatisadas, encontra-se inexoravelmente conectada aos sujeitos que partilham a informação. Nesse sentido, a atribuição de relevância pode ser estabelecida tanto na perspectiva do conteúdo compartilhado, quanto na perspectiva dos sujeitos que compartilham. Para compreender essa premissa e identificar “pessoas como fonte de informação”, deve-se passar à metodologia de análise de conteúdos de redes sociais. Ela auxiliará na identificação desse fenômeno e disponibilizará dados para se analisar o objeto proposto.

METODOLOGIA: ANÁLISE DE REDES SOCIAIS

A análise de redes sociais (ARS ou SNA, da expressão em inglês *Social Network Analysis*) possui origem multidisciplinar tendo aplicações desde o campo das Humanidades até a Ciência da Computação. Sua aplicação, através de *softwares* de extração de dados das redes sociais, possibilita uma formalização gráfica, qualitativa e quantitativa, de conceitos, sujeitos e temáticas que caracterizam uma realidade social estabelecida nas redes.

Souza e Quant explicam que:

[...] o objetivo da metodologia é realizar levantamento de propriedade e conteúdos provenientes da interação entre unidades independentes. A partir da análise dos dados de redes, pode-se identificar, por exemplo, traços

de manutenção e/ou alteração nos padrões das interações em determinada rede, no decorrer do tempo. Em levantamento de dados nos estudos de redes sociais, são considerados como elementos primários os elos entre os nós da rede.²²

Os autores salientam que o objetivo e a abrangência da pesquisa determinarão se haverá necessidade de inclusão dos atributos na coleta de dados. Nesse sentido, a aplicação estabelecida, no presente capítulo, para demonstração da correlação de “pessoas como fonte de informação” nas plataformas midiáticas é demonstrada através de aplicação de grafos, em uma descrição qualitativa do comportamento dos usuários do Twitter sobre o assunto “crime de responsabilidade”.

A escolha por esse assunto se deu pelo amplo debate durante a primeira quinzena do mês de abril de 2021, sobre a implementação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia no Senado Brasileiro. Milhares de *tweets* (“tuítes”) foram manifestados sobre o assunto durante o período mencionado e, nessa cena, “autoridades” foram reforçadas através de *retweets* (“retuítes”), que demonstram conhecimento e confirmações de ponto de vista sobre esse assunto.

O *software* utilizado para a coleta de dados foi o *SocioViz*. Trata-se de uma ferramenta de análise de redes sociais que captura tuítes no Twitter, ou comentários do Facebook demonstrando as conexões entre as pessoas, mensagens e temáticas de interesse.

A rede social selecionada para a coleta de dados, o Twitter, é uma plataforma digital midiaticizada, *on-line*, definida como um serviço de *microblogs*. Sua principal característica é a divulgação e debate sobre acontecimentos recentes. Nesse sentido, o Twitter reflete as principais discussões e tendências que são estabelecidas em tempo real. As reações dos usuários dessa rede social corroboram impressões de impacto e relevância de temas na sociedade contemporânea.

TWITTER, DADOS E ANÁLISE DE DADOS

Sobre o funcionamento da plataforma Twitter, Kwak *et al.*²³ explicam que as relações dos usuários dos *microblogs* não exigem reciprocidade, o relacionamento de seguir e ser seguido não aparenta ter relevância nesse ambiente. Um usuário pode seguir qualquer outro e o que está

22 SOUZA; QUANT, 2008, p. 33.

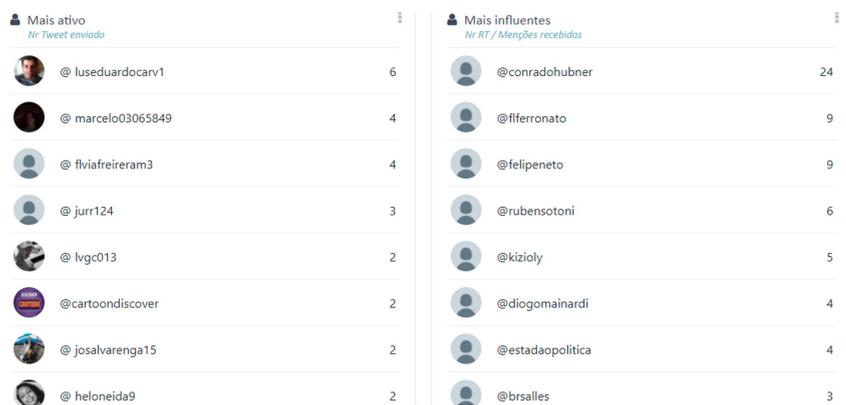
23 KWAK *et al.*, 2010.

sendo seguido não precisa seguir de volta. Ser um seguidor no Twitter significa que o usuário recebe todas as mensagens (chamadas tuítes) postadas pelo usuário que segue. Os autores reforçam que uma característica interessante no processo de difusão de conteúdos nesse espaço é a prática de responder a um tuíte, que se estabeleceu com a marcação “RT” que significa retuíte (reencaminhar a mensagem para outros grupos), o “@” precedido pelo identificador do usuário (nome), e “#” *hashtag* que representa uma marcação de *tag* (assunto). Esse vocabulário de marcação bem definida, combinado com um limite estrito de 140 caracteres por conveniências de postagem, com brevidade na expressão, pode ser considerado um dos mecanismos de disseminação de informação mais dinâmico da internet.

Deve-se destacar nessa descrição do funcionamento do Twitter que o mecanismo de retuíte capacita os usuários a espalhar informações de sua escolha para além do alcance dos seguidores do tuíte original. Essa ação estabelece verbalizações e efeitos de audiência que repercutem na definição dos temas mais comentados na rede social, os Trends Topics.

Como resultados da pesquisa no *software* SociViz sobre o termo “crime de responsabilidade”, puderam-se observar os mais influentes e mais ativos perfis que discutiram o assunto na plataforma.

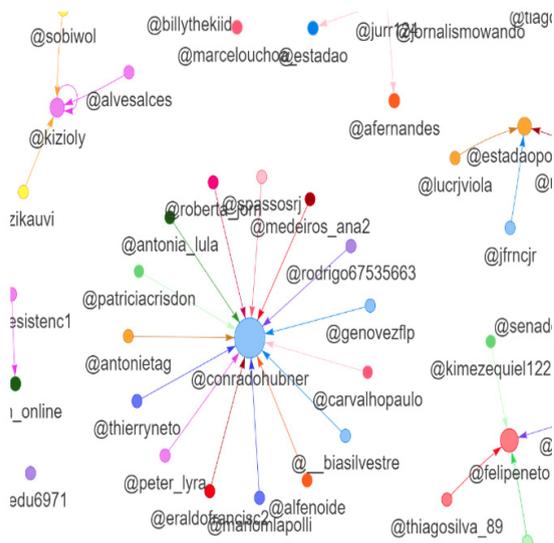
Figura 1 – Perfis mais ativos e mais influentes no assunto “crime de responsabilidade”



Fonte: Fotograma do *software* SociViz, pesquisa realiza em 7 de abril a 13 de abril 2021.

A Figura 1 apresenta os perfis que tiveram mais retuítes e curtidas no assunto “crime de responsabilidade” durante a semana do dia 7 de abril a 13 de abril de 2021. Dentre os mais influentes, que podem ser considerados uma autoridade cognitiva, destaca-se o @conradohubner.

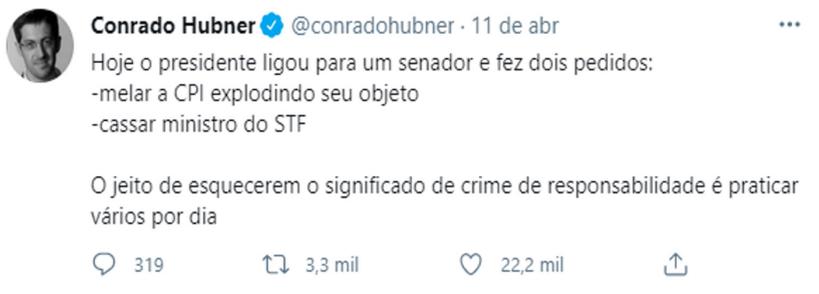
Figura 2 – Perfil mais influente no assunto “crime de responsabilidade”



Fonte: Fotograma do software SociViz, pesquisa realiza em 7 de abril a 13 de abril 2021.

Figura 3 – Tuíte mais comentado e compartilhado do @conradohubner





Fonte: Fotograma da página inicial do perfil de Conrado Hubner, respectivamente um tuíte postado em 11 de abril de 2021.

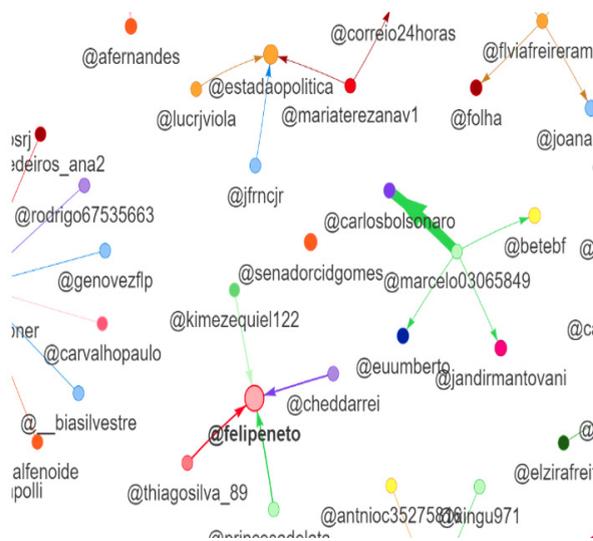
Na Figura 2, observa-se a rede de influência do usuário do twitter @conradohuber, já na Figura 3 verifica-se o perfil de Conrado Hubner, que se apresenta como professor de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Em pesquisa ao portal Capes Lattes, pôde-se confirmar que o Conrado Hubner é professor da referida universidade e também colunista da *Folha de São Paulo*.

Seus tuítes são aplamente lidos e curtidos pelos seus mais de 46 mil seguidores. Também são retuítados por centenas desses. Assim, suas análises políticas e jurídicas repercutem tanto entre seus seguidores, quanto por leitores da *Folha de São Paulo*, que o seguem e também retuítam seus comentários.

Do ponto de vista da autoridade cognitiva, @conradohubner revela-se tanto uma figura de influência quanto de formação de opinião. Sua posição e formação acadêmica lhe credenciam para um lugar de fala com respaldo de especialista. Assim, os seguidores que o acompanham têm conhecimento em segunda mão com as qualificações jurídicas e intitucionais, as quais podem garantir a qualidade das informações compartilhadas.

Outro destaque que se apresenta nessa breve pesquisa no SocioViz é a presença de um *influencer* essencialmente ligado ao entretenimento, mas que também figura como personalidade relevante na discussão do tema “crime de responsabilidade”: o @felipeneto.

Figura 4 – Influencer relevante no tema “crime de responsabilidade”



Fonte: Fotograma do software SociViz, pesquisa realiza em 7 de abril a 13 de abril 2021.

Figura 5 – Tuíte de destaque do @felipeneto sobre “crime de responsabilidade”

Felipe Neto ✓
13,4 mil Tweets

Felipe Neto ✓
@felipeneto

Biscoiteiro / Goleiro / Hipócrita / Tio / Máquina de Xadrez
felipeneto@gmail.com

Rio de Janeiro [youtube.com/felipeneto](https://www.youtube.com/felipeneto) Nascido(a) em 21 de janeiro
Ingressou em março de 2008

655 Seguindo 13,2 mi Seguidores

Seguido por Silvio Almeida, Sérgio e outros 2 que você segue



Fonte: Fotograma da página inicial do perfil no Twitter do influencer Felipe Neto, respectivamente um tuíte postado em 13 de abril de 2021.

A Figura 4 apresenta a rede de atenção atribuída ao tuíte emitido pelo influencer Felipe Neto, cujo usuário é @felipeneto, já a Figura 5 explicita como Felipe Neto é um dos influenciadores digitais brasileiros mais populares do Twitter.

Felipe Neto é um *youtuber* de destaque e produtor de conteúdo digital muito bem-sucedido, tendo milhares de seguidores no Twitter e outros milhares no YouTube. Na cena digital, o mencionado *influencer* emite opinião em diferentes contextos, desde o esporte até a política, e quase sempre possui uma ampla audiência nos pontos de vista que manifesta.

Deve-se observar que o tuíte sobre “crime de responsabilidade”, apresentado na Figura 5, foi o mais “compartilhado” no espaço de tempo estipulado para a pesquisa. Trata-se de uma reportagem do site O Globo, a qual apresenta a conclusão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre Bolsonaro, atual presidente do Brasil, ter cometido crime de responsabilidade. A informação compartilhada no perfil de Felipe Neto no Twitter apresenta conteúdos de segunda mão que reforçam seu ponto de vista sobre o assunto. Diante disso, sua atuação como autoridade cognitiva vincula-se a um comportamento que

o desassocia da figura de especialista, mas o coloca em um campo de divulgador com performance, persuasão e audiência.

PESSOAS COMO FONTE DE INFORMAÇÃO

Observando que as características de autoridade cognitiva de especialistas se preservaram, no breve experimento apresentado, pode-se definir que “pessoas como fonte de informação” relaciona-se ao processo de interação socioinformacional e não, prioritariamente, com o alcance da audiência de um usuário. Quando se escolhe a rede de pertencimento nas plataformas midiáticas, define-se o tipo de informação e autoridade cognitiva com as quais se deve relacionar. Nesse sentido, o resultado dos conteúdos acessados e compartilhados tem relação direta com as escolhas de afinidade de signos que corroboram seus conhecimentos em primeira mão, adquiridos de suas vivências sociais. Esses conteúdos reforçam perspectivas com as quais os sujeitos dialogam e tendem a concordar.

Desse modo, percebe-se que as fontes de informação podem ser orais ou escritas, humanas ou virtuais, internas ou externas, leigas ou especialistas. O que elas têm em comum é o potencial de corroborar expectativas dos usuários que a acessam. Há intencionalidade nas buscas por informação desde uma pesquisa no Google, até na participação em um debate no Twitter. Diante disso, a compreensão sobre uma fonte, ou recurso de informação confirma seu valor e relevâncias em espaços, tempos e significados em que estão contextualizados e demarcados.

Assim, as “pessoas como fontes de informação” podem ser facilmente acessíveis nas plataformas digitais midiáticas e podem conter informações ou indicar informações (como notícias de jornais) que sejam compatíveis com os vestígios digitais deixados pelo usuário. A importância e confiabilidade dessas fontes podem ter relação com a qualidade percebida nas pessoas que compartilham as informações a partir de suas experiências empíricas (conhecimentos) ou informações replicadas de outras fontes críveis pelos sujeitos em pacto infocomunicacional.

O conceito “pessoas como fonte de informação” requer o reconhecimento da autoridade cognitiva na dimensão da emissão de opinião e na dimensão da argumentação. A audiência e a performance interferem na amplitude que o conteúdo pode alcançar, mas não, necessariamente, na atribuição de “autoridade cognitiva” em determinado assunto comentado ou compartilhado na rede.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As “pessoas como fonte de informação” demandam compreender que o conceito de qualidade e relevância de uma fonte não possui exclusividade no objeto (documento). A atribuição de valor se estabelece na interação humana, seja ela entre sujeitos cognoscentes, ou entre humanos e informações em plataformas digitais.

As determinantes tecnológicas impactam a recepção da informação, embora as relações de acesso, uso e significação estabelecidos sejam essencialmente humanas, culturais e sociais. A partilha de signos é parte do conhecimento em primeira mão, conseqüentemente, o conhecimento em segunda mão tende a refletir as características socioculturais já apreendidas. Desse modo, a atribuição de autoridade cognitiva a um perfil em uma plataforma midiática corresponde aos significados já estabelecidos em primeira mão.

Deve-se salientar, entretanto, que uma das principais características da dinâmica das fontes do meio digital é sua fluidez e mobilidade. Essas características permitem distorções de conteúdo, ou reverberações ruidosas. Um dos reflexos desse fenômeno são paródias, falseamentos e *fake news*.

A compreensão do conceito de fontes de informação na internet requer fundamentalmente entender a dinâmica anárquica de funcionamento desse espaço. É necessário reforçar, sobretudo, que o entendimento de qualidade de uma fonte ou recursos de informação conecta-se aos seus atributos físicos, informacionais e institucionais. Mas também requer a compreensão do valor, confiabilidade, interlocução e significado no espaço tempo do usuário da informação e seus processos de significar, atribuindo assim relevância e pertinência a diferentes fontes, conteúdos e pessoas nos espaços digitais mediatizados.

REFERÊNCIAS

COULDRY, N. Mediatization or mediation? Alternative understandings of the emergent space of digital storytelling. *New Media and Society*, n. 10, v. 3, p. 373-391, 2017.

CUNHA, M. B. *Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2001. 168p.

- DALMONTE, E.F. Novos cenários comunicacionais no contexto das mídias interativas: o espalhamento midiático. *Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, abr./ jun. 2015.
- FEHÉR, K. Netframework and the Digitalized Mediatized Self. *Corvinus Journal of Sociology and Social Policy*, v. 8, 2017.
- GIRARDI JR. L. Mídia e tecnologia: a cultura da comunicação. 42º. *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom*, São Paulo, 2020.
- KWAK, H; LEE, V, H; PARK, V. H; MOON, S. “What is Twitter a Social Network or a News Media?”, *Proceedings of the International Conference on WWW*, 2010.
- MARCHAND, D. Managing Information Quality. In: WORMELL, I. *Information Quality: Definitions and Dimensions*. Londres: Taylor Graham, 1990. p. 7-17.
- SOUZA, Q. R.; QUANDT, C. O. Metodologia de análise de redes sociais. In: DUARTE, F.; QUANDT, C.; SOUZA, Q. (Orgs.). *O tempo das redes*. São Paulo: Perspectiva, 2008. p. 31-63.
- SRNICEK, N. *Platform Capitalism*. Cambridge: Polity Press, 2017.
- TOMAÉL, M. I. et al. Critérios de qualidade para avaliar fontes de informação na internet. In: TOMAÉL, M. I.; VALENTIM, M. L. P. (Orgs.). *Avaliação de fontes de informação na Internet*. Londrina: Eduel, 2004. p. 19-40
- VAN DIJCK, José, POELL, Thomas, DE WALL, Martijn. *The Platform Society: Public Values in a Connective World*. Nova York: Oxford University Press, 2018.
- WILSON, Patrick. *Second-Hand Knowledge: and Inquiry into Cognitive Authority*. Westport: Greenwood Press, 1983.



UM MUSEU, UM LABIRINTO E UMA GALERIA INFINITA: A BIBLIOTECA COMO ARTIFÍCIO LITERÁRIO

Fabício José Nascimento da Silveira¹

INTRODUÇÃO

O que é uma biblioteca e como podemos apreender a evolução histórica desse conceito? Reconhecendo a multiplicidade de respostas possíveis para tais indagações, o presente capítulo aproxima-se da literatura e de suas potencialidades representativas. Essa escolha implica considerar as narrativas literárias como uma instância de produção

¹ Este texto constitui-se em uma reescritura do primeiro capítulo de minha tese de doutoramento, que foi defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sob orientação da Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis. Manifesto aqui meu respeito, minha admiração e meus agradecimentos a ela, por ter me deixado muito do “[...] desassossego, e o dilúvio, ou seja, o vôo obedescente que depois do depois (mais tarde) me há-de ligar ao pulso abrasador do meu Mestre.” Cf.: LLANSOL *apud* CASTELLO BRANCO, 2011, p. 228.

discursiva que sintetiza de maneira lapidar os diversos saberes, códigos e valores que atravessam as experiências humanas, mimetizando, em face disso, o mundo que nos cerca.

Caminhando nessa direção, recorre-se às obras de Antoine Compagnon, Roland Barthes e Ítalo Calvino tendo-se em vista demarcar que, embora inscrito no universo infinito da ficção, o saber literário está aberto a outros caminhos, a veredas cujas bifurcações acenam para a possibilidade de a literatura agir na história. Não sem razão, a tessitura literária agencia e nos oferece diferentes ângulos de percepção do mundo, portando-se, pois, como “[...] uma dessas mínimas porções nas quais o existente se cristaliza numa forma, adquire um sentido que não é nem fixo, nem definitivo, nem enrijecido numa imobilidade mineral, mas tão vivo como um organismo.”²

Organismo vivo, eis uma boa metáfora para se falar da biblioteca. Edificada sob a égide da acumulação perpétua, a evolução histórica desse conceito forja-se congregando em torno de si inúmeras matrizes de simbolização cujo conjunto acaba por assinalar distintas relações com o conhecimento, com o espaço e com o tempo. Não por acaso, sua gênese universalista tem como contraponto uma ampla gama de restrições técnicas, ergonômicas, políticas e culturais responsáveis por prescrever e ressignificar continuamente suas modalidades de inserção e atuação social.

Assim observado e adotando por princípio de que “[...] uma biblioteca nunca é alheia à sua época e esta se manifesta naquela pela ordem dos saberes que incita a sua fundação [...]”³, o capítulo apresenta, ainda, um panorama evolutivo da própria ideia de biblioteca. Evadindo-se das pretensões de exaustividade, o percurso aqui traçado centra-se em três momentos bem delimitados: a criação das primeiras coleções no Mundo Antigo, a consolidação dessas instituições como centro de produção e preservação do conhecimento na Europa medieval, e os desdobramentos conceituais e funcionais impostos às bibliotecas pelas novas dinâmicas socioculturais que ganharam forma em nossa época contemporânea.

Três narrativas ficcionais nos servem de guia nesse percurso analítico: o livro *Memórias de Adriano*, da francesa Marguerite Yourcenar; a obra *O nome da rosa*, do escritor italiano Umberto Eco; e o conto A

² CALVINO, 2008, p. 84.

³ GOULEMOT, 2011, p. 60.

biblioteca de Babel, do argentino Jorge Juiz Borges. Em seu conjunto elas evidenciam que, no momento em que a biblioteca se converte em artifício literário, certos elementos de sua historicidade são revelados e distendidos pelo trabalho de representação poética. Distensão que, por sua vez, nos ajuda a melhor compreender os paralelos e paradoxos, as proximidades e as contradições prático-simbólicas que demarcam sua constituição enquanto esfera de atuação e intervenção sociocultural. Dito isso, comecemos por refletir sobre aquilo que Michel Foucault definiu como “[...] o espaço mortal onde a linguagem fala de si mesma [...]”⁴. ou seja: a literatura.

ESSE MURMÚRIO SEM FIM QUE SE CHAMA LITERATURA

Literatura para quê? Ao instituir esse questionamento como ponto de partida para sua aula inaugural no Collège de France, Antoine Compagnon pretendia responder a uma indagação ainda mais instigante: por que se falar de literatura na contemporaneidade? Notando de imediato que as relações entre literatura e modernidade nunca deixaram de ser conflituosas, o discípulo de Barthes e Foucault estabelece uma reflexão acerca dos usos e poderes por meio dos quais o discurso literário se dá a ver tanto no espaço público, quanto no domínio das nossas vidas individuais. Percurso assinalado com o objetivo de apreender, em última instância, quais são as faculdades da literatura e qual a sua pertinência para nossas vidas.

Em sua conferência, Compagnon elenca três atributos que demarcariam as potencialidades simbólicas e elucidativas das produções literárias, são elas: enquanto exercício de reflexão, a literatura responde a um projeto de conhecimento do homem e do mundo; em paralelo a isso, dota os indivíduos da capacidade de ampliar, por meio da leitura, certas visões de mundo por vezes impostas pelas restrições da vida cotidiana. Por fim, ao lapidar e distender os sentidos da palavra, o discurso literário compensa a insuficiência da linguagem e de suas categorias, pois

[...] tem condição de exprimir o contínuo, o impulso e a duração, ou seja, de sugerir a vida. [...] De desvelar uma verdade que não seja transcenden-

4 FOUCAULT, 2009, p. 53.

te, mas latente, potencialmente presente, escondida fora da consciência, imanente, singular e, até aí, inexprimível.⁵

Como demonstrar a validade dessas ponderações? No encadeamento argumentativo de sua aula, o crítico começa por decretar que a cisão entre discurso científico e o literário que vigorou a partir da segunda metade do século XIX notabilizou-se por sedimentar uma armadilha ideológica preocupada em enquadrar a autonomia criativa da literatura aos formalismos da ciência. Questionando essa polarização, Compagnon recorre a Aristóteles para nos lembrar que é graças à *mimesis* – à representação – que assimilamos o mundo. Por tanto, mais que uma fruição estética, as representações oriundas da literatura possuem a capacidade de se converterem em dispositivos de instrução, em repertórios de produção e disseminação do conhecimento.

Não obstante, por mimetizar a experiência humana sob a forma de narrativa, a literatura, em confluência com a leitura, contribui “[...] para a liberdade do indivíduo.”⁶ De fato, compreendendo a leitura como um processo ativo de produção de sentido, um jogo em torno da apropriação e da ressignificação da realidade, e o leitor como alguém que dissecar e distende o texto, a narrativa literária oferece ao sujeito que lê a possibilidade do deslocamento. Deslocamento da realidade por meio da imaginação; das forças de opressão ou de alienação em virtude de sua maleabilidade interpretativa, por fim, deslocamento da consciência de si em função do contato com o outro, com a vida do outro. Isto porque, a literatura fala a todo mundo, ela “[...] me fala de mim e dos outros; provoca minha compaixão; quando leio eu me identifico com os outros e sou afetado por seu destino; suas felicidades e seus sofrimentos são momentaneamente os meus.”⁷

Somado a isso, a literatura constitui-se, também, em um artifício de revitalização da linguagem. Para nosso interlocutor, a narrativa literária deve ser vista, pois, como uma instância de enunciação que, ao brincar com a língua, ultrapassa suas submissões, redefine suas margens, atualiza e enriquece suas nuances de simbolização /significação, nos ensinando a “[...] não sermos enganados pela língua.”⁸ Indo além, Compagnon defende que a literatura pensa, “[...] mas não como a

5 COMPAGNON, 2009, p. 37-38.

6 COMPAGNON, 2009, p. 34.

7 COMPAGNON, 2009, p. 48-49.

8 COMPAGNON, 2009, p. 39.

ciência e a filosofia. Seu pensamento é heurístico (ela jamais cessa de procurar), não algorítmico. Ela procede tateando, sem cálculo, pela intuição, com faro.”⁹ Isso o leva a defender que a razão de ser da literatura no mundo contemporâneo está atrelada à recusa da ideia de que somente uma teoria feita de conceitos universais possa nos ensinar alguma coisa de verdadeiro sobre o mundo e sobre a vida, posto que

[...] o próprio da literatura é a análise das relações sempre particulares que reúnem as crenças, as emoções, a imaginação e a ação, o que faz com que ela encerre um saber insubstituível, circunstanciado e não resumível sobre a natureza humana, um saber de singularidades.¹⁰

Posição semelhante àquela preconizada por Roland Barthes, em 1977, também em uma aula magna no Collège de France. Voltando seu olhar para o poder subversivo do discurso e para os sentidos fluantes que subjagam o uso da palavra no momento da escritura, o semiólogo francês atenta para o fato de que o signo linguístico não está preso a um conteúdo apenas, visto ser capaz de, e esta é a condição própria de sua existência, dialogar com os vários vértices – o cultural, o social, o político – que possibilitam ao leitor mobilizar a gama de impressões, sentimentos e conhecimentos responsáveis por elucidar seus usos e apropriações. Prognóstico que incita Barthes a redimensionar os limites analíticos e operatórios das três forças motrizes da literatura: *máthesis*, *mimesis*, *semeiosis* – saber, representação, simbolização, respectivamente. Redimensionamento que, sob a forma de uma guinada heurístico-paradigmática, permite ao autor afirmar o “irredutível” da palavra literatura: “[...] o que, nela, resiste e sobrevive aos discursos tipificados que a cercam: as filosofias, as ciências, as psicologias.”¹¹ Ponto de inflexão que, por sua vez, capta e desvela, segundo a análise de Leyla Perrone-Moisés, “[...] o momento mais jubilatório da Aula [...]”¹², aquele no qual o pensador sentencia:

Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: *literatura*. Entendo por *literatura* não um corpo ou uma sequência de obras, nem mesmo um setor de comércio ou de ensino, mas o grafo complexo das pegadas de uma prática: a prática

9 COMPAGNON, 2009, p. 51.

10 COMPAGNON, 2009, p. 47.

11 BARTHES, 2004, p. 26.

12 PERRONE-MOISÉS, 2012, p. 138.

de escrever. Nela visto portanto, essencialmente, o texto, isto é, o tecido dos significantes que constitui a obra, porque o texto é o próprio aflorar da língua, e porque é no interior da língua que a língua deve ser combatida, desviada: não pela mensagem de que ela é o instrumento, mas pelo jogo das palavras de que ela é o teatro.¹³

Trapaça, esquiva, logro, são estes os dispositivos táticos que distanciam a narrativa literária da sombra de estagnação e fixidez que muitas vezes envolve o discurso científico. Razão pela qual se confirma, no âmbito das formulações barthesianas, que é por meio da escritura que a literatura realiza a façanha de conceber redes variadas de saberes e transformar conceitos estanques em fronteiras móveis que se potencializam e adquirem sentido pelo aspecto múltiplo da palavra. É certamente em função disso que Barthes advoga que “[...] a literatura não diz que sabe alguma coisa, mas que sabe *de* alguma coisa; ou melhor: que ela sabe algo das coisas – que sabe muito sobre os homens [...]”¹⁴ defesa que, de forma mais ampla, lhe permite tanto enfatizar o caráter abrangente da literatura, quanto acentuar a noção de duplicidade que está presente na linguagem, encurtando, por meio desse duplo movimento, as distâncias até então interpostas entre ciência e ficção.

Reduzir as distâncias delimitadas entre ciência e ficção literária foi, também, um desafio enfrentado por Ítalo Calvino. Ao definir a literatura como “[...] a Terra Prometida em que a linguagem se torna aquilo que a verdade deveria ser [...]”¹⁵, o escritor italiano contesta, como o fez Compagnon e Barthes, o aspecto estático que por longa data cerceou o contato entre as narrativas de ficção e o discurso científico. Valendo-se da noção de deslocamento, Calvino aloca a literatura e a imaginação em um “[...] lugar de produção ativa do exercício intelectual.”¹⁶ Não por acaso, define o ensaio como a forma discursiva que melhor se enquadra às exigências requeridas por um exercício de pensamento que busca “[...] escapar às malhas das disciplinas institucionais.”¹⁷

Renunciando a uma estrutura fixa e incorporando as virtudes da hibridez, o ensaio serve aos propósitos de Calvino porque se apresenta

13 BARTHES, 2004, p.16-17.

14 BARTHES, 2004, p. 18-19.

15 CALVINO, 2008, p. 72.

16 MOREIRA, 2012, p. 69.

17 GINZBURG, 2004, p. 13.

como uma atividade de pensamento orientada pela reflexão constante, que não encontra paragens nem limites precisamente definidos. Por meio de uma obra ensaística profícua e refinada, marcadamente atravessada por temas plurais, o literato também promove um elogio à literatura, sobretudo quando oferece a seus leitores a possibilidade de refletirem “[...] sobre as fronteiras do literário e sobre o papel da própria literatura no processo de movimentação desses limites.”¹⁸

Não sem razão, Italo Calvino defende que a função da literatura “[...] é a comunicação entre o que é diverso pelo fato de ser diverso, não embotando, mas antes exaltando a diferença, segundo a vocação própria da linguagem escrita.”¹⁹ Uma linguagem que é capaz de explodir o mundo sob nossos olhos para que reajamos a ele, para que possamos assimilar seus matizes de significação, para que nos tornemos capazes de redesenhar suas fronteiras. Melhor dizendo, para que possamos fazer dos textos e da própria escritura territórios de trânsitos onde, a cada movimento de escritura, normas, valores e experiências de vida são imbuídos da capacidade de mimetizar o mundo, de aclarar e redimensionar a história.

Essas assertivas assinaladas por Calvino certamente poderiam ser apresentadas como uma possível resposta para a pergunta lançada por Antoine Compagnon: *Literatura para quê?* Para que possamos nos impressionar com a natureza extraordinária das coisas que nela encontramos. Em outros termos: para que por meio do lúdico, do imaginário, do improvável e do poético que a literatura nos apresenta, possamos alargar nossos repertórios de conhecimento sobre o mundo, sobre a vida, a história e sobre nós mesmos.

Eis a razão pela qual optamos por recorrer à literatura e convertê-la em bússola, uma espécie de rosa dos ventos que traça a evolução histórica do conceito de biblioteca. Nas três narrativas ficcionais que apresentaremos a seguir – dois romances e um conto – a biblioteca aparece, emblemática e metaforicamente, como figura em mutação, dando-se a ver ora como espaço de organização do conhecimento, ora como lócus de subversão dos saberes; como lugares de memória e como agência promotora do esquecimento; como labirintos, museus e galerias que, na condição de artifícios literários, dizem “[...] da história dos povos,

¹⁸ MOREIRA, 2012, p. 77.

¹⁹ CALVINO, 2008, p. 58.

de sua cultura e pensamento, das escolhas do passado e dos desejos para o futuro.”²⁰

Dessa miríade de possibilidades, trataremos em primeiro lugar das bibliotecas que ganharam existência no “Mundo Antigo”. Da pretensão de universalidade que por longa data as caracterizaram e das relações com o conhecimento que lhes outorgaram certas funções sociais em momentos e realidades históricas específicas.

AS BIBLIOTECAS NO MUNDO ANTIGO: ENTRE SIMETRIAS E PARADOXOS

Para começar, evoquemos algumas digressões ficcionalmente atribuídas ao Imperador Adriano²¹, governante humanista romano:

Construir é colaborar com a terra: é colocar um marco humano numa paisagem, marco que a modificará para sempre; é contribuir também para a lenta transformação que constitui a vida das cidades. [...] Fundar bibliotecas era construir celeiros públicos, aprovisionar reservas contra o inverno do espírito cuja aproximação eu podia prever mesmo contra minha vontade. Tenho construído muito: é uma forma de colaborar com o tempo sob seu aspecto de passado, é preservar ou modificar seu espírito, fazer dele uma espécie de reserva para o futuro; é reencontrar sob as pedras o segredo das origens.²²

Essas palavras certamente se constituem em um bom ponto de partida para iniciarmos as discussões que justificam a escritura desta seção: analisar os aspectos históricos, políticos e culturais que propiciaram o surgimento das primeiras bibliotecas, bem como os enquadramentos sociais que lhes conferiram um lugar de destaque no âmbito dos intrincados sistemas de produção e circulação do conhecimento erigidos no Mundo Antigo.

Mas em que medida a citação destacada nos auxilia a lançar luzes sobre questões tão complexas? Ao redigir suas *Memórias de Adriano*, Marguerite Yourcenar diz ter empreendido um amplo e profundo trabalho de pesquisa cujos dados levantados lhe permitiram reconstituir

20 MOREIRA, 2012, p. 15.

21 Públio Élio Trajano Adriano governou Roma entre os anos de 117 a 138 de nossa era Humanista e profundo admirador da Grécia, procurou fazer de Atenas a capital do Império.

22 YOURCENAR, 1980, p. 131-132.

nuances importantes de um universo simbólico ainda em formação, mas portador de algumas características passíveis de serem delimitadas. É o que visualizamos quando buscamos compreender o lugar ocupado pelas bibliotecas no contexto histórico coberto pelo romance. Ao defini-las como “[...] celeiros públicos que aprovisionam reservas contra o inverno do espírito [...]”,²³ a voz narrativa do romance de Yourcenar coaduna com alguns dos principais qualificadores historicamente acionados para definir o modo de atuação dessas instituições nas distintas paisagens do Mundo Antigo.

Dito isso, pergunta-se: que qualificadores eram esses? De modo geral, nossa percepção a respeito do lugar social e das funções imputadas às bibliotecas no Mundo Antigo quase sempre as qualificam como “lugares de memória institucional” e “espaços de publicização do conhecimento”. Atributos que certamente derivam do fato de que, desde que surgiram, as bibliotecas mantêm íntima relação com a memória e à produção dos saberes, fato que levou Alfredo Serrai a afirmar que “[...] à memória biológica, que pertence à espécie, e à memória cerebral, que é do indivíduo, acrescentou-se a biblioteca como memória coletiva das experiências existenciais, científicas e culturais, seja do indivíduo, seja da sociedade.”²⁴ Com isso, por estar inscrita na forma de documento, essa memória requer sua reunião, organização e meios específicos para sua disseminação, tendo-se em vista um amplo uso por parte de todos aqueles que dinamizam as instâncias de produção e circulação do conhecimento.

Como marco histórico, é possível apontarmos que as primeiras bibliotecas surgiram mais ou menos no quarto milênio antes de Cristo, na cidade babilônica de Nipur, região na qual foram encontrados os primeiros vestígios de uma coleção de tabletes de argila grafados com a técnica da escrita cuneiforme. Acompanhando o surgimento das cidades, tais instituições floresceram no Extremo Oriente, às margens dos rios Tigres e Eufrates. Foi ali que se edificou o palácio de Assurbanipal, rei da Assíria, que possuía algumas salas destinadas à preservação e organização de uma coleção de fragmentos de argila contendo transcrições que o rei mandara coletar em diversas partes de seus domínios. Essas transcrições versavam “[...] sobre os feitos dos monarcas, a ad-

23 YOURCENAR, 1980, p. 131-132.

24 SERRAI, 1975, p. 142.

ministração e a inscrição públicas: isto é, acerca dos acontecimentos permanentes, rotineiros e imediatos das dinastias.”²⁵

Características que se instituíram como recorrentes e definidoras da maioria das bibliotecas do Mundo Antigo, inclusive no Egito, país que viu florescer a mais importante de todas elas: Alexandria. Tal qual um paradigma fundador, a Biblioteca de Alexandria “[...] tornou-se uma multidão de bibliotecas, cada qual voltada para um aspecto da variedade do mundo.”²⁶

Tendo por objetivo reunir em suas estantes toda a herança cultural da Antiguidade, Alexandria entrou para a história como a primeira instituição a possuir aspirações universais. Foi Ptolomeu I Sóter (367 – 283 a.C.) quem a fundou durante seu reinado, ficando a cargo de seu filho, Ptolomeu II Filadelfo – que reinou de 285 a 247 a.C –, ampliá-la. Procedimento imitado incessantemente por seus sucessores. No reino dos Ptolomeus, a biblioteca tinha por função:

[...] assegurar a conservação dos textos, facilitar o trabalho intelectual, mas também, provavelmente, promover a cultura grega num mundo onde convivem doravante várias civilizações, recolher as tradições estrangeiras e, em resumo, contribuir para a glória do soberano *lágida*.^{27 28}

Além de tantos atributos, a Biblioteca de Alexandria deveria constituir-se como espaço de acolhimento de uma comunidade de sábios e estudiosos que tinham por objetivo redefinir uma nova concepção acerca do valor do conhecimento. Em face disso, a biblioteca já nasceu como um espaço híbrido e portador de imagens múltiplas, as quais conjugavam o conhecimento laico a uma memória sagrada e uma noção pouco terrena de tempo e espaço. Não por acaso:

A biblioteca repousava sobre um pressuposto tácito: o poder desses objetos materiais que são os livros, ao mesmo tempo suporte e vetor dos textos, arquivo do pensamento [...]. Esses textos podiam ser copiados de um suporte a outro, serem deslocados de Atenas à Alexandria, passar de uma

25 No original: “Sobre los hechos de los monarcas, la administración y el registro público: esto es, acerca del acontecer de las dinastías.” Cf.: ALFARO LÓPEZ, 2002a, p. 49-50. (tradução nossa)

26 MANGUEL, 2006, p. 29.

27 Relativo ou pertencente aos *lágidas*, dinastia grega que reinou no Egito de 306 a 30 a.C.

28 BARBIER, 2008, p. 42.

pequena biblioteca privada à imensa coleção real sem jamais perder sua eficácia ou seu sentido.²⁹

Detentora de um acervo que chegou, em seus tempos áureos, a 700 mil rolos de papiro que cobriam diversas áreas do saber – Astronomia, Aritmética, Medicina, Literatura, Filosofia entre outras –, a Biblioteca de Alexandria firmou-se como uma “paisagem luminosa” – a imagem do farol é, pois, apropriada – em meio a uma comunidade constituída majoritariamente por iletrados sob os domínios de uma elite ciosa por manter sua soberania política, econômica e intelectual.

Embora tenha se tornado o mais importante centro intelectual da Antiguidade, a Biblioteca de Alexandria não foi a única a gozar de grande prestígio. Junto a ela, Pérgamo, que chegou a abrigar duzentos mil volumes, também conseguiu agenciar grande fama. Fundada por Eumenes, filho de Átalo, Pérgamo instituiu uma política de desenvolvimento de coleções marcadamente simétrica à vigente em Alexandria, ancorada no incentivo à produção local de textos e em traduções. Porém, o principal vetor de sua fama está ligado ao aperfeiçoamento da técnica de tratamento do couro para servir de suporte para a escrita. Técnica que, posteriormente, deu origem ao *pergaminho*, que emergiu, em decorrência da crise do papiro, como a principal matéria-prima para a fabricação do livro.

Contudo, nem mesmo a invenção do pergaminho foi capaz de evitar uma outra simetria relativa ao destino dessas duas bibliotecas. Tanto Alexandria quanto Pérgamo foram dizimadas. Pérgamo caiu primeiro. Posteriormente, Alexandria teve seu acervo consumido por três grandes incêndios, o último deles ocorrido em 641 d.C., quando os árabes conquistaram a cidade imperial.

Saindo do Egito, mas permanecendo no Mundo Antigo, percebemos que as bibliotecas helênicas também apresentam características simétricas ao modelo Alexandrino. Isso porque as instituições helênicas guiavam-se por dois objetivos: servir de sinal visível do poder das grandes dinastias e funcionar como local de trabalho para um círculo

29 No original: “La bibliothèque reposait sur un présupposé tacite: le pouvoir de ces objets matériels que sont les livres, à la fois supports et vecteurs des textes, archive de la pensée [...]. Ces textes pouvaient être copiés d’un support à l’autre, être délocalisés d’Athènes à Alexandrie, passer d’une petite bibliothèque privée à l’immense collection royale sans jamais perdre leur efficacité ou leur sens.” Cf.: JACOB, 2007, p. 1126-1129. (tradução nossa)

restrito de eruditos e letrados. Porém, embora existissem inúmeras bibliotecas nas cidades gregas, tendo sido a de Pisístrato a primeira a ser fundada por volta do século VI a.C., o caráter oral da literatura e da filosofia helênica explica, em grande parte, a pouca importância que os gregos atribuíram a elas. Para eles era desnecessário guardar os livros em lugares específicos porque o conhecimento se produzia e era difundido por meio do diálogo e não do monólogo. Da discussão, do entrelaço das ideias e não da reunião de grandes volumes de escritos.

Modalidade de compreensão que acena para um famoso paradoxo no âmbito da história das bibliotecas: se os pensadores humanistas gregos atribuíram pouca importância ao hábito de fundar e manter acervos públicos, é:

[...] um povo militar e guerreiro, comerciante e prático, que só admitia a palavra, escrita ou oral, como instrumento de ação, que vai, no mundo ocidental, possuir as melhores bibliotecas e, em particular, as primeiras bibliotecas públicas.³⁰

De fato, é com os romanos que começa a ser delineada a ideia de bibliotecas públicas parecida com os moldes atuais. Segundo o historiador Matthew Battles, a primeira biblioteca pública romana foi edificada por volta do ano 39 a.C., por Asínio Polião, a qual serviu de modelo para inúmeras outras, sendo a biblioteca Palatina a maior e mais importante delas. Fundada por Augusto, junto ao templo de Apolo no ano de 28 d.C, constituía-se em um espaço aberto a qualquer pessoa que almejasse frequentá-lo, respondendo, assim, à crescente demanda por materiais de leitura. À parte disso, não podemos negligenciar que:

Essas bibliotecas eram frequentadas preferencialmente por leitores que procuravam obras antigas ou raras, para fazer certas comparações, para ler rapidamente algum trecho ou ainda como local de encontro, espaço urbano de “convivência”. Tratava-se, em suma, de bibliotecas eruditas, acessíveis a todos dentro do conceito de doutos e literatos.³¹

Portanto, pensar o modelo de biblioteca implementado em Roma como instituições culturais vinculadas a um projeto político que impacta na conformação das distintas paisagens sociais nas quais ele ganha uma forma, nos ajuda a melhor compreender as meditações do Imperador Adriano dispostas no início desta seção. Como pode ser observado, o gesto criador do personagem de Yourcenar responde a

30 MARTINS, 2002, p. 77.

31 CAVALLO, 2002, p. 77.

intenções claras: “[...] colocar um marco humano numa paisagem que a modificará para sempre [...] contribuir para a lenta transformação que constitui a vida das cidades.”³² Não é por acaso, pois, que a biblioteca passa a ocupar um lugar de destaque na efetivação nos planos do imperador.

Nos tempos de Adriano (século II d.C.), as bibliotecas já haviam se consolidado como centros de organização, captação e produção de conhecimento em grande parte do Mundo Antigo. A essas funções principais se somavam o incentivo à leitura e o fomento a práticas de sociabilidade e distinção político-social. Ou seja, mais que ajuntar livros, edificar prédios suntuosos e “[...] aprovisionar reservas contra o inverno do espírito [...]”,³³ fundar bibliotecas constituía-se em estratégia de produção de memórias, de valorização da cultura local e, ao mesmo tempo, de demonstração de uma soberania política, econômica e intelectual. Marcadores funcionais e de sentido que nos impelem a concordar com a tese de Jean Marie Goulemot, segundo a qual “[...] as bibliotecas nascem num tempo em que os homens se tornam atentos a uma proliferação dos saberes. Elas representam um esforço de contenção, uma tentativa de dominação tanto quanto um desejo de posse e de conservação.”³⁴

Generalizações que ganham novos contornos na Idade Média, período no qual a Igreja Católica definiu novos sentidos e funções para os livros e as bibliotecas. Contrapondo-se à abertura progressiva que havia transformado as bibliotecas do Mundo Antigo em “celeiros públicos”, o que se vê na Idade Média é um intenso movimento em torno da privatização, do enclausuramento dos livros e de outros “dispositivos de saber”. Demonstraremos isso reportando-nos a alguns trechos do romance *O nome da rosa*. Escrita por Umberto Eco e publicada em 1980, essa obra narra a saga do frade franciscano Guilherme de Baskerville para desvendar uma série de assassinatos ocorridos em um mosteiro medieval italiano do século XIV. Localizando o desfecho da trama em uma biblioteca cujo acervo estava repleto de obras apócrifas e censuradas, o romancista retrata pontos importantes acerca do lugar ocupado por livros e bibliotecas no contexto sociocultural do medievo. Começamos essa discussão dando voz à ficção.

32 YOURCENAR, 1980, p. 131-132.

33 YOURCENAR, 1980, p. 131-132.

34 GOULEMOT, 2011, p. 31.

AS BIBLIOTECAS MEDIEVAIS E A APORIA DO LABIRINTO

Tal como a seção anterior, esta também parte de uma citação literária:

A biblioteca nasceu segundo um desenho que permaneceu obscuro a todos durante séculos e que a nenhum dos monges é dado conhecer. Somente o bibliotecário recebeu o segredo do bibliotecário que o precedeu, e comunica, ainda em vida, ao ajudante-bibliotecário, de modo que a morte não o surpreenda, privando a comunidade desse saber. [...] Somente o bibliotecário, além de saber, tem o direito de mover-se no labirinto dos livros, somente ele sabe onde encontrá-los e onde guardá-los, somente ele é responsável por sua conservação. [...] Somente o bibliotecário sabe da colocação do volume, do grau de sua acessibilidade, que tipos de segredos, de verdades ou de mentiras o volume encerra. Somente ele decide como, e se deve fornecê-lo ao monge que o está requerendo. Porque nem todas as verdades são para todos os ouvidos, nem todas as mentiras podem ser reconhecidas como tais por uma alma piedosa. [...] Ninguém, querendo, chegaria ali. A biblioteca defende-se por si, insondável como a verdade que abriga, enganadora como a mentira que guarda. Labirinto espiritual, é também labirinto terreno.³⁵

O mês é novembro e o cenário um velho mosteiro beneditino do século XIV. Em suas dependências uma série de assassinatos rompe a calmaria contemplativa do cotidiano eclesiástico. Ali, durante sete dias, um religioso cego move-se sorratamente entre as salas obscuras de uma biblioteca labiríntica tentando se desvencilhar da perseguição empreendida por dois monges detetives. Atormentado pelo espírito da bibliofagia, esse velho religioso tentava impedir que o segundo volume da *Poética* de Aristóteles³⁶ fosse revelado à comunidade monástica. Guardião de um acervo que abrigava obras raras ou tidas como perdidas, ele se considerava um vigilante predestinado a acabar com todos aqueles que atentassem contra a ordem estabelecida dos saberes. O seu destino? Morrer envenenado e ser sepultado junto às cinzas da biblioteca para a qual dedicou sua vida de guarda-livros.

35 ECO, 2009, p. 79-80

36 No contexto narrativo de *O nome da rosa*, a justificativa para se impedir o acesso ao segundo volume da *Poética* de Aristóteles é dada por Jorge de Burgos, bibliotecário do mosteiro. Segundo ele, o livro trata da comédia e, enquanto tal, enaltece o riso como uma força boa e portadora de valor cognoscitivo menos cerceador que aquele revelado pela tragédia. Nesses termos, se o livro fosse convertido em instrumento de livre interpretação, a ordem dos saberes estabelecidos – o controle pelo medo, o pecado e o sofrimento – poderia ser questionada e posta em cheque.

Eis o enredo da obra que conferiu fama internacional ao escritor italiano Umberto Eco. Medievalista por formação e erudito por vocação, Eco já havia se notabilizado por seus estudos de semiótica e de filosofia da linguagem, por que dizer então que foi com *O nome da rosa* que ele alcançou prestígio mundial? Inserindo personagens típicos de um conto policial em uma paisagem turva historicamente, o romancista conseguiu se aproximar do grande público e suscitar discussões pouco recorrentes nesse tipo de narrativa. É o caso, por exemplo, das estratégias e dos dispositivos de poder empregados pela Igreja Católica para cercear a democratização do conhecimento e se manter como instituição hegemônica ao longo de toda a Idade Média. Dispositivos e estratégias que, por sua vez, lançam luzes sobre a participação das bibliotecas e dos bibliotecários em todo esse contexto. Dito isso, nos indagamos: como era a biblioteca de um mosteiro beneditino do século XIV? Como trabalhavam os monges copistas e por que o *scriptorium* deveria ser mantido sempre em silêncio? Qual a função de um “bibliotecário” em um lugar como esse? Além de despertarem a curiosidade do leitor, essas questões remetem diretamente à problemática que pretendemos discutir na presente seção, a saber: a privatização dos livros, das bibliotecas e do conhecimento no contexto do medievo.

Conforme sintetizado acima, grande parte das ações vivenciadas pelos protagonistas de *O nome da rosa* transcorre em uma biblioteca monástica. Isso indica que, para Umberto Eco, tal biblioteca possuía um perfil próprio e autônomo ainda que estivesse ligada a um modelo institucional pouco propício à essa autonomia. Estamos falando de um padrão engendrado entre os séculos VII e XII de nossa era, cujos traços definiam tais espaços como “tesouros” da comunidade clerical. Não por acaso, Jorge de Burgos, o bibliotecário responsável por sua manutenção, a caracteriza como *templo* e *prisão* que protege a verdade dos olhares céticos e hereges de alguns leitores. Proteção cuja eficácia é garantida, em grande parte, pela estrutura labiríntica sobre a qual a biblioteca havia sido erguida. Justapondo salas e corredores, entradas e saídas que se bifurcam em passagens simetricamente planejadas, esse lugar afasta e confunde os curiosos e desavisados que não dominam seus segredos.

Mas quem seria capaz de domar essa cartografia sinuosa? O bibliotecário que “[...] recebeu o segredo do bibliotecário que o precedeu.”³⁷

37 ECO, 2009, p. 79-80.

Exímio conhecedor dos artifícios biblioteconômicos, Jorge de Burgos assume o papel de principal antagonista da narrativa de Umberto Eco. Cego e fragilizado fisicamente em decorrência de sua idade avançada, o bibliotecário possui uma memória prodigiosa que lhe permite deslocar-se e se manter à sombra dos acontecimentos que aterrorizam os demais membros da ordem. Criado para homenagear o escritor argentino Jorge Luis Borges, o personagem aqui em relevo possui, ainda, imensa capacidade organizativa, a qual é empregada para tratar, ordenar, classificar e conservar o acervo sob sua custódia. Ciente disso, o bibliotecário sentencia:

[...] de nosso trabalho, do trabalho de nossa ordem, e em particular do trabalho deste mosteiro fazem parte – aliás é a sua substância – o estudo e a custódia do saber. A custódia, digo, não a busca, porque é próprio do saber, coisa divina, ser completo e definido desde o início, na perfeição do verbo que exprime a si mesmo. A custódia, digo, não a busca, porque é próprio do saber, coisa humana, ter sido definido e completado no arco dos séculos que vai desde a pregação dos profetas à interpretação dos padres da igreja. [...] Eis aí a responsabilidade de nossa ordem durante os séculos, e o fardo de nossa abadia hoje: orgulhosos das verdades que proclamamos, humildes e prudentes em preservar as palavras inimigas da verdade, sem nos deixarmos conspurcar por elas. Ora, meus irmãos, qual é o pecado de orgulho que pode tentar um monge estudioso? O de entender o próprio trabalho não como custódia, mas como busca de alguma notícia que não tenha sido ainda dada aos humanos.³⁸

Custodiar o saber e transformá-lo em patrimônio da ordem monástica. Em conjunção a esses gestos, inibir o acesso aos seus “poderes revelatórios”, eis as principais atribuições de um monge designado como bibliotecário no mundo medieval. Mas como são os espaços em que elas trabalham? Em que medida a representação proposta por Umberto Eco reflete sua historicidade? De forma sintética, podemos dizer que as bibliotecas monásticas medievais são, no geral, espaços fechados ao uso público, cujo acervo era composto e desenvolvido a partir das atividades *librarias* executadas no interior de cada mosteiro ou convento.

Tratadas como tesouro a ser mantido longe da cobiça e da heresia, essas bibliotecas conseguiram preservar grande parte da literatura e da filosofia clássica que hoje podemos ter acesso. Isso se deve ao fato dos mosteiros e conventos medievais terem sido, graças ao trabalho dos copistas, importantes centros de confecção de livros. Nesses termos e cenário, a cópia de livros foi investida

38 ECO, 2009, p. 467-469.

[...] de uma dignidade nova que os autores da Idade Média colocaram em evidência pela celebração do copista, cuja tarefa deixou de ser manual e mecânica para ser verdadeiramente intelectual, quer dizer espiritual, no sentido religioso do termo.³⁹

Em face disso, a cópia manuscrita foi incorporada ao rol dos deveres de ofício das ordens monásticas, devendo ser executada em horas especialmente reservadas, dado requerer grande atenção e cuidado, daí a importância do *scriptorium*⁴⁰ na arquitetura das congregações religiosas. Seu formato variava de salões amplos a celas individuais, padrões que não depreciavam o trabalho de transcrição nem o monge que o executava, haja vista que “[...] na forma manuscrita, o livro configurou-se como um objeto distante, mas ao mesmo tempo sempre presente: havia uma interligação da sabedoria espiritual alimentada pelos livros das bibliotecas com a própria vida monástica.”⁴¹

Por conseguinte, ainda segundo Araújo,⁴² na concretude da vida monástica certas características podem ser evocadas para se delinear a constituição e o *modus operandi* das bibliotecas religiosas do medievo, quais sejam:

- *Forma do livro*: as coleções eram compostas, majoritariamente, por códices de pergaminho. Esse formato exigia mais espaço se comparado ao papiro, no entanto, oferecia a vantagem de permitir a escrita em ambos os lados da página;
- *Localização das bibliotecas*: o acervo requeria ser guardado em local seguro, como na sacristia ou em uma capela do mosteiro. Quando a coleção era pequena, bastavam algumas gavetas ou mesmo um armário fixado à parede;

39 ARAÚJO, 2008, p. 115.

40 O *scriptorium* medieval era um compartimento “[...] em regra sobre a sala do capítulo; mas, quando não se reservava nenhum recinto especial para este trabalho, faziam-se, por vezes, para os escritores do convento, gabinetes separados, sempre abertos para a arcada do claustro, com uma janela própria para cada escriba; só em casos especiais se lhes destinava uma sala particular para trabalhar. Para evitar incêndios, proibia-se a luz artificial, assim, todo trabalho deveria ser feito durante o dia. Proibia-se também o acesso ao *scriptorium* a qualquer pessoa, exceto aos altos dignitários do convento, para impedir a interrupção do trabalho dos escribas.” Cf.: MCMURTRIE, 1997, p. 96-97.

41 ARAÚJO, 2008, p. 116.

42 ARAÚJO, 2008.

- *Tamanho*: a literatura disponível no período medieval consistia, essencialmente, de obras cristãs e fragmentos de textos gregos e/ou latinos que resistiram às investidas do tempo e dos biblioclastas. Somados, formavam uma coleção nem sempre muito numerosa em termos de títulos e volumes;
- *Disposição interna e divisão das coleções*: seguiam, de modo geral, a forma de organização das coleções pagãs. Contudo, os códigos litúrgicos destinados ao culto eram colocados em lugar separado dos outros livros;
- *Catálogos*: os catálogos de muitas bibliotecas revelavam certa uniformidade em suas classificações: a bíblia encabeçava as listas, seguida pelas obras dos Doutores da Igreja. Depois vinha a coleção de miscelâneas da literatura sagrada. Por fim, a literatura profana era registrada, agrupando-se os volumes por assuntos;
- *Empréstimo de livros*: muitas bibliotecas proibiam o empréstimo de suas obras, mas em alguns mosteiros essa prática era liberada para os monges, os quais deveriam prestar contas ao bibliotecário responsável pelo menos uma vez ao ano.

O bibliotecário⁴³ era, assim, quem definia todas essas regras e disposições organizativas Incumbências que deveriam ser conjugadas com outros encargos cotidianos, a saber: “[...] atualizar o acervo e elaborar um extrato das notícias literárias vindas dos países estrangeiros, [...] se esforçar para que a biblioteca sempre fosse tratada como venerável lugar regular, digno e religioso, [...] aumentar e melhorar o total dos livros existentes.”⁴⁴

Inscritos na categoria dos artífices da cultura letrada do medievo, os bibliotecários fizeram das bibliotecas monásticas espaços quase sagrados, razão pela qual deveriam ser mantidos longe do alcance de homens e mulheres apartados da vida religiosa. Panorama que começa a ser modificado a partir do século XIII, momento no qual as universidades dão início a uma lenta, mas gradual migração das atividades de produção e uso dos livros para fora dos mosteiros e conventos.

Embora possam ser caracterizados como um desdobramento das bibliotecas cristãs, os acervos formados pelas universidades impri-

43 Segundo Araújo, o bibliotecário medieval recebia inúmeras denominações, as mais usuais eram: *armarius*, *custos*, *antiquarius*, *bibliothecarius*, *librarius* e *scripturarius*. Cf.: ARAÚJO, 2008, p. 129.

44 ARAÚJO, 2008, p. 151-152.

miram um deslocamento na maneira de se pensar e lidar com a presença do livro no cotidiano dos anos finais da Idade Média. Ao ser destituído da categoria de objeto sagrado, o livro passa a ser classificado como material de trabalho cujas funções passam a responder à novas dinâmicas sociais de produção e circulação do conhecimento. Conseqüentemente, a intensificação do uso do livro e da biblioteca por mestres e alunos em contextos menos pressionados pelas doutrinas religiosas favoreceu a implementação de um conjunto de microtransformações responsáveis por inseri-los de forma mais usual na paisagem urbana dos séculos XIV e XV. Jacques Le Goff enumera algumas dessas microtransformações:

Progressos obtidos na confecção do pergaminho permitem obter folhas não tão espessas, mais flexíveis e menos amarelas do que as dos manuscritos anteriores; o formato do livro muda. Antes ele era sensivelmente aquele de nossos in-fólios, agora o livro é consultado muitas vezes, transportado de um lugar para outro, seu formato diminui, torna-se mais fácil de ser manuseado; a minúscula gótica, mais rápida, substitui a antiga letra; o abandono da pena feita de caniço pela pena de pássaro, em geral de ganso, dá mais comodidade e rapidez ao trabalho; a ornamentação dos livros diminui: capitulares e miniaturas são feitas em série. A esses pormenores significativos acrescentamos a abundância crescente das abreviaturas – é preciso produzir rapidamente –, os progressos da numeração das páginas, da rubricação, do índice das matérias, a presença às vezes de uma lista de abreviaturas, o recurso, sempre que possível, à ordem alfabética na apresentação. Tudo feito para facilitar uma consulta rápida. O desenvolvimento do ofício de intelectual produziu a era dos manuais – do livro manuseável e que se manuseia. Testemunho impressionante da aceleração da velocidade de circulação da cultura escrita e de sua difusão.⁴⁵

Somado a isso, as bibliotecas universitárias passam a priorizar a leitura e a criação de uma infraestrutura voltada para a prática de estudos individuais e coletivos. Mudanças de prerrogativas que se fizeram notar tanto em termos de suas dimensões funcionais, quanto simbólicas e topográficas. Afirmativas endossadas por Guglielmo Cavallo e Roger Chartier, historiadores do livro e da leitura que descrevem esse novo modelo de bibliotecas recorrendo aos seguintes termos:

Do ponto de vista arquitetônico, essa nova biblioteca é constituída por uma sala comprida, com um corredor vazio no centro, sendo a sala ocupada, nas duas naves laterais, por filas paralelas de bancos, dos quais os livros, para leitura e consulta, ficam presos por meio de correntes. A planta

45 LE GOFF, 2011, p. 115-116.

é, em resumo, a da igreja gótica; e se trata de uma semelhança que vai muito além do fato puramente arquitetônico, visto que assume as novas exigências próprias à civilização gótica. A biblioteca sai da solidão do monastério ou do limitado espaço que lhes destinavam os bispos nas catedrais românticas, para se tornar urbana e ampla. Assim como a igreja se tornou o cenário aberto de imagens, ogivas, cores, a biblioteca se apresenta como o cenário dos livros, expostos e disponíveis. O quadro que define esse novo modelo de biblioteca é o silêncio: silencioso deve ser o acesso ao livro, perturbado apenas pelo tilintar das correntes que o prendesse ao banco. Silenciosa deve ser a procura de autores e de títulos então dispostos num catálogo bastante acessível.⁴⁶

Esse quadro só ganhará novos contornos com a invenção da tipografia mecânica, tecnologia responsável por promover drásticas e rápidas reestruturações nos modos de inserção dos livros e das bibliotecas na vida social. Isso porque, para atender à crescente demanda de uma comunidade letrada cada vez mais exigente, essas instituições se tornaram especializadas e/ou públicas. Seus acervos foram dilatados e diversificados, requerendo, para sua organização, recuperação, disseminação e preservação, o desenvolvimento de avançados sistemas e recursos de informação que culminaram com a criação da internet. Com isso, ao se fazer presente no universo das redes virtuais, a excêntrica ideia de uma biblioteca sem paredes e coleções materiais deixou há muito de ser uma abstração.

Consequentemente, as imagens do museu alexandrino, do labirinto medieval ou mesmo da catedral gótica passam a dizer muito pouco sobre a estrutura, os modos de funcionamento e o lugar social ocupado pelas bibliotecas contemporâneas. Nesse outro cenário, para além de preservarem o conhecimento e edificarem memórias coletivas, a preocupação com a diversidade de informações, sua qualidade, rapidez e eficiência na disseminação e acesso a essas informações foram alçadas como qualificadores responsáveis por definir os atributos e funções que ainda conferem uma posição de destaque aos livros e às bibliotecas no âmbito dos intrincados sistemas e regimes de produção do conhecimento presentes em nossa realidade atual.

Para melhor refletirmos sobre isso, recorreremos, na seção que se segue, à ideia de “biblioteca total” formulada por Jorge Luis Borges em seu conto *A biblioteca de Babel*. Projetada como uma galeria infinita, essa imagem refere-se a um espaço que transcende à simples

46 CAVALLO; CHARTIER, 2002, p. 23.

acumulação de livros para se exibir como um infindável arquivo no qual a memória e todos os saberes do mundo são organizados, combinados, deslocados e multiplicados incessantemente. Na condição de metáfora, essa “biblioteca total” nos ajuda a demonstrar que a grande vocação das bibliotecas, enquanto lugar de produção de conhecimento, não é catalogar os saberes nem preservá-los *ad eternum*, mas, antes, fazer circular o pensamento por meio do contato com o livro e do gesto criativo que é a leitura. Iniciemos, pois, apresentando as vindicações borgeanas.

AS IRONIAS DO INFINITO, OU, APONTAMENTOS SOBRE A BIBLIOTECA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Jorge Luis Borges, entre tantos outros qualificadores, aparece nos anais da literatura universal como um homem de memória prodigiosa e um apaixonado pelos livros e as bibliotecas. Afeição que transborda para muitos de seus textos, sendo *A biblioteca de Babel* um dos mais conhecidos. Nele o escritor argentino compõe a seguinte imagem:

Esses exemplos permitiram que um bibliotecário de gênio descobrisse a lei fundamental da Biblioteca. Esse pensador observou que todos os livros, por diversos que sejam, constam de elementos iguais: o espaço, o ponto, a vírgula, as vinte e duas letras do alfabeto. Também alegou um fato que todos os viajantes confirmaram: “Não há, na vasta Biblioteca, dois livros idênticos”. Dessas premissas incontrovertíveis deduziu que a Biblioteca é total e que suas prateleiras registram todas as possíveis combinações dos vinte e tantos símbolos ortográficos (número, ainda que vastíssimo, não infinito), ou seja, tudo o que é dado expressar: em todos os idiomas. Tudo: a história minuciosa do futuro, as autobiografias dos arcanjos, o catálogo fiel da Biblioteca, milhares e milhares de catálogos falsos, a demonstração da falácia desses catálogos, a demonstração da falácia do catálogo verdadeiro, o evangelho gnóstico de Basilidis, o comentário desse evangelho, o comentário do comentário desse evangelho, o relato verídico de tua morte, a versão de cada livro em todas as línguas, as interpretações de cada livro em todos os livros. [...] Quando se proclamou que a Biblioteca abarcava todos os livros, a primeira impressão foi de extravagante felicidade.⁴⁷

Essa alegoria da “biblioteca total” revela que a biblioteca borgeana é do tamanho do mundo, aliás, ela é maior que o mundo. Reflexo de si mesma, sua coleção se prolonga em direção ao infinito. Fruto de um jogo combinatório, contém tudo o que é dado a se expressar e até o

47 BORGES, 1998, p. 519

que não foi escrito e o que já está perdido. Ela é total, mas antifuncional. Por entre corredores e estantes que se multiplicam em hexágonos entrecortados por uma escada espiral, o conhecimento se acumula e se perde nas brechas do tempo e do esquecimento. *A biblioteca de Babel* contém tudo, comporta tudo, mas não é um lugar que favorece a produção e a circulação do conhecimento. Por isso, contrapondo-se a uma “[...] primeira impressão de extravagante felicidade [...]”,⁴⁸ existe a certeza que decepciona até o mais erudito de seus usuários: a busca por armazenar a totalidade dos saberes – pretéritos, do presente e do por vir – institui a impossibilidade do acesso à diversidade do conhecimento que a biblioteca preserva e faz movimentar. Os livros estão ali, assim como a resposta para todos os problemas formulados, mas a totalidade encobre o conhecimento e o torna inapreensível.

Encobrimento potencializado pela duplicidade inerente à própria escrita. Expressão viva do embate entre o sentido e sua representação virtual, a escrita, designando não a coisa, mas a palavra, não consegue ir além de “[...] avançar mais profundamente na impalpável densidade do espelho.”⁴⁹ Sendo assim, o fato de todos os livros, por mais diversos que sejam, constarem “[...] de elementos iguais: o espaço, o ponto, a vírgula, as vinte e duas letras do alfabeto [...]”,⁵⁰ faz com que a biblioteca se converta no lugar em tudo está dito e contradito, onde o diálogo dá lugar ao conflito porque os livros são escritos para “[...] colocar seu murmúrio entre tantos outros – após todos os outros, antes de todos os outros.”⁵¹ Deslocamentos que acabam por revelar tanto o limite do que foi ou pode ser enunciado, quanto aquilo que o encobre e o faz ficar turvo. Não por acaso o filósofo francês estabelece a seguinte advertência:

Em *La bibliothéque de Babel*, tudo o que pode ser dito já foi dito: é possível encontrar ali todas as linguagens concebidas, imaginadas, e mesmo as concebíveis, imagináveis: tudo foi pronunciado, mesmo o que não tem sentido, a tal ponto que a descoberta da mais fina coerência formal é um acaso altamente improvável, do qual muitas das existências, embora obstinadas, jamais receberam o favor. Entretanto, acima de todas essas palavras, uma linguagem rigorosa, soberana as recobre, que as narra e, na verdade, as faz nascer: linguagem ela própria encostada na morte, já que é no

48 BORGES, 1998, p. 519.

49 FOUCAULT, 2009, p. 49.

50 BORGES, 1998, p. 519.

51 FOUCAULT, 2009, p. 59.

momento de oscilar no poço do Hexágono infinito que o mais lúcido (o último, por consequência) dos bibliotecários revela que mesmo o infinito da linguagem se multiplica ao infinito, repetindo-se sem fim nas figuras desdobradas do Mesmo.⁵²

Um espaço que se multiplica ao infinito e que se desdobra sobre si mesmo, eis o que se tornou para nós a ideia de uma biblioteca total. Um projeto ambicioso, mas que nunca será formalizado por completo. Uma biblioteca metafórica que dá a ver a potência do conhecimento, mas que, sendo infinita e sem saída, exhibe-se como sintoma de um mundo abarrotado por objetos e saberes mudos, esquecidos, inertes cuja multiplicação foi intensificada exponencialmente pela invenção da prensa tipográfica e pelo alargamento das redes digitais.

Elizabeth Eisenstein corrobora com essa modalidade de compreensão ao afirmar que a modernidade nasce no exato momento em que “[...] a reprodução de materiais escritos começou a transferir-se da escrivainha do copista para a oficina do impressor.”⁵³ Movimento migratório que desencadeou profundas transformações sociais, políticas e culturais dado afetar diretamente a forma como o conhecimento era produzido, organizado, preservado e disseminado até aquele momento.

De fato, com o desenvolvimento da máquina de imprimir, a Europa dos séculos XV e XVI foi inundada por uma quantidade antes impensada de documentos, fator que realocou o lugar historicamente ocupado pelo livro tanto em termos simbólicos quanto no que diz respeito aos seus usos práticos. Produzidos de maneira mais padronizada e sistemática, os impressos fomentaram a criação de um “mercado librário” que fez do objeto tipográfico⁵⁴ o principal veículo de comunicação das comunidades cultas europeias, atingindo, mesmo que em um período posterior, a um contingente maior de homens e mulheres em processo de alfabetização. De modo complementar, essa expansão dos domínios

52 FOUCAULT, 2009, p. 57-58.

53 EISENSTEIN, 1998, p. 17.

54 É importante salientar que mesmo se expandindo rapidamente por toda a Europa, a prensa mecânica não promoveu a substituição imediata do livro manuscrito. Isto se deu porque, segundo Chartier (2009), a impressão de livros era uma atividade menor no âmbito das oficinas tipográficas entre os séculos XV e XVIII. A maior parte de sua produção consistia em libelos, panfletos, petições, cartazes, formulários, recibos, certificados e vários outros “ephemeras” ou impressões descartáveis que asseguravam parte substancial dos ganhos das empresas ainda em fase de sedimentação socioeconômica.

da leitura serviu de base, segundo Peter Burke,⁵⁵ para a emergência do fenômeno da “explosão informacional”.⁵⁶

Fenômeno que, por sua vez, trouxe consigo preocupações efetivas com a preservação e o gerenciamento da informação. Para responder a elas, foram produzidos um grande número de obras de referência, as quais tiveram seus esquemas organizacionais padronizados. Para tanto, foi necessário criar novas ocupações profissionais: editores, revisores, bibliotecários, catalogadores, compiladores de enciclopédias, entre outras. Conjugadas entre si, essas ações imediatas indicam que a coleta de dados em larga escala tornou-se o elemento central dessa “modernidade informacional”, o que não havia sido possível durante a “era do manuscrito”.

Indicam, também, uma valorização das bibliotecas no âmbito de segmentos informacionais cada vez mais amplos, diversificados e exigentes. Dentro da universidade, por exemplo, as bibliotecas começaram a rivalizar com a sala de conferências, fora dela se tornaram locais de estudo e de sociabilidade nos quais a troca de informações e a produção de novos conhecimentos eram praticadas em paralelo à leitura. Impondo-se à realidade urbana, a biblioteca passou a ser vista, a um só tempo, “[...] como uma continuação do livro e sua metamorfose.”⁵⁷ Uma continuação porque a visibilidade social que possuem está diretamente ligada à maneira como o livro se insere em paisagens culturais específicas. Uma metamorfose porque seu *modus operandi* altera-se radicalmente, sobretudo em relação às estratégias de produção, disseminação e preservação do próprio livro – seu circuito de comunicação, segundo os modelos preconizados por Robert Darnton,⁵⁸ e do conhecimento de modo mais amplo.

55 BURKE, 2002.

56 Peter Burke entende a explosão informacional como um processo de exacerbada ampliação dos dispositivos informacionais que vieram à luz em decorrência do desenvolvimento da prensa tipográfica, bem como da urbanização dos regimes de produção e circulação dos saberes. Cf.: BURKE, 2002.

57 MELOT, 2012, p. 108.

58 De acordo com Robert Darnton, o desenvolvimento da disciplina história do livro sofria, até a década de 1980 “[...] de uma fragmentação contínua: especialistas estavam em busca de estudos tão especializados que perdiam contato entre eles mesmos.” Essa constatação o levou a propor um modelo de análise do circuito de comunicação no qual “[...] os elementos esotéricos da história do livro [...]”, pudessem ser “[...] integrados numa visão geral que mostraria como as partes pode-

Na esteira dessas metamorfoses, preocupações com o acervo e com a satisfação das necessidades dos usuários ganharam acentuado relevo. Para responder a elas, catálogos, listas, hierarquias e classificações de toda ordem foram projetados. Bibliografias, dicionários, enciclopédias, miscelâneas, atlas e antologias passaram a ser recorrentes na maioria das bibliotecas. Somado ao desejo de acumular, citar e referenciar todo o conhecimento produzido em diferentes tempos e espaços, isso fez reviver o mito da biblioteca total. Um mito que, como vimos acima, está fadado a não se concretizar factualmente.

Que indícios a história das bibliotecas contemporâneas nos apresenta para que possamos afirmar isso de forma tão categórica? Sem desconsiderar a engenhosidade borgeana, discutimos abaixo três exemplos paradigmáticos que dão provas da intangibilidade dessa pretensão de abarcar, organizar e disponibilizar todos os conhecimentos em e a partir de um único lugar.

Seguindo nessa direção, evocamos como primeiro exemplo as bibliotecas nacionais. Resultantes dos esforços levados a cabo pelos Estados nacionais ascendentes para consolidarem e divulgarem a ciência e a cultura local, essas instituições enfrentam, desde sua gênese, uma relação dualista e paradoxal com a atividade preservacionista. Lugar de memória⁵⁹ por excelência, as bibliotecas nacionais têm encontrado nas restrições espaciais e temporais um ponto de contenção, de fragmentação e de inflexão de suas funções e vocações, haja vista que captar, organizar e manter sobre custódia a produção bibliográfica de e sobre um país se tornou, em tempos de explosão informacional, uma atividade anacrônica.

Destacando-se pela imponência de seus edifícios e pela riqueza de suas coleções, as bibliotecas nacionais esbarram, quase sempre, em

riam conectar-se para formar um todo.” Em linhas gerais, esse todo deveria permitir aos historiadores dos livros responder a três questões específicas: “[...] 1) como é que os livros passam a existir?; 2) como é que eles chegam aos leitores?; 3) o que os leitores fazem deles?” Cf.: DARNTON, 2008, p. 156.

59 Expressão tradicionalmente ligada à coletânea *Les lieux de mémoire*, organizada pelo historiador francês Pierre Nora entre os anos de 1984 e 1992, que adotou para si a tarefa de demonstrar que o movimento de socialização de certos referentes mnêmicos na contemporaneidade está diretamente relacionado à sua força de impregnação em marcos físicos e simbólicos que acabam por promover uma espacialização tanto da memória quanto da identidade, inserindo-se assim no âmbito das estratégias de reivindicação por um complexo direito ao reconhecimento de si.

disposições políticas e limitações econômicas que comprometem o cuidado com o acervo – sobretudo as obras raras e especiais –, que inviabilizam o mapeamento e a reunião de novos itens documentais, complexificando, assim, as rotinas de preparo e registro das peças já existentes. Dificuldades que colocam em xeque a publicização das informações preservadas em seus fundos e coleções, deixando transparecer um repertório mnêmico-representacional fragmentado e, por vezes, rasurado e pouco acessível.

O segundo exemplo que trazemos para nossas discussões são as “bibliotecas sem muros” ou os “catálogos de catálogos” que foram popularizados nos anos finais do Renascimento. Em essência, essas “bibliotecas sem muros” correspondiam, de acordo com Roger Chartier,⁶⁰ a uma compilação de várias obras com a mesma natureza ou a uma seleção exaustiva de tudo o que se poderia dizer sobre determinada temática. Em face disso, ao trazerem no título a expressão *Biblioteca*,⁶¹ essas compilações nos apresentam um valioso referencial acerca das mudanças objetivas e subjetivas que a “cultura do impresso” impôs aos regimes de produção do conhecimento no início da modernidade.

Um desses referentes nos indica que para responder às pretensões de exaustividade e universalidade os títulos indexados por esses catálogos passaram a representar menos os itens presentes em uma coleção, para se reportarem àqueles títulos que estavam ausentes, que careciam de serem incorporados a um acervo em contínuo processo de formação. Por essa razão, “[...] o mundo fechado das bibliotecas singulares pode ser transformado em um universo infinito de livros assinalados, recenseados, visitados, consultados e, eventualmente, emprestados.”⁶² Contudo, mesmo objetivando simplificar as tarefas de seleção e acumulação, esse tipo de documento acabou por se afastar de suas proposições iniciais, dado que espelhar a totalidade da produção de uma área ou sobre um assunto se tornou, em contextos nos quais

60 CHARTIER, 1998.

61 Roger Chartier (1994) e também Peter Burke (2002) afirmam que essas coleções que reúnem um grande número de obras já publicadas foram editadas em profusão a partir do século XVI. Os historiadores atentam ainda para o fato de que muitas delas seguiram como modelo a fórmula e o título inaugurado pelos periódicos da cidade de Amsterdã, é o caso, por exemplo, das seguintes obras: *Bibliothèque universelle et historique* (1686-1693); *Bibliothèque choisie* (1703-1713) e *Bibliothèque ancienne et moderne. Pour servir de suite aux bibliothèques et choisie* (1714-1727).

62 CHARTIER, 1998, p. 74.

o conhecimento circula e se renova intensa e desordenadamente, inviável. Impossibilidade que se fez sentir tanto em relação a iniciativas individuais, quanto no caso de projetos colaborativos como o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB).

Fundado por Henri La Fontaine e Paul Otlet em 1895, o IIB pretendia criar um instrumento de acesso e disseminação da informação em nível mundial. Centrando suas atividades na concepção do *Repertório bibliográfico universal*,⁶³ o Instituto “[...] pretendia armazenar a representação das unidades de todo o conhecimento humano em um único lugar.”⁶⁴ Impregnado pelas concepções de totalidade e exaustividade, o projeto ganhou forma como um centro cooperativo que recebia informações produzidas em outras unidades especializadas no tratamento da informação científica. Por meio desse esforço, até o ano de 1934 já haviam sido produzidas 16 milhões de fichas que refletiam uma parcela significativa dos insumos bibliográficos gerados pelos 12 países colaboradores.⁶⁵

Refletia uma parcela significativa, mas não sua completude. No caso do IIB o projeto do *Repertório bibliográfico universal* fracassou em decorrência das dificuldades de manutenção homogênea da colaboração entre os diversos países associados e por problemas técnicos que surgiram no momento de processar a informação proveniente de culturas heterogêneas. Incompletude que reforça aquilo que já salientamos anteriormente, mas que também foi formulado por Roger Chartier nos seguintes termos:

Toda biblioteca instalada em um lugar privado, formada com obras bem reais, dispostas para a consulta e a leitura não poderia ser, malgrado suas riquezas, nada mais que uma imagem truncada da totalidade do saber acumulável. A distância irredutível entre os inventários – idealmente exaustivos – e as coleções – necessariamente lacunares, foi vivenciada como uma frustração imensa. Ela levou a iniciativas descabidas, reunindo – em espírito, se não em realidade – todos os livros possíveis, todos os títulos visados, todas as obras já escritas.⁶⁶

63 Um conjunto de fichas catalogadas e classificadas cujo teor deveria sintetizar o estado geral da produção intelectual global.

64 ORTEGA, 2004.

65 Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Estados Unidos, França, Reino Unido, Holanda, Itália, Polônia, Rússia, Suíça e Tchecoslováquia.

66 CHARTIER, 1998, p. 87.

Distância irreduzível, mas cuja transposição figurou menos utópica a partir da consolidação dos sistemas digitais e da ascensão dos domínios da virtualidade. Caracterizado pelo signo da fluidez, o espaço virtual deslocou os regimes de produção, organização, preservação e disseminação do conhecimento e da informação para contextos maleáveis estruturalmente e portadores de interfaces hierárquicas pouco formais. Conseqüentemente, a materialidade do livro tipográfico começa a ser substituída pela imaterialidade dos textos sem lugares e formatos marcadamente definidos. Às relações de contigüidade estabelecidas no e pelo objeto impresso opõe-se, agora, a livre composição de fragmentos indefinidamente manipuláveis. À captura imediata da totalidade de uma obra, sucede-se a navegação de longo curso em arquipélagos textuais sem margens nem limites. Nesse cenário mais contemporâneo, o mundo digital possibilitou a emergência de novas maneiras de ler e escrever e, também, inovações de natureza tanto técnicas quanto intelectuais. Uma tríplice ruptura que, inexoravelmente:

Propõe uma nova técnica de difusão da escrita, incita uma nova relação com os textos, impõe-lhes uma nova forma de inscrição. [...] É ao mesmo tempo uma revolução da modalidade técnica da produção do escrito, uma revolução da percepção das entidades textuais e uma revolução das estruturas e formas mais fundamentais dos suportes da cultura escrita.⁶⁷

Por ser móvel, maleável e aberto, o suporte eletrônico permite usos, manuseios e intervenções muito mais livres que os formatos bibliográficos precedentes. Logo, conferir sentido às práticas de produção e circulação do conhecimento no meio eletrônico pressupõe, em muitos aspectos, abdicar dos hábitos adquiridos até aqui. Como a interação com esses suportes não pressupõe a adoção de critérios lógicos e dedutivos, nem movimentos lineares, eles podem ser submetidos a um conjunto de tratamentos organizativos: podem ser indexados, anotados, copiados, desmembrados, deslocados e recompostos. Operações que alteraram seus esquemas de produção e reconfiguram seus dispositivos de organização e armazenamento. Também impactaram diretamente nas bibliotecas. Ao incorporarem em seu próprio nome os qualificadores dessa nova ordem dos saberes – digital, eletrônica, virtual – essas instituições passaram a conceber novas linhas de ação para responder às demandas sociais emergentes. Muitas delas “[...] implantaram catálogos em linha, passaram a acessar bancos de dados, iniciaram o uso regular do periódico eletrônico e o acesso a textos completos de arti-

67 CHARTIER, 2002, p. 23-24.

gos de periódicos, a verbetes de enciclopédias e a itens de outras fontes de referência[...]”⁶⁸ e desenvolveram um grande número de inovações no que diz respeito à organização, recuperação e acesso à informação.

Distanciando-se dos “catálogos de catálogos” dos séculos XVII e XVIII, o conceito e a imagem de biblioteca que foi delineada no espaço digital não arrola títulos ou referências, ela os disponibiliza integralmente em formato eletrônico. Isso se tornou possível porque os velhos problemas da restrição espacial e da atualização das coleções não representam mais um entrave estrutural. Da mesma forma, sistemas de busca com evocações cada vez mais precisas facilitaram a vida dos usuários e a disseminação da informação se tornou muito mais rápida e eficiente. Tão rápida e eficiente que suscitaram inúmeras previsões sobre o fim do livro tipográfico. Estariam aí alguns indicadores que refutam nosso argumento de que a biblioteca de babel borgeana está fadada a ser apenas um mito?

Acreditamos que não. Embora algumas iniciativas importantes e bem-sucedidas de bibliotecas digitais⁶⁹ já tenham sido projetadas e

68 CUNHA, 2008, p. 5.

69 Citamos abaixo três bibliotecas digitais concebidas recentemente:

A Digital Public Library of America (<http://www.dp.la/>) é um projeto que visa conceber uma biblioteca pública digital cooperativa e de acesso aberto. Foi lançada em 2010 por meio de um convênio entre a Universidade de Harvard e a Google. O empreendimento se propõe a unificar em uma única plataforma digital os acervos da própria Harvard University, da Library of Congress e de outras instituições que queiram contribuir com a iniciativa.

A BiblioTech – Bexar County Digital Library (<http://www.bexarbibliotech.org/>) é a primeira biblioteca de e-books do mundo e está localizada na cidade de San Antonio, estado do Texas, nos Estados Unidos. O prédio onde fica a BiblioTech conta com iPads, laptops e desktops para consulta a um catálogo de mais de 10 mil e-books. Caso a pessoa não tenha um tablet ou e-reader para ler a versão digital do livro em casa, ela pode pegar um dos aparelhos para aluguel. Começou a funcionar em 2013.

A Biblioteca Digital Nacional do Brasil (<http://www.bndigital.bn.br/>) é uma iniciativa da Biblioteca Nacional brasileira que objetiva ser fonte de excelência para a informação e a pesquisa; ser veículo disseminador da memória cultural brasileira; proporcionar conteúdo atualizado e de interesse dos usuários; alcançar públicos cada vez maiores, neutralizando as barreiras físicas; atender interesses das diversas audiências (pesquisadores profissionais, estudantes, público “leigo”); preservar a informação por meio de sua disseminação; preservar os documentos originais evitando o manuseio desnecessário de algumas obras e reunir e completar virtual-

postas em rede, problemas relacionados à convergência tecnológica e às legislações internacionais de direito autoral têm causado preocupação aos idealizadores desses dispositivos. Limitações financeiras também têm inviabilizado a manutenção dessas bases de dados em rede. Por fim, a própria avalanche informacional na qual estamos imersos só permite a captação e a organização de uma parcela muito pequena do conhecimento que é cotidianamente produzido.

Portanto, independente da proposição e dos parâmetros que sejam mobilizados para justificar a criação de uma biblioteca digital, ela ainda será classificada e tratada como uma representação lacunar e limitada de uma atividade que, devido à sua natureza, não pode ser contida, qual seja: a produção dos saberes que atravessam e orientam nossas vidas e nossas experiências coletivas. Tecemos mais alguns apontamentos sobre isso nas considerações que se seguem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto buscou demonstrar que o substrato prático-simbólico em torno do qual toda biblioteca se institui e define suas distintas modalidades de inserção social liga-se, quase que de modo intrínseco, às dinâmicas de produção, captação, organização e disseminação do conhecimento. Conjuntura que, por sua vez, não pode ser apreendida sem levarmos em conta a ampla gama de fatores políticos, econômicos e culturais que atravessam e conformam os regimes de saberes historicamente estabelecidos.

Modulações de sentido que ressoam e servem de impulso para a engenhosidade criativa dos três autores aqui evocados, os quais, ao converteram a biblioteca em artifício literário, deram a ver, por meio desse incessante murmúrio que se chama literatura – uma bela expressão foucaultiana, um grande conjunto de elementos responsáveis por delinear a estrutura conceitual e as estratégias de atuação (atividades e serviços oferecidos ao público) dessas instituições, indicando, ainda, que esses conceitos e estruturas estão diretamente imbricados a experiências concretas que foram projetadas em tempos e espaços específicos.

Neste sentido, o museu alexandrino, o labirinto medieval e a galeria infinita que irrompe através das redes virtuais são representações me-

mente coleções e fundos dispersos fisicamente em outras instituições. Foi lançada em rede no ano de 2006.

tafóricas que, no contexto deste texto, sintetizam de maneira lapidar os usos e sentidos que homens e mulheres cotidianamente evocam para falarem sobre ou de uma biblioteca. Indo mais além, fazem remissão direta às dinâmicas de poder e às expectativas tecidas em torno da informação, dos saberes e de seus substratos. Em suma, as obras de Marguerite Yourcenar, Umberto Eco e Jorge Luis Borges com as quais dialogamos nos servem de aporte para pensarmos a biblioteca como estrutura por meio da qual as interações entre a história e o imaginário exibem-se e se deixam captar. Interações facultadas porque:

A biblioteca, além de ser um acontecimento histórico, é um acontecimento imaginário. Cada um dos modelos biblioteconômicos surgidos na história é o resultado de condições contextuais específicas que responde a uma série de necessidades sociais que estão ligadas com processos sócio imaginários, nos quais se encontram uma série de representações que servem como guia para a construção de cada modelo histórico.⁷⁰

Dizer que a biblioteca é um acontecimento histórico tanto quanto um acontecimento imaginário nos serve, pois, de referência para compreendermos que cada um dos modelos aqui discutidos são representações socialmente construídas que emergiram e ganharam uma existência concreta em momentos históricos específicos e que suas funções respondem a demandas e injunções de tempos e públicos também específicos, mas que não deixam de ser tangencialmente imaginados. Que não deixaram de ser idealizadas e ressignificadas pela potência revelatória que a palavra poética constantemente faz ressoar.

REFERÊNCIAS

ALFARO LÓPEZ, Héctor Guillermo. La biblioteca de Alejandría: el surco de la lectura en el mundo antiguo. *Investigación bibliotecológica*, v. 16, n. 33, p. 48-73, jul./dez. 2002a.

ALFARO LÓPEZ, Héctor Guillermo. La biblioteca y el laberinto. *Investigación Bibliotecológica*, México, v. 16, n. 32, p. 41-54, jan./jun, 2002b.

ARAÚJO, André de. *Dos livros e da leitura no claustro*: elementos de história monástica, de história cultural e de bibliografia histórica para estudo da Biblioteca-

70 No original: “La biblioteca, además de ser un acontecimiento histórico, es un acontecer imaginario. Cada uno de los modelos bibliotecarios surgidos en la historia es el resultado de las condiciones específicas de cada contexto, por lo que llenan una serie de necesidades sociales que se encuentran imbricadas con procesos sociales imaginarios, los cuales se concentran en una serie de representaciones que sirven como guía para la construcción de cada modelo histórico.” Cf.: ALFARO LÓPEZ, 2002b, p. 45. (tradução nossa)

- Livraria do Mosteiro de São Bento de São Paulo (sécs. XVI-XVIII). 343f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- BARBIER, Frédéric. *História do livro*. São Paulo: Paulistana, 2008.
- BARTHES, Roland. *Aula*. 12 ed. São Paulo: Cultrix, 2004.
- BATTLES, Matthew. *A conturbada história das bibliotecas*. São Paulo: Planeta, 2003.
- BORGES, Jorge Luis. A biblioteca de babel. In: BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. Porto Alegre: Globo, 1998. v. 1. p. 516-523. (Obras Completas)
- BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa Moderna. *Estudos Avançados*, v. 16, n. 44, p.173-185, 2002.
- CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio*. 3. ed. 6. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CASTELLO BRANCO, Lúcia. *Chão de letras: as literaturas e a experiência da escrita*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. (Invenção).
- CAVALLO, Guglielmo. Entre voz y silencio: de la lectura antigua a la lectura medieval. *Estudios Clásicos*, n. 121, p. 63-71, 2002.
- CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 2002, 2v.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVII*. 2 ed. Brasília: UNB, 1998.
- CHARTIER, Roger. O livro e seus poderes (séculos XV e XVIII). In: COUTINHO, Eduardo Granja; GONÇALVES, Márcio Souza (Orgs.). *Letra impressa: comunicação, cultura e sociedade*. Porto Alegre: Solina, 2009. p. 15-52.
- CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: UNESP, 2002.
- COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
- CUNHA, Murilo Bastos da. Das bibliotecas convencionais às digitais: diferenças e convergências. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 13, n. 1, p.2 -17, jan./abr. 2008.
- DARNTON, Robert. “O que é a história do livro?”: revisitado. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 155-169, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1503>. Acesso: 4 de jun. 2021.
- ECO, Umberto. *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- EISENSTEIN, Elizabeth L. *A revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Ática, 1998. (Múltiplas escrituras).
- FOUCAULT, Michel. A linguagem ao infinito. In: FOUCAULT, Michel. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária 2009. p. 47-59. v. 3. (Ditos e escritos)
- GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- GOULEMOT, Jean Marie. *O amor às bibliotecas*. São Paulo: UNESP, 2011.
- JACOB, Christian. Alexandria, III século antes J.-C. In: OF, Jacob. *Lieux de savoir: espaces et communautés*. Paris: Albin Michel, 2007. v. 1. p. 1120-1145. (Lieux de savoir).
- LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- MANGUEL, Alberto. *A biblioteca à noite*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3 ed. São Paulo: Ática, 2002. (Temas; 49).
- MCMURTRIE, Douglas C. *O livro: impressão e fabrico*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- MELOT, Michel. *Livro*. Cotia: Ateliê, 2012. v. 9. (Artes do Livro)
- MOREIRA, Maria Elisa Rodrigues. *Literatura e biblioteca em Jorge Luis Borges e Ítalo Calvino*. 255f. Tese. (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. *DataGrmaZero*, v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: http://www.dgz.org.br/out04/Art_03.htm. Acessado em: 7 jan. 2014.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. Lição de Casa. In: BARTHES, Roland. *Aula*. 12 ed. São Paulo: Cultrix, 2004. p. 49-89.
- SERRAI, Alfredo. História da biblioteca como evolução de uma ideia e de um sistema. *R. Esc. Bibliotecon*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 141-161, set. 1975.
- YOURCENAR, Marguerite. *Memórias de Adriano*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. (Grandes Romances).



**CULTURA, GEOPOLÍTICA E
PATRIMÔNIO CULTURAL:
MEDIAÇÕES NA
INSCRIÇÃO DO CONJUNTO
MODERNO DA PAMPULHA
NA LISTA DO PATRIMÔNIO
MUNDIAL DA UNESCO**

Luiz Henrique Assis Garcia

Rita Lages Rodrigues

Carolina Ruoso

Tito Flávio Rodrigues de Aguiar

Denis Pereira Tavares

João Marcos Veiga Maria

Tereza Dantas Moura

Este capítulo propõe uma análise crítica dos dois dossiês apresentados em 2014 e 2017 à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) para a inscrição do Conjunto Moderno da Pampulha (Belo Horizonte, Brasil) na Lista do Patrimônio Mundial. Incorpora ainda fontes adicionais que reúnem informações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), da UNESCO e do município de Belo Horizonte, além de material publicado pela imprensa local, considerando um recorte temporal que encampa desde o anúncio oficial da candidatura em 2014 até o período imediatamente posterior ao da aprovação em 2016, incluindo algumas de suas repercussões e desdobramentos. Duas linhas mestras orientarão nossa análise, que já vimos discutindo em trabalhos anteriores de nosso grupo de pesquisa:^{1 2} a primeira diz respeito a assimetrias e desencaixes entre o local e o global tal como podem ser percebidas nos parâmetros de preenchimento da Lista e nas concepções e práticas adotadas desde as candidaturas; a segunda atenta para as contradições entre a renitente perspectiva estática e fetichizada sobre o passado nas políticas aqui discutidas e o reconhecimento de que as decisões no campo do Patrimônio Cultural são resultado do conflito social-histórico em toda sua dinâmica.

A *seção 1* do texto estabelece uma visão contemporânea da Lista e seus impactos nacionais e regionais. Cartas, convenções e outros documentos foram usados para entender o esboço histórico da política do Patrimônio Internacional a partir de um aparato de categorias (como Autenticidade; Originalidade; Identidade; Pertencimento; Autoria) e aspectos de significado cultural (artístico; histórico; paisagem cultural). A UNESCO incorpora mudanças que assumem um caráter inclusivo, mas ainda perpetua um conjunto de valores etnocêntricos e elitistas na documentação e valoração do Patrimônio. Essa política

1 Todos os autores do capítulo pertencem ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares do Patrimônio Cultural (Estopim), criado em 2015 e sediado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), composto de professores, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação para desenvolver atividade de pesquisa, ensino e extensão que abordam o patrimônio cultural, a arte e os estudos urbanos. Este texto é uma versão revista e ampliada dos trabalhos *Conjunto moderno da Pampulha: uma análise do processo de atribuição do título de patrimônio da humanidade* e *A autenticidade como conceito: a Unesco e a atribuição do título de Paisagem Cultural do Patrimônio Moderno à Pampulha* apresentados pelo grupo nos simpósios do ICOMOS-Brasil realizados em Belo Horizonte em 2018 e 2019, respectivamente.

2 GARCIA; RODRIGUES, 2016; GARCIA *et al.*, 2015; 2017.

tende a inserir edifícios tombados, sítios e paisagens no circuito global de exploração turística de massa, em detrimento dos habitantes e das perspectivas locais. As seções 2 e 3 discutem a própria candidatura, explorando as contradições entre os dossiês, que revelam um motivo de Patrimônio que desconsidera outras historicidades e referências culturais do Conjunto Moderno. A análise centra-se:

- a. na aplicação das categorias, seu significado, recorrência e peso na própria constituição do objeto;
- b. na revisão da candidatura por Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), a proponente, após relatório dos avaliadores externos do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), que passou a recorrer ao conceito de Paisagem Cultural como argumento principal.

E na derradeira seção 4, sintetizamos nossas conclusões sobre as mediações que permeiam este processo de patrimonialização para desvelar a geopolítica dentro da Política do Patrimônio Cultural Internacional, de forma a contribuir criticamente para a sua efetiva democratização e aperfeiçoamento de seus instrumentos.

UM PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE?

A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, realizada em Paris entre os meses de outubro e novembro de 1972, pela UNESCO, deu um passo importante no sentido da institucionalização, salvaguarda e consagração do que nomeia “Patrimônio da Humanidade” ou “Patrimônio Mundial”.

Foi instituído junto à UNESCO o Comitê Internacional de Proteção do Patrimônio Cultural e Natural. O Comitê emerge como uma instância internacional de assistência, cooperação e financiamento voltados à proteção e valorização do patrimônio mundial. Estabelece, divulga e atualiza a Lista do Patrimônio Mundial,³ contendo uma seleção de bens do patrimônio cultural e natural, chancelando o que considera de “valor universal excepcional”. Além desta, há ainda a “Lista do Patrimônio Mundial em Perigo”, para os bens que exigem intervenções e assistências importantes, e a “Lista Indicativa”, na qual os países interessados indicam os patrimônios de seus territórios que pretendem inscrever e figurar na Lista do Patrimônio Mundial.

3 Doravante referida simplesmente como Lista, grafada com maiúscula inicial.

Desde então, como constata Brumann⁴ em sua análise de sucessivas reuniões e documentos que delas resultam, de Veneza⁵ a Nara,⁶ há uma tentativa de conciliar a noção de universalidade do patrimônio cultural, caracterizado como pertencente a todas as culturas humanas, à necessidade de basear as avaliações sobre a autenticidade dos bens patrimoniais nos valores próprios de cada cultura em particular. Em 1994 o relatório Estratégia Global,⁷ efetuado pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), sinalizou a necessidade de ampliação para que a Lista se tornasse mais representativa da diversidade cultural e ambiental existente no planeta. O relatório constatou então um desequilíbrio marcado pela concentração de bens inscritos situados na Europa, bens esses representados principalmente pelas cidades ditas históricas, monumentos religiosos (do cristianismo) e expressões da arquitetura “elitista” (em oposição à arquitetura vernacular), enquanto as culturas vivas, em particular as “culturas tradicionais” estavam sub-representadas, além da necessidade de haver uma maior cobertura geográfica. Mesmo quando a UNESCO incorpora expressões classificadas como populares, periféricas, marginais, sobressai uma perspectiva que exala um indisfarçável democratismo/populismo, perpetuando um conjunto de valores etnocêntricos e elitistas.

Nossas reflexões sobre a geopolítica da patrimonialização contemporânea partem de três pontuações de García Canclini:⁸ a crise dos universais, a crítica à Lista e o patrimônio como espetáculo global para turistas. No que se refere à crise dos universais, García Canclini fala de uma geopolítica cultural globalizada. Considerando que, na ausência de certezas e molduras, acha mais pertinente perguntar “quando é arte?”, analogamente ele lança a pergunta “quando é patrimônio?”⁹ Se o campo da arte não esgota a definição da própria arte, o campo do Patrimônio tampouco. Como se deram (ou não) as mediações referentes aos critérios, valores da patrimonialização e entre quem? Depois de

4 BRUMANN, 2017.

5 CARTA, 1964.

6 DOCUMENTO, 1994.

7 A respeito, veja: ORGANISATION DES NATIONS UNIES POUR L'ÉDUCATION LA SCIENCE ET LA CULTURE. Stratégie globale. Disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/strategieglobale>. Acesso em: 29 out. 2021.

8 GARCIA CANCLINI, 2012.

9 GARCIA CANCLINI, 2012, p. 70.

elencar indagações que considera caducas, o autor reivindica a necessidade de estratégias transdisciplinares. Entretanto, ele enuncia uma liquidação das velhas fórmulas – “um mundo acaba”. Pensamos que aqui cabe uma ponderação: será assim mesmo, não há burocracias, práticas habituais, disposições de ordem política que empregam uma retórica técnica, vestígios mais ou menos resistentes com os quais ainda temos que lidar? O estudo de Brumann¹⁰ demonstra a persistência de conceitos que remetem em boa medida à Carta de Veneza. Como veremos mais adiante, nas seções que analisam os dossiês da candidatura do Conjunto da Pampulha, parece ser este caso.

Salvador Muñoz Viñas¹¹ também critica o conceito de *patrimônio da humanidade*, ou seja, da universalidade do patrimônio. Essa universalidade seria contrária à noção antropológica da cultura como elemento específico de determinada sociedade. E a universalidade do patrimônio teria na base a distinção entre uma alta cultura, compartilhada por pessoas cultivadas dentro de determinada sociedade, e outras culturas compartilhadas por pessoas não-cultivadas, na mesma sociedade. Portanto, uma distinção intrassocial. Assim, o conceito de Patrimônio da Humanidade já nasceu problemático. Muñoz Viñas destaca, também, que esse conceito enfatiza a alta cultura europeia. Esse eurocentrismo, a partir da globalização dos valores ocidentais, precisa ser questionado. Indagaremos à frente se o reconhecimento da Pampulha como patrimônio da humanidade não seria, também, uma celebração camuflada desse processo de expansão da alta cultura europeia.

García Canclini aponta em sua crítica à Lista da UNESCO que noções empregadas costumeiramente pela instituição, como autenticidade, excepcionalidade, originalidade, humanidade, estão postas em xeque: “As tentativas [...] de tirar seu programa [...] do beco sem saída fracassam ao tentar diferenciar taxativamente a arte, o patrimônio, o turismo e a mídia.”¹² O autor problematiza a aproximação dos critérios de escolha a uma estética idealista. Lembrando que constituir uma lista implica sempre incluir uns e rechaçar outros, considera particularmente inseguros os critérios que consagram cidades modernas, constata inconsistências acumuladas que levam ao emprego de “parâmetros mutantes”. Desfiando a Lista, ele lança questionamentos so-

10 BRUMANN, 2017, p. 274.

11 MUÑOZ VIÑAS, 2003.

12 GARCIA CANCLINI, 2012, p. 47.

bre a distribuição geocultural do valor e pergunta o que efetivamente “universaliza” uma obra ou local. Desenvolve aí um questionamento sobre princípios teóricos e procedimentos de seleção, ressaltando as dificuldades das classes populares e sociedades periféricas para “[...] realizar as operações necessárias para transformar seus bens em patrimônio mundializado.”¹³ As apropriações sobre as heranças são, portanto, diferentes e desiguais. Tomar a UNESCO como um mediador neutro e objetivo oculta a evidência de que a ambição de constituir tal Patrimônio da Humanidade acaba amplificando desigualdades, como ele demonstra no exame detalhado da distribuição geográfica dos bens consagrados até 2009.

García Canclini¹⁴ também tece considerações sobre a reapropriação do Patrimônio a partir de dois vieses, as transformações urbanas (as multidões que ressignificam monumentos num ato político) e os meios de comunicação, que submetem tanto os repertórios hegemônicos quanto os populares à lógica do mercado e do espetáculo. Mostraremos adiante através das matérias de jornais e da observação dos vídeos institucionais veiculados sobre a Pampulha, como o público é, grande parte das vezes, interpelado de forma a corroborar a consagração dos bens a partir de relatos que as ciências humanas consideram superados, como a genialidade de Niemeyer, o visionarismo de JK, a novidade do moderno, perpetuados na própria decisão de reconhecimento.

Finalmente, a Lista participa da formulação de um circuito internacional de visitação, parte da rede de atrações que forma uma geografia recreacional do espetáculo global da indústria do turismo.¹⁵ À medida em que o patrimônio vai perdendo a incumbência de representar uma identidade nacional, fica mais evidente sua ressignificação como mercadoria e “objeto” que integra este circuito, ao mesmo tempo em que nitidamente se aliena de seu entorno, seu contexto e sua História. Cabe pensar se ele passa a existir dentro de um tempo homogêneo e vazio, em que eventualmente textos, catálogos, relatórios, abarrotados de informações, são efeitos retóricos anulados por uma realidade prática na qual sua historicidade é desconsiderada por várias das políticas que lhe dizem respeito.

13 GARCIA CANCLINI, 2012, p. 73.

14 GARCIA CANCLINI, 2012, p. 76.

15 KIRSHENBLATT-GIMBLET, 1998, p. 132.

O CONJUNTO MODERNO DA PAMPULHA E A CANDIDATURA À LISTA DA UNESCO

O Conjunto da Pampulha foi concebido em 1940. A intenção inicial do governo de Minas Gerais era erguer um cassino no sopé da Serra do Curral, ao sul da cidade. Entretanto, Juscelino Kubitschek, então prefeito de Belo Horizonte, defendeu a construção do cassino às margens da Lagoa da Pampulha, ao norte da cidade. Provavelmente, o prefeito foi influenciado pelas concepções formuladas no fim dos anos 1930 por Lincoln Continentino, engenheiro, urbanista e professor mineiro que preconizava a construção de um bairro voltado para a elite local e o aproveitamento para atividades de lazer, esporte e turismo no entorno desse reservatório de água formado em 1938.¹⁶ Oscar Niemeyer, arquiteto carioca, selecionou o sítio para implantação do cassino e propôs a construção de outros edifícios, configurando o centro de lazer proposto por Continentino: um pavilhão para festas, um hotel, um clube náutico - com um campo de golfe - e uma pequena igreja.¹⁷ Os projetos elaborados por Niemeyer enfatizaram a linguagem arquitetônica própria do Movimento Moderno. As obras foram parcialmente concluídas em 1943, sendo que o hotel não chegou a ser terminado.¹⁸

Nossa análise considera o processo da candidatura em perspectiva histórica. O bem já havia sido inserido na lista indicativa no ano de 1996, contudo não obteve nenhuma assistência internacional do fundo do Patrimônio Mundial para a preparação da Indicação. Em nova tentativa, a UNESCO recebeu, em 13 de janeiro de 2015, o primeiro Dossiê de candidatura (redigido em 2014). Entre 27 de setembro a 2 de outubro de 2015, uma Missão de Avaliação Técnica em visita ao local propriedade emitiu um parecer, que foi aprovado pelo ICOMOS em 11 de março de 2016. A partir deste marco foi elaborado o segundo Dossiê, em 2017. Interessa-nos sobremaneira captar as contradições e alterações entre os dois documentos, intermediadas pela visita da Missão.

Os Dossiês de candidatura estão organizados dentro do formato exigido: identificação do bem; descrição do mesmo; justificativa da candidatura; estado de conservação e fatores que afetam o Conjunto; posse e gestão do bem; monitoramento de suas condições; documen-

¹⁶ GOMES; LIMA, 1999, p. 127-128.

¹⁷ BRUAND, 2002, p. 109-110.

¹⁸ UNDERWOOD, 1994, p. 50-70.

tação necessária; informações, contatos e assinatura das autoridades envolvidas; além de um anexo com documentação auxiliar em volume independente.

Na justificativa, são três os critérios estabelecidos pela própria UNESCO acionados para embasar a candidatura:

1. representar uma obra-prima do gênio criativo humano;
2. exibir um evidente intercâmbio de valores humanos, ao longo do tempo ou dentro de uma área cultural do mundo, que teve impacto sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do urbanismo ou do paisagismo;
3. ser um exemplar excepcional de um tipo de edifício, conjunto arquitetônico ou tecnológico. No caso do Conjunto Moderno são pontuados o valor universal excepcional, a autenticidade e a integridade. Outros critérios que instrumentalizam argumentativamente as justificativas de patrimonialização são o de *raridade* e o de *unicidade*, recorrentes nos mundos do patrimônio e que integram as fichas de inventário e os dossiês de patrimonialização, como apontados por Nathalie Heinich.¹⁹

Falando em gênios, no dia 17 de julho de 2016, o *El País* publicou a notícia intitulada *Unesco consagra Le Corbusier e torna Pampulha, de Niemeyer, patrimônio mundial*. A manchete nos convida a pensar em um ato de patrimonialização que, no mínimo, aproxima os dois arquitetos. Anatxu Zabalbeascoa afirma em seu texto que a UNESCO atribui a Le Corbusier um valor pioneiro:

Nada menos do que 17 obras de Le Corbusier foram declaradas neste domingo Patrimônio Mundial pela Unesco na 40ª reunião [...] Charles Édouard Jeanneret (La Chaux-de-Fonds, Suíça, 1887- Roquebrune-Cap-Martin, França, 1965) – um Picasso da arquitetura pelo repertório e idiomas plásticos diversificados que construiu – foi resumido em 17 imóveis fundamentais pelo comitê internacional de especialistas que avalizou sua candidatura. O fato de Frank Lloyd Wright ter somente dois trabalhos e que Oscar Niemeyer tenha sido lembrado somente pela Pampulha demonstra o valor pioneiro que a Unesco atribui a Le Corbusier.²⁰

São evidentes as imbricações entre as trajetórias de Oscar Niemeyer e de Le Corbusier. Evidente também uma possível articulação entre o reconhecimento pela UNESCO de obras desses dois arquitetos vinculados

¹⁹ HEINICH, 2009.

²⁰ ZABALBEASCOA, 2016.

ao Movimento Moderno como Patrimônio da Humanidade. Contudo, não é fácil qualificar essa articulação. Possivelmente, o elemento central dessa articulação é o Movimento Moderno, ou melhor, a Arquitetura do Movimento Moderno (ou simplesmente Arquitetura Moderna), e não Le Corbusier. Nesse ponto, torna-se evidente o uso desse reconhecimento como expressão da alta cultura europeia. Desse modo, a Pampulha teria sido celebrada por ser o fruto de um primeiro processo de expansão (ou de difusão) do ideário do Movimento Moderno (da alta cultura ocidental, portanto) e, ao mesmo tempo, a semente de um segundo processo dessa mesma expansão. No limite, reconhecer a Pampulha como Patrimônio da Humanidade reforçaria todo o arcabouço das políticas patrimoniais da UNESCO, além de contribuir para inserir de modo mais categórico, eficiente e eficaz o Movimento Moderno na alta cultura europeia. Ou seja, reconhecer a Pampulha atenderia a demandas muito específicas e localizadas, não apenas brasileiras, mas também, e, principalmente, europeias. O Movimento Moderno, a partir do reconhecimento do conjunto Moderno da Pampulha, integra artes e arquitetura, o arquiteto, o paisagista e o pintor.

No primeiro Dossiê é marcante o emprego de conceitos como *autenticidade*, *excepcionalidade* e *unicidade* para instruir as justificativas de patrimonialização. Primeiramente, essa argumentação é apresentada como a materialização de um “momento histórico singular”, protagonizado por um governo que buscava a modernização do país e a criação de um sentimento cívico coletivo aliado a um prefeito visionário e empreendedor que criou condições que permitiram uma maneira inovadora de utilização dos recursos formais e tecnológicos. Tal momento é amplificado ao incorporar-se ao *zeitgeist* mundial de consolidação da arquitetura moderna:

As formas, a matéria e a concepção dos monumentos que compõem o Conjunto Moderno da Pampulha traduzem essas excepcionalidades de maneira vigorosa e, por sua força e unicidade, são também grandemente reconhecidas pelas comunidades em suas diversas escalas, desde a escala local até a universal.²¹

A partir daí, elabora-se a ideia da manutenção dos valores culturais através do reconhecimento pelas comunidades: “[...] há farta documentação sobre ele, tanto na literatura nacional e internacional especializada quanto nas sucessivas reportagens e menções que reiterada-

21 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014, p. 207.

mente são feitas sobre o Conjunto [...]”²² atestando que o Conjunto Moderno da Pampulha faz parte de um imaginário coletivo e está sempre presente na vida urbana e nos noticiários.

O conceito de autenticidade trabalhado no dossiê está vinculado à ideia de estado original e busca argumentar que o Conjunto possui “[...] presença física praticamente inalterada [...]” desde a sua construção:

As transformações urbanas ocorridas desde à época de sua construção até os dias atuais ocorreram mais ao seu redor, mas sempre de maneira mais distante, graças aos esforços contínuos de manutenção ambiental da lagoa, reiterados nas sucessivas legislações urbanísticas da cidade e nas diretrizes de preservação dos órgãos patrimoniais do país.²³

A preocupação com a permanência do estado original pode ser observada também nos trechos que declaram a autenticidade do Conjunto enumerando os tópicos: a forma e o desenho das edificações “permanecem as mesmas”; os materiais e substância das experimentações tecnológicas reveladas nos detalhes construtivos “não foram substituídos”; quanto ao uso e função “seguem a vocação histórica do Conjunto”. Nossa análise da retórica patrimonial poderia seguir explorando expressões análogas que demonstram a sinergia entre esses conceitos. Assim, ao longo do primeiro dossiê, a candidatura como conjunto arquitetônico moderno foi amparada nas definições propostas pela própria UNESCO, apresentada como sítio, “[...] em termos de categorias de bens culturais estabelecidas no artigo I da Convenção do Patrimônio Mundial de 1972.”²⁴ Não obstante todo esse alinhamento, a proposta precisou de ajustes como veremos a seguir.

A MISSÃO DO ICOMOS E A OPÇÃO PELA PAISAGEM CULTURAL NO SEGUNDO DOSSIÊ

A Missão de Avaliação Técnica, realizada em 2015, tem evidente papel mediador entre os interesses locais e a geopolítica do Patrimônio, que fica explícita na forma como pondera e rejeita diferentes pontos da candidatura. Um exemplo é como afere o critério de intercâmbio e da circulação de saberes na criação de bens culturais modernos a partir

22 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014, p. 207.

23 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014, p. 208.

24 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2017, p. 556.

do reconhecimento da aproximação entre Niemeyer e Le Corbusier através de suas obras. No parecer dos avaliadores, anexado ao segundo Dossiê de candidatura, está citada a influência duradoura da Pampulha no trabalho de outros arquitetos, considerando que, em princípio, esta justificativa é apropriada:

Particularmente por meio das suas formas geométricas gratuitas, a Pampulha teve uma influência duradoura no trabalho de outros arquitetos, como Le Corbusier e os que trabalham nas últimas décadas e que, em geral, exerceram uma influência arquitetônica e cultural em muitas partes do mundo.²⁵

Le Corbusier é posto como centro de referência que atraía e colocava para circular muitas propostas arquitetônicas de vanguarda, observável através da afirmação do trânsito internacional de saberes entre arquitetos a partir deste caso específico. Ao situar em Le Corbusier este referencial, entende-se que a Europa seria o lugar por excelência da criação, desenvolvimento e difusão do pensamento moderno na arquitetura. Seria por este motivo que não é atribuído a Oscar Niemeyer o valor de genialidade universal para a arquitetura, considerado um critério não justificável para o ICOMOS no parecer? Afinal, o valor de excepcionalidade já consagraria Le Corbusier como o grande gênio humano criador de obras-primas?

Considerar Le Corbusier como centro da genialidade da arquitetura moderna a partir da circulação de saberes, práticas e processos criativos demonstra a continuidade do projeto de tornar Paris uma capital cultural. Segundo Cristina Kott,²⁶ durante o pós-guerra a França trouxe para a sua capital as instituições internacionais de cultura, criando as condições políticas para a atração de artistas e trabalhadores do campo. Compreendemos hoje, através dos estudos sobre a criação das capitais culturais, que não é apenas a acumulação de acervos que fabrica uma capital cultural, mas também um conjunto de ações, entre elas, o acolhimento de instituições como a UNESCO e o Conselho Internacional de Museus (ICOM).²⁷

Outros critérios importantes a ressaltar são o intercâmbio e a interdisciplinaridade presentes no Conjunto da Pampulha. Os critérios de circulação internacional e de intercâmbio podem estar atualizados por uma

25 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2017, p. 562.

26 KOTT, 2013.

27 CHARLE, 2009.

perspectiva da História Cultural e Social da Arte que está interessada nos processos de criação artística a partir da rede de relações sociais a qual arquitetos considerados excepcionais como Le Corbusier e Niemeyer estão integrados nos mundos da arte/arquitetura. Deste modo, o parecer do ICOMOS não considera no Conjunto Niemeyer como um gênio criativo sozinho, a importância está na ação coletiva, portanto, o gênio coletivo que proporcionou a integração de Niemeyer, Burle Marx e Cândido Portinari. Se de um lado isso contempla a viabilidade da candidatura, de outro deixa entrever a hierarquização subjacente.

Em outros pontos o parecer é mais rígido, quando trata de enfatizar a insuficiência quanto a critérios que já expusemos:

O ICOMOS considera que as condições de integridade e autenticidade não foram totalmente atendidas, mas que há um compromisso de abordar o trabalho necessário que irá fortalecer a autenticidade para um nível aceitável.²⁸

Entre vários trechos do documento, pinçamos um que demonstra a aferição de *autenticidade* e *integridade* como essenciais para a Declaração de Valor Universal Excepcional:

O cassino, o Salão do Baile e a Igreja estão individualmente intactos quanto à forma como eles refletem todas as suas características arquitetônicas originais, enquanto dois deles, o Cassino e o Salão do Baile também estão em jardins paisagísticos projetados que refletem o seu projeto original.²⁹

Quais seriam as condições de autenticidade não cumpridas pelo bem de acordo com o parecer, reforçadas na elaboração do segundo Dossiê? Um ponto crucial é a necessidade da remoção dos edifícios adicionais do Iate Clube, que são apresentados como construções que não atrapalham o conjunto, mas que, como vemos no trecho a seguir, é um dos maiores problemas apontados pelo parecer:

Tratando-se de edifícios, a autenticidade do Iate Clube foi enfraquecida pela forte modificação do design, particularmente pelos edifícios adicionais que precisam ser removidos, por partições internas inseridas e pela remoção de alguns de seus elementos decorativos. E a autenticidade do Salão de Baile foi afetada pela nova entrada que precisa ser removida e recriada a original.³⁰

28 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL , 2017, p. 561.

29 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2017, p. 567.

30 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL , 2017, p. 561 e 568.

Além das edificações, a falta do projeto paisagístico de Burle Marx em diversas partes do Conjunto é também merecedora de recomendações restauradoras:

Existe um grau de fraqueza na autenticidade do conjunto geral em relação à medida em que a evidência desses esquemas de paisagem pode ser apreciada. A ideia de situar os edifícios em uma paisagem global com aquelas partes mais próximas dos edifícios que estão sendo cuidadosamente projetados não é mais evidente em torno do Iate Clube ou na praça atrás da Igreja. Existe agora um compromisso de abordar essas questões e realizar o trabalho necessário nos jardins.³¹

A resolução proposta ao final do parecer trata de eliminar acréscimos e modificações que teriam deturpado a concepção original. Propõe a restauração do edifício Iate Clube e sua paisagem projetada, assim como a inclusão das praças Dalva Simão e Dino Barbieri, aumentando a extensão do perímetro, exigindo a adequação da última para refletir os projetos de Burle Marx,³² mesmo depois dela ter passado por reformas no valor de 7 milhões de reais.³³ Até ali a PBH, ao que tudo indica, não colocava esta praça como um espaço a integrar o reconhecimento. Pontuamos aqui o risco e o custo de se acatar demandas de organismos de escopo global desconhecendo por completo as realidades locais.

Essa etapa revela como o processo de inscrição na Lista se amalgama a disputas históricas que marcam o espaço em questão. Mesmo antes da visita da Missão, reportagens apontavam o esforço da prefeitura em intensificar as obras na Pampulha. Na reportagem “Prefeitura intensifica obras na Pampulha de olho em chancela da UNESCO”,³⁴ o então presidente da Fundação Municipal de Cultural (FMC) de Belo Horizonte, Leônidas Oliveira, diz: “Nós fizemos um pente-fino, um diagnóstico dos problemas.”³⁵ A repórter relata o fato de que havia quinze dias desde que a Prefeitura iniciara um mutirão para recuperar o entorno dos bens tombados da região, às vésperas da visita da missão da UNESCO, coordenada pela consultora venezuelana Maria Eugênia Bacci. A Presidente do IPHAN, Jurema Machado, posiciona-se falando

31 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, p. 2017, p. 568.

32 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2017, p. 568.

33 G1, 2016.

34 LOUISE, 2015.

35 LOUISE, 2015.

a respeito de mudanças que poderiam vir posteriormente, para a preservação do bem: “A comunidade internacional se coloca junto com o Brasil para favorecer a conservação desse bem. Não significa que os problemas têm de estar todos resolvidos, em situação ideal para se ter o reconhecimento.”³⁶ Na mesma reportagem, o então prefeito, Márcio Lacerda, manifesta-se acerca dos investimentos para a despoluição da Lagoa, citando o desassoreamento e a instalação de Estações de Tratamento. Há sempre por parte dos dirigentes a retórica vaga de que esse “selo” trará investimentos externos.

O parecer orientou a principal mudança que aparece no segundo Dossiê. Diante das fraquezas identificadas na candidatura, surge então a proposição de inserir o bem na categoria de paisagem cultural, apoiada pelas Diretrizes para a Operacionalização da Implementação do Patrimônio Cultural de 2015 e de acordo com a definição de paisagem cultural pela UNESCO, empregada desde princípios dos anos 1990:

As paisagens culturais são bens culturais e representam as “obras combinadas da natureza e do homem” designadas no Artigo 1 da Convenção. Eles são ilustrativas da evolução da sociedade humana e seu assentamento ao longo do tempo, sob a influência das restrições físicas e / ou das oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e de sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, externas e internas.³⁷

O primeiro bem a ser inscrito como Paisagem Cultural na Lista, em 1993, foi o Parque Nacional Tongariro, na Nova Zelândia. O conceito já vinha sendo utilizado por profissionais brasileiros que atuam no campo do patrimônio cultural, sendo largamente difundido pelo professor e arquiteto, atual vice-presidente do ICOMOS, Leonardo Barci Castriota, da Universidade Federal de Minas Gerais, local onde trabalha, também, o coordenador da Consultoria Técnica, Pesquisa e Redação dos dossiês, o arquiteto e professor Flávio de Lemos Carsalade. Leonardo Castriota define Paisagem Cultural a partir de uma abordagem interdisciplinar do patrimônio:

36 LOUISE, 2015.

37 No original: “Cultural landscapes are cultural properties and represent the ‘combined works of nature and of man’ designated in Article 1 of the *Convention*. They are illustrative of the evolution of human society and settlement over time, under the influence of the physical constraints and/or opportunities presented by their natural environment and of successive social, economic and cultural forces, both external and internal. ”. Cf.: UNESCO, 2015. (tradução nossa)

[...] “paisagem cultural”, que, desenvolvida pela Unesco desde o início dos anos 1990, combina de forma inextricável os aspectos materiais e imateriais do conceito, muitas vezes pensados separadamente, indicando as interações significativas entre o homem e o meio-ambiente natural. Com isso, esse conceito parece oferecer uma rica perspectiva quando aplicada também às idéias tradicionais do campo da preservação, podendo servir para ampliar a perspectiva de visada sobre os próprios centros históricos, permitindo leituras que compreendem justamente as interações entre os aspectos natural e cultural, material e imaterial desses conjuntos, muitas vezes ignoradas.³⁸

Se tal conceito considera o dinamismo e a mudança na paisagem ocasionados por fatores naturais e humanos ao longo do tempo como integrantes deste meio, uma renitente percepção cristalizada da historicidade traz à baila a contradição existente em relação ao critério (IV) da Convenção de 1972: “[...] ser um exemplar excepcional de um tipo de edifício, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustre (um) estágio (s) significativo(s) da história humana.”³⁹ Como veremos a seguir, a alteração do foco da candidatura não se fez sem abrir esse tipo de fissura, que consideramos reveladoras das mediações em curso, dos arranjos resultantes dos jogos de força imprimidos pelos atores envolvidos, sejam os dirigentes locais ou dos organismos internacionais, especuladores imobiliários, turistas e moradores.

Ao fazer a sugestão de que o patrimônio a ser preservado alcançasse uma área maior, privilegiando a paisagem como um todo, “A Unesco está indo mais para o aspecto da paisagem, da harmonia, do ‘cartão-postal’ ao invés do aspecto apenas arquitetônico”,⁴⁰ avaliou a então superintendente do IPHAN em Minas Gerais, Célia Corsino. Para que a ideia de paisagem cultural prevalecesse, adota-se um recorte anacrônico do espaço. A Casa Kubitschek, construída em 1942 e recentemente restaurada, inicialmente prevista para compor o Conjunto Moderno no primeiro dossiê, é retirada no reconhecimento final. Outro exemplo é a nomeação de um dos prédios em todo o documento como Cassino, um espaço que é o Museu de Arte da Pampulha (MAP) desde 1957. Há um silêncio envergonhado e inaceitável sobre a história da edificação e sobre a trajetória da Instituição que tem sido responsável pela edificação há mais de 60 anos. Nem o parecer do ICOMOS nem a decisão final do Comitê tratam do significado patrimonial do acervo de mais

38 CASTRIOTA, 2013.

39 UNESCO, 1972.

40 PIMENTEL, 2016.

de 1400 itens do MAP, de grande relevância para a História das Artes Visuais da cidade, do estado de Minas Gerais e do país. Se a mudança de foco não reduz, na versão final, a ênfase no aspecto exclusivamente arquitetônico do patrimônio edificado, obra de um arquiteto considerado excepcional, acomoda a esta uma perspectiva estática do tempo emoldurando uma paisagem a ser mantida em formol.

Uma das questões essenciais da mudança da perspectiva de sítio para a de paisagem cultural é a função da Lagoa da Pampulha no Conjunto. Ainda que desde o primeiro dossiê a lagoa apareça tanto no coração do bem listado quanto nas chamadas zonas de amortecimento, é inegável que a classificação como paisagem cultural a posiciona no cerne da proposta. Há que se notar que a candidatura traça uma linha imaginária delimitando a parte da Lagoa que corresponderia ao espelho d'água direto do Conjunto. Questionável, especialmente considerando que a poluição, problema que atinge as comunidades de moradores, afeta todo o entorno. O acompanhamento pela imprensa dos trabalhos da Missão a inclui entre os percalços da visita, como o título da reportagem do jornal *Hoje em Dia*: “Poluição da Lagoa da Pampulha chama a atenção da UNESCO”,⁴¹ mas também traz apreciações positivas, no caso do jornal *O Tempo*: “UNESCO avalia positivamente Conjunto Arquitetônico da Pampulha.”⁴² No período entre a visita da Missão (setembro/outubro 2015) e o reconhecimento em julho de 2016, o tema continuou abordado graças à morosidade em torno das ações previstas. Em reportagem de fevereiro de 2016, o Portal G1 aponta: “Poluição da Lagoa da Pampulha, em BH, preocupa Unesco que avalia título.”⁴³ Uma renitente questão local sempre tratado em jornais da cidade como empecilho ao título, mas que sintomaticamente não interferiu no reconhecimento.

O RECONHECIMENTO: GEOPOLÍTICA, EMOÇÃO PATRIMONIAL E SEUS DESCOMPASSOS

Um visitante que chegasse em Belo Horizonte no ano de 2017 logo veria os cartazes da campanha para o reconhecimento da Pampulha como Paisagem Cultural pela UNESCO, estivesse caminhando na rua da cidade ou quando precisasse visitar o Posto de Saúde. Os cartazes

41 ALVES, 2015.

42 FERREIRA; LAMEIRA, 2015.

43 PIMENTEL, 2016.

nas paredes dos postos de saúde já apresentavam um certo desgaste visível nas pontas dobradas, na poeira e notava-se um certo desbotamento, revelando a passagem do tempo. Um visitante mais atento ao tema poderia procurar na internet mais informações a respeito e, logo encontraria um conjunto de reportagens que lhe permitiriam ampliar seu entendimento do significado de tal reconhecimento.

O jornal *Hoje em Dia*⁴⁴ publicou através de vídeo um pronunciamento de Márcio Lacerda. O então prefeito de Belo Horizonte destacou a importância da visibilidade internacional da cidade, ressaltando o lugar simbólico da Pampulha para o planejamento urbano que integra lazer e turismo. Entendemos que não foi o argumento da retórica da perda, da ameaça à integridade, à autenticidade o principal argumento da campanha para o reconhecimento pela UNESCO. Os trabalhos da *emoção patrimonial* trataram de mobilizar os sentimentos dos cidadãos em relação ao potencial desse reconhecimento para o desenvolvimento da economia do turismo na cidade.

Compreendemos que a emoção patrimonial compõe a cadeia da operação patrimonial. Os trabalhos da emoção podem desdobrar-se em mobilização social, em militância de defesa do patrimônio, atuando na dimensão da sensibilização, de acordo com os estudos sobre a fabricação patrimonial. Segundo Nathalie Heinich,⁴⁵ assim como o domínio do saber técnico especializado os trabalhos emoção consistem em ferramentas e recursos usados nos processos de patrimonialização, para a autora ambos podem coexistir até mesmo em um único sujeito, seja ele militante ou trabalhador da cultura. Em 2012 os moradores da Pampulha demonstraram preocupação com a verticalização pautada pelo *Jornal Minas*,⁴⁶ que convidou o gerente de legislação e de gestão urbana da secretaria municipal de desenvolvimento da prefeitura, José Júlio Rodrigues Vieira, para esclarecer o caso à população. Esta reportagem demonstra que havia para os moradores uma preocupação com a qualidade de vida, proporcionada por uma paisagem não verticalizada. Entretanto, a campanha em defesa do título de Patrimônio da Humanidade priorizou o tema do desenvolvimento da economia pelo turismo, sem destacar as questões positivas para a melhoria da qualidade de vida para a cidade. Em reportagem veiculada pela TV Canção Nova, a

44 HOJE EM DIA, 2016.

45 HEINICH, 2009.

46 VIERA, 2012.

jornalista Monizy Amorim apresentou a Pampulha dizendo “[...] o local é destino quase certo de quem visita a capital mineira.”⁴⁷ Enfatizando a importância do Conjunto Moderno para o turismo e entrevistando turistas nacionais e internacionais que passeavam no local, a jornalista conclui a matéria afirmando que entre as expectativas da população em relação ao reconhecimento está a da despoluição da Lagoa. Deste depoimento observamos que a inclusão na Lista é bem acolhida tanto do ponto de vista turístico, mas também na medida em que poderá trazer maior qualidade de vida aos moradores de Belo Horizonte.

Evidentemente, vários atores na cena do patrimônio celebraram a inclusão do Conjunto Moderno da Pampulha na lista da UNESCO. Além do noticiário dos grandes veículos de comunicação, arrolamos manifestações de entidades como IPHAN⁴⁸ e CAU.⁴⁹ Numa apreciação de conjunto, pudemos constatar que há explicações bastante sintéticas e adequadas do conteúdo do Dossiê final, a inclusão das falas de autoridades envolvidas (especialistas e gestores públicos) comemorando o resultado alcançado, boas descrições do processo, enfatizando a importância da visita de avaliação do ICOMOS e geralmente fechando com um elenco de benefícios virtuais a serem aproveitados pela cidade, normalmente destacando o incremento do turismo e a recuperação da Lagoa.

Nossa investigação tem por objetivo refinar e democratizar a política pública de patrimônio, entendendo os complexos meandros nos quais ela se dá e as disputas que a constituem, desde o plano local até o global. Neste intuito faremos, para finalizar, alguns apontamentos em torno de questões que nos intrigam. O primeiro diz respeito ao sutil descompasso entre o que contém o parecer do ICOMOS e a decisão do Comitê, naquilo que não é mera corroboração do Dossiê da proposta, e o que é celebrado em âmbito brasileiro. A fala de Kátia Bogéa, presidente do IPHAN, que acompanhou a votação, replicada em várias matérias, salienta:

O Brasil tem muito a comemorar. O Conjunto da Pampulha está na origem da produção arquitetônica e urbanística brasileira dentro do Movimento Moderno, e deve ser um bem compartilhado por toda a humanidade. Ao integrar a Pampulha à Lista do Patrimônio Mundial, a UNESCO estará reconhecendo o conjunto como uma obra-prima do gênio criativo humano.⁵⁰

47 AMORIM; FIUZA, 2016.

48 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2016.

49 CAU/BR, 2016.

50 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2016.

Entretanto, um elemento singular que salta aos nossos olhos é a afirmação da curva como “expressão da paisagem e da cultura brasileiras”,⁵¹ que constava da argumentação dos Dossiês, mas foi descartada no parecer e não mencionada na decisão. Assim, embora abordem a relação entre patrimônio e identidade nacional com frequência, deitam fora – por supostamente não atender o critério de originalidade – um consagrado tópico da arquitetura e urbanismo modernos brasileiros. É, portanto, merecedora de problematização a diferença entre o cânone propagado oficialmente em âmbito interno e aquilo que foi efetivamente reconhecido dentro do enquadramento promovido pelo órgão internacional.

Um segundo ponto de interrogação diz respeito ao contraste entre o que está indicado desde os Dossiês e o que foi firmado na decisão; entre o que se apresenta como realidade material e o que consiste em compromissos por parte do poder público local para realizar inúmeras obras de reformas e adequações. Todas as avaliações de critérios, tanto o parecer do ICOMOS quanto sua corroboração final pelo Comitê, revelam inconsistências diante dos parâmetros propostos e indicam seu atendimento como uma virtualidade. Em síntese, podemos afirmar que o que foi inscrito inclui uma carta de intenções em se restituir algo que não existe mais – aliás nunca existiu plenamente e nem existirá. Uma rápida corrida ao noticiário evidencia como a imprensa acompanhou o lento desenrolar de alguns destes trabalhos, dando conta das dificuldades operacionais e econômicas que dificultam o andamento dos trabalhos,⁵² informando o início das obras recomendadas no final de 2017. Permanecem no plano da expectativa a demolição de anexo do Iate Tênis Clube e as restaurações do Museu de Arte da Pampulha e da Igreja São Francisco de Assis, por exemplo. Ainda que se reconheça alguma melhoria em relação ao tratamento das águas da Lagoa, está longe de ser um problema resolvido. A defasagem entre discurso e prática revela também o lamentável hábito de querer extrair dividendos políticos imediatos de uma promoção espetacularizada das políticas de patrimônio, como fica perceptível na bravata pronunciada em coletiva do então prefeito Márcio Lacerda para louvar o êxito da proposta:

“O título aumenta o compromisso de tornar BH cada vez mais bonito e acolhedor a todos os seus habitantes”, afirmou o prefeito. Em tom de brincadeira, Lacerda tornou a prometer que em 2017 irá velejar na Lagoa da Pampulha. Segundo o prefeito, até dezembro o espelho d’água alcançará a

51 CAU/BR, 2016.

52 DAMÁZIO, 2017; WERNECK, 2017.

Classe 3 pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente, o que permite o uso da lagoa para esportes náuticos e pesca.⁵³

A promessa do ex-prefeito não se efetivou. O atual prefeito, Alexandre Kalil, eleito para o segundo mandato em 2020, tampouco resolveu o problema da poluição da Lagoa. Em reportagem de 19 de novembro de 2020, a professora e pesquisadora da UFMG, Silvia Maria Oliveira, afirmou ao jornal *O Tempo*: “Mas a situação da lagoa é péssima, o ano inteiro. O poder público precisa parar de atacar a consequência, a poluição e enfrentar as causas do problema, o esgoto lançado in natura, em córregos de Contagem e BH.”⁵⁴

Finalmente, nas questões relacionadas ao turismo, é fundamental observar que na decisão do Comitê do Patrimônio Mundial frisa-se a necessidade de aumentar o Plano de Gerenciamento para “[...] IV) incluir uma estratégia de turismo[...]”;⁵⁵ no entanto, junto a esta proposta encontram-se a inclusão de diretrizes estratégicas para avanço em áreas-chaves, os desafios de proteger as “[...] características essenciais dos bairros tradicionais que complementam o conjunto [...]”⁵⁶ com a adoção de “[...] uma abordagem histórica da paisagem urbana para sustentar os bairros tradicionais [...]”⁵⁷ a inclusão de “[...] indicadores de monitoramento detalhados que se relacionam com os atributos de Valor Universal Excepcional [...]”⁵⁸ e, principalmente, “[...] VI) fortalecer o envolvimento das comunidades locais nos processos de gestão.”⁵⁹ Ou seja, a presença das comunidades locais é fator fundamental para a UNESCO. Ademais, no parecer, os avaliadores frisam que “[...] as principais ameaças à propriedade são o desenvolvimento turístico ambicioso, a poluição do lago, uma população residencial em declínio e mudanças incrementais nos principais atributos da propriedade e seu entorno.”⁶⁰ É digna de nota a recorrência com que os agentes locais responsáveis reivindicam o incremento do turismo

53 WERNECK, 2016.

54 ALVES, 2020.

55 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2017, p.572.

56 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2017, p.572

57 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2017, p.572

58 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2017, p.572

59 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2017, p. 572.

60 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2017, p. 563.

como ganho da inclusão na lista, por vezes acrescida da indicação da necessidade de uma programação, como na entrevista concedida por Luciana Féres, então coordenadora do Conjunto:

Os bens culturais, para serem apropriados pela população, precisa de uma programação, não basta estar aberto ao público [...] São necessárias ações de educação patrimonial, para que a população se identifique.⁶¹

Sem descartar *a priori* a utilidade dessas ações e concordando que a ativação do patrimônio extrapola a questão do acesso, a fala traz indícios a serem problematizados: se é preciso promover a identificação, com quem o bem estava identificado quando foi tombado nas três esferas e inscrito na Lista? Não estaria uma programação de eventos culturais diversos mais afinada à perspectiva de apropriação consumista e efêmera do turista trivial? Vejamos o que diz um cidadão que tenta ganhar a vida por ali, o senhor Bruno Barbosa Canela, de 62 anos:

A única coisa que melhorou bastante foi a limpeza da lagoa, a água está com mais qualidade e mais clara. Para mim, isso foi bem significativo, só não sei se continuam cuidando dela. Eles também tiraram a pichação da Igreja. Mas aqui, onde fico com minha barraquinha, não sinto muita melhora porque o parque está fechado e deu uma reduzida no comércio.⁶²

A distância entre a expectativa dos diversos atores envolvidos – grupos de moradores da região, de habitantes da cidade com diferentes perfis sociais, gestores públicos, políticos de carreira, jornalistas, investidores do turismo e do setor imobiliário, técnicos e estudiosos do patrimônio cultural no Brasil e no exterior, entre outros – e a efetivação de políticas públicas após o reconhecimento explicita contradições profundas que nos levam a interrogar: quando, onde, como e por que se deve inserir um bem na Lista? O uso de critérios como autenticidade, excepcionalidade, originalidade, humanidade que ainda são a base sobre a qual se atribuem os títulos de patrimônio da humanidade pela UNESCO.

Os usos do patrimônio pela população local, a responsável por manter vivo o patrimônio, são descartados como valores a serem considerados. A opção pelo reconhecimento como Paisagem Cultural do Patrimônio Moderno consistiu em uma tentativa de conciliação de perspectivas clássicas e recentes relacionadas ao patrimônio erigido, no entanto, manteve intactas as bases sobre as quais justificou-se o

61 CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL, 2016.

62 DAMÁZIO, 2017.

reconhecimento do bem, desconsiderando a ideia de assentamento das sociedades humanas ao longo do tempo, presente na definição de paisagem cultural da própria UNESCO, sem levar em consideração as forças sociais e culturais locais responsáveis pelos usos dos bens ao longo de quase 80 anos de existência dos bens arquitetônicos e da paisagem cultural moderna reconhecidos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Izabela Ferreira. Poluição na lagoa da Pampulha volta a tona. O Tempo, 19 nov. 2020. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/poluicao-na-lagoa-da-pampulha-volta-a-tona-1.2415126>. Acesso em 18 abr. 2021.

ALVES, Letícia. Poluição da Lagoa da Pampulha chama a atenção da Unesco. Hoje Em Dia, 30 set. 2015. Disponível em: <http://hojeemdia.com.br/horizontes/polui%C3%A7%C3%A3o-da-lagoa-da-pampulha-chama-a-aten%C3%A7%C3%A3o-da-unesco-1.324749>. Acesso em: 22 abr. 2018.

AMORIM, Morizy; FIÚZA, Cláudio. Pampulha concorre ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade – Canção Nova Notícias. TV Canção Nova. Belo Horizonte, 11 de março de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zgAZ-gyI09B4>. Acesso em: abril de 2018.

BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BRUMANN, Christoph. How to Be Authentic in the UNESCO World Heritage System: Copies, Replicas, Reconstructions, and Renovations in a Global Conservation Arena. In: FORBERG, Corinna; STOCKHAMMER, Philipp W. (Eds.). *The Transformative Power of the Copy: a Transcultural and Interdisciplinary Approach*. [S.l.]: Heidelberg University Publishing, 2017. p. 269-286.

CARTA de Veneza, 1964. In: CURY, Isabelle (Org.). 2. ed. *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN/Edições do Patrimônio, 2000.

CASTRIOTA, Leonardo. Paisagens Culturais: novas perspectivas para o patrimônio. *Vitruvius*, ano 14, out. 2013. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.162/4960>. Acesso em: 30 mar. 2018.

CAU/BR. Como a Pampulha se tornou Patrimônio Cultural da Humanidade. 08/11/2016. Disponível em: <http://www.cau.br/como-a-pampulha-se-tornou-patrimonio-da-humanidade/#comments>. Acesso em 12/04/2018.

CHARLE, Christophe (Org.). *Les Temps des Capitales Culturelles (XVIIIe - XXe siècles)*. Ceyzérieu: Ed. Champ Vallon, France, 2009. (Époques)

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. Como a Pampulha se tornou Patrimônio Cultural da Humanidade. CAU/BR, 8 nov. 2016. Disponível em: <http://www.cau.br/como-a-pampulha-se-tornou-patrimonio-da-humanidade/#comments>. Acesso em: 12 abr. 2018.

DAMÁZIO, Malú. Patrimônio da Humanidade, Pampulha aguarda intervenções prometidas em 2016. Hoje em Dia, 17 jul. 2017. Disponível em: <http://hojeemdia.com.br/horizontes/patrim%C3%B4nio-da-humanidade-pampulha-aguarda-interven%C3%A7%C3%B5es-prometidas-em-2016-1.543655>. Acesso em 12 de abr. 2018.

DOCUMENTO de Nara, 1994. Conferência sobre autenticidade em relação à convenção do Patrimônio Mundial. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf>. Acesso em: 18 maio 2019.

FERREIRA, Bárbara; LAMEIRA, Gustavo. Unesco avalia positivamente conjunto arquitetônico da Pampulha. O Tempo, 2 out. 2015. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/unesco-avalia-positivamente-conjunto-arquitet%C3%B4nico-da-pampulha-1.1128496>. Acesso em: 22 abr. 2018.

G1. Para tombamento, PBH terá que mexer em praça recém-reformada. 18 fev. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/02/para-tombamento-pbh-tera-que-mexer-em-praca-recem-reformada.html>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GARCIA CANCLINI, Néstor. *A sociedade sem relato: antropologia e estética da iminência*. São Paulo: Edusp, 2012.

GARCIA, Luiz H. A.; RODRIGUES, Rita L.; AGUIAR, Tito F. R.; RIVERO, Elena L.; OLIVEIRA, João M. V. Do passado fetichizado ao espaço contestado da cidade: patrimônio urbano entre o local e o global em Belo Horizonte, Minas Gerais. *Anais do ArquiMemória 5 – Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado*. Salvador: IAB/UFBA, 2017.

GARCIA, Luiz H. A.; RODRIGUES, Rita L.; VEIGA, João. M.; RIVERO, Elena L. Enquadramentos da apropriação do espaço urbano: fotografia como ferramenta de documentação e pesquisa das temporalidades históricas do patrimônio e do urbanismo. *Anais do 4º Seminário Ibero-americano de Arquitetura e Documentação*. Belo Horizonte: Ieds, 2015. v. 1. 19p.

GARCIA, Luiz H. A.; RODRIGUES, Rita. L. O tempo, a carne e a pedra: reflexões sobre o patrimônio em Belo Horizonte. In: SILVA, Regina Helena Alves da; ZIVIANI, Paula (Org.). *Cidade e Cultura: rebatimentos no espaço público*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 232-252. [e-book].

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; LIMA, Fábio José Martins de. *Pensamento e prática urbanística em Belo Horizonte, 1895-1961*. In: LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). *Urbanismo no Brasil – 1895-1965*. São Paulo: Nobel/FAUUSP/FUPAM, 1999. p. 120-140.

HEINICH, Nathalie. *La Fabrique du patrimoine: de la cathédrale à la petite cuillère*. Paris: éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2009. Coll. Ethnologie de la France 31.

HOJE EM DIA. Conjunto Moderno da Pampulha é Patrimônio Cultural da Humanidade. 17 jul. 2016. Disponível em: <http://hojeemdia.com.br/horizontes/>

conjunto-moderno-da-pampulha-%C3%A9-patrim%C3%B4nio-cultural-da-humanidade-1.398757. Acesso em: 12 abr. 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Conjunto Moderno da Pampulha é mais novo Patrimônio Mundial no Brasil. 17 jul. 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3689/conjunto-moderno-da-pampulha-e-mais-novo-patrimoni>. Acesso em: 12 abr. 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Dossiê de candidatura do Conjunto Moderno da Pampulha para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Brasília: IPHAN, 2017. (Dossiês do patrimônio mundial 1)

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Dossiê de candidatura do Conjunto Moderno da Pampulha para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/FMC_dossie_conjunto_moderno_%20da_pampulha.pdf. Acesso em: 22 abr. 2018.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. *Destination Culture: Tourism, Museums, and Heritage*. California: University of California Press, 1998.

KOTT, Cristina. Un locarno de musée?: Les relations franco-allemandes en matière de muséographie dans l'entre-deux-guerres. In: *Actes du colloque: L'art allemand en France, 1919-1939. Diffusion, réception, transferts*. 30-31 oct. 2008, Université Paris 1. Paris: HiCSA, 2008. Disponível em: <http://hicsa.univ-paris1.fr/documents/pdf/PublicationsLigne/Christina%20Kott.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

LOUISE, Aline. Prefeitura intensifica obras na Pampulha de olho em chancela da Unesco. Hoje em Dia, 4 set. 2015. Disponível em: <http://hojeemdia.com.br/horizontes/prefeitura-intensifica-obras-na-pampulha-de-olho-em-chancela-da-unesco-1.322205>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. *Teoría contemporânea de la restauración*. Madrid: Editorial Síntesis, 2003.

ORGANISATION DES NATIONS UNIES POUR L'ÉDUCATION LA SCIENCE ET LA CULTURE. Stratégie globale. Disponível em: Acesso em: 29 out. 2021.

PIMENTEL, Thais. Poluição da Lagoa da Pampulha, em BH, preocupa Unesco que avalia título. Portal G1, 29 fev. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/02/poluicao-da-lagoa-da-pampulha-em-bh-preocupa-unesco-que-avalia-titulo.html>. Acesso em: 12 abr 2018.

UNDERWOOD, David. *Oscar Niemeyer and the Architecture of Brazil*. New York: Rizzoli, 1994.

UNESCO. Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. Paris, 1972. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133369_por?fbclid=IwAR1MLZ6RCjdL0iSSImIuda6IN_QruJGhQPGJvcg-giEoiwvEJFLYOfzKURk. Acesso em: 18 de maio 2019.

UNESCO. Operational Guidelines for the Implementation of The World Heritage Convention. 2015. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/guidelines>. Acesso em: 22 abr. 2018.

VIEIRA, José Júlio Rodrigues. Entrevista. Moradores da Pampulha Temem Verticalização. Jornal Minas, Belo Horizonte, 7 mar. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w4yleqbghCE>. Acesso em: 12 abr. 2018.

WERNECK, Gustavo. Especialistas da Unesco destacam princípios da arquitetura moderna na Pampulha. Estado de Minas, 18 jul. 2016. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/07/18/interna_gerais,784654/unesco-destaca-principios-da-arquitetura-moderna-na-pampulha.shtml. Acesso em: 12 abr. 2018.

WERNECK, Gustavo. PBH começa obras recomendadas pela Unesco no conjunto moderno da Pampulha. Estado de Minas, 19 dez. 2017. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/12/19/interna_gerais,925359/pbh-comeca-obras-sugeridas-pela-unesco-no-conjunto-moderno-da-pampulha.shtml. Acesso em: 12 abr. 2018.

ZABALBEASCOA, Anatxu. Unesco consagra Le Corbusier e torna Pampulha, de Niemeyer, patrimônio mundial. El País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/17/cultura/1468751603_457464.html. Acesso em: 12 abr. 2018.



**REALIDADE AUMENTADA
EM MUSEUS:
POTENCIALIZANDO
A ACESSIBILIDADE
E OS CONTEÚDOS
ALTERNATIVOS À
RETÓRICA OFICIAL
ATRAVÉS DAS
TECNOLOGIAS DIGITAIS**

Ana Cecília Nascimento Rocha Veiga

INTRODUÇÃO

No último censo do IBGE,¹ cerca de 45 milhões de brasileiros declararam-se portadores de pelo menos uma das deficiências listadas, representando aproximadamente um quinto da população.

Além disto, todos nós, em algum momento da vida, apresentaremos alguma deficiência, temporária ou permanente, como é o caso das dificuldades de locomoção em idades avançadas. Estes números nos reforçam o fato de que a acessibilidade está intimamente ligada à função social dos museus:

Exposições são apresentações complexas que transmitem conceitos, exibem objetos e estimulam os sentidos. No entanto, à medida que os museus reconhecem a diversidade no seu público, eles percebem que as exposições devem fazer mais: as exposições devem ensinar em diferentes estilos de aprendizagem, responder a questões de equidade cultural e de gênero, oferecendo vários níveis de informação. As mudanças resultantes nas exposições tornaram essas apresentações mais compreensíveis, agradáveis e conectadas com a vida dos visitantes. O design acessível deve fazer parte desta nova filosofia de desenvolvimento de exposições, porque as pessoas com deficiência são parte do público diversificado dos museus. A descoberta de maneiras empolgantes e atraentes de tornar as exposições acessíveis atenderá mais diretamente as pessoas com deficiência e os adultos mais velhos.²

Os aplicativos de realidade aumentada, nesse contexto, atuam como *tecnologias assistivas*, ou seja, recursos e serviços que ampliam a autonomia, a inclusão e as habilidades funcionais das pessoas com deficiência.

Ainda que se trate de um conceito mais amplo, no âmbito desta publicação, entendemos *Realidade Aumentada* (RA) como sendo uma ex-

¹ IBGE, 2012.

² No original: “Exhibitions are complex presentations that convey concepts, showcase objects, and excite the senses. However, as museums recognize the diversity within their audiences, they realize that exhibitions must do more: exhibitions must teach to different learning styles, respond to issues of cultural and gender equity, and offer multiple levels of information. The resulting changes in exhibitions have made these presentations more understandable, enjoyable, and connected to visitors’ lives. Accessible design must be a part of this new philosophy of exhibition development because people with disabilities are a part of museums’ diverse audience. Discovering exciting, attractive ways to make exhibitions accessible will most directly serve people with disabilities and older adults.” Cf.: SMITHSONIAN INSTITUTION, 2021, p. 2.

periência interativa, proporcionada pelas tecnologias digitais, cujas informações do mundo real são amplificadas por outras geradas por dispositivos eletrônicos, a exemplo de imagens, vídeos, links e animações.

Assim, elementos digitais podem se superpor aos reais, capturados pelas câmeras de celulares. Ao contrário da *Realidade Virtual (RV)*, na qual há uma inteira substituição do real por simulações imersivas, na *realidade aumentada* empreendemos um diálogo entre o presencial e conteúdos mediados por equipamentos e seus aplicativos (*smartphones, tablets* etc.).

Neste capítulo, apresentaremos um estudo exploratório com experiências de *realidade aumentada* em uma das mais importantes instituições de arte do país – o Museu de Arte de São Paulo (MASP) – tendo como objetivo a potencialização da acessibilidade de seu acervo principal.

No caso do MASP, as legendas dispostas no verso das pinturas da exposição principal – *Acervo em Transformação* – foram disponibilizadas no Instagram e, também, superpostas aos quadros, por meio do aplicativo de realidade aumentada HP Reveal, como veremos detalhadamente a seguir. Trata-se da experiência MASP Labels by Webmuseum.

CAVALETES DE CRISTAL DO MASP: UM MAR DE OBRAS PRIMAS SUSPENSAS NO ESPAÇO

O MASP abriga o mais importante acervo de arte europeia do hemisfério sul, totalizando mais de dez mil obras que contemplam, ainda, a arte africana, asiática e americana. Trata-se de um museu privado, sem fins lucrativos, fundado por Assis Chateaubriand em 1947. Em 1968, passou a ocupar a sede projetada por Lina Bo Bardi, tornando-se um marco arquitetônico na Avenida Paulista e o ponto de encontro para manifestações políticas, artísticas e culturais.

A radicalidade da arquiteta também se faz presente nos cavaletes de cristal, criados para expor a coleção no segundo andar do edifício. Ao retirar as obras das paredes, os cavaletes questionam o tradicional modelo de museu europeu, no qual o espectador é levado a seguir uma narrativa linear sugerida pela ordem e disposição das obras nas salas. No espaço amplo da pinacoteca do MASP, a expografia suspensa e transparente permite ao

público um convívio mais próximo com o acervo uma vez que ele pode escolher o seu percurso entre as obras, contorná-las e visualizar o seu verso.³

Figura 1 – Edifício do MASP e cavaletes de cristal na exposição *Acervo em Transformação*



Fonte: Morio – Wikipedia (esquerda); fotografia da autora, 2018 (direita).

Os cavaletes de cristal (placas de vidro encaixadas em blocos de concreto) foram substituídos em 1996 e refeitos em 2015, num resgate cercado de controvérsias. Em defesa desta volta ao passado, o MASP reiterou o caráter político da galeria aberta projetada por Lina, que reduziria hierarquias, percursos pré-determinados e sacralizações. O suporte de vidro permite, ainda, acesso aos detalhes posteriores da moldura, raramente vistos em exposições convencionais.

Figura 2 – Verso dos cavaletes de cristal no MASP, com as legendas afixadas



Fonte: Fotografia da autora, 2018.

³ MASP, 2019b.

A legenda localizada no verso proporciona um primeiro contato com a obra de arte sem rótulos e textos. Este talvez seja o aspecto mais interessante no que tange à expografia vigente. A própria localização das obras – em um dos museus mais importantes do mundo – já se configura como contexto suficientemente indutor.

Tendo em vista este cenário complexo, a prudência pedia que adiássemos nossas conclusões até uma visita presencial. Constatamos, na ocasião, em 2018, que Lina Bo Bardi e o MASP tomaram uma decisão acertada, em nosso entendimento: o mar de obras-primas suspensas no espaço proporciona uma experiência estética e museal sem precedentes.

OS SENÕES DOS CAVALETES DE CRISTAL

Não obstante as melhores intenções dessa expografia translúcida, ao permanecer por um tempo prolongado no MASP, em 2019, saltou aos olhos alguns senões.

COMPROMETIMENTO DA ACESSIBILIDADE CAUSADO PELAS LEGENDAS NO VERSO DAS OBRAS

Pessoas idosas, cadeirantes, grávidas, com crianças de colo ou mobilidade reduzida, tantas vezes, solicitavam que seus acompanhantes realizassem por eles o trajeto até a legenda, retornando somente com as informações básicas retidas pela memória. Por este motivo, as legendas do museu, que apresentam um conteúdo extremamente rico, não alcançavam parte significativa do público. O folheto com mapa, disponibilizado pelo MASP, possuía informações resumidas (nomes e datas). Segui-lo requeria grande esforço de atenção para não se perder na listagem, pois são apenas textos numerados, sem fotografias. Em nossa última visita, em 2019, os folhetos acabaram logo no começo do expediente e não foram repostos por problemas técnicos. Já o guia de bolso apresenta uma seleção com sessenta itens: menos de um terço do total exposto no período.

CANSAÇO DOS VISITANTES

Não só para as pessoas com mobilidade reduzida, mas também para o público em geral, às vezes se torna cansativo a realização dessa caminhada em constante “vai e vem”. Alguns cavaletes estão aninhados em

cinco ou seis seguidos, o que torna o percurso longo. Em nossa postagem sobre este experimento no Facebook, um internauta comentou:

[...] Eu sou uma pessoa “normal”, mas com o joelho inflamado no dia da visita e sem os óculos que uso apenas para ler em casa, confesso que tive bastante dificuldade pois eu queria muito ler, por mais que eu conhecesse a obra e a história. Enfim, que projeto lindo (pensando em uma realidade que não é a sua), inovador (nunca vi nada parecido), aplicável (quem não gostaria de ler as informações com calma ou até mesmo em casa?) e uma ampla capacidade de gerar mídia [...].⁴

VISITA “INVERTIDA” ESCOLHENDO QUAIS OBRAS FRUIR PELAS LEGENDAS

Visitantes apressados, talvez viajantes à negócios com horário contado, pareciam realizar a visita de trás para a frente, escolhendo o que ver por meio das legendas no verso dos quadros. Esta visita “invertida” redonda em resultados opostos aos desejáveis pela proposta expográfica, reforçando o fetiche dos grandes mestres, mantendo o visitante em sua “bolha artística” e limitando novas descobertas.

SUPERLOTAÇÃO E *SELFIES*

À medida que o museu começa a lotar, algo que ocorre com frequência nessa prestigiosa instituição, caminhar entre os cavaletes se torna mais lento, tomando mais tempo e requerendo mais atenção para não esbarrar nas obras. É preciso também aguardar, com frequência, que os visitantes tirem seus *selfies* e fotos diante dos quadros. Não raro ser este um processo demorado, pois as pessoas esperam os demais passantes saírem de foco, já que os cavaletes de cristal revelam tudo e todos ao seu redor. Essa transparência também pode atrapalhar a fruição das obras, especialmente para pessoas com dificuldade de atenção.

LEITURA DA LEGENDA CONCOMITANTEMENTE À OBSERVAÇÃO DA OBRA DE ARTE

Visitantes dedicados ao estudo da arte podem preferir observar a obra à medida que leem a legenda. Os textos apresentam descrições das cenas, técnicas artísticas, símbolos retidos na composição, dentre outros detalhes

4 SOUZA *apud* VEIGA, 2019.

que exigem o escrutínio simultâneo da pintura. Peguei-me fotografando algumas legendas, destrinchando-as em seguida defronte ao quadro na tela do celular, o que ensejou a ideia para esta intervenção virtual no MASP.

MASP LABELS BY WEBMUSEU: AUMENTANDO AS LEGENDAS DO MASP COM HP REVEAL

A nossa proposta de intervenção colaborativa no MASP⁵ consistiu, inicialmente, na inserção das legendas do verso por sobre a imagem das obras de arte, utilizando para isto o aplicativo gratuito de realidade aumentada HP Reveal.⁶ As legendas foram fotografadas e adicionadas ao aplicativo, associando-as às suas respectivas obras. A própria pintura funcionava como um “disparador” automático para a superposição da legenda na tela do *smartphone*.

Este consistia em um grande diferencial do HP Reveal em comparação com diversos outros aplicativos: não era necessário capturar nada especial (por exemplo: *QR Code*) para visualizar a experiência. Uma vez baixado o aplicativo e selecionado o perfil @Webmuseum, onde disponibilizamos o acervo do MASP de forma pública, bastava o usuário apontar a câmera do celular para a pintura desejada e, automaticamente, a legenda aparecia na tela.

5 Cabe ressaltar que essa experiência não foi pré-planejada. A ideia surgiu durante uma visita ao MASP, em 2019, e foi executada imediatamente. Passei alguns dias em São Paulo, participando de um congresso. Nas poucas horas livres que tive na ocasião, realizei o estudo. De volta à Belo Horizonte, repliquei o conteúdo em uma conta de Instagram criada para este fim. Não se trata de um projeto de pesquisa institucional e programado, mas de uma intervenção espontânea e exploratória. Não possui qualquer espécie de fomento e foi divulgada em canais não institucionais, como redes sociais e aplicativos gratuitos. Também nas mídias sociais do Webmuseum, uma plataforma autoral desta que vos escreve. Tudo isto reforça como é extremamente simples e barato resolver problemas complexos, desde que os usuários e os próprios museus tenham boas ideias, atentem-se para essas demandas e para esses recursos digitais.

6 O aplicativo gratuito HP Reveal, também uma rede social, permitia aos seus usuários criar perfis, curtir, compartilhar conteúdos e participar da comunidade através de experiências de realidade aumentada. Infelizmente o aplicativo foi descontinuado e, na ocasião da publicação deste capítulo, em 2021, já não está mais disponível. Consideramos esta uma grande perda, ainda que existam outros aplicativos de realidade aumentada gratuitos, como o Metaverse. Cf.: HP REVEAL, 2019.

Figura 3 – Pintura *Dama Sorrindo* (Renoir) e fotograma da tela do celular utilizando HP Reveal, onde se observa a legenda do verso do quadro em realidade aumentada.



Fonte: Fotografia da autora (esquerda), fotograma da tela do HP Reveal (direita), 2019.

As esculturas e demais objetos não foram inseridos na coleção *on-line* do HP Reveal por entendermos que seu caráter tridimensional convida o usuário a uma fruição em seu entorno, que acessará, neste processo, naturalmente, a legenda.

Outro aspecto importante desta proposta é que ela não interferia de modo substancial na concepção museográfica do MASP e de Lina Bo Bardi, em nosso entendimento. O usuário ainda podia escolher qual caminho desejava trilhar na exposição. Também permanecia tendo um contato com a obra sem informações prévias.

A única mudança essencial é que, ao invés de se dirigir ao verso do cavalete para ler a legenda, isto era feito por meio do aplicativo. Neste sentido, o contato visual com a parte de trás da moldura não aconteceria. Em outras bases digitais, como um *website*, ou em um aplicativo específico do museu, fotografias do verso também poderiam ser disponibilizadas, permitindo ao visitante escolher se deseja visualizá-lo de perto, contornando assim o cavalete ou não.

Por utilizar a obra de arte como o próprio acionador da experiência, a realidade aumentada, neste caso, não engessa. Isto é importante, também, porque a exposição *Acervo em Transformação* almeja a semipermanência, sendo constantemente revisitada por modificações e ajustes, além de receber obras externas que podem ser incluídas no

aplicativo sempre que emprestadas ao museu, dentro da proposta de intercâmbio internacional que teve seu início em 2018 com a Tate.⁷

Em 2019, a instituição convidada pelo MASP foi o Museum of Contemporary Art Chicago (MCA), cuja política de permissão de fotografia e compartilhamento é similar à do MASP, conforme descrito em seu *Frequently Asked Questions* (FAQ).⁸ As obras do MCA foram inseridas ao longo dos cavaletes de cristal, em ordem cronológica, começando pelas mais recentes.

Embora haja um foco na arte figurativa, o que reflete a coleção do MASP, algumas obras do MCA flertam com a abstração — como as de Gonzalez Torres e de Levine, do mesmo modo como outras do MASP, como as de Lygia Clark e de Rubem Valentim. Os intercâmbios com outros museus permitem ao MASP trazer diferentes trabalhos para conviver com os da coleção do museu, suprimindo, ainda que temporariamente, algumas de nossas lacunas, bem como estabelecendo outras possibilidades de diálogo com o acervo.⁹

Faz-se necessário pontuar, neste momento, alguns obstáculos com os quais os usuários poderiam se deparar ao longo do uso da ferramenta. Ainda que gratuito, o HP Reveal necessitava ser baixado, o que implicava em consumo de memória de cerca de 400 *megabytes*. O museu possui Wi-Fi gratuito, então, não seria necessário o gasto de créditos de internet por parte do visitante.

No Brasil, somente 32% dos museus disponibilizam *Wi-Fi* para o público.¹⁰ Apesar de ser bem simples de operar, o HP Reveal não era tão intuitivo para a maioria das pessoas, justamente pelo fato de não estarmos, na cultura brasileira, tão familiarizados com tecnologias digitais avançadas, como a realidade aumentada.

Smartphones mais simples, com câmeras de qualidade inferior, poderiam ter dificuldades para captar algumas pinturas cujo contraste não fosse tão evidente. Dentro de nossas avaliações de usabilidade do caso, testamos todas as experiências no MASP não só em um iPhone com câmera potente, mas também em um celular Sony android antigo, cuja câmera encontrava-se inclusive danificada por embaçamentos. Mesmo assim foi possível capturar todas as experiências nas pinturas,

7 MASP, 2019b.

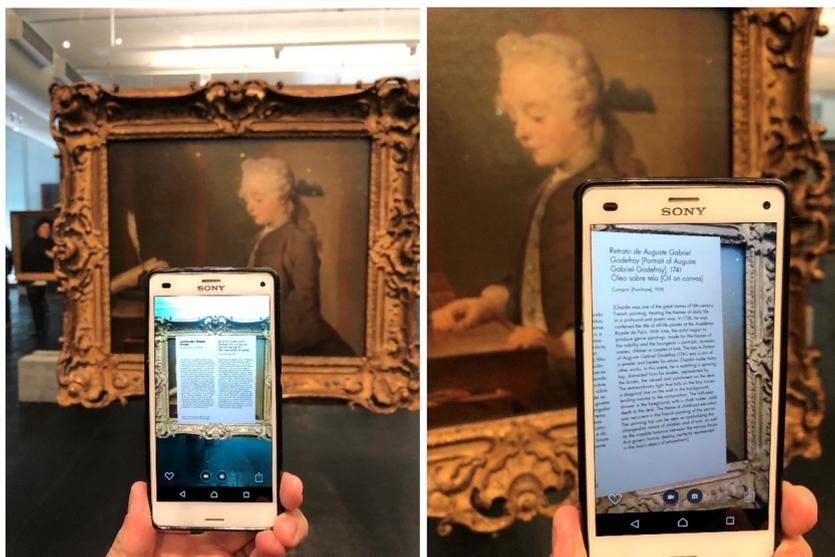
8 MCA, 2019.

9 MASP, 2019b.

10 CETIC, 2019.

ainda que algumas tenham demorado mais para serem encontradas pelo HP Reveal.

Figura 4 – Celular antigo Sony capturando a imagem das legendas de Chardin, experiência de realidade aumentada no aplicativo HP Reveal. Variando a posição do celular, era possível focar e ampliar partes específicas do texto, para ler com mais facilidade



Fonte: Fotografia da autora, 2019.

A acessibilidade no HP Reveal não poderia ser considerada universal, uma vez que o texto era apresentado na forma de imagem e a mesma, devido ao caráter interativo da experiência, não possuía excelente resolução. Pessoas com baixa capacidade visual ou cegas, bem como surdos que não leem português, não poderiam ser considerados incluídos.

Por fim, talvez o mais problemático, consiste na possibilidade de descontinuidade do serviço, o que de fato aconteceu posteriormente, já que a HP, nos anos seguintes, retirou o aplicativo do ar. Por todos estes fatores, decidimos inserir esse conteúdo também em outras plataformas, como o Instagram.

LEGENDAS DO MASP NO INSTAGRAM

Além do HP Reveal, todas as fotografias das pinturas da exposição *Acervo em Transformação 2019*, juntamente com suas correspondentes legendas, foram inseridas numa conta de Instagram criada especifica-

mente para este fim, que levava o nome da experiência: MASP Labels by Webmuseum – @MaspWebmuseum.

Aproveitou-se a estrutura de visualização em três colunas do próprio aplicativo, tanto em *desktop* quanto no celular para apresentar cada obra em uma sequência de três imagens:

1. fotografia da pintura;
2. recorte da legenda, ampliando o seu cabeçalho, que contém informações como nome da obra, artista e ano. Deste modo, era possível ler dados básicos sem necessidade de clicar em nenhum lugar;
3. foto da legenda contida no verso dos quadros na íntegra, apresentando texto completo em português e inglês, que poderia ser lido clicando-se na imagem.

Figura 5 – Obras no *feed* do Instagram MASP Labels by Webmuseum



Fonte: Fotograma do Instagram @MaspWebmuseum, 2019.

As obras foram inseridas na sequência cronológica, como apresentadas na exposição do MASP. Por se tratar de um *feed* linear, ao contrário dos aplicativos de realidade aumentada, o Instagram pode terminar por induzir um roteiro de visitação, ainda que seja simples correr este *feed* em busca de pinturas específicas.

Por ser um aplicativo bastante difundido, possuindo cerca de um bilhão de usuários no mundo e mais de sessenta milhões no Brasil,¹¹ o Instagram conta com um alcance significativamente maior do que o HP Reveal. Além disto, permite acessar as legendas em melhor resolução, não só no museu, mas como também antes ou após a visitação. Para que isto ocorresse com o HP Reveal, o visitante teria que ter uma fotografia da pintura à sua frente, funcionando como disparador das informações, via realidade aumentada. No Instagram, isto não era necessário.

Cabe acrescentar, por fim, que o MASP permitia fotografias na respectiva exposição e incentivava, por meio de cartazes no museu, o compartilhamento das mesmas pelos visitantes (Figura 6). Há, ainda, projeções em uma das paredes do MASP que replicam posts de Instagram contendo as suas *hashtags*. O museu afirmou em seu perfil, na época, que 95% de seus *posts* eram *reposts* de seus seguidores. Entendemos que nossas contribuições vão ao encontro da missão do museu, que objetiva a ampla difusão de seu acervo.

Figura 6 – Totem no MASP incentivando o compartilhamento de fotos no Instagram (esquerda) e fotograma da experiência com o aplicativo HP Reveal em uma obra de Van Gogh no MASP (direita).



Fonte: Fotografia de Ana Cecília Rocha Veiga e fotograma da tela do HP Reveal, 2019.

¹¹ AGRELA, 2019.

Divulgamos, em julho de 2019, um vídeo com os resultados do estudo exploratório em um *post* no Facebook, impulsionado por duas vezes.¹² O *post* obteve 412 curtidas, 46 comentários, 10 mil visualizações do vídeo, 179 compartilhamentos, 29.928 pessoas alcançadas e 2.309 engajamentos.¹³

O POSICIONAMENTO DO MASP

Em julho de 2019, na ocasião da divulgação da experiência, entramos em contato com o MASP via formulário do seu *website*. Informamos a instituição sobre esta intervenção. Marcamos o MASP, ainda, na publicação do Instagram e no *post* do Facebook. O MASP curtiu uma das fotografias do Instagram, na qual aparece a placa com a missão do museu, em agosto de 2019. Não há como saber se o responsável pelas redes sociais do MASP visitou a página como um todo ou apenas viu aquela imagem isoladamente. Fora essa curtida, não obtivemos outras respostas na ocasião.

Em setembro de 2019, entramos em contato novamente com o museu, encaminhando *e-mail* para a diretoria e outros setores do MASP, reforçando a comunicação acerca da experiência e solicitando autorização para possíveis expansões. Confirmamos o recebimento do *e-mail* por telefone e fomos informados de que ele seria encaminhado para os setores responsáveis. Da mesma forma, não obtivemos retorno.

Em 21 de novembro de 2019, recebemos um *e-mail* do museu assinado por Atendimento, elogiando a nossa atenção às políticas de acessibilidade, porém, solicitando a remoção de todo o conteúdo do Instagram e do HP Reveal, compreendendo que violavam uso de marca e direitos de autor. No *e-mail*, alegou-se, ainda, que o experimento atuava em sentido contrário ao projeto expositivo criado pela Lina Bo Bardi, que tinha como objetivo oferecer ao visitante a possibilidade de contemplação de um trabalho artístico sem prévias informações e contextualizações. Por este motivo, as legendas permaneceriam atrás nos cavaletes.

12 No total, foram dispensados R\$ 60,00 reais em dois impulsionamentos com públicos diferentes, sendo 30 reais em cada. O objetivo do impulsionamento, além de divulgar a experiência, foi realizar testes e pesquisas com essa rede social (Facebook). Os resultados dos nossos experimentos nas redes sociais do Webmuseum serão divulgados oportunamente.

13 Com dados de maio de 2021. Cf.: VEIGA, 2019.

No mesmo dia, encaminhamos resposta ao museu, com nosso posicionamento acerca do tema. Informamos, também, que retiraríamos todo o material, tanto do Instagram, quanto do HP Reveal, conforme solicitação do MASP. Nesta mesma ocasião, na linha do que escrevemos ao museu por *e-mail*, publicamos um protesto sobre o ocorrido em um post no grupo Museologia Brasil do Facebook, que abarca uma comunidade de milhares de profissionais, estudantes e interessados no campo. O *post* obteve grande repercussão e chegou ao setor de acervos do MASP.

O museu entrou em contato conosco, desta vez por telefone. Nessa ligação, posteriormente, oficializada por *e-mail* em 26 de novembro de 2019, o incidente foi classificado como uma falha de comunicação interna, pela qual se desculparam, informando a autora deste capítulo de que não se opunham à divulgação das imagens e legendas no Instagram, contudo, não poderiam se responsabilizar pelo uso daquelas que ainda não estavam em domínio público.¹⁴ Por esta razão, pediam a retirada da palavra MASP do nome do perfil no Instagram, para que não significasse um endosso institucional. Informaram, também, que o museu estaria prestes a lançar o seu aplicativo e escrevendo sua Política de Acesso, que iria prever a liberação do conteúdo digital do seu acervo, dentro do que permite a legislação brasileira. A Política abarcaria as questões de acessibilidade.

Ficamos satisfeitos com o desfecho amigável por parte do MASP no que tange ao experimento.

APLICATIVO MASP ÁUDIOS

Em 3 de dezembro de 2019, o MASP lançou o seu próprio aplicativo – o MASP Áudios – financiado pela Lei de Incentivo à Cultura e por empresas patrocinadoras.

Como o aplicativo do MASP é gratuito, e nossa experiência apenas um estudo exploratório, já naquela ocasião, final de 2019, decidi-

14 Cabe pontuar que tomamos conhecimento desta restrição pelo telefonema e *e-mail*. Por exemplo, no totem incentivando o compartilhamento de fotografias no Instagram, instalado no museu, não havia qualquer menção à restrição acerca de fotografias e compartilhamentos de determinadas obras que não estivessem em domínio público na exposição principal do MASP. Pelo menos não encontramos, na época, esta informação visível no museu ou no *website*.

mos remover voluntariamente o conteúdo público do HP Reveal e do Instagram, encerrando essa experiência.

Por meio da realidade aumentada, o aplicativo expande a experiência dos visitantes proporcionando uma imersão no acervo. O funcionamento é simples: basta apontar o celular para a obra, a câmera fará o reconhecimento de imagem e o áudio começará automaticamente. Também é possível pesquisar pelo título da obra ou pelo nome do artista para ter acesso aos áudios em qualquer lugar. Ao final da navegação, o usuário terá registrado um roteiro com as obras pelas quais passou e poderá criar uma coleção própria com base no acervo do MASP, escolhendo seus trabalhos favoritos. Os áudios trazem leituras abrangentes que contextualizam a obra, o artista e o período artístico ao qual pertencem. O aplicativo possui cerca de 170 áudios sobre as obras da coleção permanente do museu - aquelas expostas nos cavaletes de cristal projetados por Lina Bo Bardi no segundo andar do prédio, no Acervo em Transformação. O conteúdo do MASP Áudios reflete a diversidade, inclusão e pluralidade do museu. Trecho sobre o aplicativo do MASP em seu website.¹⁵

OUTRAS POSSIBILIDADES: SUGESTÕES DE RECURSOS DIGITAIS DE ACESSIBILIDADE NO MASP

Tendo como norte o desenho universal, consideramos algumas possibilidades de inserção do conteúdo do MASP (fotografias de pinturas e de suas legendas) nas plataformas a seguir. Trata-se de recursos que podem ser implementados pelo próprio MASP ou por demais pesquisadores da área, mediante autorização da instituição, ficando aqui como sugestão aberta a todos os interessados em colaborar com o museu.

WEBSITE EM WORDPRESS COM TEXTO ALT E LIBRAS

O WordPress consiste em um *Content Management System* (CMS), um *software* livre gerenciador de conteúdo para a *web*, que responde por cerca de 40% dos *websites* publicados atualmente.¹⁶

Dentre as inúmeras vantagens do WordPress encontram-se a *web* semântica e a otimização para mecanismos de busca – *Search Engine Optimization* (SEO) –, ou seja, sua capacidade de comunicar aos meca-

15 MASP ÁUDIOS, 2021.

16 WORDPRESS, 2021.

nismos e leitores de tela, como o NVDA,¹⁷ as diversas partes que compõem o *website*: menus, títulos, imagens, textos, palavras-chave etc. Isto amplia a acessibilidade em todos os sentidos, desde pessoas com deficiência à recuperação da informação. Abordamos estas questões na cartilha *on-line* do projeto Pedras Sabidas, na qual aplicamos ainda processos de gestão de conteúdo e técnicas de *web writing*.¹⁸

Com o WordPress é possível, também, acrescentar descrições alternativas (texto alt) nas mídias, que consistem em metadados não visíveis para os usuários em geral, mas lidos pelo NVDA e similares, com informações relevantes para pessoas cegas ou com baixa visão. Ao contrário das legendas convencionais, escritas para pessoas que enxergam, os textos alt, geralmente difundidos nas redes sociais com a *hashtag* #PraCegoVer ou similares, descrevem a cena de modo literal, tendo como foco quem não as pode visualizar. Em um *website*, portanto, seria possível acrescentar as pinturas do MASP, as legendas disponibilizadas pelo museu, bem como um conteúdo exclusivo produzido para pessoas com deficiência visual (texto alt). Esta coleção *on-line* poderia ser desenvolvida utilizando-se os recursos da plataforma Tainacan.¹⁹

Por fim, neste repositório digital seria possível inserir áudios, assim como vídeos com legendas em Libras – a Língua Brasileira de Sinais. *Plugins* de tradução, à exemplo do VLibras,²⁰ permitiriam a leitura do conteúdo por surdos que não sabem o português.

Para os que enxergam, fotografias do verso das pinturas, com os detalhes da moldura exposta pelos cavaletes de cristal, auxiliariam os visitantes a escolher se querem, ou não, contornar o cavalete para observar os detalhes posteriores das obras.

17 NVDA, 2021.

18 VEIGA, VAZ, FERNANDES, 2019; PEDRAS SABIDAS, 2021.

19 O Tainacan consiste em extensões (temas e plugins) gratuitos para WordPress, que permitem a publicação e gestão de acervos, conformando um repositório digital profissional. A plataforma foi adotada pelos museus do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e por nós em diversos projetos e pesquisas. *Website* oficial do projeto: Tainacan.org

20 VLIBRAS, 2021.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL ASSOCIADA À REALIDADE AUMENTADA

Talvez a possibilidade mais ambiciosa seja a associação da realidade aumentada com *Inteligência Artificial* (IA). Um exemplo de uso de IA em museus consiste no projeto “A voz da arte”, realizado na Pinacoteca de São Paulo.²¹ Por meio do Watson, tecnologia de IA da IBM, o visitante deste museu podia “conversar” com algumas obras de arte, fazendo perguntas para o aplicativo, previamente alimentado e atualizado com inúmeras informações. A inteligência artificial permitiria a plena e livre interação do visitante com o conteúdo, totalmente adaptado ao seu perfil por meio de algoritmos. Respondendo a um breve questionário, o algoritmo determinaria qual base de dados acessar, levando-se em consideração idade, língua, grau de escolaridade, interesses manifestos e até necessidades particulares, como deficiência cognitiva, autismo ou dislexia. Ao longo da experiência, o aplicativo poderia, ainda, ajustar-se ao usuário, levando em consideração até mesmo o seu sotaque e regionalismos, tendo em vista que no Brasil vigoram diversos vocabulários. Talvez aí estejamos, realmente, falando em um desenho universal. Contudo, a adoção de tais tecnologias requer dispendiosos recursos, tanto humanos, quanto financeiros, por parte dos museus. Demandam, por fim, avaliar os riscos associados aos algoritmos, como a formação de “bolhas”, a propagação de preconceitos de quem o programou e o reforço do viés de confirmação.

INTERVENÇÕES COLABORATIVAS E LEGENDAS COLETIVAS EM MUSEUS: REFLEXÕES E EXEMPLOS

Intervenções colaborativas em museus não advêm das tecnologias digitais. Ao contrário, até mesmo delas prescindem! Visitas guiadas alternativas, fitas cassetes com audioguias independentes, instalações artísticas e *flash mobs*, legendas paralelas e coletivas, livros e catálogos não oficiais e até mesmo intervenções físicas nas obras e nos espaços dos museus acontecem de longa data. Estas colaborações autorais por parte dos visitantes dos museus foram amplificadas em escala jamais observada anteriormente na história por causa da *web*, dos *blogs* e das redes sociais.

Um exemplo bastante peculiar é a empresa de visitas guiadas Museum Hack,²² que promete converter pessoas que “odeiam” museus através de

²¹ IBM, 2019.

²² MUSEUM HACK, 2021.

passeios com temáticas inusitadas, curadoria fora do “padrão obras-primas” e uso de linguagem coloquial para transmitir o conteúdo com humor e teatro. Segundo seu fundador, Nick Gray,²³ a empresa alcançou sucesso lançando mão de técnicas de *storytelling*, jogos, curiosidades, controvérsias e guias verdadeiramente apaixonados pelos roteiros que eles mesmo estruturam. Museum Hack alega proporcionar aventuras e não meras aulas de campo, entretenimento para além do conhecimento. O conteúdo educacional destes roteiros só poderia ser avaliado mediante participação presencial a uma dessas visitas.

Dentro dessa linha, o coletivo de artistas feministas *Guerrilla Girls* promove um ativismo bem-humorado, que hoje se encontra exposto inclusive no próprio MASP:

As Guerrilla Girls se definem como um grupo de ativistas feministas que “usam fatos, humor e imagens ultrajantes para expor os preconceitos étnicos e de gênero, bem como a corrupção na política, na arte, no cinema e na cultura pop”. Constituído por ativistas anônimas, e conhecido por usar máscaras de gorila em suas aparições públicas, o grupo foi formado em 1985 em resposta a uma exposição realizada em 1984 no Museum of Modern Art (MoMA), em Nova York. Com o título *International Survey of Recent Painting and Sculpture* [Panorama internacional de pinturas e esculturas recentes] e curadoria de Kynaston McShine, essa mostra incluiu 165 artistas, no entanto, apenas treze eram mulheres. O MASP apresenta uma retrospectiva com 116 trabalhos do grupo, incluindo dois novos cartazes brasileiros, baseados nas obras mais conhecidas das Guerrilla Girls.²⁴

23 GRAY, 2019.

24 MASP, 2019c.

Figura 7 – Guerrilla Girls expondo estatísticas do próprio MASP na exposição *Acervo em Transformação*



Fonte: Fotografia da autora, 2019.

Em convergência com estes mesmos objetivos, mas por outros meios, o movimento Feminist Museum Hack²⁵ pretende, com bastante seriedade, apontar o grave problema do machismo nos museus. Segundo seus integrantes, museus são considerados autoridades acima de vieses, porém, com frequência, legitimam visões elitistas e sexistas em suas representações normativas. As manifestantes pretendem, diante disto, reescrever o discurso oficial por meio de intervenções como *post its* afixados próximos às obras, questionando legendas que posicionam mulheres artistas em relação à homens famosos (filha, esposa etc.), cenas nas quais mulheres encontram-se totalmente nuas ao lado de homens inteiramente vestidos, para citarmos alguns.

Diversos destes movimentos fazem parcerias com os próprios museus, encaminhando para estes seus relatórios de intervenção e seus resultados de pesquisa. Muitos museus, inclusive, terminam por abraçar a causa, mantendo e divulgando as intervenções em seus espaços.

Tendo em vista os exemplos envolvendo a palavra *hacker*, que em nossa cultura acabou por adquirir uma conotação específica, cabe um esclarecimento de termos. Apesar do público leigo não identificar claramente as diferenças, bem como a imprensa utilizar a palavra *hacker* em qualquer contexto, existem *hackers* e *crackers*.

25 CLOVER, SANFORD, 2018; CLOVER, WILLIAMSON, 2019.

Os *crackers* realizam invasões ilegais, alterações malignas ou vazamentos de dados sigilosos de forma criminosa. Já os *hackers* promovem modificações positivas nos espaços invadidos, como detectar vulnerabilidades nos sistemas computacionais (alertando seus proprietários), identificar *crackers* (reportando às autoridades, quando não forem estes mesmos os *hackers*) e deixar melhorias por onde passam.

Em inglês, esta distinção também é feita pelas expressões *white hat hacker* e *black hat hacker*, remetendo aos chapéus de caubóis nos filmes antigos de faroeste, nos quais os mocinhos vestiam branco e os bandidos, preto. Entendemos, contudo, que tais construções abrigam fortes traços de racismo estrutural manifesto na linguagem, levando-nos a preferir o termo *hacker ético*.

Certas ações autorizadas (ou não) possuem caráter de protesto, podendo ser denominadas *hacktivismos*. Um dos mais famosos envolvendo realidade aumentada aconteceu no Museu de Arte Moderna de Nova York.²⁶ Sem entrar no mérito da causa ou da qualidade artística da intervenção, o que fugiria ao nosso escopo, a exposição *Olá, somos da Internet* tornou-se emblemática ao sobrepor obras de arte digital nas pinturas da galeria de Pollock. O coletivo, que se denomina MoMAR, afirma não possuir proprietários, nem visar o lucro. Objetivam, segundo o *website* do grupo,²⁷ questionar o elitismo dos museus e demais espaços de arte.

Embora as pessoas consumindo a mensagem precisem estar dentro do local, os ativistas, não. Como apontou o Motherboard, a maioria dos membros do MoMAR não se conheceram pessoalmente até instantes antes de seu lançamento de galeria na sexta-feira. Isso significa que artistas e ativistas podem criar seu trabalho e distribuí-lo em locais da vida real sem ter que estar lá ou, de forma importante, sem vandalizar propriedades públicas ou trabalhos privados. Aliás, o MoMAR liberou o código fonte de seu app para que o público pudesse participar. “Sinta-se livre para fazer o que quiser com ele”, escreveu o MoMAR. “Você nem precisa linkar a gente. Estamos empolgados com o que veremos no futuro.”²⁸

Para serem consideradas *hacking éticos*, em nosso entendimento, sejam estas *hacktivismos* ou não, as intervenções não podem cometer crimes, nem infringir regras explícitas do museu, bem como devem ser removidas em caso de solicitação por parte da instituição. Foi o que observamos na *Olá, somos da Internet*, pois o MoMA não se pronunciou acerca

26 MOMA, 2021; DEGEURIN, 2019a.

27 MoMAR, 2019.

28 EHRENKRANZ, 2019.

do assunto. Já no caso conhecido como *Hacking the Heist*, a empresa Cuseum optou por interromper uma intervenção digital em andamento.

Em 1990, ladrões extraíram do Isabella Stewart Gardner Museum, em Boston, treze obras de arte.²⁹ Considerado por muitos o maior roubo de museu da história, os prejuízos somam cerca de meio bilhão de dólares. Dentre as obras figuravam artistas como Vermeer, Manet e Degas, bem como a única marinha até hoje atribuída à Rembrandt. O Gardner Museum chegou a oferecer uma recompensa de dez milhões de dólares para quem possuísse alguma pista que os levassem a recuperá-las.

A empresa Cuseum “devolveu” algumas destas obras roubadas para as molduras vazias do Gardner Museum, que podiam ser visualizadas no local por meio de realidade aumentada.³⁰ Neste caso, a empresa optou, na ocasião, por não liberar o aplicativo para o público, tendo em vista que o museu não autorizou a experiência.

Uma vantagem importante das intervenções colaborativas com o uso do digital é a total independência dos visitantes em relação ao museu para que a experiência funcione e seja divulgada, não sendo necessário afixar nada nas exposições, nem distribuir *folders* ou qualquer outra forma de invasão física no espaço museal, como é o caso de nossa experiência no HP Reveal e no Instagram.

Cabe pontuarmos que, apesar do experimento com o Instagram, temos uma visão altamente crítica em relação às redes sociais comerciais. As mídias sociais, não raro, fomentam a denominada *economia da atenção* e adotam modelos de negócio, em nosso entendimento, abusivos no que tange à nossa privacidade. Além disto, frequentemente estão deteriorando o nosso tecido social e o debate público. Não obstante estes graves senões, não há como as instituições museais se furtarem de participar destas redes, infelizmente. Nossas considerações sobre o tema merecem, com certeza, uma publicação específica.

Por fim, ressaltamos que a posição oficial dos museus frente à produção de conteúdo independente também configura objeto de nossas pesquisas. Tanto as manifestações oficiais, quanto o silêncio, muito comunicam. As instituições museais se encontram em uma desafiadora fase de transição, na qual precisam lidar com o protagonismo dos visitantes que, outrora passivos, agora detém o poder de intervir nos museus, ainda que virtualmente.

29 GARDNER MUSEUM, 2021.

30 HACKING THE HEIST, 2019; DEGEURIN, 2019b.

CONCLUSÃO

Segundo o relatório TIC Cultura 2020,³¹ apenas 32% dos museus brasileiros possuíam *website* próprio, sendo outros 24% abrigados em *websites* de terceiros. Pouco mais da metade (56%) estavam nas redes sociais e 25% disponibilizavam acervo digital na Internet para o público. No Brasil, portanto, o uso de recursos digitais e a presença on-line dos museus ainda é bastante precária.

Dentro deste contexto, intervenções como o MASP Labels by Webmuseum, que não sejam experiências temporárias espontâneas, mas projetos permanentes baseados em *softwares* livres, podem colaborar com as instituições museais, ampliando o seu potencial de inclusão de maneira rápida, gratuita e sustentável. As diversas tecnologias assistivas, dentre estas a realidade aumentada, potencializam a acessibilidade nos museus de arte, especialmente quando nos deparamos com uma expografia radical, como os cavaletes de cristal do MASP.

Entendemos, ainda, que os museus precisam caminhar, cada vez mais, para a abertura de seus acervos e disponibilização ampla e livre de seu conteúdo na *web*, espaço onde o protagonismo é democratizado pelos inúmeros recursos gratuitos atualmente disponíveis no ciberespaço.

Por fim, os aplicativos de realidade aumentada, *storytelling*, audioguias, gestão de informação na *web*, permitem dar voz aos excluídos, às minorias, bem como oferecem conteúdos alternativos à retórica oficial. Estes conteúdos podem ser intervenções colaborativas (como nosso experimento no MASP) ou mesmo críticas, como anteriormente apresentados no Feminist Museum Hack e MoMAR.

No caso dos *hacktivismos*, colocam dentro dos museus reflexões acerca da elitização da curadoria, sexismo, racismo estrutural manifesto na linguagem das legendas, olhar eurocêntrico e demais tópicos que envolvem os estudos decoloniais. Contribuem, ainda, para o processo de “repatriação virtual” das coleções que, habitando tantas vezes os museus internacionais, podem aportar em suas terras de origem pelo menos através da *web*. O inverso também se verifica: por meio do digital podemos intervir nos museus ao redor do planeta com conteúdo colaborativo inédito, vindo daqueles que, imbuídos de uma nova consciência, não precisam concordar, silentes, com a colonização de seu discurso.

31 CETIC, 2020.

REFERÊNCIAS

AGRELA, Lucas. Estes são os dez países que mais usam o Instagram. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/tecnologia/estes-sao-os-dez-paises-que-mais-usam-o-instagram>. Acesso em: 10 out. 2019.

CETIC. TIC Cultura 2020. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/cultura/publicacoes/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

CLOVER, Darlene; SANFORD, Kathy. The Feminist Museum Hack: Making a creative disruptive pedagogical, investigative and analytical tool. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, n. 42, p. 63-76, 2018.

CLOVER, Darlene; WILLIAMSON, Sarah. The Feminist Museum Hack as an aesthetic practice of possibility. *European Journal for Research on the Education and Learning of Adults*, Linköping, p. 1-17, 2019.

DEGEURIN, Mack. Internet Artists Invaded the MoMA With a Guerrilla Augmented Reality Exhibit. Disponível em: https://www.vice.com/en_us/article/8xd3mg/moma-augmented-reality-exhibit-jackson-pollock-were-from-the-internet. Acesso em: 10 out. 2019a.

DEGEURIN, Mack. Technologists Use Augmented Reality to Return Stolen Artwork. Disponível em: https://www.vice.com/en_us/article/a3dy4/technologists-use-augmented-reality-to-return-stolen-artwork. Acesso em: 10 out. 2019b.

EHRENKRANZ, Melanie. Artistas hackeiam exposição do MoMA com realidade aumentada para protestar contra elitismo da arte. Disponível em: <https://gizmodo.uol.com.br/protesto-arte-invasao-realidade-aumentada-moma/>. Acesso em: 10 out. 2019.

GARDNER MUSEUM. Gardner Museum theft: an active and ongoing investigation. Disponível em: <https://www.gardnermuseum.org/organization/theft>. Acesso em: 8 maio 2021.

GRAY, Nick. How I learned to stop hating and love museums. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6VWPHKABRQA>. Acesso em: 10 out. 2019.

GUERRILLA GIRLS. Disponível em: <https://www.guerrillagirls.com/>. Acesso em: 8 maio 2021.

HACKING THE HEIST. Disponível em: <https://www.hackingtheheist.com/>. Acesso em: 8 maio 2021.

HP REVEAL. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20190820094344/https://www.hpreveal.com/>. Acesso em: 10 out. 2019.

IBGE. Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012.

IBM. A voz da arte: Watson na Pinacoteca de SP. Disponível em: <https://www.ibm.com/>. Acesso em: 10 out. 2019.

MASP ÁUDIOS. Disponível em: <https://masp.org.br/audios>. Acesso em: 8 maio 2021.

MASP LABELS BY WEBMUSEU. Disponível em: <https://www.instagram.com/maspwebmuseum/>. Acesso: out. 2019d.

MASP. Acervo em Transformação: Museum of Contemporary Art Chicago no MASP. Disponível em: <https://masp.org.br/exposicoes/acervo-em-transformacao-museum-of-contemporary-art-chicago-no-masp>. Acesso em: 10 out. 2019b.

MASP. Guerrilla Girls: Gráfica 1985-2017. Disponível em: <https://masp.org.br/exposicoes/guerrilla-girls-grafica-1985-2017>. Acesso em: 10 out. 2019c.

MOMAR. Disponível em: <http://momar.gallery/about.html>. Acesso em: 10 out. 2019.

MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://masp.org.br/>. Acesso em: 10 out. 2019a.

MUSEUM HACK. Disponível em: <https://museumhack.com/>. Acesso em: 8 maio 2021.

MUSEUM OF CONTEMPORARY ART CHICAGO. Disponível em: <https://www.mcachicago.org/Visit/FAQs>. Acesso em: 10 out. 2019.

MUSEUM OF MODERN ART NEW YORK. Disponível em: <https://www.moma.org/>. Acesso em: 8 maio 2021.

NVDA. Disponível em: <https://www.nvaccess.org/>. Acesso em: 8 maio 2021.

PEDRAS SABIDAS. Disponível em: <https://mmgerdau.webmuseum.org/>. Acesso em: 8 maio 2021.

SMITHSONIAN INSTITUTION. Smithsonian guidelines for accessible exhibition design. Disponível em: <https://www.sifacilities.si.edu/sites/default/files/Files/Accessibility/accessible-exhibition-design1.pdf>. Acesso em: 8 maio 2021.

TAINACAN. Disponível em: <https://tainacan.org/>. Acesso em: 8 maio 2021.

VEIGA, Ana Cecília Rocha Veiga. Legendas do MASP em realidade aumentada e no Instagram. Disponível em: <https://www.facebook.com/webmuseum/posts/891463431191583>. Acesso em: 10 out. 2019.

VEIGA, Rocha Ana Cecília; VAZ, Roberto; FERNANDES, Paula Odete. Web Writing for Museums: Analyzing Principles and Best Writing Practices for Digital Media through the “Wise Stones (Pedras Sabidas) Accessible Circuit” Case Study. In: MuseWeb - MW 2019, 2019, Boston. *Anais...* Boston: MuseWeb, 2019. Disponível em: <https://mw19.mwconf.org/paper/web-writing-for-museums-analyzing-principles-and-best-writing-practices-for-digital-media-through-the-case-study-wise-stones-pedras-sabidas-accessible-circuit/>. Acesso em: 1 nov. 2021.

VLIBRAS. Disponível em: <http://www.vlibras.gov.br/>. Acesso em: 8 maio 2021.

WORDPRESS. Disponível em: <https://wordpress.org/>. Acesso em: 8 maio 2021.



A MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO PPGCI-UFMG: POR UMA GESTÃO DE DOCUMENTOS E DE ARQUIVO PERMANENTE

Renato Pinto Venancio

Adalson de Oliveira Nascimento

INTRODUÇÃO

Em nossos dias, menciona-se com frequência o termo *memória*, mas quase nunca se explicita o que se entende por essa palavra. Daí a importância de começar este texto definindo esse sentido. Optou-se, na presente análise, por considerar a *memória* do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) como sua *memória institucional*; tal expressão, por sua vez, diz respeito às informações registradas, analógicas ou digitais, decorrentes das funções e atividades do referido Programa.

Informações registradas são informações arquivísticas. Nesse sentido pode-se dizer, que os arquivos são os *registros da memória* das instituições. Trata-se da fonte mais confiável para conhecer a origem, funcionamento e evolução das instituições. Conforme Margaret Hedstrom, os documentos de arquivos, quando têm uma custódia confiável, podem permanecer “[...] insuspeitados e imperturbáveis enquanto as memórias individuais se esvaem, enquanto a memória coletiva é reconfigurada, ou até mesmo enquanto existem esforços conscientes de se apagar a memória.”¹

Frente à fluida memória individual ou coletiva, as informações registradas dos arquivos são, por definição, fixas. Os testemunhos dos documentos de arquivo, por isso mesmo, permitem que práticas e representações esquecidas ou combatidas tenham o direito a ser conhecidas. Eis, portanto, o desafio do PPGCI: criar condições para a perenização de seus registros da memória que, diga-se de passagem, se bem conservados, organizados e descritos podem se tornar fontes de pesquisa de inúmeras teses, mestrados e demais pesquisas acadêmicas.

Antes de avançarmos nesse sentido, precisamos demarcar o contexto mais amplo de surgimento dos cursos de pós-graduação brasileiros.

ADMINISTRAÇÃO RACIONAL-LEGAL E PATRIMÔNIO DOCUMENTAL ARQUIVÍSTICO

De mesma forma que outros países, o Brasil do século XX foi impactado por mudanças políticas, sociais e econômicas que se refletiram na administração das instituições privadas e públicas. Em relação a essas últimas, até o final da Primeira República (1889-1930), suas funções foram reduzidas, conforme observou um especialista:

No Estado liberal só eram necessários quatro ministérios – o da Justiça, responsável pela polícia, o da Defesa, incluindo o Exército e a Marinha, o da Fazenda e o das Relações Exteriores. Nesse tipo de Estado, o serviço público mais importante era o da administração da justiça, que o Poder Judiciário realizava.²

Em outras palavras, as principais funções do Estado consistiam na defesa das fronteiras nacionais, na manutenção da ordem interna e no respeito aos contratos e à propriedade privada. A partir da década de

1 HEDSTROM, 2016, p. 255.

2 BRESSER-PEREIRA, 1996, p. 11.

1930, tais funções são multiplicadas, buscando-se uma maior eficiência da máquina pública:

No momento, entretanto, que o Estado se transformou no grande Estado social e econômico do século XX, assumindo um número crescente de serviços sociais – a educação, a saúde, a cultura, a previdência e a assistência social, a pesquisa científica – e de papéis econômicos – regulação do sistema econômico interno e das relações econômicas internacionais, estabilidade da moeda e do sistema financeiro, provisão de serviços públicos e de infraestrutura –, o problema da eficiência tornou-se essencial.³

À medida que isso ocorre, surgem novas atividades e necessidades de coordenação na esfera pública. O bom funcionamento do Estado passa a depender de políticas institucionais formuladas, implementadas e avaliadas. No Brasil, de acordo com pesquisas já realizadas, a primeira grande reforma nesse sentido ocorre em 1938, com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público-DASP.⁴

A criação do DASP é caracterizada como uma tentativa de promover a transição da administração “patrimonialista” para a “racional-legal”, também definida como “burocrática” ou “weberiana”. Essa última definição compreende que:

1. A burocratização oferece, acima de tudo, a possibilidade ótima de colocar-se em prática o princípio de especialização das funções administrativas, de acordo com considerações exclusivamente objetivas. Tarefas individuais são atribuídas a funcionários que têm treinamento especializado e que, pela prática constante, aprendem cada vez mais. O cumprimento “objetivo” das tarefas significa, primordialmente, um cumprimento de tarefas segundo regras calculáveis e “sem relação com pessoas”.
2. A razão decisiva para o progresso da organização burocrática foi sempre a superioridade puramente técnica sobre qualquer outra forma de organização. O mecanismo burocrático plenamente desenvolvido compara-se às outras organizações exatamente da mesma forma pela qual a máquina se compara aos modos não-mecânicos de produção.
3. Precisão, velocidade, clareza, conhecimento dos arquivos, continuidade, discricção, unidade, subordinação rigorosa, redução do atrito e dos custos de material e pessoal – são levados ao ponto ótimo na administração rigorosamente burocrática, especialmente em sua forma monocrática.
4. A administração burocrática racional-legal, diferentemente da patrimonialista, é regida pela noção de “igualdade perante a lei”. Nessa forma de administração, tomam-se “medidas metódicas para a realização regular e contínua” dos deveres e para a promoção do acesso aos “direitos corres-

3 BRESSER-PEREIRA, 1996, p. 11.

4 ABRUCIO; PEDROTI; PÓ, 2010, p. 27-71.

pondentes”. Somente esse tipo de “burocracia estabeleceu as bases da administração de um Direito racional conceitualmente sistematizado”.⁵

Embora implantada de forma incompleta, a transição administrativa ocorrida a partir de 1938 deu origem a novas realidades na esfera pública, sendo uma delas o surgimento de órgãos públicos com padrões de eficiência pouco comuns até então.⁶ Também é preciso sublinhar duas dimensões a mais desse fenômeno:

1. a implantação dessa reforma ocorre de maneira diferenciada em âmbito federal, estadual e municipal;
2. a persistência de arranjos administrativos tradicionais não decorre apenas de motivos políticos, sendo também condicionada pelos custos financeiros da implantação da administração racional-legal em substituição à patrimonialista.

Os serviços públicos de ensino superior foram impactados por esse processo de modernização. Se retornarmos à definição weberiana, observaremos que a “[...] burocratização oferece, acima de tudo, a possibilidade ótima de colocar-se em prática o princípio de especialização das funções administrativas.”⁷ Mais ainda: “Tarefas individuais são atribuídas a funcionários que têm treinamento especializado.”⁸ A partir dessas definições, depreende-se que a administração burocrática é tributária da *meritocracia*. Portanto, em paralelo ao desenvolvimento industrial do Brasil dos anos 1930, e de suas necessidades tecnológicas e organizacionais, a reforma da administração pública também estimula a capacitação de técnicos de nível superior para exercerem as mais diversas atividades.

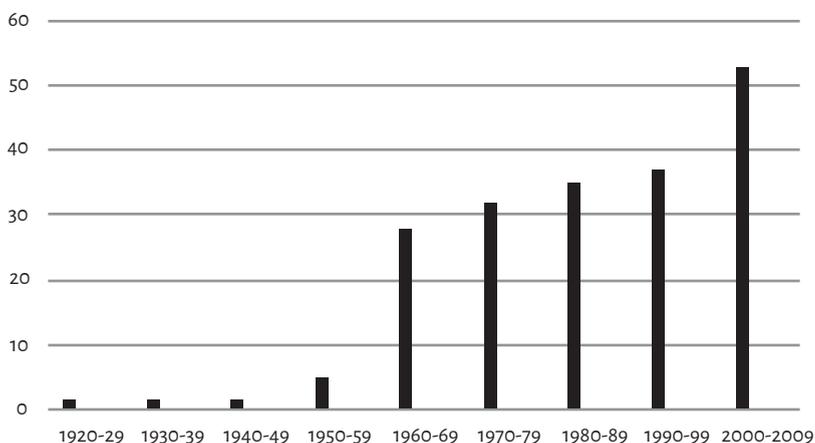
5 WEBER, 1982, p. 229-282.

6 BRESSER-PEREIRA, 2007.

7 WEBER, 1982, p. 229-282.

8 WEBER, 1982, p. 229-282.

Gráfico 1 – Número absoluto de universidades públicas federais no Brasil



Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Criação de Universidade. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/linha-tempo-ifes.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

O surgimento do Ministério da Educação, em 1930, insere-se nesse esforço de modernização, cuja expressão mais proeminente consistia na nascente economia industrial.⁹ Embora de forma lenta, a partir dessa década, o número de universidades federais tende a crescer. O Gráfico 1 apresenta essa evolução, cabendo destacar que os dados aparecem ali representados de forma cumulativa, colocando em relevo o estoque de instituições e não seu fluxo de criação. Por exemplo, nas décadas de 1920 e 1930 existia apenas uma universidade federal brasileira. Nos anos 1940, é criada mais uma, dando origem a duas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em atividade, sendo esse último valor aquele considerado no referido gráfico; o mesmo ocorrendo com as cifras mencionadas para as décadas subsequentes.¹⁰

De forma semelhante a outras dimensões da realidade nacional, constatam-se várias dificuldades nesse processo de modernização. Quanto a isso cabe retornar à definição weberiana. Segundo Weber, para que a *máquina* administrativa funcione com “precisão, velocidade, clareza”, é necessário o “conhecimento dos arquivos”. Em outras palavras, são necessárias formas de controle dos documentos que são juridicamente reconhecidos como autênticos e guardam valor de pro-

9 CUNHA, 2000.

10 O Gráfico 1 não leva em conta as instituições privadas, assim como os Institutos Federais e Escolas Técnicas Federais que implantaram cursos superiores.

va. Apesar da demanda por saberes arquivísticos estar presente desde a primeira reforma administrativa, os cursos superiores de Arquivologia surgem apenas na década de 1970.¹¹

Embora reconhecendo problemas no atendimento de demandas específicas, cabe sublinhar que, ao longo do tempo, houve um aumento expressivo no número de IFES. Tal acréscimo, em parte, foi possível graças à segunda reforma administrativa do Estado brasileiro, conhecida pelo nome de Decreto N.º. 200, promulgado em 1967.¹² Essa iniciativa promoveu a expansão da administração indireta, sendo as universidades federais, enquanto autarquias, beneficiadas nesse novo contexto: ao longo dos dois anos subsequentes à segunda reforma, foram instituídas oito novas IFES.

A implantação da pós-graduação também ocorreu de forma mais intensa neste último período. O embrião da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) começa em 1951, sob a denominação de Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.¹³ Porém, até 1961 os recursos e a inserção institucional dessa comissão eram restritos. Em 1965, essa situação muda, sendo a pós-graduação inserida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No ano seguinte, a “comissão” torna-se uma “coordenação”, com poderes de traçar políticas públicas e integrar o ensino de pós-graduação ao “1º Plano Nacional de Desenvolvimento”.¹⁴

Nesse contexto, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) dá início à efetiva implantação dos programas de pós-graduação, embora isso fosse proposto no estatuto de 1956, sete anos após federalizar-se. No art. 35 dessa norma previa-se “cursos de pós-graduação”, mas sem informar como eles seriam regulamentados. O art. 39 do estatuto informava apenas que: “Os cursos de pós-graduação, entre os quais o de doutorado, serão definidos e organizados nos regimentos das unidades universitárias, segundo as conveniências de cada uma.”¹⁵

Somente dez anos após a promulgação do referido estatuto surge, na UFMG, uma instância coordenadora de cursos de pós-graduação.

11 MARQUES, 2013.

12 ABRUCIO; PEDROTI; PÓ, 2010, p. 27-71.

13 BRASIL, 1951.

14 CAPES, 2021.

15 BRASIL, 1956.

Em 13 de outubro de 1966, na “Sessão extraordinária do Conselho Universitário”, sob a presidência do Reitor Aluísio Pimenta, é votada a ordem do dia com o seguinte teor:

O Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 191 do Estatuto em vigor,

- considerando a necessidade de ser instituído na Universidade, como atividade regular, um sistema coordenado de estudo de pós-graduação,

- considerando que os cursos de Pós-Graduação, de que trata o artigo 69, alínea b, da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foram definidos pelo Conselho Nacional de Educação, pelo processo 977/65, aprovado em 3 de dezembro de 1965 e

- considerando ainda que o Estatuto da UFMG, em vigor, não oferece as condições mínimas para a implantação desse sistema nas bases em que o assunto foi definido pelo parecer acima citado, [...].¹⁶

Propõe as seguintes modificações no Estatuto da UFMG

Emenda n.º 1 – Transformar o parágrafo único do art. 2º em parágrafo primeiro e acrescentar novo parágrafo com a seguinte redação:

§ 2º – O Conselho de Pós-Graduação, órgão coordenador dos cursos de pós-graduação da Universidade, é constituído de representantes dos institutos centrais e das unidades universitárias que oferecem cursos de pós-graduação e do Diretor Executivo do Conselho de Pesquisa da UFMG.¹⁷

Os artigos subsequentes desse documento regulam questões referentes à matrícula, diploma e previsão de regimento para o recém-criado Conselho de Pós-Graduação, subordinado à Coordenação de Ensino e Pesquisa, vinculado ao Conselho Universitário.¹⁸ Foi essa instância que coordenou a criação de 32 cursos de pós-graduação na UFMG, implantados nas décadas de 1960 e 1970, inclusive o de Biblioteconomia, que deu origem ao PPGCI.¹⁹

PPGCI: UM BREVE HISTÓRICO

Na década de 1970, no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, a demanda por formação profissional levou à criação de cinco cursos de mestrado. Esperava-se que esses cursos funcionassem como difusores de inovações e qualificação profissional de bibliotecá-

¹⁶ UFMG, 1966, p. 164-165.

¹⁷ UFMG, 1966, p. 164-165.

¹⁸ UFMG, 1977, p. 11.

¹⁹ UFMG, 2021.

rios por meio da pesquisa. Os dois primeiros mestrados criados foram, respectivamente, no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) no ano de 1970²⁰ e na UFMG, no ano de 1975.

O curso de Pós-Graduação em Biblioteconomia da UFMG começou a funcionar no ano de 1976 e as primeiras defesas de dissertação, conforme consta no relatório de atividades institucionais, ocorreram somente em 1980.²¹ A área de concentração era “Administração de Bibliotecas”. O curso estava inserido no já citado contexto de desenvolvimento da pós-graduação no Brasil.

Várias unidades e departamentos da UFMG colaboraram para a criação e início do funcionamento desse mestrado, em especial a Educação, a Psicologia, a Administração, a Filosofia e a Computação. Na fase inicial, os professores da Escola de Biblioteconomia da UFMG receberam apoio para formação na Inglaterra e nos Estados Unidos. Também vieram professores estrangeiros para atuar temporariamente. Tais esforços visavam qualificar o corpo docente do Programa e criar condições para a sua consolidação.²²

O mestrado em Biblioteconomia na UFMG manteve a estrutura curricular inicial até o final da década de 1980, salvo pequenos ajustes nas disciplinas, quando se iniciou um processo de reformulação do curso. Um novo projeto passou a vigorar no ano de 1991. A ênfase do Programa deixou de ser a “instituição biblioteca” e passou a ser a “informação”; a área de concentração passou a ser a “Organização da informação”. Em virtude da nova temática, o nome do Programa também foi alterado para “Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação”. A nova diretriz levou a um aumento significativo da diversidade de formação dos mestrados. Em 1997 ocorreu novo e importante evento para o PPGCI: o início da oferta do curso de doutorado.²³

Em 2016, houve mais uma reestruturação nos fundamentos do Programa. A área de concentração passou a ser “Informação, mediações e cultura” e foram estruturadas três novas linhas de pesquisa, atualmente em vigor, “Memória social, patrimônio e produção do

20 VIEIRA, 1990; ODONNE, 2006.

21 UFMG, 1980, p. 78.

22 VIEIRA, 1990.

23 PAIM, 2000.

conhecimento”, “Políticas públicas e organização da informação” e “Usuários, gestão do conhecimento e práticas informacionais”. Neste mesmo ano, começa a funcionar, na Escola de Ciência da Informação da UFMG, o Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento (PPGGOC). A reestruturação do PPGCI e a criação do PPGGOG são fruto da consolidação e diversificação de visões e temas de ensino e pesquisa em ciência da informação, na UFMG. Colaborou significativamente para o atual perfil do PPGCI a criação dos cursos de graduação em Arquivologia, no ano de 2009, e de museologia, no ano de 2010, na ECI/UFMG.²⁴

Desde o ano de 1976, quando começou o curso de mestrado no PPGCI, foram defendidas 498 dissertações. Já o total de teses de doutorado defendidas foi de 187, desde o ano de 1996. Atualmente, 25 professores atuam no Programa, sendo vinte permanentes e cinco colaboradores. Há um total de 100 alunos(as) matriculados(as), sendo 46 de mestrado e 54 de doutorado.²⁵ Trata-se de números expressivos, que demonstram o vigor do PPGCI alcançado nos últimos 45 anos.

A produção documental no PPGCI reflete as funções finalísticas de ensino e de pesquisa e a função-meio de administração desenvolvidas no Programa. O PPGCI é regido por um Regulamento que estabelece como seu objetivo “[...] propiciar o aprofundamento do conhecimento acadêmico e profissional, bem como possibilitar o desenvolvimento de habilidades para executar pesquisas na área”.²⁶ O Regulamento desse Programa é dividido em dez títulos que abordam e normatizam temas como a organização geral, a organização didática dos cursos de mestrado e doutorado, a coordenação colegiada e executiva, os requisitos para o credenciamento dos docentes e as formas de admissão e seleção de candidatos.²⁷

O funcionamento do PPGCI está submetido às Normas Gerais de Pós-graduação da UFMG. Tais Normas definem os princípios a serem observados nos cursos de especialização, de mestrado e de doutorado, nas modalidades acadêmica e profissional. Esse documento também trata de temas como a proposição, a aprovação, a recomendação e a

24 VENÂNCIO et al., 2019.

25 Comunicação pessoal dada pela Secretaria do Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFMG, em 3 de maio de 2021.

26 UFMG, 2016.

27 UFMG, 2016.

suspensão de cursos de pós-graduação, organização didática e coordenação dos cursos, requisitos para atuação de docentes e formas de admissão e seleção de candidatos.²⁸

Nem o Regulamento do PPGCI nem as Normas Gerais de Pós-graduação da UFMG tratam da organização administrativa e da produção e gestão documental do PPGCI. Essas normas objetivam apenas regulamentar, no âmbito da UFMG, o funcionamento da pós-graduação, tendo em vista o conjunto de orientações emanadas do Governo Federal, em especial o Ministério da Educação e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

A coordenação didática dos cursos de mestrado e doutorado do PPGCI, assim como nos demais programas de pós-graduação da UFMG, é realizada por um colegiado, formado por docentes e discentes. O colegiado é presidido por um coordenador que tem a função de executar as deliberações do órgão. As atribuições do colegiado são amplas e estão previstas no art. 40 das Normas Gerais de Pós-graduação.²⁹

A organização administrativa segue o padrão adotado na maior parte dos programas de pós-graduação da UFMG. É composta por duas Unidades Organizacionais (UORG's), denominadas Secretaria do colegiado e Seção de ensino. Tais unidades fazem parte do organograma da ECI/UFMG, em 2018. A Secretaria do colegiado, como o próprio nome indica, é responsável por subsidiar o colegiado e sua coordenação no cumprimento de suas atribuições. A Seção de ensino é responsável pelo registro dos atos relacionados à vida acadêmica dos alunos, emissão de históricos escolares, declarações, diplomas, e apoio administrativo ao Programa.

DAS INICIATIVAS DE GESTÃO DOCUMENTAL

A gestão documental e a preservação arquivística na administração pública é normatizada por normas legais que vão desde a Constituição Federal até as resoluções emitidas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). No âmbito das Universidades Federais há dois instrumentos de gestão fundamentais:

28 UFMG, 2017.

29 UFMG, 2017.

1. Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades-meio do Poder Executivo Federal;
2. Código de classificação e a tabela de temporalidade relativos às atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

No âmbito da UFMG, várias iniciativas no campo da gestão documental e preservação de arquivos vêm sendo implantadas ao longo do tempo.³⁰ O último grande marco dessa história é a criação da Diretoria de Arquivos Institucionais (DIARQ), ocorrida em 2015. A DIARQ é um órgão auxiliar, vinculado ao gabinete do Reitor, e é responsável por coordenar a implantação da política arquivística para o Sistema de Arquivos da Universidade.³¹

No âmbito específico do PPGCI, foi realizado em 2001 um projeto de tratamento técnico de documentos, sob a coordenação da professora Vilma Moreira dos Santos, no âmbito da “Comissão Organizadora de Acervos da UFMG”, com a participação do documentalista Leandro Araújo Nunes.

No projeto foram previstas diversas atividades de organização lógica e material de arquivo, divididas em 4 etapas:

1ª Etapa – Classificação dos documentos – levantamento de toda a documentação produzida, que se encontra na Secretaria de Pós-Graduação e depósito anexo. Nesta etapa serão estabelecidas as classes principais, subclasses, grupos e subgrupos com seus respectivos códigos de classificação decimal, conforme estabelecido pelo Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ e sugerido pela monografia apresentada este ano no Departamento.

2ª Etapa – Temporalidade dos documentos – seguindo a mesma orientação teórica, definição da temporalidade da documentação para futuros descartes, guarda permanente ou temporária da documentação da Secretaria e do depósito.

3ª Etapa – Ordenação dos documentos – definição do critério lógico de ordenação dentro das pastas e localização dos documentos (na Secretaria e no depósito) de tal forma que atenda às demandas do serviço no menor tempo possível.

4ª Etapa – Armazenamento e acondicionamento – uma vez organizados, os documentos deverão ser armazenados nos mobiliários e acondicionados em caixas, pastas e invólucros mais apropriados para cada um, permitindo uma rápida identificação do seu conteúdo.³²

30 SANTOS; SANTOS, 2012.

31 UFMG, 2015.

32 NUNES, 2001.

O projeto se dedicou à classificação de todo o arquivo do PPGCI em classes e em temporalidades corrente, intermediária e permanente. Também foi realizada a ordenação dos documentos e a identificação e o acondicionamento dos documentos.

Na primeira etapa do projeto, reproduzida acima, informa-se que dois instrumentos foram utilizados para a classificação. O primeiro foi a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-meio da administração pública, lançada pelo CONARQ do ano de 1997; o segundo, um trabalho monográfico intitulado *A documentação das atividades-fim da UFMG: proposta de plano de classificação e tabela de temporalidade para a documentação corrente relativa às atividades ensino, pesquisa e extensão*, de autoria de Daniel Alexandre Moreira, então graduando em biblioteconomia, bolsista PIBIC/CNPq. Essa monografia foi orientada pela Profa. Vilma Moreira dos Santos, no âmbito do projeto *Os arquivos da UFMG: uma contribuição aos processos de classificação dos documentos correntes e da descrição dos documentos permanentes* (2001/2002), com participação de Leandro Nunes Araújo.

O projeto de tratamento documental realizado no PPGCI pode ser considerado um marco em relação ao arquivo do Programa e às práticas a ele associadas. Além da classificação, ordenação e acondicionamento dos documentos, o projeto identificou todas as atividades então desenvolvidas e as tipologias documentais a elas associadas. Foi elaborado um plano de classificação e uma tabela de temporalidade abrangendo parte das atividades do Programa. Este projeto voltará a ser abordado no próximo tópico deste capítulo.

Outro projeto a ser mencionado é o Business Process Management (BPM) Acadêmico, desenvolvido na ECI/UFMG nos anos de 2018 e 2019. Com o objetivo de implementar a gestão de processos, foram realizados o estudo e a descrição das atividades de rotina de todas as estruturas administrativas da ECI/UFMG, por meio do mapeamento dos processos e fluxos informacionais.³³ O projeto gerou manuais que descrevem os processos mapeados em diagramas, símbolos e desenhos. No PPGCI, foram mapeados o total de 47 processos.³⁴ Os processos mapeados podem servir como referência para o estudo das atividades e da

33 AGANETTE; MACULAN; LIMA, 2018.

34 Grupo de Pesquisa Representação do Conhecimento e Recuperação da Informação (RECRI). Cf.: BPM ACADÊMICO. Fase 3 (Concluída). Disponível em:

produção documental atual no PPGCI. Ou seja, ainda que os processos mapeados não indiquem a produção documental a eles associada, eles são pistas para a identificação de documentos gerados no Programa.

Os esforços realizados no âmbito da UFMG e ECI/UFMG e, especial no PPGCI, ao longo do tempo têm contribuído para o desenvolvimento de práticas racionais de produção e arquivamento dos documentos. O tratamento documental realizado no PPGCI no ano de 2001 deixou marcas. Junto às salas de trabalho das secretárias do Programa, existe uma saleta que funciona como depósito de documentos. Ali estão organizadas e identificadas as caixas com documentos tratados no projeto há vinte anos.

Esse projeto também gerou instrumentos de gestão e orientações sobre o arquivamento dos documentos. As primeiras sondagens realizadas junto aos servidores do PPGCI revelaram os instrumentos de gestão acima mencionados, as orientações que os acompanharam foram mantidas e, atualmente, funcionam como base da classificação e arquivamento dos documentos do referido Programa.

Certamente, o projeto de tratamento documental realizado PPGCI e seus frutos propiciaram ao Programa enfrentar o empirismo, a improvisação e a precariedade identificada por Renato Tarciso Barbosa em texto clássico em que analisou a situação das massas documentais acumuladas na administração pública brasileira no final da década de 1990.³⁵

A IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO DE GUARDA PERMANENTE

A identificação do arquivo permanente do PPGCI enfrenta vários problemas. Em razão de não haver um Arquivo Central na UFMG, não se encontram definidas as políticas de recolhimento ou o quadro de arranjo desses acervos. Nesse sentido, cabe perguntar: a UFMG consiste em um fundo ou as unidades acadêmicas, cada uma individualmente, constituem fundos arquivísticos específicos?

Outra questão fundamental é a da interpretação da Lei 8.159/91 – Lei de Arquivos, que “Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências” -, particularmente em seu Art. 18, que diz:

<http://bpacademico.eci.ufmg.br/fase-3-em-andamento-2/>. Acesso em: 29 abr. 2021.

35 BARBOSA, 1997.

Compete ao Arquivo Nacional a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda, e acompanhar e implementar a política nacional de arquivos.

Tendo em vista que a UFMG, de acordo com o Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal,³⁶ é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação, caberia indagar se o Arquivo Nacional é, ou não, a instituição custodial da documentação de guarda permanente de todas as unidades dessa universidade, incluindo os setores de pós-graduação.

Independentemente de como se responda a essas questões, cabe, novamente, destacar que foram feitos esforços específicos para a identificação e preservação da documentação de guarda permanente de várias unidades da UFMG. Como já falado, o PPGCI foi objeto de uma dessas iniciativas. Segundo relatório desse último:

Após um mês de trabalho na Secretaria do Colegiado de Pós-Graduação da Escola de Ciência da Informação, o levantamento do acervo foi finalizado. Para dar prosseguimento às tarefas de organização, [foi] necessário avaliar a documentação e selecionar aquela que [iria] realmente permanecer no arquivo, bem como definir a classificação dos documentos. Nesta etapa, ...[houve] a participação da Comissão de Acervos e do Colegiado, por serem os principais interessados na organização do acervo e, também, os mais capazes de decidirem sobre o destino dos documentos.³⁷

A partir desse trabalho, avançou-se no sentido do diagnóstico da documentação, acompanhado de prognóstico, inclusive em termos de avaliação dos prazos de guarda e da destinação final de algumas séries documentais. Em relação à atividade de exame de seleção para ingresso no programa, por exemplo, constam as seguintes observações:

O arquivo guarda vários documentos de alunos, aprovados ou não, na atividade de seleção. [Em relação aos] Alunos não aprovados na seleção ... A Secretaria deve devolver aos alunos não aprovados na seleção a documentação anexada ao formulário de inscrição. O formulário deve ser arquivado [nos casos dos] Alunos aprovados na seleção

36 BRASIL. Lista de Órgãos e Estruturas. Disponível em: https://siorg.planejamento.gov.br/siorg-cidadao-webapp/pages/listar_organos_estruturas/listar_organos_estruturas.jsf#bxResultado. Acesso em: 3 nov. 2021.

37 NUNES, 2002.

A Secretaria deve devolver aos alunos aprovados a documentação anexada ao formulário de inscrição, após à conclusão do curso, salvo aquelas que forem selecionadas para guarda permanente. O formulário deve ser arquivado.³⁸

Esse exemplo serve apenas para ilustrar, pois as atividades desenvolvidas pelo PPGCI são bastante variadas e dão origem a diferentes espécies e tipos documentais. Esses conjuntos estruturam-se formando séries. O diagnóstico da documentação não cita a existência de dossiês e de processos, apenas séries. Pode ser que a existência das séries, ou a referência exclusiva a elas, indique a perda de organicidade dos processos e dos dossiês. Em relação à trajetória discente são acumulados – ou pelo menos eram até 2002 – os seguintes conjuntos:

DOCUMENTOS DE ALUNOS

- 1 – Histórico escolar da pós-graduação
- 2 – Documento com dados do aluno para expedição de diploma (Mestrado e doutorado)
- 3 – Declarações (referentes a mudança de orientador, assuntos pessoais dos alunos que os impedem de cursar as disciplinas ou solicitações de adiamento das defesas de dissertações e teses)
- 4 – Folha de aprovação
- 5 – Ficha de inscrição
- 6 – Curriculum vitae
- 7 – Requerimento de matrícula
- 8 – Recibos de pagamento (cópias e originais, um só ou ambos)
- 9 – Comprovantes de matrícula por semestre
- 10 – Requerimento de aproveitamento de estudos (para alunos que, por qualquer motivo, tiverem que abandonar o curso de mestrado e que estão retornando para concluir os estudos)
- 11 – Carta de apresentação para aproveitamento de disciplinas (com o nome delas e o nome do professor, etc.).
- 12 – Ofícios (acessória acadêmica para aproveitamento de disciplinas)
- 13 – Projeto de pesquisa
- 14- Solicitação de formação da banca de professores para defesas de disciplinas e teses, feita pelos alunos (há casos em que é feita pelo orientador)
- 15 – Solicitação da formação da banca de professores para defesas de dissertações e tese, feita pelos alunos (há casos em que é feita pelo orientador)
- 16 – Solicitação de auxílios para participação em congressos
- 17 – Comunicados a professores para composição de banca examinadora
18. – pedido de trancamento de disciplinas.
- 19 – Comprovante de guia de recolhimento expedido pelo MEC
- 20 – Proposta de estudo especial

38 NUNES, 2002.

- 21 – Requerimento para trancamento de matrícula
- 22 – Relatório
- 23 – Pedido de rematrícula (por e-mail)
- 24 – Solicitação de co-orientador pelo aluno + currículo do professor
- 25 – Ficha de registro na Pós-graduação
- 26 – Certificados
- 27 – Cartas de apresentação e de recomendação no mestrado, bem como declarações
- 28 – Cópia de diploma de graduação
- 29 – Histórico da graduação
- 30 – Procuração para matrícula.
- 31 – Comunicado de desligamento do curso
- 32 – Termo de compromisso para solicitação de bolsa
- 33 – Autorização para liberação de carga horária para fazer pesquisas
- 34 – Cópias de documentos pessoais (identidade, CPF, etc.)
- 35-Prova
- 36 – Proposta para trabalho acadêmico
- 37 – Solicitação de rematrícula
- 38 – Documentos relativos a bolsas
- 39 – Documentos para estudo especial
- 40 – Atestados e declarações
- 41 – Comunicações com alunos a respeito de afastamento de estudos, abandono, etc.
- 42 – Solicitação de bolsas (relatórios)
- 43- Registro civil, certidão de casamento
- 44 – Solicitação de renovação de bolsa do curso de mestrado
- 45 – Inscrição para solicitação de bolsa de estudos
- 46 – Ata de defesa de dissertação ou tese
- 47 – Prorrogação de prazos em formulário próprio
- 48 – Solicitações de substituição de projetos de dissertações
- 49 – Legislações
- 50- Trabalhos de alunos
- 51 – Fotografias 3x4
- 52 – Cartas ao Colegiada

No sentido de ilustrar ainda mais a diversidade dessas séries documentais, cabe reproduzir as geradas pela atividade de ensino:

DOCENTES

- 1 – Ficha de professor
- 2 – Curriculum vitae
- 3 – Atestados
- 4 – Declarações
- 5 -Textos de professores
- 6 -Ata
- 7 – Ofícios

- 8 – Portaria
 - 9 – Diploma
 - 10 – Certificado
 - 11 – Homologação de credenciamento
 - 12 – Carta do consulado
 - 13 – Formulário de regime didático
 - 14 – Formulário de designação
 - 15 – Delegação de competência
- PROFESSOR VISITANTE
- 1 – Curriculum vitae
 - 2 – Texto na língua dos autores
 - 3 – Recomendações
 - 4 – Ficha de professores
 - 5 – Formulário para formação de pessoal da unidade
 - 6 – Formulário para Conselho Internacional de professores estrangeiros
 - 7 – Relatórios
 - 8 – Cópias do processo de credenciamento
 - 9 – Parecer (Normas de credenciamento na pós-graduação)
 - 10 – Correspondências

O projeto de tratamento documental, finalizado em 2002, chegou a identificar os prazos de guarda e a destinação final de algumas dessas séries. Cabe, agora, a retomada desse trabalho e a finalização da tabela de temporalidade e destinação de documentos. Porém, a mera identificação geral das espécies e tipos documentais, conforme acima apresentado, permite antever a extraordinária riqueza das fontes de informação acumuladas. O Arquivo Permanente do PPGCI, uma vez organizado, descrito e acessível, tornar-se-á um laboratório de pesquisa que poderá dar origem a mestrados e doutorados nesse e em outros programas de pós-graduação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações apresentadas, seria recomendado que o PPGCI incluísse, no rol de suas responsabilidades, iniciativas estruturadas de preservação dos registros da memória que acumula. Trata-se de uma discussão a ser travada no âmbito do conjunto da UFMG. A primeira iniciativa consistiria em, via Reitoria, interpelar o Arquivo Nacional, regulando a guarda da documentação permanente dessa universidade.

A segunda iniciativa é procurar discutir, nas instâncias colegiadas, ações integradas de política arquivística. Uma das discussões centrais é saber se a preservação dos acervos arquivísticos da UFMG será incumbência das unidades ou será atribuída a um órgão central. Cabe

destacar que caso seja escolhida a primeira opção, ela terá forte impacto financeiro, pois implica na criação de uma vasta rede de depósitos climatizados, área de consulta e corpo técnico de arquivistas por unidade. Já a segunda opção resultaria na criação de um Arquivo Central, que recolheria a documentação de guarda permanente das unidades administrativas e acadêmicas, inclusive de pós-graduação, promovendo sua preservação, tratamento técnico e acesso. Essa segunda opção, por ter uma amplitude sistêmica, tem bem menor custo, podendo contar com uma equipe móvel de arquivistas que orientem os servidores da UFMG, em termos de implementação dos instrumentos de classificação e avaliação, além de fiscalizarem os arquivos correntes e intermediários que permaneçam nas unidades administrativas e acadêmicas.

Por último, mas não menos importante, é preciso traçar uma política de preservação digital. Essa iniciativa, da mesma forma que no caso acima, não pode ser isolada, mas sim sistêmica. Para ser viabilizada, deverá promover a melhoria da infraestrutura tecnológica da UFMG e a adoção, ou adaptação, da Gestão Eletrônica de Documentos, atualmente existente, aos moldes do Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD).

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; PEDROTI, Paula; PÓ, Marcos Vinícios. A formação da burocracia brasileira: a trajetória e o significado. In: LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Silvia (Orgs.). *Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010. p. 27-71.

AGANETTE, Elisângela Cristina; MACULAN, Benildes Coura M. S; LIMA, Gercina Ângela de. BPM acadêmico: mapeamento de processos e de fluxos informacionais na ECI/UFMG. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, João Pessoa, v. 13, n. 1, p. 44-65, 2018.

BARROSO, Helena Maria; FERNANDES, Ivanildo Ramos. Uma nota técnica sobre a criação de universidades, por categoria administrativa e gestão política. *Observatório universitário*, v. 62, 2006.

BPM ACADÊMICO. Fase 3 (Concluída). Disponível em: <http://bpmacademico.eci.ufmg.br/fase-3-em-andamento-2/>. Acesso em: 29 abr. 2021.

BRASIL, DECRETO Nº 29.741, DE 11 DE JULHO DE 1951. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 3 nov. 2021.

BRASIL, Decreto nº 38.524, de 5 de Janeiro de 1956. Aprova o Estatuto da Universidade de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2430195/pg-14-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-10-01-1956>. Acesso em: 3 nov. 2021.

BRASIL. Lista de Órgãos e Estruturas. Disponível em: https://siorg.planejamento.gov.br/siorg-cidadao-webapp/pages/listar_organos_estruturas/listar_organos_estruturas.jsf#bxResultado. Acesso em: 3 nov. 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. *Revista do Serviço Público*, v. 47, n. 1, p. 7-29, 1996.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 28, p. 9-30, jun. 2007.

CAPES: História e Missão. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>. Acesso em: 3 nov. 2021.

CASTRO, César Augusto. *História da Biblioteconomia brasileira*. Brasília: Thesaurus, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de Educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 151-204.

ECI/UFMG. Organograma, 2018. Disponível em: <http://bpmacademico.eci.ufmg.br/organograma/>. Acesso em: 3 nov. 2021.

GOMES, Angela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

HEDSTROM, Margaret. Arquivos e memória coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2016, p. 237-259.

MACHADO, Carina T. da Costa. A burocracia weberiana e sua aplicabilidade na administração federal brasileira: os estudos de caso da década de 1970 e dos dias atuais. *Revista Ensaios*, v. 9, p. 49-59, jul./dez. 2015.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. *A arquivologia brasileira: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.

MARTELETO, Regina Maria. A pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: marcos institucionais, cenários e perspectivas. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 14, número especial, p. 19-40, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Criação de Universidade. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/linhatempo-ifes.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MOREIRA, Daniel Alexandre. *A documentação das atividades-fim da UFMG: proposta de Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade para a documentação corrente relativa às atividades ensino, pesquisa e extensão*. Monografia (Graduação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

NUNES, Leandro Araújo. Correspondência. Destinatário: Vilma Moreira dos Santos. Belo Horizonte, 24 ago. 2001.

NUNES, Leandro Araújo. Correspondência. Destinatário: Vilma Moreira dos Santos. Belo Horizonte, 8 de abr. 2002.

ODDONE, Nanci. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva história para a ciência da informação no Brasil. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 1, p. 45-56, jan./abr 2006.

PAIM, Isis. A ciência da informação na UFMG: a trajetória do programa de pós-graduação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 5, número especial, p. 105-110, jan./jun. 2000.

SANTOS, Silvana Aparecida Silva dos; SANTOS, Vilma Moreira dos. UFMG: o projeto piloto da organização de arquivos da Faculdade de Farmácia. In: VENANCIO, Renato Pinto; NASCIMENTO, Adalson de Oliveira (Orgs.). *Universidades & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa*. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. Os arquivos montados nos setores de trabalho e as massas documentais acumuladas na administração pública brasileira: uma tentativa de explicação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 21, n. 1, 1997.

UFMG Ensino de Pós-Graduação Disponível em: https://www.ufmg.br/avaliacaoinstitucional/cd-rom/ensino_graduacao.html#29a. Acesso em: 3 nov. 2021.

UFMG. *Atas do Conselho Universitário*. (1966). v. 12. Arquivo da Secretaria dos Órgãos de Deliberação Superior – SODS-UFMG, s/n.

UFMG. Normas gerais de pós-Graduação, 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/prpg/wp-content/uploads/2017/08/NormasGeraisPos-Graduacao.pdf/>. Acesso em: 3 nov. 2021.

UFMG. Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2016. Disponível em <http://ppgci.eci.ufmg.br/regulamento/>. Acesso em: 3 nov. 2021.

UFMG. Relatório das atividades de 1977. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proplan/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio-de-Atividades-UFMG-1977.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2021.

UFMG. Relatório das atividades de 1980. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proplan/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio-de-Atividades-1980-1-parte.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2021.

UFMG. Resolução nº 03/2015, de 31 de março de 2015. Estabelece a estrutura organizacional e competências da Diretoria de Arquivos Institucionais, DIARQ. Disponível em: <https://www.ufmg.br/diarq/index.php/atos-normativos/>. Acesso em: 3 nov. 2021.

VENÂNCIO, Renato Pinto *et al.* Dissertações e teses do PPGCI-UFMG: avaliando a sintonia temática internacional das pesquisas em Arquivologia. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 24, número especial, p. 70-84, jan./mar. 2019.

VIEIRA, A. S. A pós-graduação na eb/ufmg: memória e perspectivas. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, v. 19, n. esp., 1990.

WEBER, Max. Burocracia. *Ensaio de Sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1982. p. 229-282.



**DOCUMENTOS
ESSENCIAIS ÀS NOVAS
PRÁTICAS DE DIFUSÃO
ARQUIVÍSTICA:
AÇÕES TRADICIONAIS,
MUDANÇAS TRAZIDAS
PELA INTERNET E
DEMANDAS EM TEMPOS
DE PANDEMIA**

Eliane Cristina de Freitas Rocha

Ivana Denise Parrela

Suellen Alves de Melo

INTRODUÇÃO

Este trabalho sistematiza algumas de nossas discussões sobre o tema “Difusão arquivística e usos e usuários de arquivo” e busca enfrentar as demandas trazidas com a pandemia do Covid-19, à luz de um debate bastante atual sobre quais seriam os documentos essenciais nesse novo contexto para os usuários externos, entendidos como consultentes e pesquisadores, e os usuários internos, aqueles da própria organização produtora do acervo. O termo *documentos essenciais* é novo no debate brasileiro sobre difusão, mas a ideia de estabelecer o que é essencial, ou vital, quando se enfrenta uma catástrofe sanitária nos pareceu urgente e desafiadora.

Algumas funções são precípua à prática da arquivologia, como, classificação, avaliação, descrição e preservação. Bellotto, na bibliografia brasileira, acrescenta ao rol dessa discussão outra função cara aos arquivos: a da difusão. As instituições arquivísticas são responsáveis por recolher, custodiar, preservar e organizar documentos produzidos pelos órgãos públicos. Todavia, a difusão é a função “[...] que, embora seja secundária, melhor pode desenhar seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural, que reforça e mantém seu objetivo primeiro.”¹ Isso porque tal função está relacionada à promoção de estratégias que dão visibilidade aos arquivos públicos, principalmente por meio de seus conjuntos documentais. A autora apresenta a função sob uma perspectiva cultural, dialogando sobre algumas práticas, como, atividades educativas, eventos e produção editorial. Contudo, como será possível constatar, a difusão extrapola esse nicho de estratégias, abarcando também outras ações.

A difusão, sob o ponto de vista de Bellotto,² está pautada na perspectiva cultural, como Ribeiro e Torre³ também defendem. Essa perspectiva está amparada no fato de essa função estar costumeiramente relacionada à prática dos arquivos permanentes. Assim, seria uma forma de aproximar o patrimônio documental arquivístico e a sociedade. Todavia, a difusão pode ser pensada também a partir de todas as idades do ciclo de vida dos documentos ou do modelo *continuum*,⁴ em que as

1 BELLOTTO, 2006, p. 227.

2 BELLOTTO, 2006.

3 RIBEIRO; TORRE, 2012.

4 Consideram-se aqui as reflexões surgidas na Austrália e apresentadas por trabalhos como: MCKEMMISH; REED; UPWARD, 2010, p. 4447-4459.

fases documentais não são compreendidas como estanques, mas como um processo integral. Nessa nova perspectiva, além de perpassar os diferentes tempos do documento, esta função também engloba novos aspectos. Se anteriormente se pensava em difundir o acervo, os produtos e os serviços dos arquivos públicos, hoje também se preocupa em difundir a identidade da instituição, de forma que os arquivos sejam reconhecidos por sua essência, conforme salienta Chaves.⁵

O debate em torno da difusão também esbarra em discussões sobre a terminologia arquivística, uma vez que a literatura da área apresenta outros termos para identificar as práticas que vão ao encontro da sociedade, como, disseminação da informação, divulgação e mediação cultural. Em pesquisa anterior, concluímos que os dois primeiros termos relacionam a difusão com apenas o ato de comunicar o que o arquivo disponibiliza aos usuários, enquanto o terceiro envolve a participação efetiva do público em atividades promovidas pela instituição arquivística, como, conferências e visitas.⁶ Contudo, pensando nessa função de uma maneira ampla, a difusão pode ser compreendida a partir do somatório dessas duas categorias – ou seja, comunicar/divulgar e interagir com o público. Assim, uma publicação na rede social, ao mesmo tempo em que divulga determinado documento, também promove a interação do público com a instituição, a partir do espaço de comentários, compartilhamentos e curtidas, como cita Melo.⁷

Tradicionalmente, algumas atividades de difusão são realizadas por instituições arquivísticas nacionais e internacionais, como a produção editorial, por meio da publicação de livros, revistas e boletins, abrangendo tanto temáticas de arquivo quanto pesquisas históricas que fizeram uso de fontes documentais. Além dessas publicações, cabe à difusão auxiliar o acesso aos documentos, a partir dos instrumentos de pesquisa, como, guias de acervo, inventários e catálogos. A promoção de visitas, cursos e eventos também configura uma prática dos arquivos públicos, tendo por objetivo aproximar diversos usuários da instituição, principalmente estudantes da rede escolar, universitários, servidores, pesquisadores e profissionais da área. As exposições têm sido uma forma de mostrar determinada narrativa histórica à sociedade, mediante o uso dos acervos documentais sob a guarda das instituições

5 CHAVES, 2020.

6 MELO, 2019.

7 MELO, 2019, p. 28.

arquivísticas, em ambientes presenciais e remotos. Do mesmo modo, os arquivos também usam a internet para promover a difusão em seus *websites*, redes sociais, *blogs* e repositórios institucionais.

No cenário brasileiro, com a promulgação da Lei n. 12.527, ou Lei de Acesso à Informação (LAI), de 18 de novembro de 2011, a difusão, que anteriormente estava associada quase que somente aos arquivos permanentes, passou a ser destacada nos serviços de arquivo, na medida em que estabelece a transparência ativa e passiva.⁸ Ou seja, os órgãos públicos se tornaram responsáveis por proporcionar o acesso aos conjuntos documentais sob a sua custódia aos públicos externos à administração pública, aumentando sua visibilidade. Além da LAI, os serviços de arquivo das organizações públicas e privadas fazem uso da difusão ao promoverem cursos voltados à gestão de documentos para servidores e demais empregados e ao darem publicidade às tabelas de temporalidade e aos planos de classificação, entre outras ações.

No que diz respeito à difusão sob a perspectiva contemporânea, pesquisas anteriores constataram a análise das práticas de difusão do Arquivo Nacional (AN), do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH).⁹ Tais instituições, embora realizem ações de difusão voltadas à gestão de documentos – como cursos de capacitação –, têm suas estratégias de difusão focadas na visibilidade de seus acervos, produtos e serviços, a partir de publicações em redes sociais, visitas, publicações impressas e eletrônicas, eventos e exposições. Todavia, parte dessas ações vem migrando, paulatinamente, para o ambiente *on-line*, por exemplo, seminários e conferências, os quais, mesmo realizados nas dependências do arquivo, são transmitidos ao vivo pelas redes sociais, como, Facebook e YouTube. Embora algumas dessas ações *on-line* sejam interativas, outras podem ser consideradas apenas com uma transposição do físico para o digital, citando-se algumas exposições em formato *on-line*, que, fruto de exposições presenciais, são alocadas nos *websites* dos arquivos como ações estáticas, quase como o passar de uma página de uma publicação impressa.

Apesar de a difusão ser apontada como uma função secundária das instituições arquivísticas por autoras como Bellotto¹⁰ e Barbosa e

8 BRASIL, 2011.

9 MELO, 2019.

10 BELLOTTO, 2006.

Silva,¹¹ a partir do início de 2020, com a propagação da Covid-19, tal função talvez tenha sido uma das mais utilizadas pelos arquivos públicos. Por conta do isolamento social, as instituições tiveram suas salas de consulta e demais instalações físicas fechadas. A internet tornou-se praticamente o único caminho de comunicação com o público. No cenário brasileiro, passou a ocorrer uma contínua mudança no “novo normal”: as instituições arquivísticas foram do assombro ao sucesso ou à inação. Isso porque, em um primeiro momento, eventos, como a Semana Nacional de Arquivos (SNA), deixariam de ser realizados por conta da medida preventiva contra a propagação do vírus. Todavia, felizmente, muitos deles foram promovidos *on-line* e tiveram grande êxito de participação, como a própria SNA, que teve um recorde de atividades realizadas em todo o Brasil.

Verificou-se nesse breve período uma grande produção de conteúdo *on-line*, especialmente nas redes sociais dos arquivos, cenário já observado em algumas instituições.¹² Todavia, esse crescimento ocorreu de forma acentuada em 2020. Muitas são as vantagens desse novo modelo de difusão na internet, notadamente: alcance de diversos públicos e redução de custos associados à realização de eventos - diárias e passagens aéreas de palestrantes, dentre outros. No entanto, é preciso pensar nesse novo cenário a partir da pauta de uma política institucional, a qual é fundamental para práticas de difusão presenciais e remotas. É com base na política institucional que o arquivo define quais serão suas práticas de difusão, os acervos documentais que serão apresentados ao público e os recursos que serão necessários à consecução dessas práticas, bem como quais usuários serão atingidos.

Definir o perfil do usuário é uma ação fundamental para estabelecer a política institucional de difusão. Isso porque, conhecendo-se o público, as ações de difusão serão mais alinhadas às suas necessidades, sem se esquecer do usuário potencial, ou seja, aquele público que ainda não faz uso das possibilidades oferecidas pelo arquivo. Como o arquivo pode desenvolver práticas de difusão de modo a atingir pessoas que não conhecem a instituição ou, se conhecem, não fazem uso dela? Perguntas como essa passaram a ser respondidas a partir de estudos de uso e de usuário de arquivo.

11 BARBOSA; SILVA, 2012.

12 MELO, 2019.

O usuário de arquivo, normalmente, é compreendido com o sujeito que consulta os documentos, como esclarecem Lobato e Rocha¹³ e Melo.¹⁴ *Arquivo* é um termo polissêmico que engloba o conjunto de documentos, instituição e móvel. Entretanto, pensar no usuário de arquivo como aquele que faz uso dos documentos e relacionar essa questão à difusão acaba por diminuir o campo de alcance da função. Isso porque tal função englobaria apenas a visibilidade aos documentos, e não as outras atividades, como visitas e publicações, que fazem uso dos acervos, porém extrapolam o conjunto documental. Nessa perspectiva, surgem duas questões: a necessidade de maximizar a compreensão do usuário de arquivo; e, como consequência, o entendimento de que a difusão não é, muitas vezes, valorizada pelos arquivos públicos, simplesmente porque a relação com o usuário também não é. Os profissionais de arquivo direcionam sua atenção para o tratamento documental e deixam a desejar no que diz respeito à interação usuário-documento-instituição. Talvez seja o momento de refletir sobre sua atuação, principalmente em um cenário que, pelo distanciamento social, urge a comunicação com o usuário que precisa acessar determinado documento essencial às suas necessidades. Cumpriria à instituição, portanto, definir os critérios de difusão de documentos essenciais aos usuários de arquivo.

USUÁRIOS DIGITAIS COMO DESAFIO À ATUAÇÃO DE INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS

A definição mais usual de usuário de instituição arquivística – ou de algum serviço de arquivo, como se depreende a partir da leitura de trabalhos, por exemplo, de Silva,¹⁵ Lobato e Rocha¹⁶ e Vitoriano, Leme e Casarin¹⁷ – é: pessoa que interage com tal instituição – ou serviço –, à busca de documentos ou de informação contida em documentos, em quaisquer das fases do ciclo documental – corrente-intermediária-permanente. É também considerado usuário o produtor documental, tendo em vista que este não apenas se utiliza dos documentos,

13 LOBATO; ROCHA, 2019.

14 MELO, 2020.

15 SILVA, 2011.

16 LOBATO; ROCHA, 2019.

17 VITORIANO; LEME; CASARIN, 2020.

mas também os produz, além de buscar, consultar e requisitar documentos ou informações neles contidas para subsidiar novos trabalhos. As mesmas leituras, apoiadas em diversos trabalhos do campo, ainda distinguem os usuários internos – aqueles provenientes das instituições que habitualmente fazem consultas com fins práticos – e usuários externos – aqueles habitualmente não provenientes das instituições que podem fazer usos acadêmico, prático, como o uso para fins probatórios, ou, popular – como no caso de pesquisa dileitante, por exemplo. Não tem sido problematizada na área a noção de público como um contraponto para a noção de usuário – ou seja, a questão de como a instituição deve se colocar perante pessoas que não são, necessariamente, usuárias de seus serviços relacionados às consultas, mas que podem se constituir em audiências de suas ações comunicativas ou de suas práticas de difusão. Também não se nota a problematização dos usuários e públicos mobilizados em grupos, como os mobilizados em ações educativas, por exemplo, predominando a visão do usuário enquanto sujeito individualizado.

Há poucos estudos de relatos de experiência no Brasil referentes aos usuários de arquivos. Também, não têm abordadas profundamente em tais estudos as necessidades de informação dos usuários, assim como os usos da instituição e seus documentos, conforme conclui pesquisa de Vitoriano, Leme e Casarin.¹⁸

Se ainda se tem pouco conhecimento dos usuários presenciais, individuais ou em grupos, o desconhecimento se amplia na medida em que aportam ao arquivo usuários remotos, para quem são prestados serviços de forma não presencial. Também a formatação dos serviços *on-line* e a estruturação dos canais de comunicação *on-line* – ou seja, a presença da instituição no ciberespaço – variam conforme as instituições, sendo que há grande déficit no caso dos arquivos públicos brasileiros permanentes da presença deles *on-line* com domínios próprios. A esse propósito, Mariz¹⁹ salienta que, para promover a estruturação de serviços *on-line*, é imperativo que já exista a organização do acervo na instituição. Sua pesquisa revelou que a maioria das instituições arquivísticas municipais e estaduais brasileiras não tem todo o acervo tratado, faltando identificação e/ou arranjo, nem, por conseguinte, ins-

18 VITORIANO; LEME; CASARIN, 2020.

19 MARIZ, 2012.

trumentos de pesquisa, configurando mais um desafio para a disponibilização *on-line*.

Não é nova a necessidade de se pensar na presença das instituições *on-line*. Desde fins da década de 1990, em que o Brasil passou a fazer parte da internet, a grande rede mundial de computadores, tornou-se possível sua utilização como vitrine institucional, mediante a disponibilização de *websites* essencialmente informativos e estáticos (*Web 1.0*). Com a *Web 2.0*, entendida como a integração de possibilidades de maiores recursos de participação dos usuários – *blogs*, redes sociais, compartilhamento de vídeos *on-line*, computação na nuvem, etc. –, novos desafios de atuação institucional são colocados para os arquivos. Em 2000, conforme Lopes e Silva,²⁰ o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) elaborou diretrizes para a parametrização de informações dispostas nos *websites* das instituições arquivísticas brasileiras as quais nortearam, em um primeiro momento, a disposição e disseminação da informação sobre os arquivos na rede. Nessa direção, “[...] a maioria dos arquivos percebeu o valor de usar a *web* para publicar informação sobre si e seus acervos – geralmente, na forma de colocar *on-line* instrumentos de pesquisa.”²¹ Os mesmos autores mencionam o surgimento da General International Standard Archival Description (ISAD(G)) e da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), positivamente, na direção de ampliar as políticas de acesso à informação, propiciando maior transparência, e orientar a transição dos instrumentos de pesquisa tradicionais, como o guia e o inventário impressos, para uma nova geração de instrumentos de pesquisa ou de referência *on-line*. A Resolução 28 do CONARQ, de 17 de fevereiro de 2009, recomendou a adoção da NOBRADE aos componentes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR).²² Um dos passos para tal adoção previa o cadastramento das entidades e a atribuição de um código para as entidades custodiadoras de documentos – Código de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos (CODEARQ) –, que permitia a identificação de cada entidade custodiadora de acervos arquivísticos no Brasil. Também nesta direção, surgiram no País portais da transparência e regulamentações, como a Lei de Acesso à Informação (LAI), de 2011, iniciativas

20 LOPES; SILVA, 2020.

21 THEIMER *apud* LOPES; SILVA, 2020, p. 79.

22 CONARQ, 2020.

que expressam o movimento de maior disponibilização de recursos e serviços *on-line*.

Para mensurar presença das instituições e serviços de arquivo na internet, realizaram-se dois levantamentos:

1. mapeamento de dados e informações de arquivos municipais de cidades com mais de 500.000 habitantes e de arquivos estaduais²³ de presença na internet (*e-mail*, *website* institucional, presença no Facebook);
2. quantificação de dados da presença das entidades custodiadoras de documentos arquivísticos constantes no CODEARQ, na internet, mediante consultas ao sistema do CONARQ.²⁴

O primeiro levantamento revelou: dos arquivos estaduais – 26 estados e Distrito Federal –, não foi possível recuperar dados de Tocantins e Rondônia; 10 possuíam página no Facebook e oito possuíam domínios próprios;²⁵ e os dados de 42 arquivos municipais dentre as cidades de mais de 500.000 habitantes mostraram que quatro tinham domí-

23 Levantamento resultado de um trabalho de iniciação científica de graduação voluntária realizado por Michele Santolin. Registramos aqui o agradecimento pelo trabalho realizado.

24 CONARQ, 2020.

25 A definição de domínio, na internet, é importante para se entender o raciocínio que estamos realizando. O domínio é um nome atribuído para que seja possível gerir recursos em redes, sendo que tais nomes são organizados hierarquicamente em um sistema conhecido como DNS, ou Domain Name System. Dessa forma, ao invés de digitar um número de um recurso da rede, podemos chamar pelo seu nome. Quando acessamos um *website* da internet, estamos acessando um recurso acessível por sua Uniform Resource Locator (URL), em que um de seus componentes é o domínio, que representa o servidor que disponibilizará o recurso. Hipoteticamente, podemos pensar em três tipos de URL diferentes: <www.arquivopublico.com.br>, <www.arquivopublico.secretaria.com.br> e <www.secretaria.com.br/arquivopublico>. O que os três recursos têm de diferente? O primeiro é um domínio exclusivo do arquivo, ou seja, os recursos estão gerenciados em um mesmo servidor; o segundo é um subdomínio, que pode ser gerenciado exclusivamente pelo arquivo, o que lhe dá autonomia para gerenciar os recursos; e o terceiro não é um domínio próprio do arquivo, sendo apenas um recurso gerenciado por outro domínio, o que restringe a autonomia para seu gerenciamento. Neste trabalho, para contabilizar os domínios próprios, foram considerados apenas os domínios de primeiro e segundo tipos, em que se pressupõe que a instituição tem controle dos recursos *on-line* que estão em seu servidor.

nios próprios, sendo dois domínios de *blogs*, e cinco possuíam páginas no Facebook.

O segundo levantamento, realizado em fevereiro de 2021, revelou: das 495 entidades custodiadoras cadastradas pelo CONARQ para fins do registro CODEARQ, apenas 85 informaram URLs com domínios ou subdomínios próprios (17%) e 292 apresentaram *websites* institucionais às quais estão vinculadas como referência para cadastro (59%); 451 informaram endereços de e-mail para contato (91%); e dos domínios próprios, merecem destaque instituições e centros de memória ou documentação que têm um perfil de atuação híbrido e não estão restritos à organização e gestão de documentos de arquivo organizados por entidades sem fins lucrativos ou privadas, além de domínios próprios de arquivos públicos estaduais ou de algumas grandes cidades.

Embora Venâncio²⁶ advirta que o alcance do cadastro do CODEARQ é limitado, contabilizando 135 arquivos públicos no CODEARQ contra 173 presentes no Facebook, a presença institucional no Facebook não cobre todas as lacunas da atuação *on-line* das instituições perante seus públicos e usuários, especialmente no que diz respeito à realização de consultas *on-line* e, até, do cumprimento da LAI.

Mariz²⁷ explica que a LAI prevê a disponibilização de informação pelos órgãos públicos na internet, o que inclui as instituições arquivísticas. Porém, a mesma autora esclarece que nem todas elas possuem *website*, um dos principais mecanismos ainda da *Web* 1.0, que marca a presença institucional na rede. Em sua pesquisa de 2012, apurou que das 47 instituições levantadas apenas três apresentavam informações obrigatórias sobre a instituição previstas pela LAI no que diz respeito à transparência. Já sobre o uso de recursos da *Web* 2.0, a pesquisadora notou que dentre os mesmos 47 “[...] somente sete têm Twitter, sete têm página no Facebook e dois têm um blog (além do site).”²⁸

Quanto aos serviços de consulta a acervos *on-line*, arquivos estaduais, como os de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, disponibilizam *on-line* serviços de consulta a seus acervos na primeira década deste século. Data de 2007 a disponibilização do Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro (SIAAPM), resultante de um

26 VENÂNCIO, 2016.

27 MARIZ, 2012.

28 MARIZ, 2012, p. 43.

movimento de digitalização iniciado em 1999²⁹ e que até dezembro de 2020 disponibilizava cerca de 5% da documentação de valor histórico em idade permanente para consulta aos usuários.³⁰

Pensando no descompasso entre os avanços nos estudos de usuários e a demanda por documentos *on-line*, que critérios norteiam a seleção do que se disponibiliza em um espaço como o SIAAPM?

Lobato e Rocha,³¹ em estudo exploratório sobre o uso presencial e remoto do APM, procuraram distinguir usuário presencial de usuário remoto – aquele atendido pelos canais de comunicação da instituição, seja de forma mediada por *e-mail* ou telefone, isto é, mediada por dispositivos técnicos, como uso de serviços de disponibilização do acervo *on-line*, ou visitantes de *websites* institucionais. As autoras perceberam que os ambientes presencial e remoto são complementares para atender às demandas dos usuários no que diz respeito ao serviço de consulta. Segundo elas, muitos usuários não são apenas remotos por falta de disponibilidade do documento *on-line* ou por não serem familiarizados o suficiente com a tecnologia, ou por preferirem o contato com o suporte em papel. Uma hipótese para tal preferência é que para a pesquisa histórica a materialidade dos objetos pode, inclusive, ser objeto de explorações, conforme informam Santos e Venâncio.³² Em relação aos serviços *on-line* de consulta aos acervos, é possível notar mudanças quantitativas e qualitativas do perfil dos usuários: o número de visitas aos *websites* institucionais é muito superior ao dos atendimentos presenciais; e a qualidade das consultas em sistemas *on-line* é distinta daquelas realizadas no ambiente presencial, com maior diversificação das explorações dos acervos e dos seus usos, que podem ir além do uso acadêmico predominante dos arquivos permanentes, como já relatado e conhecido na literatura.³³ Mariz³⁴ pontua, todavia, que o uso acadêmico tem caído proporcionalmente em relação ao uso prático.

Revela-se como um desafio a construção de sistemas aptos a disponibilizar documentos para consulta *on-line*. Isso inclui um grande

29 SANTOS; VENÂNCIO, 2017.

30 LOBATO; ROCHA, 2019.

31 LOBATO; ROCHA, 2019.

32 SANTOS; VENÂNCIO, 2017.

33 LOBATO; ROCHA, 2019.

34 MARIZ, 2012.

esforço de redocumentarização, ou seja, o tratamento dos documentos ou coleções de documentos para serem transpostos para o meio digital, incluindo procedimentos técnicos de reformatação – preservação e conservação.³⁵ Outra questão não menos importante é que há diversos documentos que já foram gerados em ambiente digital. Existem, portanto, documentos em papel, documentos digitalizados e documentos nato-digitais para serem disponibilizados para consulta aos usuários, inclusive em sistemas de consulta *on-line*, os quais poderão ser incluídos em estratégias de ofertas de serviços de consulta *on-line*.

A distinção entre serviço e sistema de consulta que se faz aqui diz respeito à oferta do serviço institucional de consultas pelas instituições arquivísticas mediante disponibilização de sistema de consulta ao acervo. No entanto, a disponibilização do sistema não esgota o serviço, pois a oferta de documentos digitalizados pode não ser suficiente para atender às demandas de consulta. Também, pode não ser suficiente para atender às necessidades dos usuários – como aquelas referentes à obtenção de documentos para fins práticos ou probatórios. Não diz respeito à distinção entre instituição arquivística e serviço de arquivo, conforme esclarece Mariz.³⁶ Tanto instituição arquivística, que tem guarda de documentos como atividade fim, e serviço de arquivo, que realiza guarda de documentos realizada por outra instituição que não seja arquivística em sua atividade-fim, considerando aqui aqueles que são produtores de documentos e, portanto, gestores dos documentos em suas primeiras fases de vida – habitualmente oferecem serviços de consulta aos seus acervos, especialmente após o advento da LAI.

QUAL SERIA O DOCUMENTO ESSENCIAL PARA A DIFUSÃO ARQUIVÍSTICA?

Tendo em vista a dificuldade de seleção do universo documental para a recuperação *on-line*, torna-se cada vez mais necessário eleger os documentos essenciais para a instituição e seus usuários internos e externos.

Medeiros *et al.*³⁷ inscrevem a problemática de se tratar a questão da digitalização para além de procedimentos técnicos, situando a questão

35 SANTOS, VENÂNCIO, 2017.

36 MARIZ, 2012.

37 MEDEIROS *et al.*, 2017.

no campo mais amplo de estudo das Humanidades Digitais – “[...] conceito transdisciplinar que apresenta métodos, dispositivo e perspectivas heurísticas relacionadas com processo de digitalização no campo das ciências humanas e sociais.”³⁸ Trata-se não apenas de não simplificar o uso de ferramentas tecnológicas aplicadas aos processos sociais, mas também de dominá-los para construir e modificar processos sociais, e de moldá-los de forma criativa e ativamente. Afinal, a tecnologia digital não é dos tecnólogos; é da humanidade. No caso da Casa de Rui Barbosa, a agenda de pesquisas e intervenções no campo das humanidades digitais resultou na construção de disponibilização de repositório digital e com documentos em OCR, além de revista institucional também com plataforma livre – Open Journal Systems, Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas – e de *blog*.

A questão de se pensar os usuários em um ambiente *on-line* leva à reflexão sobre a ampliação das ações da instituição voltadas para eles, tomados com seu público, no aspecto tanto individual quanto coletivo. Ir além da compreensão do usuário como aquele que consulta os documentos e informações presentes nos documentos e pensar no papel social da instituição perante pessoas e coletividades, em seu papel de mediação cultural são questões importantes, especialmente para as ações de difusão. No que diz respeito às ações relatadas da Casa de Rui Barbosa, o sistema de consulta preserva a visão do usuário individual, isto é, aquele que consulta o acervo e incrementa outras possibilidades de acesso. Cita-se a plataforma de educação que contempla jogos e seleção de documentos e textos de apoio – produzidos pelos técnicos da casa sobre uma determinada temática, como a escravidão, por exemplo –, ou o sistema de revista – uma das formas de se pensar a difusão, como a editorial –, que podem constituir um público para além dos usuários que consultam o acervo. Já o uso de *blogs* pode encaminhar-se na direção da formação de um campo ampliado de usuários, que podem se organizar entre si, trazendo a potencialidade de ações comunicativas bidirecionais entre a instituição e seus usuários, tomados em seu caráter tanto individual quanto coletivo. Mariz pontifica:

Os grupos de interesse de uma instituição são vários, incluem seus funcionários, consumidores, investidores, governo, cidadãos, usuários, a mídia. O complexo ambiente institucional moderno é pautado pelas necessidades e opiniões de cada um dos grupos. Com a crescente ampliação dos canais

38 MEDEIROS *et al.*, 2017, p. 246.

digitais, os muros que separavam as instituições e cada grupo de interesse foram caindo e possibilitando um maior relacionamento entre eles. Conhecendo um público alvo específico, por exemplo, os usuários, e entendendo por meio de pesquisa os seus interesses, pode-se planejar as mensagens e ações que irão conectar a instituição com esse grupo.³⁹

Em resumo, concorda-se que “[...] o alcance das humanidades digitais ultrapassa largamente a mera transferência do analógico para o meio digital, centrando-se no desafio epistemológico e na articulação com os conhecimentos e os métodos utilizados nas ciências humanas com o mundo digital.”⁴⁰ Trata-se, portanto, de propostas que não se restringem à acessibilidade e disseminação do conhecimento, voltando-se, também, para novas formas de criação e de sua divulgação.⁴¹

Vidal, Méndez e Almela⁴² associam o conceito de documentos essenciais na Espanha ao desdobramento das discussões promovidas por um grupo de trabalho – GT de arquivistas municipais – constituído da região de Múrcia, em 2012. Inicialmente, o principal objetivo do GT era avaliar séries documentais municipais. Assim, durante o processo de avaliação da série “Actas de Pleno”, o conceito documentos essenciais despontou na discussão e desde então os atores envolvidos passaram a aprofundar em sua análise. Foram produzidas algumas normas, como a Norma UNE-ISSO 15489, que, entre outros aspectos, aborda a avaliação de riscos de segurança e a recuperação de documentos essenciais para o funcionamento das administrações.

Ainda de acordo com as autoras, existe na arquivística sul-americana outro conceito próximo ao de documentos essenciais: o de documento vital. Todavia, em razão da escassez de contribuições espanholas e do uso de documentos essenciais em publicações governamentais recentes, o GT preferiu empregar o termo cunhado por ele.⁴³ Neste sentido, as autoras afirmam que

[...] entendemos por documento essencial aquele que assegura o funcionamento de uma instituição garantindo a salvaguarda dos seus direitos, bem

39 MARIZ, 2012, p. 41.

40 ALMEIDA; DAMIAN, 2015.

41 ALMEIDA; DAMIAN, 2015.

42 VIDAL; MÉNDEZ; ALMELA, 2016, p. 12.

43 VIDAL; MÉNDEZ; ALMELA, 2016, p. 13.

como a continuidade das suas funções e atividades em caso de desastre natural, perda e / ou destruição da mesma.⁴⁴

Na América, existe uma bibliografia importante sobre preservação dos documentos essenciais ou vitais, especialmente, nos países que enfrentam problemas em função dos terremotos e maremotos, como Chile, e outros países afetados pela movimentação sísmica dos Andes ou dos mares do Caribe. No entanto, quando se trata dessas preocupações, a grande referência nas Américas vem dos EUA,⁴⁵ que também sofrem constantemente com os furacões e outras ameaças, a exemplo do Katrina, em 2005.

Na Colômbia, salientam-se o trabalho de Mariela Álvarez Rodríguez,⁴⁶ que enfatiza a salvaguarda dos documentos vitais nos arquivos de gestão nos municípios, pensando em sua proteção do ponto de vista da integridade física e nos riscos que podem ser enfrentados em face dos sinistros, em uma perspectiva tradicional para o tema, que pode ser encontrada em trabalhos desde os anos 1990; e, em outra perspectiva, o de Ángela M. Camacho Vargas⁴⁷ mais preocupado com a segurança dos arquivos essenciais armazenados em nuvem.

O trabalho de Rodriguez pode ser associado a um debate mais amplo, que tem origem na publicação de estudos Records and Archives Management Programme (RAMP). Em meados dos anos 1980, a UNESCO incorporou no Programa de Gestão de Documentos o subprograma Gestão de Documentos Vitais – ou essenciais –, conforme Buchanan.⁴⁸

Já o trabalho de Vargas⁴⁹ recupera o que se considera documentos vitais, ou essenciais, a partir das definições do Arquivo Nacional dos

44 No original: “[...] entendemos por documento esencial aquel que permite asegurar el funcionamiento de una institución garantizando la salvaguarda de sus derechos, así como la continuidad de sus funciones y actividades en caso de desastre natural, pérdida y/o destrucción de éste”. Cf.: VIDAL; MÉNDEZ; ALMELA, 2016, p. 14.

45 Como exemplo dessas referências na bibliografia estadunidense, citam-se: ALBERTS; DOROFEE 2003. Para conhecer os parâmetros propostos pelo governo: o Essential Records Guide, do National Archives and Records Administration (NARA), em sua última versão, de 2018, disponível em: <https://www.archives.gov/records-mgmt/essential-records/essential-records-guide>. Acesso em: 15 nov. 2021.

46 RODRÍGUEZ, 2010.

47 VARGAS, 2012.

48 BUCHANAN, 1995.

49 VARGAS, 2012, p. 136.

EUA, como sendo aqueles que possuem a informação de que se necessita para realizar atividades em condições normais ou de emergência, única e insubstituível. Informações, enfim, que permitem retomar as atividades normais depois de um sinistro. Como exemplos, cita terremotos, furacões, tsunamis e inundações. Assim, podem ser capazes de identificar direitos legais e direitos financeiros das pessoas que podem ser afetadas pelas ações da entidade e com funcionamento dela própria. Então, os documentos vitais se associam a registros que permitem a operação de emergência e aqueles necessários à proteção de direitos. Segundo a autora, eles possuem valor intrínseco legal, intelectual e econômico. Alguns podem registrar: constituição da entidade, dívidas a pagar, garantias, políticas, contratos, fórmulas, licenças, objetos culturais, documentos de identificação pessoal ou histórias clínicas. Enfim, o que pegaríamos quando o alarme soa, se acaso soubéssemos onde todos eles estão reunidos e pudéssemos simplesmente pegá-los em um minuto. Para Vargas, não se trata de proteger os documentos históricos ou de caráter patrimonial, o que costuma ser uma percepção equivocada do tema. Mas será mesmo? Pois tanto o que o Arquivo Nacional dos EUA quanto a autora elencam como exemplos são documentos permanentes por excelência.

Um ano depois das catastróficas inundações que devastaram a Colômbia entre 2010/2011, Vargas reconhece que o país não possuía um plano de salvaguarda e recuperação para momentos como aqueles. Mesmo considerando naquele momento os riscos aos quais os documentos vitais de um país estariam expostos ao serem armazenados nas nuvens por grandes empresas, como a Google, ela advoga que a preservação da informação seria um ganho a ser considerado.

Os dois olhares colombianos sobre o tema estão bem conectados com os contextos de produção dos trabalhos que selecionamos. Mas, ao contrário de Vargas, acredita-se que não são contraditórios. Afinal, o contexto que o mundo inteiro enfrenta com a pandemia desde 2020 realça a importância de se preocupar com a salvaguarda física dos acervos custodiados, em qualquer suporte, e com uma rápida redefinição de estratégias de difusão arquivística dos documentos essenciais em qualquer idade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever em 2021, após mais de um ano de fechamento, ou de funcionamento intermitente, das instituições arquivísticas mundo afora traz para o centro do debate as preocupações com a difusão dos documentos arquivísticos em meio digital. Isso implica pensar: Para quem os arquivos difundem? Com que critérios se seleciona o que difunde? Até agora, não havia definições muito claras do que era objeto de digitalização para dar entrada nos *websites* das instituições ou, mesmo, do que era eleito para ganhar destaque por meio de um inventário ou de uma exposição. Diante da pandemia e das respostas bastante desiguais em relação ao seu combate, é possível inferir que seus efeitos devem se arrastar por alguns anos, pois o vírus deve continuar se alastrando em países pobres e/ou sem administrações que priorizem seu combate. Assim, a pandemia do Covid-19 assume ares distintos de outras pestes enfrentadas, em tempos sem tanta conectividade e comunicação.

No século XXI, as inúmeras possibilidades de transporte rápido e barato foram responsáveis por espalhar o vírus mundialmente. De outra parte, pela primeira vez, o isolamento – a velha medida contra as pestes – mudou de forma e não significou parar de se encontrar e trabalhar em várias atividades econômicas. A internet ganhou mais espaço em atividades que antes ainda eram majoritariamente analógicas, como a educação. A cobrança por parte dos pesquisadores, que necessitam dar prosseguimento a suas pesquisas, cresceu nas instituições arquivísticas. Os órgãos produtores de documentos e os cidadãos interessados em garantir seus direitos e a continuidade de suas ações também se viram obrigados a recorrer aos arquivos para subsidiar seus trabalhos. Urge, então, redefinir o que é documento essencial ou vital para a sociedade em tempos de incerteza quanto às possibilidades de deslocamento físico, considerando que as alterações sofridas até aqui devem se estabelecer no que tange aos arquivos: a difusão em rede deve continuar e crescer como uma demanda social. Fátima Coya⁵⁰ alerta para a necessidade de definir uma metodologia orientada para a definição e gestão de documentos essenciais: algo que se torna urgente. Nós, sugerimos ainda ampliar a compreensão do essencial pensando em novos usuários e nos novos contextos que enfrentamos.

50 COYA, 2018.

REFERÊNCIAS

ALBERTS C.; DOROFEE A. *Managing Information Security Risk*. Boston: Pearson Education, 2003.

ALMEIDA, Marco Antônio; DAMIAN, Ieda Pelógia Martins. Humanidades digitais: um campo praxiológico para mediações e políticas culturais? ENANCIB - ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, João Pessoa, 2015. *Anais...* Brasília: ANCIB, 2015. Disponível em <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2999/1046>. Acesso em: 2 fev. 2021.

BARBOSA, Andresa Cristina Oliver; SILVA, Haike Roselane Kleber. Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 45-66, jan./jun. 2012.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Difusão editorial, cultural e educativa em arquivos. In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 227-247.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 12 fev. 2021.

BUCHANAN, Sally A. *Planificación, preparación y recuperación de siniestros en bibliotecas y archivos: un estudio RAMP con directrices*. París: UNESCO, Programa General de Información y UNISIST PGI, 1995.

CHAVES, Marcelo Antônio. O papel da difusão para o fortalecimento da identidade do Arquivo. *Revista do Arquivo*, São Paulo, ano VI, n. 10, p. 77-92, jun. 2020. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/10/pdf/artigo_chaves.pdf. Acesso em: 29 ago. 2020

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Cadastro nacional de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos. 8 set 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/cadastro-nacional-de-entidades-custodiadoras-de-acervos-arquivisticos>. Acesso em: 17 fev. 2021.

COYA, Fátima R. La necesidad de una metodología de identificación y gestión de documentos esenciales. *Boletín ANABAD*, Madrid, n. 3-4, p. 45-59. jul./dez. 2018.

LOBATO, A. P. R.; ROCHA, E. C. de F. Usos e usuários do Arquivo Público Mineiro em ambiente digital e presencial. *ÁGORA: Arquivologia em debate*, v. 29, n. 58, p. 1-16, 2019. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/746>. Acesso em: 7 jan. 2021.

LOPES, Bianca da Costa Maia; SILVA, Eliezer Pires da. A divulgação de acervos arquivísticos na Web: potencialidades da perspectiva de User Experience aplicada ao

Sistema de Informações do Arquivo Nacional. *Ci. Inf. Rev.*, Maceió, v. 7, p. 70-90, jan. 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/9041> Acesso em: 7 jan. 2021.

MARIZ, Anna Carla Almeida. Internet e Arquivologia: instituições arquivísticas, usuários e lei de acesso à informação. *INCID: R. Ci. Inf. e Doc.*, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 28-47, jul./dez. 2012.

MCKEMMISH, Sue; REED, Barbara; UPWARD, Franklyn Herbert. Records Continuum Model. *Encyclopedia of library and information sciences*, v. 6, p. 4447-4459, 2010.

MEDEIROS, Ana Lígia Silva et al. Humanidades Digitais na Fundação Casa De Rui Barbosa: um estudo aplicado de seu conceito. *Informação & Tecnologia*, n. 2, v. 4, p. 243-259, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/105663>. Acesso em: 30 nov. 2020.

MELO, K. I. Usuários dos arquivos: uma análise dos congressos nacionais de arquivologia. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, v. 33, p. 136-153, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/145805>. Acesso em: 12 fev. 2021.

MELO, Suellen Alves de. *Difusão de documentos fotográficos: análise de experiências de três instituições arquivísticas brasileiras no Facebook*. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019a. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/35536/1/MELO%20%282019%29.pdf>. Acesso em: 17 maio 2021.

NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS ADMINISTRATION (NARA). *Essential Records Guide*. s.l.: National Archives and Records Administration, 2018. Disponível em: <https://www.archives.gov/records-mgmt/essential-records/essential-records-guide>. Acesso em: 15 nov. 2021.

RIBEIRO, R. R.; TORRE, M. M.C. Diálogos com a Educação Patrimonial e o Ensino de História em Instituições Arquivísticas: ações educativas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 67-88, jan. /jun. 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/41194>. Acesso em: 12 fev. 2021.

RODRÍGUEZ, Mariela A. Los documentos vitales en los archivos: su identificación y conservación. *Comma*, n. 2, p. 199-208, 2010.

SANTOS, Hercules Pimenta dos; VENÂNCIO, Renato Pinto. Redocumentarização, historiografia e humanidades digitais: o caso do Arquivo Público Mineiro. ENANCIB – ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18, 2017, Marília. *Anais*. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/124879>. Acesso em: 7 jan. 2021.

SILVA, Denise. Arquivos: uma abordagem inicial sobre o termo “usuário”. *Cenário Arquivístico*, Brasília, v. 4, n. 1, p. 9-21, jan./jul. 2011.

THEIMER, K. Interactivity, Flexibility and Transparency: Social Media and Archives 2.0. In: HILL, J. (Ed.). *The Future of Archives and Recordkeeping: a Reader*. Londres: Facet Publishing, 2011.

VARGAS, Ángela M. Camacho. Uso de Cloud Computing en el Sistema Nacional de Archivos de Colombia: implementación del Plan de Gestión de Documentos Vitales. *Revista Códices*, v. 8, n. 1, p. 131-151, 2012.

VENANCIO, Renato P. Onde estão os arquivos pessoais? Uma sondagem. *In*: OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de. (Org.). *Arquivos pessoais e cultura: o direito à memória e à intimidade*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. p. 59-73.

VIDAL, Francisca Amorós; MÉNDEZ, Magdalena Campillo; ALMELA, María Rosa Gil. Los documentos esenciales de los ayuntamientos. *Boletín ANABAD*, v. 66, n. 3, jul./set. 2016.

VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin; LEME, Thalita Fernanda; CASARIN, Helen de Castro Silva. Estudos de usuários em arquivos: Panorama dos relatos de experiência publicados em periódicos nacionais. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, set./dez. 2020.

A decorative graphic at the top of the page consists of a network of interconnected nodes and lines, forming a complex, web-like structure. The nodes are represented by small grey circles, and the lines are thin, light grey lines connecting these nodes. The overall shape is roughly circular but irregular, with some lines extending towards the edges of the page.

A TRAMA E A URDIDURA: ARQUIVO, INFORMAÇÃO, MEDIÇÃO

José Francisco Guelfi Campos

No contexto da cultura de transparência e de uma arquivologia que se volta, cada vez mais, para além da custódia, a associação entre a finalidade do quefazer arquivístico e a promoção do acesso à informação vem se consolidando como uma obviedade. “Dar acesso” tornou-se, de certa forma, profissão de fé do arquivista, uma espécie de mantra repetido em modo automático por profissionais, pesquisadores e estudantes. Pouco se tem questionado, no entanto, a respeito de seu real sentido e de suas implicações para quem trabalha nos Arquivos¹ e para aqueles que os utilizam.

Os sofisticados e atraentes recursos tecnológicos têm fomentado a ilusão de que os impasses relativos ao acesso se dissolveriam num clique, por meio das bases de dados e da disponibilização massiva de documentos digitalizados, flutuando soltos no ambiente virtual, onde tudo parece facilmente localizável e acessível. O problema, contudo, é bem mais complexo.

1 Tendo em vista a ambiguidade imposta pela polissemia da palavra “arquivo”, grafaremos o termo com inicial minúscula quando nos referirmos ao “Conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas.” Quando nos referirmos à “Entidade administrativa responsável pela custódia, pelo tratamento documental e pela utilização dos arquivos sob sua jurisdição.”, o termo será grafado com inicial maiúscula. Cf.: CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p. 21.

Dar acesso aos arquivos não se confunde com torná-los consultáveis, mas significa, ao fim e ao cabo, torná-los inteligíveis. Trata-se, portanto, da causa e da consequência de um processo de mediação – uma negociação muito delicada, uma costura fina entre o usuário, o objeto procurado e os múltiplos agentes humanos, institucionais e tecnológicos – que só se efetiva quando o perfil das instituições arquivísticas, as especificidades definidoras dos arquivos e a natureza do documento arquivístico são bem compreendidos pelos diversos sujeitos envolvidos numa relação marcada pela alteridade. As reflexões aqui compartilhadas partem deste pressuposto fundamental.

UM TERRITÓRIO DESCONHECIDO

Em comparação com as bibliotecas e os museus, os Arquivos parecem ser menos conhecidos pelo público em geral. E se é bem verdade que as salas de consulta são habitadas preferencialmente por historiadores, é certo que mesmo para estes usuários especializados o Arquivo se apresenta como um “país estrangeiro”, no mais das vezes explorado apenas superficialmente.² Também é certo que, durante muito tempo, a atenção ao usuário figurou como pauta de menor interesse no campo da Arquivologia. Alguns fatores parecem concorrer para este duplo estranhamento. O primeiro deles tem a ver com o próprio perfil das instituições de custódia do patrimônio documental e de seus acervos.

Ocorre que, por natureza, os Arquivos detêm uma função primária essencialmente ligada à administração. Não é à toa que se preconiza, no que tange à vinculação institucional, que os Arquivos públicos, nas diferentes esferas de jurisdição, estejam preferencialmente posicionados o mais perto possível do centro do poder decisório – o Gabinete do prefeito, a Casa Civil ou a secretaria que responda pelo planejamento e pelas ações estratégicas do governo.³ Neste sentido, as finalidades educacionais, científicas, técnicas ou culturais, que constituem o espectro das funções primárias das bibliotecas e dos museus, representariam, a rigor, funções secundárias das instituições arquivísticas. Sintomático desta confusão entre funções primárias e secundárias é o fato de que, embora a teoria sublinhe a centralidade dos Arquivos como dispositi-

2 CAMARGO, 2018.

3 CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2014, p. 24.

vos estratégicos da gestão pública, os Arquivos estaduais e municipais se encontrem comumente vinculados à pasta da Cultura.

As bibliotecas, os centros de documentação e os museus se caracterizam, por excelência, como órgãos colecionadores que desenvolvem seus acervos a partir de escolhas. Adquirem – por compra, doação ou permuta – itens de múltiplas procedências, os quais, uma vez incorporados ao acervo, revestem caráter documental por um gesto de atribuição e gozam de autonomia de sentido em relação uns aos outros: a compreensão do conteúdo de *Raízes do Brasil*, clássico da historiografia brasileira, independe da leitura dos títulos que, por ostentarem afinidade temática, o precedem ou sucedem na mesma prateleira da biblioteca. Da mesma forma, para apreciar o enigmático sorriso da Mona Lisa, o visitante não precisa, obrigatoriamente, percorrer todas as galerias do Museu do Louvre. Nestes espaços institucionais, a formação do acervo⁴ procura se alinhar ao perfil ou à área de especialização da instituição, de modo a atender às expectativas de seus públicos-alvo – seria improvável encontrar uma edição de *Dom Casmurro* nas prateleiras da biblioteca de uma faculdade de medicina ou um automóvel exposto num museu de zoologia.

No que tange aos Arquivos públicos, a formação do acervo obedece, via de regra, ao imperativo da obrigação. Os conjuntos de documentos produzidos pelas várias instâncias do poder público não são propriamente adquiridos, mas recolhidos. Contudo, ainda que antes do recolhimento os documentos passem por avaliação, não se pode dizer que sua incorporação ao acervo resulte da arbitrariedade. A custódia é, portanto, compulsória e as preferências dos usuários estão fora do espectro de razões que justificam a formação do acervo, mesmo quando estas instituições adquirem, em caráter excepcional e complementar, fundos⁵ de natureza privada ou coleções temáticas. Tampouco o estatuto documental dos itens que compõem um fundo é atribuído, mas congênito, e a parte isolada (o item documental) só faz sentido

4 Atualmente, o termo “acervo” vem sendo empregado em sentidos diversos e não é raro vê-lo substituindo, inadvertidamente, termo “arquivo”. Aqui, o termo é empregado em seu sentido estrito, correspondendo à totalidade dos conjuntos documentais preservados por uma instituição de custódia. Cf.: CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p. 18.

5 “Unidade constituída pelo conjunto de documentos acumulados por uma entidade que, no arquivo permanente passa a conviver com arquivos de outras.” Cf.: CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p. 51.

quando tomada na relação que estabelece com outros documentos que integram o mesmo conjunto.

O exame das características definidoras das instituições de custódia do patrimônio documental⁶ pode ser um bom ponto de partida para o debate acerca do relacionamento entre os Arquivos e seus usuários, uma vez que, mesmo para o usuário especializado, as fronteiras entre Arquivo, biblioteca, centro de documentação e museu nem sempre são suficientemente nítidas e bem demarcadas. Contudo, vale a pena também passar em revista os mecanismos de formação dos conjuntos documentais que constituem o núcleo do acervo nos Arquivos e a natureza daquilo a que se denomina documento arquivístico.

Os arquivos são conjuntos de documentos produzidos e recebidos no curso de atividades práticas, com o intuito de viabilizar e comprovar as ações de instituições e pessoas. São formados num movimento de acumulação progressiva e contínua, de acordo com a lógica de funcionamento da entidade que os produz,⁷ o que confere ao conjunto uma coesão peculiar, fazendo com que os itens que os compõem estabeleçam uma relação de interdependência e solidariedade. Este vínculo, plasmado na organicidade, configura o “[...] ponto essencial da especificidade dos documentos de arquivo [...]”.⁸

Convém insistir sobre essa qualidade singular, capaz de definir a natureza e o sentido dos arquivos. De acordo com Elio Lodolini,⁹ os arquivos, eivados de caráter sedimentar, nascem espontaneamente e são constituídos de dois componentes essenciais: os documentos e suas inter-relações. A organicidade configura, portanto, um vínculo originário, necessário e determinado,¹⁰ na malha de relações que cada documento mantém com os demais itens com os quais convive no interior

6 Para uma discussão alentada destas características, ver Tessitore (2017) e o quadro comparativo bastante esclarecedor apresentado por Camargo e Goulart (2015).

7 CAMARGO; GOULART, 2015, p. 23.

8 BELLOTTO, 2006, p. 253.

9 LODOLINI, 1993, p. 24 e 145.

10 Segundo Duranti, o vínculo arquivístico é *originário* porque se manifesta logo quando um documento é produzido ou recebido e acumulado em relação a outros documentos; é *necessário*, pois deve existir para todo documento (um documento só pode ser considerado arquivístico quando se verifica a manifestação da organicidade) e *determinado*, uma vez que é qualificado pela função do documento no conjunto a que pertence. Cf.: DURANTI, 1997, p. 216.

de um mesmo conjunto.¹¹ Deste vínculo deriva a capacidade especular dos arquivos relativamente à estrutura, às funções e às atividades da entidade que lhes dá origem, em suas relações internas e externas.¹²

Os documentos de arquivo não são frutos da liberdade criativa, mas produzidos “[...] para dar vida à razão de sua origem.”¹³ Como bem definiu Heloísa Bellotto,¹⁴ o documento de arquivo nasce como prova e permanece como testemunho. Neste sentido, a primeira prova que todo documento arquivístico é capaz de oferecer sobre si mesmo é a de sua condição instrumental: os documentos, ensina-nos a diplomática, são instrumentos necessários, destinados a criar, modificar ou extinguir situações.¹⁵ A conexão *sui generis* entre o documento, a atividade que lhe dá origem e os usos que dele podem ser feitos, muito tempo depois de sua produção, foi exemplarmente demonstrada pela arquivista italiana Paola Carucci:

Ainda que o sujeito que produz o documento tenha consciência da relevância histórica da própria atividade (e dos documentos que a testemunham), o documento não é criado para que, um dia, um historiador possa estudá-lo, mas, sim, porque num determinado momento se verificava a assinatura de tratado internacional, a promulgação de um decreto, o ajuste de um contrato entre particulares, a troca de uma carta entre duas pessoas ou a constituição de uma sociedade anônima. Competirá, portanto, ao historiador analisar também as intenções do autor na avaliação crítica do documento.¹⁶

11 DURANTI, 2015, p. 28.

12 CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p. 65.

13 RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p. 143.

14 BELLOTTO, 2014.

15 No dizer de Bruno Delmas, “Todo documento de arquivo começa como o instrumento necessário, o mais fútil ou o mais decisivo, da atividade de uma pessoa ou de uma instituição num dado momento, antes de ser o seu produto e, finalmente, seu testemunho.” Cf.: DELMAS, 2010, p. 131.

16 No original: “Anche quando il soggetto che produce il documento è consapevole della rilevanza storica della propria attività (e quindi dei documenti che la testimoniano), il documento non viene posto in essere affinché un giorno uno storico possa studiarlo, bensì perché in un determinato momento si verificava la firma di un trattato internazionale o la promulgazione di un decreto o la stipula di un contratto tra privati, o lo scambio di una lettera tra due persone o si costituiva una società per azioni. Sarà poi compito dello storico analizzare anche le intenzioni dell'autore nella valutazione critica del documento.” Cf.: CARUCCI, 1983, p. 12. (tradução nossa)

Outro elemento que parece desempenhar papel relevante na conflituosa relação entre os usuários e os documentos que pretendem consultar tem a ver com a metodologia que fundamenta o processamento técnico dos arquivos, o que vale a pena explorar mais detidamente.

UMA LÓGICA PARTICULAR: O TRATAMENTO DOCUMENTAL

Wendy Duff,¹⁷ ao examinar as questões implicadas no processo da mediação arquivística, elencou uma série de fatores que, em sua percepção, impõem obstáculos ao relacionamento entre os Arquivos e seus usuários. Alguns deles dizem respeito ao próprio consulente, como a falta de familiaridade com as instituições arquivísticas e seus acervos ou o fato de que os usuários nem sempre sabem trabalhar com fontes primárias. Outros têm a ver com a natureza dos arquivos e com a orientação de seu processamento técnico: a organização se dá em obediência ao princípio da proveniência e não de acordo com o assunto dos documentos, o que faz com que a busca de informações seja sempre inferencial, orientada pelo conhecimento existente a respeito dos produtores dos arquivos, em lugar de basear-se nos elementos tópicos e circunstanciais consignados no conteúdo de cada item documental.

O tratamento documental corresponde a um conjunto de ações, desempenhadas pelos arquivistas, cujo objetivo final é franquear os arquivos à consulta do público, especializado ou não, por meio dos instrumentos de pesquisa. Nos arquivos permanentes, estas ações englobam, grosso modo, duas funções centrais: o arranjo¹⁸ e a descrição.

Partindo do pressuposto de que a qualidade essencial dos arquivos é a de refletir a entidade que lhes dá origem, no que diz respeito às funções e atividades por ela desempenhadas, o arranjo se desdobra, por um lado, em uma operação intelectual e, por outro, numa atividade material. A faceta intelectual compreende a distribuição das séries do-

17 DUFF, 2016, p. 175-176.

18 No dizer de Bellotto, “O perigo de que os que se iniciam nos estudos arquivísticos pudessem deduzir que arranjo e classificação são operações distintas levou os estudiosos da terminologia arquivística brasileira a considerar que o termo ‘classificação’ deve ser usado para documentos tanto em idade corrente quanto em idade permanente.” Cf.: BELOTTO, 2006, p. 135.

cumentais¹⁹ em categorias classificatórias indicativas de seus contextos originários – preferencialmente atividades e funções, embora também se possa optar por seguir a estrutura organizacional do órgão produtor²⁰ –, encadeadas hierarquicamente: do fundo aos grupos, dos grupos aos subgrupos, dos subgrupos às séries. Como resultado, obtém-se o quadro de arranjo ou plano de classificação, instrumento destinado a representar graficamente o nexos existente entre os diferentes níveis que compõem a estrutura de um fundo. A contrapartida material do arranjo envolve a disposição interna das séries, segundo a lógica do plano de classificação, bem como a ordenação dos itens documentais no interior delas,²¹ embora se reconheça que, em certas circunstâncias, a correlação entre a organização intelectual e a disposição física dos documentos seja dispensável ou, até mesmo, impraticável.

Se o que está em jogo, no arranjo, é a representação do lugar lógico ocupado pelos documentos no interior dos fundos, à descrição compete identificar suas características formais, associando-as aos elementos contextuais que dão coerência e coesão aos arquivos. Deste modo, arranjo e descrição não podem ser compreendidas como funções dissociadas; são, com efeito, sucessivas – no que tange aos conjuntos orgânicos, a descrição depende que se conheçam a estrutura, as funções e as atividades da entidade acumuladora. A descrição arquivística mira, evidentemente, a ponta final do ciclo de vida dos documentos – onde está o pesquisador – e objetiva produzir instrumentos capazes de difundir a potencialidade informacional ligada ao valor secundário dos documentos, “[...] infinitamente mais ampla do que a estrita razão funcional que motivou a geração do documento, e sem o comprometimento jurídico que o valor primário necessariamente carrega.”²²

Dos mais genéricos aos mais específicos, os instrumentos de pesquisa, produtos finais da descrição, configuram dispositivos fundamentais da mediação arquivística em seus diferentes graus e extensões. É por

19 “Sequência de unidades de um mesmo tipo documental.” Cf.: CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p. 76.

20 Na literatura arquivística brasileira, poucos autores abordaram as diferenças entre os métodos funcional e estrutural, seus componentes, vantagens e desvantagens com tanta clareza e didatismo quanto Viviane Tessitore (1989), em clássico artigo intitulado *Arranjo: estrutura ou função?*

21 BELLOTTO, 2006, p. 135-145.

22 BELLOTTO, 2006, p. 179.

meio deles que o usuário pode conhecer a instituição de custódia e seu acervo. Guias, inventários e, excepcionalmente, catálogos²³ promovem não apenas o contato inicial do usuário com os arquivos, mas também apontam os caminhos que levam o pesquisador ao encontro dos documentos que poderão, mediante interpretação, comparação, articulação com outras fontes, oferecer indícios e subsídios para a construção das respostas para suas indagações.

Existe, contudo, um descompasso entre as expectativas do usuário e o produto do trabalho do arquivista. Talvez mais acostumado com os mecanismos de busca das bibliotecas, o usuário com algum nível de especialização espera encontrar, no Arquivo, algo semelhante. Chega à sala de consulta com um assunto em mente, traduzido em um punhado de palavras-chave, mas não terá à sua disposição instrumentos descritivos elaborados segundo critérios temáticos.

Ocorre que a lógica dos arquivos – representada no arranjo, na descrição e, conseqüentemente, nos instrumentos arquivísticos de referência – é alheia à lógica da pesquisa. Trata-se, com efeito, na definição de Camargo, de “[...] dois universos perfeitamente distintos [...]”²⁴ Nisto reside, essencialmente, a tônica da sofisticada noção de imparcialidade dos documentos de arquivo, assim enunciada por Hilary Jenkinson: “[...] a única predição segura, de fato, relativa aos interesses de pesquisa aos quais os arquivos podem servir é que, com apenas alguma exceção, estes não coincidem com as razões que inspiraram quem os acumulou e preservou.”²⁵ Deste modo, os documentos são, ao mesmo tempo, sempre parciais em relação aos seus produtores, uma vez que são criados para servir aos seus interesses imediatos, e imparciais em relação aos seus usuários, que lhes emprestam os mais variados sentidos.

23 A descrição de um fundo incide, em geral, sobre as séries documentais. O instrumento que as descreve é o inventário. O catálogo, por comportar a descrição dos itens documentais, configura instrumento de pesquisa mais adequado para as coleções, dado que documentos que as compõem não ostentam a relação de reciprocidade que caracteriza o atributo de organicidade. A respeito dos vários tipos de instrumentos de pesquisa, suas características e alcances, ver LOPEZ, 2002.

24 CAMARGO, 2003, p. 15.

25 No original: “[...] the only safe prediction, in fact, concerning the Research ends which Archives may be made to serve is that with one partial exception these will not be the purposes which were contemplated by the people by whom the Archives were drawn up and preserved.” Cf.: JENKINSON, 1937, p. 12. (tradução nossa)

Ao orientar-se pelo princípio da proveniência, “[...] princípio primeiro, principal, natural e geral da ciência arquivística.”²⁶ o processamento técnico dos arquivos priorizará sempre as estruturas, as funções, as atividades. Como bem observou Heloísa Bellotto, ainda que tal opção possa parecer um paradoxo, tendo em vista que o arquivo permanente visa atender ao usuário, a organização temática, cronológica ou geográfica “[...] faria desaparecer ou diluiria a percepção da razão de ser do documento, o que, afinal, o deformaria aos olhos do consulente.”²⁷

Ainda que enigmática para o usuário, a organização dos arquivos não resulta da imposição de uma lógica arbitrária, como insistem alguns, mas fundamenta-se em princípios que conferem espessura ao corpo de conhecimentos específicos e às operações que caracterizam a arquivologia e a distinguem das demais ciências documentárias.

AS ESPÉCIES E OS TIPOS DOCUMENTAIS

No processo descritivo, os arquivistas procuram responder a algumas perguntas básicas sobre os documentos. Quando foram produzidos? Por que razão foram acumulados? Que documentos são esses, como denominá-los? Se as respostas às duas primeiras questões revelam o contexto originário dos documentos, representado por funções, atividades que se dilatam em intervalos que se estendem por meses ou anos e eventos circunscritos pontualmente no tempo e no espaço, a resposta à terceira pergunta induz o estudo das espécies e dos tipos documentais, termos que dão nome e identidade aos itens e, conseqüentemente, às séries documentais.

Para efeito de definição, a espécie documental corresponde à “Configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas.”²⁸ Esta noção, derivada da diplomática, incide sobre o caráter formular dos documentos de arquivo, manifestado por um complexo de regras de representação que regulam a transmissão da informação, visando à monossemia e a estabilidade de sentido. O reconhecimento da espécie documental, entendida como estrutura prototípica, confere ao documento seu nome

26 No original: “[...] primero, principal, natural y general principio de la ciencia archivística.” Cf.: HEREDIA HERRERA, 2015, p. 44. (tradução nossa)

27 BELLOTTO, 2006, p. 139.

28 CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p. 46.

próprio: bilhete, carta, contrato, recibo... A este primeiro nome agrega-se um sobrenome, acoplando-se uma locução adjetiva capaz de traduzir a ação para a qual a espécie serve de veículo: de agradecimento, de encaminhamento, de locação, de devolução... Chega-se, assim, ao nome completo do documento, isto é, ao tipo documental – bilhete de agradecimento, carta de encaminhamento, contrato de locação, recibo de devolução.²⁹

No cerne desta operação aparentemente muito simples, reside uma das facetas da discreta sofisticação do quefazer arquivístico. Mais que mero jogo de palavras, a identificação das espécies e dos tipos documentais consiste num movimento gradativo que vai da estrutura à substância dos documentos, pautado pelo exame criterioso de seus caracteres extrínsecos e intrínsecos, bem como pelo estudo da variação, ao longo do tempo, dos ditames do direito, das culturas administrativas, das convenções sociais, tendo em vista que estes elementos determinam o conjunto de regras de representação e as fórmulas estereotipadas que dão aos documentos certos traços distintivos, definidores de sua real natureza.³⁰

Diante da centralidade do contexto no processo de arranjo e descrição, pode parecer que identificar e definir as espécies e os tipos documentais seja um preciosismo supérfluo. E ainda que se admita a necessidade de fazê-lo, o exame dos instrumentos de pesquisa revela, no mais das vezes, pouca ou nenhuma atenção ao problema: abundam os termos amplos, genéricos e coletivos, tais como “documentos pessoais”, “correspondência”, “recortes de jornal”, “fotografias”, empregados para denominar, como que por atacado, toda uma gama de documentos de feições supostamente semelhantes, mas que, quando observados de perto, revelam-se muito diferentes uns dos outros, o que acaba por atrapalhar e confundir o usuário.

29 A analogia entre espécie/tipo documental e nome/sobrenome, apontada em Campos (2018, p. 143), foi explorada, de modo sugestivamente didático, por Maria Celina Soares de Mello e Silva (2020).

30 Maior ainda é o desafio quando se lida com documentos menos convencionais, acumulados em circunstâncias que escapam ao universo das rotinas administrativas ou do sistema jurídico. A este respeito, Ana Maria de Almeida Camargo (2015) ofereceu interessantes exemplos, à luz daquilo que se encontra nos chamados arquivos pessoais. Já o desafio de dar nome aos itens que compõem a parcela dos arquivos usualmente identificada pela expressão genérica “recortes de jornal” foi objeto da tese de doutorado defendida pelo autor. Cf.: CAMPOS, 2018.

À guisa de exemplo, imaginemos uma situação hipotética, de simplicidade quase primária. Um pesquisador, residente em Belo Horizonte, identifica, por meio de inventários, a existência de documentação de seu interesse em duas instituições de custódia: duas séries denominadas “correspondência”, uma delas no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, a pouco mais de 500 quilômetros de distância de sua residência, composta por apenas cinco itens, e a outra no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, quase quatro vezes mais distante, com 50 itens. Partindo da hipótese de que haveria uma relação diretamente proporcional entre o volume do conjunto documental e seu potencial informativo, o pesquisador, que dispõe de recursos para fazer apenas uma viagem, elege Porto Alegre como seu destino óbvio. Lá chegando, a surpresa: depara-se com 50 telegramas. Volta, então, para casa sem munção para sua pesquisa, uma vez que pôde compreender muito pouco do conteúdo quase cifrado, característico da “Mensagem em estilo conciso, transmitida por meio de telegrafia, para ser entregue em caráter de urgência, ao destinatário.”³¹ Soubesse ele, de antemão, que a série disponível no Rio Grande do Sul era composta por telegramas e que no Espírito Santo encontraria cartas, provavelmente teria optado por viajar a Vitória. É que por sua estrutura discursiva, a carta, mesmo quando breve, tende a apresentar conteúdo de maior densidade, o que, em tese, não apenas a torna mais inteligível como também reforça seu poder de autocontextualização em relação às atividades das quais participa.

Não se espera que o usuário, seja ele o cidadão comum, o estudante em formação ou o pesquisador com alguma tarimba, domine o universo dos documentos de arquivo e saiba distingui-los no que tange aos seus aspectos formais e substanciais. Não se espera que chegue ao Arquivo sabendo sequer o que é espécie e tipo documental. Mas, se tiver à sua disposição instrumentos de referência resultantes de projetos descritivos criteriosamente fundamentados, e se contar com instrumentos auxiliares, como os glossários de espécies documentais, provavelmente poderá navegar neste universo desconhecido com maior desenvoltura.

Em suma, quando tratada com rigor, a tipologia documental pode se converter em ferramenta valiosa para a sondagem do potencial informativo e para a seleção do material a ser consultado. Pode, ain-

31 INSTITUTO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, 2021.

da, contribuir para o uso mais esclarecido das fontes, no que tange às características que as definem enquanto documentos de arquivo e que demarcam o ponto de partida para o interrogatório ao qual o pesquisador as submete, prevenindo as abordagens superficiais que, quase sempre, resultam no uso dos documentos a título quase que meramente ilustrativo. O conhecimento das espécies e dos tipos documentais, portanto, passa muito longe do simples detalhe, pois permite compreender os documentos em sua real natureza e categorizá-los segundo a função que cumprem, caracterizar as pessoas envolvidas em sua produção, entender seu sentido de circulação, seguir o percurso burocrático que justifica a aposição de notas e outros elementos que indicam as sucessivas etapas da tramitação, sondar a relação de reciprocidade entre os mais variados atos e os efeitos que deles se esperam em diferentes esferas de jurisdição ou âmbitos da vida social. Mas, o que tudo isso tem a ver com a mediação arquivística?

UNINDO AS PONTAS

No âmbito das instituições arquivísticas, a mudança do enfoque sobre a custódia na direção da priorização do acesso tem dado à figura do usuário um protagonismo durante muito tempo insuspeitado. Ainda que, de modo geral, a literatura sobre usuários de arquivo seja, de certo modo, tímida,³² observa-se que a temática vem encontrando, no campo da arquivologia, um espaço de crescimento ao longo dos últimos anos.³³ De um lado, as próprias instituições ainda se debatem com a insuficiência de métodos e recursos para aprofundar o conhecimento acerca de sua clientela, o que se traduz, no mais das vezes, na predominância das abordagens quantitativas dos dados coletados sistematicamente nas rotinas de atendi-

32 ROCHA; PARRELA, 2020.

33 Uma busca, muito por alto, na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) revela que, apenas nos últimos dez anos, 63 trabalhos direta ou indiretamente ligados à temática dos estudos de usuários de arquivo foram publicados em revistas brasileiras (número provavelmente seria maior se considerássemos, também, as teses, dissertações, monografias de conclusão de curso e comunicações publicadas em anais de eventos). A cifra foi obtida operando-se busca composta pelos termos “usuário AND arquivo”, com ocorrência nos campos título, resumo e palavras-chave, delimitando-se os resultados no intervalo entre os anos de 2011 e 2021. Cf.: BRAPCI. Disponível em: https://brapci.inf.br/?q=usuário+AND+arquivo&type=1&year_s=2011&year_e=2021&order=0. Acesso em: 29 maio 2021.

mento ao público.³⁴ De outro, no plano da reflexão teórica, objetos diversos – perfil do usuário, suas demandas específicas e abrangentes, competência informacional, literacia, difusão de acervos e, até mesmo, *marketing* arquivístico – confundem-se numa discussão de fronteiras nebulosas.

A discussão a respeito de uma arquivística mais centrada no usuário do que nos próprios arquivos não é, exatamente, uma novidade. Elsie Freeman,³⁵ por exemplo, advogou em favor da reorientação da prática profissional baseada na identidade e nos hábitos dos usuários, em seus modos de pensar, aprender e reunir informação. Randall Jimerson,³⁶ por seu turno, vislumbrou na abordagem *user-friendly*, focada nos “clientes e suas necessidades”, a saída para o suposto impasse acerca da manutenção da relevância dos arquivistas na moderna sociedade da informação. Há, contudo, algo de perverso na transposição da lógica comercial para o terreno dos arquivos e cabe questionar o quanto este fenômeno não acabaria por descaracterizar o quefazer arquivístico. Na saborosa ironia de Terry Cook,

O *marketing* e as estatísticas de usuários não deveriam obscurecer a missão arquivística; as novas formas e os novos meios de comunicação não podem obscurecer a mensagem arquivística. Em suma, os arquivos não podem ser transformados no McDonald’s da informação, onde tudo é cuidadosamente calculado para atender a cada perfil de cliente e a cada mercado demográfico – e as únicas coisas esquecidas na prateleira, atrás do pote de molho de Big Mac, sejam a qualidade e a excelência.³⁷

Diante da sedutora tentação de criar estratégias que permitiriam oferecer, a qualquer custo, informação rápida e “mastigada”, na dose exata para saciar a fome do usuário, convém ter em mente que os arquivos são, antes de qualquer outra coisa, repositórios de matéria em estado bruto. Os arquivos não oferecem respostas prontas, não armazenam memória, não contêm a informação em si mesma: fornecem potenciais informativos, matéria-prima para a criação de memórias – em

34 ROCHA, 2018.

35 FREEMAN, 1984.

36 JIMERSON, 1989.

37 No original: “Marketing and user statistics should not obscure the archival mission; new means and media of communication must not obscure the archival message. In short, archives must not be turned into the McDonald’s of Information, where everything is carefully measured to meet every customer profile and every market demographic – and the only things left on the shelf, behind the jar of Big Mac sauce, are quality and excellence.” Cf.: COOK, 1990, p. 127. (tradução nossa)

suma, proporcionam possibilidades de obtenção de respostas, sempre condicionadas a uma elaboração intelectual a ser executada pelo usuário.³⁸ Por mais que se procure delinear o perfil de um usuário típico e conhecer suas demandas informacionais, estaremos sempre diante de um quadro limitado e distorcido da realidade, no qual a projeção de “reservas de sentido” nos documentos só poderia resultar em belo, porém descabido, “[...] exercício de imaginação ou futurologia [...]”.³⁹

Melhor, portanto, seria enxergar a mediação arquivística como uma delicada negociação entre as expectativas de um público amplo e aquilo que a arquivística é capaz de oferecer. É que o arquivo não é moda *prêt-à-porter*, é alta-costura. E o que os arquivistas podem – e deveriam – dar ao usuário é um conhecimento de natureza muito particular a respeito dos conjuntos documentais que constituem seu objeto, forjado na cosedura de tudo aquilo que dá sentido ao seu ofício e o qualifica: o zelo pela proveniência, a manutenção da organicidade, o esforço para estabelecer o elo suficiente e necessário entre os documentos e seus contextos originários, o movimento gradativo que parte da estrutura para chegar à substância dos documentos e dar-lhes nome. No cruzamento da trama com a urdidura, a arquivística vai se tecendo, no arremate certo de Angelika Menne-Haritz, como “[...] a ciência dos contextos e relações.”⁴⁰

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 329-344.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRAPCI. Disponível em: https://brapci.inf.br/?q=usuário+AND+arquivo&type=1&year_s=2011&year_e=2021&order=. Acesso em: 29 maio 2021.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Historiadores e arquivistas: um diálogo possível. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracajú, v. 1, n. 48, p. 23-26, 2018.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre espécies e tipos documentais. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida *et al.* *Dar nome aos documentos: da teoria à prática*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015. p. 14-30.

38 MENNE-HARITZ, 2001.

39 CAMARGO, 2003, p. 14.

40 MENNE-HARITZ, 1998.

- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre o valor histórico dos documentos. *Arquivo Rio Claro*, Rio Claro, n. 1, p. 11-17, 2003.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (Coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. 3. ed. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2012.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Centros de memória: uma proposta de definição*. São Paulo: Sesc, 2015.
- CAMPOS, José Francisco Guelfi. *Recortes de jornal: da prática social aos arquivos*. São Paulo, 398 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- CARUCCI, Paola. *Le fonti archivistiche: ordinamento e conservazione*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1983.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.
- COOK, Terry. Viewing the World Upside Down: Reflections on the Theoretical Underpinnings of Archival Public Programming. *Archivaria*, v. 31, p. 123-134, 1990-91.
- DELMAS, Bruno. Manifesto por uma diplomática contemporânea. In: DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê?: Textos escolhidos*. Tradução de Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010. p. 125-182.
- DUFF, Wendy M. Mediação arquivística. In: EASTWOOD, Terry; MacNEIL, Heather (Orgs.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Tradução de Anderson Bastos Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2016, p. 171-202.
- DURANTI, Luciana. Archival Bond. In: DURANTI, Luciana; FRANKS, Patricia C. (Eds.). *Encyclopedia of Archival Science*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2015. p. 28-29.
- DURANTI, Luciana. The Archival Bond. *Archives and Museum Informatics*, v. 11, n. 3, p. 213-218, set. 1997.
- FREEMAN, Elsie T. In the Eye of the Beholder: Archives Administration from the User's Point of View. *American Archivist*, Chicago, v. 47, n. 2, p. 111-123, 1984.
- HEREDIA HERRERA, Antonia. El principio de procedencia y los otros principios de la archivística. In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de (Org.). *Archivos y documentos: textos seminales*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2015. p. 43-56.
- INSTITUTO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. Acervo. Documentos de apoio: glossário de documentos. 2021. Disponível em: http://acervo.ifhc.org.br:8081/doctos_apoio/19/glossa_rio%20de%20documentos%20para%20o%20sagui%2020mar2019.pdf. Acesso em: 14 jun. 2021.
- JIMERSON, Randall C. Redefining Archival Identity: Meeting User Needs in the Information Society. *American Archivist*, Chicago, v. 52, n. 3, p. 332-340, 1989.

LODOLINI, Elio. *Archivística: principios y problemas*. Tradução de Mercedes Costa Paretas. Madrid: ANABAD, 1993.

LOPEZ, André Porto Ancona. *Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002.

MENNE-HARITZ, Angelika. Access – the reformulation of an archival paradigm. *Archival Science*, Dordrecht, v. 1, p. 57-81, 2001.

MENNE-HARITZ, Angelika. What Can be Achieved with Archives? In: ABUKHANFUSA, Kerstin (Ed.). *The Concept of Record: Report from the Second Stockholm Conference on Archival Science and the Concept of Record, 30-31 May 1996*. Stockholm: Riksarkivet, 1998. p. 11-24.

ROCHA, Eliane Cristina Freitas. Usuários e públicos nas práticas de profissionais da informação e áreas correlatas. *Biblionline*, João Pessoa, v. 14, n. 4, p. 65-82, 2018.

ROCHA, Eliane Cristina Freitas; PARRELA, Ivana Denise. “Com a palavra o usuário”: o que dizem os usuários do Arquivo Nacional sobre suas pesquisas na instituição. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 227-238, set./dez. 2020.

RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca. *El documento entre la tradición y la renovación*. Madrid: Trea, 2002.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Entre espécies e tipos, os documentos têm nome e sobrenome: as funções dos documentos. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, v. 1, p. 77-90, 2020.

TESSITORE, Viviane. Arquivos, centros de documentação e de memória: perfis institucionais e funções sociais. In: CAMPOS, José Francisco Guelfi (Org.). *Arquivos pessoais: experiências, reflexões, perspectivas*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2017. p. 12-28.

TESSITORE, Viviane. Arranjo: estrutura ou função? *Arquivo: Boletim Histórico e Informativo*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 19-28, jan./jun. 1989.



COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO EM TRÊS ATOS: ÉTICA, SAÚDE E EMANCIPAÇÃO SOCIAL PERSPECTIVAS E REFLEXÕES

Ana Paula Meneses Alves

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre Competência em Informação (CoInfo) estão em franco desenvolvimento há mais de 21 anos no Brasil, em especial na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. A *Information Literacy*, expressão em inglês para “Competência em Informação”, foi apresentada inicialmente pelo bibliotecário americano Paul Zurkowski na década de 1970, assentada no desenvolvimento de técnicas e habilidades para o uso de ferramentas de acesso à informação, na resolução de problemas, no contexto cooperativo.

Hoje, uma das preocupações expressa por pesquisadores, educadores e profissionais no Brasil e no mundo sobre a temática está sedimentada no objetivo e na importância do desenvolvimento da CoInfo como um insumo de transformação social. Essa concepção possibilita, para além da mobilização de habilidades, atitudes e conhecimentos informáticos, comunicativos e informativos, dos direitos e dos deveres, do cidadão e da sociedade – o estímulo ao pensamento crítico, a independência e a emancipação social dos indivíduos, a fim de que possam contribuir para o seu bem-estar e qualidade de vida, assim como o da sua comunidade e para a manutenção e construção de sociedades livres e democráticas.

À primeira vista, com um olhar ainda mais crítico ao parágrafo descrito acima, essas preocupações parecem estar delineadas em perspectivas distantes, utopistas ou militantes. Mas, é exatamente a falta de estímulo ao desenvolvimento da CoInfo que nos faz permanecer semotos desses objetivos. Atualmente, em meio a um mundo imerso em uma pandemia, em uma Era em que *fake news* e pós-verdade imperam, em um período cujos abismos sociais e econômicos estão cada vez mais profundos e vastos, em uma realidade que o acesso à educação e à saúde de qualidade são para poucos e, em especial, em um país no qual a importância da sustentabilidade ambiental e da ciência são postas diariamente em xeque por negacionistas, é elementar fortalecer a ideia e a importância de sermos competentes em informação e de termos políticas públicas factuais e determinantes neste aspecto.

Nesse sentido, a proposta deste capítulo é abordar os estudos de Competência em Informação pelas óticas da ética, da saúde e da emancipação social, considerando-as como perspectivas de estudos sobre CoInfo no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI-UFMG), em especial na linha de pesquisa Usuários, Gestão do Conhecimento e Práticas Informacionais.

Para tanto, realizamos uma breve introdução aos estudos de CoInfo em diferentes contextos, suas diferentes abordagens e concepções e seus reflexos nas publicações realizadas nos programas de pós-graduação da Escola de Ciência da Informação da UFMG e na formação em graduação.

Perscrutando as três óticas – a ética, a saúde e a emancipação – demos ênfase nas relações da CoInfo com estas três perspectivas de estudos, de maneira paralela e em aspectos correlacionados, visando refletir sobre o desenvolvimento dessa competência como um insumo de transformação social que proporciona as condições ideais de estimular

o pensamento crítico, o uso ético da informação, a tomada de decisão para saúde, uma melhor qualidade de vida e o empoderamento no âmbito da pesquisa, da saúde e da emancipação social de pessoas advindas de grupos historicamente excluídos.

O MOVIMENTO DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: CONJECTURAS E DEPREENSÕES A PARTIR DOS OLHARES DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Iniciamos pela compreensão do conceito de Competência em Informação. Mata¹ expõe que dentre as diversas conceituações apresentadas pela área, quatro perspectivas são preponderantes, a saber: como campo do conhecimento, com um objeto a ser desenvolvido, como um processo de ensino-aprendizagem e como um conjunto de competências.

Para a ACRL,² a Competência em Informação é a base para a aprendizagem ao longo da vida, pois possibilita que os indivíduos ampliem seus domínios de conhecimento e otimizem sua capacidade de pesquisa, permitindo maior independência e controle de sua aprendizagem. Martí-Lahera³ expõe que as competências informacionais são formadas por um conjunto de conhecimentos, atitudes e habilidades imprescindíveis para o trato informacional e para o processo formativo do indivíduo, para seu desenvolvimento contínuo, o aprender a aprender e a formação do pensamento crítico. Para Dudziak,⁴ trata-se de um processo contínuo que permite a internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades essenciais para que o indivíduo e/ou coletivo compreendam e interajam com o universo informacional, propiciando um aprendizado ao longo da vida. Belluzzo e Kerbauy⁵ descrevem que consiste em um processo contínuo em que o indivíduo internaliza conceitos e atitudes capazes de gerar novos conhecimentos, com aplicabilidade ao seu cotidiano e ao de sua comunidade, ao longo da vida. Para Vitorino e Piantola⁶ o conceito aborda desde o acesso à

1 MATA, 2014.

2 ACRL, 1989.

3 MARTÍ-LAHERA, 2007.

4 DUDZIAK, 2007.

5 BELLUZZO; KERBAUY, 2004.

6 VITORINO; PIANTOLA, 2009, 2011.

informação, o uso das tecnologias de informação e comunicação, até a reflexão crítica da informação, de seu contexto, impacto social, cultural, econômico, ético e filosófico. Para as autoras, o conceito deve ser entendido de uma maneira multidimensional, a saber: dimensão técnica, dimensão estética, dimensão política e a dimensão ética.⁷ Riguetto e Vitorino⁸ representam, por meio de um quadro, os elementos característicos da competência em informação.

Figura 1 - Elementos característicos da Competência em Informação

Competência em informação					
Não se limita ao uso das tecnologias: envolve práticas de informações	Um dos componentes de emancipação cognitiva dos indivíduos	Parte do processo educacional e é um dos direitos fundamentais do ser humano	Conjunto de conhecimentos para se discernir quando a informação é necessária	Está diretamente relacionada ao "aprender a aprender" e ao senso crítico	É o fundamental para o desenvolvimento dos grupos socialmente vulneráveis

Fonte: RIGUETTO; VITORINO, 2019, p. 87.

Alves apresenta esta breve conceituação, a partir revisão de diferentes autores:

[...] pode ser descrita como um processo de ensino--aprendizagem que abrange o indivíduo ou determinado coletivo e tem como objetivo a otimização de conhecimentos, habilidades e atitudes (informáticas, comunicativas e informativas) para lidar, de forma adequada e eficiente, com a informação em diferentes contextos e formatos. Para tal, é necessário realizar operações mentais complexas, capazes de equilibrar as dicotomias advindas da prática e da teoria, da técnica e da sensibilidade, dos direitos e dos deveres, do individual e do coletivo, e do cidadão e da sociedade. O indivíduo, competente em informação, deve ser capaz de usar uma gama de recursos disponíveis de forma crítica, consciente e comprometida para satisfazer suas necessidades informacionais em diferentes contextos.⁹

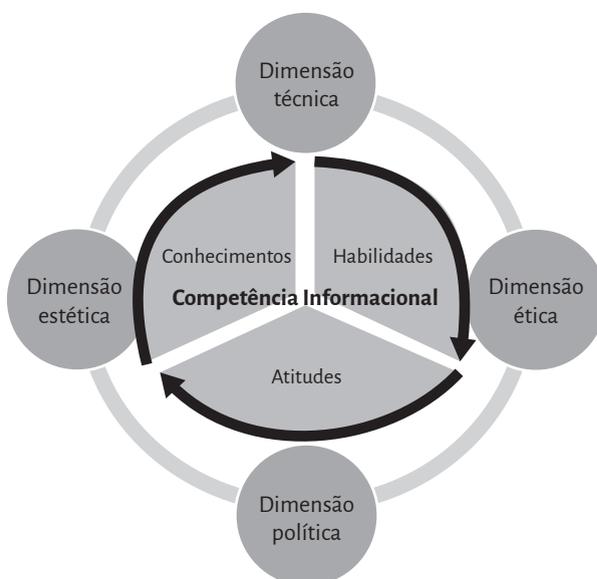
A autora também elaborou a seguinte representação, presente na Figura 2, ilustrando componentes da CoInfo:

7 VITORINO; PLANTOLA, 2009, 2011.

8 RIGUETTO; VITORINO, 2019, p. 81.

9 ALVES, 2018, p. 34.

Figura 2- Componentes da Competência em Informação



Fonte: ALVES, 2018, p. 35.

Reconhecendo o conceito de Competência em Informação, desse ponto de vista, também é importante perpassar pelos seus componentes e os diferentes níveis de complexidade.

Com relação aos seus componentes, a CoInfo está ligada à integração e à mobilização de conhecimentos, habilidades e atitudes que visam o “domínio” dos processos que cerceiam o universo informacional. Nesse sentido, os componentes podem ser definidos como:

Conhecimento: saber acumulado ao longo da vida, derivado de uma série de informações assimiladas e estruturadas pelas pessoas, que lhes permite entender o mundo;

Habilidade: relacionada ao saber fazer algo ou à capacidade de aplicar e fazer uso inteligente e produtivo do conhecimento adquirido. Podem ser classificadas em intelectuais e motoras;

Atitude: diz respeito aos aspectos sociais e afetivos relacionados aos estados complexos do ser humanos que afetam o comportamento em relação a pessoas, coisas ou eventos, determinando a escolha de um curso de ação.¹⁰

¹⁰ BELLUZZO, 2007, p. 31-32.

Completam estes componentes, que são mobilizados no processo de CoInfo, aqueles que garantem a sustentação do movimento, conforme descrito por Vitorino e Piantola:¹¹ o processo de pesquisa, o aprendizado ativo, o aprendizado independente, o pensamento crítico, o aprender a aprender e o aprendizado ao longo da vida.

Com relação aos níveis de complexidade, Dudziak¹² destaca que existem três níveis de complexidade inerentes ao conceito de CoInfo:

1. *Nível da informação e da tecnologia*: considerado básico, temos a competência como habilidade, com o objetivo formar indivíduos com habilidades para o uso das ferramentas informacionais e da tecnologia;
2. *Nível do conhecimento*: neste nível secundário, há a competência como reflexão, ou seja, enquanto um processo cognitivo, em que o indivíduo pode incorporar habilidades e conhecimentos por meio da reflexão, tornando-os mais conscientes de suas necessidades informacionais e ampliando sua capacidade de buscar, localizar, organizar e transformar a informação em novos conhecimentos;
3. *Nível complexo*: neste nível, com mais complexidade que o secundário, temos a competência como emancipação, um processo contínuo de aprendizado que coordenará as habilidades adquiridas, os conhecimentos construídos e as noções de valores.

As atitudes estão vinculadas ao aprender a aprender e à importância da responsabilidade social. Temos, neste nível mais complexo, a CoInfo como processo de construção de significados, a partir da mobilização dos três componentes e do resultado do aprendizado, além de considerar diferentes dimensões estimuladas no indivíduo: a dimensão das habilidades informacionais, a dimensão cognitiva de construção do conhecimento e a dimensão das atitudes e dos valores que engloba os aspectos políticos e éticos dos indivíduos.

Frente às premissas expostas, podemos entender essas observações a respeito da CoInfo como parte de um grande movimento que possui como objetivo:

[...] formar sujeitos que saibam determinar a natureza e a extensão de sua necessidade de informação como suporte a um processo inteligente de decisão;

11 VITORINO; PIANTOLA, 2020.

12 DUDZIAK, 2007.

sujeitos que conheçam o mundo da informação e sejam capazes de identificar e manusear, de forma efetiva e eficaz, fontes potenciais de informação; sujeitos que avaliem a informação segundo critérios de relevância objetividade, pertinência, lógica, ética, incorporando as informações selecionadas ao seu próprio sistema de valores e conhecimentos. São, nessa perspectiva, sujeitos que usam e comunicam a informação com um propósito específico, gerando novas informações e criando novas necessidades informacionais, e, além disso, que consideram as implicações de suas ações e dos conhecimentos gerados.¹³

Por fim, para completar o entendimento a respeito de CoInfo, traçaremos um pouco da sua história e relações com algumas subáreas da Ciência da Informação.

ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Normalmente, as historiografias a respeito de Competência em Informação partem da visão americana e de seus precursores, assim como suas relações com o desenvolvimento da educação de usuários na Biblioteconomia. Proponho um itinerário um pouco diferente para este início de seção. Nossa breve historiografia sobre CoInfo iniciar-se-á pelo olhar da Ciência da Informação no século XXI. Nossa costura segue os estudos de Araújo,¹⁴ que enquadram a CoInfo como uma das teorias contemporâneas das subáreas da Ciência da Informação, que busca estabelecer conjecturas com importantes áreas afins presentes no PPGCI-UFMG e em sua linha de pesquisa Usuários, Gestão do Conhecimento e Práticas Informacionais.

Com antecedentes que envolvem a Bibliografia, a Documentação, a Biblioteconomia, os *science services*, a teoria matemática e a teoria sistêmica, bem como o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, a Ciência da Informação foi se consubstanciando, ao longo das décadas, por meio de suas diferentes subáreas, que tiveram seu processo de consolidação ao largo das décadas de 1960 e 1990.¹⁵ As subáreas da Ciência da Informação, descritas por Araújo,¹⁶ compreendem: a comunicação científica, a organização do conhecimento, os estudos de usuários e a abordagem sobre comportamento informacional, a gestão da informação e do conhecimento, a economia política da informação e os estudos métri-

13 VITORINO; PIANTOLA, 2020, p. 81.

14 ARAÚJO, 2018.

15 ARAÚJO, 2018.

16 ARAÚJO, 2018.

cos da informação. Estas subáreas têm importância ímpar para a área, mas em comum um desenvolvimento que acompanha a evolução da humanidade e das tecnologias de informação e comunicação em seus diferentes aspectos e que resultaram em distintas teorias contemporâneas.

Dentre as teorias contemporâneas mencionadas pelo autor, destacamos a evolução do campo dos estudos de usuários. Esta evolução levou os estudos deste campo para além das preocupações cognitivas/comportamentais dos usuários, mas para a compreensão das práticas dos sujeitos, atentando para o contexto e para as construções coletivas, construídas socialmente e que também influenciam os indivíduos. Tal tendência tem edificado, na atualidade, os estudos de práticas informacionais. Segundo o autor:

[...] tais estudos, na crítica à proposta de comportamento informacional, avançaram na compreensão da informação não como o preenchimento de uma lacuna cognitiva, nem um processo exclusivamente vivido da perspectiva individual. Os processos envolvidos com o uso da informação envolvem imaginação, apropriação, questionamentos, tensionamento, e tais processo são vividos a partir de categorias construídas socialmente. Os sujeitos agem diante de outros, em ações correferenciadas e tais ações se dão em ligação com os contextos concretos em que acontecem.¹⁷

Além desta teoria, Araújo¹⁸ também menciona uma mais recente desta subárea, a Mediação da Informação, na qual nos deteremos um pouco mais, fazendo importantes correlações com a CoInfo. Conforme a definição de Almeida Júnior, a Mediação da Informação pode ser entendida como:

[...] toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.¹⁹

Almeida Júnior e Santos resgatam a origem do conceito, bem como a primeira menção ao termo, feita por Leila Mercadante em 1995 e a relação com a “[...] possibilidade de trazer algumas concepções teóricas para o Serviço de Referência e Informação, embora sua abrangência ultrapasse os limites desse espaço, apropriando-se de todos os setores, departamentos

17 ARAÚJO, 2018, p. 61.

18 ARAÚJO, 2018.

19 ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 25.

e segmentos dos trabalhos desenvolvidos nas bibliotecas.”²⁰ Os autores também recuperam o conceito de Almeida Junior, apresentado em 2015, e evidenciam que cinco pontos devem ser destacados: *ação de interferência, processo, apropriação, satisfação parcial e momentânea e conflito*.

Com relação à ação de interferência e processo, os autores identificam, em primeiro lugar, o sentido de um terceiro envolvido na Mediação da Informação e relatam sua compreensão enquanto um processo:

[...] o *terceiro* não é apenas aquele ou o que está entre um sujeito e outro, mas deve ser entendido como aquele que se faz presente, que atua de maneira a marcar um *processo informacional*. Ele *interfere* na relação entre os dois sujeitos, implicando em alterações nos produtos – no caso específico, a informação – que estão em troca. Como *entendemos a mediação da informação como um processo*, cada sujeito dele, incluindo o terceiro, é também um coautor da informação. Ele deve ser entendido como mais um elemento a trazer e determinar significados para a informação [...].²¹

Para os autores, “[...] cada significado recebido pela informação, incorporado por ela, significa a interferência de um terceiro.” Eles completam essa reflexão ao afirmar que a trajetória da informação não é um caminho único, assim como há vários terceiros envolvidos em todo o processo e que “[...] os terceiros interferem e possibilitam o acúmulo de significados à informação.”²²

Com relação à apropriação da informação, os autores deixam claro que indivíduos se apropriam da informação pela leitura de um determinado documento – escrito, imagético ou sonoro. “O sujeito que se apropria da informação dá sentido para o que está lendo, recria, reconstrói, transforma, adapta, traduz.”²³ A respeito da satisfação parcial e momentânea, os autores indicam que não há satisfação completa, seja para uma necessidade, interesse ou desejo, “[...] toda necessidade pretensamente satisfeita gera uma nova necessidade [e] no lugar de uma necessidade pretensamente atendida, surgem outras tantas que pedem urgência em seu atendimento.”²⁴ E, no tocante ao conflito, os autores entendem que:

20 ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS, 2019, p. 96.

21 ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS, 2019, p. 98. (grifo nosso)

22 ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS, 2019, p. 99.

23 ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS, 2019, p. 101.

24 ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS, 2019, p. 101.

[...] a informação não resolve problemas, mas os cria. É a informação que tira o sujeito da passividade, que quebra as certezas. E faz isso porque ela gera conflitos. A cada momento em que nos defrontamos com o novo, com o desconhecido, somos levados a nos reconstruir em relação ao nosso conhecimento – que aparentemente estava equilibrado e respondia às nossas inquietações. O conflito exige tomada de posição, exige resposta às arguições do mundo, exige uma outra forma de ver e explicar o mundo.²⁵

De nossa parte, complementamos que para essa tomada de posição e respostas, em relação ao trato informacional, inclusive para compreender a necessidade informacional, ter competência em informação e criticidade são fundamentais. Tal constatação também nos lembra da necessidade do desenvolvimento da CoInfo do próprio mediador.

Por fim, Almeida Júnior e Santos também destacam as aproximações entre os dois conceitos, pelo olhar da apropriação. Os autores apontam a CoInfo como uma ação crítica mediadora e a Mediação da Informação como uma ação de interferência e concluem que ambas são “[...] ações críticas de interferência que desenvolvem o uso crítico que um sujeito faz da informação para a transformação de seu conhecimento.”²⁶ Complementam ao ressaltar que:

As ações críticas de interferência – CoInfo e a Mediação – devem impulsionar uma postura investigativa e reflexiva sobre a satisfação das necessidades de informação, proporcionando ao sujeito questionamentos que permeiam desde o reconhecimento de sua necessidade até o uso da informação [...]. A CoInfo e a Mediação como ações críticas de interferência incitam o aprender a aprender à medida em que suscitam o exercício dinâmico do pensamento que comporta questionamentos sobre o concreto e o abstrato, tornando-se uma operação seletiva, via reflexão, daquilo que é e não é relevante para o desenvolvimento do conhecimento, uma vez que este é múltiplo e evolui em ritmo incessante, tornando-se inútil tentar conhecer tudo. [...]. Sob a ótica das ações críticas de interferência – CoInfo e Mediação – a mediação das competências, habilidades e atitudes transcende o limiar de um ensino isolado: os sujeitos ao mesmo tempo que aprendem um determinado conteúdo, trabalham, concomitantemente, com as informações e dão poder a elas [...].²⁷

Outra perspectiva dada a essa aproximação é feita por Almeida e Farias, que segundo as autoras:

25 ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS, 2019, p. 101.

26 ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS, 2019, p. 105.

27 ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS, 2019, p. 105-108.

A mediação, assim como a competência em informação (CoInfo), tem um papel fundamental no processo de aprendizagem dos sujeitos pois, todas as nossas percepções são mediadas por algo ou alguém e construídas com a interferência do outro. É, portanto, um conceito aplicado em diversas áreas do conhecimento com objetivos diretamente relacionados ao contexto dos indivíduos. O papel de mediador exige que o profissional tenha competência para a execução das etapas que vão desde a identificação de uma necessidade, passando pelo acesso até o uso da informação, com o intuito de contribuir com o desenvolvimento acadêmico dos sujeitos e torná-los mais autônomos nos seus processos cognitivos.²⁸

Desse modo, podemos ver esta relação tanto enquanto ações críticas de interferência, mas ressaltamos a importância do desenvolvimento da CoInfo para atores do processo de mediação, quanto vemos, mesmo que de maneira implícita, o processo de mediação também no processo de CoInfo. Tal constatação pode ser vista em uma das mais importantes definições de CoInfo, formulada pelo pesquisador colombiano Alejandro Uribe-Tirado, que demonstra as relações entre as teorias:

Processo de ensino-aprendizagem, que visa que um indivíduo e um grupo, *graças ao acompanhamento de um profissional e de uma instituição de ensino ou informativa*, utilizando diferentes estratégias didáticas e ambientes de aprendizagem (presencial, virtual ou híbrida – *blended learning*), alcancem as competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) em informática, comunicação e informação, que permitirão, após a identificação de suas necessidades informacionais, e utilizando-se de diferentes formatos, suportes e recursos físicos, eletrônicos ou digitais, poder localizar, selecionar, recuperar, organizar, avaliar, produzir, compartilhar e divulgar (comportamento informacional), de forma adequada e eficiente a informação, com uma postura crítica e ética, baseada em suas potencialidades (cognitivas, práticas e afetivas) e conhecimentos prévios e complementares (multiletramentos) e, conseguir uma interação adequada com outros indivíduos e coletivos (prática cultural-inclusão social), de acordo com os diferentes papéis e contextos que assumem (níveis de ensino, pesquisa, trabalho ou desempenho profissional), para finalmente alcançar e compartilhar novos conhecimentos e ter as bases para uma aprendizagem permanente (*lifelong learning*) seja para benefício pessoal, organizacional, comunitário e social (evitando a desigualdade digital e informacional) face às exigências da atual sociedade da informação.²⁹

28 ALMEIDA; FARIAS, 2019, p. 38.

29 No original: “El proceso de enseñanza-aprendizaje que busca que un individuo y colectivo, *gracias al acompañamiento profesional y de una institución educativa o bibliotecológica*, utilizando diferentes estrategias didáticas y ambientes de aprendizaje (modalidad presencial, “virtual” o mixta -blended learning-), alcance las compe-

Retomando Araújo,³⁰ os estudos sobre o campo da Competência em Informação ou *Information Literacy*, em sua nomenclatura original, também são descritos como teorias contemporâneas da Ciência da Informação, na subárea de estudos de usuário, assim como a Mediação da Informação e as Práticas Informacionais. Nesse contexto, o autor retoma duas autoras pioneiras nos estudos sobre CoInfo no Brasil – Bernadete Campello, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e Adriana Dudziak, da Universidade de São Paulo (USP) –, ao reiterar que a CoInfo teve como antecedentes a educação de usuários e os serviços de referência, no âmbito da Biblioteconomia. Araújo³¹ retomou, primeiramente, o uso do conceito, em 1974, por Paul Zorkowski e a sua vinculação inicial à solução de problemas informacionais no âmbito empresarial e, já no final da década de 1970, o olhar para o campo também para a questão da cidadania e responsabilidade social. Por fim, como pontuado por Dudziak,³² tais constatações, em especial as considerações de Paul Zorkowski, também refletiam as discussões daquele momento dos estudos e práticas sobre formação/educação de usuários, confrangida pelo sempre crescente número de informações disponíveis.

Neste final da década de 1970 e início de 1980, a compreensão em torno da *Information Literacy* estava muito voltado ao uso de fontes de informação, às técnicas e métodos de estudo, às habilidades para pesquisa e à instrução bibliográfica. No decorrer dos anos de 1980, os olhares

tencias (conocimientos, habilidades y actitudes) en lo informático, comunicativo e informativo, que le permitan, tras identificar sus necesidades de información, y utilizando diferentes formatos, medios y recursos físicos, electrónicos o digitales, poder localizar, seleccionar, recuperar, organizar, evaluar, producir, compartir y divulgar (Comportamiento Informacional) en forma adecuada y eficiente esa información, con una posición crítica y ética a partir de sus potencialidades (cognoscitivas, prácticas y afectivas) y conocimientos previos y complementarios (otras alfabetizaciones-Multialfabetismo/Literacias), y lograr una InterAcción apropiada con otros individuos y colectivos (práctica cultural-inclusión social), según los diferentes roles y contextos que asume (niveles educativos, investigación, desempeño laboral o profesional), para finalmente con todo ese proceso, alcanzar y compartir nuevos conocimientos y tener las bases de un aprendizaje permanente (lifelong learning) para beneficio personal, organizacional, comunitario y social (evitando la brecha digital e informacional) ante las exigencias de la actual sociedad de la información.” Cf.: URIBE-TIRADO, 2013, p.12. (grifo nosso)

30 ARAÚJO, 2018.

31 ARAÚJO, 2018.

32 DUDZIAK, 2001.

para o foco da responsabilidade social e educacional são reforçados, em grande parte, pela publicação de documentos com foco no papel educacional das bibliotecas acadêmicas e na importância da capacitação dos estudantes por meio de programas de Competência em Informação. Em 10 de janeiro de 1989, ocorreu um dos marcos mais importantes para a CoInfo: o relatório final do Comitê Presidencial da Information Literacy da Association of College & Research Libraries (ACRL), uma divisão da American Library Association (ALA), em que se declarou a importância de os indivíduos serem competentes em informação para reconhecerem quando as informações são necessárias e serem capazes de localizar, avaliar e usar efetivamente as informações. Nesse documento, a ACRL reitera que pessoas competentes em informação são aquelas que aprenderam a aprender, porque compreendem como o conhecimento é organizado e sabem aplicar a informação para gerar novos conhecimentos e constantemente aprender com eles. São indivíduos preparados para o aprendizado ao longo da vida, porque sempre podem encontrar as informações necessárias para diferentes tarefas ou tomada de decisão.³³

O desenvolvimento dos guias, dos padrões, dos modelos de CoInfo, nas décadas de 1990 e 2000 também tiveram um papel imprescindível na historiografia da CoInfo, exatamente por serem instrumentos norteadores para o desenvolvimento de ações e programas dessa competência. Nesse mesmo período, surgem os instrumentos de avaliação capazes de auxiliar no diagnóstico e desempenho dos programas e equipes de aplicação e, igualmente, na verificação das habilidades, conhecimentos e atitudes apreendidas pelos indivíduos que tiveram acesso a essas iniciativas.³⁴ Outro fator que recebeu destaque foram as aplicações do tema pelas mais diversas entidades, associações e pesquisadores ao redor do mundo.

Em 2003, aconteceu o lançamento da Carta de Praga, que destaca o papel da CoInfo como “[...] um pré-requisito determinante para a participação efetiva da sociedade, uma vez que faz parte dos direitos básicos da humanidade para um aprendizado ao longo da vida.”³⁵ A partir dessa carta, outros manifestos e declarações foram lançados ao longo dos anos 2000 e 2010 no Brasil e em diferentes partes do mun-

33 ACRL, 1989.

34 SANTOS, 2011; ALVES, 2018.

35 BELLUZZO, 2018, p. 22.

do, reafirmando a importância da CoInfo como um insumo necessário para o pensamento crítico e uso ético e responsável da informação.

Segundo Uribe-Tirado³⁶, a partir de 2010, há um período de consolidação dos estudos sobre CoInfo e sua transversalidade, do desenvolvimento de políticas e de apoios governamentais. Ainda de acordo com o autor, também é neste momento que a reflexão sobre a necessidade de novas competências para lidar com a produção, uso e compartilhamento das informações em ambientes digitais colaborativos torna-se mais pungente. Há nessa mesma década, a criação do conceito de metacompetência/multiliteracias (*metaliteracy*) que destaca a interseccionalidade das competências necessárias aos indivíduos para a realização de diferentes tarefas, tomadas de decisão, integração e convivência social no contexto das atuais mídias de comunicação.³⁷ Riguetto e Vitorino explanam sobre esta tendência:

A metacompetência, então, trata-se de uma visão renovada e ampliada da competência em informação, sendo um conjunto abrangente de habilidades em que as pessoas são consumidoras e criadoras de informações e tem o direito de participar com êxito em espaços colaborativos. Inclui o envolvimento comportamental, afetivo, cognitivo e metacognitivo com o ecossistema da informação. Além disso, o despertar da metacognição faz da pessoa um ser consciente quanto aos seus próprios processos de pensamento (ALA, 2016). A Unesco (2013) assevera que o desenvolvimento de pessoas metacompetentes é essencial para o desenvolvimento sustentável de qualquer sociedade, propiciando à pessoa, à sua comunidade e à comunidade em geral uma ampla gama de habilidades, bem como a participação e inclusão de cidadãos na aprendizagem, governança, economia e cultura.³⁸

OS 21 ANOS DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO BRASIL

No cenário brasileiro, estudos realizados por diferentes pesquisadoras foram os pioneiros no país. Destacam-se as publicações de

36 URIBE-TIRADO, 2013.

37 ALVES, 2018.

38 RIGUETTO; VITORINO, 2019, p. 87.

Caregnato,³⁹ Belluzzo,⁴⁰ Dudziak,⁴¹ Campello⁴² e Hatsbach.⁴³ Desde o início dos anos 2000 inúmeros projetos e pesquisas foram desenvolvidos pelo país, no âmbito de diversas instituições, com destaque para as universidades e instituições de classe. Belluzzo, destaca que o empenho destes pesquisadores, profissionais e instituições

[...] tem propiciado a cada momento a consolidação necessária para a CoInfo como uma área de importância no cenário social atual. Mas, pode-se dizer que no nosso contexto esse tema ainda se apresenta em estado inicial de difusão e investigação, emergindo na literatura nacional com relatos de estudos teóricos e de algumas experiências de sua aplicação.⁴⁴

Recentemente, o estudo realizado por Gabriela Belmont de Farias, Marta Leandro da Mata, Ana Paula Meneses Alves e Camila Araújo dos Santos⁴⁵ apresentou um panorama sobre os 20 anos (2000-2019) de pesquisa sobre Competência em Informação (CoInfo) no Brasil, por meio da análise das temáticas abordadas nas pesquisas desenvolvidas nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação do Brasil. O objetivo das autoras foi identificar as perspectivas temáticas e a transversalidade da CoInfo na produção científica brasileira dos últimos vinte anos e, para tanto, fez uso dos indicadores propostos por Belluzzo⁴⁶ como categoria de análise do conteúdo de cada pesquisa. Para desenvolver a pesquisa, as autoras consideraram como universo de pesquisa as teses e dissertações presentes no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

39 CAREGNATO, 2000.

40 BELLUZZO, 2001.

41 DUDZIAK, 2001.

42 CAMPELLO, 2002.

43 HATSBACH, 2002.

44 BELLUZZO, 2017, p. 21.

45 FARIAS; MATA; ALVES; SANTOS, 2021.

46 Os indicadores estabelecidos por Belluzzo foram: 1) Questões terminológicas; 2) Contextos e abordagens teóricas; 3) Políticas e estratégias; 4) Inclusão social e digital; 5) Ambiente de trabalho; 6) Cidadania e aprendizado ao longo da vida; 7) Busca e uso da informação; 8) Boas práticas (*Best practices*); 9) Gestão da informação, gestão do conhecimento e inteligência competitiva; 10) Bibliotecas, bibliotecários e arquivistas; 11) Mídia e tecnologias; 12) Diferentes grupos ou comunidades; 13) Tendências e perspectivas. Cf.: BELLUZZO, 2017.

Superior (CAPES), delimitando como marco temporal o período referente aos anos 2000-2019.

Os resultados apontam que a maior parte das publicações se concentra como tema de mestrado, seguidas pelas publicações de doutoramento. Observou-se um aumento da produção científica sobre o tema a partir do ano de 2011, com um pico no ano de 2016. As cinco Instituições de Ensino Superior que mais reúnem trabalhos públicos sobre CoInfo são a Universidade de Brasília, a de Minas Gerais, a Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília –, a Universidade Federal da Bahia e a de Santa Catarina. A produção científica sobre o tema ainda é muito centrada na área Ciência da Informação e com um fluxo grande de produções na região centro-sul do Brasil. Destacamos que os docentes/pesquisadores que mais orientaram sobre o tema tem entre oito e onze trabalhos orientados, sendo que a docente que mais orientou trabalhos neste período foi a Dra. Helen de Castro Silva Casarin (onze orientações), que pertence à Unesp-Marília, IES da região Sudeste do país, seguida da Dra. Elizete V. Vitorino (nove orientações) da UFSC, região Sul do Brasil e, posteriormente, a Dra. Gilda Olinto (oito orientações) do IBICT-UFRJ, também da região Sudeste do país. No que concerne às temáticas, destaca-se a transversalidade dos temas, em especial com a área de Educação e nos indicadores estabelecidos por Belluzzo,⁴⁷ as categorias *Questões terminológicas*; *Contextos e abordagens teóricas*; *Inclusão social e digital*; *Busca e uso da informação*; *Bibliotecas, bibliotecários e arquivistas*, *Mídia e tecnologias* são as que mais concentram trabalhos.⁴⁸

Por fim, não podemos deixar de reiterar que os estudos teóricos contemporâneos sobre Competência em Informação podem ser observados por diferentes abordagens. Uma das mais importantes é a vertente que se debruça nos Estudo Críticos da Informação, que tem apresentado significativos estudos sobre a temática denominada Competência Crítica em Informação. Vitorino e Piantola⁴⁹ foram as pioneiras em apresentar esta vertente no Brasil e destacam que, desde a década de 1980, Kuhlthau já apontava etapas cognitivas e afetivas como parte do processo de aquisição da CoInfo e retomam pontos principais precursores desta vertente:

47 BELLUZZO, 2017.

48 FARIAS *et al.*, 2021.

49 VITORINO; PIANTOLA, 2009.

Muitos desses estudos baseiam-se na vertente da teoria crítica, que postula a educação emancipatória e a experiência formativa. É o caso de Elmborg (2006), para quem a dimensão crítica da competência informacional apontada por Shapiro e Hughes (1996), de características libertadoras, encontra respaldo nas teorias educacionais de Paulo Freire, segundo as quais a escola encarna a ideologia socialmente dominante, treinando em consonância com a ética capitalista seus estudantes, os quais passam a entender a educação como consumidores e receptores passivos do conhecimento ao invés de se tornarem agentes ativos em seu papel social. De acordo com o pesquisador, esse pensamento poderia facilmente se adequar às normas para a competência informacional disseminadas por muitas das instituições que se dedicam ao tema. Ele propõe, então, para a competência informacional alternativa semelhante àquela postulada por Paulo Freire para a pedagogia: a necessidade de desenvolver no estudante uma consciência crítica em relação à realidade e em relação a si mesmo, centrada na colocação e solução de problemas, de modo que ele possa obter controle de sua vida e de seu próprio aprendizado.⁵⁰

No Brasil, atualmente, os principais estudos sobre Competência Crítica em Informação (CCI) têm sido amplamente realizados e divulgados pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI-IBICT-UFRJ), fruto do convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nota-se uma identificação e proximidade com alguns pesquisadores do PPGCI-UFMG e com produções da linha de pesquisa – Usuários, Gestão do Conhecimento e Práticas Informacionais. Os professores Arthur Coelho Bezerra e Marco Schneider do PPGCI-IBICT-UFRJ têm alguns dos trabalhos mais proeminentes sobre a temática⁵¹ que elucidam a escolha do termo Competência Crítica da Informação, assim como o necessário discernimento com relação às outras vertentes de estudos de CoInfo realizados no Brasil.

Por fim, também é importante mencionar a instituição do Grupo de Trabalho Competência em Informação (CoInfo) da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB).⁵² O grupo, criado em maio de 2020, tem como foco a consti-

50 VITORINO; PIANTOLA, 2009, p. 136-137.

51 Vide, por exemplo, os capítulos dos autores na obra *iKritika: estudos críticos em informação*. Cf.: BEZERRA *et al.*, 2019.

52 Componentes do GT CoInfo: Camila Araújo dos Santos (Unesp-Marília – SP), coordenadora; e os membros são: Ana Paula Meneses Alves (PPGCI-UFMG); Cristina Marchetti Maia (UFSCar); Gabriela Belmont de Farias (UFC); Kelly Rita de Azevedo

tuição de ações e estratégias em prol da promoção, do crescimento e da consolidação da CoInfo em cenário nacional, tornando-se um dos principais fóruns, no âmbito profissional, para a discussão da temática:

O GT – CoInfo fundamenta-se nos cenários da informação e do conhecimento, da educação e do aprendizado ao longo da vida, da cidadania e da governança, do desenvolvimento social, cultural e econômico, da inclusão social e digital, dos ambientes de trabalho, das tecnologias de informação e comunicação, do desenvolvimento sustentável, da saúde e dos serviços, do uso inteligente, crítico, responsável e ético das informações, como os balizadores fundamentais de suas ações e estratégias. Possui como foco principal traçar ações e estratégias de sensibilização, conscientização, disseminação, promoção e mapeamento da CoInfo junto aos bibliotecários, estudantes e docentes de cursos de Biblioteconomia, Ciência da Informação, instituições, associações e demais profissionais da área da informação.⁵³

Um último ponto que devemos mencionar a respeito do cenário brasileiro, é sobre a nomenclatura adotada no país. Na produção científica sobre CoInfo, assim como em diferentes ações práticas, encontramos diferentes termos, quais sejam: Letramento Informacional, Alfabetização Informacional, Alfabetização em Informação, Habilidades Informacionais, Competência Crítica em Informação; Competência Informacional e Competência em Informação.

Muitos autores utilizam estas terminologias como similares e/ou sinônimas, mas é importante destacar que há diferenças entre elas, bem como há adoções distintas em diferentes regiões e Programas de Pós-Graduação pelo país.⁵⁴ O termo Competência em Informação é atualmente o recomendado para usar nas produções brasileiras. Isto se deve ao consenso sobre quem é competente em algo é, obviamente, o sujeito, e não a informação. Em um estudo exaustivo realizado pela Unesco, por meio do documento *Overview of Information Literacy Resources Worldwide*,⁵⁵ há uma relação de termos referentes à *Information Literacy* em diversas línguas. Em português (Brasil), o termo sugerido

(IFES); Luciane Meire Ribeiro (Unesp-Jaboticabal – SP); Marta Leandro da Mata (PPGCI – UFES).

53 GRUPO DE TRABALHO COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO, 2020.

54 Em uma apresentação da Profa. Dra. Marta Lígia Pomim Valentim, promovida em 27 de novembro de 2020, pelo GT CoInfo, a docente atualiza os pontos desta discussão. Confira, na íntegra, esta e outras palestras promovidas pelo GT CoInfo por meio do Youtube da Febab. Cf.: COMPETÊNCIA..., 2020; GT COINFO..., 2020.

55 HORTON JR., 2013.

pelo documento da UNESCO, com base elaborada com apoio de uma das precursoras no Brasil, Elisabeth A. Dudziak, é Competência em Informação. Essa nomenclatura tem sido adotada por diferentes grupos no Brasil e passa agora a ser adotada pela linha 3, Usuários, Gestão do Conhecimento e Práticas Informacionais do PPGCI-UFMG.

A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

A Escola de Ciência da Informação (ECI) da UFMG foi um terreno fértil para o florescimento e consolidação dos estudos sobre CoInfo no Brasil. É representante da ECI e do PPGCI, atualmente aposentada, a Profa. Dra. Bernadete Campello, uma das mais proeminentes precursoras da CoInfo no Brasil. Bernadete Campello trabalhou com a CoInfo – nas publicações o termo adotado era Competência Informacional – na perspectiva para o letramento informacional, solidificando esta vertente na área, assim como os estudos a respeito das práticas educativas de bibliotecários em bibliotecas escolares e a formação do bibliotecário e a CoInfo, dando especial destaque a disciplina “Competência Informacional” no currículo do curso de Biblioteconomia da Escola de Ciência da Informação da UFMG.

A tese de Mata,⁵⁶ bem como o artigo publicado por Mata e Casarin,⁵⁷ são exemplos de estudos que apresentam dados sobre como os cursos de Biblioteconomia no Brasil têm contemplado, em suas matrizes curriculares, disciplinas voltadas especificamente para a Competência em Informação. Segundo as autoras, a despeito de haver diferentes documentos nacionais e internacionais com recomendação para inserção do conteúdo relacionado à CoInfo e à instrumentalização do bibliotecário para desempenhar seu papel educacional, os resultados foram pouco proeminentes. Nos resultados divulgados pelas autoras, apenas 10% dos cursos brasileiros dispunham de disciplina específica – dez dos 39 cursos de graduação em Biblioteconomia –, das quais sete eram obrigatórias e três optativas; seis possuíam carga horária entre 60h e 64h e quatro entre 30h e 36h.⁵⁸

56 MATA, 2014.

57 MATA; CASARIN, 2018.

58 MATA; CASARIN, 2018.

O curso de Biblioteconomia da Escola de Ciência da Informação da UFMG é um dos que contemplam esta disciplina. Segundo Campello,⁵⁹ a inclusão da disciplina na graduação foi oportunizada pela reforma curricular ocorrida ECI em 2009. A disciplina denominada Competência Informacional é obrigatória, dispõe de 30 horas/aula, dois créditos e é ministrada no quinto período. A disciplina está em vigência do mesmo modo atualmente, sendo oferecida em oito semanas – bimestral –, sendo que suas principais docentes foram a própria Bernadete Campello, a docente Marília de Abreu Martins de Paiva e, desde 2019, a professora Ana Paula Meneses Alves. Dois pressupostos justificaram a inclusão da disciplina:

1) a necessidade de explicitar o papel educativo do bibliotecário, fazendo com que, desde sua formação, ele tenha consciência desse papel; 2) a necessidade de explorar os aspectos teóricos do conceito, mas principalmente de criar um espaço para a mobilização de habilidades informacionais do futuro bibliotecário.⁶⁰

A docente complementa:

Assim, a disciplina procura concretizar a função educativa do bibliotecário, fazendo com que os futuros profissionais se conscientizem de sua competência para ajudar os usuários a aprender com informações. Essa competência é desenvolvida nas disciplinas do curso, mas é importante que o aluno conte com um espaço específico em que seja preparado para compreender que partes desse conjunto de conhecimentos serão úteis para seus usuários. A disciplina Competência Informacional propicia esse espaço.

Os princípios pedagógicos que sustentam a disciplina são construtivistas e combinam com a perspectiva em que as habilidades informacionais devem ser ensinadas: em um ambiente de aprendizagem flexível, que respeite o estilo e o ritmo de aprendizagem do aluno, dando-lhe oportunidade de se envolver ativamente na aprendizagem e de exercitar continuamente as variadas habilidades típicas do pesquisador competente, isto é, aquele que tem curiosidade, prazer e autonomia na produção do conhecimento.

A aprendizagem por questionamento propicia maior motivação do aluno, que interagindo com os textos, busca respostas e não apenas copia e reproduz trechos e opiniões de autores. A forma como a disciplina é oferecida permite que o processo de pesquisa seja experimentado recursivamente, dando ao estudante condições de aperfeiçoar cada vez mais suas habilidades de pesquisador e a desenvolver.⁶¹

59 CAMPELLO, 2013.

60 CAMPELLO, 2013, p. 129.

61 CAMPELLO, 2013, p. 142.

Atualmente, após uma atualização do conteúdo da disciplina, acompanhando os estudos a respeito da CoInfo, a disciplina mantém o compromisso de concretizar a função educativa do bibliotecário e dos princípios pedagógicos construtivistas. Enfatiza-se que, ao final da disciplina, é dada ênfase na elaboração de ações e programas de CoInfo em diferentes ambientes informacionais, bem como são estimuladas troca de experiências com profissionais que atuam com a temática em suas práticas.

Ainda com relação à graduação, nos anos de 2018 e 2020, também foram oferecidas duas disciplinas optativas que tiveram aderência ao tema de Competência em Informação, ambas relacionadas com a área de Ciências da Saúde:

Quadro 1 – Apresentação das disciplinas

Nome da disciplina	Atuação profissional na área de informação científica e tecnológica em saúde	Competência Informacional na área de Ciências da Saúde
Departamento	Organização e Tratamento da Informação	Organização e Tratamento da Informação
Classificação	Optativa	Optativa
Período	7	5
Carga-horária	60	30
Ano Letivo	2. semestre 2018 (agosto a dezembro)	2. bimestre 2020 (setembro a novembro) ⁶²
Ementa	Atuação profissional na área de informação científica e tecnológica em saúde. A importância das práticas informacionais voltadas à área de saúde, o desenvolvimento, organização e implantação de acervos especializados em saúde, a compreensão o uso de fontes de informações especializadas e o desenvolvimento da competência informacional voltada à informação científica e tecnológica em saúde.	Compreender espectros específicos da aplicação da competência informacional no contexto das Ciências da Saúde. Compreender a atuação de profissionais e unidades de informação em programas de competência informacional em saúde

Fonte: Adaptado de ALVES; REIS, 2020.

No momento atual, está em curso uma nova reforma curricular no curso de Biblioteconomia da UFMG. O novo projeto pedagógico do curso está em construção, coordenado pelo Núcleo Docente Estruturante do curso e, no que tange à disciplina Competência Informacional, está previsto que ela passará a ter 60 horas e quatro créditos e, para além da

⁶² Período especial devido as ações da Universidade em consequência da pandemia e instauração do Ensino Remoto Presencial.

renovação da ementa e do conteúdo, sua nomenclatura passará a ser Competência em Informação. Também consta, nos fundamentos nucleares desta nova proposta pedagógica, que a CoInfo perpassa todos os eixos primordiais do curso, em uma abordagem que indica o desenvolvimento ativo da própria Competência em Informação do aluno, no decorrer do curso, bem como o domínio dos processos de ensino-aprendizagem que propiciarão ao profissional aplicar tais conhecimentos e multiplicá-lo às comunidades atendidas após sua formação.

No âmbito da Pós-graduação, a ECI possui dois programas: o Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) e o Programa de Pós-graduação em Gestão & Organização do Conhecimento (PPG-GOC). Os dois programas consagram estudos sobre a CoInfo. O PPGCI, foco deste estudo, por meio da linha 3, Usuários, Gestão do Conhecimento e Práticas Informacionais, elenca duas disciplinas optativas sobre a temática:

- *Leitura e competência informacional*: Ementa – Análise das tendências recentes de estudos e pesquisas sobre leitura e competência informacional, à luz da área de ciência da informação. Tecnologia e ética, educação escolar, educação superior e ambiente de trabalho. O movimento da competência informacional: conceitos, origem, evolução, influências. Competência informacional: leitura e letramento. Aprendizagem por meio da informação. Habilidades informacionais. Desenvolvimento de habilidades em diferentes contextos e suportes;
- *Tópicos especiais em Ciência da Informação IV*: Estudos Avançados em Competência em Informação: Ementa – Críticas e reflexões a respeito dos estudos de Competência em Informação (CoInfo) em diferentes contextos. Competência em Informação, suas dimensões, denominações, conceitos, componentes e concepções. Competência em Informação e emancipação.

A respeito da produção sobre CoInfo,⁶³ nos dois programas de pós-graduação da ECI,⁶⁴ temos os seguintes dados:⁶⁵ no período de 2000 a 2019, 25 trabalhos foram publicados pelos dois programas, sendo oito teses de doutorado e dezessete dissertações de mestrado. Vinculados ao PPGCI temos 24 trabalhos, dezesseis são dissertações de mestrado e oito teses de doutorado. Vinculada ao PPG-COC, temos uma dissertação de mestrado. Com relação aos orientadores, os dados foram agrupados na Figura 2, de uma reprodução de um quadro:

Figura 2 – Números de orientações por orientadores dos PPC's da ECI

Orientadores	Número de orientações
Duarte, Adriana Bogliolo Sirihal	6
Campello, Bernadete Santos	5
Dumont, Ligia maria Moreira	3
Cedón, Beatriz Valadares	2
Melo, Marlene Oliveira Teixeira de	2
Moura, Maria Aparecida	2
Barbosa, Ricardo Rodrigues	1
Crivellari, Helena Maria Tarchi	1

63 Consideramos publicação sobre CoInfo trabalhos que tenham como temas/palavras-chave a CoInfo, propriamente dita, habilidades informacionais, práticas educativas do bibliotecário, letramento, letramento informacional, alfabetização.

64 Para compreendermos a análise é importante esclarecer alguns aspectos da cronologia do PPGCI. Em 1976 foi criado o curso de Mestrado em Biblioteconomia. Em 1991 houve a mudança na denominação do curso para curso de Pós-graduação em Ciência da Informação – nível Mestrado. Em 1996 é aprovado o curso de doutorado, que começa oficialmente em 1997. Em 2011 é implementada uma nova proposta curricular para o PPGCI mais adequada refletir as três formações da ECI –Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Em 2015 foi criado o Programa de Pós-graduação em Gestão & Organização do Conhecimento (PPG-GOC) e a partir 2016 a ECI passa a apresentar oficialmente dois Programas de Pós-graduação *stricto sensu* (PPGCI, 2017; PPG-GOC, 2021).

65 Os dados foram retirados da pesquisa *20 anos de pesquisa sobre Information Literacy no Brasil: análise temática das teses e dissertações do Catálogo da CAPES*, da qual esta autora fez parte. Os dados foram cedidos gentilmente pelas outras pesquisadoras: Gabriela Belmont de Farias (Universidade Federal do Ceará), Marta Leandro da Mata (Universidade Federal do Espírito Santo) e Camila Araújo dos Santos (Universidade Estadual Paulista).

Dias, Eduardo Jose Wense	1
Frota, Maria Guiomar da Cunha	1
Reis, Alcenir Soares dos	1
Total	25

Fonte: Dados da pesquisa de FARIAS; MATA; ALVES; SANTOS, 2021.

Sobre os documentos elencados nesta revisão, a seguir retratamos os 25 identificados pelo estudo:

Quadro 1 – Teses e dissertações sobre Colnfo no PPGCI e PPGOC-UFMG

Controle	Autor	Título	Orientador	Nível (Mestrado/ Doutorado)	Ano	Programa
1	Niliane Cunha de Aguiar	O letramento para a competência informacional em bibliotecas escolares: estudo a partir dos projetos políticos-pedagógicos dos colégios de aplicação das universidades federais brasileiras	Adriana Bogliolo Sirihal Duarte	Doutorado	2018	PPGCI
2	Fernanda Gomes Almeida	Competência informacional no Portal de Periódicos da CAPES: uma análise a partir dos treinamentos de uso	Beatriz Valadares Cendón	Mestrado	2014	PPGCI
3	Cristina Moreira de Lacerda Alves	Competência informacional no ambiente de trabalho: habilidades informacionais dos Analistas Legislativos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais	Bernadete Santos Campello	Mestrado	2011	PPGCI
4	Maria Leonor Amorim Antunes	Comportamento informacional em tempos de Google	Adriana Bogliolo Sirihal Duarte	Mestrado	2015	PPGCI
5	Bernadete Santos Campello	Letramento informacional no Brasil: práticas educativas de Bibliotecários em escolas de ensino básico	Eduardo Jose Wense Dias	Doutorado	2009	PPGCI

6	Andreza Ferreira Felix	Práticas educativas em bibliotecas escolares: a perspectiva da cultura escolar – uma análise de múltiplos casos na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte	Adriana Bogliolo Sirihal Duarte	Mestrado	2014	PPGCI
7	Janaina Ferreira Fialho	A formação do pesquisador juvenil: um estudo sob o enfoque da competência informacional	Maria Aparecida Moura	Mestrado	2004	PPGCI
8	Janaína Ferreira Fialho	A cultura informacional e a formação do jovem pesquisador brasileiro	Maria Aparecida Moura	Doutorado	2009	PPGCI
9	Joubert Roberto Ferreira Fidelis	Competência informacional na gestão de instituições de ensino superior privadas	Ricardo Rodrigues Barbosa	Doutorado	2013	PPGCI
10	Marcos Aurélio Gomes	Da educação de usuários à construção de competência em informação no contexto das bibliotecas das Universidades Federais: um estudo a partir da Universidade Federal de Alagoas e UFMG	Ligia Maria Moreira Dumont	Doutorado	2016	PPGCI
11	Rubeniki F. de Lima	Redes de bibliotecas escolares no Brasil: estudo exploratório	Bernadete Santos Campello	Mestrado	2015	PPGCI
12	Rogério Luís Massensini	Inclusão digital no Centro Vocacional Tecnológico Henfil: uma leitura sob a ótica do capitalismo informacional	Alcenir Soares dos Reis	Mestrado	2010	PPGCI
13	Juliana Alves Moreira	Práticas educativas bibliotecárias de formação de leitores: um mapeamento de iniciativas e suas articulações na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte – RME-BH	Adriana Bogliolo Sirihal Duarte	Mestrado	2014	PPGCI
14	Francisca Rosaline Leite Mota	Prontuário Eletrônico do Paciente: estudo de uso pela equipe de saúde do Centro de Saúde Vista Alegre	Marlene Oliveira Teixeira de Melo	Mestrado	2015	PPGCI

15	landara Reis de Oliveira	O processo de aprendizagem pela busca e uso de informações: a orientação da pesquisa escolar na perspectiva do professor'	Bernadete Santos Campello	Mestrado	2013	PPCCI
16	Raquel Miranda Vilela Paiva	A biblioteca escolar e os nativos digitais	Adriana Bogliolo Sirihal Duarte	Doutorado	2018	PPCCI
17	Gleice Pereira	A colaboração no contexto da função educativa do bibliotecário	Bernadete Santos Campello	Doutorado	2016	PPCCI
18	Juliana Moreira Pinto	Interlocução entre o procedimento de tradução de Boaventura de Sousa Santos e os preceitos de competência informacional da Ciência da Informação: um estudo de caso na área da saúde'	Ligia Maria Moreira Dumont	Doutorado	2018	PPCCI
19	Nilson Vidal Prata	Informação e democracia deliberativa: um estudo de caso de participação política na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais	Maria Guiomar da Cunha Frota	Mestrado	2007	PPCCI
20	Giordani Avila Reis	Leitura e letramento informacional: uma revisão de literatura	Adriana Bogliolo Sirihal Duarte	Mestrado	2016	PPCCI
21	Rocha, Fabiola Maria Siqueira	Análise da produção científica sobre Competência Informacional no contexto da Ciência da Informação no Brasil	Marlene Oliveira Teixeira de Melo	Mestrado	2019	PPG-GOC
22	Laura Valladares de Oliveira Soares	A formação como aliada no exercício do papel educativo do bibliotecário na escola	Bernadete Santos Campello	Mestrado	2014	PPCCI
23	Luciana Gonçalves Silva Souza	Acesso à internet em bibliotecas públicas da Região Metropolitana de Belo Horizonte: caminhos para o desenvolvimento da inclusão digital	Ligia Maria Moreira Dumont	Mestrado	2017	PPCCI

24	Rafaela de Paula Amaral de Souza	Políticas públicas de inclusão digital: estudos de caso em centros de cultura da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	Helena Maria Tarchi Crivellari	Mestrado	2008	PPGCI
25	Mariza Cristina Torres Talim	Metodologia para avaliação do impacto do treinamento em pesquisa bibliográfica: um estudo no campus saúde da Universidade Federal de Minas Gerais	Beatriz Valadares Cendón	Mestrado	2015	PPGCI

Fonte: Dados da pesquisa de FARIAS; MATA; ALVES; SANTOS, 2021.

A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO SOB AS ÓTICAS DA ÉTICA, DA SAÚDE E DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL: PERSPECTIVAS E REFLEXÕES NO ÂMBITO DO PPGCI

Acerca de futuro, no âmbito da linha 3, Usuários, Gestão do Conhecimento e Práticas Informacionais, do PPGCI, podemos destacar vertentes em expansão relacionadas à pesquisa sobre CoInfo, com os atores atuais no programa: a Competência em Informação e os aspectos éticos da informação, a Competência em Informação e o *health information* e a Competência em Informação e a emancipação social.

Com relação à Competência em Informação e os aspectos éticos da informação, no estudo realizado por Alves⁶⁶ foi possível observar, por meio das informações divulgadas nas páginas das bibliotecas das principais instituições de ensino universitário público do país, assim como em enquetes com bibliotecários, que a maioria das ações vinculadas à CoInfo são incipientes e se centram em níveis iniciais de formação de usuários, sem uma visão macro exigida em propostas vinculadas à CoInfo. A autora também observou que os bibliotecários das instituições pesquisadas não se sentiam preparados para atuar em ações específicas de CoInfo, em especial àquelas voltadas à sua dimensão ética. Nesse sentido, estudos que visem o desenvolvimento dos profissionais e ações em diferentes instituições à respeito da CoInfo e o uso ético da informação, como por exemplo, o combate ao plágio acadêmico, são tendências. Estes também podem incorporar conteúdos advindos da

66 ALVES, 2018.

Teoria Crítica e dos estudos de Competência Crítica da Informação, ampliando ainda mais esta vertente.

No que concerne aos estudos a respeito da Competência em Informação e o *health information*, abre-se um leque de opções para pesquisas que possam aliar CoInfo no âmbito da saúde e letramento em saúde. Alves e Reis destacam que a relação entre Competência em Informação e a área de Ciências da Saúde é uma abordagem crescente. Segundo as autoras:

[...] para a aproximação entre os conceitos de Competência em Informação e Letramento em Saúde (*Health Literacy*), a CoInfo deve ser vista em sua completude, de preferência dentro de suas quatro dimensões, conforme menciona Vitorino (2020). Deste modo, podemos compreender que sob essa temática da Competência em Informação para a área de Ciências da Saúde, reúnem-se diferentes processos e ações, alguns dos quais resultantes da educação e comunicação em saúde, nos quais um indivíduo ou coletivo, mediados por um profissional, instituição e/ou sistema de saúde (público e/ou privado), possam otimizar seus conhecimentos, habilidades e atitudes (informáticas, comunicativas e informativas), para lidar de forma adequada, eficiente, crítica e ética, com a informação para saúde, em diferentes contextos (pessoal, social, ambiental) e formatos, e assim tomar decisões assertivas para a sua saúde e da sociedade em geral, com o compromisso de compreender que saúde é um estado de razoável de harmonia,⁶⁷ entre o indivíduo ou coletivo, e a realidade que os cercam; possibilitando assim, um melhor desenvolvimento pessoal, social, ambiental e cultural.⁶⁸

Neste contexto, Alves e Reis (2020) pontuam que é importante trabalhar sob cinco enfoques para priorizar estudos sobre Competência em Informação para a área de Ciências da Saúde, a saber:

1. *Gestão*: ações de CoInfo para a área de Ciências da Saúde que foquem a fluxo de informações na gestão em saúde, como por exemplo para gestores e equipes de Gestão de Hospitais e Clínicas;
2. *Ensino, pesquisa e extensão*: ações de CoInfo para a área de Ciências da Saúde que realizem as atividades e ensino pesquisa, deste modo, são ações principalmente desenvolvidas no âmbitos de bibliotecas, núcleos de pesquisa e outros ambientes informacionais de apoio a estas atividades;

⁶⁷ Baseados na reflexão de Segre e Ferraz: “[...] saúde é um estado de razoável harmonia entre o sujeito e a sua própria realidade?” Cf.: SEGRE; FERRAZ, 1997, p. 542.

⁶⁸ ALVES; REIS, 2020, não paginado.

3. *Tomada de decisões*: ações de CoInfo para a área de Ciências da Saúde que privilegiem a pesquisa, a busca por evidência, etc., seja no contexto clínico (bibliotecário clínico, informacionista, etc.) e/ou profissional mas voltada para tomada de decisões estratégicas e ou decisões clínicas, podendo ser feita no âmbito de Núcleos de Estudos e Pesquisas de Hospitais, Clínicas, Planos de Saúde, Associações e Instituições de Saúde em Geral;
4. *Pessoal e comunitário*: ações de CoInfo para a área de Ciências da Saúde realizadas em prol do desenvolvimento individual e/ou coletivo do trato informacional de indivíduos e comunidade em geral, podendo ser desenvolvida no âmbito de hospitais, postos de saúde, clínicas, centros de referências, grupos de apoio, escolas, universidades, redes sociais, etc;
5. *Profissional*: ações de CoInfo para a área de Ciências da Saúde realizadas para o desenvolvimento contínuo do bibliotecário e/ou profissional da informação responsável pela tomada de decisões sobre CoInfo em ambientes informacionais de saúde.

Relativamente à Competência em Informação e a emancipação social seguem, neste seguimento, pesquisas de cunho ainda mais social. Ao considerar a emancipação social, observamos o espaço de trabalho da CoInfo no combate às situações de vulnerabilidade social e, principalmente, para além da CoInfo pensada enquanto otimização de habilidades, atitudes e conhecimentos vinculados ao trato informacional, temos a CoInfo que traz estes aspectos no sentido de gerar empoderamento, autonomia, cidadania e reconhecimento social. Conforme Righetto e Vitorino:

Uma das noções de exclusão social e por consequência, de vulnerabilidade, vai de encontro com a competência em informação, ao passo que a exclusão social é vista como um processo em que grupos sociais/pessoas são estigmatizadas e impossibilitadas de participarem plenamente da sociedade, tendo em vista a ausência de habilidades básicas e de meios de aprendizagem ao longo da vida, também como resultado da discriminação [...]. Dito isto, se justifica o desenvolvimento dessa competência em práticas e pesquisas interdisciplinares.⁶⁹

Nesta abordagem, os grupos historicamente excluídos são sujeitos-chaves para compreender aspectos de transformação de situações de vulnerabilidade via a aprendizagem informacional. O conhecimento adquirido se transforma em segurança para e em meio da ação dos indivíduos e das comunidades.

⁶⁹ RIGHETTO; VITORINO, 2019, p. 85.

Por fim, não poderíamos deixar de apresentar qual o principal ecossistema para a dispersão destas propostas no âmbito do PPGCI. Em maio de 2021 foi aprovada a criação do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI).

O NERSI é fruto de atividades de pesquisa, ensino e extensão desenvolvidas desde 2019, com foco em Recursos, Serviços e Práxis Informacionais. As pesquisas do grupo têm como objetivo perscrutar e desenvolver abordagens teórico-práticas que cercam o trato informacional e a atuação do profissional da informação em diferentes contextos de atuação e aplicação, detalhando os processos de concepção, produção, mediação, instrumentalização e desenvolvimento dos produtos e serviços de informação, a partir de quatro linhas de pesquisa principais, a saber:

- a. Recursos e Serviços de Informação;
- b. Informação e Saúde;
- c. Informação e emancipação;
- d. Uso ético da Informação.

A linha de pesquisa Recursos e Serviços de Informação tem com foco desenvolver investigações nas temáticas de competência em informação, fontes de informação, organização bibliográfica e serviço de referência e informação.

A perspectiva voltada à Informação e Saúde adentra-se nas temáticas de atuação do profissional da informação, atuação do profissional da informação na área de informação científica e tecnológica em saúde, organização e implantação de acervos e serviços de informação especializados em saúde, uso e ensino de fontes de informação para saúde, desinformação e saúde, mediação da informação e saúde, competência em informação voltada à informação científica e tecnológica para saúde e memória e saúde.

As atividades desenvolvidas no âmbito da linha Informação e Emancipação se concentram na perspectiva do acesso e uso da informação enquanto ativo no combate às condições de vulnerabilidade, em especial nas abordagens sobre o enfoque de transversalização étnica/racial e de gênero.

A linha de pesquisa Uso Ético da Informação produz investigações que destacam diferentes abordagens a respeito dos aspectos éticos da produção científica e do combate ao plágio acadêmico. O grupo tam-

bém realiza, no âmbito da linha Uso Ético da Informação, atividades de ensino avançadas com conteúdo de metodologia da pesquisa e redação científica, evidenciando a formação de pesquisadores de alto nível dentro da área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste capítulo consistiu em abordar a CoInfo no bojo das óticas da ética, da saúde e da emancipação, considerando-as como perspectivas de estudos sobre CoInfo no PPGCI-UFMG.

A partir uma breve introdução aos estudos de Competência em Informação, ressaltamos suas diferentes abordagens e concepções. Realizamos uma revisão histórica traçada, por meio dos estudos da Ciência da Informação e suas subáreas, engendrando caminhos por suas subáreas e marcos de importância no contexto da CoInfo.

Ao abordar a CoInfo no âmbito da graduação e Pós-graduação da Escola de Ciência da Informação da UFMG, bem como os seus reflexos nas publicações realizadas na escola, observamos que a temática tem espaço em diferentes níveis e atualmente é considerada um subsídio importante no direcionamento da formação dos alunos da instituição.

Perscrutando perspectivas e reflexões sobre o futuro dos estudos de CoInfo no Pós-graduação em Ciência da Informação da UFMG frisamos a importância de vertentes: a ética, a saúde e a emancipação social, refletindo sobre possibilidades e ações em andamento, como a criação do NERSI.

Por fim, cabe ressaltar o quão essenciais são os estudos sobre o desenvolvimento da Competência em Informação que possuem como pauta nodal a carreira profissional e o preparo para enfrentar os desafios éticos, tecnológicos, econômicos e sociais do dia a dia da sociedade, destacando a CoInfo como um insumo de transformação social que possibilita fomentar o pensamento crítico, o uso ético da informação, a tomada de decisão para saúde, uma melhor qualidade de vida e o empoderamento, seja no âmbito da pesquisa, da saúde e da emancipação social de pessoas advindas de grupos historicamente excluídos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (Org.). *Mediação oral da informação e da leitura*. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; SANTOS, Camila Araújo. In: FARIAS, Gabriela Belmont de; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. (Org.). *Competência e Mediação da Informação: percepções dialógicas entre ambientes abertos e científicos*. São Paulo: ABECIN, 2019. p. 96-111. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/46896>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- ALMEIDA, Larisse Macêdo de; FARIAS, Gabriela Belmont de. Competência e mediação da informação no processo de educação do usuário – concepção bibliotecária. In: FARIAS, Gabriela Belmont de; FARIAS, Maria Giovanna Guedes (Org.). *Competência e Mediação da Informação: percepções dialógicas entre ambientes abertos e científicos*. São Paulo: ABECIN, 2019. p. 38-49. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/46896>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- ALVES, Ana Paula Meneses. Competência informacional e o uso ético da informação na produção científica. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. Disponível em: <http://www.culturaacademica.com.br/catalogo/competencia-informacional-e-o-uso-etico-da-informacao-na-producao-cientifica/>. Acesso em: 21 jan. 2021.
- ALVES, Ana Paula Meneses; REIS, Débora Crystina. Competência em Informação para a área de ciências da saúde: a formação do bibliotecário para um papel estratégico e de maior protagonismo. In: SEMINARIO HISPANO-BRASILEÑO DE INVESTIGACIÓN EN INFORMACIÓN, DOCUMENTACIÓN Y SOCIEDAD, 9., 2020, Madrid. *Anais [...]*. Madrid: Universidad Complutense; Brasília: UnB, 2020. Não paginado. Disponível em: <http://seminariohispano-brasileiro.Org.es/ocs/index.php/ixshb/2020/paper/view/893>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. *O que é ciência da informação*. Belo Horizonte: KMA, 2018.
- ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. Presidential Committee on Information Literacy. Final Report. Chicago: ALA: ACRL, 1989. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>. Acesso em: 22 mar. 2021.
- BELLUZZO, Regina Célia Baptista. A information literacy como competência necessária à fluência científica e tecnológica na sociedade da informação: uma questão de educação. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DA PRODUÇÃO DA UNESP, 7., 2001, São Paulo. *Anais Eletrônico[...]* São Paulo: Unesp, 2001. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/ana8.html>. Acesso em: 13 mar. 2021.
- BELLUZZO, Regina Célia Baptista. *Competência em informação no Brasil: cenários e espectros*. São Paulo: ABECIN, 2018. Disponível em: <http://www.abecin.Org.br/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. O estado da arte da competência em informação (CoInfo) no Brasil: das reflexões iniciais à apresentação e descrição de indicadores de análise. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 47-76, jan./jul. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.Org.br/rbbd/article/view/648>. Acesso em: 26 mar. 2021.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista; KERBAUY, Maria Tereza. Miceli. Em busca de parâmetros de avaliação da formação contínua de professores do ensino fundamental para o desenvolvimento da information literacy. *Educação Temática Digital*, Campinas, v. 5, n. 2, p. 129-139, jun. 2004. Disponível em: <http://www.bibli.fae.unicamp.br/etd/centraletd.html>. Acesso em: 3 fev. 2021.

BEZERRA, Arthur Coelho *et al.* *iKritika: estudos críticos em informação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. Disponível em: https://www.garamond.com.br/wp-content/uploads/2020/06/iKr%C3%ADtika_Livro.pdf?thwepof_product_fields=. Acesso em 28 abr. 2021.

CAMPELLO, Bernadete. A disciplina de competência informacional no currículo do curso de Biblioteconomia da Escola de Ciência da Informação da UFMG: compromisso com a função educativa do bibliotecário. In: BELLUZZO, R. C. B.; FERES, G. G. *Competência em informação: de reflexões às lições aprendidas*. São Paulo: FEBAB, 2013. p. 127-148.

CAMPELLO, Bernadete. *Biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

CAREGNATO, Sônia Elisa. O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. *Revista de Biblioteconomia e Comunicação*, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, 2000. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/11663/>. Acesso em: 2 dez. 2020.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. *A Information Literacy e o papel educacional das bibliotecas*. 2001. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/pt-br.php/>. Acesso em: 2 dez. 2020.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. *PontodeAcesso*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 88-98, jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1396>. Acesso em: 14 mar. 2021.

FARIAS, Gabriela Belmont de *et al.* 20 anos de pesquisa sobre Information Literacy no Brasil: análise temática das teses e dissertações do Catálogo da CAPES. *Revista Ibero-americana de Ciência da Informação*, Brasília, v. 14, n. 1, p. 289-301, jan./abril de 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/35349>. Acesso em 15 abr. 2021.

GRUPO DE TRABALHO COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO. Disponível em: <https://www.acoesfebab.com/competenciainfo>. Acesso em: 25 abr. 2021.

HATSCHBACH, Maria Helena de Lima. *Information literacy: aspectos conceituais e iniciativas em ambiente digital para o estudante de nível superior*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, IBICT/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/722/1/mariahelena2002.pdf>. Acesso em 18 abr. 2021.

HORTON JR. Forest Woody. *Overview of Information Literacy Resources Worldwide*. Paris: UNESCO, 2013. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/resources/publications-and-communication-materials/publications/full-list/overview-of-information-literacy-resources-worldwide>. Acesso em: 22 abr. 2021.

MARTÍ-LAHERA, Y. *Alfabetización informacional*. Buenos Aires: Alfagrama, 2007.

MATA, Marta Leandro da. *A inserção da Competência Informacional nos currículos dos cursos de Biblioteconomia no Brasil e nos cursos de Informação e Documentação na Espanha*. 195 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/mata_ml_do_mar.pdf. Acesso em: 18 abr. 2021.

MATA, Marta Leandro da; CASARIN, Helen de Castro Silva. Inserção de disciplinas sobre competência informacional nos cursos de Biblioteconomia do Brasil. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, Florianópolis, v. 23, n. 51, p. 1-16, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/147/14753783002/html/index.html>. Acesso em: 22 abr. 2021.

RIGHETTO Guilherme Goulart; VITORINO, Elizete Vieira. *#TRANSliteracy: competência em informação voltada às pessoas trans**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019. Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/transliteracy>. Acesso em 15 abr. 2021.

SANTOS, Camila Araújo. *Análise de instrumentos de avaliação da competência informacional voltados para a educação superior*. 2011. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2011. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/santos_ca_me_mar.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.

SEGRE, M.; FERAZ, F. C. O conceito de saúde. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 31, n. 5, p. 538-542, out. 1997. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rsp/1997.v31n5/538-542/pt>. Acesso em: 20 set. 2020.

URIBE-TIRADO, Alejandro. *Lecciones aprendidas en Programas de Alfabetización Informacional en universidades de Iberoamérica: propuestas de buenas prácticas*. 2013. 406 f. Tesis (Doctoral en Información y Comunicación) - Universidad de Granada, Granada, 2013. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/22416/1/TESIS%20COMPLETA.%20Alejandro%20Uribe%20Tirado.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Competência Informacional: bases históricas e conceituais: construindo significados. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 38, n. 3,

p. 130-141, set./dez. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652009000300009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 22 mar. 2021.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Dimensões da competência informacional. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 40 n. 1, p. 99-110, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v40n1/a08v40n1.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

YOUTUBE. Canal FEBAB. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/FEBAB/feature>. Acesso em: 4 nov. 2021.

YOUTUBE. Marta Lígia Pomim Valentim – Competência em Informação e Competência profissional: convergências e divergências no que se refere às competências gestoras. [S. l.: s. n.]: 2020. 1 vídeo (106 min). Live publicada pelo canal FEBAB. Organização do Grupo de Trabalho de Competência em Informação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WQ7WM7GhYvk&rt=497s>. Acesso em: 25 abr. 2021.

A decorative graphic at the top of the page consists of a network of interconnected nodes and lines, forming a complex, web-like structure. The nodes are represented by small grey circles, and the lines are thin, light grey lines connecting these nodes. The overall shape is roughly triangular, with the base at the bottom and the top point at the top center.

POSFÁCIO

Henriette Ferreira Gomes

Ao término da leitura desta obra, intitulada *Informação, mediação e cultura: teorias, métodos e pesquisas*, na qual um conjunto de autoras e autores que, ao longo dos anos, têm dado vida à pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação (ECI) na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como docentes/pesquisadores; egressos/pesquisadores e parceiros nacionais e internacionais, pode-se realçar que ela evidencia a tessitura do social que foi se conformando e se entrelaçando à história de pesquisa da área desenvolvida no âmbito da UFMG e da comunidade científica nacional.

O conjunto textual que se pôde percorrer nesta leitura privilegiada demonstra o compromisso do Programa de Pós-graduação em Ciências da Informação (PPGCI) da ECI/UFMG em fazer avançar as reflexões sobre o objeto informação e suas camadas constitutivas, no desafio de expandir a compreensão acerca das suas características de fenômeno social e, ao mesmo tempo, de impulsionar empreendimentos investigativos acerca das diversas variáveis internas e externas que têm implicações na composição e manutenção, na esfera do social, de regimes a ele favoráveis ou desfavoráveis que, em entrelaces complexos e dinâmicos, repercutem sobre a sua existência, mas também sobre suas ausências, apagamentos, distorções, aos quais se somam tentativas de construção ou desconstrução dos espaços de compartilhamento, sociabilidades, de exercício da crítica e da criatividade, assim como de preservação e memória.

Desse modo, esta obra nos coloca em contato com pesquisadoras e pesquisadores que se ocupam de projetar luzes sobre os aspectos sociais do fenômeno informação, contribuindo significativamente para o fortalecimento de uma concepção social da área, tanto do ponto de vista do seu escopo epistemológico, alargando os tópicos temáticos de estudo da Ciência da Informação, quanto das suas bases concei-

tuais, teóricas e metodológicas, envolvendo procedimentos e condutas científicas que permitem manter o rigor no trabalho de investigação, nas práticas informacionais e na sustentação do compromisso com o social.

A obra se ocupou de oferecer aos leitores uma visão crítica acerca dos delineamentos de pesquisas na área que têm buscado ampliar o conhecimento em torno da informação, articulando coerentemente as escolhas teóricas e metodológicas, revelando um viés criativo na operacionalização das pesquisas, abrindo caminhos para futuras investigações. Nesse viés, apresenta ainda as potencialidades dos estudos métricos que, para além da análise e avaliação da produção científica, também podem ser aplicados à análise da dinâmica da própria produção, abrindo um caminho de possível exercício de autoconhecimento da comunidade científica. Um caminho do exercício da autocritica no âmbito do fazer científico, destacando que aqui reside um aspecto possível de abordagem qualitativa em estudos métricos, em associação à clássica abordagem quantitativa. Percebe-se, então, que o destaque que se dá à possibilidade da abordagem qualitativa em estudos métricos tem a intencionalidade de demonstrar que as mensurações são vetores apontando caminhos da dinâmica da produção científica, que também é social. Em especial quando se toma como pressuposto a “totalidade do conhecimento”, defendida por Marx.

Então, mais uma vez se constata o realce à abordagem do social, que segue sendo aprofundada em outro texto que trata dos elementos significativos do paradigma social, buscando debater o significado da adoção do termo “social” nos estudos da área, passando pela demarcação da responsabilidade social dos profissionais da informação a partir da defesa da epistemologia social feita por Jesse Shera, contudo, problematizando que essa perspectiva convoca a incorporação da análise dialética no *modus operandi* da área, pela força que se mostra capaz de imprimir ao desvelamento das contradições subjacentes aos contextos e objetos de análise, considerando que, para se trabalhar com a informação em sua concepção de fenômeno social, há que se acolher como princípio fundante o exercício da crítica em uma perspectiva dialética.

Nesse sentido, e ampliando o olhar sobre o exercício da crítica em uma perspectiva dialética, a obra expande a discussão com o capítulo que trata da necessária articulação de abordagens da economia política pelo campo da Ciência da Informação, demonstrando a importância de se discutir, a partir de Karl Marx, as noções de “forma social” e

“fetichismo”, entendendo que estas estão relacionadas a elementos intervenientes nas relações sociais, subjacentes tanto aos atos produtores de cultura, quanto aos produtos culturais. Essa articulação é relevante para que se possa desvelar fatos, desmitificar ou desconstruir visões idealistas, deterministas, fetichistas, que ofuscam a compreensão acerca do fenômeno informação e se transformam em obstáculos aos avanços teóricos, práticos e metodológicos do campo.

Pode-se dizer que outro contributo no sentido de ampliar o exercício da crítica em uma perspectiva dialética, capaz de fazer avançar nossa compreensão sobre a informação em sua dimensão social, refere-se a abordagem ensaística acerca dos conceitos de racismo epistêmico, conforto ontológico e lugar de fala, que envolvem a geração, produção e circulação do conhecimento, sinalizando sobre os riscos e a gravidade de interposições limitadoras a ações de expressão de grupos sociais não hegemônicos ou até mesmo ações deliberadas de apagamento de saberes.

Neste ponto então, verifica-se que a obra descortina ao leitor a diversidade epistêmica construída no PPGCI da ECI/UFMG, apontando que o enfoque sobre o caráter social da informação ganha expressão em estudos sobre mediação da informação, aos quais se juntam vários outros que focalizam a perspectiva da decolonialidade e das teorias da performance, que colocam em destaque saberes tradicionais e populares, assim como estudos em torno das temáticas étnico raciais, buscando demonstrar como elas estão inseridas, interligadas e são constitutivas do universo informacional.

Esse universo também vem sendo investigado a partir das práticas informacionais instituídas, de maneira que se possa melhor conhecer o uso que se faz da informação, assim como o comportamento informacional do usuário e as abordagens teóricas que têm orientado esse tipo de pesquisa na área. Sob este foco, também tem se mantido interlocução internacional, que gerou um outro capítulo no qual se faz um resgate histórico dos estudos de usuários, destacando a criação do Center for Research on User Studies (CRUS), como também as formulações teóricas e metodológicas para essa tipologia de estudos. Além disso, o PPGCI da ECI/UFMG investe em pesquisas mapeadoras das correntes teóricas do campo da Ciência da Informação, buscando identificar suas relações com as disciplinas especializadas da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

A perspectiva social que coloca em evidência o sujeito que faz uso da informação como interferente ativo no processo informacional, também tem movido pesquisas do Programa que analisam esse usuário em ambientes digitais como o Twitter, buscando investigar a questão da autoridade cognitiva dos sujeitos sociais como fontes de informação nesses ambientes.

Nesse diapasão a obra segue apresentando outras camadas constitutivas do fenômeno informação que têm sido objeto de estudo por esta comunidade científica e seus parceiros internacionais e nacionais. No entanto, nesse encadeamento, a obra inicia um perfilamento de focos temáticos que, embora inerentes a determinadas camadas, não se apartam da ênfase no social.

Assim, nessa sequência, o leitor tem a oportunidade de conhecer estudos de gestão da informação e do conhecimento realizados sob a perspectiva cognitiva, que têm tratado das relações estabelecidas entre os sujeitos e o contexto nos ambientes organizacionais, trazendo resultados assertivos de que emoções, crenças, comportamentos, tanto individuais quanto coletivos, interferem na tomada de decisões e devem ser considerados também na gestão da informação e do conhecimento.

Outras camadas temáticas apresentadas estão relacionadas ao processo de apropriação da informação e produção de sentidos por parte dos sujeitos sociais. Há o foco no sujeito leitor e no diálogo de fronteira interdisciplinar que a Ciência da Informação vem construindo para estabelecer as abordagens teóricas em torno da leitura, do leitor, do contexto motivador da leitura e de produção de sentidos a partir dela, e outros que têm tratado do processo interacionista que ocorre na construção dos produtos cognitivos e dos símbolos como dispositivos de mediação da informação, ampliando o debate acerca do imaginário nesse processo.

Contudo, emerge na obra um ponto a partir do qual a perspectiva do social passa a ser abordada através de discussões que se voltam às especialidades que atuam na sociedade em torno do objeto informação, trazendo resultados de estudos e pesquisas sobre ambientes informacionais como os arquivos, as bibliotecas e os museus. Essas contribuições assinalam a importância social desses ambientes e, na condição de leitora reflexiva desse conjunto textual sinto-me autorizada a reafirmar minha concepção de que estes espaços informacionais devem ser considerados como dispositivos de mediação da informação, o que

implica em repensá-los sob a perspectiva do social e na condição de espaços de sociabilidades.

Nessa perspectiva, o leitor encontra um capítulo que busca, a partir do estudo das obras literárias de Marguerite Yourcenar, Umberto Eco e Jorge Luis Borges, demonstrar que em cada uma dessas obras, a biblioteca representa um evento histórico e também imaginário, com atividades e serviços contextualizados, de maneira que o conceito e a estrutura que se pode abstrair das narrativas ficcionais estão imbricados ao tempo e espaço da própria história contada. Isso sugere que essas representações de biblioteca, identificadas nas três obras estudadas: “museu alexandrino”, “labirinto medieval” e “galeria infinita”, são metáforas indicativas de que a biblioteca é um elemento da história que se institui em determinado contexto, com determinada pragmática, mas, ao mesmo tempo, em articulação a processos sócio imaginários. Com base neste estudo, pode-se inferir que o instituído (contexto e pragmática) se associa ao imaginário, gerando o instituinte de modelos paradigmáticos, que interferem no devir da biblioteca, portanto, precisam ser constantemente revisitados e analisados a partir da perspectiva dialética e dos interesses sociais.

No âmbito dos arquivos, esta coletânea apresenta textos que problematizam as modificações que estão ocorrendo na dinâmica das organizações e na própria produção dos documentos, apontando os desafios que repercutem nas funções e gestão arquivística, incluindo questões relevantes em torno dos modelos de redes e sistemas utilizados tanto na governança de serviços, quanto nas instituições que executam funções arquivísticas.

Como reflexo das cooperações internacionais do PPGCI da ECI/UFMG, insere-se neste ponto da obra outro texto que trata do acesso à informação relacionado à liberdade de expressão e à participação social nas questões da esfera pública e relacionando-o à existência de arquivos, abordando o traçado legal e filosófico que tornou o acesso à informação um direito, mas cuja efetividade não está plenamente assegurada. E, na mesma perspectiva, outro texto expande o debate sobre o acesso à informação de natureza arquivística, situando a mediação como central por assegurar o processo de negociação entre usuário e o profissional arquivista, a instituição arquivo e as próprias técnicas da Arquivologia. Tais questões de algum modo guardam relação com as pontuações feitas em outro capítulo que discute a difusão da informação no contexto arquivístico, ponderando aspectos que ganharam

evidência no contexto da pandemia da Covid-19. Muitas dessas pontuações podem ser relacionadas à abertura dialógica com o usuário, capaz de consolidar a disseminação e uso do documento de arquivo. Contudo, deve-se, neste posfácio, ponderar que a mediação explícita voltada à disseminação e ao acesso à informação, seja ela objeto de trabalho de uma biblioteca, de um arquivo ou de um museu, precisa estar articulada à mediação implícita, que assegura a guarda, a preservação da memória, a sua representação para recuperação e acesso em qualquer tempo.

Nesse sentido, o leitor também tem a oportunidade de conhecer a experiência de preservação da memória do próprio PPGCI que, em projeto institucional, buscou recuperar, organizar e representar um conjunto documental, capaz de narrar a história do Programa, o que oportunizou a identificação das fontes documentais que integram essa coleção, a proposição de estratégias e procedimentos de preservação dessa memória e a avaliação do potencial dela como substrato para futuras pesquisas que se voltem a essa história, que não está circunscrita apenas aos traçados limítrofes da UFMG, mas que se mescla e se articula à edificação da Ciência da Informação no Brasil.

No que tange à informação mais relacionada ao âmbito dos museus, esta obra proporciona aos seus leitores o encontro com uma discussão estabelecida por uma parceria internacional, que buscou focalizar seu debate em torno do conceito de “patrimônio cultural intangível” da UNESCO. A problematização acerca dessa proposição conceitual se dá no texto a partir das suas conexões com abordagens de ordem política e econômica que, segundo a autora, acabam exercendo algum nível de pressão sobre o que ela denominou de arquivo, e que relaciono à formação de coleções ou de fundos. Para demonstrar essa luta subjacente no processo de estabelecimento do patrimônio cultural intangível, o texto joga luzes sobre as performances, argumentando que sobre elas se observa o exercício dessa pressão de ordem política e econômica, que acabam influenciando para o aparecimento de tendências de transformação da performance em produto, colocando em questão o conceito de “patrimônio cultural intangível”.

Outra discussão relacionada ao patrimônio cultural foi estabelecida em parceria de pesquisadores do PPGCI e das áreas da Arquitetura, Belas Artes e História da UFMG acerca das mediações que acabam por tornar mais clara a geopolítica em torno do estabelecimento, pela UNESCO, do patrimônio cultural internacional. Esse estudo tomou

para análise crítica os dossiês que solicitaram a inclusão do Conjunto Moderno da Pampulha na Lista do Patrimônio Mundial, cujos resultados possibilitaram a recomendação do aperfeiçoamento do processo e dos próprios instrumentos utilizados. A esses resultados se poderia agregar que tais processos e instrumentos são também dispositivos de mediação e, por essa razão, podem cumprir papel relevante em dar maior visibilidade e possibilidades de controle social sobre esses trâmites.

Ainda na esfera do ambiente informacional do museu, outro capítulo contempla seus leitores com uma contribuição de pesquisa que coloca em pauta reflexões sobre experiências mundiais com realidade aumentada, assim como analisa experiências realizadas pelo Museu de Arte de São Paulo (MASP), concluindo que este recurso colabora para a inclusão social. Mais uma vez, na condição de leitora, considero que esta discussão nos permite também categorizar a realidade aumentada como um dispositivo de mediação da informação, na medida em que esta representa um recurso tecnológico e processual, a partir do qual o ambiente do museu gere a abertura do espaço de voz a categorias subalternizadas da sociedade, tornando-se assim em espaço de expressão cultural democrático e inclusivo, não se restringindo a um ambiente de memória e de encontro com a cultura preservada.

Por fim, esta obra traz a público reflexões sobre uma temática que ultrapassa o trabalho informacional e o uso da informação em quaisquer ambientes, que é o desenvolvimento de competências em informação (CoInfo). Neste ponto os leitores são convidados a pensar nas competências em informação como elementos que colaboram com o processo de transformação social, na medida em que contribuem para a aprendizagem de estratégias de obtenção, avaliação e uso da informação, associadas ao desenvolvimento do pensamento crítico e ao compartilhamento ético da informação, enfim, elementos que contribuem para o processo de inclusão social.

Após a travessia pelas trilhas construídas nos estudos e pesquisas aqui compartilhados, pode-se concluir neste posfácio que esse conjunto textual materializa e, portanto, coloca em comum, o conhecimento produzido pela comunidade científica do PPGCI da ECI/UFMG, e aqueles resultantes das suas parcerias internacionais e nacionais. Travessia que firma a invariável consistência e coerência da sua opção e do seu posicionamento reto e rigoroso no processo de consolidação da Ciência da Informação em sua perspectiva social.



SOBRE OS AUTORES

ADALSON DE OLIVEIRA NASCIMENTO

Graduado e Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Doutor em História da Educação pela mesma Universidade. Professor do Departamento de Organização e Tratamento da Informação da Escola de Ciência da Informação da UFMG. Temáticas privilegiadas de pesquisa: arquivos permanentes, organização de arquivos, arquivos escolares e universitários, memória, história política e história da educação. *E-mail:* adalson@ufmg.br

ALBERTH SANT'ANA DA COSTA SILVA

Doutorando e Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduado em Biblioteconomia, bibliotecário-documentalista do Instituto Federal de Brasília, Campus Brasília e bolsista Capes do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/2018). Temáticas privilegiadas de pesquisa: cultura, informação e cidadania; memória, informação e produção do conhecimento; cultura informacional; informação e saúde; interdisciplinaridade nos estudos da Ciência da Informação. *E-mail:* alberthsantana@gmail.com

ALCENIR SOARES DOS REIS

Graduada em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Mestre em Biblioteconomia pela Escola de Biblioteconomia, e Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Teoria e Método em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), especialista em Sociologia pela PUC Minas. Professora Associada (voluntária) da UFMG na Escola de Ciência da Informação (ECI), filiada à linha de pesquisa Memória, Patrimônio e Produção do Conhecimento do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/ECI). Temáticas de interesse: educação e políticas públicas; Informação e cidadania; Políticas em EaD; História e memória. *E-mail:* alcenirsoares@gmail.com

ANA CECÍLIA NASCIMENTO ROCHA VEIGA

Graduada em Arquitetura e Urbanismo (2001), Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Doutora em Arte e Tecnologia da Imagem pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), linha Conservação (2012). Professora associada da Escola de Ciência da Informação da UFMG, integrando, ainda, o Mestrado Profissional da Faculdade de Educação (PROMESTRE) da UFMG, linha Museus e Divulgação Científica) e o Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFMG. Tem experiência, projetos e pesquisas em Gestão, Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), Conteúdo Web, Humanidades Digitais e Acessibilidade Digital. *E-mail:* anacecilia@ufmg.br

ANA PAULA MENESES ALVES

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista em Franca (Unesp) - Campus Marília em regime de cotutela com a Universidade de Granada, da Espanha, na qual recebeu o título de Doutora em Ciências Sociais. Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e graduada em Biblioteconomia pela Unesp - Campus Marília. Temáticas privilegiadas de pesquisa: Recursos e Serviços de Informação; Competência em Informação; Uso ético da Informação; Informação e saúde. *E-mail:* apmenezes@eci.ufmg.br

AURORA GONZÁLEZ TERUEL

Es profesora del departamento de Historia de la Ciencia y Documentación de la Universidad de València (España). Sus líneas de investigación son los fundamentos teóricos y metodológicos para el estudio del usuario de la información. Sobre este tema ha publicado numerosos trabajos en revistas internacionales, así como los libros “Los estudios de necesidades y usos de la información: fundamentos y perspectivas actuales” (2005) y “Métodos y técnicas para la investigación del comportamiento informacional” (2012).

E-mail: agonzal@uv.es

CARLOS ALBERTO ÁVILA ARAÚJO

Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), fez pós-doutoramento na Universidade do Porto, Portugal (2011) e na Universidad de Salamanca, Espanha (2019). Presidente da Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe (EDICIC), de 2016 a 2021. Atua nas áreas de Epistemologia da Ciência da Informação, práticas informacionais, infodemia e desinformação. *E-mail:* carlosaraujou-fmg@gmail.com

CAROLINA RUOSO

Graduada em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Doutora em História da Arte pela Universidade de Paris 1 Panthéon-Sorbonne, bolsa Capes no exterior. É professora de Teoria e História da Arte da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professora visitante no programa de Doutorado em Sociomuseologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT). Membro do Grupo de Pesquisa Estopim e Coordenadora da Rede de Pesquisa e Formação em Curadoria de Exposições. *E-mail:* carol@ruoso.com

CINTIA APARECIDA CHAGAS

Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com estágio pós-doutoral na Universidad de Salamanca; Mestre em Administração Pública pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro; graduada em História pela UFMG. Professora Adjunta da Escola de Ciência da Informação da e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFMG. Temáticas privilegiadas: arquivologia; gestão de documentos; gestão de documentos digitais; avaliação de documentos arquivísticos e reestruturação curricular. *E-mail*: cintiachagasufmg@gmail.com

CLAUDIO PAIXÃO ANASTÁCIO DE PAULA

Doutor em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP), Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bacharel em Psicologia Clínica e licenciado em Psicologia. Líder do Gabinete de Estudos da Informação e do Imaginário (GEDII). Temáticas privilegiadas de pesquisa: dimensões simbólicas e afetivas dos processos infocomunicacionais; Abordagem Clínica da Informação (ACI), informação e imaginário; epistemologia da informação; memética; biblioterapia; comportamento dos consumidores de informação; psicologia dos usuários e do uso da informação; divulgação científica e combate às pseudociências. *E-mail*: claudiopap@hotmail.com.

DENIS PEREIRA TAVARES

Doutor e Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), graduado em História pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Colaborador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares do Patrimônio Estopim/UFMG. Temas de estudo e atuação: políticas de patrimônio cultural; memória; história das cidades; e cultura urbana. *E-mail*: denisptavares@hotmail.com.

DIANA TAYLOR

Professora de estudos da performance na New York University (Tisch School of Arts), diretora e fundadora do Hemispheric Institute of Performance and Politics. Possui doutorado em Literatura Comparada pela University of Washington (Seattle), mestrado em Artes (Letras Modernas, Literatura Comparada) pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Estudou também na Université Aix-Marseille e na Universidad de las Americas (México), onde graduou-se em Artes (Escrita Criativa). Seu trabalho tem como focos: performance e teatro latino-americano e estadunidense; performance e política; teatro feminista e performance nas Américas; estudos hemisféricos e estudos do trauma. *E-mail:* diana.taylor@nyu.edu.

ELIANE CRISTINA DE FREITAS ROCHA

Doutora em Ciência da Informação e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), graduada em Ciência da Computação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e em Comunicação Social/Radialismo pela UFMG. Temáticas privilegiadas de pesquisa: usuários da informação; usuários de sistemas de informação; usuários de arquivos; práticas de mediação em informação, memória e cultura. *E-mail:* elianecfr@eci.ufmg.br.

FABRÍCIO JOSÉ NASCIMENTO DA SILVEIRA

Doutor e mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), graduado em Biblioteconomia pela Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Temáticas privilegiadas de pesquisa: bibliotecas públicas/história, especificidades e funções sociais; biblioteca pública e públicos subalternizados; representações sociais, memória e identidade; história do livro e das bibliotecas; história da leitura e formação do leitor; informação e questões de gênero; e Ensino de Biblioteconomia e a formação do bibliotecário no Brasil. *E-mail:* fabrisilveira@gmail.com.

HENRIETTE FERREIRA GOMES

Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), graduada em Biblioteconomia e Documentação pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Professora Titular do Instituto de Ciência da Informação (ICI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), docente do corpo permanente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA), líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Mediação e Comunicação da Informação (GEPEMCI). Líder do Subcomitê das Ciências Sociais Aplicadas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da UFBA e Membro Titular da Academia de Ciências da Bahia. Temáticas privilegiadas de pesquisa: Ciência da Informação, com ênfase em Mediação da Informação, relações entre Informação, Comunicação e Educação; Fundamentos históricos e epistemológicos em Ciência da Informação e Biblioteconomia; Organização da Informação; Documentação científica e Metodologia da Pesquisa Científica. *E-mail:* henriettefgomes@gmail.com.

IVANA DENISE PARRELA

Doutora e Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), especialista em Organização de Arquivos pela Universidade de São Paulo (USP), graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Temáticas de pesquisa: arquivos públicos/história institucional; difusão em arquivos; ações educativas e culturais em arquivos; usos de arquivos; história pública; memória, história local e identidade. *E-mail:* ivanaparrela@ufmg.br.

JOÃO MARCOS VEIGA DE OLIVEIRA

Mestre e doutorando em História Social da Cultura pela Faculdade de Ciências Humanas (Fafich) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), graduado em Comunicação Social com ênfase em Jornalismo e especialista em Crítica e Produção Cultural na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Pesquisador do grupo Estopim/UFMG e membro da comissão editorial da revista *Temporalidades*, tem como temáticas privilegiadas de pesquisa: cidades; história urbana; patrimônio; história pública; música; cinema; educação e cultura. *E-mail:* joaomarcosveiga@gmail.com.

JOSÉ FRANCISCO GUELFY CAMPOS

Doutor e Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), bacharel e licenciado em História também pela USP. Temáticas privilegiadas de pesquisa: arquivos pessoais; arranjo e descrição documental; diplomática arquivística; tipologia documental; arquivo, história e memória. *E-mail*: jfgcampos@ufmg.br.

LEILAH SANTIAGO BUFREM

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), e realizou seu pós-doutorado em Documentação na Universidad Autónoma de Madrid. Graduada em Biblioteconomia e Documentação pela UFPR, bacharel e licenciada em Filosofia pela Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Temáticas privilegiadas de pesquisa: pesquisa científica; produção, comunicação e genealogia científicas; editoras universitárias. É pesquisadora do CNPq. *E-mail*: santiagobufrem@gmail.com.

LÍGIA MARIA MOREIRA DUMONT

Possui graduação em Biblioteconomia, graduação em Letras com ênfases em alemão e em francês e mestrado em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e estágio pós-doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. Exerceu os mandatos de vice-diretora e de diretora da Escola de Ciência da Informação da UFMG e de diretora de Cooperação Institucional da Reitoria da UFMG. Ganhadora do Prêmio CAPES Orientação de Tese 2018, Menção Honrosa, área Comunicação e Informação. Possui experiência em pesquisa em Ciência da Informação, com ênfase nos seguintes temas: usuários da informação; apropriação de conhecimento por intermédio da leitura e competência em informação. Atualmente é professora titular do Departamento de Teoria e Gestão da Informação da Escola de Ciência da Informação da UFMG. *E-mail*: dumont@eci.ufmg.br.

LORENA TAVARES DE PAULA

Doutora e Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), graduada em Biblioteconomia pela Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Temáticas privilegiadas de pesquisa: Organização de Fontes, Recursos e Serviços de Informação em Ambientes Digitais – Disseminação e Difusão da Informação na Internet; Bibliotecas, Arquivos e Museus Digitais; Comunicação e Divulgação Científica na Web. *E-mail:* lorena.ltp@gmail.com.

LUIZ HENRIQUE ASSIS GARCIA

Graduado (1997), Mestre (2000) e Doutor (2007) em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É professor do curso de Museologia e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Escola de Ciência da Informação (ECI) da UFMG. É um dos coordenadores do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Interdisciplinares do Patrimônio Cultural (ESTOPIM) e criador do grupo de estudos Som e Museologia (SOMMUS). Tem trabalhos publicados sobre História da música popular – com destaque para MPB, Clube da Esquina e Beatles – e estudos sobre Patrimônio e História cultural, tendo atuado como pesquisador e curador no Museu Histórico Abílio Barreto (BH/MG). *E-mail:* lhag@ufmg.br.

MARIA APARECIDA MOURA

Professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduada em Biblioteconomia (1993), Mestre em Educação (1996) pela UFMG, Doutora em Comunicação e Semiótica (2002) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e estágio pós-doutoral em Semiótica Cognitiva e Novas Mídias (2006-2007) pela Maison de Sciences de l'Homme. Atualmente realiza um doutorado em Sociologia (2021) pela UFMG. Temáticas de interesse de pesquisa: Semiótica aplicada aos estudos informacionais, Organização da informação: fundamentos teóricos, mediações e aplicações, direitos humanos, epistemologia decolonial, identidade, saberes e fazeres tradicionais brasileiros. *E-mail:* cidamoura@gmail.com.

MARIA GUIOMAR DA CUNHA FROTA

Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Sociedade Brasileira de Instrução (2004), Mestre em Sociologia (1995) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e graduada em História (1988) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Professora associada da Escola de Ciência da Informação (ECI) da UFMG, filiada à linha de pesquisa memória social, patrimônio e produção do conhecimento. Desenvolve trabalhos de pesquisa principalmente nos seguintes temas: Informação e Direitos humanos; Memória da repressão e da resistência nos países do cone sul. No campo da extensão coordena o Projeto Covid-19/ Carro Biblioteca. *E-mail:* frotaguiomar@yahoo.com.br.

MARIA TEREZA DANTAS MOURA

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Artes da Escola de Belas Artes (EBA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), linha de pesquisa Preservação do Patrimônio Cultural, bolsista Capes. Graduada em Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis (2019) na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Pós-graduação em Design e Cultura (2008) Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), bacharel em Cinema de Animação e Pintura (2004) pela UFMG. Integrante do grupo de Pesquisa Estopim (UFMG). Temas de estudo e atuação: Preservação do Patrimônio Cultural, Conservação-restauração de Bens Culturais, Ciências do Patrimônio. *E-mail:* terezamoura@gmail.com.

MÔNICA ERICHSEN NASSIF

Doutora e Mestre em Ciências da Informação e graduada em Biblioteconomia pela Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É docente e pesquisadora da Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, desde 1994, nas áreas de gestão estratégica da informação; decisão e inteligência competitiva; gestão da informação e gestão do conhecimento. Estuda as relações entre necessidades, busca e uso de informação e conhecimento de decisores, na perspectiva da cognição situada e incorporada. *E-mail:* menassif89@gmail.com.

NORMA CATALINA FENOGLIO

Doctora en Estudios Sociales de América Latina por la Universidad Nacional de Córdoba – CEA-FCS-UNC – (Argentina). Licenciada en Archivología, Máster en gestión documental y administración de archivos. Profesora y traductora de inglés y de francés. Temáticas de investigación: Archivos Municipales – evaluación documental – acceso a los documentos – historia regional y de los pueblos. *E-mail*: norma.fenoglio@unc.edu.ar

RENATO PINTO VENANCIO

Doutor em História pela Universidade de Paris IV, Mestre em História pela Universidade de São Paulo (USP), graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Temáticas privilegiadas de pesquisa: arquivologia; arquivos permanentes; história da arquivologia; legislação arquivística e políticas públicas arquivísticas. *E-mail*: rvenancio@eci.ufmg.br.

RITA LAGES RODRIGUES

Possui doutorado (2012) e mestrado (2001) em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de pesquisa História Social da Cultura. É professora associada de Teoria e História da Arte da Escola de Belas Artes (EBA) da UFMG, atuando na Pós-graduação em Artes e na graduação. Atualmente lidera o Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Interdisciplinares do Patrimônio Cultural (Estopim). Pesquisa temas relacionados à História da Arte, ao Patrimônio Cultural, aos Estudos Urbanos, aos Estudos de Gênero e à História das Mulheres. *E-mail*: ritalagesrodrigues@gmail.com.

RODRIGO MORENO MARQUES

Doutor e Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação de Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Suas pesquisas empregam as lentes da Economia Política para apreender as dinâmicas socioeconômicas que conformam os contextos nos quais a informação, a comunicação e a cultura têm centralidade. Investiga também alguns aspectos das políticas de informação contemporâneas, que incluem a governança da internet e o enfrentamento do fenômeno da desinformação. *E-mail*: rodrigomorenomarques@yahoo.com.br.

RUBENS ALVES DA SILVA

Doutor em Antropologia Social, com estágio pós-doutoral pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Sociologia com área de concentração em Sociologia da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e bacharel com licenciatura em Ciências Sociais pela mesma universidade. Temáticas privilegiadas de pesquisa: performances e tradições afro-diaspórica (reinados/congados, religiões, capoeira e dança afro); comunidades quilombolas; cultura e informação; patrimônio cultural; memória cultural; diversidade epistêmica; colonialidade e decolonialidade; identidade cultural; mediação cultural e informacional; racismo. *E-mail*: rubssilva@gmail.com.

SUELLEN ALVES DE MELO

Arquivista, Mestre e Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Temáticas privilegiadas de pesquisa: documentos fotográficos; políticas arquivísticas; difusão e acesso. *E-mail*: suellenam@ufmg.br.

TITO FLÁVIO RODRIGUES DE AGUIAR

Doutor em História (2006), graduado em Arquitetura e Urbanismo (1987) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e no Programa de Pós-graduação em Engenharia das Construções. Colaborador do grupo de pesquisa Estopim (UFMG). Temáticas privilegiadas de pesquisa: Patrimônio Cultural edificado; Intervenções em bens patrimoniais; História da cidade; História da Arquitetura e do Urbanismo; História da construção; História da técnica e da tecnologia; Construção metálica; Projeto de Arquitetura. *E-mail:* tito.aguiar@ufop.edu.br.

WELDER ANTÔNIO SILVA

Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre em Ciência da Informação pelo PPGCI da Universidade Federal de Universidade Federal de Fluminense (UFF) em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Especialista em Gestão da Informação e Inteligência Competitiva, e graduado em Arquivologia. Temáticas privilegiadas de pesquisa: fundamentos epistemológicos e teóricos da Arquivologia, gerenciamento arquivístico (planejamento, organização, direção e controle de instituições, serviços, funções, políticas, redes e sistemas de arquivos), arquivos e documentos arquivísticos no ambiente digital e formação em Arquivologia. *E-mail:* weldsilva@gmail.com.

FIGURAS DO CAPÍTULO INTITULADO

PRESERVANDO O “AO VIVO”: RE-PERFORMANCE
E PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Figura 1

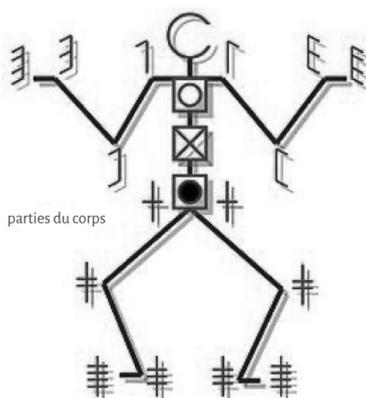


Figura 2

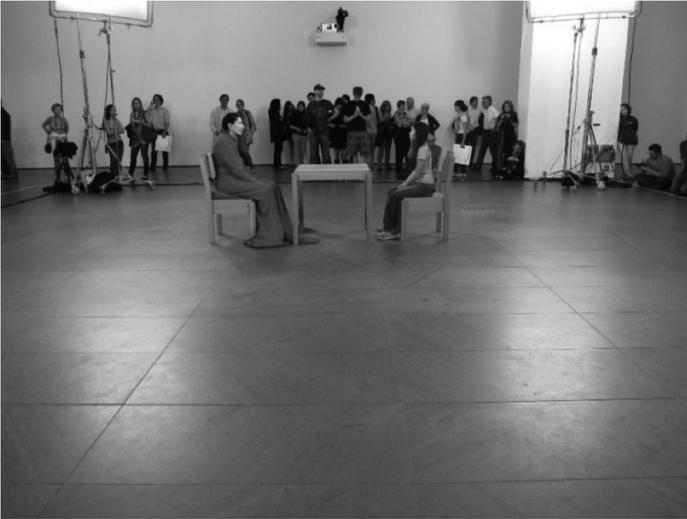


Figura 3



Figura 4

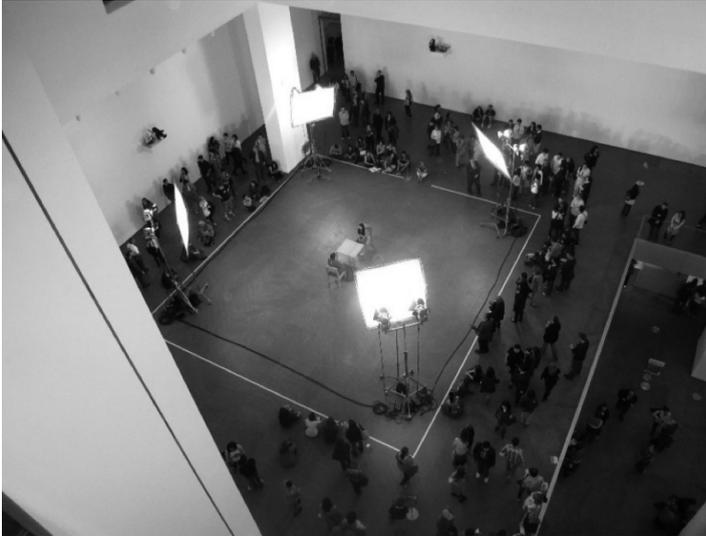


Figura 5



CLICK TO VIEW LIVE VIDEO
DURING MUSEUM HOURS.

Figura 6



Figura 7

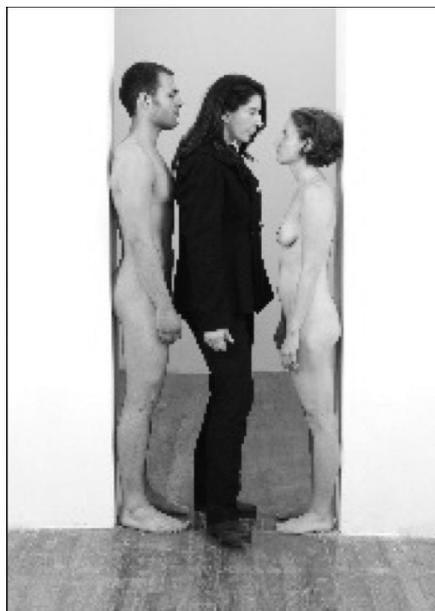


Figura 8

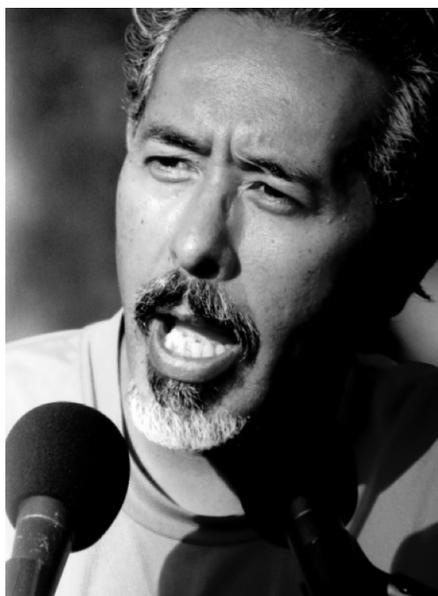


Figura 9



Figura 10

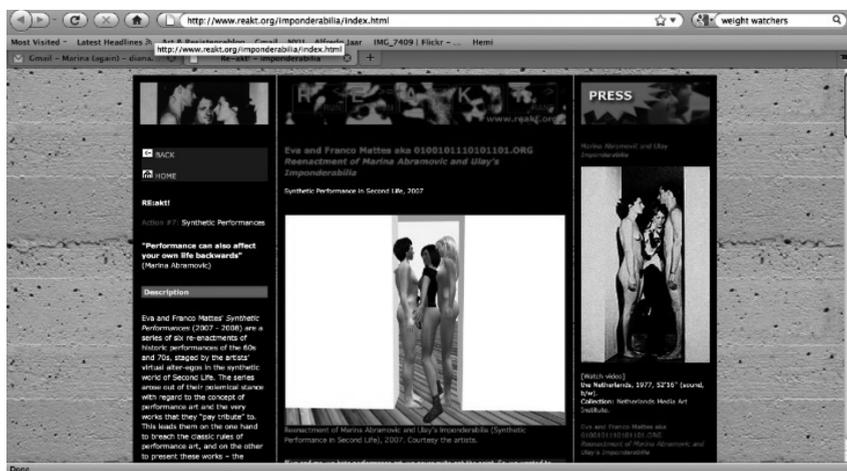


Figura 11

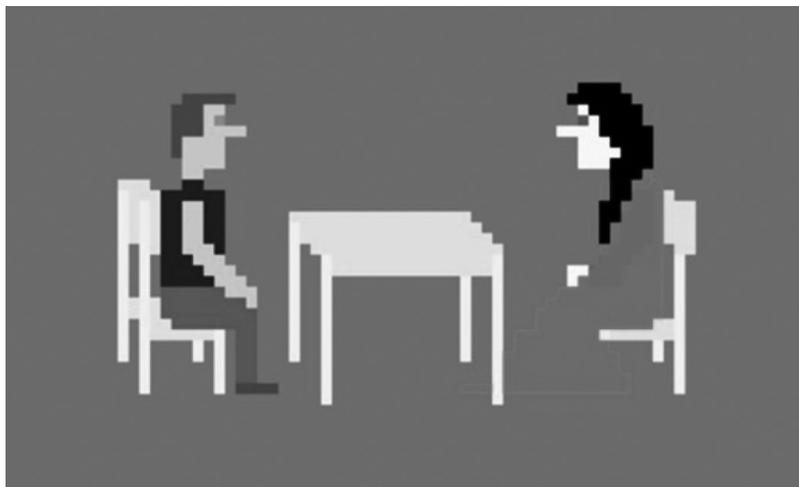


Figura 12

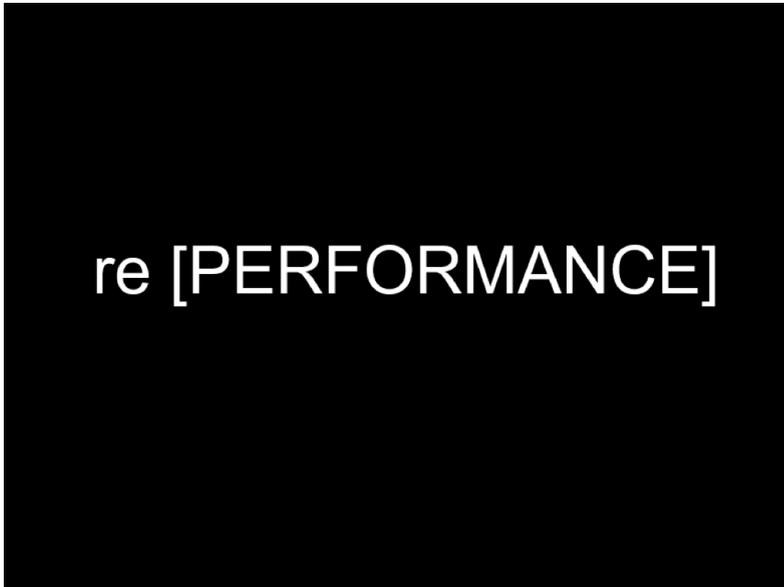


Figura 13



© editoraletramento 🌐 editoraletramento.com.br
f editoraletramento in company/grupoeditorialetramento
🐦 grupoletramento ✉ contato@editoraletramento.com.br

🌐 casadodireito.com f casadodireitoed © casadodireito



O conjunto textual que dá corpo ao livro *Informação, mediação e cultura: teorias, métodos e pesquisas* demonstra o compromisso do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFMG) em fazer avançar as reflexões sobre o objeto informação e suas camadas constitutivas, no desafio de expandir a compreensão acerca das suas características de fenômeno social e, ao mesmo tempo, de impulsionar empreendimentos investigativos acerca das diversas variáveis internas e externas que têm implicações na composição e manutenção, na esfera do social, de regimes a ele favoráveis ou desfavoráveis que, em entrelaces complexos e dinâmicos, repercutem sobre sua existência, mas também sobre suas ausências, apagamentos e distorções.

Desse modo, a obra nos coloca em contato com pesquisadoras e pesquisadores que se ocupam de projetar luzes sobre os aspectos sociais do fenômeno informação, contribuindo significativamente para o fortalecimento de uma concepção social da área, tanto do ponto de vista do seu escopo epistemológico, alargando os tópicos temáticos de estudo da Ciência da Informação, quanto das suas bases conceituais, teóricas e metodológicas, envolvendo procedimentos e condutas científicas que permitem manter o rigor no trabalho de investigação, nas práticas informacionais e na sustentação do compromisso com o social. (Trecho extraído do Pós-fácio escrito por Henriette Ferreira Gomes – Professora Titular do Instituto de Ciência da Informação (ICI/UFBA).



Programa
de Pós-Graduação
em **Ciência
da Informação**
UFMG



ISBN:978-65-5932-181-0



EDITORALETRAMENTO.COM.BR
EDITORACASASODIREITO.COM.BR

GRUPO ED.
LETRAMENTO